ELSON WERNECK SODRÉ
FORMAÇÃO
HISTÓRICA
DO BRASIL
DITÔRA BRASILIENSE

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

Êste livro de um pensador e escritor consagrado, resulta de um curso dado pelo autor no INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, do Ministério da Educação, no ano de 1956; e que ampliado, completado e aprofundado em cinco anos de pesquisas e cuidadoso trabalho, deu num compêndio de História do Brasil que ficará por certo como um marco definitivo na evolução de nossa literatura histórica. Não são sòmente a amplidão de vistas e poder de síntese do autor, a grande massa de documentação e de informações que traz aos leitores, o rigor da composição, que caracterizam a presente História. Mais que tudo isso, é o método empregado pelo autor, e os objetivos que o animam, que emprestam ao livro seu maior mérito. É que Nelson Werneck Sodré não é o historiador alheado da vida concreta de nossos tempos, e que faz da historiografia tema anedótico, simples relato ou devaneio literário, como tão freqüentemente ainda acontece com historiadores mesmo atuais. O autor é a par de sua larga erudição e cultura, homem de ação, e sua ativa participação na vida política brasileira como figura exponencial do nacionalismo militante, é largamente conhecida. Isso transparece claramente em tôda sua obra, e particularmente neste livro que o leitor tem nas mãos. Ao escrevê-lo, Nelson Werneck Sodré está aliás plenamente consciente de que é a ação que está visando; e é assim que declara no prefácio que não se trata de "livro de mera especu-

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

OBRAS DO AUTOR

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. SEUS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, Cultura Brasileira Editôra, S. Paulo, 1938; 2.ª edição: Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1940; 3.ª edição: Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1960.

PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO, Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1939. (Esgotado).

OESTE — ENSAIO SÔBRE A GRANDE PROPRIEDADE PASTORIL, Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1941. (Esgotado).

ORIENTAÇÕES DO PENSAMENTO BRASILEIRO, Vecchi Editor, Rio, 1942. (Esgotado).

SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO LITERÁRIO NO BRASIL, Livraria Martins Editôra, S. Paulo, 1943. (Esgotado).

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1944. (Esgotado).

O QUE SE DEVE LER PARA CONHECER O BRASIL, Leitura Editôra, Rio, 1945; 2.ª edição: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio, 1960.

HISTÓRIA DO VICE-REINADO DO RIO DA PRATA, Escola de Estado Maior do Exército, Rio, 1947. (Esgotado).

A CAMPANHA RIO-GRANDENSE, Escola de Estado Maior do Exército, Rio, 1950. (Esgotado).

O TRATADO DE METHUEN, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio, 1957. (Esgotado).

AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio, 1957. (Esgotado).

RAÍZES HISTÓRICAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio, 1958.

INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA, Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1958.

NARRATIVAS MILITARES, Biblioteca do Exército Editôra, Rio, 1959.

A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio, 1961.

A APARECER:

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2.ª edição.

HISTÓRIA DA PROPRIEDADE NO BRASIL — I — A PROPRIEDADE DA TERRA, HISTÓRIA DA SESMARIA. (Em preparo).

NELSON WERNECK SODRÉ

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

Capa de
MIRA SCHENDEL

Revisão de PAWA

EDITÔRA BRASILIENSE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

Êste livro é o resultado direto de um curso, o de Formação Histórica do Brasil, por mim professado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, desde 1956: representa o trabalho de pesquisa, de análise e de revisão realizado em cinco anos, e algumas vêzes interrompido, para reformulação de conceitos e estudo de fundamentos teóricos referentes a fases controversas. Deve muito, em conseqüência, a uma crítica rigorosa, sincera, multilateral, que lhe exigiu alterações, uma delas pelo menos essencial, quando submetido a discussão com alguns companheiros de estudos da realidade brasileira.

Corresponde, evidentemente, à fase que estamos vivendo em nosso País. Não pode surpreender que uma fase de profundas alterações encontre reflexos em todos os domínios, e que demande, inclusive, uma revisão histórica. Tal revisão, que é menos ligada a acontecimentos e a figuras do que ao processo, apreciado segundo métodos novos de interpretação, não deriva de um interêsse acadêmico, deriva da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o País à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo. Não é êste, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política. "Não ter uma posição política justa, disse alguém, é como não ter alma." Não a separo, pois, do trabalho que se vai ler; ela faz parte dêste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma.

Dispensei-me de arrolar a clássica bibliografia, limitando-me à que acompanha as notas finais dos capítulos. Aos que a desejarem mais ampla, recomendo a consulta ao meu trabalho anterior *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, onde é acompanhada de observações críticas.

Sou o primeiro a reconhecer que o texto dêste trabalho pode e deve sofrer a mais ampla discussão, e que o seu mérito

maior estará na medida em que despertar o interêsse para essa discussão. Se, durante os cinco anos em que foi preparado, sofreu alterações, algumas importantes, e uma pelo menos essencial, é de supor que, daqui por diante, outras alterações surjam, como efeito de uma discussão mais ampla. A todos os que comigo colaboraram, o meu mais sincero agradecimento.

INTRODUÇÃO

A SOCIEDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A História é uma ciência social, seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Da sociedade, não dos indivíduos: o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível, não são suscetíveis de tratamento científico, — não pertencem ao domínio da História. A base da vida em sociedade é a produção: para viver é preciso produzir; para produzir é preciso trabalhar. Os homens trabalham juntos, vivem juntos, — constituem a sociedade. "Não podem produzir, — comenta um historiador, — sem associar-se de um certo modo, para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações sociais e só através dêles relacionam-se com a natureza e realizam a produção."

O grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sôbre a natureza, o seu grau de desenvolvimento. As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem mas como produzem, isto é, que instrumentos de produção empregam. Produzimos, hoje, no Brasil, o milho e a mandioca e dêles fazemos uso variado, sob formas variadas; o indígena também produzia o milho e a mandioca, e dêle fazia uso variado, sob formas variadas. O que distingue os brasileiros do nosso tempo dos indígenas do século XVI é a maneira diversa de produzir o milho e a mandioca, — isto distingue essencialmente o desenvolvimento da sociedade brasileira atual em relação à sociedade indígena dos primeiros tempos da colonização.

As relações que se estabelecem na produção são relações sociais: constituem objeto da História. Elas definem a sociedade sob três aspectos:

— forma de propriedade sôbre os meios de produção, que é uma relação determinante;

— situação social conseqüente, com a divisão da sociedade em classes;

— formas de distribuição da produção, estabelecendo os nexos entre a produção e o consumo.

Consideradas tais relações, a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto dêste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, — é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo dêsse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vêzes profundos entre regiões do País. Quem percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semifeudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI. O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, e o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes.

Regime de comunidade primitiva foi aquêle em que os europeus encontraram os indígenas, no Brasil, no século XVI. Essa espécie de organização social e sua incompatibilidade com o regime escravista instaurado pelos colonizadores é que motiva a prolongada luta que leva ou à dizimação dos indígenas ou à sua fuga para o interior. Os traços mais característicos do regime de comunidade primitiva, — na sua generalidade, e não no que se refere ao caso particular dos indígenas brasileiros, — foram:

— a propriedade em comum dos meios de produção;

— os instrumentos rudimentares de trabalho;

— a cooperação simples;

— a distribuição igualitária;

— a divisão natural do trabalho por condições de sexo e idade;

— a organização gentílica da sociedade;

— a ausência de excedentes da produção.

A propriedade em comum dos meios de produção carece, no caso, do sentido, que alguns lhe atribuem, de forma socialista de produção: ela decorre da fraqueza do indivíduo isolado, do rudimentarismo de seus instrumentos de trabalho, e não de qualquer outro motivo, e não tem, assim, qualquer semelhança com formas apresentadas no regime socialista de produção. Na comunidade primitiva não há excedentes de produção, não há troca, conseqüentemente. Não havendo troca, não há mercado, e não havendo mercado não há mercadorias. Disso decorre a ausência de classes sociais. Quando a comunidade primitiva, por fatôres endógenos, entra em deterioração, aparece nela a primeira divisão social do trabalho, o pastoreio separa-se da agricultura. Êste primeiro passo na divisão social do trabalho faz aparecer excedentes na produção e a necessidade de trocá-los. Surge, em conseqüência, a mercadoria e o mercado e começam a definir-se e diferenciar-se classes sociais. No Brasil, a divisão social do trabalho que separa o pastoreio da agricultura, admitindo como agricultura o trabalho da terra pelo indígena, ocorre depois do início da colonização. Os indígenas não conheciam o cavalo e o boi, é o colonizador que os introduz no Brasil. A introdução do cavalo e do boi altera o tipo de sociedade indígena, em algumas áreas, como aquelas em que vivem charruas, minuanos e, mais tarde, guaicurus.

O regime escravista existiu em quase todos os povos e predominou em Roma entre o século II antes da nossa era e o século II da nossa era. Começou com a escravidão doméstica ou patriarcal, que ocupava poucos escravos. Motivou a segunda divisão social do trabalho: a separação entre os ofícios e a agricultura. Os traços mais característicos do regime escravista de produção são os seguintes:

— começa como regime de economia natural, quando os produtos são consumidos onde são produzidos;

— gera a troca, em seguida, quando aparece excedente na produção;

— assiste à evolução na troca, desde a troca em espécie à troca em dinheiro, passando pela etapa intermediária da troca por uma mercadoria base;

— faz surgir a cidade, onde se processa o comércio e onde se instalam os ofícios, num processo progressivo mas não total;

— faz surgir a oposição entre a cidade e o campo;

— a propriedade dos instrumentos de trabalho, surgida no processo de deterioração da comunidade primitiva, estende-se à terra;

— com o desenvolvimento da produção cresce o número de escravos e a sociedade se reparte em duas classes, a dos homens livres, grandes proprietários e pequenos produtores, de um lado, e os escravos, de outro;

— aparece o Estado;

— as relações de produção evoluem: a propriedade dos meios de produção ampliada à terra estende-se ao escravo;

— os escravos trabalham em cooperação simples, são deslocados, não têm família; obtidos pela guerra ou pela compra, motivam o surto do comércio de escravos;

— o proprietário da terra e dos escravos apropria-se do trabalho necessário dêstes, o trabalho que o escravo desenvolve para assegurar a própria subsistência, e do sobretrabalho.

O escravo não vendia a sua fôrça de trabalho ao escravista, era vendido de uma só vez e para sempre, com a sua fôrça de trabalho, tal como o boi era vendido ao lavrador. As relações jurídicas deixavam claro êsse traço, e as Ordenações, em Portugal, situavam o escravo entre as bêstas. Com o decorrer do tempo, formou-se o latifúndio romano, pela expulsão dos pequenos produtores e pela apropriação das terras públicas; o camponês livre, pequeno produtor, não tinha condições para competir com o latifúndio, que ocupava mão-de-obra numerosa, e acabou esmagado. Com o crescimento demográfico, considerado o trabalho como indigno do homem livre, de vez que o regime escravista motivara a oposição entre trabalho físico e trabalho intelectual, grupos crescentes da população foram sendo marginalizados. O sobreproduto destinado ao consumo parasitário e obtido pela exploração do escravo à base da propriedade plena, pelos escravistas, sôbre os meios de produção e sôbre os próprios escravos, corres-

pondia à ruína de camponeses e artesãos, à conquista de outros países e domínio de seus povos. A contradição fundamental entre escravos e escravistas é agravada pela contradição entre escravistas e pequenos produtores, camponeses e artesãos.

A escravidão tornou possível a divisão do trabalho em grande escala entre a agricultura e a indústria, criando condições para o florescimento da cultura do mundo antigo. No Brasil, possibilitou a grande emprêsa de produção açucareira, a maior do século XVI. Sem a escravidão, não teria existido o Estado grego, a arte e a ciência próprias do helenismo. Não teria existido o Império Romano. E sem tais etapas históricas, não teria surgido a Europa moderna, nas condições em que surgiu, e que motivaram o surto mercantil, as grandes navegações e a descoberta da América. Sob o regime escravista, que dera impulso às trocas, limitadas pelas condições que definiam a comunidade primitiva, a produtividade do trabalho não tardou em revelar-se insuficiente. O horror do escravo aos utensílios de trabalho, que só lhe permitia lidar com os mais toscos, retardava as inovações técnicas, e a fôrça motriz aproveitada era, naquela fase, ou a fôrça física do homem ou a dos animais.

Com o passar dos tempos, o regime escravista revelou, por diversos traços, sintomas de deterioração que se tornaram evidentes progressivamente. A escravidão aniquilava, na realidade, a fôrça produtiva fundamental, que era o próprio escravo, e o desinterêsse dêste pela produção impunha substituí-lo pelo trabalhador que nela encontrasse algum estímulo. Por outro lado, a escravidão arruinara os camponeses e artífices, que suportavam a carga militar e o ônus dos impostos. Pouco a pouco, o latifúndio se fragmenta e os escravos são substituídos por trabalhadores livres que pagam taxas ao senhor, vinculados à terra mas não escravos. Das ruínas do regime escravista, assim, surge o colonato, que engendra o feudalismo.

O regime feudal não surge apenas da deterioração do escravismo romano, na Europa, mas também da desintegração do regime gentílico dos povos chamados bárbaros, cujo deslocamento para o ocidente foi fenômeno contemporâneo da transição do escravismo, já alterado pelo colonato, para o feudalismo. O colonato vinha substituindo a escravidão quando,

nas comunidades dos bárbaros, altera-se a propriedade coletiva das florestas e pastagens, crescendo a propriedade individual das terras aráveis. O processo de feudalização consiste na distribuição das terras pelos senhores e na conversão dos que trabalhavam as terras em servos da gleba. O lema da época é, por isso mesmo, "não há terra sem senhor". O regime feudal dura, na Europa, em plenitude de suas características, do século V ao século X. Seus traços principais são os seguintes:

— o senhor detém a propriedade sôbre a terra e a propriedade incompleta sôbre o servo; cabe a êste uma pequena posse individual e a das ferramentas; fornece ao senhor uma contribuição, que é inicialmente em trabalho, e liga-se a êle por uma relação de dependência;

— num tempo, o tempo necessário, o servo cria o produto para o seu sustento e da família; noutro, o tempo adicional, cria o sobreproduto para o senhor; a produção do sobreproduto para satisfazer as necessidades do senhor feudal caracteriza fundamentalmente o regime;

— a renda do solo absorve, progressivamente, o tempo necessário; é paga em trabalho, em espécie e em dinheiro, sucessivamente; o que paga a renda é sempre o verdadeiro cultivador, cujo sobretrabalho passa diretamente e não retribuído ao senhor;

— a cidade assume novas funções: abriga os artesãos que, de início, aram pequenas áreas e vivem do trabalho doméstico, até que os ofícios se separam da agricultura; abriga os elementos especializados na troca de mercadorias; disputa e conquista direitos; os artesãos organizam-se em grêmios e os comerciantes em corporações; acentua-se o conflito com o campo;

— a sociedade feudal divide-se em senhores, ligados por laços de hierarquia e dependência, gerindo o Estado através da Nobreza e do Clero; comerciantes ricos e mestres de ofícios, nas cidades; camponeses, oficiais, aprendizes, gente pobre das áreas urbanas e rurais.

De início, o feudalismo proporcionou um surto das fôrças produtivas. Tal surto ficou assinalado, entre outros, pelos acontecimentos seguintes: o aparecimento do arado de ferro; o desenvolvimento da viticultura, da vinicultura e da horticultura; a criação, particularmente do cavalo; o progresso na

fundição e elaboração do ferro; o aparecimento da roda hidráulica, da pólvora, da artilharia e, finalmente, da bússola e da imprensa. A competição entre os senhores de terras gerou um contínuo estado de guerra; cada senhor era absoluto na sua região; fora de seus domínios, o próprio rei tinha os seus podêres muito reduzidos; êste estado de coisas conduzia a uma dispersão tributária que onerava as trocas. Com o passar do tempo, a produtividade do camponês, espoliado pela tributação, caiu muito; nas cidades, os grêmios e sua estrita regulamentação entravavam o progresso; a produção simples, do indivíduo com as suas ferramentas, arruína-se; a tributação dispersa imposta pelos senhores feudais onera as trocas. Impõe-se acabar com o fracionamento feudal. O desenvolvimento das trocas gera o mercado nacional e êste concorre para a centralização do poder do Estado. Os reis, apoiados em alguns nobres e nos mercadores criam a monarquia. Abrem-se as perspectivas do mercado mundial.

Quando o desenvolvimento histórico atinge tal etapa, os ofícios mostram-se insuficientes para atender ao consumo e começam a desintegrar-se: os mestres mais ricos tornam-se capitalistas; os mais pobres, os oficiais e os aprendizes tornam-se assalariados. Desdobra-se, nas oficinas, a divisão do trabalho: aparecem as manufaturas, começando na Itália, no século XIV. O nôvo mercado mundial surge, finalmente, das grandes descobertas dos fins do mesmo século. É um violento processo de expropriação dos que produziam, no campo e na cidade, processo que faz aparecer no mercado de trabalho os despossuídos, livres, sem meios de produção, sem meios de subsistência. Parte da população rural gravita para as cidades e trabalha a salário. A fôrça de trabalho é barata e a riqueza se agrupa para emprêgo em massa, como capital. A conquista da América confere grande impulso a êsse processo histórico: o comércio colonial, como forma de espoliação, é uma das fontes de que se alimenta.

A produção mercantil é anterior à produção capitalista. Na desintegração do feudalismo, a produção mercantil simples serviu de base ao nascimento da produção capitalista. Ela pressupunha já a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho. A qualidade geral que permite a comparação entre merca-

dorias, fica desde logo muito claro, é que tôdas são produto do trabalho e o *valor*, então, é o trabalho social dos produtores materializado nas mercadorias. Com o desenvolvimento capitalista, surgem ou se ampliam as múltiplas funções do dinheiro: medida de valor, meio de circulação, meio de acumulação, meio de pagamento e dinheiro universal. Entre os séculos XVI e XVIII, o desenvolvimento da cooperação capitalista simples impulsionou a manufatura, em que surgia a cooperação capitalista fundada na divisão do trabalho e na técnica artesanal.

De seu lado, a divisão do trabalho no campo gera o mercado interno, que corresponde à liquidação do divisionismo feudal: as zonas geográficas especializam-se na produção de determinados gêneros, umas devem procurar em outras o que não produzem e oferecer no mercado aquilo que se especializaram em produzir. Essa especialização regional, depois das descobertas ultramarinas, será levada aos territórios americanos, e êstes são destinados a produzir o que a área européia não pode ou não tem interêsse em produzir. O processo fundamental da criação do mercado interno está na divisão social do trabalho, entretanto, quando a economia doméstica se transforma em manufatura, como acentuam os estudiosos, o servo deixa de produzir para o senhor feudal e passa a produzir para o mercado. O desenvolvimento do mercado interno confunde-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Quando tais transformações avançam, no mundo das idéias, com respeito à economia, predomina a tese mercantilista, e o seu primeiro intento é o de explicar, naturalmente, os fenômenos que caracterizam aquelas transformações. Era uma época em que o capital, ainda sob a forma de capital comercial e de capital usurário, dominava a área do comércio e a do crédito. A manufatura dava apenas os primeiros passos quando a teoria mercantilista surgiu, — dava os primeiros passos numa fase em que ocorriam as grandes descobertas ultramarinas. Depois dessas descobertas afluiu à Europa uma torrente de metais preciosos. O ouro e a prata distribuíram-se entre os diversos estados europeus, pela via da guerra ou pela via do comércio. Em seu conceito de riqueza, explica um intérprete das referidas transformações, os mercantilistas partiram dos fenômenos superficiais da circulação. Deixaram de

parte a produção e preocuparam-se com a circulação de dinheiro e particularmente com o movimento do ouro e da prata. Para os mercantilistas, a riqueza cifrava-se, não na produção social e em seus produtos, mas no dinheiro, no ouro e na prata. Expressavam, na verdade, os interêsses da burguesia nascente, contra os entraves do feudalismo em liquidação, a sua aspiração para acumular riquezas em ouro e prata, pelo desenvolvimento do comércio, pelo saque colonial, pelas guerras e pela subordinação dos povos atrasados.

A LIQUIDAÇÃO DO FEUDALISMO

A atividade comercial vem dos tempos em que a comunidade primitiva iniciou a sua desintegração, abrindo-se a era escravista na História. Atravessou o regime escravista, intensificando-se nas áreas em que dominaram gregos e romanos. Desde então, o Mediterrâneo apresentou-se como teatro predileto das trocas, zona propícia aos contatos entre o ocidente e o oriente. Fenícios, gregos, cartagineses e romanos destacaram-se na atividade comercial, ao tempo do regime escravista. Quando êste começou a desintegrar-se, pela manumissão dos escravos e pelas alterações introduzidas nas comunidades gentílicas dos bárbaros, o colonato deu nôvo impulso às trocas, pelo aumento da produtividade que apresentava. Abriam-se as portas ao feudalismo, que se instalaria na Europa, configurando uma sociedade dominada pelos senhores de terras, com o Estado a seu serviço e o rei apenas como o mais importante dêles, mas só poderoso em suas próprias terras, ligado aos demais por laços de hierarquia e dependência. Nesse tempo, o saber estava concentrado em círculo reduzido, quase tão-sòmente objeto de atenção por parte do clero, que provia a administração e monopolizava o ensino, fazendo parte da nobreza, que era a classe dos senhores.

A fragmentação do poder e o regime dos feudos, que produziam apenas o suficiente para consumo imediato e local, entravaria as trocas, só conhecidas, na plenitude dêsse sistema hermético, pela atividade dos ambulantes, que se ocupavam do sal e de instrumentos de ferro, que eram os únicos produtos que haviam especializado regiões na sua produção, não

sendo gerais. Nas cidades, as corporações de ofícios regulavam meticulosamente a produção artesanal, tendo êles surgido junto aos senhores, em suas terras e nos seus castelos, para servi-los em suas necessidades. Os senhores faziam da guerra o mister predileto, porque ela lhes dava novas terras. Numa sociedade assim esquematizada, uns trabalhavam, outros rezavam, terceiros combatiam. O combate, tarefa do nobre, gerara instituições como a Cavalaria. Ungindo essa rígida estrutura, o cristianismo sancionava as suas características: europeu e cristão eram sinônimos.

A expansão islâmica contribuiu para enrijecê-la ainda mais quando se debruçou sôbre a Europa e fechou o Mediterrâneo, de tal sorte que Kaldum poderia escrever que os cristãos não tinham condições para fazer nêle flutuar sequer uma tábua. O isolamento entre o ocidente e o oriente que a expansão árabe acarreta, embora não tenha sido absoluto e contínuo, concorreu para a reagrarização européia. As lutas para recuperar o domínio do Mediterrâneo e para ampliar as trocas, em conseqüência das transformações por que passa a sociedade feudal européia, coloridas de motivos religiosos, denunciam mudança fundamental naquela rígida estrutura anterior. Já a partir do século X, e acentuadamente a partir do século seguinte, é claro o afrouxamento nos laços de dependência feudal. Não o anunciam o desenvolvimento das trocas, apenas, mas acontecimentos como a unificação papal e o largo movimento humano conhecido como Cruzadas. Os elementos ligados à troca começam a organizar-se em corporações e a definir uma camada social nova, que vive nas cidades, os burgos, e começa a ser conhecida como burguesia.

A contribuição do servo ao senhor deixa de ser em espécie para ser em dinheiro, o que denuncia a presença do mercado, onde o servo coloca uma parte da produção, trocando-a por dinheiro. O aumento na taxação dos senhores faz cair a produtividade do camponês e do artesão. A produção começa a submeter-se ao comércio, característica do mercantilismo em ascensão. Em conseqüência, começa também a alterar-se a ética medieval que condena o comércio e muito mais a usura. Segundo aquela ética, a terra fôra concedida por Deus aos homens, o objeto do trabalho não era o lucro mas a conquista do céu, a pobreza era de origem divina, ca-

bendo aos possuidores a caridade, isto é, a distribuição dos excedentes da produção. O surto comercial ameaça romper com as imposições de uma ética ligada à rígida estrutura feudal, e o aparecimento da letra de câmbio caracteriza a amplitude das trocas.(1)

Recebendo as influências orientais, o Império Bizantino contrasta com a rigidez ocidental. Dêle provêm exigências cada vez mais fortes para o comércio. Ligada, em quase todo o tempo, àquele Império e resguardada, no fundo do Adriático, pelas suas lagunas, Veneza, sem terras aráveis e imune às investidas árabes, encontra saída nas trocas para as exigências de sua gente. Nela se confundem, por isso mesmo, o gótico e o bizantino, sendo um pouco oriental e um pouco ocidental, pela efetividade que confere aos largos contatos. Com o advento das Cruzadas, que começam a quebrar o domínio muçulmano sôbre o Mediterrâneo, o seu papel avultará, juntando-se ao seu o de outras cidades italianas, que fornecem apoio às frotas que demandam o Oriente. A deterioração do mundo feudal ocorre também em outras áreas, a do Mar do Norte e a do Báltico, e tais áreas fazem aumentar as trocas com a do Mediterrâneo, por roteiros terrestres que conferem função destacada a determinadas cidades, particularmente na Champagne, onde se instalam as feiras, ponto de encontro de mercadores das diversas áreas européias.(2)

A fase de declínio medieval é acentuada, depois, pelo advento das manufaturas, quando os ofícios desintegram-se e as relações entre mestres e aprendizes são subvertidas. As instituições feudais aparecem claramente como obstáculo ao desenvolvimento mercantil e à função do mercado interno. Ao lado dos produtos da tecelagem, que preponderam nas trocas, começam a aparecer produtos chamados especiarias, cujo pequeno volume e alto valor unitário lhes permite superar a deficiência das técnicas de transporte e o ônus dos fretes. Vai em crescimento o capital comercial, obtido na área da circulação, e toma impulso o capital usurário, que concorre na deterioração feudal.

A posição do indivíduo já não é proporcionada apenas pelas suas relações com a terra. Há outras formas de atividade suscetíveis de classificar. Desdobra-se o papel das cidades e do grupo que, nelas, é conhecido como burguesia.(3) O pro-

cesso de estruturação do mercado interno choca-se com os entraves feudais e particularmente com a sua dispersão e com o seu hermetismo. Começam a pronunciar-se os movimentos de unificação monárquica, antes condenados ao fracasso ou apenas dotados de vigência transitória. O rei, de senhor absoluto em seus próprios domínios, passa a ter ascendência clara sôbre os demais e a reger todo o território nacional.(4) Para submeter a nobreza rival, vale-se do apoio de uma parte dela e principalmente do apoio dos mercadores, que detêm o poder do dinheiro. Necessitam êstes de segurança para o andamento de suas atividades, e de uma centralização tributária que os liberte da extorsão dos senhores, particularmente quanto aos direitos de passagem. Os países tornam-se nações na medida em que o processo de unificação se antecipa ou se retarda. A utilização da pólvora como meio de propelir projetis permite aos reis a organização de fôrças militares poderosas, com apoio nos recursos fornecidos pelos mercadores, contra os bandos dos senhores feudais. A Cavalaria tende a desaparecer: em Azincourt, como em Aljubarrota, a vitória decorre da presença e da ação de tropa que combate a pé.(5)

As transformações que abalam o mundo feudal não se refletem apenas no aparecimento de nações e encontram conseqüência no processo de unificação que quebra o hermetismo da ordem feudal, fragmentada e dispersa. Seus efeitos são também profundos e generalizados em outros domínios, inclusive o da cultura. Denunciam-se particularmente na eclosão da Renascença, que traduz a transferência do saber a camadas mais amplas do que aquelas que, sob o medievalismo, detinham o monopólio dos conhecimentos. Há uma nova camada social que emerge, e que necessita dominar os conhecimentos para utilizá-los em seu benefício, a burguesia. Desvendam-se, então, os arquivos e mosteiros em que o saber antigo estava preservado mas ilhado, mantido nos textos que os copistas mal reproduziam. É a fase em que o homem se torna, realmente, a medida de tôdas as coisas, e por isso mesmo o Humanismo renascentista representa o aproveitamento da contribuição e do patrimônio clássico, sob condições sociais e políticas inteiramente novas. As grandes e imperecíveis obras do Renascimento são, pela contemporaneidade com o processo de unificação política, obras nacionais, e os idiomas ganham tam-

bém as características nacionais.(6) A utilização da Imprensa possibilita a transferência do saber a uma nova camada social; mais do que isso, possibilita a reforma e o livre exame do texto bíblico. Quebrada a unidade religiosa, a ética que se antepunha ao surto mercantil começa a ver os seus padrões em declínio.(7)

Quando a expansão nas trocas alcança um volume que contrasta com as possibilidades técnicas do transporte terrestre, a própria distribuição é compelida à utilização do transporte marítimo, desenvolvendo-se as técnicas de construção naval, de orientação em alto mar e de navegação. As novas necessidades geram as técnicas apropriadas. O Mediterrâneo volta a ter um papel preponderante como área de circulação de mercadorias. As técnicas de transporte e de comércio que se haviam refugiado na península italiana começam a transferir-se para outras áreas, particularmente a da península ibérica, que as rotas dos Cruzados haviam valorizado e que a expansão da distribuição marítima mais ainda valorizaria. O comércio de especiarias, trazidas ao fundo do Mediterrâneo pelos mercadores orientais, desenvolve-se em todo o ocidente europeu. Nos meados do século XV, entretanto, a descida dos otomanos fecha algumas praças e alguns roteiros. O refluxo muçulmano encontra um momento decisivo com a queda de Granada em poder dos reis cristãos. Aproxima-se a fase da expansão oceânica.(8)

O MERCANTILISMO EM PORTUGAL

Os antecedentes históricos da península ibérica, no que ocorre antes da dominação romana, são confusos e cabe à erudição levantá-los. O fato é que nessa área aparece gente da mais variada procedência, conhecida depois pela denominação genérica de iberos. Fenícios e gregos estabeleceram feitorias naquele recortado litoral, como os cartagineses, mais adiante. A expansão romana estendeu-se, finalmente, sôbre tôda a península, nela deixando vestígios materiais e culturais que nos chegaram apesar da invasão dos bárbaros e do estabelecimento dos visigodos, a partir do século V. Aí travaram os novos senhores as prolongadas lutas com os árabes que, desde o século VIII apareceram no continente e, embora derrotados além dos

Pireneus, estabeleceram-se na península por alguns séculos, pontilhados de conflitos militares entre senhores feudais cristãos e califas muçulmanos. Tais conflitos encheram cinco séculos antes do aparecimento de Portugal como entidade política autônoma, prosseguindo ainda por três séculos depois daquele acontecimento.

Portugal surgiu do fracionamento da Galícia, aparecendo de início como simples condado, num processo divisionista muito comum no quadro das instituições feudais. O triunfo, em Guimarães, da fração portuguêsa sôbre a fração leonesa, criou as condições para a autonomia, realizada em 1140, com Afonso Henriques. Dotado de personalidade política à parte, no quadro ibérico, singulariza o caso luso a precocidade da ascendência monárquica. A causa dessa precocidade deriva do caráter da formação portuguêsa, formação ao calor de luta militar, de início contra Lião, depois contra o árabe.(9) No decorrer do prolongado conflito entre cristãos e muçulmanos, entretanto, surge o contraste que o reino conserva por longo tempo entre o litoral e o interior. No primeiro, desenvolvem-se relações comerciais, atividades de pesca, atividades de navegação, alguns setores artesanais; no segundo, uma agricultura incipiente, tumultuada pelos conflitos militares. No litoral, por longo tempo, verifica-se um quadro de grandes flutuações, mudanças, choques, gentes diversas passando ou fixando-se, trocas, contatos múltiplos, desenvolvimento; no interior, um quadro de existência atormentada, inquietação constante, com produção em crise, êxodo de populações inteiras, relações feudais. De um modo esquemático e superficial, os fatôres de autonomia estão no litoral; os de submissão, no interior. Há sempre um grupo que prefere ou pretende ligar-se à Espanha, ou submeter-se ao seu domínio, grupo de senhores feudais; e um grupo que empunha a bandeira da autonomia e que se lança às atividades mercantis e navegadoras.(10) Nos "Lusíadas", o contraste é fixado na passagem que apresenta o Velho do Restêlo.

Como em outras áreas, a unificação surge do apoio que o grupo mercantil empresta à facção que luta pela autonomia e, em conseqüência, pela submissão dos senhores à monarquia, com a particularidade da antecipação no tempo e da importância relativa que o grupo mercantil apresenta à época. Mas

é indisfarçável a contribuição dos Cruzados na luta contra os árabes, que dominavam quase tôda a faixa territorial que o reino incorporaria na sua continuada luta. Desde a fase em que o transporte marítimo substituiu o transporte terrestre, ou suplementou as suas insuficiências, nas correntes de troca entre o Mediterrâneo e as áreas litorâneas do centro e do norte europeu, a função dos portos lusos foi importante.(11) Nêles instalou-se e desenvolveu-se o grupo mercantil, de composição heterogênea, agrupando elementos de origens diversas quanto ao nascimento, ligado ao suprimento das frotas, particularmente as dos Cruzados, mas também a navios e frotas de finalidade puramente comercial. Pouco mais de um século depois da autonomia, Portugal mantinha já feitoria na Flandres, em Antuérpia, e na Inglaterra, comprovando a intensidade das relações de troca com aquelas áreas. O grupo mercantil desempenha um papel relevante no desenvolvimento luso e na integração territorial que se processa de norte para sul, na medida em que os árabes vão sendo tangidos para o seu continente de origem. Grupo ou camada social, embora importante, o dos mercadores não se definiu em classe, entretanto, nem alcançou as características que lhe permitisse o batismo de burguesia, que alguns historiadores lhe concedem, naquilo que o têrmo envolve de essencial. Nem chegou jamais a dominar o poder, influindo nêle embora, particularmente nas fases da autonomia, e de expansão territorial, e de expansão navegadora.

A expansão territorial já contém o germe do declínio do grupo mercantil, uma vez que as conquistas são distribuídas aos senhores feudais e à Igreja, em doações de vulto, robustecendo a classe dominante de senhores, cujo antagonismo com o grupo mercantil gira em tôrno dos proveitos das emprêsas em curso.(12) Auxiliando a luta contra o árabe, o grupo mercantil não recebe benefícios na proporção de sua participação, e o fato de colaborar materialmente na guerra e de serem os lucros da guerra revertidos em favor da classe feudal representa, na verdade, ao longo do tempo, uma pura e simples transferência de renda de um grupo a uma classe, do grupo que participava do poder a uma classe que dominava o poder. Finalmente, a guerra faz surgir, no sul, uma área escravista, isto é, um entrave a mais ao desenvolvimento

econômico luso, e enrijece as relações feudais, particularmente os laços de servidão, que a guerra realmente afrouxara.(13)

Até a época dos descobrimentos, a história portuguêsa comporta uma repartição em dois períodos:

— da autonomia, em 1140, à revolução do Mestre de Avis, em 1383;

— da revolução do Mestre de Avis, em 1383, aos grandes descobrimentos oceânicos, em 1497, com a viagem de Vasco da Gama à Índia.

No primeiro período, processa-se em Portugal a autonomia, a centralização monárquica e sua consolidação, o início da conquista territorial, com as conseqüentes doações feudais, a ascensão do papel dos portos e avultamento da importância do grupo mercantil, a acumulação das técnicas de comércio e de navegação, a atividade de distribuição de especiarias fornecidas pelos venezianos, a constituição de um capital comercial importante para a época. No segundo período, a expansão mercantil continua ascensional, agrupando-se no reino os recursos e as técnicas de comércio e de navegação que permitem a conquista das praças do norte africano, a descoberta das ilhas e sua exploração e a montagem da grande emprêsa das navegações ultramarinas, agrava-se a luta entre o grupo mercantil e a classe feudal robustecida pelas largas doações no sul e pela instalação de um setor escravista, cresce o papel do capital usurário.(14)

Esta repartição está ligada ao problema da distribuição de especiarias e, finalmente, ao problema do açúcar. Antes da descida dos otomanos para a área de Constantinopla, os venezianos detinham pràticamente o monopólio das especiarias, que recebiam dos mercadores orientais nos portos do fundo do Mediterrâneo, funcionavam como distribuidores, enquanto os portuguêses funcionavam como redistribuidores. Quando ocorre a ocupação de Constantinopla, continuam os venezianos mantendo o monopólio da distribuição das especiarias, recebendo-as agora na praça de Alexandria; continuam os portuguêses como redistribuidores mas, quanto ao açúcar, são já produtores, com as plantações de cana nas ilhas; lançam-se os portuguêses à conquista das praças do norte afri-

cano; e empreendem, finalmente, a conquista do mercado oriental, com a viagem de Vasco da Gama, antecipando-se à queda de Alexandria em poder dos otomanos e aos seus efeitos e já quebrando o monopólio veneziano nesse campo e fazendo baixar os preços das especiarias, enquanto estabilizam o do açúcar com a produção das ilhas. A queda de Alexandria sanciona o declínio veneziano e a ascensão lusa que não decorre, assim, e de maneira unilateral, do movimento dos otomanos para o sul, mas da concorrência de complexos fatôres, dentre os quais se destaca o da existência, no Reino, de um capital comercial que possibilitaria a gravitação de recursos e de técnicas para a chamada escola de Sagres, os empreendimentos no norte africano, como a tomada de Ceuta, tão bem fixada nas páginas de Azurara, as descobertas insulares do Atlântico e a implantação da cana-de-açúcar na área nova, de sorte que os venezianos, depois da viagem de Vasco da Gama, viriam a comprar pimenta em Lisboa pela metade do preço que pagavam aos árabes antes em Alexandria, enquanto o auge açucareiro português levava a uma política de retenção e de defesa dos preços, sob D. Manuel. Estava invertida, assim, a posição relativa ocupada pelos portuguêses e pelos venezianos nas trocas.

O comércio, no século XV, abrangia um número reduzido de mercadorias. A divisão de trabalho no campo não atingira ainda a etapa da especialização regional. A troca compreendia os produtos provenientes da tecelagem e aquêles que utilizavam uns poucos metais como matéria-prima e, finalmente, as chamadas especiarias. Não abrangia ainda os produtos da terra. O restrito número de produtos trocados e principalmente a exclusão dos que provinham da atividade agrícola européia derivava de causas que a sociedade não conseguira ainda superar: as deficiências nas técnicas de transporte e os altos fretes conseqüentes, de um lado, e o reduzido consumo, de outro. Para vencer o primeiro obstáculo, o transporte terrestre cedeu lugar, sempre que possível, ao transporte marítimo, aumentando gradativamente a tonelagem dos barcos e aprimorando-se a arte da navegação. As especiarias, pelas suas características de reduzido pêso e alto valor unitário, correspondendo também a um consumo restrito a determinadas camadas sociais, atendiam às condições restritivas do

tempo. O surto manufatureiro altera êsse quadro, introduzindo novas mercadorias nas trocas ou ampliando a produção de outras. Data dessa época a transferência do açúcar do campo das especiarias para o das mercadorias de uso comum, correspondendo a um aumento no consumo. Êsse crescimento, entretanto, não se processou sem desequilíbrios: em 1496, um ano antes da viagem de Vasco da Gama à Índia, um ato real limitava a produção açucareira insular, no Reino, visando estabilizar o preço do produto. Em seguida, Portugal conquista, quanto às especiarias orientais, o monopólio prático que as navegações lhe permitem.(15)

A pátria de origem do açúcar, segundo Ritter, foram as baixadas pantanosas de Bengala. Ali foi produzido, desde a antiguidade, e consumido como caldo fresco ou engrossado. O cozimento do caldo até a obtenção de um produto sólido ocorreu provàvelmente depois do século XI. Antes dessa época, assim, não era possível cogitar do comércio do açúcar, porque as técnicas ligadas aos recipientes não permitiam ainda o transporte de líquidos a grandes distâncias quando havia o risco de deterioração. Na impossibilidade de transportar o produto, a solução estava na transplantação da cana às zonas de condições ecológicas propícias. A transplantação realizou-se, numa primeira etapa, das baixadas de Bengala para a região da Mesopotâmia, zona subtropical de verão suficientemente longo e quente e inverno pouco rigoroso para permitir à cana as condições exigidas. Em fins do século V a cana era cultivada na baixada aluvional da foz do Tigre e do Eufrates, na alta Susiana e no Arabistã. Aí se conseguiu apurar o açúcar cristalizado, nos fins do século VIII. A região estava já sob domínio dos árabes, que aí irromperam no século VII e conseguiram fazer do açúcar produto utilizado na manipulação de medicamentos, chamando-o *kand.* (16)

Grandes intermediários nas trocas entre o oriente e o ocidente, e em fase de ativa expansão geográfica, os árabes fazem a cana operar o segundo salto, levando o seu cultivo às costas do Mediterrâneo, em cujo litoral sul, realmente se apresentavam as condições ecológicas necessárias, ajudadas ainda pela técnica de irrigação que os árabes utilizavam e aprimorariam. No Egito, cujo adiantamento no campo da Física e da Química era notório, o açúcar aparece desde o sé-

culo IX e, durante as Cruzadas, a Síria tornar-se-ia a maior fornecedora aos mercados europeus. Das áreas continentais, a cana deslocou-se para as áreas insulares do fundo do Mediterrâneo, particularmente para Chipre.(17) Vanguardeiros, e depois monopolizadores do comércio de especiarias, os venezianos tinham já no século XII, plantações de cana na Síria e beneficiavam o produto em moendas. O terceiro salto na transplantação operou-se quando os portuguêses levaram a cana para as ilhas oceânicas recém-descobertas. Ali, a lavoura da cana acarretou o aparecimento do trabalho escravo.

O aparecimento do açúcar nas correntes de troca inclui o produto na classe das especiarias: tem pouco pêso e alto valor unitário; é consumido apenas pela classe privilegiada, aquela que absorve as mercadorias de luxo. O açúcar é utilizado também na manipulação de medicamentos, ainda na Europa. O monopólio que os venezianos detêm funda-se particularmente no domínio que exercem sôbre as fontes de produção, as ilhas do Mediterrâneo oriental, de um lado, e sôbre a técnica de refinação, que conservam em rigoroso segrêdo, vedando a saída de equipamentos nela utilizados. Depois de realizar a transplantação da cana para as ilhas, os portuguêses conseguem apossar-se das técnicas de refinação: as fontes venezianas declinam, as fontes lusas ascendem. Nos fins do século XV, entretanto, ocorre a saturação do mercado. Deixara o açúcar de ser especiaria mas, como mercadoria comum, as possibilidades de alargamento do consumo pareciam extremamente reduzidas. Ora, a criação de um mercado de amplas proporções, que permitisse a emprêsa açucareira ultramarina, teria de ser a tarefa fundamental do capital comercial, após os grandes descobrimentos. Sem isso, a colonização seria inviável.

MERCANTILISMO E CAPITALISMO

A confusão com que historiadores e ensaístas têm encarado os problemas próprios da fase em que a navegação oceânica proporcionou as grandes descobertas, e estas a colonização, obriga a uma atenção maior para o quadro do tempo, naquilo que originou a referida confusão, no fundo uma con-

fusão entre mercantilismo e capitalismo, problema de Economia Política a que a História não pode ficar indiferente. A elucidação dêsse problema permitirá um entendimento mais claro de alguns aspectos fundamentais do desenvolvimento histórico na época da expansão ultramarina: o da transferência sucessiva de predomínio econômico das repúblicas italianas para os países da península ibérica, dêstes para a Holanda, desta para a Inglaterra; a caracterização do modo de produção predominante no ocidente europeu na fase das descobertas; a caracterização do papel de Portugal na referida fase e particularmente na colonização do Brasil; a caracterização da colonização do Brasil, finalmente. Sem distinguir com clareza o mercantilismo, processo peculiar ao tempo das descobertas, do capitalismo, processo e modo de produção posterior àquele tempo, o quadro permanecerá confuso e propício a deformações.

Produzir é uma coisa; trocar é outra coisa. Os que produzem são os que trocam, por vêzes; por vêzes não são. Quase tudo que é objeto de uso é produzido; nem sempre é trocado. Ao destinar-se à troca, ao destinar-se ao mercado, assume o caráter de mercadoria: não é produzido para consumo imediato e local, deve ser transportado ao mercado e trocado. É trocado por outra mercadoria qualquer, por mercadoria especial básica ou por dinheiro. Com o passar dos tempos, as trocas se desenvolvem, cresce o mercado, as relações tornam-se complexas. Tais relações terminam por especializar atividades: uns produzem, outros trocam. A especialização surge, entre outras razões, em virtude do fato de que há, na época a que nos referimos, um hiato entre a produção e a troca.

Quando o modo escravista caracterizou a classe dominante como proprietária da terra e do escravo e fêz surgir o Estado, as trocas adquiriram um grande impulso. Isto nos prova que o comércio, como o uso do dinheiro, remontam a tempos muito recuados. Foi a necessidade de produzir mais, devida à pressão do comércio, que forçou as transformações que fizeram a sociedade evoluir do modo escravista para o modo feudal de produção, com a fase intercalar do colonato. Daí em diante, a classe dominante tinha a propriedade da terra mas do servo apenas uma propriedade incompleta. Antes, sob modo escravista, tirava dos que trabalhavam a totalidade do

que produziam, utilizando-os como animais. O feudalismo mostra que os que exerciam a propriedade tiravam do servo não mais a totalidade mas uma contribuição, em trabalho, em espécie ou em dinheiro, para consumo do senhor ou para a troca do senhor, e que a contradição repousava na disputa dessa contribuição, que o proprietário deseja cada vez maior. Quando o feudalismo declina e as trocas assumem o nôvo impulso que anuncia o mundo moderno, a divisão social do trabalho ampliara largamente o seu campo e, na medida em que as atividades se separavam, as coletividades trocavam o que produziam umas com as outras. Nessa fase de declínio feudal é que aparece o mercado interno, o mercado nacional.

Dentro de determinadas áreas geográficas, particularmente naquelas em que se operou a centralização monárquica, em que os podêres foram unificados, principalmente o de tributar, uns dedicam-se às atividades da terra, outros às atividades urbanas, uns trocam com os outros o que produzem, empregando o dinheiro para facilitar as trocas. Começa a ter uma função destacada o capital comercial e, logo depois, muitas vêzes ao mesmo tempo, começa a operar o capital usurário. Capital comercial é o que se forma, o que se gera na troca de mercadorias. Capital usurário o que se forma, o que se gera do emprêgo do dinheiro. Quando surge a fase dos descobrimentos ultramarinos, são estas as formas de capital que o homem conhece e utiliza. É da mesma fase a transformação na produção que faz surgir e desenvolver-se a manufatura.

É indispensável conhecer e distinguir perfeitamente o papel daquilo que se conhece como capital comercial na época dos descobrimentos e daquilo que é o capital comercial hoje, no modo capitalista de produção. Êste aparece quando a produção domina o comércio, subordina-o ao seu desenvolvimento; aquêle, ao contrário, aparece quando a produção simples de mercadorias alcança um certo desenvolvimento e o dinheiro facilita as trocas. Desenvolve-se com a ampliação do mercado e com o aumento da produção de mercadorias, "mas o seu desenvolvimento, em si mesmo, é insuficiente para poder realizar e explicar a passagem de uma ordem de produção a outra", isto é, da ordem feudal à ordem capitalista.(18)

O aparecimento do capital comercial é muito anterior, assim, ao aparecimento do capitalismo como modo de produ-

ção. O primeiro é capital aplicado ùnicamente na esfera da circulação de mercadorias: todo produto suscetível de troca era apoderado pelo capital comercial, fôsse produzido como fôsse, que auferia lucro da exploração dos extremos com os quais operava. Diz, então, a êsse respeito um mestre: "Um desenvolvimento independente e predominante do capital como capital comercial equivale à insubmissão da produção ao capital, isto é, ao desenvolvimento do capital sôbre uma base que lhe é estranha e sob uma forma social de produção dêle independente." (19) No regime capitalista de produção o capital comercial perde, ao contrário, a sua independência anterior, para converter-se em dependente, em servidor do capital industrial. "Não cabe a menor dúvida, — diz o mesmo autor, — e precisamente êste fato deu lugar a conceitos completamente errados, que nos séculos XVI a XVIII as grandes revoluções que tiveram lugar no comércio, decorrentes das descobertas geográficas, e que intensificaram ràpidamente o desenvolvimento do capital comercial, constituem um momento principal no estímulo à passagem da ordem de produção feudal à capitalista. A súbita ampliação do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a concorrência entre as nações européias para apoderar-se dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, e o sistema colonial, contribuíram essencialmente para romper as barreiras feudais de produção. A ordem moderna de produção, todavia, em seu primeiro período, o da manufatura, sòmente se desenvolveu onde as condições para a manufatura se tinham criado dentro da Idade Média. Compare-se, por exemplo, a Holanda com Portugal." (20)

O processo de que surge o capitalismo é, pois, endógeno; êle surge de condições internas do país ou região em que se implanta; não surge de condições externas, não surge do capital comercial, como causa única e necessária. Surge na esfera de produção, quando duas condições são satisfeitas:

— a existência de uma produção simples de mercadorias suficientemente desenvolvida e em processo de desintegração em que os poucos artesãos e camponeses enriquecidos se transformam em capitalistas; e os muitos arruinados, em operários assalariados;

— a existência de uma acumulação primitiva, seja decorrente da atividade comercial e predatória, seja decorrente da expropriação violenta e em massa de camponeses e artesãos.

Mas é evidente que, mesmo quando não levam a uma etapa em que as duas condições acima especificadas são satisfeitas, o capital comercial e o capital usurário têm um papel auxiliar na transformação de que surge o capitalismo. Contribuem, em primeiro lugar, para formar uma fortuna em dinheiro independente da propriedade da terra. O dinheiro aparece, cada vez mais, como riqueza verdadeira, como riqueza universal. A usura tem um efeito duplo: constitui, ao lado da classe mercantil, uma fortuna em dinheiro independente, e apropria-se, de outro lado, das condições de trabalho, arruinando os antigos proprietários destas e contribuindo poderosamente para realizar as condições do trabalho industrial. A usura aparece por fôrça de empréstimos de dinheiro a senhores pródigos, principalmente proprietários de terras, e por empréstimos de dinheiro a pequenos produtores, senhores de suas próprias condições de trabalho, aqui compreendidos os artesãos, mas principalmente os camponeses.

De um lado, assim, a usura ataca e destrói a antiga riqueza e a antiga propriedade feudal; de outro lado, ataca e destrói a pequena produção camponesa e artesanal, sob tôdas as formas em que o produtor aparece ainda como proprietário do campo que êle cultiva, da matéria-prima que trabalha, dos animais que utiliza. A expropriação do pequeno produtor, operada pelo capital usurário, corresponde a uma verdadeira subversão no modo de produção porque, em lugar de permanecerem isolados, como pequenos produtores, artesãos e camponeses são reunidos em vastas oficinas onde seu trabalho se encadeia e se completa, cada um fazendo uma parte dêsse trabalho. Os instrumentos, que antes utilizavam, quando produziam para si, cedem lugar às máquinas, que produzem para o capitalista. O modo de produção não permite mais, no seu desenvolvimento inexorável, a dispersão dos instrumentos de produção da fase da pequena propriedade, assim como não permite o trabalho isolado do operário. A usura centraliza, também, a fortuna em dinheiro nas áreas em que, até então, os meios de produção estavam dispersos. Ela não modifica

o modo de produção, liga-se a êle, — diz um economista, — "como parasita e torna-o miserável". Êsse enfraquecimento das formas antigas de produção torna-as exaustas de sentido, operando em condições cada vez mais difíceis. Daí o ódio que o povo votava à usura, ódio particularmente forte, acentua um historiador: "quando o direito de propriedade do produtor sôbre suas condições de trabalho constituía, ao mesmo tempo, a base da organização política e da independência do cidadão."

Um país ou região, assim, só consegue atingir a fase capitalista de produção quando:

— dispõe de uma massa de trabalhadores sem posses, pessoalmente livres mas privados dos meios de produção e de subsistência, obrigados por isso a trabalhar mediante salário para o capitalista;

— dispõe de uma acumulação de riqueza em dinheiro necessária à criação das grandes emprêsas capitalistas.

Na história, houve países que atingiram papel relevante na troca e, assim, geraram um capital comercial vultoso para o tempo, mas não alcançaram, com isso, as condições indispensáveis para passar de um modo de produção feudal a um modo de produção capitalista, ainda que tivessem, na fase mercantil, função vanguardeira. Essa função declinou justamente em conseqüência de não se ter sucedido à fase mercantil uma fase capitalista, de não ter o capital auferido na esfera da produção substituído o capital auferido na esfera da circulação. Foi êste o caso das repúblicas italianas, sob determinadas condições, uma vez que ali as manufaturas encontraram lugar antes que surgissem em outras áreas. Foi êste o caso de Portugal e Espanha, onde o capital comercial apresentou relêvo singular, já sob outras condições, de vez que as manufaturas não conseguiram alcançar um nível de desenvolvimento que permitisse a transformação subseqüente. Na época dos descobrimentos, pois, não há nenhuma razão para admitir a existência de capitalismo. A emprêsa das navegações é pertinente ao capital comercial.(21)

FEUDALISMO E COLONIALISMO

Uma das singularidades da história portuguêsa foi a unificação precoce que permitiu o estabelecimento da monarquia ali quando, em outras áreas, a dispersão feudal ainda reinava. O processo de unificação, realizado antecipadamente, anuncia a presença em Portugal de condições que lhe permitirão a conquista territorial pela luta contra os árabes e ainda de condições que lhe permitirão o surto mercantil em que, cedo, ganha posição destacada. Mas, ainda aqui, há uma confusão corrente: a confusão entre centralização monárquica, processo político peculiar ao declínio feudal, e criação do Estado moderno, processo peculiar à ascensão e triunfo burguês, inerente ao modo capitalista portanto. A confusão está ìntimamente associada àquela em que capital comercial e capitalismo são tratados como idênticos ou iguais. Em algumas regiões, o processo de unificação monárquica se antecipa, realmente. Isto não significa, entretanto, que ali tenha ocorrido uma antecipação na passagem do modo feudal de produção ao modo capitalista de produção.

A confusão deriva, de um ângulo formal, da admissão de existência, no reino luso, de uma classe burguesa, que teria empresado os descobrimentos, depois de ter empresado a unificação e a conquista territorial aos árabes.(22) Em Portugal não havia, então, modo capitalista de produção e não havia, em conseqüência, burguesia como classe dominante, embora tenha havido, e com papel de relêvo, um grupo mercantil relativamente importante e com papel seja na unificação, seja na conquista territorial, seja na expansão navegadora e nas conquistas ultramarinas. A existência de um grupo mercantil não pode ser confundida com a existência de uma classe social, a burguesia. Nem existe associação causal entre a antecipação no aparecimento de um grupo mercantil e a antecipação no triunfo burguês, como não há relação causal entre capitalismo e capital comercial, êste como antecedente obrigatório daquele. A burguesia alemã surgiu, na história, bem tarde, mas isso não impediu que se tornasse classe dominante, na Alemanha, antes que tal transformação ocorresse em Portugal.

O que é indubitável é a presença, em Portugal, de um grupo mercantil ativo e relativamente poderoso. A antecipação do processo unificador que coloca o monarca no comando político não deriva de um enfraquecimento das relações feudais que ligam o rei aos demais senhores, deriva das necessidades da luta militar, a luta contra a fração leonesa, antes, a luta contra os árabes, depois. No processo de unificação, o apoio do grupo mercantil à monarquia é iniludível; tal grupo está interessado na autonomia, está interessado na unificação, está interessado na conquista territorial. Estará interessado nas navegações e nas conquistas de ultramar. A sua presença e o seu papel, ainda que importantes, não são suficientes para permitir a idéia, que constituiria uma desconexão histórica, de que existia em Portugal uma classe burguesa dominante e que, paralelamente, o modo de produção ali fôsse capitalista.

Discute-se a peculiaridade lusa de afrouxamento dos laços de dependência feudal, agora não os que ligam os senhores ao rei, mas os que ligam os servos aos senhores, e há mesmo os que avançam a tese de que em Portugal não houve feudalismo.(23) O problema é simplesmente mal pôsto, partindo de premissas verossímeis e mesmo verdadeiras, para conclusões inexatas. A premissa fundamental é de que o afrouxamento dos laços feudais, de dependência dos servos para com os senhores, comprovaria a refratariedade lusa ao que havia de essencial no medievalismo. É uma premissa paralela à que aceita o grupo mercantil como classe burguesa, e o capital comercial como capitalismo. Parte de um fato verdadeiro: o afrouxamento dos laços da servidão. A luta militar, realmente, deslocando populações, forçando o servo ao serviço das armas, arrancando-o à terra, gerou um afrouxamento naqueles laços, no sentido formal de que o servo ficava separado da terra a que deveria estar vinculado e que, separado, deixava de contribuir para o senhor. A distinção é formal, de vez que a contribuição em espécie ou em dinheiro estava, na fase de luta, substituída pela contribuição de sangue, e nem aquela ficava de todo extinta, uma vez que só os homens válidos a prestavam, e a terra continuava, quando era possível, lavrada pelo restante da família que não participava do combate. Trata-se, antes, de desorganização, quase sempre transitória, do que de afrouxamento dos laços da servidão.

Os laços da servidão poderiam ter sofrido um afrouxamento, em Portugal, por dois caminhos, o da luta direta dos servos contra os senhores, de que, pela vitória dos servos, aquêles laços resultassem dissolvidos ou mesmo afrouxados; ou o da luta militar, em que servos e senhores combatiam do mesmo lado, os primeiros como dependentes dos segundos, prestando, sob forma diversa da costumeira, e não menos feudal, serviços a que eram forçados. Se o caminho seguido tivesse sido o primeiro, o objetivo dos servos teria sido quebrar os laços da servidão; a forma teria sido a da rebelião camponesa; o alvo, os senhores feudais. Foi o que ocorreu na Alemanha, sob direção dos camponeses, e fracassou. Foi o que ocorreu na França, sob direção da burguesia, em fase posterior, e triunfou. Não ocorreu em Portugal. Ocorreu em Portugal o segundo caminho: uma luta cujo objetivo consistia em expulsar os árabes e tomar as suas terras, cabendo a direção aos senhores feudais. Tivesse ocorrido o primeiro, os golpes teriam sido mortais, o feudalismo não se restabeleceria dêles. As conquistas não reverteriam em benefício dos senhores. Mas ocorreu o segundo, com afrouxamento, na verdade, dos laços da servidão, com desorganização da produção agrícola, em caráter transitório. De forma alguma isto chegou a comprometer a dominação feudal. Muito ao contrário: ela se fortaleceu com as doações de terras conquistadas aos árabes. Os laços enfraquecidos pela luta militar voltaram a enrijecer-se. A conquista robusteceu-os, e a produção feudal se restabeleceu. Com a agravante de uma área escravista que vai aparecer no extremo sul.

No século XV, quando se abrem as perspectivas de descobertas ultramarinas, e estas se concretizam, a estrutura social lusa era a seguinte:

— senhores feudais, constituindo a nobreza, englobando nobres de posses e nobres de títulos, proprietários territoriais e ainda o clero;

— mercadores, detentores do capital comercial e do capital usurário;

— plebe, com os elementos ligados à pesca, à náutica, às equipagens das frotas, ao artesanato, de um lado, e os servos, de outro lado;

— escravos.

Duas classes ficam perfeitamente delineadas: a dos senhores feudais e a dos servos. Os escravos não constituem classe social, os elementos ligados ao capital comercial e ao capital mercantil constituem apenas um grupo, os elementos ligados a atividades urbanas ou náuticas constituem camada social sem condições para constituir base política que permitisse ao grupo mercantil travar a luta contra os senhores feudais. Não aparecem, na referida estrutura, os que produzem mercadorias, no país, os operários; nem os que dominam aquela produção, os capitalistas. Onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo. O grupo que detinha o capital comercial, como o capital usurário, era relativamente poderoso, exercia influência na Côrte, mas não tinha raízes no processo produtivo do próprio país, processo fundamentalmente agrário e feudal, com um setor escravista. Os lucros auferidos no comércio com outros países ou regiões não eram aplicados na produção local, que não evoluía, não eram invertidos nas manufaturas, e estas não evoluíam para se transformar em oficinas ou fábricas. Tais lucros consumiam-se nas guerras, particularmente as de concorrência, e no consumo parasitário dos senhores feudais, inclusive o clero.

Os servos que viam afrouxar-se os laços que os prendiam aos senhores e que não regressavam à terra não chegavam a constituir, com isso, massa desprovida de meios de produção, não se constituíam em assalariados, e a maioria retornava à condição antiga. O grupo mercantil, assim, ficava desprovido de base política, como ficou mencionado, a base que poderia, em outras circunstâncias, surgir de operários, artesãos e camponeses livres, para a luta contra os senhores feudais. Sem raízes no processo local de produção e sem base política, ficava ilhado e sua tendência era emigrar. Estava reduzido a si mesmo, combatido por fôrças muito poderosas, sem condições para enfrentá-las.

Os lucros auferidos pela Coroa e pelos mercadores, como não eram fundados na produção do próprio Reino, tendiam a acumular-se no estrangeiro, particularmente com os holandeses. Em mãos dêstes é que, aplicados na produção própria, uma vez que a Holanda dispunha de manufaturas importantes, subverteria as bases da produção feudal. A transferência de tais lucros é que faz com que Portugal tenda a perder a sua

destacada posição no quadro mundial. Os lucros obtidos na esfera da circulação evadiam-se com facilidade. Mas ainda êstes, em que o Reino teve o papel conhecido, foram alcançados com a associação a mercadores estrangeiros, particularmente holandeses.

Esta é a sociedade lusa que vai enfrentar a emprêsa das grandes navegações, das descobertas ultramarinas e, depois, da colonização das zonas tropicais, quando o nôvo mercado mundial surge. As mercadorias, agora, vão ser produzidas em zonas as mais distanciadas, transportadas de umas a outras, e largamente distribuídas. O esquema, no caso, apresentava-se assim:

— zonas produtoras;
— transporte;
— distribuição;
— zonas consumidoras.

Tratava-se, de acôrdo com aquêle esquema, de:

— dominar ou apossar-se das zonas produtoras, seja pela conquista, seja pela colonização;
— transportar as mercadorias (navegação);
— distribuir as mercadorias (circulação);
— criar mercados amplos de consumo.

Tudo isto mostra, com muita clareza, que a emprêsa das navegações de longo curso e das descobertas ultramarinas nada tem daquele caráter de aventura com que é habitualmente apresentada. É, muito ao contrário, emprêsa do frio cálculo, da cuidadosa preparação, do método rigoroso. É uma tarefa comercial, a maior que o mercantilismo empreende. Para enfrentá-la, Portugal, como a Espanha, estava devidamente preparado. Mas, ainda assim, foi incapaz de cumpri-la em sua totalidade e de durar no seu cumprimento. A criação do nôvo mercado mundial contribuiria para ampliar consideràvelmente a divisão do trabalho no campo: a Europa do século XV vai assistir, realmente, a especialização de zonas geográficas inteiras e extensas, e distanciadas umas das outras. Para compreender com clareza o caráter daquela ampliação

é necessário ter em conta as características que o ocidente europeu apresentava, na época:

— a Europa produzia, então, os gêneros indispensáveis à subsistência de suas populações;

— os produtos da terra quase não eram objeto de troca.

A resposta que deve ser dada a tais características, para que elas não entravem a ampliação que vai ter lugar, e que condiciona o alargamento do mercado mundial e a divisão ampla do trabalho no campo, consistiria em:

— proporcionar ao mercado europeu o que a Europa, por condições ecológicas, não podia produzir;

— ampliar o mercado de consumo para os produtos da terra, desenvolvendo a sua participação nas correntes de troca.

Êsse mecanismo é que permite o desenvolvimento do comércio de especiarias, abrindo perspectivas ao de alimentícios e ao de matérias-primas. Trata-se, em primeiro lugar, de aproveitar as condições ecológicas das zonas ultramarinas conquistadas para o comércio direto ou apossadas e colonizadas. Ora, "os trópicos (e em menor escala os subtrópicos também) fornecem, em virtude de seu período vegetativo prolongado e em parte pràticamente sem interrupção, produtos agrícolas muito valorizados, como condimentos e especiarias, numa qualidade e quantidade que as zonas temperadas não podem produzir".(24) Quando a etapa da especiaria fica superada, — embora essa mercadoria especialíssima continue a figurar nas trocas, — torna-se necessário subverter as condições de produção nas zonas produtoras distantes para produzir em grande escala, ao mesmo tempo que se subvertem as condições das zonas consumidoras, para consumir em grande escala. Convém examinar a primeira parte, antes.

As zonas distantes apresentavam, de início, condições adversas, sob o modo de produção peculiar aos nativos das zonas tropicais, para produzir em grande escala. A subversão, no caso, é representada pela introdução do sistema de *plantage*. O primeiro produto, com antecedentes de especiaria, que constitui a base do sistema de *plantage* é o açúcar. Um geógrafo eminente, a êste propósito, define o problema da maneira

seguinte: "Verifica-se, portanto, no caso da cana-de-açúcar, uma grande diferença entre a cultura das *plantages* e a produção nativa, diferença concernente à forma de produzir e à finalidade da produção. Haverá fundamental diferença se o suco da cana-de-açúcar é consumido no próprio local, fresco, engrossado, ou como açúcar mascavo bruto, como o fazem ainda hoje os nativos do sul da Ásia, ou se o mesmo se destina a ser levado ao mercado sob forma sólida e purificada, constituindo o chamado 'sal doce'. Êste último é tão valioso e durável que pode ser exportado para as áreas de consumo longínquas. Mas, para a sua produção, são necessários, além dos canaviais, uma fábrica especializada com diversas instalações mecanizadas e os correspondentes conhecimentos químicos e técnicos, sem falar no capital inicial. Tudo isto, entretanto, está fora do alcance das possibilidades dos nativos. Uma *plantage* não é um empreendimento puramente agrícola, mas ainda industrial; não produz apenas produtos agrícolas, beneficia-os tornando-os armazenáveis e aptos a serem exportados. E isto ela se vê obrigada a fazer porque não produz, como no caso dos nativos, para o próprio consumo e sim para o mercado externo e principalmente para o mercado da zona temperada do hemisfério norte. Êste, entretanto, fica muito afastado dos centros de produção nos trópicos e o transporte dos produtos tem de ser realizado através da zona tropical quente e úmida, com todos os riscos de deterioração. Encontramos, assim, uma segunda relação importante entre a *plantage* e o mundo tropical. Trata-se não de uma relação climática ou da própria natureza dos trópicos, mas de sua posição geográfica, de sua grande distância dos mercados das latitudes mais altas. A dependência das *plantages* dêsses mercados distanciados obriga-as a tornar os seus produtos exportáveis e duráveis, de modo que a sua produção tem de ser organizada para um objetivo completamente diverso daquele dos nativos: elas têm de lançar mão da industrialização. No caso da cana-de-açúcar, esta industrialização atinge o seu ponto máximo, pois se trata de transformar um suco fàcilmente deteriorável num produto sólido e durável." (...) "Para a maioria e as mais importantes regiões de *plantages* dos trópicos, o mercado de colocação dos produtos é o mercado externo, o que explica a preferência para sua localização

nas ilhas (Java, Ceilão, Cuba) ou nas regiões próximas à costa nos continentes (estados sulinos dos Estados Unidos, regiões costeiras do Atlântico e do Pacífico da América Central, nordeste do Brasil)."(25)

Há, finalmente, uma consideração básica, a respeito da divisão de trabalho que especializa agora tôda a superfície terrestre pràticamente, com a criação do mercado mundial. É que as zonas consumidoras de produtos tropicais são produtoras de manufaturas, quando aquela subversão é introduzida nas primeiras em que a mudança se opera. Estão em condições, portanto, de suprir as zonas tropicais dos utensílios e tôda espécie de mercadorias que estas ficam desobrigadas de produzir quando se especializam. Sem a existência de zonas manufatureiras, a divisão do trabalho no campo, na fase do mercado mundial, teria sido impossível. É o aparecimento da manufatura no ocidente europeu, e na fase das grandes navegações e das descobertas ultramarinas e colonização conseqüente, que possibilita os empreendimentos em ultramar. Na medida em que a deterioração da manufatura gera a indústria, a especialização se acentua, amplia-se e se agrava. Vai cobrir também, nas áreas tropicais, alimentícios e matérias-primas. Todos os gêneros fornecidos por tais áreas passam a ser conhecidos como "gêneros tropicais". E como as zonas tropicais são objeto de colonização ou de dominação pela fôrça, serão conhecidos também como "gêneros coloniais".

A EMPRÊSA DAS NAVEGAÇÕES

A emprêsa das navegações, que possibilita as descobertas de que decorre a colonização, tem suas bases no capital comercial cujo aparecimento e desenvolvimento caracterizam o declínio do feudalismo. Aquêle capital, formado na esfera da circulação, tem sua origem na troca de intermediários e na exploração dos extremos, o produtor e o consumidor. A primeira e longa etapa de sua formação está vinculada à mercadoria especialíssima que é a especiaria, e apresenta uma fase preliminar da divisão do trabalho no mercado mundial, fazendo das zonas tropicais fornecedoras ao mercado europeu de condimentos e alimentícios orientais. Pelo seu redu-

zido volume e alto valor unitário, como é sabido, as especiarias atendiam às limitações ligadas à deficiência nas técnicas de transporte, que se refletiam no alto frete da época, particularmente à fraca tonelagem dos barcos. O mecanismo das trocas, no que dizia respeito às especiarias, fundava-se também num giro rápido, numa rápida transformação da mercadoria em dinheiro; o dispêndio de tempo ocorria no transporte. Fundava-se ainda no fato de que entre o produtor e o consumidor não sofria nenhuma transformação: a especiaria era entregue tal como fôra recebida.

O açúcar foi a única especiaria que demandou, desde o início, um beneficiamento primário, sem o qual não poderia ser objeto de troca: a transformação em sólido para poder ser transportado e resistir à deterioração. Assim, só a posse da técnica de beneficiamento primário permitia a produção. Não surpreende que o capital comercial, que tinha na distribuição do açúcar uma de suas melhores fontes de renda, alcançasse o apossamento daquela técnica para os seus detentores, — e é por isso que determinados grupos começam pela distribuição e acabam na produção, ao contrário do que costuma acontecer na economia moderna. Detentores de capital comercial, os venezianos apropriam-se daquela técnica e tornam-se produtores de açúcar, nas áreas orientais do Mediterrâneo. Detentores de capital comercial, os portuguêses, no século XV, apropriam-se daquela técnica e tornam-se produtores de açúcar, nas áreas ecològicamente propícias das ilhas do Atlântico. Na apropriação da referida técnica e na própria instalação da área produtora ocidental, tiveram os portuguêses a ajuda do capital comercial holandês, que já estava vinculado à distribuição de açúcar ao mercado consumidor europeu. E as manufaturas holandesas proporcionam os meios destinados à fabricação dos equipamentos que constituem os engenhos. O avanço alcançado pelos portuguêses na produção encontra, entretanto, um obstáculo difícil de superar, na metade do século XV, quando o mercado atinge o seu limite de consumo, daí resultando a política de retenção e de defesa de preços adotada no reino manuelino.(26)

A experiência das ilhas, porém, permitiria ao Reino os recursos necessários a uma etapa posterior, a solução dos inúmeros problemas ligados à produção e à distribuição do açúcar,

cujo passado de especiaria estava pràticamente extinto. Experiência e capital comercial juntam-se para dar ao Reino as condições indispensáveis a um segundo lance, o lance que se tornaria exeqüível com as grandes navegações, as descobertas em ultramar, a posse e a colonização de áreas fora do continente. Nos fins do século XV, por outro lado, estava Portugal de posse das técnicas de navegação que lhe permitiriam dar o grande salto para o longo curso. A transferência de capital comercial da área italiana para a área ibérica, e a atração que esta exerceu sôbre o capital comercial holandês, foi acompanhada da transferência de recursos humanos, de recursos técnicos, que forneceriam as bases sôbre as quais a navegação oceânica fundou a sua expansão. O fato de ter sido um genovês, Cristóvão Colombo, o descobridor da América, em 1492, fornece um exemplo, entre muitos outros, da gravitação para a península ibérica de tôda a sorte de meios materiais e humanos que, antes, se concentravam na península italiana. Mas cinco anos antes, em 1487, já Bartolomeu Dias, em viagem de importância indiscutível, dobrara o Cabo das Tormentas. Amadureciam as condições concretas para a abertura de uma nova fase na divisão do trabalho no mercado mundial. Em 1494, pouco depois do descobrimento de Colombo, o Papa regulava a repartição das áreas desconhecidas entre Portugal e Espanha. E o problema do meridiano que as definisse, discutido em Tordesilhas, giraria muito mais em tôrno da posse das Molucas, fonte de especiarias, isto é, das mercadorias que eram objeto de troca e de procura, do que da posse de terras americanas. Ao aproximar-se o fim do século, em 1497 e 1498, Vasco da Gama concretizou a ligação direta com as fontes produtoras de especiarias no oriente.

O esquema antigo, quanto ao comércio de especiarias, apresentava os seguintes elementos: suseranos orientais, intermediários árabes (mouros), intermediários venezianos, distribuidores e redistribuidores, consumidores, na fase em que provinham elas do Oriente por via terrestre, até o fundo do Mediterrâneo. Depois da abertura das rotas marítimas pelos portuguêses, o esquema passou a apresentar-se da maneira seguinte: suseranos orientais, intermediários portuguêses, distribuidores e redistribuidores, consumidores. Estavam excluídos os intermediários árabes, que continuariam disputando

com os lusos, à mão armada, nas Índias, a preferência dos suseranos, e estava quebrado o monopólio veneziano na distribuição. Lisboa, já empório do açúcar, tornava-se empório das especiarias.

O comércio das especiarias, área importantíssima em que o capital comercial operava e de que se alimentava, oferecia aspectos que convém frisar:

— era-lhe indiferente o modo de produção de especiarias;

— vivia da exploração do valor, isto é, da diferença entre o preço de compra no oriente, que forçava ser o mais baixo, e do preço de venda no ocidente, que forçava ser o mais alto, ganhando nessa diferença que importava, assim, na exploração dos extremos, peculiar ao capital comercial;

— a especiaria tinha um valor de uso, era consumida improdutivamente;

— a luta pela concorrência e disputa de fornecimentos em regime de monopólio transformou, pouco a pouco, a atividade comercial em atividade predatória: o preço de compra desceu, e às vêzes se anulou, mas ocorreu um dispêndio muito grande de recursos para alimentar a atividade predatória;(27)

— pressupunha a produção local organizada, não estava interessado em organizá-la;

— era desligado da produção;

— era desligado do consumo.

A conquista do comércio oriental de especiarias não é uma conquista de território, pois: os navegadores não vão ocupar as áreas produtoras, nem interferir nelas. É uma conquista que cedo se reveste de violência, porque disputa privilégios, particularmente o do monopólio, impôsto pela fôrça na maioria dos casos. Trata-se de substituir os antigos mercadores árabes, que ali obtinham as mercadorias que levavam ao Ocidente, por mercadores europeus, estabelecendo contato direto com as zonas produtoras e eliminando os roteiros terrestres. Para a conquista do comércio há necessidade de fundar estabelecimentos do tipo feitoria, é um princípio de ocupação por pontos, a importância está em determinadas praças orientais que coletam a produção regional. Essa coleta tem importância enorme, sem ela não existiria comércio, há que

reunir o que populações dispersas produzem. A produção, entretanto, é preexistente: não se trata de criá-la, antecede a fase das grandes navegações. E há uma população suficientemente densa para permitir a coleta da produção dispersa. Trata-se de comerciar, pois, e não de produzir, nem de povoar, nem de colonizar. À base da colonização, o comércio de especiarias teria sido impossível, não teria existido. Os fretes são tão altos, em face aos riscos da navegação, além dos riscos na conquista dos privilégios, que só mercadoria do tipo das especiarias poderia enfrentá-los. Só a preexistência da produção organizada permitia o desenvolvimento dêsse comércio: montar a produção correspondia a um empreendimento de tais proporções, tendo em vista as características locais, que o capital comercial não estava em condições de concretizar, nem era de sua natureza fazê-lo.

NOTAS

(1) "O empréstimo com interêsse ou, para empregar o têrmo técnico com que é designado e que, desde então, teve o significado pejorativo que conservou até hoje, a usura, é uma abominação. Sempre foi vedado ao clero; a Igreja conseguiu, a partir do século IX, que ficasse proibido também aos leigos e reservou o castigo dêsse delito à jurisdição dos seus tribunais. Ademais, o comércio em geral não era menos reprovável que o do dinheiro." (...) "É fácil verificar a harmoniosa correspondência dêsses princípios com os fatos e quão bem se adapta o ideal eclesiástico à realidade. Justifica uma situação que vem beneficiar antes de tudo a Igreja. A reprovação da usura, do comércio, do lucro sem outro fim que o de lucrar, é muito natural e, naqueles séculos em que cada domínio se bastava a si mesmo e constituía normalmente um pequeno mundo fechado, nada podia ser mais benéfico, se se pensa que o homem faminto era apenas obrigado a pedir emprestado, que, em suma, fôssem possíveis todos os abusos da especulação, da usura, em uma palavra, da tentadora exploração da necessidade, se precisamente a moral religiosa não os houvesse condenado. É evidente que a teoria dista muito da prática e os próprios mosteiros, amiúde, quebravam os preceitos da Igreja. Esta impregnou, entretanto, tão profundamente o mundo com o seu espírito que serão necessários vários séculos para que se aceitem as novas práticas que o renascimento econômico exigirá no futuro e para que se aceitem sem reservas mentais a legitimidade dos lucros do comércio, da produtividade do capital e do

empréstimo com interêsse." (Henri Pirenne — *Historia económica y social de la Edad Media* — 4.ª edição México — 1947 — págs. 21/22.)

"Aliás, a Reforma religiosa, a reforma calvinista sobretudo, vai contribuir, de uma maneira singular, para fazer triunfar a concepção moderna do capitalismo, como foi pôsto em evidência por dois homens de ciência alemães, Max Weber e Troeltsch. A doutrina de Calvino, no que diz respeito ao empréstimo com juros, opõe-se absolutamente à doutrina da Igreja católica; não estabelece hierarquia entre o 'espiritual' e o 'temporal'; considera louvável o trabalho, o exercício sério da profissão, e legítima a aquisição das riquezas. Neste ponto de vista, a sua doutrina se aproxima da concepção judia; mais tarde lhe examinaremos as conseqüências. O individualismo, que caracteriza a reforma calvinista, quadra-se bem com o individualismo dos centros capitalistas em formação no século XVI, e constitui fato notável que cidades como Lião ou, sobretudo, Antuérpia, tenham adotado com tanto ardor as novas idéias religiosas." (Henri Sée — *As Origens do Capitalismo Moderno* — Rio — 1959 — pág. 58.)

"Em oposição à nobreza feudal, impaciente por devorar mais do que o seu haver, fazendo praça de seu luxo, de sua domesticidade numerosa e decadente, a economia política burguesa devia, portanto, pregar a acumulação como o primeiro dos deveres cívicos e não se cansar de ensinar que, para acumular, é necessário ser sábio, não gastar todo o lucro, mas consagrar boa parte dêle ao pagamento dos trabalhadores produtivos, rendendo mais do que recebem." (Karl Marx — *Le Capital* — Paris — 1949 — págs. 40/41, IV.)

(2) "Fato significativo é o das feiras, que representavam um papel tão importante quando o grande comércio tinha ainda caráter ùnicamente periódico, mas que perdem pouco a pouco o seu valor, à medida que se desenvolve o comércio sedentário e urbano. Vêem-se surgir, desde o século XVI, as Bôlsas mundiais, como em Antuérpia e Lião, que vão tomar cada vez mais o lugar das feiras. Nas feiras, os ajustes financeiros só se realizam por ocasião e após as transações comerciais. Nas Bôlsas, já não se traziam as mercadorias; os comerciantes traficam com os valôres que elas representam. Lião deve a sua importância muito mais à finança que ao comércio. Nessa praça se negociam de preferência os empréstimos públicos; a ela afluem os banqueiros, a maior parte dos quais originários da Itália ou da Alemanha do sul." (Henri Sée — op. cit. — pág. 47.)

"As feiras de Gênova tomaram grande importância após a decadência de Antuérpia, e prosperaram durante meio século. Tinham a característica de não haver nelas tráfico de mercadorias; apenas se entregam a transações financeiras: transações particularmente ativas, visto que se encontram ali instrumentos de câmbio para as principais praças de comércio. A Coroa de Espanha realiza freqüentes negócios nas feiras de Gênova para as suas necessidades financeiras. Como as pessoas se entregam ali a especulações de tôda a espécie, isso favoreceu, numa grande escala, a concentração de capitais. Foi como o último clarão da vida econômica da Idade Média." (Henri Sée — op. cit. — pág. 54)

"Além disso, o fato de que tôdas as praças da Europa estivessem mùtuamente em contato com as feiras da Champanha introduziu nestas, no século XIII, o sistema de pagamento das dívidas por compensação. As feiras desempenharam, assim, naquela época, o papel de um *clearing house* embrionário. Se se pensa que o afluxo para elas provinha de tôdas as partes do continente, compreender-se-á fàcilmente quanto contribuíram para iniciar os seus clientes no aperfeiçoamento dos processos de crédito adotados pelos florentinos e sieneses, cuja influência era preponderante no comércio monetário." (Henri Pirenne — op. cit. — pág. 107.)

(3) "Essencialmente, êle vive da troca. Tira a sua subsistência da diferença entre o preço de compra e preço de venda ou entre o capital emprestado e o valor reembolsado. E como a legitimidade dêsse lucro intermediário, desde que não se trata de um simples salário de trabalhador ou transportador, é negado pelos teólogos e que os meios cavalheirescos compreendem mal a sua natureza, seu código de conduta acha-se, assim, em flagrante antagonismo com a moral dominante. Para que possa especular com a terra, os entraves senhoriais sôbre a propriedade lhe são insuportáveis. Porque tem de tratar ràpidamente de seus negócios e porque êstes, desenvolvendo-se, não cessam de causar problemas jurídicos novos, as demoras, as complicações, o arcaísmo da justiça tradicional o exaspera. A multiplicidade de podêres que repartem a cidade representa obstáculo à boa polícia das transações e como um insulto à sua solidariedade de classe. As imunidades diversas de que gozam os seus vizinhos da Igreja ou da espada parecem-lhe outros tantos impedimentos à liberdade de suas ações. Nas estradas, que percorre sem pausa, aborrece com um horror igual as exações de passagem e os castelos em que se originam, sôbre as caravanas, da parte dos senhores. Em uma palavra, as instituições criadas eram para um mundo em que êle não tinha ainda senão um reduzido lugar, porque tudo o hostiliza e entrava. Provido de franquias conquistadas pela violência ou obtidas contra dinheiro sonante, organizado em grupo sòlidamente armado para a expansão econômica ao mesmo tempo que para as represálias indispensáveis, a cidade que êle sonha construir será, na sociedade feudal, como um corpo estranho." (Marc Bloch — *A Sociedade Feudal — As Classes e o Govêrno dos Homens* — Paris — 1940 — pág. 113.)

(4) "A êste respeito, o primeiro fato digno de ser notado é a centralização do poder nas mãos do rei. Como vimos, no tempo da feudalidade o poder estava repartido entre os nobres; será concentrado agora na monarquia. As despesas ocasionadas pela artilharia e pelo equipamento de um grande número de arcabuzeiros sendo muito importante para serem suportadas pelos particulares, é o Estado que as enfrenta. De outro lado, esta concentração do poder nas mãos laicas coloca a monarquia acima da Igreja, porque a guerra, tornando-se um instrumento político, deixa de ser um julgamento moral." (J. F. C. Fuller — *L'influence de l'armament sur l'histoire* — Paris — 1948 — pág. 107.)

"Na fase de apogeu da civilização pagã, os efeitos econômicos da incorporação romana haviam-se traduzido na criação de um verdadeiro comércio internacional entre a capital do Império e os países submetidos, que se tornaram os supridores de produtos agrários. Com o colapso da

estrutura política do mundo clássico e a subseqüente retração da vida civilizada a uma área geográfica que se tornou ainda mais acanhada com a extensão das conquistas islâmicas, a economia européia retrocedeu a um primitivismo em que a confusão das formas de produção impedia forçosamente o desenvolvimento em escala muito considerável do progresso material das populações e, portanto, da sua ulterior cultura social e espiritual. O comércio de longo curso explorado pelas repúblicas marítimas da Itália e particularmente por Veneza tinha feito reviver, desde o século XII, embora em escala rudimentar, um estado de coisas levado no mundo antigo a um nível de considerável perfeição, primeiro pelos cartagineses e depois pelos romanos na fase culminante da expansão imperial. À medida que prosseguia lentamente a marcha da nova organização econômica da Europa e que o comércio marítimo com o Oriente Próximo, centralizado afinal em Veneza, se ia completando pela expansão de um intercâmbio realizado por terra, graças a um maior policiamento das estradas, e nos mares setentrionais pela ação mercantil da Liga Hanseática, tinham sido criadas gradualmente novas condições sociais que deviam abalar os fundamentos do feudalismo. Com a intensificação dessas atividades mercantis, o processo primitivo da troca de produtos e de comércio restritamente regional foi sendo substituído por um sistema de negócios muito mais amplo e que exigia métodos e instituições de caráter muito mais complexo. Aparece a letra de câmbio como um instrumento essencial a êsse mecanismo comercial mais desenvolvido e o crédito vem assim tornar-se a base das transações que se vão progressivamente avolumando.

"A importância da introdução da letra de câmbio cumpre ser salientada, porque com ela se operou uma transformação do comércio que representa a contribuição com que a parte final da Idade Média fêz passar as relações econômicas a um plano superior àquele em que elas se haviam processado na antiguidade. Sem dúvida, no período de desenvolvimento culminante da civilização romana, o crédito já havia surgido como efeito da maior complexidade e da extensão das operações mercantis, que se realizavam entre a metrópole do Império e os países onde Roma ia buscar a maior parte dos produtos agrários e mesmo industriais que consumia. Mas entre essa forma embrionária de crédito e a organização do comércio internacional em larga escala que a letra de câmbio tornou possível nos últimos séculos da época medieval, há uma profunda e radical diferença. Pode-se, portanto, afirmar que a êsse período cabe incontestàvelmente o mérito de haver criado as bases sôbre as quais, nos tempos modernos, foi erguido o grandioso edifício do economismo contemporâneo. Da verdadeira transformação revolucionária que aquelas ações econômicas vieram realizar promanaram conseqüências sociais mais tarde repercutidas em novas formas de organização política. O desenvolvimento do grande comércio estabelecido sôbre o crédito determinou o aparecimento de uma classe de mercadores, que se foi especializando no financiamento das transações e que, à medida que os seus recursos de capital aumentavam, passou também a desempenhar papel de suprema relevância no suprimento de fundos aos potentados feudais e aos reis. Mais de uma conseqüência resultou dessa eclosão

de instituições bancárias. Os mercadores que negociavam com o dinheiro adquiriram ràpidamente um prestígio social e político que não sòmente os tornou uma fôrça cujo poder começava a empalidecer a situação de exclusiva ascendência em que até então se mantivera a nobreza feudal, como se refletiu também na própria condição social de todo o comércio, imprimindo-lhe um caráter de respeitabilidade em oposição ao conceito pejorativo dêle formado na fase anterior da Idade Média. Aos afeitos sociais do progresso econômico dos últimos séculos medievais juntou-se sem tardança um resultado político de incalculável alcance.

"Até o aparecimento dos banqueiros, que ràpidamente constituíram um patriciado mercantil, os reis estavam, em face dos senhores feudais de que eram chefes, em uma posição sensìvelmente precária. A organização exclusivamente militar, que se formara na primeira parte da Idade Média, não permitia que a autoridade régia ultrapassasse os limites das prerrogativas inerentes à chefia de uma confederação de senhores feudais. Para equilibrar o poder marcial, que se achava nas mãos dos senhores de cujas tropas dependia o rei, não dispunha êste, senão do prestígio abstrato da sua investidura e do apoio moral que lhe dava a autoridade espiritual do Papa, protetor e fiscal dos que, pela unção sagrada, haviam recebido os direitos divinos da realeza. O episódio do rei João, obrigado a submeter-se à assinatura humilhante da Magna Carta, mostra como, ainda no século XIII, a autoridade soberana podia ser fàcilmente anulada pela combinação das fôrças militares da nobreza e do prestígio espiritual do Pontífice Romano. A nova ordem econômica veio criar diferentes condições políticas. Formado um capital mobilizável e manejado por uma classe especializada, os reis começaram a ter ao seu alcance a fôrça do dinheiro para contrabalançar o poder militar da nobreza. Entre êles e os banqueiros se estabelece gradualmente uma cooperação de que resulta o aumento progressivo dos elementos de fôrça à disposição do poder central, que assim vai pouco a pouco resistindo mais eficazmente às pretensões insolentes dos senhores feudais e pode mesmo passar, mais tarde, a cercear-lhes as prerrogativas até o estabelecimento final do Estado moderno com fisionomia unitária." (Azevedo Amaral — *Ensaios Brasileiros* — Rio — 1930 — págs. 32/36.)

(5) "A bravura cede lugar à mecânica: aquêle que utiliza a melhor arma é o adversário mais formidável, qualquer seja a sua situação social e a sua coragem. Porque, como disse Carlyle, a verdadeira utilidade da pólvora 'é que ela coloca todos os homens no mesmo pé'. Em resumo, ela democratiza a guerra. Assim, transformando o caráter da guerra, a pólvora transforma o modo de vida cristão da Idade Média." (J. F. C. Fuller — op. cit. — pág. 96.)

(6) "Por outro lado, é certo que a expansão do capitalismo contribuiu para o florescimento da Renascença. Bastará atentar, não sòmente para a riqueza e o luxo que permitiam aos mecenas encorajar as artes, mas também para a independência do espírito que a nova organização econômica favorecia. O artista, escapando ao laço corporativo, torna-se mais livre. As relações mais ativas entre os diversos países dão ao espírito um maior campo de ação. É, no fundo, sempre o individualismo que está em jôgo, quer se encare os progressos do capitalismo, quer o advento da Renascença e da Reforma." (Henri Sée — op. cit. — pág. 58.)

(7) "Parece-nos que o determinismo psicológico dêsse humanismo individualista, de cujas aberrações sòmente agora se vai emancipando o Ocidente civilizado, pode ser racionalmente explicado pelo papel representado pela imprensa na elaboração da cultura renascentista. As dificuldades opostas à extensiva difusão das idéias pelo método caligráfico a que se achava adstrito o intercâmbio intelectual antes da invenção de Guttenberg, tinha como conseqüência um contrôle do pensamento social pela vigilância das elites eruditas. Daí advinha não sòmente uma fiscalização muito mais severa das peculiaridades originadas nas idiossincrasias dos pensadores, como uma parcimônia de leitura que não favorecia a exacerbação desmedida do egotismo intelectual dos indivíduos medíocres que, naturalmente, constituíam a grande maioria dos que sabiam ler. Em tais condições, a difusão das idéias vinha a processar-se por intermédio de pessoas integradas nos órgãos corporativos da sociedade e obrigadas, portanto, a submeterem-se a uma certa órbita de injunções disciplinares, por êles impostas aos seus componentes, e que formavam no seu conjunto as linhas de demarcação espiritual da coletividade social.

"A imprensa, dando lugar à reprodução rápida e em larga escala dos escritos que o processo caligráfico só permitia multiplicar lenta e escassamente, pôs multidões de leitores ao alcance imediato de idéias que antes só chegavam até êles por intermédio de canais em que se exercia a censura inspirada pela preocupação de reprimir todos os excessos de originalidade capazes de ameaçar a coesão intelectual e moral do corpo coletivo. Não parece ter sido simples coincidência o fato de a Reforma surgir exatamente no país onde fôra inventada a imprensa e onde a nova arte atingira mais cedo considerável grau de eficiência. Entre o livre exame luterano e a máquina de Guttenberg há uma interdependência absoluta e indissolúvel. Uma vez que o gênio mecânico proporcionara um meio de os livros chegarem fàcilmente ao contato de todos que podiam ler, estava na lógica da situação assim criada que cada leitor se investisse automàticamente da prerrogativa crítica, anteriormente monopolizada pelos privilegiados eruditos das universidades e dos mosteiros. A rebeldia religiosa do monge tudesco foi apenas a extensão ao círculo intelectual em que êle se movia da prerrogativa já conferida pela imprensa ao indivíduo em outros campos do conhecimento." (Azevedo Amaral — op. cit. — pág. 47.)

"O sistema monetário é essencialmente católico; o crédito, sobretudo protestante. O escocês odeia o ouro. Enquanto papel, o dinheiro que representa as mercadorias não tem senão uma existência social. É a fé que salva: a fé no valor monetário tomado como espírito imanente das mercadorias, a fé nesse modo de produção e o seu papel predestinado, a fé nos agentes particulares da produção considerados como simples personificações do próprio capital. Mas, assim como o protestantismo não se pôde liberar dos fundamentos do catolicismo, o crédito não soube dispensar as bases do sistema monetário." (Karl Marx — op. cit. — pág. 217, XII.)

"O protestantismo é essencialmente uma religião burguesa." (Karl Marx — op. cit. — pág. 243, IV.)

(8) "A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Ela não aparece senão onde a produção mercantil e o comércio já atingiram um certo grau de desenvolvimento. A história moderna do capital data da criação do comércio e do mercado dos dois mundos, no século dezesseis." (Karl Marx — op. cit. — pág. 197, I.)

(9) "A refratariedade de Portugal às influências essenciais do medievalismo afigura-se, à primeira vista, fenômeno estranho e de explicação difícil. Entretanto, não é preciso um grande esfôrço de análise para atingirmos as causas dessa curiosa imunidade, que singulariza a metrópole européia dos fundadores da civilização brasileira da mentalidade coletiva da Europa. Três fatôres parecem-nos suficientes para explicar o que se apresenta com as aparências de estravagante anomalia. O primeiro foi o nacionalismo precoce, que se desenvolve em Portugal, enquanto por tôda a Europa a idéia de nacionalidade ainda não se havia esboçado mesmo em forma embrionária. O segundo é a ascendência igualmente precoce da monarquia sôbre o feudalismo, resultante como corolário lógico do nacionalismo que apontamos. Finalmente, o terceiro é a luta com o sarraceno que, em Portugal, assume um caráter muito mais acentuadamente político e nacionalista que na parte oriental da península, onde o recalcamento dos mouros se integra no conflito geral entre a civilização européia e o mundo islâmico. As duas principais causas foram, sobretudo, poderosas no determinismo do isolamento, que nos autoriza a dizer ter sido Portugal um país sem Idade Média na acepção sociológica do têrmo. Aos três fatôres citados, devemos ainda acrescentar os efeitos de condições que se fixaram na antiga Lusitânia, deixando impressos ali traços indeléveis de influências do período antigo e da fase inicial da cristianização, consideràvelmente obliterados em tôdas as outras regiões da Europa romanizada." (Azevedo Amaral — op. cit. — pág. 125.)

(10) "Recapitulando o que havemos observado na organização política de Lião e Castela, o resultado é o seguinte: Achamos nas relações da classe nobre para com a Coroa diferenças radicais com o sistema feudal; mas considerado nos seus domínios próprios, o homem nobre apareceu-nos numa situação que tem manifesta analogia com a dos senhores feudais, na imunidade, no exercício dos direitos jurisdicionais e nos encargos e serviços que lhe deviam os moradores e cultivadores das suas terras. Embora na origem essa situação fôsse de todo alheia do regime do feudalismo, reconhecemos o influxo dêle na extensão dos direitos e prerrogativas que se foram arrogando em Lião e Castela os senhorios particulares. Nestes reinos e no de Portugal, a ação e reação entre o princípio feudal, que era dominante em grande parte da Europa, e as circunstâncias peculiares da península, que repeliam aquêle princípio, produziram um sistema político especial, que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciais, mas que também proporcionava à aristocracia elementos vigorosos de resistência ao desenvolvimento do poder do rei, nos amplíssimos privilégios de que a nobreza estava revestida." (H. da Gama Barros — *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* — 2.ª edição — Lisboa — 1945 — pág. 371, I.)

(11) "O comércio com a Flandres começou a ser importante em Portugal nos fins do século XII, segundo alguns historiadores, e existiu com a Inglaterra desde os começos do século XIII. No reinado de D. Diniz (1279-1325), os navios portuguêses freqüentavam os portos do Mediterrâneo e do Norte europeu e o Pôrto era o centro de intenso tráfico internacional. Sua plutocracia comercial era já poderosa e rica nos primeiros lustros do século XIII e negociava diretamente com o monarca. Há outro fator ainda que contribuiu para formar o capital comercial. Está provado que no ocaso da Idade Média o volume das correntes mercantis internas era, na Europa ocidental, muito maior do que se supunha, e devemos crer que tal tenha ocorrido no que diz respeito à Espanha e Portugal. A reconquista originou na península condições de mobilidade econômica que favoreceram de forma notável o comércio interno, ao mesmo tempo que impediam em muitas regiões a consolidação das instituições feudais. Por outro lado, a necessidade de manter grandes exércitos e a precoce aparição do poder monárquico fizeram sentir, em ambos os países ibéricos, antes que em outras partes da Europa, a necessidade de uma organização financeira que defendesse as instituições monárquico-militares. Esta organização, que estava em mãos de capitalistas privados, adquiriu grande desenvolvimento e foi aceita pelos monarcas como uma necessidade política e militar impostergável. Os capitalistas adiantavam aos monarcas fortes somas em dinheiro e, em troca, organizavam a cobrança de certos impostos, procedimento que se apresenta também na história financeira de outros países do continente." (Sérgio Bagú — *Economia de la sociedad colonial — Ensayo de historia comparada de America Latina* — Buenos Aires — 1949 — pág. 36.)

"No final do século XIV, havia já em Portugal uma classe mercantil cosmopolita, rica e influente, com gostos e interêsses opostos aos dos barões feudais. Embarcadores e comerciantes, unidos ao povo das cidades marítimas, fizeram a revolução de 1383 a 1385, recusando-se a reconhecer D. João de Castela, casado com a filha de D. Fernando, proclamando rei D. João de Avis, filho bastardo de D. Pedro. Com o rei de Castela estavam os magnatas e os grandes proprietários de terras. Em Aljubarrota triunfaram os negociantes e embarcadores, o litoral e a política oceânica e de transporte, ao dominador dos campos, venceu o mar à terra." (Gonzalo de Reparaz Hijo — *La epoca de los grandes descubrimientos españoles y portugueses* — Barcelona — 1931 — pág. 128.)

"À medida que prosseguia lentamente a marcha da nova organização econômica da Europa e que o comércio marítimo com o Oriente Próximo, centralizado afinal em Veneza, se ia completando pela expansão de um intercâmbio realizado por terra, graças ao maior policiamento das estradas, e nos mares setentrionais pela ação mercantil da Liga Hanseática, tinham sido criadas gradualmente novas condições sociais que deviam abalar os fundamentos do feudalismo. Com a intensificação dessas atividades mercantis, o processo primitivo da troca de produtos e comércio restritamente regional foi sendo substituído por um sistema de negócio muito mais amplo e que exigia métodos e instituições de caráter

muito mais complexo. Aparece a letra de câmbio como um instrumento essencial a êsse mecanismo comercial mais desenvolvido e o crédito vem assim tornar-se a base das transações que se vão progressivamente avolumando." (Azevedo Amaral — op. cit. — pág. 33.)

(12) "As terras da nobreza e do clero eram 'isentas'; não pagavam, pois, tributos. Aquelas terras tendiam a aumentar por novas doações ou por usurpação, o que prejudicava a fazenda do Estado. Além disso, boa parte das rendas do rei era cedida freqüentemente por êle aos nobres ou ao clero, a título de empréstimos. Um dos males da nação foi que a nobreza não se enraizou nos campos, nem teve uma função civilizadora — função de direção e proteção de seus povos — mas fêz-se logo parasita do povo e do poder central. São ainda perceptíveis no país os maus efeitos dêsse vício." (...) "No centro, predominava a contribuição predial direta, por um regime misto de lavradores-proprietários e jornaleiros-agricultores. No sul, o povo ficou excluído, enquanto foi possível; predominaram ali, em grande maioria, as doações aos fidalgos; assim foram colocados desde o princípio, naquela região, os fundamentos legais dos latifúndios. Muitos povos tinham condição privilegiada de 'conselhos', que era uma certa autonomia para administrar-se e o direito de eleger seus magistrados. Era chamado 'foral', ou 'carta de foral', o diploma que constituía um Conselho e estabelecia as normas jurídicas para seus habitantes. O regime variava de um conselho a outro. De tempos em tempos reuniam-se assembléias consultivas chamadas Côrtes, formadas por representantes do clero, da nobreza e também dos conselhos, a partir, pelo menos, de 1254. Era chamado 'braço' o conjunto dos representantes de cada classe. Os três braços, clero, nobreza, povo, são chamados depois 'Estados'. A influência das Côrtes variou consideràvelmente segundo as circunstâncias do poder do rei. Não tem utilidade insistir no estudo das instituições da Idade Média em Portugal porque as dali duraram pouco e influíram pouco também na vida ulterior da nacionalidade, depois da grande transformação social produzida pelos descobrimentos ultramarinos." (Antônio Sérgio — *História de Portugal* — Barcelona — 1929 — págs. 30/32.)

(13) "Desde o tempo de D. Afonso III, a importância política dos municípios foi crescendo progressivamente e a burguesia dos conselhos, enérgica e poderosa, tomou uma parte ativa, como vimos, na elevação ao trono do Mestre de Avis. A luta foi renhida e demorada entre os nobres que se colocaram ao lado de D. Leonor Teles, apoiando as pretensões de Castela, e o povo que, defendendo desde a primeira hora a causa do Mestre, depondo por todo o país os alcaides da confiança da rainha, tomando castelos e batendo-se denodadamente, sempre que encontrava resistência, manifestou por uma forma ostensiva a sua preponderância. As massas populares, embora desorganizadas, movidas por um sentimento patriótico e pelo ódio aos nobres, na guerra civil, que antecedeu a batalha de Aljubarrota, praticaram verdadeiros prodígios. Foi uma luta pela independência, mas foi também uma luta de classes." (Francisco Antônio Corrêa — *História Econômica de Portugal* — Lisboa — 1929 — pág. 131, I.)

(14) "Espanha e Portugal têm traços de grande semelhança em sua história medieval, que conservam depois, ao descaírem ambos de seu zênite político e econômico e quando sofrem a amputação de suas posses coloniais. A inexistência na Espanha de uma Idade Média tão nitidamente feudal como houve em outros países da Europa é um fato sôbre o qual os ensaístas espanhóis discutiram não pouco nos últimos tempos. A Idade Média portuguêsa apresenta também perfis semelhantes e tal circunstância foi estudada, em têrmos similares, por historiadores e economistas portuguêses e brasileiros. Há um processo que é comum a ambos os países e cujas conseqüências no terreno econômico e social marcam a fogo a intensa história da Idade Média ibérica. É um processo longo e cruento, muito mais social em sua índole do que militar; a dominação árabe e as lutas pela reconquista. Época de instabilidade social é esta, que deixa frutos fecundos, mal aproveitados nos séculos posteriores. A reconquista afrouxou os vínculos feudais, que se haviam consolidado na França desde muito antes, com o que a feudalidade se debilitou notàvelmente em algumas zonas da península e em outras tornou-se quase inexistente. Onde mais cedo surgiu a resistência e mais efêmero foi o domínio árabe — em Lião e Castela — os campos ficaram anarquizados e nêles uma população camponesa que não reconhecia laços de servidão. Os séculos VIII e IX presenciaram, na Espanha, a ruína de muitos senhores. Outros, depois da vitória, não puderam encontrar nem mão-de-obra nem ferramentas de trabalho para reconstituir os senhorios perdidos. As comunidades de camponeses que foram surgindo faziam-se proprietárias da terra que cultivavam, uma vez que as necessidades da guerra haviam fomentado a multiplicação de homens não sujeitos à gleba." (Sérgio Bagú — op. cit. — pág. 31.)

"Aljubarrota, pois, consolidou a independência de Portugal, a nova orientação da sociedade e a derrota da maior parte da antiga aristocracia que foi substituída por gente nova. Mas nem êsse fato, nem a maior quantidade de cosmopolitismo que fixou a personalidade de Portugal, contribuíram para destruir a unidade intelectual ibérica. Seria má interpretação da política e da cultura ibérica desconhecer que, até a metade do século XVII, portuguêses e castelhanos representam dois grupos seletos que vivem intelectualmente em uma mesma civilização, ainda que nos portuguêses se faça notar, ao mesmo tempo que um predomínio da burguesia, uma maior inclinação ao espírito humanista e liberal." (António Sérgio — op. cit. — pág. 53.)

"As sábias medidas de D. João II, numa visão perfeita do progresso econômico, foram impotentes para determinar na nossa indústria a rápida evolução, que se operava nas outras nações. Para isto concorreu, em grande parte, a febre dos descobrimentos que, absorvendo os homens mais vigorosos — e o que foi pior ainda — fazendo consistir nas riquezas das possessões ultramarinas a suprema aspiração de tôdas as classes, compeliu ao abandono da atividade industrial. E, ao passo que as outras nações desenvolviam as suas indústrias, enviando-nos os seus produtos mais perfeitos e mais baratos, Portugal saía apenas da sua fase agrícola e pouco mais podia mandar em troca das manufaturas e dos artigos de luxo do que os produtos da terra. O saldo da balança

comercial não podia deixar de ser-nos desfavorável, e daí provinha a saída da moeda. Procurou-se depois cobrir o deficit com as especiarias que nos vinham da Índia, e a nossa indústria foi continuando a estiolar-se. Os operários não tinham ocupação, perdeu-se a tradição industrial e com ela a esperança de que a indústria portuguêsa pudesse vir a competir com a dos outros países." (Francisco Antônio Corrêa — op. cit. — pág. 90, I.)

(15) "Efetivamente, no século XVI, os portuguêses tiveram quase o exclusivo do comércio do açúcar das ilhas do Atlântico, do algodão e da pimenta da Índia, do aloés de Socotorá, das pérolas de Ormuz, da canela e dos rubis de Ceilão, do sândalo e da cânfora de Samatra, do cravo e da noz-moscada das Molucas, das musselinas de Bengala, do chá da Índia e das porcelanas do Japão." (Francisco Antônio Corrêa — op. cit. — pág. 149, I.)

"As especiarias são, então, o primeiro objeto de tal comércio e não deixarão de ocupar nêle o lugar principal até o fim. Assim como provocaram a riqueza de Veneza, constituíram também a de todos os grandes portos do Mediterrâneo ocidental. Quando se restabeleceu a navegação, no decurso do século XI, entre o mar Tirreno, a África e as escalas do Levante, as especiarias abasteceram o carregamento dos navios, de preferência a qualquer outra mercadoria. A Síria, onde a levavam em abundância as caravanas vindas da Arábia, da Índia e da China, não deixou de ser sua meta principal, até o dia em que o descobrimento de novas vias marítimas permitirá aos portuguêses abastecer-se diretamente delas nos lugares de origem. Tudo contribuía para dar-lhes preeminência: a facilidade de seu transporte e os altos preços que permitiam exigir. O comércio medieval foi, pois, a princípio, um comércio de mercadorias de luxo, quer dizer: um comércio que produzia grandes lucros e exigia instalações relativamente pouco custosas. Conservou êsse caráter durante quase todo o tempo em que durou. As expedições de grandes quantidades de matérias-primas e de produtos de consumo corrente, com o enorme material de transporte e as gigantescas acumulações de capital que implicam, lhe foram alheias e talvez por isso oferece um contraste tão violento com o comércio dos tempos modernos. O equipamento de um pôrto medieval exige modestos molhes de madeira, providos de uma ou duas gruas, onde acostam navios de 200 a 600 toneladas. Isto basta para o depósito, o carregamento e a expedição de uns tantos milhares de quilos de pimenta, canela, cravo, noz-moscada, açúcar de cana, etc., que constitui o valioso carregamento dos navios." (Henri Pirenne — op. cit. — pág. 143.)

(16) "Ritter afirma que a pátria de origem da cana-de-açúcar *(Saccharum)* deve ser procurada nas baixadas pantanosas de Bengala. Ali esta planta foi cultivada desde a antiguidade pelos pequenos agricultores, sendo o caldo consumido fresco ou engrossado em calda. O cozimento do caldo até a obtenção de um produto sólido — o açúcar mascavo — não pôde ser estabelecido antes do século IX depois de Cristo. Antes, portanto, não se cogitava da exportação de açúcar, não estando além disso, no interêsse e sentido dos pouco ativos habitantes das Índias. Quisesse o natural das latitudes mais altas entregar-se ao consumo dêste produto tropical, então teria êle mesmo de tomar a inicia-

tiva de organizar a sua produção e exportação. A mais antiga tentativa de suprir as necessidades dêste produto consistiu (assim como do arroz e do algodão) não na obtenção pelos habitantes das latitudes mais elevadas, do produto, mas da própria planta para cultivo em regiões mais acessíveis, de clima adequado. Inicia-se dêste modo a transplantação da cana-de-açúcar de sua pátria de origem através das regiões tropicais e subtropicais do mundo inteiro, constituindo um dos mais notáveis acontecimentos no campo da economia e comércio mundial e conferindo ao açúcar bruto uma importância que perdura até os dias atuais." (Leo Waibel — *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* — Rio — 1958 — pág. 43.)

(17) "Nas regiões subtropicais que se seguem aos trópicos na direção norte, os verões são ainda suficientemente longos e quentes e os invernos relativamente pouco rigorosos, de modo que algumas culturas tropicais, mediante irrigação, ainda logram produzir de maneira satisfatória. Para lá se estendeu a cultura da cana-de-açúcar primeiro para leste, para a China (por volta de 400 anos D. C.) e o Japão e depois para noroeste na região de consumo do Oriente Médio. Em fins do século V, a cana-de-açúcar é cultivada pelos persas na baixada aluvial da foz do Eufrates e Tigre, na província de Chusistã, na alta Susiana e posterior Arabistã. Karl Ritter suspeita que os grandes mercadores e comerciantes de Xiraz, uma cidade do Gôlfo Pérsico, tenham levado a cana-de-açúcar da Índia para o Chusistã e que ela tenha sido plantada inicialmente no Jardim Botânico da célebre escola superior de Gondisapur como planta medicinal. Ali, também, foi ensaiada pelos homens cultos a transformação do caldo em açúcar e possìvelmente aí se tenha originado a arte da refinaria do açúcar cristalizado, sólido e branco." (...) "Como os árabes tinham de levar o açúcar da Mesopotâmia até as regiões de consumo ocidentais por via terrestre através das regiões desérticas, num transporte demorado e caro, compreende-se que tenham procurado transferir a área de produção mais para o norte e para oeste, onde, ao longo das regiões costeiras do sul do Mediterrâneo, em virtude da existência de um verão quente e de um inverno pouco rigoroso, a cana-de-açúcar ainda vegeta mediante o emprêgo da irrigação. Novamente, portanto, esta cultura tropical sofre um deslocamento espacial. No Egito, a cana-de-açúcar já era cultivada no século VIII, não só no delta e no baixo Egito como também em Assuã, e a fabricação e, especialmente, a refinação do açúcar desenvolveram-se plenamente neste país clássico da química e alquimia, de modo que o Egito dentro em pouco abastecia do açúcar mais fino tôdas as partes do califado. Durante as Cruzadas, tornou-se a Síria o maior fornecedor de açúcar da Europa, que pouco a pouco começava a consumi-lo; posteriormente, as ilhas de Chipre e Sicília e, por fim, a região mediterrânea da Espanha. Também no norte da África foi a cana-de-açúcar cultivada desde logo pelos árabes." (Leo Waibel — op. cit. — págs. 43 e 46.)

(18) "Na origem, a transformação dos ofícios e da agricultura feudal em explorações capitalistas tinha como condição o comércio. Êste transforma o produto em mercadoria, seja porque lhe abre saídas ou cria novos equivalentes, seja porque fornece à produção novas matérias-

-primas ou auxiliares e faz nascer novas especialidades repousando diretamente no comércio: elas produzem para o mercado nacional e o mercado mundial e as condições de sua produção decorrem do mercado mundial. Com o seu progresso, a manufatura e a grande indústria sobretudo criaram um mercado que conquistaram com as suas mercadorias. Então, o comércio é subordinado à produção industrial que não pode viver sem expandir contìnuamente o mercado. Com efeito, a produção em grosso invade cada vez mais o mercado existente e força o recuo dos seus limites. O que limita a produção em massa não é o comércio, enquanto êle não é mais do que a expressão da demanda mas a grandeza do capital em função e a fôrça produtiva do trabalho. O capitalista industrial tem sempre os olhos fixos no mercado mundial; êle é forçado a comparar, e compara sem cessar, os seus próprios preços de custo de fabricação com os preços do mercado de seu país e do mundo inteiro. Antes, os comerciantes eram os únicos quase a fazer esta comparação e asseguravam, assim, ao capital comercial a supremacia sôbre o capital industrial. O primeiro estudo teórico do modo de produção moderno, o sistema mercantil, partia necessàriamente dos fenômenos superficiais do processo de circulação, tais como se manifestavam no movimento do capital comercial; não se apoiava, portanto, senão em aparências, em primeiro lugar porque o capital comercial é a primeira manifestação autônoma do capital, depois porque, nas primeiras alterações da produção feudal e no início da produção moderna, êle exerceu uma influência preponderante. A verdadeira ciência da economia moderna não começa senão no dia em que o estudo teórico passa do processo de circulação ao processo de produção." (Karl Marx — op. cit. — págs. 120/122, XI.)

(19) "O desenvolvimento autônomo e predominante do capital como capital comercial significa que o capital não é submetido à produção, mas que se desenvolve segundo uma forma social que se lhe tornou estranha. O desenvolvimento autônomo do capital comercial está, portanto, na razão inversa do desenvolvimento econômico geral da sociedade. No capital comercial autônomo, considerado como forma predominante do capital, o processo de circulação torna-se independente de seus extremos, os produtores que fazem as trocas. O produto torna-se aqui mercadoria pelo comércio; e não é o comércio que é devido ao movimento da mercadoria produzida. O capital como capital manifesta-se, portanto, em primeiro lugar, no processo de circulação, onde o dinheiro se converte em capital. É na circulação que o produto começa a se desenvolver como valor de troca, como mercadoria e como dinheiro. O capital pode e deve formar-se no processo de circulação, antes de saber dominar seus extremos, as esferas de produção entre as quais a circulação serve de meio têrmo. A circulação de dinheiro e de mercadorias pode servir de intermediária às esferas de produção das organizações as mais diversas que, por sua estrutura interna, são principalmente orientadas para a produção de valôres de uso. Êste caráter autônomo do processo de circulação, em que as esferas de produção são ligadas por um terceiro elemento, exprime duas coisas: em primeiro lugar, que a circulação não se apossou ainda da produção, mas supõem-na; depois,

que o processo de produção não absorveu ainda a circulação como um simples elemento. É totalmente ao contrário na produção capitalista. O processo de produção repousa totalmente na produção, e a circulação não é senão uma fase transitória da produção, a simples realização do produto criado como mercadoria, a substituição de seus elementos de produção produzidos como mercadoria. O capital comercial, esta forma diretamente oriunda da circulação, aparece aqui simplesmente como uma das formas do capital engajado em seu movimento de reprodução." (Karl Marx — op. cit. — pág. 107, XI.)

(20) "Anteriormente à sociedade capitalista, é o comércio que domina a indústria; é o contrário na sociedade moderna. O comércio reagirá mais ou menos sôbre os grupos que dêle participam; cada vez mais êle orientará a produção para o valor de troca, porquanto os meios de subsistência e de gôzo dependerão cada vez mais da venda e da utilização imediata do produto. Êle destrói, portanto, a antiga organização. Êle aumenta a circulação do dinheiro. Êle não absorve mais simplesmente o excedente da produção; domina pouco a pouco a produção inteira. Mas êste efeito depende muito da natureza do grupo produtor." (...) "O capital comercial, se é o único senhor, representa, portanto, um sistema de pilhagem; seu desenvolvimento é marcado, aliás, nos povos comerciantes da antiguidade como nos tempos modernos, de devastação, de pilhagem marítima, de escravidão e de servidão nas colônias. Foi êste o caso de Cartago, de Roma, de Veneza, entre os portuguêses, os holandeses, etc." (Karl Marx — op. cit. — pág. 112, XI.)

(21) "E a revolução operada nos séculos XVI e XVII teve por base sobretudo a produção capitalista já criada. É o mercado mundial que constitui a base dêsse modo de produção. Mas como êsse modo tem como tendência imanente expandir a produção sem cessar, é necessário alargar sem cessar o mercado mundial; não é o comércio que revoluciona a indústria, é a indústria que revoluciona constantemente o comércio. E mesmo a dominação comercial é então ligada à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Exemplo: a Inglaterra e a Holanda. A história da decadência da Holanda enquanto nação comercial é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial." (Karl Marx — op. cit. — pág. 116, XI.)

(22) "Nesta crise, a maioria dos fidalgos optou pela legalidade, que estava no rei castelhano; mas a burguesia comercial marítima — Pôrto, Lisboa — decidiu-se pela Revolução." (...) "O partido revolucionário era uma minoria exígua, mas tinha em seu favor a organização e o dinheiro dos burgueses, o povo do litoral e a fé e o talento do condestável Nuno Álvares." (Antônio Sérgio — op. cit. — págs. 48/49.) O título do período a que se refere o historiador português é "Revolução burguesa em Lisboa". Pouco adiante, surge outro capítulo, intitulado "A vitória da revolução burguesa preparou a missão histórica de Portugal". Antônio Sérgio admite, assim, que o movimento que levou ao trono o Mestre de Avis foi uma revolução burguesa. Volta ao problema, em diversos trabalhos, como no prefácio que escreveu para a edição de 1945, do Pôrto, da "Crônica de D. João I", de Fernão Lopes, quando escreve: "Cabe o nome de burguesa a uma revolução qualquer

quando é o burguês, *como burguês*, quem *dirige* a luta, quem dela se aproveita; quando o burguês não é soldado, mas *meneur* e político. Tudo isto é claríssimo, se não vou muito em êrro: e no entanto não deixou de aparecer entre os escritores eruditos quem argumentasse com os atos da arraia miúda nos acontecimentos de 1383-85 para me negar o direito de fazer o que fiz, isto é: ligar à responsabilidade de tais sucessos a *grande* burguesia comercial-marítima (a *burguesia*, digo, no sentido estrito, não a classe média do proprietário vilão: os ricos negociantes de Lisboa e do Pôrto)." (pág. XXI) Parece tratar-se de uma confusão semântica apenas. Mais ou menos nos mesmos têrmos, mas já apresentando sentido mais claro, manifestam-se outros autores: "O fortalecimento da Coroa significava porém o fortalecimento da nobreza, porque era nesta que se recrutava principalmente o pessoal administrativo e militar que organizava a expansão ultramarina; mas impunha um nôvo tipo de govêrno centralizado, em que as casas senhoriais perdiam a sua autonomia e os nobres se concentravam na côrte, em tôrno do rei, como um corpo disciplinado e burocratizado. Esta transformação não se fêz sem conflitos, que enchem o reinado de D. João II. Mas o seu resultado final é concentrar nas mãos desta nobreza de nôvo tipo, estruturada em tôrno do seu chefe, o monopólio dos proventos da expansão ultramarina, apeando a burguesia da posição dominante que alcançara entre o reinado de D. Fernando e o de D. Afonso V." (Antônio José Saraiva e Oscar Lopes — *História da Literatura Portuguêsa* — 2.ª edição, corrigida — Pôrto — s/d — pág. 89.) Salvo a indicação final a uma burguesia supostamente dominante e despojada do poder depois, a idéia dos autores parece justa, e particularmente no que se refere ao proveito que a exploração colonial ultramarina trouxe à nobreza lusa. Esta idéia central, a de queda da burguesia e proveito para a nobreza, surge, no mesmo livro, um pouco adiante: "A exploração econômica do Ultramar faz-se parcialmente em regime de monopólio da Coroa (pimenta), e todo êle à sombra de exércitos e armadas de ocupação e proteção que só a Coroa podia manter; e desta maneira o desenvolvimento da economia mercantil, o afluxo do ouro e das especiarias vem a ser açambarcado por uma oligarquia detentora do poder político, em prejuízo da burguesia, que perde a posição dominante alcançada sob os reinados de D. Fernando e D. João I. Faltava a essa burguesia, de resto, uma base industrial, porque os produtos industriais necessários ao equipamento das armadas e ao comércio da Coroa com o Oriente eram obtidos na Flandres; e a importação de produtos estrangeiros mais perfeitos por parte das camadas dirigentes, apesar de numerosas *pragmáticas* surtuárias, acentua a decadência do próprio artesanato. O fomento agrícola sofre um atraso ou um declínio que atinge também a nobreza rural." (Idem — pág. 148.)

(23) A tese de que, a rigor, Portugal não conheceu o feudalismo, de que foi refratário às suas manifestações mais características, foi defendida, desde Herculano e Gama Barros a diversos autores atuais, inclusive Sérgio Bagú e Azevedo Amaral, constando de trechos transcritos nestas notas. A tese, inválida a nosso ver, está estreitamente ligada à que defende a existência de um predomínio burguês e, portanto, de uma

revolução burguesa, já no século XIV, também inválida, do nosso ponto de vista.

(24) Leo Waibel — op. cit. — pág. 35. Waibel esclarece, citando Eduard Hahn: "A *plantage* é, na realidade, apenas uma forma especialmente evoluída da cultura a enxada, mas em virtude de sua importância na história das intercomunicações e do comércio mundial, considerei-a como uma forma de economia à parte. As *plantages* são cultivadas a enxada como qualquer cultura do nativo ou do negro, mas a decisiva influência do europeu lhe confere características especiais. O europeu utiliza nelas a sua energia e seu capital, dispondo, sob sua orientação de objetivo certo, para seu próprio benefício, dum grande número de lavradores de enxada. Outra característica está em que a chamada cultura do tipo *plantage* sòmente se refere aos chamados produtos tropicais, isto é, café, açúcar, e especiarias." Acrescenta Waibel: "Nesta definição é fundamental e exato que a *plantage* é ou foi um empreendimento capitalista do europeu com o intuito de suprir as próprias necessidades com produtos coloniais." (Idem — págs. 32/33.)

(25) Leo Waibel — op. cit. — pág. 37.

(26) Do ângulo geográfico, Leo Waibel viu claramente o problema e serviu-se de boas fontes para esclarecê-lo: "O capital necessário era fornecido pelos mercadores. No caso do Brasil é sabido que as primeiras *plantages* de açúcar foram fundadas por estabelecimentos bancários de Lisboa, sendo portanto empreendimentos capitalísticos" (Knapp, pág. 16). Com respeito às *plantages* das Índias Ocidentais, observa A. von Humboldt que "eram empreendimentos comerciais aos quais os castelhanos, a princípio, pelo seu contato com os árabes, e, posteriormente, pelas suas freqüentes ligações com os portos italianos, eram estimulados" (Knapp, pág. 14). Em todo o caso, existia abundante capital à disposição das *plantages* no Nôvo Mundo, sem o que não poderia haver o extraordinário desenvolvimento verificado no Nordeste do Brasil e na Índia Ocidental. Do clássico desenvolvimento do sistema de *plantage* nos trópicos do Nôvo Mundo participavam assim tôdas as partes do mundo: a Europa fornecia o capital, a Ásia, a planta cultivada, a África, a mão-de-obra, e a América, o clima e o solo." A propósito do problema de mão-de-obra, Waibel, ainda aqui bem servido de fontes de informação, esclarece: "Assim, havia nos trópicos do Nôvo Mundo um clima adequado, uma situação de transporte relativamente favorável e muito mais espaço disponível para o desenvolvimento das *plantages* do que nas ilhas do oeste africano e na região mediterrânea. Por outro lado, entretanto, faltava o braço para o trabalho, uma vez que o continente era escassamente povoado e nas ilhas os nativos extinguiam-se ràpidamente, além de oferecerem uma capacidade de trabalho muito reduzida. Por que estranhar, então, que, recorrendo à experiência já realizada nas ilhas do oeste africano se tenha lançado mão dos negros africanos para o trabalho escravo? Foi uma genial, embora cruel, solução do problema da mão-de-obra nos trópicos." Quanto à relação entre o sistema de *plantage* e a escravatura, G. F. Knapp (op. cit., pág. 16) já se referiu explìcitamente, em apêndice, ao que já relatara Alexandre von Humboldt. "As necessidades dos grandes estabelecimentos em formação deve-se

reputar a escravatura negra que confere às colônias tropicais a sua principal característica. O problema dos escravos é o problema do suprimento da mão-de-obra para o grande empreendimento agrário industrial das *plantages*." (Idem — pág. 49). Mas foi Celso Furtado quem apresentou de forma sistemática e do ângulo econômico, pela primeira vez entre nós, o papel do capital comercial na expansão da atividade açucareira: "Um conjunto de fatôres particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande emprêsa colonial agrícola européia. Os portuguêses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, por demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se tem em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se fàcilmente que sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da emprêsa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto." Para esclarecer, logo em seguida: "A significação maior da experiência das ilhas do Atlântico foi possìvelmente no campo comercial. Tudo indica que o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas. A baixa de preços que tem lugar no último quartel do século XV leva a crer, sem embargo, que êsses canais não se ampliaram na medida requerida pela expansão da produção. A crise de superprodução dessa época indica claramente que dentro dos quadros comerciais estabelecidos tradicionalmente pelas cidades mediterrâneas, o açúcar não podia ser absorvido senão em escala relativamente limitada. Ocorre, entretanto, que uma das conseqüências principais da entrada da produção portuguêsa no mercado fôra a rutura do monopólio que mantinham os venezianos, do acesso às fontes de produção. Desde cedo a produção portuguêsa passa a ser encaminhada em proporção considerável para Flandres. Quando, em 1496, o govêrno português, sob a pressão da baixa de preços, decidiu restringir a produção, a têrça parte desta já se encaminhava para os portos flamengos." E mais adiante: "A contribuição dos flamengos — particularmente dos holandeses — para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto pràticamente nôvo, como era o açúcar. Se se tem em conta, por um lado as grandes dificuldades encontradas inicialmente para colocar a pequena produção da Madeira, e por outro a estupenda expansão subseqüente do mercado, que absorveu com preços firmes a grande produção brasileira, torna-se evidente a importância da etapa comercial para o êxito de tôda a emprêsa açucareira." (Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959 — págs. 18/20.)

(27) "Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por fôrça critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra "agricultura" aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a êsse zêlo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuìnamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável." (Sérgio Buarque de Holanda — *Raízes do Brasil* — 2.ª edição — Rio — 1948 — págs. 45/46.)

COLONIZAÇÃO

O ACIDENTE DA COLONIZAÇÃO

As áreas americanas permaneceriam em segundo plano, tôdas as atenções voltadas para o Oriente, se os espanhóis não tivessem encontrado nelas minerais preciosos. As circunstâncias em que os encontraram não interessam senão indiretamente à história brasileira. Entre elas, entretanto, deve ser mencionada a que oferecia o contraste do modo como os primitivos habitantes da América encaravam aquêles minerais com o modo como os encaravam os conquistadores espanhóis: os primeiros viam nêles apenas as possibilidades ornamentais, o seu valor intrínseco; os segundos viam nêles um valor mercantil, aquilo que os tornaria mercadoria especial. Assim, o que era relativamente desvalioso para uns tornar-se-ia sumamente valioso para outros.(1)

Embora, entre os reflexos indiretos da exploração mineradora na área americana conquistada pelos espanhóis, estivesse, com destacada importância, a imediata elevação do preço das mercadorias na Europa, interessa apenas, aqui, verificar o reflexo direto de uma atenção crescente para com as descobertas recentes e até então secundárias. Surge na América, com a exploração mineradora espanhola, a atração que neutralizaria a exercida pelo comércio de especiarias orientais, absoluta até aquêle momento.

Desde o ato de 1500, quando da viagem de Cabral às Índias, as terras lusas da América haviam exigido da Metrópole um mínimo de atenções. Por três décadas, foram objeto de tratamento secundário. Da parte da Coroa, êsse tratamento se concretizou na atividade policiadora, exercida por pequenas frotas ou navios isolados, que resguardavam os direitos portuguêses à exploração da madeira tintorial. Esta exploração, que representa a atividade única pràticamente, naquelas três décadas, é feita no sistema de concessão, tomando quase sempre a forma de arrendamento. A fase é quase totalmente de iniciativa privada de mercadores. Das frotas ou navios par-

tiam, por vêzes, expedições de penetração, que resultaram infrutíferas. Na costa, em aguadas propícias, estabeleceram-se feitorias. Nelas não havia qualquer esfôrço dotado de continuidade e estabilidade. Tratava-se de um apossamento por pontos e não por áreas. Caracterizava-se pelas relações de acomodação entre os poucos elementos europeus e os indígenas, de que surgiram algumas figuras típicas, ligadas um pouco à lenda, um pouco à crônica, um pouco à história. A fase pode ser admitida como proto-histórica.(2)

A perspectiva de exploração de riquezas minerais e a concorrência de navios de outras bandeiras na costa vai determinar mudança radical no tratamento que a Coroa portuguêsa dispensa às suas terras na América. Mas, desde logo, ficam muito claras as diferenças fundamentais entre esta área e as do Oriente, onde a Coroa exerce o máximo de esforços para manter e desenvolver a emprêsa mercantil. No Oriente, há uma população densa e fixa; aqui, uma população rala e nômade. No Oriente, uma civilização adiantada; aqui, indígenas que vivem a fase da pedra lascada. No Oriente, uma produção já vultosa de excedentes; aqui, uma produção exclusivamente para consumo local. No Oriente, um comércio tradicional; aqui, ausência total de comércio. No Oriente, modo escravista ou modo feudal de produção; aqui, comunidade primitiva.

Estas diferenças terão decisiva influência na colonização. Nas Índias, trata-se, para o capital comercial europeu, e particularmente para o português, de comerciar, assegurando privilégios e monopólios. Na América, não há como comerciar: as comunidades primitivas não consomem senão o que produzem; não produzem senão para o seu próprio consumo; nada produzem suscetível de tornar-se mercadoria, isto é, de ser objeto de troca, de ser consumido no mercado europeu.

O apossamento, em si, não constitui garantia suficiente. Não assegura a posse de uma área extensa e vulnerável. Os recursos para defendê-la, naquela enorme extensão, são exigência onerosa, — estão além das possibilidades da Coroa. E não há como desviá-los das Índias, cujo comércio é altamente rentável, para a América, onde não há comércio. Assim, torna-se imperativo povoar: ocupar, pela transferência de grupos humanos, pela presença aqui de colonos que assegurem

por si mesmos as suas necessidades, numa emprêsa que não se deve tornar carga para a Coroa, mas alívio para esta. Era preciso, pois, colonizar.

Ora, a colonização não estêve jamais nos propósitos da emprêsa mercantil que impulsionou as navegações, montada especìficamente para a troca. Ela operara sempre na pressuposição da existência de produção local, nas áreas com que mantinha a troca. Não fôra montada para produzir, e muito menos para produzir em ultramar, — mas para trocar o produzido por outrem. A sua tarefa consistia em levar ao Oriente mercadorias produzidas na Europa, uma vez que ali eram objeto de consumo, e trazer do Oriente mercadorias ali produzidas, uma vez que eram objeto de consumo na Europa. Na área americana ocorria o inverso: não havia produção local e não havia mercado para o que a Europa produzia. Logo, não havia lugar para o comércio de intermediários que era específico do mercantilismo, particularmente do mercantilismo português que realizara a proeza de estabelecer contato direto com o Oriente.

O problema da colonização apresenta, assim, grandes dificuldades, uma vez que a estrutura econômica portuguêsa não estava preparada para enfrentá-lo. A exploração da área americana devia aparecer, no quadro do tempo, como uma emprêsa extraordinàriamente difícil. Tratava-se, em primeiro lugar, de atrair povoadores. Os obstáculos, nesse sentido, foram tão importantes, pelo menos no século XVI, que parece ter-se refletido no controvertido problema dos degredados: tornar o Brasil destino dêstes parece ter sido uma das formas de vencer as naturais resistências à transplantação para uma terra que oferecia tão poucas perspectivas. Esta fonte, entretanto, era de todo insuficiente. Havia, ainda, como obstáculo, as penosas condições de trabalho na colônia, ao lado das fraquíssimas possibilidades de enriquecimento. O obstáculo poderia ser vencido por uma retribuição alta do trabalho, no caso de se deslocarem trabalhadores assalariados. Tal hipótese, em si mesma irrealizável, dada a estrutura lusa de produção, seria inutilizada pelos altos custos que sobrecarregariam os gêneros aqui produzidos, gravados já, na distância dos mercados, pelos pesados fretes da época.(3)

Se as perspectivas de custo da produção não eram promissoras de forma alguma, dois fatôres contribuiriam para atenuá-las: a disponibilidade de terra extensa e livre de apropriação era o primeiro. O segundo, já que o problema fundamental era o da mão-de-obra, sendo a disponível absorvida no Oriente, em atividades ligadas à troca, estava no tráfico negreiro, que já constituía emprêsa organizada e interessada em ampliar as suas atividades. Parece que representava mesmo uma das atividades principais do mercantilismo português, em conseqüência de existir no Reino uma área escravista e a produção açucareira das ilhas do Atlântico manter-se à base do braço africano.

Do ponto de vista da mão-de-obra, o problema apresentava as saídas seguintes:

— a colonização não tinha condições para apoiar-se no trabalho assalariado, por impossibilidade originária e pelo alto custo que acarretaria à produção;

— a colonização poderia enfrentar a hipótese da escravização dos elementos locais, os indígenas, embora êstes não fôssem numerosos e agrupados;

— a colonização encontrava no tráfico negreiro como atividade organizada, a solução natural, pela coação ao deslocamento que a situação de escravo trazia implícita.

A solução do indígena, acalentada pelos que sabiam das relações cordiais entre europeus e silvícolas, na fase da feitoria, mostrou, na prática, a sua inviabilidade para a produção em grande escala. Foi tentada, entretanto, de início, alterou a base em que se mantinham aquelas relações, e atravessou os tempos, em zonas secundárias de produção ou em períodos transitórios nas demais. Desde que a exploração colonial atingiu nível compatível com a compra de escravos africanos, o tráfico representou a saída para o problema da mão-de-obra. Tal saída marcaria, desde logo, o tipo de produção que se estabelece e seleciona os elementos aptos a enfrentar a emprêsa da colonização.(4)

A SOLUÇÃO AÇUCAREIRA

O fato de ser Portugal o maior produtor de açúcar, desde o século XV, antes da descoberta do Brasil, parece explicar, por si só, ter sido êste o gênero básico da colonização. Foi, realmente, a experiência colhida nas ilhas que permitiu o lançamento inicial da lavoura canavieira. O problema não se apresentou de maneira tão simples, entretanto. A uma estrutura mercantil, como a portuguêsa, êle colocava alguns aspectos inteiramente novos, ao lado de outros já conhecidos. Tratava-se, na verdade, de:

— escolher um gênero que as condições ecológicas da área americana permitissem produzir;

— escolher um gênero que fôsse tradicionalmente aceito no mercado consumidor europeu;

— escolher um gênero cuja produção e cujo comércio estivessem incorporados à experiência portuguêsa;

— resolver o problema da mão-de-obra;

— resolver o problema do investimento inicial;

— resolver o problema do transporte e dos fretes;

— resolver o problema da ampliação do mercado consumidor.

É fácil verificar, desde logo, que só o açúcar satisfazia quase todos êsses requisitos. O açúcar realmente:

— era adequado às condições ecológicas da área americana;

— era objeto de consumo tradicional no mercado europeu;

— estava incorporado à experiência portuguêsa de produção e de comércio;

— era suscetível de atrair recursos para o investimento inicial;

— tinha possibilidades de facilitar a solução do problema do transporte e dos fretes;

— tinha possibilidades de facilitar a solução do problema de alargamento do mercado consumidor.

Além disso, o açúcar vinha sendo produzido, nas ilhas, em regime escravista e, por outro lado, atraindo elemento humano europeu e criando riqueza, influiria no problema dos fretes, consideràvelmente onerados, de início, com a desigualdade nas correntes de troca, com os navios carregados apenas

na viagem da América para a Europa, uma vez que, aqui, não existiria mercado para os produtos europeus.

Três dos aspectos antes citados merecem atenção especial, pela influência que tiveram na colonização: o do transporte e fretes, o da ampliação do mercado consumidor e o do investimento inicial. A solução que encontraram desvenda amplamente a estrutura da emprêsa produtora colonial montada no Brasil e seus extraordinários reflexos no desenvolvimento do capital comercial europeu na fase em que a manufatura começa a apresentar sintomas de deterioração, para ensejar o início de etapa de produção mais avançada.

O problema do transporte e fretes, — transporte da nova área produtora ao centro distribuidor metropolitano, — faz ressurgir a hipótese de que a construção naval, pela sua extrema especialização, constituísse, em Portugal, área de trabalho assalariado. O declínio na construção de navios à proporção em que declina o capital comercial português parece confirmar a hipótese. De qualquer forma, quando surge a circunstância da solução colonizadora, aquêle declínio era já acentuado. É clara, em Portugal, e também característica, a deficiência em material de navegação. Tal deficiência é comprovada pelas informações a respeito de perdas em combates para a conquista ou manutenção de mercados orientais, pelas informações a respeito das altas perdas nas longas e difíceis viagens nas rotas do Oriente, pelas informações a respeito do desfalque no material de substituição, em conseqüência da evasão de capital comercial para outras áreas européias, particularmente a Holanda, pelas informações, que confirmam as anteriores, a respeito de ter passado aos holandeses a distribuição do açúcar ao mercado europeu, pelas informações sôbre a substituição de navios e frotas particulares por frotas mistas e, depois, frotas exclusivamente da Coroa, pelas informações, finalmente, da presença de barcos holandeses no transporte de açúcar entre a Colônia e a Metrópole, desde o início, quando o transporte entre as ilhas e a Metrópole estava já em poder daqueles barcos.

Ora, as rotas da América à Europa, pela distância quando menos, e não apenas por isto, vão exigir um esfôrço no transporte muito maior do que as rotas das ilhas à Europa. A dominadora presença dos holandeses na distribuição do açúcar

português das ilhas e também no transporte entre as ilhas e a Metrópole assinala a progressiva transferência do primado marítimo de Portugal à Holanda. Mais do que isto: a progressiva transferência do capital comercial português à Holanda. A emprêsa açucareira ultramarina só será viável à base da ajuda naval holandesa. Vai, assim, agravar aquela transferência porque o problema do transporte só poderá ser resolvido pela associação de navios holandeses aos navios portuguêses. A Holanda não será apenas distribuidora do açúcar brasileiro na Europa, — será transportadora dêle, da Colônia à Metrópole. E participa, assim, do lucro dos fretes, — pago em açúcar.

A ampliação do mercado consumidor foi, realmente, o problema básico com que se defrontou a colonização. De sua solução dependeu o sucesso do empreendimento. Ela explica o rápido surto da produção açucareira no Brasil. Até o século XVI, quando esta aparece no mercado, o açúcar guardava ainda as características de especiaria: reduzido pêso e volume, alto valor unitário, consumo reduzido. O salto para as ilhas do Atlântico, quando Portugal se apropria das técnicas de produção, permite a primeira ampliação do mercado, correspondendo a uma queda no preço, que se reduz à metade. Já então os holandeses estavam associados à produção e à distribuição do açúcar português. Aquela ampliação atingira, entretanto, na segunda metade do século XV, o seu limite máximo. Daí a crise e a política de retenção adotada por D. Manuel. Sem uma ampliação do consumo em proporções muito mais amplas não seria possível alinhar nova área de produção, particularmente de produção em grande escala e em área ultramarina distante.

Esta ampliação do consumo, — criação de novos mercados e ampliação dos antigos, — vai ser a tarefa específica do capital comercial holandês no século XVI. É a operação de maior vulto que êsse capital empreende, na época. O açúcar, com ela, perde a condição de especiaria para se tornar mercadoria corrente, de consumo amplo. Na expansão açucareira, a Holanda tem um duplo papel: impulsiona o investimento inicial e mantém o domínio da distribuição. Comporta-se, quanto ao açúcar, em relação a Portugal, como Portugal em relação ao Oriente, quanto às especiarias. Participa da expan-

são açucareira nos lucros do investimento, nos fretes e na distribuição. Portugal fica com a produção, com ajuda do capital comercial holandês; a Holanda fica com a distribuição. A ampliação do consumo de açúcar, no século XVI, permite que a emprêsa da colonização supere os enormes obstáculos que defronta e que pareciam condená-la ao fracasso.

Na associação do capital comercial holandês àquela emprêsa verifica-se a progressiva transferência do predomínio luso. Verifica-se, ainda, o germe da futura transferência do predomínio da Holanda à Inglaterra. Na medida em que, na Holanda, o capital investido no comércio de intermediários excede o que se liga à produção local manufatureira, e os financiamentos no exterior aos financiamentos no interior, a Holanda debilita o seu desenvolvimento econômico.(5)

O INVESTIMENTO INICIAL

A grande luta que se trava em Portugal, quando se apresenta o problema da colonização e quando esta tem início, é a da apropriação dos lucros da emprêsa comercial. Trata-se de saber a quem aproveita a exploração do Oriente; a quem vai aproveitar, em continuação, a exploração colonial. Nessa luta é que se verifica a derrota e o progressivo e acelerado declínio do grupo mercantil cujo papel fôra importante desde a fase da autonomia e ainda mais na da montagem da emprêsa das grandes navegações e descobertas ultramarinas. Sem base política, o grupo mercantil foi alijado da posição que ocupava.

O antigo afluxo de capital comercial, de recursos, de elementos humanos, de técnica, é substituído por um refluxo. O capital comercial que procurara o Reino e que ali se estabelecera por encontrar largas perspectivas ao seu desenvolvimento começa a verificar melhores perspectivas em outras áreas, e transfere-se.(6) É nesse quadro que ocorre a perseguição e depois a expulsão dos judeus, simples forma de espoliação econômica acobertada por um teor religioso. Êsse teor é o que acoberta ainda a política de trocar concessões por proteção, com o Papado.

A distribuição dos lucros do comércio oriental, — na parte que ficava no Reino, — fêz-se muito mais em benefício da nobreza feudal, nela incluído o clero. A parte já reduzida que coube ao grupo mercantil transferiu-se do Reino, pouco a pouco. Tais lucros, longe de motivar a acumulação, motivam a exaustão, pelo destino improdutivo. A exploração oriental, por isso mesmo, já não se processa como uma troca, tende a processar-se como simples espoliação, — as relações normais vão sendo substituídas pelo emprêgo sistemático da violência.

É nesse quadro que se apresenta, em Portugal, o problema do investimento inicial. Quem vai realizar êsse investimento? O grupo mercantil? Não. Já não tem recursos para isso, e nem interêsse pela sua aplicação. Seu mister é a troca, não é a produção. A nobreza feudal? Nela, os que juntam aos títulos a propriedade estão econômicamente realizados, participando agora da exploração oriental.

Surge, aqui, a questão dos antecedentes de classe dos primeiros colonizadores, tão discutida ainda hoje. Parece que, no fundo, a questão está vinculada a uma confusão entre nobre e fidalgo, entre titulares e senhores. Está perfeitamente esclarecido que os primeiros colonizadores eram elementos da pequena nobreza, quando muito nobres de títulos; elementos ligados à Coroa, por serviços prestados, mas não enriquecidos nesses serviços. Êsse recrutamento mostra o desinterêsse com que foi recebida a oferta de terras na área americana.(7) O fato é que a solução das donatárias encontrou muito pouca receptividade. A solução consistia numa legislação de circunstância, com a transferência de amplos podêres ao donatário, — podêres majestáticos, dêles se disse, — e não apenas de podêres mas de privilégios.

A fórmula consistia na distribuição de faixas territoriais, contadas ao longo da costa, indelimitadas no interior, — iriam até o meridiano convencionado em Tordesilhas, — aos que as disputassem ou aceitassem, dentro de determinadas condições. Não houve disputa, — ao contrário, alguns dos donatários nem as receberam, ou as transferiram, — mas aceitação. Os escolhidos, na regra dos casos, foram válidos da Coroa, alguns com serviços prestados no Oriente.

O problema não era fácil. Tratava-se, para o donatário, de um investimento inicialmente oneroso, o que obrigou

alguns a admitir sócios; de fretar navios; de recrutar elementos os mais diversos; de deslocar materiais; de enfrentar um período de carência, enquanto não houvesse produção; de satisfazer, além de tudo, as exigências da Coroa, embora reduzidas. Em troca, ela transferia direitos. Para governar à distância, aliás, não havia outra solução que não a de transferir ou delegar direitos e podêres. O importante, entretanto, é que a emprêsa da donatária importava naquilo que em economia moderna conhecemos por investimento.

Dois traços nêle merecem atenção. Primeiro: é uma emprêsa difícil, onerosa, não sedutora; obriga à mobilização de recursos que, em determinados casos, são fruto da exploração oriental; essa mobilização força a venda de propriedades, a associação a terceiros, o recurso a empréstimos. Segundo: o período inicial vai pôr à prova tais recursos. As crônicas mencionam o fracasso da maioria das donatárias, atribuindo-o à resistência dos indígenas. A verdade é diferente: fracassaram, via de regra, os donatários que não mobilizaram, no investimento inicial, os recursos suficientes para enfrentar o período de carência que, numa emprêsa agrícola, depende, entre outros fatôres, do ciclo vegetativo da planta. O açúcar não era o milho, que o indígena cultivava, planta de ciclo vegetativo curto, que permitia o desenraizamento dos elementos humanos, a infixação. Era de gestação mais demorada e demandava trabalhos preliminares que alongavam o prazo entre o início dêles e a colheita.

A história registra que êsses investidores arrebanharam os seus pertences, alienaram o que possuíam, lançando-se a uma emprêsa difícil. Justificou, pela prática, que confirmou a sua dificuldade, a posição dos que a repudiaram, dos que não acreditaram nela. A dádiva principal que a Coroa fazia era a da terra, e havia terra de sobra. A Carta de Doação concedia ao donatário não a propriedade da Capitania inteira, mas a propriedade de uma parte dela; o restante, êle poderia conceder em sesmarias, segundo direitos que lhe eram conferidos: recebia a sua parte e transferia o restante como propriedade plena ou alodial, sem qualquer restrição. O sesmeiro poderia alienar o que recebia, arrendar, ceder, transmitir por herança, segundo a legislação vigente. Na parte doada aos donatários, naquela em que era investido como

proprietário, vigoravam as mesmas normas. Era hereditário, como poder, — daí serem hereditárias as Capitanias, — tudo o que o donatário detinha como agente da Coroa, como seu mandatário, inclusive o direito de conceder sesmarias. Os herdeiros as distribuiriam nas mesmas condições de propriedade plena.

É fácil verificar, desde logo, que a propriedade da terra carece de importância, na Colônia e na época. Não há identidade alguma na função que a terra desempenha, no Brasil do século XVI, com a que ela desempenha na Europa daquele tempo. O que caracteriza a sua função, aqui, é a ausência de posse anterior, com tôdas as inevitáveis decorrências. Não funciona como propriedade imobiliária.(8) Não impõe limites ao emprêgo de capital ou de trabalho sem capital. De início, pois, não exerce nenhuma influência nos preços do que produz, nem na renda. Nessa fase, pois, não só a terra não constitui problema como carece de sentido e de função, qualquer tenha sido a legislação que regule o apossamento. Por si só, nada representa. Vai começar a representar alguma coisa, vai começar a ter uma função, a partir do momento em que fôr objeto do trabalho.

Porque, na realidade, o problema fundamental é o do trabalho. O colonizador encontra no Brasil o regime de comunidade primitiva, no qual não havia mercadoria, não havia excedente de produção, a produção era consumida pela própria comunidade, nada era objeto de troca. As comunidades indígenas, não tendo atingido a fase de sua desintegração, por fôrça do desenvolvimento histórico dos instrumentos e da divisão social do trabalho, resistiram às novas relações de produção impostas pelos colonizadores. O indígena não conhecia a atividade agrícola como o colonizador a encarava. A terra lhe servia para caçar ou para plantar e colhêr o suficiente ao consumo da comunidade. Não estava em condições de aceitar a escravidão, de encarar o trabalho como o colonizador desejava, e como teve de impor. Aqui se verifica como o traço diferenciador das estruturas sociais, dos regimes de produção, não está no que se produz, mas como se produz. O modo de produção diverso está no fundo do antagonismo entre o indígena e o colonizador. Daí a dificuldade, em alguns

casos a impossibilidade, de servir aquêle como mão-de-obra, fornecendo o trabalho, na emprêsa da colonização.

O colonizador não se transfere ao Brasil para produzir apenas o necessário à sua subsistência. Poderia fazer isto em melhores condições, sob muitos pontos de vista, em sua área de origem. Poderia fazer aqui, com o seu próprio esfôrço, com o esfôrço de seus braços. Mas não é para isso que se transfere à Colônia; transfere-se para enriquecer. Enriquecer, no caso, significa produzir, não para a própria subsistência, ou a da comunidade, mas para alcançar um excedente que se destina ao mercado, produzir mercadorias. A produção dêsse excedente está na própria finalidade da colonização. Ora, essa produção não poderia surgir do emprêgo apenas dos braços do colonizador, mas do emprêgo de outros braços, e de muitos outros. Daí o trabalho escravo, e trabalho escravo do africano, isto é, do elemento já afeito ao modo escravista de produção.

No que diz respeito ao trabalho colonial, há três aspectos importantes a considerar:

— a exigência de um investimento inicial exclui da colonização os elementos produtores mais avançados da época em Portugal, — exclui os artesãos e camponeses independentes;

— a necessidade de produzir para o mercado externo destrói a comunidade primitiva indígena, impedindo que evolua para uma forma social superior;

— esta mesma necessidade gera o modo escravista de produção à base do africano.

Assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial. Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo. Nesse processo, a propriedade da terra não tem, de início, nenhuma função apreciável. Ela não o condiciona ou determina. O processo é independente dela. A criação de um sistema produtor importa, no caso brasileiro, na transplantação dos elementos humanos:

— o colonizador, senhor de escravos, que regride do modo feudal ao modo escravista;

— o trabalhador, escravo, que permanece no estado em que se encontrava ou evolui da servidão para a escravidão;

— o indígena, fugitivo, que é expulso da área de produção, mantendo o regime de comunidade natural pela fuga, ou sendo submetido à escravidão, em determinadas zonas ou determinadas fases.

Como problema fundamental, é o trabalho que vai caracterizar a exploração colonial. A Coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais do que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse uma relação entre um e outro dêsses fatôres. Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. Esta era abundante e pràticamente gratuita. O escravo só podia ser obtido por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. Aquêle que não os tivesse, por mais extensas que fôssem as suas terras, nada tinha. O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo. A supremacia do trabalho sôbre tudo o mais impunha-se, inexoràvelmente.

CARACTERIZAÇÃO COLONIAL

A Coroa não doava Capitanias a todos nem, na prática, isto teria sido possível. O Capitão-mor não doava sesmarias a todos, ainda que a legislação inicial permita concluir pela generalidade das concessões.(9) Com a execução, surgiu a inevitável exigência: a doação era feita "a quem a pudesse cultivar". Para poder cultivar era imprescindível, entretanto, possuir escravos. Passou isto a constituir um privilégio inicial, discriminatório. Fundiu-se na discriminação básica do investimento inicial, isto é, da posse de recursos necessários à emprêsa difícil da colonização. Recursos que independiam da terra e, nela aplicados, iriam torná-la objeto do trabalho. Entre êstes recursos não era computada a fôrça de trabalho do sesmeiro, o que êle poderia produzir com os seus próprios braços.

Pela sua natureza e finalidade, a produção colonial estava incompatibilizada com o tipo de trabalho do proprietário da terra sôbre esta, para sua subsistência apenas. Quando requeria uma data de terras, o sesmeiro apresentava-se como candidato à exploração do trabalho alheio, do trabalho escravo. Não teria sentido apresentar-se apenas com os recursos de seus próprios braços.

No exame da legislação de circunstância que fornece o molde jurídico, a estrutura formal do sistema das donatárias, e de tudo o que elas condicionam, é fácil verificar que o importante não está na amplitude dos podêres delegados ou transferidos, mas nos direitos que vão constituir a origem dos privilégios de classe:

— a terra era doada a quem a pudesse cultivar;

— a montagem de engenho era concedida a quem estivesse em condições de o pôr a funcionar.(10)

Verifica-se, assim, nos preliminares da colonização, uma irrecorrível tendência discriminatória, que caracteriza o processo e vai refletir-se na sociedade da zona açucareira. Há uma discriminação pelo investimento inicial, dos donatários dos demais senhores, que impossibilita a participação de elementos metropolitanos habituados ao trabalho. Segue-se a discriminação na distribuição da terra. Acentua-se, depois, a discriminação pelo privilégio de montar engenho, a que se junta a da capacidade para operá-lo. Dêsse conjunto de fatôres decorrerá uma sociedade aristocrática, em que os valôres do trabalho serão amesquinhados porque desclassificam. O que importa, então, não é a origem de classe dos primeiros colonizadores, os donatários entre êles, mas a pressão do meio, que os fará aristocratas qualquer tenha sido aquela origem. O vulto do investimento inicial dêles pode ser avaliado por um balanço da produção já ao fim do Século I.(11)

Estabelecida em tais bases, a colonização confere extraordinário impulso a uma das áreas mais ativas da fase mercantil, a do tráfico negreiro. O problema fundamental da emprêsa ultramarina estava no fato de que não funcionaria de início como mercado: tinha poucas exigências, necessitava pouco de mercadorias européias, sua demanda era reduzidís-

sima. Desde logo, entretanto, aparecendo como estrutura escravista, vai representar um mercado para êsse produto especial que é o escravo africano, o mais valioso do tempo. A ajuda que a emprêsa ultramarina empresta ao desenvolvimento do capital comercial não se limita, assim, ao que produz, — o açúcar, — mas ao que consome, — o escravo. O aparecimento da área escravista americana, no século XVI, é, dêsse modo, a poderosa alavanca em que o capital comercial se apóia para passar a uma nova etapa em seu desenvolvimento.(12)

O problema da capacidade para operar os engenhos põe a nu a tendência para a concentração de poder econômico que deriva naturalmente da natureza e da finalidade da colonização. A capacidade para operar uma unidade produtora, no caso brasileiro do engenho de açúcar, depende de algumas condições. Entre elas, como principais, estão:

— a localização;
— a qualidade do solo;
— o prazo de carência;
— a fôrça de trabalho;
— o beneficiamento.

As condições de localização exerceram um papel relevante, tanto maior quanto mais recente o empreendimento. Entre duas concessões, admitidos iguais os outros fatôres, era mais valiosa aquela que estivesse mais próxima do litoral ou tivesse melhor acesso a êste. A acusação, formulada por Frei Vicente do Salvador, no início do século II, de que os portuguêses, aqui, apenas arranharam o litoral, era infundada, admitido que isso fôsse por condições outras que não as da necessidade. Não era nenhuma específica fascinação marítima que os levava a isso, mas a exigência conseqüente à extrema precariedade das técnicas de transporte, no tempo. A vizinhança do litoral, numa produção destinada essencialmente ao mercado externo, tornava-se imperativa. As terras próximas ao mar, assim, ou com acesso facilitado pelos rios navegáveis, — e daí o papel dos pequenos rios nordestinos, — foram objeto de apropriação privilegiada, desde os primeiros tempos. A técnica de transporte terrestre só permitiu um

mínimo de penetração a partir do século II e ainda assim os engenhos interiorizados, mesmo servidos de água corrente para seu uso, permaneceram em lugar secundário no conjunto.

As condições pedológicas estabeleciam outra faixa de desigualdade nas concessões de terras. O massapê respondeu pela maior ou menor concentração dos canaviais nordestinos, que acompanharam as várzeas férteis dos rios e levaram à intensa desmatação que teve lugar naquela zona. Manchas de mata, água corrente, solo apropriado foram exigências da agricultura e da transformação da cana em açúcar. A qualidade do solo condicionou o sucesso ou o insucesso das lavouras e fixou o rendimento das safras. Estabeleceu diferenças, particularmente quando a apropriação se expandiu, deixando poucas áreas disponíveis aos novos elementos que pretendiam conquistar um lugar na estrutura vigente. O esfôrço por manter a propriedade tradicional atendia às limitações de solo: depois da fase expansionista de caráter extensivo ocorreu o equilíbrio e a fixação.

As condições de carência, ligadas ao investimento inicial, eliminaram muitos concorrentes à emprêsa açucareira. A carência procedeu a uma verdadeira seleção de que poucos vestígios ficaram nas crônicas. Vencido o prazo, o empreendimento entrava no ritmo normal e evoluía para uma posição de rotina. Nos primeiros anos, entretanto, os obstáculos eram muito grandes, por vêzes insuperáveis. Não havia horizontes para o empreendimento de pequenas dimensões: ou era grande ou perecia. Na ausência de poder público, de vizinhança, de área urbana, êle devia revestir-se de aspectos laterais, não ligados à estrutura econômica mas dela decorrentes, como o da autoridade do senhor, a sua capacidade para acudir e assistir aos elementos locais, para solucionar os seus problemas. Eram provas difíceis, que só uma sólida organização poderia suportar. A carência dependia muito das condições de trabalho, e de trabalho escravo: era o número de escravos que dava a idéia da fôrça do senhor, de sua capacidade para produzir.

As condições de beneficiamento sobrelevam as demais, na tendência discriminatória inerente à estrutura aqui instalada. Admitindo que houvesse igualdade de condições entre os sesmeiros e que todos, vencida a carência, se tornassem proprietários de canaviais em plena produção, desde logo sur-

gia a diferença entre os que se mantinham apenas como agricultores e os que a esta condição juntavam a de senhores de engenho. A crônica não atentou para a desigualdade fundamental porque ela desapareceu cedo, absorvidos os primeiros pelos segundos. Houve, de início, colonizadores que se dedicaram apenas à agricultura e cuja tarefa terminava pràticamente com a colheita, e senhores de engenho. Os primeiros entregavam a cana aos segundos, para ser transformada em açúcar, pagando em espécie o serviço. Do ponto de vista social eram iguais; do ponto de vista econômico, não o eram. Pouco a pouco, os simples plantadores passaram a subordinar-se aos senhores de engenho. Depois de lhe entregar a safra acabaram por entregar a terra. Subsistiu, finalmente, apenas aquêle que dominava a unidade produtora de forma integral, que possuía os canaviais e o engenho. Isto levou à concentração da propriedade, à aristocratização, ao desaparecimento dos plantadores independentes. De uma sociedade hierarquizada em senhores de engenho, lavradores e escravos foi eliminado o segundo têrmo. A estrutura da produção definiria logo as suas linhas como:

— grande propriedade;
— modo escravista de produção;
— regime colonial.(13)

CARACTERIZAÇÃO ESCRAVISTA

O reaparecimento do trabalho escravo numa fase histórica em que parecia definitivamente superado e relegado ao esquecimento acarretou confusão no julgamento do que ocorreu no Brasil. Um exame das características e dos motivos do trabalho escravo colonial mostra, entretanto, a sua adequação e as diferenças que o distanciam de seus antecedentes históricos. Duas dessas diferenças, desde logo, destacam-se, embora não sejam fundamentais:

— o regime escravista, aqui, não surge da desintegração da comunidade primitiva;

— o regime escravista, aqui, é estabelecido por senhores que viviam, antes, num meio, o metropolitano, em que vigorava uma etapa mais avançada de produção, a feudal.

Da primeira diferença decorre a impossibilidade em aproveitar o indígena como mão-de-obra escrava. Da segunda, decorrem outras particularidades:

— a produção escravista não se destinava ao mercado interno (não havia mercado interno) mas ao mercado externo (distante e de características diferentes);

— o regime escravista é estabelecido quando a produção de mercadorias e sua troca já havia atingido, em âmbito mundial, uma etapa superior, e vai servir ao desenvolvimento dela;

— a produção escravista é estabelecida em grandes áreas, no regime da grande propriedade, e vai ser a mola propulsora dêsse regime.

Em conseqüência dessas diferenças e dessas particularidades, o regime escravista de trabalho, extemporâneo no desenvolvimento histórico, configura, aqui, a produção em redoma:

— fechada por dentro, — porque não há mercado interno;

— fechada por fora, — porque submetida, na esfera da circulação, ao monopólio comercial impôsto pela Metrópole.

Trata-se de uma produção escravista aqui implantada, para atender as contingências de uma área metropolitana, quando não havia:

— produção pré-existente;

— mão-de-obra para o sistema de produção introduzido.

Surge daí um dos problemas mais graves, e dos menos estudados, do regime escravista colonial: o da produtividade. Os modos de produção sucedem-se uns aos outros, e impõe-se uns aos outros, na medida em que a produtividade do anterior se mostra insuficiente e a do nôvo abre perspectivas ao desenvolvimento material. Como poderia, numa etapa em que preponderava o modo feudal e começava a apontar o modo capitalista em largo esfôrço, alinhar-se o modo escravista, e encontrar um lugar, se era mais atrasado, se a sua produtividade era inferior?

É inegável que a produtividade do trabalho escravo era baixa. Na história colonial, como já foi observado, por isso mesmo, tudo se mede em quantidade e não em qualidade. Trata-se, aqui, de produção em grande escala, submetida à monocultura, arrimada em técnicas primitivas e deficientes, fundada em mão-de-obra numerosa mas qualitativamente inferior, em que o escravo não é visto como indivíduo mas como multidão. Mas é também exato que a qualidade do trabalho do negro, e mesmo a do índio, era melhor do que a que apresentou quando escravo. Só se tornou pior com a escravidão. Esta é que arruinou os seus estímulos, destruiu as suas características, aniquilou as suas riquezas de cultura. A produtividade inequìvocamente baixa do modo escravista aqui estabelecido consegue alinhar-se com a de outros modos e competir ou figurar no mercado com o que produz, na realidade, *porque é colonial*, isto é, porque se exerce:

— numa área complementar, subsidiária, fornecedora daquilo que as áreas adiantadas consumidoras não podiam produzir ou não se interessavam em produzir;

— numa área em que o valor da terra, numa atividade agrícola, era inicialmente nulo, não entrava em linha de conta;

— num gênero monopolizado.

MONTAGEM DA COLONIZAÇÃO

A colonização foi um empreendimento planejado, respondendo a uma necessidade nova, decorrente da expansão ultramarina. Sua montagem obedece a determinadas prescrições que constam, essencialmente, das Cartas de Doação e dos Forais, peças básicas da solução das Donatárias, e do Regimento de Tomé de Sousa, peça básica da ação oficial. Uma coisa, entretanto, é o planejamento, outra coisa é a execução. Convém examinar, de início, o planejamento, pelo estudo daquelas peças básicas. A primeira doação, característica, cuja Carta serve de modêlo às demais, que dela divergem apenas em detalhes, é feita a Duarte Coelho. Em linhas gerais, consta do seguinte:

— doação da Capitania (60 léguas de costa);

— doação de uma propriedade (10 léguas de costa);

— regula a transmissão da Capitania;
— concede o privilégio de montar engenho;
— proíbe a alienação da Capitania;
— proíbe que o donatário tome mais terra;
— regula o caso de retomada da Capitania pela Coroa;
— transfere podêres judiciários;
— transfere podêres políticos (fundar vilas);
— transfere podêres civis (cartórios);
— transfere podêres administrativos (alcaidarias);
— concede a redízima das rendas;
— concede o direito de vender 24 índios;
— concede a vintena do pau-brasil;
— concede isenção das taxas não mencionadas;
— veda entrada de corregedor ou alçada;
— compromete a Coroa a cumprir a doação.

As conclusões que se pode tirar de tal documento são as seguintes:

— o donatário é um rei, na Capitania;
— tem do rei quase todos os podêres;
— a doação é transmissível por herança;
— a doação é inalienável, no todo ou em parte;
— distingue-se a doação da propriedade.

São traços feudais evidentes; peculiares, como legislação, a uma sociedade feudalizada, a portuguêsa.

A Carta de Doação é de 10 de março de 1534. O Foral é de 24 de setembro do mesmo ano. Entre uma e outro, vão seis meses. Qual teria sido a causa dessa demora? É que o Foral tem mais importância, reveste-se da categoria de um código tributário. Nêle se define, concretamente, minuciosamente, o que pertence ao donatário e o que pertence à Coroa, na renda da emprêsa. Do seu exame, em linhas gerais, verifica-se o seguinte:

— transfere o direito de conceder sesmaria;
— proíbe ao donatário tomar sesmaria;
— reserva à Coroa o quinto dos metais e pedras preciosas;
— concede ao donatário a dízima do referido quinto;

— reserva à Coroa o pau-brasil e especiarias;

— reserva à Ordem de Cristo a dízima do pescado;

— isenta de direitos de entrada os gêneros do donatário;

— isenta de direitos de entrada as mercadorias que pagaram na Metrópole os de saída;

— mantém sôbre as mesmas a dízima da Coroa;

— carrega as mercadorias estrangeiras com nova dízima, para entrar na Colônia;

— veda o comércio de estrangeiros com o gentio;

— delega ao donatário a fiscalização da exportação;

— isenta de taxas o comércio interno;

— iguala o alcaide colonial ao metropolitano;

— concede ao donatário a taxa de passagem nos rios;

— concede ao donatário a pensão dos tabeliães;

— distribui o ônus do serviço militar.

As conclusões que se pode tirar dêsse documento fundamental são as seguintes:

— mantém a mineração fora do poder do donatário;

— reserva à Coroa a renda da exploração de determinados gêneros;

— regula as taxas de entrada e saída de mercadorias;

— transfere ao colonizador o ônus da defesa militar;

— transfere ao donatário o ônus da administração;

— reparte a renda:

— da terra: ao donatário;

— do subsolo, mata e mar: à Coroa.

É, como a Carta de Doação, uma legislação feudal, com a peculiaridade de delegação de podêres a um senhor feudal distante, numa área em que se pretende montar emprêsa de produção estranha ao meio.

Menos de três lustros depois de ter sido expedida a primeira Carta de Doação, que inaugura a solução das Capitanias Hereditárias, emprêsa do particular, aparece o Regimento de Tomé de Sousa, que inaugura a emprêsa oficial. O poder público só aparece a partir daí, em 17 de dezembro de 1548. Instala-se e começa a restringir a área do poder

privado. No Regimento, comete-se a Tomé de Sousa a realização das tarefas seguintes:

— fundar uma povoação-sede;
— governar a Colônia;
— dividir os indígenas;
— conceder sesmarias;
— conceder privilégio de engenho;
— excluir da concessão de sesmarias os que as possuíssem alhures;
— visitar e fiscalizar as Capitanias;
— velar pelas "entradas";
— animar a catequese religiosa;
— desenvolver o comércio interno;
— fiscalizar e fomentar a construção naval;
— distribuir o ônus da defesa;
— velar pelos monopólios da Coroa;
— evitar a movimentação humana interna;
— realizar "entradas" pelos rios;
— limitar as recompensas em títulos ou moeda;
— evitar a mistura entre indígenas e colonizadores.

As conclusões a tirar dêsse documento são as seguintes:

— cria o poder público, na Colônia;
— dá a êsse poder alçada sôbre os demais;
— cria um esbôço de organização militar;
— estabelece medidas de fomento a atividades paralelas à do açúcar.

No conjunto dessas medidas nota-se que a Coroa começa, e começa cedo, a retomar os podêres que delegara. Com o decorrer do tempo, vai acentuar essa tendência. Fracos senhores feudais seriam, realmente, os que, em tão curto prazo, receberam e restituíram tão amplos podêres.

Do exame dessa legislação fundamental surgiram várias correntes, no que diz respeito à caracterização do regime implantado na Colônia. Varnhagen acreditava no caráter feudal das doações, mostrando ainda o traço circunstancial da legislação que as criou, e levantando o problema da confirmação do donatário tôdas as vêzes que ocorria uma sucessão no trono

português.(14) Capistrano de Abreu não analisa o caráter da colonização, apenas alinha as disposições da legislação das donatárias. Escreve, a certa altura, entretanto: "Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, D. João III..." Esta, via de regra, a posição dos historiadores até o momento em que começam a aparecer estudos da história econômica do Brasil.(15)

Não é muito diferente a posição dos estudiosos de Direito, também mais preocupados com o disposto na legislação escrita do que com o que ocorreu na realidade. Na sua maioria, entretanto, distinguem concessão de doação e diferenciam a Capitania, em que há uma delegação de podêres, da faixa doada ao titular, em que há uma caracterizada transferência de propriedade. É o que, por exemplo, frisa César Tripoli.(16) A partir do momento em que os historiadores começam a se preocupar com os fatos econômicos, surgem novas opiniões. É que a atenção se transfere, desde então, da letra dos documentos para os traços da realidade. Simonsen, por exemplo, repudia a idéia do feudalismo colonial e levanta a do capitalismo.(17) Opina que, mesmo em Portugal, à época dos descobrimentos, não existia feudalismo. A tese do capitalismo é esposada ainda por estudiosos de história americana, como Sérgio Bagu.(18) Caio Prado Júnior não se preocupa com a caracterização do regime, mas defende a idéia de que houve, no início da vida brasileira, propriedade imobiliária.(19) Celso Furtado nega o caráter feudal da colonização, defendendo a tese do escravismo e explicando a fisionomia hermética do regime.(20) Outros estudiosos voltam a preocupar-se com os traços feudais existentes na legislação a que o planejamento ficou subordinado.

Não é difícil concluir que tal legislação trazia evidentes marcas feudais. Nem poderia ser de outra maneira, uma vez que a classe dominante em Portugal, na época, era a dos senhores feudais. Não há coincidência, também, no fato de que surgem novos pontos de vista quando os estudiosos tomam em consideração os fatos e não as leis, regulamentos e cartas régias. A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade — como a colonização aconteceu, e

não como foi planejada, — é que derivam as teses novas, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal.

Os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na emprêsa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de aparentar-se e mais ainda de caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de aparentar-se com aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção.

O MONOPÓLIO COMERCIAL

O movimento de expansão ultramarina de que resultaram as grandes descobertas fundou-se no capital comercial. É importante, pois, situar històricamente, o aparecimento e a função dêste.

A produção para o mercado apareceu ainda na época da comunidade primitiva, já na fase de sua desintegração. Contribuiu para isso a divisão social do trabalho entre a agricultura e o pastoreio. Surgiu, quando surgiu o excesso na produção, compelindo a comunidade a trocar aquilo que excedia as suas necessidades. Acelerou o seu processo de expansão, sob o modo escravista, quando os ofícios se separaram da agricultura. No modo feudal, a troca fêz aparecer duas personagens caracterizadas: o artesão e o camponês. Ambos eram, então, proprietários de seus instrumentos de trabalho e dos produtos que elaboravam com o seu próprio trabalho. A troca era, na época, pouco freqüente, porque o excedente produzido era pouco. Tratava-se de trocar o produto do trabalho

excedente de uns pelo produto do trabalho excedente de outros. Para que isso se realizasse era necessário, então:

— que êsses produtos fôssem diferentes;
— que satisfizessem necessidades diferentes.

Em suma: que fôssem produtos de trabalhos específicos diferentes. A troca pressupunha, portanto, uma certa divisão social do trabalho e uma conseqüente especialização na produção de determinadas mercadorias. Até o modo feudal, para que ela se efetivasse, era necessário que os produtos trocados pertencessem, como propriedade, a cada um dos produtores, isto é, que os produtores fôssem proprietários dos meios de produção. Pouco freqüente, a troca era de mercadorias, direta, de uma por outra mercadoria, num só ato, em que o comprador era ao mesmo tempo vendedor.

Com o desenvolvimento e a variedade da produção, a troca passou a ser freqüente, e até mesmo cotidiana, um ato comum na existência das coletividades. Deixou também de ser direta: o ato de trocar decompôs-se numa venda (troca de mercadoria por dinheiro) e numa compra (troca de dinheiro por mercadoria). O dinheiro facilitava a troca. É a partir daí, e só então, que aparece no cenário um terceiro personagem, o comerciante. Logo depois aparecerá um quarto, o usurário. O traço fundamental na ação dêstes dois personagens novos é que ela não se efetua na esfera da produção, mas apenas na da circulação. De posse de dinheiro, havido de qualquer forma, o comerciante compra mercadorias de uns, não para seu uso, mas para vender a outros. Não faz isto para se divertir; faz isto para lucrar: lucra, comprando barato de quem vende e vendendo caro a quem compra. As diferenças de uma e de outra operação acumulam-se em suas mãos. Chama-se a isto capital comercial.

Na proporção em que as trocas aumentam, aumentam os recursos em dinheiro acumulados em mão dos comerciantes, constituindo êstes detentores de capital comercial um grupo específico, o grupo mercantil. Quando isto acontece, o produtor é ainda proprietário dos meios de produção. O comércio, isto é, a circulação de mercadorias, domina a produção. Produz-se mais porque se troca mais. Há um estímulo

constante da circulação à produção. Há uma busca constante de novas fontes de mercadorias, como há uma busca constante de novos mercados para elas. Persiste, entretanto, o isolamento da circulação. Ela opera em área diferente da produção e absolutamente autônoma.

Alterações quantitativas, entretanto, acabam por transformar-se em alterações qualitativas. Na fase final do feudalismo, aparecem as manufaturas, que reúnem os produtores isolados. Com o decorrer do tempo, a desintegração das manufaturas reparte os elementos que as constituem em dois grupos: o numeroso grupo dos artesãos pobres, que perdem a propriedade de suas ferramentas, e o pequeno grupo de artesãos ou mestres ricos, que já não vivem apenas de seu trabalho. Os primeiros vão constituir a massa operária; os segundos vão constituir a burguesia. Aquela desintegração alastra-se também ao campo: aparece nêle o grande número dos antigos proprietários de meios de produção, dêles despojados, e o pequeno número dos proprietários dêsses meios de produção, agora concentrados.

A fase histórica dos descobrimentos e expansão ultramarina é a mesma em que se opera o desenvolvimento das manufaturas. O que existe, nessa fase, é capital comercial. É êsse capital comercial que empresa as descobertas, como busca de novas fontes de mercadorias. Os navegadores buscam áreas produtoras conhecidas ou novas para nelas comprar mercadorias. Não as buscam para produzir. O capital comercial não se interessa pela produção, pelo modo como aparecem as mercadorias. Quando, por roteiros oceânicos, alcançam aquelas áreas, tudo tende a operar-se em moldes tradicionais.(21)

Ocorre, entretanto, o acidente de algumas descobertas em que o quadro é inesperado: de áreas não produtoras, áreas em que é necessário montar tôda uma estrutura para produzir e, depois, para consumir. Trata-se de uma transplantação: há que instalar nessas áreas todo um sistema, desde o investimento inicial até os suprimentos contínuos de mão-de-obra. Vimos, em traços gerais, como, no Brasil, foi montada a emprêsa da colonização. O mercantilismo, com a colonização, empreende uma nova fase em seu desenvolvimento. O capital comercial instala o sistema produtor, fornecendo os meios necessários, utensílios e mão-de-obra, e continua a operar na

esfera da circulação. Disso resulta a produção isolada em redoma, fechada por dentro, por ausência de mercado interno, e fechada por fora, pelo regime de monopólio comercial. Soluciona o problema da produtividade, em regime escravista, pelas características coloniais já indicadas.

No desenvolvimento da produção colonial brasileira verifica-se, muito cedo, uma enorme capacidade de acumulação. Acontece, porém, que tal acumulação não se opera na área da produção mas na área da circulação, o que decorre do fato fundamental de que a produção depende da circulação, na fase do capital comercial, e do fato conseqüente de que a estrutura açucareira de produção é uma emprêsa do capital comercial, montada para servi-lo. É a circulação, assim, que comanda a produção. Existe um fluxo constante, uma transferência constante de renda da área da produção para a da circulação. Esta não é uma característica apenas do caso brasileiro: tôda economia colonial corresponde a uma transferência de renda do interior para o exterior.

Quando o capital comercial empresa a colonização brasileira, dois traços estavam claros já no quadro português:

— o declínio do grupo mercantil;
— o deslocamento do capital comercial para a Holanda.

Êste deslocamento, cujo início ocorre antes do início da colonização brasileira, e de que esta colonização, em si mesma, no setor açucareiro, é uma conseqüência, fica evidente na presença de capital comercial holandês no investimento inicial açucareiro, na presença de barcos holandeses no transporte do açúcar entre a Colônia e a Metrópole, no absoluto domínio da distribuição do açúcar ao mercado consumidor europeu, cuja ampliação fôra um dos seus principais feitos.

Se os interêsses portuguêses e holandeses estavam perfeitamente acomodados nessa associação (Coroa, do lado luso; mercadores privados, do lado batavo), o mesmo não ocorria com outros interêsses que surgiam ou cresciam na Europa. Êsses interêsses geram a concorrência, levada ao extremo da pirataria. Ora, Portugal não estava preparado para enfrentar a concorrência. Esta iria apresentar-se na área da circulação, aquela em que a rentabilidade era máxima e que pertencia

à Coroa lusa, na parte que lhe tocava dos lucros. A sua impreparação não era apenas econômica, mas também política e militar, particularmente em conseqüência do declínio naval luso.

No problema, há ainda que considerar a alteração na estrutura econômica e social do Reino. Portugal vivia do comércio de intermediários, desde a sua autonomia. Os lucros de tal comércio, que eram partilhados pelo grupo mercantil, e que crescem com a etapa do açúcar colonial, estão no fundo da luta que se processa entre a classe dos senhores feudais e o referido grupo. A derrota dêste apresenta aquela classe como beneficiária única dos lucros, em Portugal. A ela cabem todos os proveitos da exploração colonial brasileira. A Coroa é o seu instrumento. Quando a estrutura açucareira colonial atinge a rentabilidade que permite uma acumulação alta para o tempo na área da circulação, já o grupo mercantil luso estava pràticamente excluído da emprêsa e liquidado na sociedade metropolitana. Só a classe de senhores feudais, representada pela Coroa, auferia as vantagens da exploração colonial. Isto nos leva a mais uma conclusão importante: tôda economia colonial não beneficia a nação metropolitana, mas apenas a sua classe dominante.

Desde o início da colonização, existe uma perfeita articulação entre a Coroa lusa, representação da classe dominante de senhores feudais metropolitanos, e os senhores de engenho, classe dominante na colônia escravista. Assim, a Coroa se reservava a circulação, e os senhores de engenho se reservavam a produção. Na área da produção, êstes eram livres. Salvo quanto às taxas, os seus movimentos eram amplos, a ponto de absorver a área da autoridade: não há ordem pública, na Colônia, há apenas ordem privada. As relações civis, políticas, econômicas, giram na órbita privada, refletem o poderio incontrastável do senhor de terras e de escravos. A Coroa era livre, na área da circulação, em que o produtor não interferia. Nessa área é que se processa a concorrência: não há ainda concorrência na área da produção, o capital comercial concorrente não está também interessado em produzir açúcar, está interessado em comerciar com o açúcar.

No sistema produtor transplantado, a Coroa realizara a divisão que lhe convinha: o senhor de terras e de escravos

é o seu mandatário, o seu procurador, o seu representante na Colônia. Para isso, é protegido, coberto de privilégios, detentor de amplos podêres. Na área da circulação, a Coroa realizara a divisão que lhe fôra possível com o capital comercial holandês, presente no investimento inicial, presente no transporte, absoluto na distribuição. Ante a ameaça da concorrência, que pretende introduzir um fator de perturbação nesse sistema tão engenhosamente elaborado, a Coroa lusa apresenta o monopólio comercial como defesa, vedando a troca com estrangeiros. Fazia-se absoluta na troca com a área colonial. Dessa área estava excluído o produtor. Era excluído agora o concorrente.

Enquanto os interêsses do capital comercial luso, em declínio, e do capital comercial holandês, em ascensão, permaneceram conjugados, o mecanismo do monopólio, de que o peça principal estava na Casa das Índias, funcionou sem perturbações. Não havia resistências coloniais ao mecanismo, já que o produtor estava isolado da circulação. A resistência externa era reduzida uma vez que, somados, o poderio marítimo luso e o poderio marítimo holandês, tinham tôdas as condições para assegurar a plena vigência do sistema.(22)

Em 1580, entretanto, Portugal, com as suas áreas coloniais, passa ao domínio espanhol. Quanto à produção, nada se alterava: fôra a classe dominante metropolitana, de que a classe dominante colonial era simples mandatária, que cedera ao domínio espanhol. Quanto à circulação, entretanto, tudo mudava: Portugal e Holanda tinham interêsses associados; Espanha e Holanda eram competidoras. Disso resulta, desde logo:

— um apêrto maior no regime de monopólio comercial, pois a ameaça agora é maior;

— uma contradição entre o capital comercial holandês e o capital comercial espanhol.

Excluída dos benefícios da exploração colonial brasileira, a Holanda responderá com a violência. Num primeiro tempo, apossando-se da área produtora de açúcar. Num segundo tempo, montando a sua própria área produtora colonial. O rompimento da acomodação com o capital comercial holandês é o último episódio da deterioração dêsse capital no reino luso.

O domínio da classe de senhores feudais é, ali, absoluto agora. Para torná-lo absoluto, essa classe chega ao limite de aceitar a dominação espanhola. Está mais próxima da classe dominante espanhola do que do grupo mercantil patrício. Prefere o estrangeiro ao nacional. Arria a bandeira da independência. Em troca, Madri assegura a manutenção do regime de monopólio comercial e mesmo o seu apêrto.

Para a Colônia, a curto prazo, não há conseqüências. Elas virão adiante. Virão com os ataques e a dominação holandesa na área produtora do açúcar. Virão com a expansão territorial que a existência de uma só metrópole na área sul-americana permite ou facilita. Embora não seja a causa dessa expansão.

LUTA CONTRA O MONOPÓLIO

A estrutura escravista da produção açucareira teve três características que se refletiram em sua produtividade e a condicionaram: a desvalia inicial da terra, o regime de monopólio comercial agravado pelo gênero monopolizado, e a situação colonial, isto é, a situação de área de produção complementar a que fôra compelida, como outras áreas tropicais pela divisão mundial dos mercados. Aquela estrutura dominava o mercado porque era colonial e porque estava vinculada ao capital comercial mais ativo do tempo. Isto é que a distingue da estrutura estabelecida em outra área colonial portuguêsa na América, a vicentina. Tôda a América portuguêsa seria como a área vicentina se não tivesse sido objeto de interêsse do capital comercial em um dos seus trechos. O que diferencia a área vicentina da área açucareira é que esta recebeu um investimento inicial importante e montou uma sólida estrutura de produção que permaneceu vinculada ao capital comercial. A área vicentina foi relegada à posição secundária de simples colônia de povoamento. Durante quase todo o período colonial teve pràticamente um crescimento vegetativo.

O rompimento, em 1580, do dispositivo que permitira a montagem e o desenvolvimento da estrutura colonial de produção açucareira apresenta a primeira e grande perturbação

em um empreendimento de extraordinário vulto para a época. Os antecedentes mostram que os holandeses se colocavam, em relação aos portuguêses, quanto ao açúcar, na posição tradicional do comércio de intermediários em que os portuguêses se colocavam, em relação aos produtores orientais, quanto às especiarias. Enquanto a associação de interêsses entre portuguêses e holandeses se manteve, podiam êstes isolar-se na esfera da circulação, auferindo as vantagens peculiares ao capital comercial. No momento em que aquela associação fôsse rompida, os holandeses perderiam a primazia na distribuição e teriam de voltar-se para a esfera da produção. Haveria, no caso, a alternativa:

— ou criar uma nova área produtora, para competir com a que se tornara espanhola; (23)

— ou apossar-se desta área:

As vantagens da segunda solução eram evidentes. Apresentava-se como mais rápida, mais barata, mais cômoda e mais fácil. E era até justa, do ponto de vista em que se colocava a Holanda em face à Espanha, com a qual estava em conflito. Desde o momento em que a Espanha se tornava metrópole açucareira, a Holanda estava excluída do negócio. Desde que excluída, estava compelida a restabelecer a sua posição. Para isso, só havia o recurso da violência. A solução de intervir pela violência na área açucareira colonial era uma fatalidade para a Holanda.

Alguns planos foram traçados para isso. Como é natural, tinham pontos comuns. Tornou-se típico o que foi apresentado por Jan Andries Moerbeeck.(24) Em linhas gerais, procurava demonstrar que a emprêsa:

— era fácil;
— era lucrativa;
— era permanente;
— interessava ao particular;
— era comercial e negreira;
— apossar-se-ia das rendas;
— manteria a distribuição;
— dividiria Portugal da Espanha;
— possibilitaria a integração holandesa.

Nesse plano, como nos outros que apareceram ao tempo, existem, implícitas ou explícitas, algumas idéias fundamentais:

— a conquista interessaria elementos coloniais, que a apoiariam ou não lhe resistiriam;

— voltar-se-ia frontalmente contra os bens da Coroa e do clero católico e contra os lucros de ambos;

— procuraria, quanto ao mais, manter intacta a estrutura de produção, isto é, embora apossando-se do território, visaria, fundamentalmente, transferir para as mãos dos holandeses a renda da produção, somando-a à renda da distribuição.

É o plano de uma emprêsa comercial, característico da fase de capital comercial, formulado no país vanguardeiro na acumulação dêsse capital. Nem o emprêgo da violência é nôvo: êle aparece em outras emprêsas da mesma fase histórica. Em linhas gerais, o plano foi confirmado na execução. Compreendeu esta três fases bem caracterizadas, ainda que os acontecimentos de uma se prolongassem na seguinte em alguns casos:

— fase inicial, de conquista rápida;
— fase média, de longa acomodação;
— fase final, de declínio e expulsão.

A significação dessas fases, para a vida regional, foi a seguinte:

— sem recursos para resistir à conquista, os moradores submeteram-se;

— acomodaram-se, em seguida, ao conquistador holandês;

— a partir de determinado momento, começaram a deteriorar-se as relações de acomodação, insurgindo-se os moradores e combatendo os holandeses até a capitulação dêstes.

As razões da conquista inicial rápida são óbvias, sendo a fraqueza militar dos defensores a mais evidente delas. As razões da acomodação têm sido, via de regra, desprezadas, quando não omitidas pelos historiadores e cronistas, sendo a não intervenção dos dominadores na área da produção a principal delas. Na omissão dos historiadores está implícita a idéia de fazer esquecer a submissão da classe dominante colonial

aos invasores. A análise do problema permaneceria obscura se não fôsse trazida à cena a variação na conduta daquela classe, a única que, na situação em que se encontrava a Colônia, tinha as condições para definir uma situação.(25)

Na fase inicial houve uma luta de curta duração, envolvendo elementos oficiais e alguns senhores de terras e de escravos. Terminou com a derrota dêstes. Na fase de acomodação, a maioria dos referidos senhores submeteu-se à dominação holandesa e participou dela, fazendo-se representar inclusive, em seu sistema de poder. Na fase final, tôda a classe dominante, — as exceções não contam, — levantou-se e empregou o máximo esfôrço para expulsar os holandeses. Só então encarou a luta como sua, como problema fundamental, como motivo de sobrevivência. Quais as razões que teriam motivado a passagem da fase de resistência inicial à de acomodação, da fase de acomodação à de levante final?

O sistema que permitira a associação de interêsses entre a classe dominante na Colônia, de senhores de terras e de escravos, e a Coroa, foi transferido, sem alterações, à fase de domínio espanhol. Não é possível esquecer, nesse sentido, a conivência entre senhores feudais portuguêses e espanhóis que permitiu a dominação filipina em Portugal. A associação mostrava agora três faces: a da classe dominante colonial, a da classe dominante portuguêsa, a da classe dominante espanhola. Em que se fundamentava, desde os primeiros tempos, aquela associação de interêsses? Na divisão que permitia à Coroa gerir a circulação, enquanto a classe dominante colonial geria a produção. No início do domínio espanhol, identificadas as classes dominantes de Portugal e da Espanha, a associação permaneceu nos mesmos têrmos. De início, — porque as contradições surgem do próprio processo.

Quando os holandeses instalam a sua dominação, seguem três diretrizes:

— não interferir na produção, mantendo a classe dominante colonial;

— transferir a renda da Coroa espanhola para a Holanda, — renda da circulação, que já era holandesa em parte;

— transferir a renda da produção, auferida pela Coroa e pelo clero católico, segundo a tributação, para a Holanda, representada pela Companhia das Índias Ocidentais.

A contradição com a classe dominante espanhola era natural, estava na base da conquista pela violência. A contradição com a classe dominante portuguêsa começa a gerar a divisão entre esta e a espanhola, uma vez que os barcos holandeses que asseguravam a distribuição já não afluem aos portos lusos e a renda dêstes declina. A contradição com a classe dominante colonial, evitada de plano, vai aparecer, quase desde os primeiros dias, quando a Companhia visa as propriedades da Igreja, que era parte daquela classe, e a de alguns senhores renitentes, que partilham da resistência. Agrava-se, depois, quando leva a hasta pública os engenhos dêsses senhores. Por aí começa a invalidar-se o esfôrço holandês para ficar fora da produção, deixando a sua estrutura intocada. A contradição vai ser superada, na fase de acomodação, para ressurgir, na de conflito. O dominador estará, então, atolado na produção, de que desejara estar ausente.

Quando Portugal lança as bases da colonização brasileira, a classe dominante ali era a de senhores feudais. Quando a Holanda lança as bases de seu domínio na zona açucareira, a sua estrutura social é diferente; por isso mesmo não é o Govêrno holandês que se apresenta na emprêsa da conquista, é a Companhia das Índias Ocidentais, organização estabelecida no país, fundada no capital comercial, dirigida por mercadores, por particulares.

As relações entre a classe dominante colonial, de senhores de terras e de escravos, e a classe dominante portuguêsa, de senhores feudais, perfeitamente ajustadas até então, não são as mesmas que se estabelecem entre a classe dominante colonial e os mercadores holandeses. Na Holanda, pouco a pouco, numa fase em que o país se torna vanguardeiro do desenvolvimento econômico, surgem relações de produção que Portugal desconhece. Estas relações terão reflexos no quadro colonial. Como organização privada, a Companhia das Índias Ocidentais está essencialmente interessada na rentabilidade de sua emprêsa de conquista, e a curto prazo. A fase predatória do início proporciona-lhe, com a prêsa de guerra, um lucro muito grande. Mantê-lo, ao longo da dominação, era o seu problema. Devia mantê-lo, entretanto, à base da estrutura existente. Não cogitava de tornar-se produtora, mas de dominar uma zona produtora.

Para isso tinha excelentes condições:

— era fornecedora monopolista de escravos africanos;
— era fornecedora monopolista de produtos importados;
— era compradora monopolista da produção na zona em que dominava.

Com o decorrer do tempo, e de acôrdo com as normas holandesas, foram introduzidas, também, relações que o meio não comportava, relações de crédito, de pagamento em moeda, de comércio. Tais relações foram uma das causas, não a única naturalmente, da curiosa vida urbana que então vicejou, que não existia antes e que declinou depois. Nessa vida urbana, não só teve papel o aparelhamento administrativo e político como o aparelhamento do comércio e do crédito.

Como emprêsa privada mercantil, a Companhia não considerava inviolável a propriedade da terra, e executava os credores. Encarava a propriedade como imobiliária, nem a poderia encarar de outra forma. Ia, assim, pouco a pouco, entrando na posse de engenhos, isto é, invadindo a área da produção, sem estar preparada para isso. A partir de 1645, o número de proprietários insolventes era enorme. Para êles só havia uma saída: a guerra.(26)

Desde que a classe dos senhores de terras e de escravos se incompatibiliza com os dominadores, a sorte dêstes está selada. Quando a referida classe esposa a causa da insurreição, esta é invencível. Esposando-a, reúne todos os grupos da população, soma todos os recursos e lança-se à luta de libertação com um apoio total que, para ela, no momento, é indispensável. Êsse apoio não lhe falta e é o que lhe possibilita a vitória. Daí a presença, na campanha, de elementos de tôdas as classes, camadas e grupos. E o aproveitamento, em conseqüência, da capacidade de luta, do espírito inventivo, da opaca tenacidade dos elementos populares, tão altamente demonstrados na guerrilha. A guerra é, então, antes de tudo, uma insurreição generalizada e até profunda.

Ela não é fundamental, entretanto, para a classe dominante portuguêsa, que preferiria reacomodar os seus interêsses com os dos holandeses. Com a autonomia restaurada, em 1640, o Reino atravessa uma de suas mais graves crises. As negociações diplomáticas que se arrastam da autonomia à ca-

pitulação holandesa, prolongando-se muito além, mostram, no que se refere à associação Colônia-Metrópole, que as alterações são profundas:

— a fase de dominação absoluta do mercado açucareiro pela produção colonial brasileira está próxima do fim;

— a Holanda montará a sua estrutura colonial própria de produção açucareira e intervirá na concorrência, não apenas na circulação mas também na produção;

— a acomodação de interêsses entre a classe dominante portuguêsa e a classe dominante holandesa, que é outra, será substituída pela acomodação, em têrmos bem diversos, entre a classe dominante portuguêsa e a classe dominante inglêsa;(27)

— a identidade de interêsses entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana já não será tão perfeita.

NOTAS

(1) "O ouro e a prata de que se rodeiam e que enlouquecem os invasores brancos têm para êles um valor muito particular. São adornos magnìficamente trabalhados pelos seus artistas, atributos do poder sem dúvida, mas permanecem para êles sem valor algum se desejam com êles comprar um palácio, um feudo ou ainda o trabalho humano." (Sérgio Bagú — op. cit. — pág. 16.)

(2) "As feitorias estabelecidas pelos portuguêses na costa africana e na Ásia foram dotadas de uma organização especial, com fortes elementos de defesa; por diversas vêzes tiveram de sustentar lutas memoráveis contra os ataques dos povos dominados, dos corsários e dos navios das nações em guerra com Portugal. Na terra de Santa Cruz, o valor e as possibilidades de comércio não justificavam, como vimos já, organizações da mesma importância. Mas, ainda assim, foram instaladas, quer pelos concessionários do comércio do pau-brasil, quer pelo próprio govêrno português, várias feitorias, postos de resgate, em sua maioria de caráter temporário, onde se concentravam, sob o abrigo de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus vinham buscar. São por demais deficientes até hoje as notícias sôbre estas feitorias, Igaraçu, Itamaracá, Bahia, Pôrto Seguro, Cabo Frio, São Vicente, e outras intermediárias, que desapareciam, ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses. Mas o próprio comércio do pau-brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se têm, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do govêrno português

de defendê-las. Nessa época apresentou-se iniludível ao rei de Portugal êste dilema: ou ocupar efetivamente a terra de Santa Cruz, ou correr o risco de perdê-la." (Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1937 — pág. 120, I.)

"Quando os portuguêses tiveram de comerciar ou lutar na costa da África, viram-se em circunstâncias muito diferentes das que haviam encontrado nas ilhas. E ainda que os seus objetivos continuassem os mesmos, viram-se forçados a usar métodos diferentes. Na própria África, eram os portuguêses, no comércio, rivais dos muçulmanos; e concorrendo com êstes tentavam monopolizar o comércio existente. Para dominar êsse comércio, os portuguêses dependiam da existência de feitorias situadas em pontos comerciais estratégicos, no litoral. À frente de cada feitoria, ficava um feitor, funcionário do rei. Competia-lhe tratar com os comerciantes nativos e comprar-lhes mercadorias ao preço mais baixo possível, conservar essas mercadorias e zelar pelo seu embarque para Portugal. Abaixo dêle, um ou mais escrivães registravam as transações. A feitoria era uma unidade econômica que por ser às vêzes situada em território de povos hostis, freqüentemente se revestiu de importância política. A defesa da feitoria contra os indígenas ou contra os traficantes rivais, fôssem êstes quais fôssem, estava a cargo de um soldado real que às vêzes usava suas tropas para convencer os régulos que relutassem em comerciar com o feitor português. Onde era possível o comércio mediante tratados com os chefes nativos, reduzidas as possibilidades de constantes guerrilhas, as fortificações podiam ser ligeiras. Onde o pôrto ou qualquer sede da feitoria assumia importância de estratégia militar, como ponto de refrêsco dos navios, por exemplo, as feitorias ficavam inteiramente subordinadas à fortaleza, que exercia função econômica indireta, de dominar o local e conservá-lo em mãos portuguêsas. O flexível sistema comercial que se desenvolveu com o crescimento dos postos avançados no ultramar teve a vantagem de contar com o apoio real num tempo em que a monarquia atingia a culminância de seu poder centralizado. Para facilitar o fluxo de comércio das ilhas e do continente, o rei estimulou os traficantes às aventuras de além-mar. Desde o comêço, os reis se arrogaram o direito de exclusividade na exploração comercial das terras recém-descobertas. Ao traficante que quisesse comerciar com a Guiné ou outra terra qualquer, podia a Coroa vender o monopólio sôbre determinado artigo ali produzido, ou, em certos casos, atribuir a êsse traficante direitos exclusivos para comerciar com determinada região. Ainda que o lucro dêsse comerciante fôsse grande, o empreendimento era dispendioso e a própria licença régia era cara; formaram-se, por isso, na forma usual de comércio sob licença régia, companhias ou associações de traficantes que juntavam seu capital. Mercadores portuguêses, ou associações de mercadores, agindo por licença da Coroa, não tardaram em aplicar no comércio ultramarino um método de negócio que requeria o uso de feitorias privadas. O primeiro passo foi assegurar da Coroa uma doação ou monopólio declaratório de onde êles podiam negociar e quais as mercadorias com que podiam traficar." (Alexander Marchant — *Do Escambo à Escravidão — As relações econômicas de*

portuguêses e índios na colonização do Brasil — 1500-1580 — S. Paulo — 1943 — págs. 22/24.)

"Logo após a chegada da primeira armada exploradora, D. Manuel arrendou o Brasil a um grupo de capitalistas, cristãos-novos, ou judeus conversos, à frente dos quais estava Fernão de Loronha ou Noronha. Se Fernão de Loronha era *de nação*, não está bem averiguado, no dizer de Lúcio de Azevedo. O que é fato é que era pessoa de prol em Lisboa, cavaleiro da Casa Real, homem de boas contas nos cargos que já havia desempenhado." (Bernardino José de Sousa — *O pau-brasil na história nacional* — S. Paulo — 1939 — pág. 107.)

(3) "Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que pròvàvelmente tornaria antieconômica tôda a emprêsa. As condições de trabalho eram tais que sòmente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. A possibilidade de reduzir os custos retribuindo com terras o trabalho que o colono realizasse durante um certo número de anos, não apresentava atrativos ou viabilidade, pois sem grandes concentrações de capital as terras pràticamente não tinham valia econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal, particularmente nessa etapa de magnífico florescimento da emprêsa das Índias orientais." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 21.)

(4) "O formidável ressurgimento da escravidão, adormecida como instituição durante a Idade Média, deve-se principalmente ao aparecimento da América como colossal reserva de matérias-primas. O braço escravo foi, no nosso continente, colocado no trabalho para criar uma corrente de mercadorias que se destinava aos mercados europeus. A América, enriquecida por sua vez pelo trabalho escravo, criou mais adiante o seu próprio mercado interno e se transformou em excelente consumidora da produção européia. Foi êste um processo capitalista cuja veracidade histórica é hoje aceita por historiadores e economistas, os primeiros entre êles os da Inglaterra e dos Estados Unidos. A escravidão americana foi o mais extraordinário motor que teve a acumulação do capital comercial europeu e êste, por sua vez, a pedra fundamental sôbre a qual se construiu o gigantesco capital industrial dos tempos contemporâneos, — capital industrial que, necessitado como estêve cedo de produtores e consumidores livres, atacou, desde o século XIX, a instituição da escravidão como funesta aos seus propósitos. Indiretamente, pois, a escravidão do índio e do negro tornou-se indispensável para que, mediante um secular processo de acumulação capitalista, a Europa ocidental pudesse ter indústrias modernas e os Estados Unidos alcançassem, no século XIX, seu espetacular desenvolvimento econômico." (Sérgio Bagú — op. cit. — pág. 131.)

"Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública européia foi despojada dos últimos resquícios de consciência e de pudor. Cada nação fazia uma glória cínica de tôda infâmia capaz de acelerar a acumulação de capital. Leia-se por exemplo os ingênuos "Anais do Comércio", do honesto

Anderson. Êste bravo homem admira como traço de gênio da política inglêsa que, após a paz de Utrecht, a Inglaterra tenha arrancado à Espanha, pelo tratado de Asiento, o privilégio de fazer, entre a África e a América espanhola, o tráfico de negros que fazia, até então, apenas entre a África e suas possessões das Índias Ocidentais. A Inglaterra obteve assim o fornecimento, até 1743, de quatro mil e oitocentos negros por ano à América espanhola. Isto lhe serviu, ao mesmo tempo, para cobrir com um véu artificial as proezas de seu contrabando. Foi o tráfico negreiro que estabeleceu os fundamentos da grandeza de Liverpool; para esta cidade ortodoxa o tráfico de carne humana constituiu todo o método de acumulação primitiva. E até os nossos dias as notabilidades de Liverpool cantavam as virtudes específicas do comércio de escravos "que desenvolve o espírito de emprêsa até a paixão, forma marinheiros incomparáveis e proporciona dinheiro enormemente". Liverpool empregava no tráfico: 15 navios, em 1730; 53, em 1751; 74, em 1760; 96, em 1770; e 132, em 1792." (Karl Marx — op. cit. — pág. 305, IV.)

(5) "Tôda a riqueza do Oriente apenas chegada a Portugal ia para o estrangeiro, que provia o país de tôdas as coisas. As crises de subsistência se sucediam e era preciso a Coroa endividar-se para comprar cereais no mercado flamengo. Em 1521, a crise de fome foi tal que os pobres caíam de inanição pelas ruas e ali jaziam sem sepultura. Muito antes dessa data, já o país importava da África, todos os anos, segundo diz um escritor, 388.000 almudes de trigo e 670.000 de cevada. No fim de 1543, Portugal devia na Flandres quantias enormes, além das tomadas em letras "a juro tão alto que o dinheiro dobrava em quatro anos". Esta era a realidade, encoberta por uma mascarada permanente: de dia, eram os triunfos na rua; o rei que passeava pela cidade seguido de animais exóticos; os músicos e os cantores de tôdas as partes do universo; os cortejos que faziam luzir os rubis de Pegú, os diamantes de Narsinga, as safiras de Ceilão e as esmeraldas de Babilônia; em que esplendiam as sêdas da Pérsia, os tecidos de Bengala, os terciópelos, os passamanes, os anéis; à noite, eram os festins no Tejo, as festas palacianas famosas na Europa inteira... Entretanto, a gente caía morta de fome sob os pórticos de Lisboa; eram estrangeiros os artífices, os barbeiros, os sapateiros; pareciam na ociosidade milhares de órfãos e de viúvas; e os fidalguetes que se mostravam na rua em mulas ajaezadas de ouro e com muitos lacaios com galões, recorriam, portas adentro, ao jejum. D. Manuel mandava buscar no estrangeiro trabalhadores e até bombardeiros e operários de construção naval. Muitos navios empregados no tráfico não eram construídos no país." (Antônio Sérgio — *História de Portugal* — Barcelona — 1929 — pág. 122.)

"O tráfico dos holandeses não era emprêsa do Estado, como em Portugal, mas de particulares. Em 1597, estabeleceram-se em Java; em 1601, expulsaram os portuguêses de Malaca; seis anos depois, tomaram-lhes as feitorias das Molucas e de Samatra; dez anos mais tarde, fundaram Batavia, que logo rivalizou com Goa; e ainda adiante, tomaram vários portos da Índia e Ceilão, possessões portuguêsas. Em 1594, os inglêses saquearam Pernambuco; em 1595, destruíram o forte de Arguim,

na África; em 1597, devastaram as ilhas dos Açores e depois passaram à Ásia. Ali, como havia acontecido com os holandeses, o ataque ao monopólio português foi obra de comerciantes particulares, não do poder público, nem com a idéia de conquista ou de império mas de simples lucro mercantil. Quando Portugal quis impedir que os seus navios carregassem em Surate (1615), sofreu uma derrota que o desprestigiou ante os indígenas. A êstes, os inglêses tentaram hàbilmente, sem preocupações alheias ao seu caráter de comerciantes. Como comerciantes, não queriam guerra e suas tropas eram ali meramente defensivas". (Sérgio Bagú — op. cit. — pág. 136.)

(6) "Parte substancial dos capitais requeridos pela emprêsa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil, bem como no da importação da mão-de-obra escrava. O menos que se pode admitir é que uma vez demonstrada a viabilidade da emprêsa e comprovada sua alta rentabilidade, a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva." (Celso Furtado — op. cit. pág. 20.)

(7) "A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma emprêsa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra — o trigo — dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados — em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias — que sòmente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma emprêsa agrícola nas distantes terras da América." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 16.)

(8) "Não falamos aqui senão das colônias agrícolas. O que lhes dá o caráter de colônias não é sòmente a massa de terrenos férteis ainda em estado natural; é principalmente o fato de que êsses terrenos não têm ainda proprietários, não foram ainda englobados na propriedade imobiliária. O que estabelece a enorme diferença entre os velhos países e as colônias é, na medida em que a terra entra em linha de conta, a não existência, de direito e de fato, da propriedade imobiliária. Wakefield e, muito tempo antes dêle, Mirabeau, o pai, e outros economistas mais antigos mesmo, fizeram notar isso com justa observação. Pouco importa que os colonos apropriem-se diretamente do solo ou que o obtenham do Estado, pagando um preço nominal que não passa, em suma, de um adiantamento pela outorga de um título jurídico de propriedade. Pouco importa, igualmente, que os colonos mais antigos sejam proprietários jurídicos do solo. Com efeito, a propriedade imobiliária não impõe aqui limite algum à colocação do capital ou ao emprêgo do trabalho sem capital. Ainda que os colonos antigos tenham tomado posse de uma

parte do solo, os recém-chegados podem achar terreno onde fazer valer seu capital ou seu trabalho. Quando se trata, portanto, de saber como a propriedade imobiliária influi sôbre o preço dos produtos do solo e sôbre a renda, é uma absurdidade falar de livres colônias burguesas onde não se encontra nem o modo de produção capitalista na agricultura, nem a forma de propriedade imobiliária que lhe corresponde. Mais do que isso: esta última é de fato inexistente." (Karl Marx — op. cit. — pág. 18, XIV.)

(9) Em português moderno: "Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar, dareis de sesmaria as terras que estiverem dentro do dito têrmo às pessoas que vô-las pedirem, não sendo já dadas a outras pessoas, que as queiram ir povoar e aproveitar, no tempo que para isso lhes há de ser notificado, as quais terras dareis livremente, sem fôro algum, e sòmente pagarão o dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, e com as condições e obrigações do foral dado às ditas terras e de minha Ordenação, no quarto livro, título das sesmarias, com a condição que resida na povoação da dita Bahia ou nas terras que assim lhes forem dadas, por três anos dentro de cujo tempo não as poderão vender nem alienar, e não dareis a cada pessoa mais terra do que aquela que boamente e segundo sua possibilidade vos parecer que poderá aproveitar..." ("Regimento de 17 de dezembro de 1548 do Governador Geral do Brasil", in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* — Pôrto — 1924 — pág. 346, III.)

(10) Em português atual: "As águas das ribeiras que estiverem dentro do dito têrmo, em que houver disposição para se poderem fazer engenhos de açúcar ou de outras quaisquer coisas, dareis de sesmaria, livremente, sem fôro algum, e as que forem dadas para engenhos de açúcar será a pessoas que tenham possibilidades para os poderem fazer, dentro do tempo que lhes limitardes, e que será o que vos bem parecer, e para serviço e manejo dos ditos engenhos de açúcar lhe dareis aquela terra que para isso fôr necessária, e as ditas pessoas se obrigarão a fazer, cada uma em sua terra, uma tôrre ou casa forte da feição e grandeza que lhes declarardes nas cartas, e será a que vos parecer, segundo o lugar em que estiverem, e que bastarão para a segurança do dito engenho e povoadores de seus limites, e assim se obrigarão de povoarem e aproveitarem as ditas terras e águas, sem as poderem vender nem trespassar a outras pessoas, pelo tempo de três anos..." (Idem — pág. 347, III.)

(11) "O monte dos capitais invertidos na pequena colônia já era, por essa época, considerável. Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos — ao final do século XVI — e um valor médio de 15.000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta aproximar-se de 1.800.000 libras. Por outro lado, estima-se em cêrca de 20.000 o número de escravos africanos que havia na colônia por essa época. Se se admite que três quartas partes dos mesmos eram utilizados diretamente na indústria do açúcar e se se lhes imputa um valor médio de 25 libras, resulta que a inversão em mão-de-obra era da ordem de 375.000 libras. Comparando êsse dado com o anterior, se depreende que o capital empregado na mão-de-obra escrava deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da

emprêsa. Parte substancial dêsse capital estava constituída por equipamentos importados. Sôbre o monte da renda gerada por essa economia não se pode ir além de vagas conjeturas. O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento dêsse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem européia não seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 57/58.)

(12) "Não só o escravo legal produz dentro de um mecanismo inquestionàvelmente capitalista, como a venda do escravo às emprêsas coloniais — isto é, a provisão de mão-de-obra escrava para a vasta engrenagem da produção capitalista colonial — está a cargo de sociedades e indivíduos organizados de acôrdo com os princípios capitalistas e que procuram um proveito indubitàvelmente comercial. As bases do tráfico negreiro, do ponto de vista econômico, são as da emprêsa capitalista. Tratando-se do tráfico de carne humana, devemos ajuntar: profundamente imoral, absolutamente cego às suas desastrosas conseqüências éticas, econômicas e sociais que o infame comércio ocasionaria na América." (Sérgio Bagú — op. cit. — pág. 137.)

Convém notar que Bagú defende a tese da caracterização de um capitalismo colonial, em correspondência com a caracterização de pleno desenvolvimento capitalista no ocidente europeu. Divergimos, essencialmente, dêsse ponto de vista. Aceitando-o, entretanto, não haveria que considerar o aspecto ético do problema da escravidão. Esta, realmente, representa uma das maiores emprêsas do capital comercial, — forma que antecede o modo capitalista de produção, — e parte, aliás, de outra emprêsa do capital comercial, que é a própria colonização. Colonização e escravidão moderna, pois, pertencem, sem dúvida, ao mesmo sistema, nêle se integram.

(13) O regime colonial se caracteriza pela concentração da renda no exterior e não no interior. Êste aspecto foi destacado por um economista moderno: "Os dados a que se faz referência no parágrafo anterior sugerem que a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos. Aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa ordem, nas etapas mais favoráveis. O fato de que essa potencialidade financeira só tenha sido utilizada excepcionalmente, indica que o crescimento da indústria foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores. Sendo assim, que não se haja repetido a dolorosa experiência de superprodução que tiveram as ilhas do Atlântico, confirma que houve excepcional habilidade na etapa de comercialização, e que era desta última que se tomavam as decisões fundamentais com respeito a todo o negócio açucareiro. Mas, se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobrantes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia ínfimos

capitais. Tampouco consta que os senhores de engenho invertessem capitais em outras regiões. A explicação mais plausível para êsse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permaneceria fora da colônia." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 60/61.)

(14) "As doações são feitas pelo rei, não só como tal, senão como governador e perpétuo administrador da ordem e cavalaria do mestrado de Cristo; e são declaradas válidas, apesar de irem contra as leis do reino que dispunham de outro modo, e principalmente contra a lei mental (Ord. do Reino, liv. 2.°, tit. 35), que, como é sabido, foi aquela com que o Rei D. Duarte (a pretexto de que o chorado Mestre de Avis, seu pai, a tinha *in mente*) deu o primeiro golpe nos privilégios senhoriais. As referidas doações são vinculadas nas famílias dos primeiros donatários, obrigando aos sucessores herdeiros, sob pena de perdimento da capitania, a guardarem para sempre os mesmos apelidos. Apesar desta concessão, claro está que, segundo a lei geral, cada herdeiro necessitava sempre da confirmação régia, e às vêzes o mesmo herdeiro a pedia cada vez que a Coroa passava a nôvo rei. Os morgados, isto é, as capitanias, deviam seguir indivisìvelmente, assim nos transversais e ascendentes, como nos bastardos, até pela linha feminina, o que fôra abolido pela dita lei mental. E isto com tanto empenho que, exceto no caso de traição à Coroa, o vínculo seguia ao sucessor, quando o proprietário cometesse crime que pelas leis do reino devesse perdê-lo." (Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* — 3.ª edição — S. Paulo — s/d — págs. 180/181, I.)

(15) Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial — 1500-1800* — 3.ª edição — Rio — 1934 — pág. 43.)

(16) "Atendendo ao objeto da *doação* das capitanias feita pelo soberano aos donatários, fôrça é reconhecer que êsse ato real não constituía verdadeira *doação*, no sentido jurídico, porquanto no exame do conjunto das cláusulas outorgadas no respectivo título, aos donatários era concedido o *benefício* apenas, o *usufruto* das terras das capitanias, e não a *propriedade territorial.* Tanto é verdade que no mesmo título de doação constava também a doação — a verdadeira *doação* — que o rei fazia a cada donatário de uma sorte de terras, que êste podia "arrendar e aforar o enfiteuta, ou em pessoas, ou como quiser e lhe convier, e pôr os foros e tributos que quiser". A capitania ficava, por conseguinte, bem distinta daquela sorte de terras: destas o donatário ficava com a posse plena e absoluta, e daquela, pelo contrário, era êle o *capitão* e *governador.* Em suma, pode dizer-se que, em relação às capitanias, tratava-se mais de uma *concessão* do que de uma *doação,* ou, quando muito, de um conjunto de *enfiteuse,* em que todos os encargos ficavam onerando o concessionário ou enfiteuta; êste, por sua vez, tinha direito a todos os rendimentos, com exceção apenas dos foros, prerrogativas e privilégios econômicos que o soberano reservara para si." (César Tripoli — *História do Direito Brasileiro* — S. Paulo — 1936 — pág. 86, I.)

(17) "Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatárias, chegando alguns a classificá-lo como um retrocesso em relação às conquistas políticas da época." (...) "Os nossos historiadores não têm encarado o caso sob êsse aspecto. Quando se referem a donatarismo, o consideram como se estivessem diante de um regime feudal. O fato se explica pela falta de conhecimento das características da vida medieval que sòmente os recentes estudos da história econômica têm esclarecido suficientemente. Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal." (Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil — 1500-1820* — S. Paulo — 1937 — págs. 124/126, I.)

(18) "Estamos agora em condições de apresentar uma resposta às interrogações que abrimos ao iniciar o capítulo. O regime econômico luso-hispano do período colonial não é feudalismo. É capitalismo colonial. Quando os historiadores e economistas dizem que o feudalismo, agonizante na Europa, reviveu na América, referem-se a fatos certos: o traslado de algumas instituições já decadentes no velho mundo; o florescimento de uma aristocracia constituída por elementos dali deslocados; certas características das grandes explorações agrárias, pastoris e mineradoras, que analisamos, e que lembram as condições de dependência do servo ao senhor e a beligerância senhorial da época feudal. Mas todos êsses fatos não são suficientes para configurar um sistema econômico feudal. Ademais, o capitalismo colonial apresenta reiteradamente nos distintos continentes certas manifestações externas que o assemelham ao feudalismo. É um regime que conserva um perfil equívoco, sem alterar por isso a sua incontestável índole capitalista. Longe de reviver o ciclo feudal, a América ingressou, com surpreendente celeridade no ciclo do capitalismo comercial, já inaugurado na Europa. Mais ainda: a América contribuiu para dar a êsse ciclo um vigor colossal, tornando possível o início do período do capitalismo industrial, séculos mais tarde. A escravidão não tem nada de feudal e tudo de capitalista, como cremos haver demonstrado no caso de nossa América. Ao integrar-se no ciclo comercial, a América luso-hispana recebeu um formidável enxêrto africano. A mão-de-obra indígena e a outra, de procedência africana, foram os pilares do trabalho colonial americano. América e África — destilado o seu sangue pelos alquimistas do comércio internacional — foram indispensáveis ao deslumbrante florescimento do capitalismo europeu." (Sérgio Bagú — op. cit. — págs. 142/143.)

(19) Caio Prado Júnior se despreocupa de caracterizar o sistema da colonização como modo de produção. Descreve amplamente as atividades, situando-as no quadro do surto mercantil da época, e frisando os aspectos peculiares da *plantage*. "Mas afora isto, a extração não se distingue, na organização do seu trabalho e estruturação econômica, dos demais setores da atividade colonial. Encontra-se ainda aí o empresário, embora não seja proprietário fundiário como o fazendeiro e o minerador, mas que dirige e explora, como êstes, uma numerosa mão-de-obra que trabalha para êle e sob suas ordens." (Caio Prado Júnior — *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia* — S. Paulo — 1942 — pág. 118.)

Em outro livro: "O rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal." (...) "O regime

de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena." (...) "O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros, recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no nôvo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina êste tipo de propriedade fundiária." (Caio Prado Júnior — *História Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1945 — págs. 40/41.)

(20) "O que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, a forma como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o comêço, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitia pensar em pequenos engenhos, como fôra o caso nas ilhas do Atlântico. Cabe deduzir, portanto, que os capitais iniciais foram importados. Mas o que se importava, na etapa inicial, eram os equipamentos e a mão-de-obra européia especializada." (...) "A inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da fôrça de trabalho escravo." (...) "A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Êsse atrofiamento resulta do isolamento impôsto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançado. Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatôres são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquêle que se faz no ato da compra dêste. O pagamento *corrente* ao escravo seria o simples gasto de manutenção que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade, sem que por isso perca sua natureza monetária." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 62/66.)

(21) "A descoberta das terras auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à escravidão, seu enfurnamento nas minas ou o seu extermínio, o início da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África em uma espécie de charneca comercial para a caça aos peles negras, eis os processos idílicos da cumulação primitiva que assinalam a aurora da era capitalista. Cedo explode a guerra mercantil; ela engloba o mundo inteiro como teatro. Abrindo-se com a revolta da Holanda contra a Espanha, toma proporções gigantescas na cruzada da Inglaterra contra a Revolução Francesa e prolonga-se até

os nossos dias, em expedições de piratas, como as famosas guerras do ópio contra a China. Os diferentes modos de acumulação primitiva que a era capitalista faz surgir repartem-se então por ordem mais ou menos cronológica, a Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, até que esta os combina a todos, no último têrço do século dezessete, em um conjunto sistemático abraçando, de uma só vez, o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns dêsses métodos repousam no emprêgo da fôrça bruta, mas todos, sem exceção, exploram o poder do Estado, a fôrça concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica feudal à ordem econômica capitalista e observar as fases de transição. Com efeito, a fôrça é a parteira de tôda a velha sociedade em trabalho. A fôrça é um agente econômico." (...) "O regime colonial deu um grande impulso à navegação e ao comércio. Gerou as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios, servindo de poderoso fermento à concentração de capitais. Assegurou colocação às manufaturas nascentes, cuja facilidade de acumulação redobrou graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa pelo trabalho forçado dos indígenas reduzidos à escravidão, pela concussão, a pilhagem e o morticínio, refluíam à mãe-pátria para nela funcionar como capital. A verdadeira iniciadora do regime colonial, a Holanda, tinha já em 1648 atingido o apogeu de sua grandeza. Ela estava na posse quase exclusiva do comércio das Índias Orientais e das comunicações entre o sudoeste e o nordeste da Europa. Suas pescarias, sua marinha, suas manufaturas ultrapassavam as dos outros países. Os capitais da República eram talvez mais importantes que todos os do resto da Europa tomados em conjunto." (Karl Marx — op. cit. — págs. 291/298, IV.)

(22) "O quadro político-econômico dentro do qual nasceu e progrediu de forma surpreendente a emprêsa agrícola em que assentou a colonização do Brasil foi profundamente modificado pela absorção de Portugal na Espanha. A guerra que contra êste último país promoveu a Holanda durante êsse período repercutiu profundamente na colônia portuguêsa da América. A começos do século XVII os holandeses controlavam pràticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por outro lado, êstes de nenhuma maneira pretendiam renunciar à parte substancial que tinham nesse importante negócio, cujo êxito fôra em boa parte obra sua. A luta pelo contrôle do açúcar torna-se destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra Espanha." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 27/28.)

(23) "É provável entretanto que as transformações da economia antilhana tivessem ocorrido muito mais lentamente, não fôra a ação de um poderoso fator exógeno a fins da primeira metade do século XVII. Êste fator foi a expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste brasileiro. Senhores da técnica de produção e muito provàvelmente aparelhados para a fabricação de equipamentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar." (Celso Furtado — op. cit. pág. 37.)

(24) (Jan Andries Moerbeeck — *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil* — Rio — 1942.)

(25) "Os holandeses livres que vieram da pátria em caráter particular são na maioria comerciantes ou empregados dêstes ou representantes e os de menor condição fizeram-se taverneiros ou entregaram-se a pequenos negócios, com o que obtiveram algum lucro. Alguns comerciantes abalançaram-se a comprar engenhos e outros de situação mais modesta arrendaram partidos ou canaviais, segundo as suas possibilidades, contribuindo de modo manifesto para o cultivo e povoamento destas terras." (...) "Os holandeses que até agora se têm dedicado a engenhos, canaviais e outras culturas, qualquer que seja o lugar onde se fixaram, têm restaurado a agricultura e um grande número de engenhos e canaviais destruídos, tornando-os de nôvo valiosos, com o que o Brasil se engrandece notàvelmente e continuando assim no prazo de 1 a 3 anos chegará a um ponto de progresso jamais atingido no tempo do Rei, com a condição de que o preço do açúcar volte ao que era, visto que há pouco decaiu." (...) "Os portuguêses que se encontravam aqui no país e que se submeteram à nossa obediência, são os principais fatôres da cultura da terra; alguns permanecem na antiga posse dos engenhos, outros compraram muitos dos engenhos confiscados." (...) "Os portuguêses senhores de engenho, em conseqüência da guerra, perderam muito dos seus bens, empobrecendo e incapacitando-se para restaurar os seus engenhos, mas graças aos créditos liberais facilitados pelos mercadores holandeses puderam levantar-se, com o que se beneficiou a Companhia; pagam sem pontualidade, sendo necessário que os comerciantes insistam pelo pagamento." (Adriaen van der Dussen — *Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639) — Suas condições econômicas e sociais* — Rio 1947 — págs. 85/87.)

(26) "Direi apenas que, com a evacuação das capitanias de Paraíba e Goiana, as nossas fileiras foram consideràvelmente engrossadas, e, assim, o povo prefere antes perder os seus haveres que suportar por mais tempo as ignomínias que pesam sôbre êle e que constituíram a verdadeira causa de sua insurreição e não (como se faz crer entre os holandeses) porque não puderam satisfazer os seus credores, pois êles abandonaram mais do que seria para saldar seus compromissos." (Carta de João Fernandes Vieira — In Joan Nieuhof — *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil.* — S. Paulo — 1942 — pág. 263.)

Nieuhof aponta como causas da derrota dos holandeses, entre outras: terem consentido êstes que "a maior parte dos portuguêses continuassem na posse dos seus engenhos de açúcar, com os mesmos direitos de que gozavam antes"; terem sido os engenhos e fazendas confiscados "vendidos sem distinção, tanto a portuguêses como a holandeses, de modo que os holandeses tiveram menos ocasiões de estabelecer engenhos e fazendas"; terem sido os engenhos e fazendas confiscados "vendidos aos holandeses por um preço tão alto que ficaram arruinados todos aquêles que os compraram"; terem sido os bens móveis dos engenhos, e o açúcar em particular, "sobrecarregados de tal modo de despesas de transporte, impostos e foros, que os residentes livres do nosso povo (que se não con-

tentavam tão fàcilmente como os portuguêses) não podiam subsistir sem lucros fabulosos, que não podiam provir do açúcar, embora êste fôsse extraordinàriamente caro"; o preço elevado do escravo, levando "a maior parte dos que os compraram a ficarem completamente arruinados." (Idem — págs. 337/338.)

(27) "Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significaria necessàriamente alienar parte de sua soberania. Os acôrdos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes." (...) "Os privilégios conseguidos pelos comerciantes inglêses em Portugal foram de tal ordem — incluíam extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, contrôle sôbre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar — que os mesmos passaram a constituir um poderoso e influente grupo com ascendência crescente sôbre o govêrno português. Nas palavras de um meticuloso estudioso da matéria: *"Portugal became virtually England's commercial vassal"*. (Celso Furtado — op. cit. — págs. 45/46). Vide, a respeito: Nelson Werneck Sodré — *O Tratado de Methuen* — Rio — 1958.

EXPANSÃO

EXPANSÃO VICENTINA

Durante todo o século I, o núcleo humano que se constituiu em São Vicente permaneceu pràticamente esquecido. Só os sucessos do século II, com as penetrações, trouxeram-no à evidência. Isto comprova o seu papel secundário. A colonização assumiu, ali, realmente, aspectos muito diversos daqueles que apresentou na zona açucareira.(1)

A situação de subalternidade prolongada dêsse núcleo nos mostra o que teria sido a colonização, no seu conjunto, se em uma de suas áreas não tivesse intervindo o capital comercial. Nêle se ensaiou a mesma fórmula que resultou vitoriosa em Pernambuco, mas não conseguiu expandir-se. Dentro em pouco, o capital comercial concentrou os seus esforços na zona em que o sucesso estava assegurado. Êste foi o motivo fundamental por que São Vicente permaneceu em segundo plano. Mas, ainda como colônia de povoamento, grandes foram os obstáculos que encontrou: donatários ausentes, deficiência de recursos, distância marítima da Metrópole e das zonas consumidoras, estreiteza da baixada, impropriedade do planalto às culturas de exportação, insuficiência demográfica, etc. Durante largo período, o núcleo vicentino não passou de feitoria grande, maior do que as da fase proto-histórica brasileira.

Adiante, face às ameaças oceânicas e fraqueza de recursos locais, surgiu a solução do deslocamento para o planalto. A serra, como obstáculo, protegeria os povoadores, que a si mesmos não se podiam proteger, pela fraqueza numérica e material. A coexistência com a indígena permitia a transferência, e ela se efetivou. Mas se a serra era obstáculo ao inimigo, era-o também à troca: só se internam, naquela fase colonial, os que se desligam da produção para exportação. O simples fato de não existir ali produção organizada finalìsticamente para a exportação, com destino ao mercado europeu, caracteriza a diferença em face à zona nordestina. O

fato de ser a produção, no núcleo vicentino, destinada ao consumo local não é a única diferença, entretanto, em relação à zona que logo progrediu.

Nesta, à proporção que a estrutura de produção se desenvolve, definem-se alguns traços importantes, que lhe compõem a fisionomia: a associação de interêsses com a Metrópole, o regime de trabalho escravo, a grande propriedade, o sistema de monopólio comercial. Êstes traços encontram reflexos importantes nos acontecimentos: no crescimento demográfico, na expansão territorial do povoamento, na dizimação do indígena, na associação do elemento religioso, assimilado pelo meio. Naquele, à proporção em que decorre o tempo, se destacam outros traços, definindo fisionomia completamente diversa: dissociação de interêsses com a Metrópole, regime de escravidão doméstica indígena e de pequena propriedade, liberdade de comércio, conflito com o elemento religioso, traços cujos reflexos nos acontecimentos revelam: crescimento demográfico vegetativo, nucleamento da população, coexistência com o indígena, luta contra o catequista depois.

A deficiência humana paulista decorre, em primeiro lugar, do fracasso da cultura do açúcar no núcleo vicentino que é o foco de irradiação do povamento. Com êsse fracasso, o núcleo vicentino fica entregue à própria sorte e passa a ter, como os que dêle se geram, uma existência vegetativa. Mas, por outro lado, ganha a possibilidade de se desenraizar. É êsse desenraizamento que permite a transferência para o planalto onde, às apalpadelas, acaba por fixar-se em Piratininga. Nada fixa os povoadores no litoral. O desenraizamento permite, adiante, a disponibilidade guerreira. Nada ocupa a atividade dos paulistas de forma que os impeça de mudar. Isto vai permitir, mais adiante, as penetrações. Nada prende os povoadores a São Paulo. Não há, ali, uma atividade fixadora que absorva tôda a população. Não há acumulação. Não há troca externa porque não há excedentes ponderáveis de produção.

Como colônia de povoamento típica, a de São Paulo desenvolveu principalmente atividades domésticas, em base familiar, ocupando poucos braços escravos indígenas. Os vicentinos, como os piratininganos, são pequenos lavradores, produzindo o necessário à subsistência. A atividade que aparece

mais cedo, com produção de mercadoria, é a doceira, ainda de caráter doméstico e feminino. Nela surge o açúcar como matéria-prima, e isto é outra diferença em relação à área pernambucana, onde a confecção de doces, surgindo na fase vegetativa posterior ao fastígio, jamais visou o mercado, sendo antes um timbre de opulência doméstica. Até que ponto o açúcar utilizado na atividade doceira como matéria-prima, na fase a que nos referimos, era local ou vinha de outra zona é difícil esclarecer. A sua utilização para tal fim, entretanto, é uma peculiaridade paulista.

Abandonados à sua sorte, os paulistas pouco têm de comum com a Metrópole. Criando os seus próprios órgãos de administração, a câmara dos "homens bons" é, entre êles, o poder público, com todos os traços locais, ainda que sob forma metropolitana. Mantêm, por outro lado, padrões culturais europeus: a lavoura do trigo, a atividade pomareira de clima temperado, que o meio permite. São pequenos sitiantes, pequenos criadores, com reduzidas áreas cultivadas, reduzido número de cultivadores, e atividades domésticas de base familiar.(2) Existe, em São Paulo, acomodação com os elementos indígenas locais, que participam dos empreendimentos coletivos. O cruzamento com o indígena é intenso. As restrições a tal cruzamento são formais; a prática as derroga. Nessa fase, a ausência de braço africano é quase absoluta. E o isolamento marca um traço importante. A ausência de barcos metropolitanos assinala-o com eloqüência: aparece um em cada ano no ancoradouro vicentino. Não há nêle o que levar. Não há o que trazer para a sua gente.(3)

O PROBLEMA DA CATEQUESE

Em relação à zona açucareira, assim, a zona paulista apresenta diferenças importantes: é outro o regime de propriedade, é outro o sistema de trabalho, é outra a organização social. Trata-se de uma zona pobre, em que os indivíduos de relativas posses são raros, de população escassa (em 1580, há menos de duzentos moradores europeus na cidade de São Paulo; menos de dois mil em tôda a zona, compreendendo o planalto e o litoral), de lento crescimento, meramente vegetativo, abso-

lutamente distanciada do interêsse metropolitano. As atividades são limitadas: pequena lavoura, pequena criação, ouro de lavagem.

No decorrer do século I, dois tipos de relações influem na vida paulista: as relações com a área espanhola do Paraguai e, depois, do Prata, e as relações com o núcleo de povoamento da Guanabara. As primeiras tornam-se relativamente freqüentes, a certa altura, e são mais intensas do que com a zona pernambucana ou mesmo com a Metrópole, — Cananéia é a porta do Paraguai. Há elementos espanhóis em número relativamente elevado, fixados ou de passagem pela Capitania. Aparece nela o ouro de Potosi, sinal evidente de trocas. E as trocas, depois, serão relativamente importantes com a zona platina. Nada as limita ou proíbe. O domínio único da Espanha sôbre a América do Sul sanciona apenas êsses aspectos.

A participação, pela disponibilidade guerreira, na luta pela expulsão dos franceses da Guanabara traz outras conseqüências. Inaugura, entre os paulistas, em proporções bastante reduzidas, a norma da escravização do indígena aprisionado em "guerra justa". A capacidade do mercado local era, entretanto, mínima, para êsse tipo de mão-de-obra, ou qualquer outro. Os estoques indígenas próximos, mais do que suficientes para atender as suas necessidades, atingindo já a saturação. Com a luta contra os franceses, porém, e particularmente contra as tribos indígenas que a êles se haviam aliado, aparece entre os paulistas a possibilidade de transferir ao índio, totalmente, o fardo do trabalho e de operar no tráfico de mão-de-obra. Ora, o índio era objeto da catequese religiosa. Daí o conflito que surge e se agrava, entre paulistas e missionários.

A catequese do indígena aparecera no quadro do extraordinário esfôrço empreendido pela Igreja para recuperar-se das perdas sofridas com os cismas do Oriente e do Ocidente. No conjunto, êsse esfôrço aparece como Contra-Reforma. Trata-se de ganhar para a religião católica, e para a subordinação à Igreja, as populações das áreas há pouco descobertas, integrando estas áreas e suas populações na comunidade cristã obediente ao Papado. São populações em disponibilidade religiosa, passíveis de serem ganhas para o credo

romano, uma vez que consideradas idólatras, no conceito do tempo.

Há uma contradição evidente entre a expansão mercantilista e a catequese religiosa. Mas há, por outro lado, interêsses comuns entre esta e a colonização, como foi instituída na América. O interêsse de diminuir o choque inicial com as populações indígenas, quebrando-lhes as resistências aos elementos colonizadores, era um. O interêsse de assegurar ao tráfico negreiro o domínio da área produtora americana era outro, uma vez que o tráfico era a emprêsa mais importante da fase mercantil. Não há, entretanto, interêsse comum entre o colonizador, como indivíduo, e o catequista, desde o momento em que aparece a necessidade de escravizar o índio, porque ambos disputam a êste.

Deve ser lembrado o aspecto de que o choque entre o particular e o missionário não surgiu na área açucareira, aquela em que o capital comercial operou a sua intervenção. Nela, realmente, o fardo do trabalho cabia ao escravo africano e com isto estavam de pleno acôrdo missionários e senhores. O choque ocorreu apenas nas áreas em que tal fardo teve de ser atirado ao índio. Aconteceu em diversas áreas, de características diversas, em tempos diversos: São Paulo, Maranhão, Amazônia. Aconteceu, portanto, em áreas de produção secundária, em áreas pobres, de rentabilidade reduzida, excluídas do mercado negreiro pela própria debilidade econômica, desinteressadas dos mercados consumidores externos, via de regra.

É notória a pertinaz defesa do índio que foi efetivada pelo jesuíta, especialista da catequese. Causou espécie, sempre, por outro lado, o contraste entre a proteção conferida ao índio e o absoluto desinterêsse pela sorte do negro escravizado e transplantado, por parte dos missionários. De outra parte, é ainda interessante lembrar que, embora defensor do índio, o missionário, na prática e na generalidade dos casos, preparava-o para coexistir com o colonizador, com tôdas as graves conseqüências que essa preparação trazia, inclusive a de ser precursora da escravização, como que a preparando.(4) Quanto ao africano, não há problema: o colonizador é livre de escravizá-lo, para o missionário. Nem a África é, na época, área sôbre a qual se debruce a atenção protetora da Igreja: o africano não é objeto de catequese religiosa. No terreno

concreto, trata-se de uma disputa de mão-de-obra levada às últimas conseqüências. O colonizador, como particular, não se opõe à catequese; opõe-se à utilização do índio como mão-de-obra pelo missionário e à ação dêste subtraindo o índio ao trabalho para o leigo.

Por que se teria desinteressado a Companhia de Jesus, e não só esta Ordem, do problema da escravização do africano? É interessante recordar, a tal respeito, que, na sociedade romana, o cristianismo teve um sentido libertário, próprio de sua fase subversiva. O restabelecimento do instituto servil, ao fim da Idade-Média, e particularmente nas áreas coloniais, encontra a Igreja em situação muito diversa: grande proprietária, fazendo parte da classe dominante de senhores feudais. Em Portugal e na Espanha, esta era a classe dominante, na época da expansão ultramarina, das descobertas, da colonização, do comércio direto com o Oriente, da exploração americana. Em Portugal e Espanha, a Igreja era também parte da classe dominante que usufruía a exploração colonial. Uma das bases dessa exploração era a escravização dos africanos. Sem ela não teria sido possível montar a emprêsa da colonização, além de que, em si mesma, representava um dos maiores empreendimentos do capital comercial, na época.

Estas são as origens de uma ética que não via imoralidade alguma em escravizar africanos, mas julgava delituoso e pecaminoso escravizar indígenas. Era a ética do tempo, porque a ética da classe dominante do tempo. Era a ética naturalmente aceita pelos missionários, tanto mais que era conveniente à tarefa que lhes cabia. O africano não era criatura humana, pertencia ao domínio dos animais, e as próprias Ordenações os colocavam no capítulo das bêstas. Surgiram, assim, como objeto de troca, como mercadoria. Como tais, não eram, e nem poderiam ser, objeto da catequese. Não sendo objeto da catequese, não constituíram motivo de conflito entre missionários e colonizadores. A situação do índio era totalmente diversa: considerado criatura humana e objeto da catequese. Mas o motivo do conflito não estava na catequese. Os colonizadores, quando se chocavam com os missionários, não se opunham à catequese. Eram bons católicos, à maneira do tempo, homens de crença, vivendo no aprisco da Igreja. Rebelavam-se, apesar disso, pelo fato de que os missionários,

mantidos pelo dízimo pago pelos leigos, taxa importante no conjunto da tributação do tempo, subtraíam a mão-de-obra disponível, ao alcance dos colonizadores, utilizando-a, como tal, em seus trabalhos e emprêsas materiais. Esta indisfarçável concorrência é que constitui a razão do conflito. E êsse conflito é que leva os moradores de São Paulo a expulsar os missionários. Trata-se de uma decisão do particular, e não da Coroa. Nesse ponto, como em outros, no seu isolamento, na ausência de interêsses comuns com a Coroa, os paulistas não lhe reconheciam a autoridade.

O APRESAMENTO

A estreiteza do mercado local de mão-de-obra fêz com que o apresamento, em fase inicial, vegetasse na exploração dos estoques indígenas próximos. A invasão holandesa na área açucareira, entretanto, alterou profundamente aquela situação de equilíbrio relativo. O rompimento da associação de interêsses entre o capital comercial luso e o capital comercial holandês obrigou os investidores batavos a procurar a recuperação pela violência. As investidas de simples pilhagem não seriam satisfatórias. Impunha-se o apossamento da área colonial produtora de açúcar. Êsse apossamento ficaria incompleto, entretanto, se não fôsse conjugado com o das fontes africanas de mão-de-obra. O domínio holandês, aqui, só se realiza quando encontra correspondência no domínio da costa africana onde se abastecia o tráfico negreiro. Sem assegurar o fluxo normal de mão-de-obra, não se poderia manter a emprêsa produtora colonial.

A queda das fontes africanas de mão-de-obra escrava em poder dos holandeses traz à Colônia, nas zonas livres da dominação batava, uma crise muito grave. É essa carência no fornecimento externo que acarreta uma súbita ampliação do mercado de mão-de-obra indígena. É o momento em que as lavouras solicitam o índio, porque já não dispõem do africano, sob o risco de perecimento. Elas próprias não têm condições de prover as suas necessidades de mão-de-obra, entretanto. Surge a espontânea divisão do trabalho que faz do paulista um preador, especializado nessa tarefa, que as circunstâncias

tornaram imperiosamente necessária, para atender a uma demanda ascensional.

A essa altura, entretanto, os estoques indígenas próximos já estavam esgotados, não tinham condições para responder às necessidades novas do mercado. A solução natural apresentava-se com a aproximação das reduções jesuíticas, bordejando agora o Paranapanema. Na sua extraordinária expansão, as doutrinas haviam conquistado um vastíssimo território e articulado nêle uma rêde de aldeamentos indígenas. Ora, a defesa natural do índio estava na sua infixação, na possibilidade de internar-se, de deslocar-se, face ao preador. Aldeado, era indefeso. São os numerosos estoques das reduções o manancial oportuno e adequado de que se servem os paulistas, tornados preadores.

Ruem, assim, diante das sucessivas bandeiras, as grandes emprêsas produtoras que eram as reduções. Em um período muito curto, as províncias de Itatins, Guairá e Tapes sofrem uma sistemática destruição que risca de um território futuramente português uma dominação estranha a Portugal. Supor que o movimento de penetração bandeirante, na fase de apresamento, quando tôda a área sul-americana estava submetida ao domínio espanhol, obedecia a uma intenção política não representa apenas um êrro, reveste-se ainda de um sentido anti-histórico evidente. Em tôda a população paulista não haveria, na época, uma só pessoa em condições de raciocinar assim, quanto mais de impulsionar os homens válidos a uma emprêsa como a do bandeirismo de apresamento.(5)

Esta fase de expansão territorial, por outro lado, não tem a intenção povoadora, ou condições para revestir-se dêsse sentido. O bandeirismo de apresamento foi um movimento de fluxo e refluxo, operado por um núcleo humano reduzido, que não tinha o mínimo de condições para realizá-lo de outra forma senão aquela que o caracterizou. Não havia nela nenhuma preocupação territorial. O seu objeto era, pura e simplesmente, a mão-de-obra agrupada nas reduções, — e não o território.(6)

Muito ao contrário, a emprêsa das reduções tinha como fundamento necessário a ocupação territorial para, sôbre esta, montar a estrutura de produção, de caráter permanente pela sua própria finalidade, que a Companhia de Jesus realizou

com singular pertinácia e sem nenhum sentido nacional. Destruída pela ação demolidora dos bandeirantes, só voltou a surgir, em área portuguêsa futura, com os Sete Povos de Missões, já nos fins do século XVII. O refluxo jesuítico para a mesopotâmia Paraná-Uruguai e para o Paraguai deixou vazio o território em que se haviam articulado as reduções. Nêle não permaneceu, por seu lado, o bandeirante, que o declínio da procura de mão-de-obra indígena, com o restabelecimento do domínio luso sôbre o Brasil como sôbre as fontes africanas de escravos, obrigou a abandonar a atividade de apresamento. Restabelecido o tráfico negreiro tradicional para suprir as áreas agrícolas da Colônia não cabia mais o apresamento, nas proporções que tomou quando os holandeses o dominaram.

Nem foi, pois, o insucesso de Mbororé que forçou os paulistas a deixar o sul em abandono e a própria atividade preadora. A mineração viria apontar-lhes novos rumos. Mas, nas planuras sulinas, onde as reduções tinham as suas estâncias, o gado encontrou um meio físico extremamente propício, e nêle se multiplicou, à lei da natureza. Foram êstes os rebanhos que, nas "vacarias do mar" ou nas "vacarias dos pinheirais" os paulistas encontraram, em época posterior, servindo de base ao povoamento do Continente de São Pedro. Só a mineração, entretanto, apresentaria as condições que impulsionariam os paulistas novamente para o rumo do sul.

POBREZA

Mesmo com o apresamento, fenômeno de duração curta e sem grandes repercussões na vida econômica da Colônia, não conseguiram os elementos paulistas fugir à pobreza que os caracterizou como ligados a um núcleo típico de povoamento. Não eram apenas pouco numerosos e assim permaneceram por muito tempo. Eram, e permaneceram por muito tempo, pobres. Não se emanciparam dessa pobreza, a rigor, nem mesmo com a mineração, embora esta atenuasse os traços de verdadeira penúria em que vegetaram nos dois primeiros séculos.(7)

O exame dos documentos da época confirma tal penúria. Ela está escrita nos inventários e testamentos, comprovando

os fatos e as crônicas. Dêsses inventários e testamentos não constam as "peças", — e estava nelas, realmente, uma parte importante do pouco que possuíam os paulistas.(8) Naqueles documentos ficou retratada a vida de um núcleo de povoamento que permaneceu secundário por longos séculos. Êles assinalam a simplicidade da vida piratiningana, a rudeza dos costumes, a carência de recursos, a rusticidade dos utensílios. Frisam as normas decorrentes do isolamento, da situação de abandono em que permanece a gente paulista, e a forma como reage diante da conjugação de tantas e tamanhas adversidades. Era gente tão pouca e tão pobre que o núcleo urbano normalmente parecia deserto. Não houve nêle, por longo tempo, sequer os artesãos mais necessários, carpinteiros e oleiros.

Isolada do mar, que era o caminho natural, a cidade, mal arrumado ajuntamento de casas paupérrimas, atravessou longa fase vegetativa, fechada em si mesma. De um lado, estava o sertão, de outro o oceano, depois da serra áspera, cuja transposição se fazia a pé, por ser impossível o uso de animais para êsse fim, até que o caminho do Padre Anchieta fôsse melhorado. A comunidade criou a sua vida, entretanto, no tipo da colônia de povoamento, condicionada pela solidão em que se abrigou e se defendeu. Nela aparecem, assim, usos, costumes, normas que repetem, no planalto, a existência comum das aldeias portuguêsas, e até o esfôrço em cultivar as mesmas plantas, às vêzes coroado de êxito, às vêzes vencido pelas dificuldades, como aconteceu com o arroz. Repetindo, ainda, os preconceitos, conservados em estado de pureza, e inclusive os de classe, com os quais se misturaram os de raça.(9) Tratava-se, por isso, de uma vida sem trocas de importância, em que os utensílios e objetos assumiam valôres desmedidos, ligados à raridade; de uma vida econômicamente pobre, muito próxima da economia natural. Vida apagada, vazia, monótona, de gente que consumia pouco, e tinha de produzir o que consumia, e só isso, porque não tinha a quem vender. Milho, sal e farinha de pau, representavam os alimentos mais importantes. Milho e mandioca, plantas do índio, demandavam semeadura e colheita. "O mais, — escreveria um historiador, — sairia da floresta mesma que êles iam conquistar e explorar: a carne silvestre, o peixe, as frutas, as raízes. Se acabava a provisão de farinha, o que freqüentemente acon-

tecia, e não havia roças de mandioca e milho, e escasseava ou faltava de todo a ave, a caça de pêlo, o peixe dos rios — os sertanistas passavam a roer certas raízes, que apenas lhes conservavam as vidas. E durante semanas e meses levavam os paulistas essa existência de anacoretas, num depauperante jejum, que se suporta com sacrifício na vida do anacoreta, mas sòmente com milagre na vida do sertanista, que reclamava o máximo das energias, em diapasão alto e constante."(10)

Pobre era a casa em que morava, pobre a roupa que vedava a nudez, pobre a mobília. "Coberto de sapé era tudo o mais: a igreja, a cadeia, a casa do Conselho. Esta, em 1580, caiu, passando a Câmara a reunir-se na casa de um ou outro vereador. Só em 1585 é que se está em via de construção de nova casa. E a Câmara resolve, no dia 23 de abril, "que a casa nova que estava mandada fazer para casa do Conselho fôsse sobradada e servisse de Câmara... fôsse sobradada de tabuado, em cima servisse de casa do Conselho e o debaixo servisse para cadeia desta vila".(11) E não era fácil construir, porque não havia trabalhadores especializados. Dava-se o caso, por isso, de terem os moradores de tratar de forma adequada os poucos que tivessem habilitação, como ocorreu com o oleiro necessário à construção da matriz: "No têrmo de 28 de março de 1592, opõe-se a Câmara a que se cumpra uma sentença de degrêdo lançada pelo Ouvidor Geral do Brasil contra o oleiro Fernão Álvarez, sob o pretexto de que êsse homem "bom soldado" não só era indispensável à comunidade da vila, numa ocasião em que a terra estava em guerra, como por ser o único em São Paulo capaz de fazer telhas e achar-se a igreja matriz por edificar-se."(12) A carência de carpinteiros era notória também, como ficou exemplificado, e atestado, com o caso da arca para guardar os papéis da Câmara, cuja confecção demandou esforços prolongados: "A 16 de maio seguinte, insistia o procurador João Fernandes sôbre o caso, relatando aos colegas quanto era êle de difícil solução, pois "na vila não havia carpinteiro que a pudesse fazer, nem se poderia achar de comprar."(13)

A comunidade permaneceu pobre, esquecida e isolada, pois, por longos decênios. "Cobertas de telha ou colmadas de palha, — diria um cronista, — as casas da vila são sempre de taipa, — de mão ou de pilão. Parece haver um certo receio

em se fazerem construções definitivas num povoado perdido no planalto, a mercê de todos os perigos. Casas de pedra só se erguem em Santos. Aqui, a cadeia vive sem presos, que fogem pelos muitos buracos que se fazem na taipa. A casa da Câmara vive eternamente em ruínas e as suas sessões se fazem, constantemente, na residência dos vereadores. Estas, por sua vez, como as demais, sofrem do mesmo mal, tanto que a arca onde se guardam os bens dos órfãos não acha lugar para se esconder."(14)

Onde esta pobreza está retratada, entretanto, em suas verdadeiras dimensões, é nos inventários e testamentos. Analisando-os, Alcântara Machado confirma aquêle traço característico: "Dentre todos os espólios, o que mais avulta é o de Mateus Rodrigues da Silva, morto em 1710, e possuidor de bens alvidrados em 12:721$157. Deixemo-lo de parte. Só nos interessam os dois séculos anteriores, porque a êles se referem de preferência os documentos em estudo. Deixemos também de lado o de Fernando Rapôso Tavares, *homem branco, natural de São Paulo, Estado do Brasil* mas falecido em Ribeira-Grande, ilha de Santiago de Cabo Verde, onde era *estante, residente e casado*. Aí tinha êle quase todos os haveres no valor de 2:354$800. Em São Paulo se descreveram sòmente seis peças fôrras e algumas dívidas passivas. No século XVI vem à frente Maria Gonçalves, mulher de Clemente Álvarez. Anda tôda a fazenda, inclusive nove escravos avaliados, em 374$350. A partir de 1601 vai melhorando paulatinamente a situação econômica dos paulistas. Na primeira metade da centúria três acervos se registram superiores a 1 conto de réis. São em 1629 o de Gaspar Barreto, que, afora a gente fôrra, constante de oito peças e três *pecinhas* de tenra idade, atinge a quantia de 1:298$000; em 1637 o de Catarina de Siqueira, mulher de João Barroso, que importa em 1:194$880, sem contar trinta e cinco serviços; e em 1641 e de Manuel João Branco, estimado em 1:190$568."

O que se destaca, nos inventários dos dois primeiros séculos, informa Alcântara Machado, é a desvalia dos bens imóveis, em comparação com o dos objetos e, em particular, o das roupas de uso: "Tome-se como padrão o arrolamento dos bens de Grácia Rodrigues, mulher de Pero Leme. Monta a 70$560 tudo quanto se apura. Contribuem para êsse total com

três mil e seiscentos os produtos agrários e a criação; com sete mil e duzentos as casas da vila e da roça; com vinte e dois mil-réis os dois escravos; com vinte e sete mil e seiscentos, uma pouca de roupa, mobília e ferramenta. Ao passo que se dá o valor de cinco mil réis às casas da vila, um *colchão velho* é estimado em mil e duzentos, e em cinco mil-réis se avalia uma *saia do reino de Londres.*"

Essa colônia de povoamento típica, que se isola no altiplano e que vive de si mesma, quase em estado de economia natural, conserva, por isso mesmo, em relação à Metrópole, uma posição de quase independência, de distanciamento absoluto, de desinterêsse. Não há, pràticamente, laço algum entre a autoridade metropolitana e as autoridades locais, que gerem, soberanamente, os seus negócios como bem situa Taunay: "E acima de tudo ainda o pouco caso com que a gente do planalto se ia habituando a encarar a autoridade — tão desprovida de elementos vigorosos — dêsses mandatários do senhor da terra. Assim, quando Jorge Corrêa decretou a entrega do govêrno das aldeias de índios aos jesuítas, pura e simplesmente recusou-se a câmara, — e num tom de rematada insolência, — registrar-lhe a provisão. "Não sabe v. mercê das coisas do Brasil, novamente vindo do reino como é", argüiu-lhe. "Não tomou bem o ser da terra ainda". Assim, pois, procurasse inspirar-se na conduta do experimentado Jerônimo Leitão, que por vinte anos antes dêles governara a Capitania, e jamais se lembraria de semelhante projeto. E apoiado pelo consenso unânime de uma assembléia popular, a que concorreram todos quantos na vila tinham algum destaque, afirmava o conselho que não cumpriria semelhante ordem "visto ser muito em perjuízo da repúbrica e não ser serviço de Sua Majestade". Os padres que se limitassem a doutrinar e ensinar os índios "da maneira que sempre haviam feito, e ninguém lhe impedisse o ensino delles para a sua salvação". Outra posse lhes não dariam, absolutamente."

A CONQUISTA DO SERTÃO

Diz Vidal de la Blache que o homem emigra com a sua concha, isto é, com os seus hábitos, os seus conhecimentos,

as suas normas, aquilo que ficou batizado como cultura, na sociologia moderna.(15) O trato dos animais domésticos, assim chamados porque viveram junto ao homem desde os tempos mais recuados, fazia parte da cultura dos primeiros colonizadores. Os indígenas os ignoravam. Foram os portuguêses que introduziam no Brasil o gado vacum e cavalar. Aqui, entretanto, começaram a diversificar-se as condições que permitiram aos povoadores o trato daqueles animais domésticos. Essas condições foram características na expansão da pecuária da zona açucareira que se traduziu numa conquista territorial de grandes proporções.

A expansão pastoril, naquela zona, atravessou três fases: a da vizinhança, a da coexistência e a da separação entre as atividades agrícola e pastoril. Na primeira fase, o trabalho agrícola e o beneficiamento da cana tornam o gado vacum peça essencial da propriedade escravista. É a fase em que o gado fornece ao homem a carne, para alimento da população local, particularmente do escravo; a fôrça de tração, para o transporte terrestre a pequenas distâncias; e a fôrça de tração para a moenda, nos *engenhos-trapiches*, onde substitui, nesse mister, a fôrça do escravo.(16) É a essa fase que se refere a observação de Brandônio, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil:* "É necessário que tenha... 15 ou 20 juntas de bois com seus carros necessários aparelhados..." Nessa primeira fase:

— o gado e a lavoura avizinham-se, na mesma propriedade,
— o curral é o *quintal do engenho;*
— o senhor de engenho é proprietário do gado e da lavoura.

A segunda fase começa quando se generaliza a separação entre o engenho e o curral. Deve-se ao crescimento dos rebanhos e das lavouras e à incompatibilidade que existe entre o pastoreio e a agricultura. A separação só é possível quando a atividade pastoril, superando a servidão do sal marítimo, que a agrilhoava ao litoral, se distancia no espaço, da atividade agrícola, que permanece vinculada ao litoral. Nesta segunda fase, além do que já fornecia ao proprietário, o gado fornece ainda o couro, matéria-prima de numerosos utensílios que a crescente complexidade da vida social exige.(17) Na maior parte dos casos, o couro é utilizado sem beneficiamento

ou com um beneficiamento rudimentar. A referida fase assinala as seguintes alterações:

— separa-se a propriedade agrícola da propriedade pastoril e esta se interna, bordejando, entretanto, as áreas agrícolas;

— conquanto separadas as atividades, o proprietário do gado é ainda o senhor de engenho.

A terceira fase surge com o rompimento dos últimos laços de coexistência entre as duas atividades, a agrícola e a pastoril. A separação entre elas é completa. A pecuária ganha o sertão. Ocorre com o desenvolvimento dos rebanhos e a necessidade conseqüente de amplas pastagens. As ligações entre o sertão pastoril e o litoral agrícola tornam-se periódicas. Começam a aparecer as feiras de gado. As populações do sertão trazem-lhes o que produzem e nelas buscam o pouco de que necessitam. As trocas se efetuam em espécie, em grande parte dos casos. Nesta terceira fase, o gado fornece ao homem o couro, como matéria-prima para numerosos utensílios, mas já agora mais à população sertaneja do que à litorânea, que utiliza o algodão como matéria-prima para muitas de suas necessidades e o couro para exportação; a carne, como alimento da generalidade da população cujo surto demográfico sofrera considerável impulso com a atividade mineradora; animais para tração e para transporte, em tôdas as áreas que alcançava. É a fase a que se refere Antonil, quando narra a expansão territorial do gado e baliza essa expansão pelos rios.(18) Nela:

— realiza-se a conquista do interior, da Bahia ao Maranhão;

— começa a ter lugar a troca interna, entre áreas pastoris e áreas agrícolas, entre áreas pastoris e áreas mineradoras;

— reaparece a acomodação entre o colonizador e os remanescentes indígenas;

— a apropriação da terra estende-se extraordinàriamente;

— geram-se relações feudais no pastoreio, pela sua incompatibilidade com o trabalho escravo.

O sertão funciona duplamente, como refôrço e complemento das áreas agrícolas e mineradoras, e como válvula da área agrícola já apropriada. Esta, na sua já longa vigência, e particularmente quando começa a declinar em poderio econô-

mico, mantendo entretanto a sua estrutura, lança ao sertão muitos dos elementos que marginaliza. Reaparecem, com o pastoreio sertanejo, áreas isoladas, sem dependência direta da Metrópole, ou dos mandatários desta, autônomas, desligadas de qualquer acomodação com a Coroa. No sertão não há poder público; o poder privado é ali exclusivo. Conquanto a descoberta das salinas do Ceará, de Alagoas e de outras Capitanias e dos barreiros do São Francisco tenham ajudado a penetração pastoril, o sal persistirá o motivo mais importante dos contatos com o litoral.

A alta rentabilidade da produção açucareira, que levou à sua extrema especialização, foi a causa fundamental da expansão pastoril sertaneja que proporcionou, com a carne para alimento e o couro para utensílios, o complemento indispensável à monocultura. Permitiu ainda a resistência que o sistema açucareiro de produção sempre apresentou às crises, passando da euforia à fase vegetativa sem autoconsumir-se. Aquela alta rentabilidade induz, assim, o desenvolvimento pastoril, tornando-o um apêndice necessário à extrema especialização da área açucareira.(19)

No sentido da expansão pastoril sertaneja trabalhou também a circunstância de não competir o pastoreio com nenhuma atividade metropolitana ou conservada, na Colônia, sob regime de monopólio, o que o isentou das sanções que a Coroa impunha a tôda forma de concorrência colonial, visto como fazia do Brasil mercado privativo. A pecuária era, na verdade, um campo livre, ao sabor da iniciativa dos que dispunham de condições necessárias para enfrentá-la. Para o seu desenvolvimento, por outro lado, havia circunstâncias favoráveis:

— abundância de terras;

— disponibilidade de mão-de-obra, complementada pela fraca exigência do mister.

A abundância de terras era contrabalançada pela deficiência qualitativa das pastagens. Êste foi o motivo, mas não o único, da expansão extensiva da pecuária nordestina. Tal expansão foi acompanhada, quantitativamente, pelos rebanhos, por razões endógenas, independentes da demanda. O crescimento endógeno desligado das solicitações do mercado, aca-

baria por marginalizar a maior parte das áreas pastoris.(20) Na fase em que ocorre a marginalização, entretanto, já a atividade aurífera, com o surto demográfico e a elevação do poder de compra correspondentes, havia dado um vigoroso impulso à pecuária sertaneja, fazendo do Vale do São Francisco, região de povoamento pastoril e de trânsito entre as duas áreas principais da Colônia.

A extensa apropriação e a marginalização das áreas pastoris, a ausência de poder público, o ritmo vegetativo em que descambaram aquelas áreas, leva à configuração de uma fisionomia peculiar, em que aparecem as questões de terras, resolvidas pela violência, as questões de família, conduzindo a conflitos locais duradouros, e, finalmente, a um banditismo endêmico, pontilhado de fanatismo em alguns casos. As parcas necessidades da população pastoril são satisfeitas com os recursos próprios. As trocas da área pastoril com a área mineradora e com a área agrícola reduzem-se. Aquela, na sua fase de declínio, cria os seus próprios rebanhos, dispensando o concurso sertanejo. Êstes traços, conjugando-se aos traços da paisagem física e apenas agravados por êles, geram o "outro Nordeste". Surge e cresce uma área de relações feudais, paralela à área escravista. Êsse fenômeno de mudança se processa ao longo do tempo, apresentando traços que são apenas específicos no que têm de exterior e pitoresco.

O ESTADO DO MARANHÃO

A partir de 1621, sob dominação espanhola, a colônia foi repartida em duas áreas, cada uma delas diretamente subordinada à metrópole:

— o Estado do Brasil, do Rio Grande do Norte atual a São Paulo;

— o Estado do Maranhão, do Rio Grande do Norte atual ao Pará.

Nessa repartição não influiu apenas a diversidade, que era flagrante, entre uma e outra, particularmente com o insucesso das donatárias distribuídas na costa acima do Rio Grande do Norte, deixando ali a Coroa com as mãos livres para rea-

lizar nova tentativa de ocupação, em outras bases. Influiu também a navegação: era difícil, ao tempo das técnicas do navio a vela, ligar a área do Estado do Maranhão à área do Estado do Brasil, — era mais prático ligá-la diretamente à metrópole. As condições adversas diziam respeito ao regime das correntes marítimas e também ao regime dos ventos ao largo e na costa. Com o passar dos tempos, entretanto, apesar das dificuldades, era necessário atentar para a área do Estado do Maranhão. Dois motivos tornam flagrante aquela necessidade: a fascinação do ouro, despertada com as narrativas dos navegadores espanhóis que haviam descido o Amazonas, no século XVI, e a concorrência estrangeira, com as feitorias que holandeses, franceses e inglêses estabeleceram em diversos pontos da costa acima do Rio Grande do Norte. No fundo, eram os mesmos motivos que, em fase anterior, haviam despertado o interêsse da Coroa pela área do Estado do Brasil. Agora, entretanto, a ocupação obedeceria a outros métodos. Tratava-se de:

— expulsar os ocupantes estrangeiros;
— ocupar com elementos metropolitanos.

As operações para satisfazer a primeira exigência começaram no Maranhão pròpriamente dito, em 1615, com a expulsão dos franceses. Mas já no ano seguinte fundava-se o que seria a cidade de Santa Maria de Belém. Daí por diante, e notadamente depois da restauração da autonomia portuguêsa, travaram-se as lutas para expulsar da Amazônia holandeses, inglêses e franceses que ali haviam estabelecido feitorias, valendo-se particularmente de suas bases antilhanas. Ao mesmo tempo, devassava-se o interior, percorrendo a rêde hidrográfica e submetendo o indígena. A expedição de Pedro Teixeira, encerrada em 1639, marca a fase das penetrações exploradoras. Daí por diante, o Estado do Maranhão oscilará ao influxo de seus extremos, de características diferentes, o Maranhão pròpriamente dito e a Amazônia.

Em todos os tempos, e ainda em nosso tempo, o problema geográfico foi discutido, variando embora as teorias. Nestas, as mais extremadas confinaram-se num esquemático determinismo: a pressão do meio físico constituiria o molde

imperativo, a que as atividades do homem e da sociedade teriam de submeter-se. Êsse simplismo configurou, em nossos dias, o aparecimento e o prestígio de uma suposta ciência, a Geopolítica, capaz de resolver, ou, quando menos, explicar os traços e a fisionomia da adptação humana ao meio físico. O *geografismo*, assim, passou do campo físico ao campo humano, do humano ao social, do social ao político. Hoje, está na essência de numerosas teorias, de que a Geopolítica é apenas um exemplo. Mesmo em terrenos aparentemente distantes, como o das letras, encontrou um caminho fácil, de que Taine representa um caso frisante. Não foi por coincidência que tais teorias ganharam corpo na segunda metade do século XIX, ao tornar-se agudo o problema colonial.

No caso da Amazônia, os critérios geográficos encontraram um maravilhoso e fecundo cenário para apoiar-se. A majestade do meio físico, avultando em confronto com a pequenez do homem, ajudava extraordinàriamente o levantamento de teorias em que a base geográfica se apresentava como única. Não é possível discutir, aqui, no geral, o que as teorias geográficas têm de falsas ou de verdadeiras. Antes de deixá-las à margem, entretanto, convém referir que a pressão do meio físico é realmente importante, e até imperativa, na medida em que o homem é mais atrasado, no sentido de que não domina os instrumentos que lhe permitem reagir sôbre o meio. A pressão do meio físico sôbre a comunidade primitiva indígena foi inexorável, na verdade: ela determinou a maneira de viver daquela comunidade. A pressão decresce na medida em que a sociedade avança em suas formas de organização. É preciso não esquecer que, na comunidade primitiva, o homem se associa, e produz e consome em comum, pela fraqueza do indivíduo isolado. Quando o modo de produção evolui e a sociedade domina cada vez mais instrumentos que lhe permitem atuar sôbre a natureza, o meio físico, a pressão dêste tende a diminuir. De qualquer forma, sem fundamentar o determinismo geográfico, o meio físico tem sempre um papel: a natureza é o quadro em que o homem vive; ela lhe oferece os seus recursos, cabendo ao homem escolhê-los e aproveitá-los, na medida de suas necessidades e de sua capacidade para isso.

O meio amazônico apresentou-se ao colonizador sob dois aspectos:

— de extraordinária agressividade, no que diz respeito ao revestimento florestal, que não só constituiu obstáculo à penetração como à agricultura, pela camada superficial e instável de humo, despojando-se, assim, das possibilidades de fixação à base do trabalho agrícola;

— de extraordinária hospitalidade, no que diz respeito à penetração linear, devido à rêde hidrográfica, particularmente, e aos recursos naturais oferecidos à simples coleta.

Estas condições refletiram-se na tarefa do colonizador, que a elas se submeteu, operando:

— o estabelecimento de uma economia coletora florestal;

— o aproveitamento do indígena como trabalhador especializado na coleta;

— a utilização da rêde fluvial para a conquista linear.(21)

Ora, êstes traços, até hoje presentes, menos no que se refere ao indígena, perduraram ao longo do tempo porque a sociedade amazônica não teve recursos para superar os obstáculos. Euclides da Cunha já escrevia: "O homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio". Um poeta dos nossos dias diria: "Êsse rio é a nossa rua..." E um geógrafo estrangeiro, Pierre Gourou, observaria que, multiplicando as orlas florestais, os rios multiplicavam também as frentes de ataque à floresta. A extensão física, entretanto, contrapunha-se, e ainda hoje se contrapõe, à fraqueza do elemento humano. Disso resultaria o contraste entre a natureza que "se concentra para resistir", enquanto o homem se dispersa para trabalhar, à base coletora imperativa. Daí os traços persistirem:

— subordinação à rêde hidrográfica;

— dispersão no povoamento;

— penetração linear.

Nas condições imperantes no Estado do Maranhão vai repetir-se, sob outros aspectos formais, o problema da escravização do indígena, — peculiar a tôdas as zonas coloniais em que não ocorreu o investimento do capital comercial europeu,

peculiar a tôdas as zonas pobres, de desenvolvimento vegetativo. De início, os ocupantes do Estado do Maranhão, na zona maranhense, encontram no índio o trabalhador especializado na economia de coleta, e êle fornece o trabalho: não há produção, no sentido rigoroso do têrmo; mesmo para consumo local, a produção é mínima.

Ora, onde aparece a escravização do indígena, reaparece o conflito com o missionário. Êsse conflito se estende da área maranhense à área amazônica. Com a particularidade de que nesta o indígena era insubstituível, pela sua adaptação à tarefa coletora florestal: "Sem o gentio, portanto, não se dava um passo. Era êle que remava, caçava, pescava, fazia as farinhas, lavrava a terra, guiava as expedições, passava as cachoeiras, indicava os perigos e os meios de escapar a êles, apontava os tipos da flora e da fauna, construía os povoados, fazia os mil artefatos de que havia necessidade para que se pudesse prosseguir na campanha de fundação do império ocidental no ambiente exótico e hostil. Era êle nervo e vida."(22) O colonizador leigo mal entendeu essa profunda significação e iniciou a sua tarefa predatória por uma sistemática dizimação das tribos: "As epidemias de varíola, assaltando a região de quando em vez, só entre 1743 e 1749 levaram 40.000 indígenas, em todo o vale. Por ocasião das refregas contra as hostes manauaras e aliadas, que obedeciam a Ajuricaba, o cabo lusitano Belchior Mendes de Morais, no ano de 1729, passou pelas armas 20.800 índios, segundo êle mesmo comunicou ao capitão-general e governador do Pará! No Urubu, em 1663, Pedro da Costa Favela e Antônio da Costa, para vingar o assassínio de Arnau de Vilela, destruíram trezentas malocas, matando 700 índios e escravizando 400. Para as obras que o govêrno português realizou em Macapá e Belém, no decorrer do segundo quartel do século XVIII, tribos inteiras, trazidas do alto Rio Negro desceram para os dois lugares sem que voltassem mais aos distritos de onde tinham vindo."(23)

Caberia aos missionários a solução do problema, nas condições impositivas que a região apresentava. Só êles tiveram a capacidade de utilizar o trabalho indígena. Essa utilização atendia não apenas às condições referidas, mas à solicitação do mercado exterior. A Amazônia vai proporcionar o retôrno português ao comércio de especiarias. Expulsos da Malaia e

de Ceilão, guerreados em outros pontos do Oriente, cedendo o comércio de especiarias orientais ao holandês, Portugal vê na Amazônia a fonte de drogas do sertão que lhe permitirá voltar ao cenário.

"Visando êste objetivo, as instruções da metrópole se sucedem, explica um historiador. Primeiramente com exclusiva referência ao cravo, segundo pode ver-se no regimento a Vidal de Negreiros, como governador do Maranhão, em 1655, quando se lhe recomenda a colheita de tal produto. Mais tarde, em novas provisões, ordenando que se diligencie a colheita de canela, baunilha e cacau (Provisão de 2 de setembro de 1684). Ainda posteriormente, outras provisões, desta vez recomendando o descobrimento e colheita da pimenta (Provisão de 24 de novembro de 1686), e pedindo a remessa de amostras da quina, puxuri, ervas com efeito de chá, cochonilha, pau-prêto, campeche, etc. (2 de fevereiro de 1691)."(24) É que a Amazônia não oferecia apenas drogas conhecidas mas até sucedâneos. Ali se encontravam o cacau, a salsaparrilha, a copaíba, a baunilha, e mesmo plantas que podiam substituir a canela, o cravo, a noz-moscada. Tudo o que as perdidas fontes orientais forneciam antes.

Ora, quando isso acontece, a ocupação amazônica deve repousar sôbre a rêde das *missões.* Só elas dão sentido de povoamento e de exploração econômica ao vale. Sôbre a sua estrutura funda-se o surto comercial das *drogas do sertão.* A Amazônia substitui o Oriente como fonte de especiarias. Mas só substitui porque o missionário organiza, nas suas aldeias, entidades produtoras de proporções relativamente grandes, protegidas pelas isenções, dominando a mão-de-obra local e aproveitando ao máximo a sua aptidão natural para a coleta florestal. Handelmann compreendeu perfeitamente o problema: "por meio dêles (os índios) colhia o inspetor da missão os produtos da mata virgem, que eram mandados em grande quantidade para Belém ou para Lisboa, aos mercados, vendidos por conta da missão; com a renda dêsse pequeno comércio tinham os missionários que custear as despesas para a manutenção e decoração de suas igrejas e aldeamentos, para o sustento próprio, assim como para o desenvolvimento da obra das missões".(25) "Os colonos", aduz outro ensaísta, "tinham direito a uma têrça parte dos índios aldeados, com os quais

trabalhariam seis meses. Uma outra têrça parte trabalharia livremente, em qualquer atividade, e a têrça parte restante podia ser utilizada pela administração pública. As mulheres também cooperavam, dobrando novelos, tecendo rêdes, e panos de algodão, cuidando dos afazeres domésticos. Todos, já se vê, trabalhavam mediante o salário legal, que era de duas varas de algodão grosso por mês, ou sejam vinte e um mil-réis em poder aquisitivo de hoje. Dessa obrigação sòmente estavam isentos, por dois anos, os recém-aldeados, "para que tivessem tempo de se instruírem na fé e acostumarem ao trabalho". Para acrescentar: "Se "homens livres", os índios, na verdade, eram escravos. Se a propriedade da terra lhes dava liberdade econômica, seu papel real era o de servos da gleba, sujeitos a uma rigorosa fiscalização, e com o produto de seu trabalho absorvido pelo diretor da missão, "que o aplicava em proveito de sua igreja, da sua ordem, ao passo que só concedia aos trabalhadores, em compensação, o necessário para viverem e uma escassa instrução cristã". A Ordem era o Estado. E o Estado vinha primeiro, o indivíduo depois."(26)

Se o problema da mão-de-obra era o mesmo, em todo Estado do Maranhão, a solução não poderia ser a mesma, dadas as diversidades que aparecem entre o Maranhão pròpriamente dito, de um lado, e a Amazônia, com a sua economia coletora, de outro lado. Veremos, ao longo da história, a preponderância econômica desta, em tôda a primeira metade do século XVIII; na segunda metade do mesmo século, a preponderância passa ao Maranhão pròpriamente dito. O regime pombalino, com a expulsão jesuítica, e o choque local entre os colonos leigos e os missionários, arruína a estrutura das missões como organização produtora. No Maranhão, a pouco e pouco, num quadro diferente, o problema de mão-de-obra, que motiva os mesmos choques, deriva para uma saída que teria sido impossível na Amazônia. Na preponderância amazônica verifica-se o auge da especiaria; na do Maranhão, a especiaria é um recurso entre outros, e as atividades evoluem, transitam para a agricultura e acabam por configurar uma sociedade em que se reproduzem os traços antes evidenciados naquela que o açúcar articulara.

A evolução maranhense foi extremamente difícil. Vieira, que forneceu dela um depoimento interessante, podia escrever,

nos fins do século XVII: "Na ilha do Maranhão, responde muito mal a terra com o pão natural daquelas partes, que é a mandioca, e no Pará, por serem as terras tôdas alagadas, são tão poucos os lugares capazes da planta da dita mandioca que é necessário aos moradores mudarem muitas vêzes suas casas e fazendas, deixando perdidas e despovoadas as que tinham, e ir fabricar outras de nôvo, dali a muitas léguas, com excessivos trabalhos e despesa. As madeiras, com o fabrico dos navios, a destruição das roças, em que se derrubam e queimam, já são menos e muito distantes. As canas-de-açúcar não se plantam uma só vez, como no Brasil, mas quase é necessário que se vão replantando todos os anos. As terras capazes de tabaco também se vão já buscar muito longe. O comer ordinário é caça e pescado, e a caça, sendo antigamente tanta, que quase se metia pelas casas, hoje pela continuação com que se tem batido os matos, está quase extinta. E no peixe se tem experimentado quase o mesmo, sendo no princípio infinito. E a razão de tudo é não serem as terras da América tão criadoras, como também mostrou a experiência no Brasil, para onde se carrega de Portugal tanto peixe sêco; ajudando muito no Maranhão a esterilizar os mares e rios os modos de pescar, que se usam sem nenhuma providência; com que é mais o que destroem, que o que se aproveita, e se perde totalmente a criação; e como a gente cresce, e o sustento diminui, é fôrça que se padeça muito".(27)

Numa tentativa para alterar êsse quadro, entretanto, a Metrópole, sob regime pombalino, institui o comércio em bases e normas que acabarão por levar à ruína e ao conflito. A atividade da Companhia privilegiada deveria consistir em introduzir escravos africanos e utensílios necessários à população, e receber, em pagamento, as drogas locais. Deu-se um contrato de largo prazo, vinte anos, em que lhe caberia trazer 10.000 negros e os gêneros especificados, a preços também especificados. E o resultado foi o desastre: "Chegavam as peças da Índia (eufemismo com que se designava a odiosa mercadoria), e se distribuíam pelos moradores, que ficavam obrigados ao pagamento em três anos. Considerou-se, porém, a espera, sacrifício excessivo para o erário; e a incerteza da cobrança tornava-o ainda mais sensível. Dispensar a Coroa seus interêsses, em benefício dos vassalos, seria a inversão do

sistema. A real fazenda não devia suportar o desembôlso, nem o risco, mormente tratando-se de longínquas colônias, úteis só pela renda que davam, como parte de opulento morgadio. Cumpria encontrar quem tomasse a si o encargo, com indenização que aliviasse as perdas prováveis; e o melhor recurso pareceu ser a criação de um estanco ou monopólio, pondo-se em uma só mão todo o negócio da terra."(28)

A situação maranhense começa, pois, com lutas ferrenhas, a evoluir de forma muito diferente daquela que a Amazônia apresentara. A entrega dos negócios da terra a uma só mão, isto é, a uma companhia de comércio, em regime de privilégio, leva, na verdade, à insurreição. Não a podem suportar os povoadores, e levantam-se com Beckmann, que pagará, com Jorge Sampaio, a audácia de seu comando. Mas, em tôda a primeira metade do século XVIII, o desenvolvimento maranhense é lento, difícil, turbulento. Vem tirá-lo dessa fase vegetativa o desenvolvimento do algodão, e a necessidade que o mercado europeu tem dessa matéria-prima, na fase em que os Estados Unidos, perturbados com a guerra da independência, não asseguram as solicitações externas. O algodão, gênero tropical e colonial típico, permite a montagem de um sistema produtor em muito semelhante ao do açúcar, particularmente pela possibilidade em operar com a mão-de-obra africana. O algodão, como dizem os cronistas, enegrece o Maranhão. É a fase áurea do desenvolvimento maranhense, que coincide com o declínio amazônico, — fase que desembocaria na época da Independência.(29)

A EXPANSÃO AURÍFERA

A mineração brasileira é um fenômeno do século XVIII. Já nos fins do século XVII, divulgaram-se as primeiras descobertas. É interessante examinar o quadro histórico em que ela apareceu. Do ponto de vista externo, acelerava-se a transformação na economia européia, que operava a passagem do modo feudal ao modo capitalista de produção. Aquela transformação delineia-se na Holanda, desde o século XVII, e acentua-se na Inglaterra. O papel desempenhado pela Holanda na articulação da estrutura de produção açucareira colonial,

encerrado com a guerra contra o monopólio, será sucedido pelo papel desempenhado pela Inglaterra, em relação a Portugal e suas colônias, desde a segunda metade do século XVII. Processa-se na Metrópole, por isso mesmo, a transição entre a fase de associação de interêsses com o capital comercial holandês e a fase de subordinação econômica à Inglaterra. É, no Reino, uma fase de estagnação, devida em particular ao declínio no valor da exportação açucareira.

O açúcar, realmente, deixa de ser monopólio de Portugal. Surgem outras áreas coloniais de produção, particularmente a holandesa. Nesta, como na inglêsa e francesa, as técnicas já avançadas permitem melhor produtividade e permitem ainda retirar um produto, a bebida alcoólica, que complementa e reforça a produção e o comércio. Por estas e outras razões, a concorrência é desfavorável a Portugal. A estagnação econômica leva a sucessivas desvalorizações cambiais: o valor da libra sobe, entre 1640, ano da Restauração, e 1700, quando começa a afluir ao mercado europeu o ouro brasileiro, de um mil-réis para três mil e quinhentos. Em conseqüência há um reajustamento das importações em nível muito mais baixo do que antes.

Do ponto de vista interno, cessara a expansão territorial fundada no apresamento, deixando o vazio nas zonas em que o bandeirante exercera o seu mister. Começava, nos fins do século XVII, a surgir a competição, a disputa e o conflito com as áreas coloniais espanholas do Prata, configurado na fundação da Colônia do Sacramento. Mantinha-se em baixo nível a economia coletora amazônica e as áreas maranhense e paulista estavam ainda em fase vegetativa. Entrava em prolongada e profunda crise a área açucareira. Favoreciam aos elementos que nela operavam, desde que da classe dominante naturalmente, as sucessivas desvalorizações cambiais. Mas, enquanto fortaleciam a exportação, sem chegar a resolver o problema gerado pela concorrência, agravavam o nível de vida da população. Êsse irrecorrível agravamento atingia também, e profundamente, as áreas não exportadoras que eram compelidas a um estágio de produção de mera subsistência, com um declínio de produtividade que as relegava ao isolamento e ao estiolamento. Êsse declínio respondia, em alguns casos, pelo estabelecimento de relações feudais, e a área feudal, na

Colônia, ampliava-se depressa. A incapacidade para importar, levada a limites extremos, acarretava situações em tudo idênticas à de São Paulo, onde uma roupa valia mais do que uma casa, o utensílio mais do que a propriedade do solo.

Em resumo:

— a economia metropolitana e a economia colonial, profundamente vinculadas, atravessavam uma difícil fase de crise;

— a economia colonial ia sendo compelida a adaptar-se às transformações que faziam emergir, no ocidente europeu, o modo capitalista de produção.

É por isso que deve ser assinalada a diferença que existiu entre a mineração colonial espanhola e a mineração colonial portuguêsa. Aquela apareceu no início da colonização; era uma atividade conhecida e praticada pela primitiva população colonial; apresentava-se com características geológicas que exigiam grandes emprêsas fixas e técnicas avançadas de exploração. Esta surgiu quando a colonização tinha já dois séculos de vigência e realizara uma expansão horizontal e vertical considerável: ocupara a faixa litorânea, em largos trechos separados por largos intervalos, devassara a Amazônia, o sertão nordestino e parte do sul, montara uma estrutura de produção importante, como a do açúcar; mas a população não conhecia a atividade mineradora, nem da parte do indígena, nem da parte do europeu ou do elemento de origem européia. A mineração espanhola exercera um papel importante. Chegara o momento da mineração portuguêsa.

Ela aparece vinculada à prática alcançada pelos paulistas não só nas penetrações como no conhecimento do ouro de lavagem. Eram práticas não ligadas à exploração mineradora, isto é, da parte de elementos que a enfrentavam como atividade nova. As descobertas, por outro lado, ocorrem numa área do interior, a da serra do Espinhaço, nas séries geológicas Minas e Itacolomi, do Algonquiano, como rochas matrizes e depósitos aluvionais. O ouro exige, assim, desde logo, transporte para chegar ao litoral, roteiros para circular. Dispensa, até certo ponto, a atividade prática anterior, a experiência, como dispensa técnicas avançadas. Trata-se de depósitos superficiais, que não demandam esfôrço de vulto ou obras

importantes na exploração.(30) Mas que se esgotam ràpidamente, impondo a constante movimentação dos mineradores. São êstes, pois, os seus traços específicos:

— não dispõe, nem exige, pessoal especializado: todos podem ser mineradores;
— ocorre em zona nova, distante do litoral;
— obriga o deslocamento continuado dos exploradores;
— não demanda técnica especial, nem investimento de vulto.

Aparecendo em fase de crise na economia colonial, o seu primeiro efeito é o de atrair para a área em que surge os elementos que a crise marginalizara e todos os que, internos ou externos, lhe sofrem a extraordinária fascinação. Em prazo relativamente curto, povoa-se o altiplano mineiro cuja situação interiorana estabelece o vínculo entre a área baiana e pernambucana e a área fluminense e paulista. A Colônia adquire uma segunda dimensão, a profundidade, que a pecuária sertaneja apenas esboçara, pela precariedade de suas bases econômicas.(31)

A atração demográfica foi, realmente, intensa. É a mineração que faz a população colonial crescer depressa. Isto não ocorrera no caso do açúcar. No caso das especiarias amazônicas, da pecuária sertaneja e da pequena lavoura e do criatório paulista, a carência humana fôra manifesta. A mineração concorre para decuplicar a população colonial, cujas estimativas nos apresentam 100.000 habitantes, no fim do século I; 300.000, no fim do século II; e 3.300.000, no fim do século III, quando chega ao têrmo. A contribuição metropolitana foi enorme: orçam-na uns em 500.000 pessoas, outros em 800.000. De qualquer forma, no caso de um país que tinha apenas 2.000.000 de habitantes, a sangria foi grande. A legislação restritiva, depois pràticamente proibitiva, de saída de gente para o Brasil comprova as suas dimensões.(32)

A mineração configura a desvalia da terra. Não é a propriedade da terra que tem importância; só o ouro tem importância. Esgotado o veio, a terra em si não tem valor, e o minerador passa adiante, em busca de outra área. Não disputa um título de propriedade, mas um título de concessão para

minerar. A valia da terra vem com o declínio aurífero. Na fase ascensional, ela carece de sentido.

A mineração estabelece, por outro lado, novas condições para o trabalho escravo. O primeiro de seus efeitos, nesse sentido, é o da alta no preço da mão-de-obra escrava. Êsse efeito opera-se, espontâneamente, pelo afluxo do ouro no mercado mundial e, diretamente, pela maior capacidade aquisitiva do minerador em face aos elementos dedicados às atividades agrícolas. Opera-se, assim, um nôvo surto no tráfico negreiro, pela demanda e pelo preço. Opera-se, simultâneamente, um deslocamento interno da massa escrava, que aflui ao altiplano. O próprio regime de trabalho sofre alteração porque a mineração tem características diversas da agricultura: permite, muitas vêzes, o trabalho longe do proprietário, o trabalho por tarefa e até o trabalho por conta própria, com uma contribuição ao senhor. Abre-se perspectivas à alforria e há uma sensível ascensão espiritual do escravo, inclusive aparecendo, aqui e ali, o impulso à rebeldia. Cria-se, a certa altura, uma relação entre o escravo e o impôsto, com a capitação. Embora durando pouco, a capitação deixou reflexos no conjunto da situação do trabalho escravo. A mineração, por muitos títulos, representa o primeiro abalo sério e profundo no trabalho escravo. Êle não terá condições para recuperar-se dêsse abalo. As relações que ocorrerão, com o declínio aurífero, não corresponderão a um retôrno ao passado. Caracterizarão, ao contrário, a passagem para o quadro feudal, que se generaliza no interior da Colônia, depois do país.(33)

Aquêle abalo é multiplicado pelos efeitos da mineração no campo do trabalho livre, até então restrito na Colônia. Na área açucareira, realmente, fora os senhores de terras nenhum homem livre conseguia realizar-se econômicamente e destacar-se na estrutura social. Na área mineradora, aparece essa possibilidade: ela apresentava o quadro em que a norma era a pequena emprêsa, e não a grande. O número de mineradores era vultoso. Com poucos recursos, podiam realizar-se econômicamente. Antes da mineração, era fraco o atrativo que a Colônia podia oferecer ao imigrante. Não fazia sentido emigrar para o Brasil senão em uns poucos casos. Com a mineração, aquêle atrativo passou a ser grande: era possível

emigrar para a Colônia e alcançar nela um nível econômico razoável, presumidamente alto.

Foi por isso que milhares se deslocaram da Metrópole e vieram constituir as levas de emboabas. Se a área açucareira se caracterizava pelo pequeno número das grandes emprêsas, e só por elas, a área mineradora, ao contrário, se caracterizava pelo grande número de pequenas emprêsas. Assim, o lento aumento demográfico anterior é sucedido por um crescimento rápido da população. E, para frisar o contraste, a mineração não forneceria um tipo, como o senhor de engenho, mas a multidão. Nesta, o número de escravos foi sempre inferior ao de pessoas livres. É, portanto, uma nova sociedade que emerge do fundo da hermética e rígida estrutura colonial.

Os efeitos mais profundos da mineração, entretanto, decorreram de sua alta lucratividade e da especialização inerente. No início, essa especialização foi quase absoluta, marcada pela ausência pràticamente total de atividades secundárias, ainda as de subsistência. Só o ouro interessava, e as gentes só se ocupavam do ouro. As crises de fome que se sucederam, ameaçando de colapso um esfôrço de dimensões gigantescas para a relatividade colonial, marcam bem o traço profundo daquela especialização.

A elevação dos preços gera, no altiplano, o mecanismo de irradiação de efeitos que atingirá áreas as mais longínquas. Aquela elevação corresponde a uma capacidade aquisitiva extraordinária. Ela não é extraordinária apenas pelos índices que alcança, isoladamente. É extraordinária porque generalizada. Mantendo-se, no decorrer de um período relativamente longo, provoca um constante rateio dos lucros, através do mecanismo das trocas. Grandes e variadas são as suas necessidades, altos os preços que pode pagar. Isto valoriza o que, até então, carecia de valor ou o tinha em dimensões reduzidas, se não ínfimas. (34) Torna mercadoria o que era produzido longe e consumido no local em que era produzido. Os lucros, assim, difundem-se, distribuem-se. Se tirarmos do quadro a Coroa, a que pertence a parte máxima naqueles lucros, fica de fora o único canal de concentração. São raros, nas Minas Gerais, os exemplos de opulência individual decorrentes da mineração em si mesma. (35)

Ela, finalmente, pela especialização extrema e alta lucratividade, gera o mercado colonial cujos efeitos, pela capacidade aquisitiva, alcançam áreas distantes, no Brasil e no continente e refletem-se na produção européia, particularmente a manufatureira. A Colônia surge como área consumidora de proporções consideráveis, em que as necessidades avultam e se diversificam. A alteração importante está na transformação de área quase tão-sòmente produtora em área consumidora e produtora. Desde que essa transformação se define, a função metropolitana fica reduzida, e nisso destacada, à simples intermediação, com os ônus que isso acarreta para o produtor europeu e para o consumidor colonial.(36)

A mineração proporcionou à Colônia na verdade, as grandes transformações que antecedem a fase da autonomia política. As principais foram, sem dúvida, o surto demográfico que então se processou, com o deslocamento de parte da população colonial e o fluxo imigratório; a abertura de nova e extensa área ao povoamento; o conhecimento amplo da terra, com as penetrações, devassando quase totalmente o Brasil, de tal sorte que a sua configuração no Tratado de Madri (1750) corresponderia ao que a República encontrou, em suas grandes linhas; as ligações internas e a circulação terrestre que correspondem aos roteiros da região mineradora a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Mato Grosso, sem falar no longo roteiro para a zona platina; à criação de novas Capitanias, a de Minas Gerais (1720) e as de Goiás e Mato Grosso (1749); o deslocamento da sede colonial da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro (1763); ao enorme aumento do aparelho administrativo, particularmente nos setores fiscal, militar e judiciário, êste com o Tribunal de Apelação instalado no Rio (1751); ao extremo limite da clausura a que é levado o regime de monopólio comercial, com o frisante exemplo do Distrito Diamantino.(37)

A criação de novas técnicas e a utilização de utensílios, que ampliam as importações, a generalização do poder aquisitivo, que as permite, a nova relação entre o trabalho livre e o trabalho escravo e as modificações neste, o desenvolvimento da atividade comercial, são outras das transformações então operadas. A uma nova situação econômica corresponde sempre uma nova estrutura de classes. No caso, os efeitos foram o

aparecimento de uma camada média e a ampliação da área de trabalho livre. A sociedade mineradora é diferente da sociedade açucareira. A taxação espoliativa, a cisão de interêsses entre a classe dominante na Colônia e a Coroa, o caráter brutal que assume o regime de monopólio comercial levam, finalmente, ao quadro da Inconfidência Mineira, que caracteriza o declínio minerador e define a referida cisão. Da Inconfidência à Independência decorrem, por isso mesmo, pouco mais de três décadas.(38)

O OURO MUDA O MUNDO

Pertence à Economia Política explicar como, em determinada fase, das ruínas da ordem feudal, que subsistiram durante o desenvolvimento mercantil, se originou um nôvo modo de produção. Cumpre à História mostrar os sucessivos traços que aquela transformação deixou na vida dos povos. O contraste fundamental entre uma fase e outra, do ponto de vista econômico, está em que:

> — na fase mercantil, é a supremacia comercial que confere a supremacia industrial, isto é, é a circulação que domina a produção;
>
> — na fase capitalista, ao contrário, é a supremacia industrial que confere a supremacia comercial, isto é, é a produção que domina a circulação.

Para a passagem de uma a outra fase o concurso da exploração colonial foi muito importante e operou-se sob diversos aspectos. Um dêstes, apenas, merece, no caso, atenção: o que se refere ao afluxo de metais preciosos ao mercado mundial. Êsse afluxo foi proveniente: de fontes espanholas, nos séculos XVI e XVII; de fonte portuguêsa, no século XVIII. Já aqui surge uma diferença, mais importante do que a própria diferença quantitativa entre uma fonte e outra. É que aquela passagem, do mercantilismo ao capitalismo, atravessava uma e apa preliminar, estava apenas em comêço, quando se deu o afluxo do ouro espanhol; e uma etapa final, quando se deu o afluxo do ouro português. Por outro lado, mas sem constituir aspecto fundamental, o destino do ouro espanhol, como da prata, foi

diverso do do ouro português. Aquêle distribuiu-se por várias zonas produtoras. Êste concentrou-se em uma delas, a inglêsa.

Um dos mais profundos efeitos do afluxo do ouro português foi o impulso que deu à transformação do trabalho, que passava a ser assalariado, nas zonas em que o mercantilismo completava o seu ciclo e surgia o capitalismo. O modo de produção capitalista, baseado no trabalho assalariado, ampliava-se, realmente, com a generalização do pagamento daquele salário em dinheiro e a transformação das prestações em espécie em prestações em dinheiro. Essa transformação não poderia atingir sua amplitude máxima e sua máxima profundidade se não houvesse massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de fundos de reserva. É o afluxo do ouro que permite a existência dessa massa de dinheiro.(39)

Com tal afluxo, por outro lado, ocorre uma depreciação no valor dêsse metal e, conseqüentemente, da moeda. Correspondendo a uma elevação no preço das mercadorias, ela faz baixar, na cidade e no campo, as taxas de salário, cuja ascensão só de longe acompanha a dos preços. Assim, não só foi estimulada a capitalização como, no campo, a renda se concentrou nas mãos dos capitalistas, em prejuízo do trabalhador, de um lado, e do proprietário titular, de outro.(40)

Nessas transformações, a Inglaterra emerge como vanguardeira. A história da decadência da Holanda, disse um pesquisador, com a ascensão inglêsa, é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. Ora, a história do declínio da Holanda e da ascensão da Inglaterra assinala também os efeitos profundos das referidas transformações sôbre as áreas coloniais e, particularmente, sôbre o Brasil. A Inglaterra vai substituir a Holanda, mas funcionando de forma diferente, em suas relações com Portugal e com o Brasil. Mas, ainda aqui, é necessário distinguir os traços característicos:

— o primado holandês (I e II séculos) processa-se na fase do capital comercial;

— o primado inglês (III e IV séculos) ocorre na fase capitalista.

Um dos acontecimentos marcantes da substituição da Holanda pela Inglaterra, e das diferenças de função decorrentes

da diversidade das condições objetivas, foi o Tratado de Methuen, firmado em 1703.(41) Segundo o disposto nesse tratado, que sancionava uma situação de fato, na linha daquele firmado em 1654 entre a Inglaterra e Portugal, o mercado metropolitano luso era franqueado aos panos britânicos, como o mercado colonial luso, através da Metrópole, ao mesmo tempo que o mercado inglês era franqueado aos vinhos que os inglêses fabricavam em Portugal, tudo transportado em navios inglêses e, conseqüentemente, drenando para a Inglaterra o ouro remetido pelo Brasil.(42)

A EXPANSÃO SULINA

A destruição das reduções jesuíticas, entre as terceira e quarta décadas do século II, deixou em abandono os rebanhos de gado vacum que os missionários criavam em suas estâncias. Aquêles rebanhos, em um meio extraordinàriamente favorável, expandiram-se livremente na campanha e na serra. Charruas e Minuanos, com a utilização do cavalo, ampliaram o raio de suas ações, dominando a área abandonada. Nos fins daquele mesmo século, entretanto, sôbre essa área convergiu um duplo movimento partido do Exterior:

— dos jesuítas, que retornam à zona do Ijuí, desde 1687, onde fundam os Sete Povos de Missões;

— dos portuguêses que:

— com tropa regular, fundam a Colônia do Sacramento (1680);

— com elementos paulistas, marchando para o sul ao longo do litoral, fundam Paranaguá (1647), São Francisco (1660) e Laguna (1676).

A razão do movimento dêsses elementos lusos, metropolitanos uns, coloniais outros, oficiais os primeiros, particulares os segundos, é de natureza diversa:

— a fundação da Colônia do Sacramento representa a associação anglo-lusa para a conquista do amplo mercado colonial platino;

— a fundação de São Francisco e, principalmente, da Laguna, visa a conquista dos rebanhos sulinos.

Êsses interêsses, diversos na origem, confluirão adiante: para manter a Colônia do Sacramento, impõe-se estabelecer novos pontos de apoio, mais próximos dela do que a Laguna; para conquistar os rebanhos, impõe-se o apoio da corrente oficial e militar. Na diversidade inicial havia, entretanto, um problema de rumos, que a manteria: a corrente paulista visava o interior, a serra e, principalmente, a campanha; a corrente metropolitana visava o litoral.

Nos fins do século II, teve início a atividade mineradora, com a descoberta das jazidas de Caeté (1693), Itaberaba (1694), Ouro Prêto (1700). Com a rapidez própria a tal gênero de atividade, multiplicaram-se as descobertas, com as conseqüências já apreciadas. Aparece, assim, e pela primeira vez na vida colonial, o mercado interno, servido por um sistema terrestre de transporte. O mecanismo de irradiação de efeitos adquire, na mineração brasileira, uma extraodináia intensidade e atinge quase tôda a extensão territorial da Colônia, ultrapassando-lhe mesmo os limites: reflete-se na área açucareira e na área pastoril sertaneja, reflete-se na área pastoril sulina e projeta-se além dela, para refletir-se na área platina.(43) O aparecimento do mercado transforma em mercadorias o que a região sulina possuía como bem natural, os seus rebanhos, confere-lhes um valor compatível com a necessidade de deslocamento e, em conseqüência, quebra o isolamento impôsto pela distância.

A compreensão do desenvolvimento histórico do Continente de São Pedro é bastante simplificada quando atentamos para alguns fatôres físicos e políticos que influíram nêle ao longo de decênios, e particularmente nos primeiros tempos. Tais fatôres foram, sem dúvida, a distância que separava a antiga Comandância Militar, depois Capitania, do núcleo político colonial, constituído em tôrno do Recôncavo Baiano ou da Baía da Guanabara, distância que acarretou o isolamento dos grupos que, no litoral ou no interior do Rio Grande, empreendiam alguma atividade, tentavam articular uma existência política e social mais ou menos estável, ante ameaças de tôda ordem, condicionadas pela situação fronteiriça. Fun-

cionou o Rio Grande, por longo tempo, como zona de transição, — transição geográfica, transição política, transição nacional mesmo, — pela sua posição física, pela situação fronteiriça, e de fronteira viva e disputada.

O isolamento, o papel de zona de transição, o caráter de região fronteiriça, tomados individualmente, mas quase sempre entrelaçados e por vêzes confundidos, influíram fortemente na formação sulina, condicionando o seu desenvolvimento e vincando profundamente a sua fisionomia. O isolamento não proveio apenas da distância, constituindo esta por si só um fator importante, mas ainda de características geográficas que os recursos da técnica só muito tarde puderam neutralizar. Tais características foram a existência de uma costa difícil, baixa, arenosa, sem ancoradouros, semeada de dunas em sua maior extensão após reduzido setor em que a serra, entrando pelo mar, configurava uma linha áspera e abrupta. Nessa costa, a barra do Rio Grande, porta natural da Lagoa dos Patos, constituiu um obstáculo mais do que uma facilidade, tal o temor que as suas agruras despertavam nos navegadoras do passado. Numa época em que a ligação entre as diversas frações coloniais se fazia pela navegação oceânica, ficava a zona do sul privada, em grande parte, da possibilidade de utilizá-la. Quando surgiu o caminho terrestre, aquêle que se estabeleceu da Laguna para o sul, buscando a Colônia do Sacramento, e percorrendo justamente a zona de dunas e restingas que se estreita entre o litoral marítimo e o litoral lagunar, sua extensão e as diversas e constantes ameaças que sôbre êle pairaram tornaram-no de percurso difícil e aventuroso. Tratava-se de um cordão, próximo da costa, fugindo ao interior, inteiramente excêntrico, longuíssimo e desprovido de qualquer garantia, constantemente cortado e cujas dificuldades normais eram por si enormes.

Por outro lado, a fisionomia de transição não fêz mais do que vincar ainda aquêles traços. Geogràficamente, o Rio Grande se apresenta como uma extensa zona de transição entre o território brasileiro e o território em que argentinos e uruguaios acabaram por estabelece-se, transição de uma zona de predominância de mata para uma zona despida de vegetação, transição de uma zona de clima predominantemente quente para uma zona de clima predominantemente frio, transição de

uma zona de montanha ou pelo menos movimentada para uma zona de planura, transição de uma zona açoitada por cálidos ventos vindos do interior para uma zona de rajadas frias descidas das encostas andinas, — em tudo transição física, com o acúmulo de fatôres geográficos que só muito tarde seriam neutralizados e que a distância aprofundava. Região fronteiriça, e nisso ainda de transição, coube-lhe suportar os atritos, fornecer o palco, e participar ativamente da busca de equilíbrio entre atrações antagônicas que se processaram por longo tempo nesse cenário fácil, onde as lutas se sucederam com tamanha intensidade que foi um acampamento permanente, as cidades surgindo dos estacionamentos, das passagens obrigatórias, dos locais fortificados, das posições de espera, dos baluartes a guardar.(44)

A mineração, entretanto, viria trazer a possibilidade de iniciar a transformação num processo de desenvolvimento que estava ancorado em vegetativismo. À etapa do couro, quando os animais forneciam apenas êsse bem econômico, e quando a alimentação do gaúcho era gratuita, porque a carne, perecível não podia ser transportada, devendo ser consumida no local, suceder-se-ia a etapa em que um mercado de amplas possibilidades consumidoras disputava os animais de transporte e os que forneciam o alimento. Às invernadas, onde o gado era apenas reunido, para deslocar-se pelos seus próprios pés, seguir-se-ia a etapa da estância, em que o gado era criado e mantido agrupado, pronto a ser entregue ou sacrificado, e as charqueadas, próximo às águas de acesso menos difícil, começaram a transformar a fisionomia do Rio Grande, fazendo dêle um dos mercados de suprimento mais importantes da Colônia. E não apenas isso, mas uma das mais ativas bases de contrabando, na necessidade de invadir o mercado platino, para nêle encontrar principalmente os animais destinados ao transporte.(45)

As lutas sulinas, que haviam sido fundadas particularmente na disputa dos rebanhos, criados soltos, à lei da natureza, bastando as invernadas para, temporàriamente, agrupar os animais e prepará-los para as longas jornadas rumo ao Centro-Sul, mudam de caráter, aparecendo agora as lutas fundadas na disputa das pastagens, em que as estâncias se multiplicavam e, com as estâncias, os aramados, e com os ara-

mados, o *corredor*. Uma população de aventureiros livres, recrutada principalmente nos tropeiros paulistas, mestiçada de sangue indígena, empobrecer-se-ia, gradativamente, no curso dessas transformações, devendo o gaúcho, agora, pagar pela sua alimentação, até aí encontrada no gado cimarrão, abatido à hora em que a fome acutilava o cavaleiro. Bandos de gaúchos passam a gravitar em tôrno de chefes naturais, os estancieiros, que se tornam comandantes militares, e lutam pelas pastagens, empurrando os limites e ampliando a campanha, desde a fase aventureira das *arriadas* até as pequenas guerras locais que seriam as *califórnias* e terminando nos conflitos platinos, em que o centro interferiria, juntando os seus interêsses aos interêsses regionais, para aproveitar aquela extraordinária tropilha, capaz de articular-se em fôrça militar, e acostumada à guerra como a um mister natural, parte de sua existência.

NOTAS

(1) "O valor do comércio na década de 1620 esclarece-nos sôbre o movimento geral de negócios e a importância de cada capitania. Pela ordem decrescente, aquêle valor era de 2.500.000 escudos para Pernambuco, 2 milhões para a Bahia, 600 mil para a Paraíba, 300 mil para Itamaracá, 200 mil para o Rio de Janeiro, 60 mil para Espírito Santo... O que sobreleva nesses índices é o vulto das exportações de açúcar, em contraste com a decadência do comércio do pau-brasil e a pobreza das praças que não se beneficiavam da monocultura do "ciclo da cana". Vejamos as tábuas dos dízimos. Enquanto contribuía a Paraíba — em 1609 — com 80 mil cruzados, S. Vivente produzia apenas 36.200, e Ilhéus 2.500. De acôrdo com o códice mencionado, os engenhos de açúcar se distribuíam: 150 em Pernambuco, 80 na Bahia, 24 na Paraíba, 60 no Rio de Janeiro, 18 em Itamaracá, 14 em S. Vicente, 8 no Espírito Santo, 4 em Ilhéus, 3 em Sergipe, 2 no Rio Grande do Norte." (Pedro Calmon — "Brasil político-militar", in *A Restauração e o Império Colonial Português* — Lisboa — 1940 — pág. 79.)

(2) "Sabemos que na primeira metade da centúria seiscentista S. Paulo do Campo de Piratininga é povoado por gente pobre. Não há, no planalto, ainda, nenhuma fonte de riqueza, e a própria lavoura, sofrendo contínuos colapsos com a escassez de braços, arrasta-se em culturas que, via de regra, não vão além do abastecimento da própria vila." (...) "As *terras* e *chãos* que todos possuem, geralmente quase nada valem." (...) "Os sítios também não valem muito. A roça de Messia

Bicudo, falecida em 1632, no Ipiranga, avalia-se em oito mil-réis. Entretanto, uma saia de cetim prêto adamascado, alvidra-se em vinte mil-réis." (Belmonte — *No Tempo dos Bandeirantes* — 2.ª edição — S. Paulo — 1940 — págs. 103/105.)

(3) "No princípio do século XVII era bem insignificante e quase miserável a Vila de S. Paulo do Campo. João de Laet dava-lhe 200 habitantes, entre portuguêses e mestiços, em 100 casas; a Câmara, em 1606, informava que eram 190 os moradores, dos quais 65 andavam homiziados por causa das entradas ao sertão; em tôda a capitania de S. Vicente pouco mais havia de 700 moradores portuguêses." (Washington Luís — *Na Capitania de São Vicente* — S. Paulo — 1956 — pág. 220.)

"Piratininga é vila da invocação da conversão de São Paulo; está do mar pelo sertão dentro doze léguas; é terra muito sadia, há nela grandes frios e geadas e boas calmas, é cheia de velhos mais que centenários, porque em quatro juntos e vivos se acharam quinhentos anos. Vestem-se de burel e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneus de cacheira sem capa. A vila está situada em bom sítio ao longo de um rio caudal. Terá cento e vinte vizinhos..." (Fernão Cardim — *Tratados da Terra e Gente do Brasil* — 2.ª edição — S. Paulo — 1939 — pág. 313.)

(4) "No capítulo das despesas civis, uma das mais avultadas parcelas era a dos subsídios aos missionários: 6.500 cruzados, de que tocavam 3.000 ao colégio dos jesuítas da Bahia, 2.500 ao do Rio de Janeiro, 1.000 ao de Pernambuco, que recebia por êles 900 arrôbas de açúcar. Nenhuma verba mais produtiva que esta dos missionários. Como sempre, a catequese era o prelúdio da submissão da raça inferior. Após o homem do Evangelho, com êle muitas vêzes, aparecia o soldado e, em seguida, o colono traficante. O episódio da conversão tinha por desfêcho a fazenda agrícola, o engenho, a servidão doméstica. Mais tarde, foram os missionários a barreira que impediu a completa destruição do indígena; assim como êles, os que sempre advogaram a substituição pelo negro de África. E dêste modo contribuíam para o aumento das receitas da Corôa, em S. Tomé, Cabo Verde e Angola, lugares cuja maior renda era o impôsto sôbre escravos embarcados, 4 mil-réis por cabeça, entregue a cobrança, na forma usual, a contratadores." (João Lúcio de Azevedo — *Épocas de Portugal Econômico* — 2.ª edição — Lisboa — 1947 — pág. 256.)

(5) A intencionalidade política do bandeirismo de apresamento, tese indefensável, tem sido levantada, ùltimamente, pelo autor português radicado no Brasil Jaime Cortezão, não só em seus trabalhos a respeito do Tratado de Madri, publicados pelo Ministério das Relações Exteriores, como em sua biografia de Antônio Rapôso Tavares.

(6) É uma das distinções formais entre o bandeirismo de apresamento e o bandeirismo do ouro, aliás, — normalmente confundidos, em seus processos e em seus resultados, pelos nossos historiadores. Intencionalidade política e sentido de povoamento, no caso do apresamento, carecem totalmente de fundamentos.

(7) "A vida nela não tinha confôrto. Os habitantes eram pobríssimos, como demonstram os seus inventários nos quais o monte-mor

atingia a 50$000 e a 200$000, nos mais ricos, sendo de notar que nesses inventários tudo se avaliava." (Washington Luís — op. cit. — pág. 222.)

(8) "Outra parcela considerável que, no período de 1601 a 1675, não aparece no ativo, é representada pelas *peças de serviço, gente fôrra, gente do Brasil, gente de obrigação, peças fôrras serviçais, serviços obrigatórios, almas de administração, administrados.* Tais os nomes por que são designados os índios reduzidos fraudulentamente ao cativeiro, que constituem a imensa maioria da população servil. Em reverência *às determinações de Sua Majestade,* não permitem os juízes, antes do último quartel do século XVII, sejam as peças de serviço avaliadas à maneira dos outros bens do espólio, o que, aliás, não impede que as descreva o cabeça do casal e as partilhe entre os herdeiros a justiça". (Alcântara Machado — *Vida e Morte do Bandeirante* — S. Paulo — 1943 págs. 29/30.)

(9) "Para a Câmara, organizada segundo as Ordenações do Reino, os artífices não podiam ser eleitos, de maneira que se anulavam eleições por essa causa, porque o povo se importava pouco ou nada com tal medida estúpida e odiosa, que não passava de tradição bolorenta. Para ser *almotacel,* como de preferência se escrevia, sòmente se escolhiam pessoas cujos "irmãos, pais ou avós sejam da república, ou os que sejam casados com filhas ou netas dos sobreditos, contanto que não tenham raça de mouro, nem judeu". É lei de 1633." (Otoniel Mota — *Do Rancho ao Palácio* — S. Paulo — 1941 — pág. 89.)

(10) Otoniel Mota — op. cit. — pág. 121. Mota acrescenta inúmeros e interessantes detalhes a respeito da alimentação dos povoadores do planalto: "Ainda não se plantava nem se comia trigo, dizem Anchieta e Soares de Sousa. A farinha de pau — a farinha de mandioca — era o principal alimento de tôda a população. O trigo, afirma Soares, só se usava para hóstias e alguns mimos. Mas anos depois de iniciada a nossa vida agrícola, ainda Anchieta dizia que êsse mesmo trigo para hóstias vinha do Colégio do Rio para o de S. Paulo. Diz mais que, mesmo na Bahia, só alguns ricos se alimentavam com pão de trigo, mas trigo procedente de Portugal." (Idem — pág. 19.)

(11) Otoniel Mota — op. cit. pág. 10.

(12) Afonso d'Escragnolle Taunay — *S. Paulo nos Primeiros Anos — (1554-1601) — Ensaio de reconstituição social* — Tours — 1920 — pág. 48.

(13) Afonso d'Escragnolle Taunay — op. cit. — pág. 66.

(14) Belmonte — op. cit. — pág. 16. Belmonte, numa obra em que texto e ilustrações se fundem, para retratar a vida paulista dos primeiros tempos, esclarece ainda, a respeito da casa: "Terreiras ou assobradadas, com seus repartimentos de taipa, seus corredores, suas camarinhas, são as mesmas, de paredões desnudos, umas com alpendre, outras com balcão mas tôdas brancas, frias, pesadas e incaracterísticas. Diferem-se apenas internamente, não por si próprias, mas pelo cunho que lhes imprime o morador ao mobiliá-la. Mobiliar uma casa, no começo do século, é evidentemente um eufemismo, pois a sobriedade forçada é característica nos primeiros tempos do seiscentismo." (Idem — pág. 45.)

(15) "Criando instrumentos, o homem obedeceu a uma intenção; aplicando-os de forma a mais e mais aperfeiçoar suas armas, seus utensílios de caça, de pesca ou de cultura, as paragens onde podia colocar em segurança a sua pessoa e seus bens, seus utensílios domésticos ou seus ornamentos de luxo, foi guiado por um desejo de apropriação mais preciso a um fim determinado. Nas diferentes condições de meio em que se encontrou colocado, tendo em primeiro lugar que assegurar sua existência, concentrou tudo o que existia nêle de habilidade e de engenhosidade sôbre êsse fim." (P. Vidal de la Blanche — *Principes de Géographie Humaine* — 4.ª edição — Paris — 1948 — pág. 200.)

(16) "Os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze revezados; começa-se de ordinário a tarefa à meia-noite, e acaba-se ao dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio-dia." (Fernão Cardim — op. cit. — pág. 283.)

(17) "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde as camas para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz." (J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial* — 3.ª edição — Rio — 1931 — pág. 198.)

(18) "E porque as fazendas, e os currais de gado se situam onde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas: por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do Rio de S. Francisco, na do Rio das Velhas, da no Rio das Rãs, na do Rio Verde, na do Rio Peramirim, na do Rio Jacuípe, na do Rio Itapicuru, na do Rio Real, na do Rio Vaza-Barris, na do Rio de Sergipe; e de outros rios, nos quais, por informação tomada de vários que correram êste sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais: e só na borda daquém do Rio de S. Francisco, cento e seis léguas. E na outra borda, da parte de Pernambuco, é certo que são muito mais. E não sòmente de tôdas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e Recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos; mas também do Rio Iguaçú, do Rio Carainhém do Rio Corrente, do Rio Guaraíra, e do Rio Piagui-grande, por ficarem mais perto, vindo caminho direito à Bahia do que indo por voltas a Pernambuco. E pôsto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o Rio de S. Francisco, oitenta léguas, e continuando da barra do Rio de S. Francisco até à barra do Rio Iguaçu contam-se duzentas léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas, e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco léguas, e até o Ceará grande, oitenta léguas: e por tôdas vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase duzentas léguas. Os rios de Pernambuco que, por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado (fora

o Rio Prêto, o Rio Guaraíra, o Rio Iguaçu, o Rio Corrente, o Rio Guarignai, a Lagoa Alegre, e o Rio de S. Francisco, da banda do norte) são o Rio de Cabaços, o Rio de S. Miguel, as duas Alagoas com o Rio do Pôrto do Calvo, o da Paraíba, o dos Cariris, o do Açu, o do Podi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajaú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí. Os currais desta parte hão de passar de oitocentas léguas: e de todos êstes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas, e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o Rio de S. Francisco até o Rio Grande: tirando os que acima estão nomeados desde o Piauí até a barra do Iguaçu, e de Pernágua e Rio Prêto; porque as boiadas dêstes rios vão quase tôdas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. Assim como aí também param e descansam as que às vêzes vêm de mais longe. Mas quando nos caminhos se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém se, por causa da sêca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas, aí o vendem os que o levam, e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade." (Antonil — *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* — S. Paulo — 1923 — págs. 68/69.)

(19) "Deve-se ter em conta, entretanto, que essa atividade, pelo menos em sua etapa inicial, era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidades relativamente baixa. A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação de açúcar. Esta renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros." (Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959 — pág. 74.)

Mais adiante: "As formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina — o açucareiro e o criatório — no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que, no século XX, viria a ser a economia brasileira. Vimos já que as unidades produtivas, tanto na economia açucareira como na criatória, tendiam a preservar a sua forma original seja nas etapas de expansão seja nas de contração. Por um lado o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando em modificações estruturais que reprercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade. Por outro lado, a reduzida expressão dos custos monetários — isto é, a pequena proporção da fôlha de salários e da compra de serviços a outras unidades produtivas — tornava a economia enormemente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços." (Idem — pág. 78.)

(20) "A expansão do sistema era, aí, um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma, sempre havia oportunidade de emprêgo para a fôrça de trabalho que crescia vegetativamente e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro em lenta decadência." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 80.)

(21) "Constatada a existência do cacau silvestre, de especiarias e de grande variedade de plantas medicinais no Vale do Amazonas, passaram êsses artigos a ser objeto de comércio com Portugal que, assim via a possibilidade de substituir os fornecimentos recebidos primitivamente da Ásia pelos da sua nova colônia e, ainda, a eventual reconquista de mercados que já houvera perdido. A colheita dêsses artigos na floresta amazônica poderia ser eficientemente feita pelos íncolas, e por êsse motivo cresceu a sua utilidade, quer como remeiros, ou como colhedores de drogas. Não era fácil manter os índios nesse trabalho, como escravos, dispersos nas florestas amazônicas; daí a insuficiência dêsse comércio para os colonos portuguêses e o seu desenvolvimento pelas missões religiosas. Essa exploração facilitou ainda a formação de aldeamentos em locais mais próximos às habitações das tribos primitivas, assim como a obtenção de recursos, de que necessitavam os missionários para construir as aldeias e manter os serviços públicos e os do culto que lhes eram inerentes. Deixavam os índios, por longos meses, as suas famílias sob a proteção dos missionários e penetravam no sertão; retornando com as suas embarcações pejadas de produtos, trabalhavam no amanho dos campos anexos aos aldeamentos. Explica-se assim o sucesso e a relativa fartura das aldeias confiadas aos missionários. Nessa mesma época, agravaram-se as condições econômicas dos colonos do Maranhão e do Pará, que cada vez se viam em maiores dificuldades para a obtenção de mão-de-obra, enquanto evoluía ascendentemente o comércio dirigido pelos missionários." (Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil — 1500-1820* — S. Paulo — 1937 — pág. 138, II.)

(22) (Artur C. Ferreira Reis — *O Processo Histórico da Economia Amazonense* — Rio — 1944 — pág. 11.)

(23) (Artur C. Ferreira Reis — op. cit. — pág. 12.)

(24) (Moacir Paixão e Silva — *Formação Econômica do Amazonas (Período Colonial)* — Pôrto Alegre — 1940 — pág. 18.)

(25) (Henrique Handelmann — *História do Brasil* — Rio — 1931 — pág. 295.)

(26) (Moacir Paixão e Silva — op. cit. pág. 28.)

(27) De si mesmo, dizia Vieira: "Sabei, amigo, que a melhor vida é esta. Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra, mais pardo que prêto, como farinha de pau, durmo pouco, trabalho de pela manhã até à noite, gasto parte dela em me encomendar a Deus, não trato com mínima criatura, não saio fora senão a remédio de alguma alma." (Antônio Vieira — *Cartas* — Lisboa — 1735 — pág. 304, I.)

(28) (J. Lúcio de Azevedo — *Os Jesuítas no Grão Pará* — Lisboa — 1901 — pág. 141.)

(29) "Condições instáveis e precárias caracterizam a vida econômica do Estado do Maranhão, entre 1621 e 1684. De princípio, o tráfico de escravos índios, pequena exportação de algodão e alguns produtos da terra. A seguir, pequena exportação de produtos da terra, sempre baseada no trabalho servil do índio. No final do século, acentua-se o comércio de drogas do sertão, que ia constituir a riqueza das missões religiosas na primeira parte do século seguinte. Neste último período, o valor econômico do Vale Amazônico sobrepujou o do resto

do Estado do Maranhão. Pará, produtor de cacau, entreposto de sua exportação, cravo e drogas do sertão, torna-se mais importante que a Capitania do Maranhão. No final do século XVIII, descai o comércio amazônico e surge a grande exportação de algodão e arroz da região litorânea, registrando-se o período áureo da Capitania do Maranhão. O problema do braço e a influência dos missionários religiosos se faziam contìnuamente sentir, traduzindo-se em lutas incessantes entre os colonos e os jesuítas, até a definitiva expulsão dêstes." (Roberto C. Simonsen — op. cit. — pág. 115, II.)

(30) "A decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é, na sua maior parte, de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos dágua e nas suas margens mais próximas. Êle resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes, onde antes se concentrava o metal, espalhou-o por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado, e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. O que sobra é de um teor aurífero tão baixo que não paga trabalho de vulto, e dá apenas para o sustento individual de modestos faiscadores isolados." (...) "As ocorrências de rochas matrizes, isto é, grandes concentrações primitivas de ouro que resistiram ao processo geológico de desagregação, são no Brasil muito raras. A maior e mais rica mina de ouro do país, a de Morro Velho, em Minas Gerais (e que é a única de grande vulto existente) tem um teor de 10,4 gramas de ouro por tonelada de minério, quando o das minas consideradas de boa produtividade, nos grandes centros auríferos da atualidade (a Austrália, p. ex.) atinge o dôbro daquela taxa. Mas, além da raridade e pobreza das rochas matrizes, outro obstáculo impediu os mineradores do século XVIII de as explorarem: a sua técnica deficiente. Enquanto se tratou de depósitos superficiais de aluvião não foi difícil extrair o metal. Mas quando foi preciso aprofundar a pesquisa, entranhar-se no solo, a capacidade dos mineradores fracassou, tanto por falta de recursos como de conhecimentos técnicos." (Caio Prado Júnior — *História Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1945 — pág. 68.)

(31) "Não fôra à-toa que já estava estabelecida uma legislação mineira completa quando as descobertas se fizeram públicas. Se a sesmaria já guardava, na sua concessão, o resguardo dos direitos da Coroa sôbre o subsolo aurífero, o *rush* do ouro, outro lado, se estendeu sôbre zonas ainda não povoadas e, portanto, não concedidas a ninguém, zonas cuja distribuição se fazia, originàriamente, com o sistema fiscal e repressor instalado na inauguração da atividade do ouro. Êsse sistema, destinado a carrear o ouro para o exterior, permitiu, à custa de verdadeiras tragédias de exploração do trabalho ou de burlas perigosíssimas, o estabelecimento de algumas grandes fortunas, sempre notórias por serem raras, e de numerosas pequenas fortunas ligadas a tarefas correlatas, de comércio, de abastecimento e até de contrabando, — também de transportes porque a pecuária que circunda a zona mineira fornece, além da carne, os únicos meios de transporte, o carro de bois, a tropa

de muares." (Nelson Werneck Sodré — *Formação da Sociedade Brasileira* — Rio — 1944 — pág. 196.)

(32) "A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente nôvo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas — como ocorria com a prata no Peru e no México — e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. Não se conhecem dados precisos sôbre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou com direção ao Brasil no correr do século XVIII. Sabe-se, porém, que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório. Se se têm em conta as condições de estagnação econômica que prevaleciam em Portugal — particularmente na primeira metade do século XVIII, quando se desorganizaram suas poucas manufaturas — para que a emigração suscitasse uma forte reação evidentemente deveria alcançar grandes proporções. Com efeito, tudo indica que a população colonial de origem européia decuplicou no correr do século da mineração." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 92.)

(33) "Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica — à exceção de alguma agricultura de subsistência — era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores emprêsas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento, induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, antes que transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 104.)

(34) "A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração." (...) "Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 94/95.)

(35) "Se bem que a renda média da economia mineira haja estado por baixo da que conhecera a região do açúcar, seu mercado apresentava potencialidades muito maiores. Suas dimensões absolutas eram superiores, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total. Por outro lado — e isto constitui o aspecto principal do problema — a renda estava muito menos concentrada porquanto a proporção da população livre era muito maior. A estrutura do mercado teria que ser necessàriamente diversa, ocupando um espaço muito mais

significativo os bens de consumo corrente e ocorrendo o contrário aos artigos de luxo." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 98.)

(36) "É preciso assinalar, para a perfeita compreensão dêsse tratado, que as manufaturas de panos de lã constituíam, na época, quase que a totalidade dos produtos industriais de exportação. Consentindo, dentro do seu território, a concorrência dos panos inglêses, matou Portugal o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícula. Ora, o ouro do Brasil não ficaria em Portugal em pagamento de seus vinhos, nem nas reservas do erário real que, sem saldos efetivos, não poderia retê-lo; atravessava o país em demanda da Inglaterra, em pagamento da balança de comércio, inteiramente favorável a esta nação. Estimulando o trabalho inglês, remunerando melhor as suas mercadorias, concorreu para o progresso efetivo daquele povo, muito mais do que para o enriquecimento de Portugal." (Roberto C. Simonsen — op. cit. — pág. 47, II.)

"O acôrdo de Methuen constituiu um ponto de referência importante na análise do desenvolvimento econômico de Portugal e do Brasil." (...) 'É mais ou menos evidente que Portugal não podia pagar com vinhos os tecidos que consumia, carecendo o acôrdo de Methuen de base real para sobreviver. Ocorre, entretanto, que o ouro do Brasil começou a afluir exatamente quando entra em vigor o referido acôrdo. De início em volume limitado e, uma dezena de anos depois, já em quantidades substanciais. Criaram-se, assim, de imprevisto, as condições requeridas para que o acôrdo funcionasse, permitindo-se-lhe operar como mecanismo de redução do efeito multiplicador do ouro sôbre o nível da atividade econômica em Portugal. Por um lado, a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automàticamente para a Inglaterra sem nenhum efeito sôbre a economia portuguêsa que não fôsse a renda criada por algumas comissões e impostos. Por outro, o aumento dos gastos públicos — gastos correntes ou inversões não reprodutivas — logo se filtravam em importações com um reduzido efeito multiplicador sôbre outras atividades produtivas internas." (Celso Furtado — op. cit. — págs. 100/101.)

"Nesta época, em que o orgulhoso D. João V, fingido Luís XIV, não se dedignava, para extrair dinheiro aos súditos, de confessar pobreza, já nas finanças do Estado reinava certo desafôgo. O ouro dos tributos afluía em cada frota; e dentro em pouco o calhau diamantino ia aparecer, afogueando as imaginações na febre da riqueza. De 1730 em diante, decorre o período áureo do reinado. As magnificências de Mafra, a majestade da Patriarcal, o plano grandioso das Águas Livres, o luzimento das embaixadas, a manutenção do régio decôro, manifestado em pompas e liberalidades, eis o que no espírito do monarca predomina e caracteriza o reinado. Desafrontado de dificuldades monetárias, não padece a necessidade de recorrer aos povos para lhe votarem subsídios e liberta definitivamente o poder real da intervenção importuna das Côrtes, nunca mais convocadas. Destarte, se instalou em Portugal o puro absolutismo, sonho dos monarcas da época, que no reinado seguinte, pela ação de um ministro resoluto, culminou em perfeita tirania." (J. Lúcio

de Azevedo — *Épocas de Portugal Econômico* — 2.ª edição — Lisboa — 1947 — pág. 374.)

(37) "Na correspondência e legislação relativas aos monopólios reservados à Coroa, são muito para notar-se os detalhes minuciosos e a sordidez mais que de mercador vilão a que descia o govêrno. Segundo a confissão ingênua que fazem as cartas régias, examinavam-se cuidadosamente as mercadorias, notava-se a diferença que havia entre as facas de cabo redondo e as de cabo de pôpa, taxavam-se e regateavam-se os preços, computavam-se os lucros, que nunca desciam de cinqüenta, e subiam às vêzes ao algarismo formidável de 600%, e tudo isso, dizia o rei nesses documentos firmados pela sua real mão, para fazer mercê a seus fiéis vassalos. Sem atender às faculdades produtivas do solo, às aptidões da indústria, às necessidades dos consumidores das diversas localidades, e aos meios de satisfazê-las, um celébre ministro de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em uma instrução dada ao governador de Minas Gerais, em 29 de janeiro de 1788 (*Revista do Instituto Histórico,* tomo VI), considerava o comércio não um meio, mas um fim, e tomando talvez à letra a definição de certos economistas, que o faziam consistir na transportação das mercadorias de um para outro lugar, sacrificava de bom grado tôdas aquelas condições essenciais da sua existência, uma vez que conseguisse manter certa atividade e giro artificial, e encher sobretudo os cofres do erário. Eis como aquêle ministro desenvolvia as suas teorias no documento citado. Os produtos da capitania de Minas Gerais destinados ao consumo interno só pagavam o impôsto do dízimo, e não o de entrada, a que estavam sujeitos os produtos similares das capitanias vizinhas. O ministro lembrou-se então de um impôsto de consumo equivalente ao de entrada porque, dizia êle, achando-se os de fora sujeitos a impostos não havia razão para que os de dentro ficassem isentos dêle, esquecendo-se de que, para aquêles produtos chegarem às Minas já haviam pago os direitos de entrada no Rio de Janeiro, e ainda eram sobrecarregados com as enormes despesas de transporte. "É necessário (dizia o ministro), é indispensável que a capitania de Minas se conserve em alguma dependência das outras, pelo que respeita ao seu consumo e ao giro do seu comércio; porque de outra sorte se acabariam as comunicações entre elas e se extinguiriam as mútuas vantagens que se podem prestar umas às outras". (Rodolfo Garcia — *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)* — Rio — 1956 — pág. 212.)

"Mas não ficaram nestas providências as medidas legais destinadas a proteger os interêsses da Fazenda Real. O ouro era mercadoria muito fàcilmente escondida graças ao seu alto valor em pequeno volume. E, para obviar os descaminhos que, apesar de tôda a fiscalização, ainda se verificassem, fixou-se uma certa quota anual mínima que o produto do quinto devia necessàriamente atingir. Esta quota, depois de algumas oscilações, foi orçada em 100 arrôbas (cêrca de 1.500 quilos). Quando o quinto arrecadado não chegava a essas 100 arrôbas, procedia-se ao *derrame,* isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Os processos para consegui-lo não tinham regulamento especial. Cada pessoa, minerador ou não, devia contribuir com alguma coisa, calculando-se

mais ou menos ao acaso as suas possibilidades. Criavam-se impostos especiais sôbre o comércio, casas de negócio, escravos, trânsito pelas estradas, etc. Pode-se imaginar o que significava isso de violências e abusos. Cada vez que se decretou um derrame, a capitania atingida entrava em polvorosa. A fôrça armada se mobilizava, a população vivia sob o terror; as casas particulares se violavam a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Isto durava não raro muitos meses, durante os quais desaparecia tôda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder, de uma hora para outra, seus bens, sua liberdade, quando não sua vida." (Caio Prado Júnior — op. cit. — pág. 67.)

(38) "Mais adiante, quando a Coroa estabelece a proibição da penhora dos bens, isto é, dos escravos e utensílios, dos elementos ligados a mineração, como proibira, anteriormente, a penhora da terra, nas regiões de grande lavoura, ela não oferece, na realidade, proteção a uma classe poderosa, em relação ao govêrno, mas poderosa apenas em relação àquelas que, na colônia, suportam os gravames do trabalho. Isso explica, de alguma forma, a espécie de vazio em que caem os impulsos rebeldes dos mineradores. Não havia uma articulação de interêsses capaz de suportar o levantamento contra a dominação metropolitana. Se os impulsos mais notórios pela autonomia se iniciam na região mineradora e no distrito diamantino, não chegarão, jamais, de forma alguma, a constituir ameaças sérias, ponderáveis, alastradas, ao domínio reinol. Interessarão a alguns elementos apenas e traduzirão a realidade de um estado de coisas em vias de amadurecimento. Mas a luta pela independência ficará relegada a melhores dias, e será empresada por grupos ligados a forma diversa de exploração, quando a atividade mineradora já fôr alguma coisa do passado, embora viva, por muitas razões, na memória do povo." (Nelson Werneck Sodré — op. cit. — pág. 193.)

(39) "O modo de produção capitalista baseado no salário, o pagamento dêsse salário em dinheiro e, em geral, a transformação das prestações em espécie em prestações em dinheiro, não se pode desenvolver em tôda a sua amplitude e tôda a sua profundidade requeridas se não existe no país uma massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de um tesouro, de um fundo de reserva. Tal é a hipótese histórica. Não é o caso de imaginar, entretanto, que se forma primeiro um tesouro suficiente e a produção capitalista só começa em seguida. Esta produção se desenvolve ao mesmo tempo que suas condições, e uma dessas condições é um afluxo suficiente de metais preciosos. Foi por isso que o crescimento dêsse afluxo de metais preciosos constituiu, desde o século dezesseis, um fator essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista." (Karl Marx — *Le Capital* — Paris — 1949 — pág. 150, VII.)

(40) "No século dezesseis, produziu-se um fato considerável que proporcionou reservas de ouro aos arrendatários como aos outros capitalistas empresários. Foi a progressiva depreciação dos metais preciosos e, em conseqüência, da moeda. Isto fêz baixar, na cidade e no campo, as taxas de salários, cujo movimento não acompanhou senão de longe a alta de tôdas as outras mercadorias. Uma parte do salário dos traba-

lhadores rurais entrou, desde logo, nos lucros do arrendamento. A alta contínua do trigo, da lã, da carne, de todos os produtos agrícolas em suma, aumentou o capital dinheiro do arrendatário sem que êle nada tivesse feito para isso, enquanto a renda territorial que êle tinha de pagar diminuía na razão da depreciação do dinheiro sobrevinda durante a duração do arrendamento." (Karl Marx — op. cit. — pág. 280, IV.)

(41) Vide: Nelson Werneck Sodré — *O Tratado de Methuen* — Rio — 1957.

(42) Texto integral do Tratado de Methuen: "*Artigo 1.º:* Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em Seu próprio Nome, como no de Seus Sucessores, admitir para sempre daqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário. *Artigo 2.º:* É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em Seu próprio Nome, e no de Seus Sucessores, será obrigada para sempre, daqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título, direta ou indiretamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma têrça parte do direito do costume. Porém, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de direitos, que será feito, como acima é declarado, fôr por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguêsa poderá justa e legìtimamente proibir os panos de lã e tôdas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra. *Artigo 3.º:* Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam sôbre si que Seus Amos acima mencionados ratificarão êste tratado, e que dentro do têrmo de dois meses se passarão as ratificações."

(43) "Os campos que bordejam o baixo Paraná e o Uruguai eram povoados de gado bovino, cavalar e muar desde o século XVI. Os muares eram produzidos em larga escala como indústria subsidiária da mineração andina, pois eram os animais indicados para servir à região montanhosa onde se localizavam as minas de Potosi. Quando estas minas argentíferas entraram em decadência, as regiões platinas tiveram a felicidade de ver surgir um outro importante mercado consumidor de muares: as regiões auríferas das Gerais. A concentração de grandes massas demográficas nas Gerais fêz com que convergissem para os sertões de além Mantiqueira importantes correntes comerciais que levavam todos os gêneros de consumo exigidos por núcleos humanos densos e de alto poder aquisitivo. Ora, os transportes só poderiam ser feitos a lombo de burro ou pelo dorso humano, pela impraticabilidade dos caminhos, pelo acidentado do relêvo, e em virtude das condições técnicas dos transportes da época. Além do volumoso transporte de artigos para o consumo, o estabelecimento da indústria extrativa de ouro e de diamante, exigiu muares para o transporte do metal e das pedras preciosas para os portos de mar, bem como para os serviços das minas.

A grande procura de muares fêz com que se alargasse cada vez mais a área de sua criação, que foi ganhando os campos de Viamão, Missões, Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios, etc.". (Mafalda P. Zemella — *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* — S. Paulo — 1951 — pág. 93.)

(44) (Nelson Werneck Sodré — *A Campanha Rio-grandense — Esbôço Histórico* — Rio — 1950.

(45) "Analisando-se o comércio dêsses animais de carga, não se pode precisar até onde tal comércio era nacional e onde começava a ser externo. É que nessa época as áreas da bacia do Prata não estavam totalmente definidas, quanto à nacionalidade. Durante o século XVIII, muitas pendências e mesmo guerras se travaram entre Portugal e Espanha, pela posse de áreas platinas contestadas. Além do mais, a base dêsse comércio era o contrabando." (Mafalda P. Zemella — op. cit. — pág. 94.)

INDEPENDÊNCIA

DECLÍNIO COLONIAL

O quadro que a Colônia apresenta nos três primeiros séculos, XVI, XVII e XVIII, é, aparentemente, de placidez. Sob essa placidez aparente, entretanto, fermenta tudo o que anuncia as transformações do século IV. Há, em primeiro lugar, uma tradição divisionista, que a Metrópole mantém desde o início da colonização, repartindo o território em Capitanias e tratando a cada uma como entidade à parte; alimenta com o estabelecimento do Estado do Maranhão, face ao Estado do Brasil; e reforça com as zonas ilhadas ou as zonas fechadas, de que o Distrito Diamantino foi o exemplo mais característico.

A situação de abandono em que deixa os povoadores da zona açucareira dominada pelos holandeses encontra, por outro lado, profundos reflexos na Colônia, a partir da Restauração metropolitana. A insuficiência de recursos com que acode a uma população em rebeldia vai prosseguir, no campo diplomático, com as dubiedades lusas, oriundas das contradições em que se debate o Reino desde o restabelecimento de sua autonomia. O sulco deixado pelo abandono e pela debilidade em assegurar a sua ascendência sôbre a área colonial, objeto de competição entre nações, aprofunda-se com a crise do açúcar, cujas origens estão vinculadas à expulsão dos holandeses.(1)

De dominador absoluto do mercado, o açúcar brasileiro passa à posição de competidor, desde que a área colonial antilhana, particularmente a holandesa, começa a disputar essa dominação para a que concorrera de forma essencial. A Metrópole não se encontra em condições de assegurar a distribuição de açúcar brasileiro e ainda menos de manter os seus preços. Não se encontra também em condições de reduzir as taxas que lhe impõe, cuja arrecadação é uma de suas fontes de recursos, numa fase em que êstes escasseiam.(2) A atividade mineradora brasileira absorverá as suas atenções depois, em detrimento da área açucareira. Com o declínio aurífero, o problema do açúcar voltará a assumir graves aspectos. Tudo

isso, ao longo do tempo, concorre para enfraquecer a submissão da Colônia à Metrópole. A associação de interêsses entre a classe dominante colonial, de que os senhores de engenho representam a fração mais importante, e a classe dominante metropolitana sofre um progressivo enfraquecimento, sem qualquer perspectiva de recuperação.(3)

Há contradições internas, ainda, e algumas chegam a motivar lutas difíceis, que desmentem concretamente a placidez antes referida. A mais antiga, que não cessou jamais e que eclodiu em episódios violentos, nas zonas em que o indígena foi objeto de escravização, foi a que separou colonos de índios, refletindo-se nos atritos que separaram colonos de missionários. Outra contradição antiga foi a que se levantou entre escravos e senhores de escravos: a história corrente tem omitido de forma sistemática os traços dessa contradição. Nos quatro séculos em que durou o trabalho escravo, entretanto, foram importantes os acontecimentos que a assinalaram. Nos três primeiros, de que nos ocupamos agora, sucederam-se os motins da escravaria, as resistências, as fugas, os atentados, as violências, particularmente caracterizados nos episódios dos quilombos. Ocultar uma contradição dessa natureza e dessa importância corresponde a desfigurar a história: só a sonegação reiterada vem afastando da atenção dos estudiosos um problema tão profundo.(4)

Se as contradições mencionadas, em que eram parte os elementos destinados ao trabalho, de um lado, e os que exploravam o trabalho, de outro lado, constituem o fundamental nas lutas que pontilham o quadro da Colônia, outras contradições surgiram e se prolongaram, contribuindo para desmentir a placidez aparente que foi mencionada. A contradição entre os consumidores, de um lado, e os monopolizadores, de outro lado, ficou assinalada inclusive pelos sucessivos motins do sal e caracterizada na rebelião maranhense de Beckman.(5) Se nos lembrarmos que os senhores de terras e de escravos constituíam, com os seus bandos de familiares e agregados, a fração mais poderosa entre os consumidores, a que se somava a camada social média, desde que teve espaço para destacar-se, emergindo da prolongada deterioração do trabalho escravo e de outras fontes, compreenderemos melhor os novos motivos de divórcio entre os habitantes da Colônia e a Metrópole, de vez

que os monopólios eram mantidos por esta.(6) Tal contradição prolongou-se em outra: a que separou senhores de terras e de escravos de comerciantes e que teve episódio tão significativo na luta entre Recife e Olinda a propósito de prerrogativas urbanas, conhecida como Guerra dos Mascates. O antilusismo que permaneceu como traço psicológico de nossa gente por tanto tempo encontra, assim, as suas razões secretas. Como as encontra na contradição que aparece na zona mineradora entre os descobridores paulistas e os adventícios que chegam da Metrópole, atraídos pelo ouro, e a que se convencionou chamar Guerra dos Emboabas. Naquela zona encontra, aliás, motivos também concretos a contradição entre contribuintes coloniais e o fisco metropolitano, de que a Inconfidência Mineira é uma claríssima expressão quer nos anseios de libertação dos espoliados quer na repressão brutal da justiça metropolitana.

As alterações que o poder público atravessa, na Colônia, denunciam a presença e o aprofundamento da contradição entre a classe dominante colonial e a classe dominante portuguêsa. Ausente, pràticamente, nos primeiros tempos, evolui para a presença ostensiva, ampla e até mesmo aterrorizadora no século IV. Antes, a ausência se caracterizava pela delegação de podêres aos donatários, raiando limites majestáticos, — delegação formal aos mesmos, delegação tácita aos senhores de terras e de escravos, em zonas onde a autoridade daqueles não alcançasse; compensada pela presença na área econômica, total na esfera da circulação. Depois, desde que se inicia a atividade mineradora, a Metrópole estará presente na esfera da produção, com a tributação extorsiva e o monopólio hermético que impõe.(7)

Desde então, não cessa de crescer o poder público na Colônia e serve de instrumento a um rigor que prenuncia a cisão entre os interêsses da classe dominante colonial e os da classe dominante metropolitana. A posição já mencionada dos senhores de engenho, desde a Restauração, a repulsa dos mineradores, o isolamento dos povoadores das áreas secundárias, caracterizam aquela cisão. Ela é caracterizada, de outro lado, e aqui sugre o problema da presença do poder público, pela política metropolitana das interdições. Tal política volta-se contra a atividade dos ourives.(8) Visa as sociedades secretas.(9) Culmina com o ucasse que veda a existência de ma-

nufaturas.(10) A presença total e aterrorizadora do poder público é o sinal mais evidente da cisão de interêsses: a classe dominante colonial já não tinha condições para ser mandatária da classe dominante metropolitana. A montagem de um aparelho administrativo amplo, poderoso e pesado, cuja rotina foi uma carga para a população, correspondia, agora, isto é, no século III, a uma necessidade. Para montá-lo, a Metrópole deveria enveredar pelo caminho das discriminações. Os nascidos na terra não tinham os mesmos direitos que os nascidos na Metrópole: José Joaquim da Silva Xavier era alferes; Joaquim Silvério dos Reis era coronel, nas Milícias. Êsse aparelho administrativo amplia-se sempre, particularmente nos setores militar, tributário e judiciário. A repressão era fulminante: na sentença de Tiradentes, como na dos inconfidentes baianos condenados à pena máxima, não fica omitida a observação de que o réu era destinado à morte "para sempre". (11)

Êstes traços todos correspondiam à cisão mencionada e encontravam nela a sua origem. Traduziam o que vinha ocorrendo no campo econômico, em que a Metrópole se apresentava, no século III:

— insuficiente para operar na esfera da circulação, que dominava de forma total;

— onerosa ao consumo, pelo regime de monopólio de comércio que exercia e que acrescia o preço das mercadorias importadas, com prejuízo do consumidor colonial.

Se o primeiro aspecto começara a denunciar-se desde a Restauração e se agravara com a concorrência do açúcar antilhano, o segundo começara a definir-se com a atividade mineradora, que ampliara o poder aquisitivo e a capacidade de consumo da população colonial. O Brasil passara, como ficou dito, de mercado apenas produtor a mercado produtor e consumidor. As rendas que a Metrópole auferia da exploração colonial provinham principalmente:

— do domínio da circulação do açúcar;

— do domínio da produção e da circulação do ouro;

— do domínio da distribuição à Colônia das mercadorias que ela necessitava importar.

A Metrópole, assim, onerava a produção colonial, pelas taxas impostas ao açúcar e que se refletiam negativamente no preço, dificultando a concorrência; pela invasão total da área privativa, no caso do ouro; pela tributação lançada sôbre as importações. Esta, em particular, pesava sôbre tôda a população consumidora. Como sempre, as metrópoles atiravam o ônus de suas crises às populações coloniais, o que é peculiar ao domínio econômico que caracteriza o colonialismo.(12) As alterações do campo econômico refletiam-se no campo social. Da sociedade açucareira do século I à sociedade mineradora do século III vai uma grande diferença. Antes, a classe dominante aqui representava a Coroa, e até lhe exercia os podêres. Os livros dos primeiros tempos revelam admiração pelos recursos coloniais, mas só Gregório de Matos esboça uma crítica e formula um protesto, nos limites do antilusismo que encobria contradições de que tal sentimento era apenas um derivativo.

Quando a cisão se prenuncia, é fácil notar o afrouxamento progressivo e quase sempre contínuo da comunhão de interêsses entre a classe dominante colonial e sua correspondente metropolitana. Êsses interêsses começam a divergir, para se tornarem antagônicos mais tarde. A economia de exportação, que gerara a classe dominante colonial e a mantinha, padecia graves flutuações: o açúcar dependia da concorrência antilhana; os couros, da concorrência platina; o algodão, da concorrência norte-americana. A Metrópole não tinha capacidade para assegurar mercados à produção colonial, e menos ainda para assegurar preços. As flutuações debilitam a classe dominante colonial, mas debilitam principalmente a posição da Metrópole perante aquela. O isolamento de amplas áreas, por outro lado, sucedendo-se a fases de relativa expansão e de contactos, faz com que ingressem numa etapa vegetativa que as distancia da Metrópole, a que não são ligadas por laço algum.

O Brasil era dividido em áreas pràticamente isoladas umas das outras. Os movimentos de rebeldia podiam ser batidos por partes. Nenhuma das partes estava em condições de enfrentar a Metrópole, isoladamente. Aquêles movimentos não chegaram, até o século III, a superar o isolamento. Os dos fins dêsse século, em Minas Gerais e na Bahia, não ultrapassaram

a fase conspirativa: frustraram-nos rigorosas devassas que levaram os cabeças ao sacrifício. Para dominar as áreas mais ativas, o poderio marítimo era necessário, uma vez que dependiam do exterior. A insatisfação colonial, tão curiosamente traduzida pelos inconfidentes e letrados do tempo, carecia de condições para organizar-se. Um exame rigoroso da situação da Colônia, ao fim do século III, permitiria concluir que o rompimento com a Metrópole só se poderia concretizar mediante a satisfação de duas condições:

— debilitamento da Metrópole no quadro internacional;
— participação da classe senhorial, no quadro interno.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Ao prolongado processo de transformação que transfere a supremacia econômica do capital comercial ao capital industrial, em sua última fase, convencionou-se chamar Revolução Industrial. Do ponto de vista exterior, realmente, o aparecimento de novas técnicas de produção, o que se conhece como *Invenções*, deu à fase uma fisionomia curiosa. As novas técnicas indicavam o acabamento do processo de liquidação das manufaturas. Demonstraram estas, por tôda a parte onde tinham um papel, grande resistência à introdução das referidas técnicas, pois vinham encerrar a fase em que havia espaço e oportunidade para a habilidade manual, em que o mestre de ofício ocupava um lugar destacado no quadro da produção.(13) Combinando os movimentos simples, a máquina multiplicava o número de produtos. Acionando-a, as fontes de energia assumiam um papel relevante, gerando a fábrica, em que multidões de trabalhadores eram reunidos, sem que fôsse aferida a habilidade de cada um para executar uma tarefa que era agora simples e repetida.

A Revolução Industrial percorria caminhos conhecidos, porém. O que importava era a forma nova de produção, não o que era produzido, — o modo de produzir, não o produto. Começou, pois, elaborando os produtos conhecidos, aquêles de que o homem necessitava no tempo e se habituara a consumir, aquêles que já haviam conquistado mercados. Ora, os

panos constituíam "a principal mercadoria elaborada", na fase das manufaturas. Uma das primeiras etapas da nova fase seria, pois, a transformação na produção de tecidos. O mercado de tecidos, muito antigo aliás, alargava-se constantemente. Só em fase posterior a Revolução Industrial penetrou em outros campos. Foram os panos o objeto principal de seu impulso, na etapa em que liquidou as manufaturas.(14)

Nessa transformação do modo de produção, entretanto, nem só as técnicas foram alteradas. Foi alterada também a matéria-prima: o algodão foi, pouco a pouco, tomando o lugar da lã. Ora, naquele tempo, a lã era matéria-prima européia; o algodão, matéria-prima tropical, fazendo parte dos gêneros ditos *coloniais*, porque fornecidos por zonas ultramarinas de que os europeus se haviam apossado, a partir do século XVI. A criação do mercado mundial e a sua divisão em áreas haviam especializado cada uma, articulando-as econômica e pollticamente. Não foi, naquela fase, o fornecimento de matéria-prima destinada à indústria têxtil, entretanto, — embora isto constituísse um fato nôvo e importante, — a única forma como se vincularam as áreas coloniais à Revolução Industrial. O aparecimento do algodão como matéria-prima necessária ao surto fabril vai influir nas diferenças de desenvolvimento das áreas coloniais. A uma oferta ascendente de mercadoria elaborada corresponde uma oferta ascendente de matéria-prima: ao surto na tecelagem corresponde o surto algodoeiro. Entre 1780 e 1850, o consumo de algodão pela indústria inglêsa sobe de 2.000 para 250.000 toneladas. Êsse aumento no consumo do algodão e na produção conseqüente de tecidos liquida as manufaturas correspondentes. Liquida-as pela baixa nos preços, que se reduzem a 20% do nível anterior. Os artesãos, que haviam já perdido a propriedade de seus instrumentos de trabalho, gravitavam para as fábricas onde iriam mover as máquinas, transformados em trabalhadores assalariados.

Fôra o afluxo de metais preciosos, e do ouro brasileiro em particular, que permitira aos proprietários das máquinas o capital em dinheiro para atender aos trabalhadores assalariados. Não foi êste o único efeito do ouro: o seu afluxo atendeu ainda o encurtamento na circulação proporcionado pelas novas técnicas de transporte. A conversão da mercadoria em dinheiro, agora realizada em um prazo muito mais curto, exigia tam-

bém um maior volume de moeda no mercado. Êsse encurtamento de prazo, por outro lado, acelerava a acumulação e correspondia a novos impulsos na transformação em processo. De outra parte, aquêle afluxo provocava o aumento da renda imobiliária, isto é, forçava a introdução e generalização de relações capitalistas no campo, somando-se aos efeitos que fazem surgir o exército de trabalhadores assalariados, e influi na substituição da lã pelo algodão, da matéria-prima européia pela matéria-prima colonial. As solicitações ascensionais dêsse mercado forçam o aparecimento de novas áreas coloniais e alterações importantes nas antigas.

A posição relativa entre as áreas metropolitanas e as áreas coloniais e os próprios laços de subordinação das segundas às primeiras não poderiam ficar imunes aos efeitos da Revolução Industrial.(15) O aparecimento dos metais preciosos na América fizera com que nela surgisse um mercado de proporções relativamente importantes. Se isso ocorreu na área espanhola, na área portuguêsa suas proporções foram ainda maiores, exatamente porque a mineração brasileira era contemporânea da Revolução Industrial. Para o mercado brasileiro voltam-se as atenções dos produtores europeus. Êle permanece bloqueado, entretanto, pelo regime de monopólio comercial, levado aos seus extremos limites justamente em conseqüência da mineração.

As pressões externas para derrocar aquêle regime ascenderiam à proporção que a Revolução Industrial seguisse o seu processo. Nos acôrdos firmados entre a Inglaterra e Portugal, depois da Restauração, o interêsse pelo mercado colonial já aparece, embora não seja ainda premente. Nas tentativas em penetrar o mercado peruano pelo portal platino, com a fundação da Colônia do Sacramento e o ativo contrabando naquela zona, o mesmo interêsse se manifesta. Nos fins do século XVIII, a situação chegara a uma fase crítica: o processo da Revolução Industrial está decisivamente incompatibilizado com o sistema das áreas enclausuradas. Uma circunstância destaca claramente o problema: a revolução pela independência dos Estados Unidos perturba o fornecimento de algodão colonial às fábricas inglêsas. Nos últimos lustros do século, cabe ao Brasil suprir as suas necessidades.(16)

COMPOSIÇÃO DAS FÔRÇAS

Ainda que aceitável, como significando as transformações exteriores do processo em que o capital comercial cede a supremacia ao capital industrial, — a produção domina a circulação, — o título de Revolução Industrial não revela aquêle processo em sua essência, no que tem de profundo. Novas relações de produção devem encontrar correspondência em nova estrutura social. Declinam velhas fôrças. Ascendem novas fôrças. Da luta entre elas emergirá uma sociedade diferente.

Na medida em que o capital industrial assume a preponderância, a burguesia ascende, os senhores feudais declinam. Nas áreas em que a Revolução Industrial avança, a burguesia cresce em poder. Traduzindo as lutas que caracterizam o processo histórico, na época, a contradição entre a burguesia e os senhores feudais ganha o primeiro plano. Se ela é dominante nas áreas em que o capital industrial assume a supremacia, nas áreas em que êste não tem função ou permanece subordinado ao capital comercial é dominante a classe feudal. No que nos interessa mais de perto: a burguesia comanda o surto industrial inglês; os senhores feudais peninsulares comandam o regime de monopólio comercial a que ficou reduzida a exploração das áreas coloniais nesta parte do continente. Em linhas gerais: na Inglaterra predomina o modo capitalista de produção; na península ibérica, o modo feudal, alimentado pela exploração das áreas coloniais; no Brasil, o modo escravista, com transição para o modo feudal em vastas zonas.

Há uma reciprocidade de efeitos entre a mineração do Brasil e a transformação econômica e social que se processa no ocidente europeu. De um lado, o ouro gera o mercado interno e alimenta e impulsiona o desenvolvimento capitalista inglês. De outro lado, o desenvolvimento capitalista inglês volta-se para o mercado brasileiro gerado pelo ouro e disputa-o. Como obstáculo, levanta-se o regime de monopólio comercial. Nos fins do século XVIII, a dominação metropolitana reduzia-se pràticamente àquele monopólio. A Metrópole representava mero entreposto colocado em meio aos produtores coloniais e aos consumidores europeus, entre os produtores europeus e os consumidores coloniais. A transformação de Colônia

apenas produtora em Colônia produtora e consumidora estava consumada.

A posição intermediária da Metrópole onerava a mercadoria colonial agora em situação de disputar mercados pela concorrência, como onerava a mercadoria européia, caracterizando-se pela sua função parasitária. Desde que o capital comercial passara a depender do capital industrial, a posição intermediária passara a anacrônica. Representava um entrave ao desenvolvimento colonial e sua fôrça não declinava apenas em conseqüência de inevitável anquilose mas ainda na decorrência da competição efetivada por áreas coloniais fornecedoras das mesmas mercadorias e dependentes de metrópoles em que o desenvolvimento capitalista avançava cèleremente.

Quando, nos fins do século XVIII, a mineração declina e o algodão brasileiro entra no seu ritmo normal, após a transitória fase de expansão no mercado fabril inglês, a Inglaterra se apresenta em face ao Brasil, como fornecedora de mercadorias elaboradas mas não como compradora de matérias-primas ou alimentícios aqui produzidos. Busca e recebe umas e outros nos Estados Unidos ou em suas próprias áreas coloniais. A composição das fôrças, no quadro internacional, apresenta a contradição entre a expansão capitalista inglêsa e a resistência monopolista-feudal luso-espanhola. Ela é, na realidade, um aspecto particular da contradição geral entre a expansão capitalista capitaneada pela Inglaterra e a resistência feudal dominante nos países europeus continentais. No quadro colonial americano, a contradição se opera entre:

— os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e a Metrópole, que domina a circulação, de outro lado;

— os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e os não proprietários daqueles meios, de outro lado.

O desenvolvimento das fôrças produtivas, no Brasil, apesar da exploração metropolitana, fizera com que aparecessem componentes novas. Aquêle desenvolvimento fêz avultar e aprofundar-se a segunda das referidas contradições, no quadro colonial. Ela era velha como a própria colonização: vinha de primitivas lutas entre colonizadores e indígenas, de senhores

e escravos. A enorme supremacia dos senhores ocultou-a, e as deficiências da história oficial têm disfarçado a sua gravidade.

Para que o rompimento do monopólio se operasse, era necessário, conjugando os três quadros:

— que a expansão capitalista capitaneada pela Inglaterra preponderasse sôbre a resistência feudal dos países continentais;

— que a expansão capitalista inglêsa preponderasse sôbre a resistência monopolista-feudal luso-espanhola;

— que a contradição entre os proprietários coloniais dos meios de produção e a Metrópole monopolista se aprofundasse e superasse a contradição entre aquêles e os não proprietários dos meios de produção.

Em conseqüência da velha contradição interna entre a classe de senhores de terras e de escravos e a população colonial, agravada pelo fato de ter sido aquela mandatária e procuradora da Metrópole em longa fase, é que as manifestações de rebeldia se operam mais entre as camadas não senhoriais do que dentro da classe senhorial, fracas e condenadas à derrota por isso mesmo, isto é, porque não interessavam à classe senhorial, quando não se voltavam contra ela. O seu poder era ainda tão grande, e persistiria assim, que nenhum movimento antimetropolitano tinha condições para triunfar sem o seu concurso.

A Revolução da Independência, nos Estados Unidos, e a Revolução Francesa estimulam os anseios de libertação colonial. A ideologia que preside tais movimentos encontra reflexos no Brasil. Êstes reflexos são claros nas formulações dos inconfidentes, em Minas e na Bahia, particularmente nesta. Tal ideologia, entretanto, não encontra receptividade na classe senhorial. Não lhe traduzia os anseios. Não lhe atendia os interêsses. Ela só se integraria no movimento que comandasse.

É a prolongada crise econômica colonial, prenunciada com a concorrência açucareira, desde a segunda metade do século XVII, e apenas acobertada pelo surto da mineração no século XVIII, que contribui para aprofundar a contradição entre a classe senhorial e a Metrópole. A exportação brasileira, que atingira cinco milhões de libras, em 1760, na fase melhor da mineração, permanece no nível de três milhões, entre 1775 e

1800. Neste último período, que coincide com a luta dos Estados Unidos pela sua independência, o algodão contribuiu com um milhão de libras, pràticamente um têrço do total. As flutuações no preço do açúcar recebem um impulso favorável com a crise do Caribe, particularmente com a rebelião haitiana, em 1791. Impulso no mesmo sentido receberá o couro, no início do século XIX, com a crise da área platina ligada ao movimento da independência. São avanços circunstanciais, de duração limitada, entretanto. Não imunizam as áreas produtoras dos efeitos de uma crise prolongada porque estrutural.

TENDÊNCIA DAS FÔRÇAS

A eliminação da função intermediária das metrópoles, e a conseqüente derrocada do regime de monopólio comercial a que se reduzira seu domínio sôbre as áreas coloniais americanas interessava tanto à expansão capitalista inglêsa quanto à classe senhorial daquelas áreas coloniais. O extraordinário aumento que a máquina proporcionava à produção era incompatível com os mercados fechados, com as áreas enclausuradas. Tornava imperiosa a abertura delas. Deviam ser rasgadas as cortinas, rompidas as barreiras que as isolavam. Deviam ser integradas no nôvo mercado mundial, de dimensões agora diferentes em extensão e em profundidade. As que não eram consumidoras deviam tornar-se consumidoras.(17) As que já o eram, deviam aumentar o consumo. Duas barreiras se apresentavam a êsse inexorável impulso de expansão:

— o regime de monopólio comercial;
— o regime de trabalho escravo.

Para a eliminação da primeira dessas barreiras, havia concordância entre as fôrças externas, que comandavam a transformação de um modo de produção a outro mais avançado, e as fôrças internas, que comandavam a produção na área colonial portuguêsa. O regime de monopólio comercial onerava a ambas, porque:

— retardava a circulação, aumentando o prazo de conversão da mercadoria em dinheiro, e do dinheiro em mercadoria;

— acrescia os preços das taxas e impostos de intermediação, num sentido e no outro, com efeito no consumo, que reduzia, e na concorrência, que agravava.

Para a eliminação da segunda barreira, o regime de trabalho escravo, não havia, entretanto a mesma concordância entre as referidas fôrças.(18) As externas visavam o fim do trabalho escravo por vários motivos:

— porque a extinção do tráfico negreiro reteria no continente africano, já objeto de ação colonialista, a mão-de-obra destinada a transformá-lo em fonte de matérias-primas a baixo preço;

— porque era a rentabilidade do trabalho escravo que permitia ainda a produção da área colonial lusa concorrer com a produção das áreas coloniais inglêsas;

— porque a transformação no regime de trabalho alargaria o mercado colonial luso.

As fôrças internas, de seu lado, não podiam abrir mão do trabalho escravo. Êle representava ainda uma das peças fundamentais da estrutura brasileira de produção. Havia nêle, ao tempo, a taxa de rentabilidade que tornava imperiosa a sua manutenção. No fim de contas, tratava-se de um problema de custos: o trabalho livre provocaria nêles uma tal elevação que inutilizaria a possibilidade competitiva da exportação brasileira.

As fôrças internas, isto é, a classe senhorial dominante, estava interessada no comércio livre, mas não estava interessada no trabalho livre. As fôrças externas estavam interessadas em ambos. A contradição, aqui, entretanto, não era a principal. A contradição principal era a que separava a classe dominante colonial da Metrópole que detinha os lucros do monopólio de comércio. Permanecendo principal, esta contradição tornar-se-ia a base de um acôrdo entre as fôrças externas e as fôrças internas interessadas na eliminação do regime de monopólio. Permanecendo secundária, a contradição referente ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo prolongar-se-ia por quase todo o século XIX, gerando sucessivos atritos entre as fôrças internas e as fôrças externas.(19)

A classe senhorial, aqui, tinha condições para resistir à pressão externa, naquilo que era motivo de contradição secundária, porque:

— o tráfico não cessou, tornando-se atividade tanto mais rentável quanto mais perseguida;

— o crescimento vegetativo da massa escrava permitia atender às necessidades do mercado interno de trabalho;

— a oferta de mão-de-obra era maior do que a demanda na fase que se inicia com o declínio da mineração.

Em resumo:

— havia concordância de interêsses entre as fôrças externas ligadas à expansão capitalista e as fôrças internas ligadas à produção escravista, quanto ao regime de monopólio comercial, que entravava umas e outras;

— não havia a mesma concordância de interêsses entre as referidas fôrças, quanto ao trabalho escravo, mas as internas tinham condições para resistir às externas nesse campo;

— esta contradição era superada pela que se estabelecera entre as fôrças internas e a Metrópole monopolista, permitindo uma base de acôrdo para ação organizada ou tácita no que era de interêsse comum.

Como o regime de monopólio comercial representava, no início do século IV, o único elemento de dependência, pràticamente, da Colônia à Metrópole, a tendência das fôrças internas e externas a se comporem já anunciava que estavam criadas as condições para, com a eliminação daquele regime, a Colônia conquistar a autonomia, no sentido de comerciar livremente e de gerir os seus negócios sem interferência da Metrópole.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

A existência de condições para que se realizem transformações econômicas, políticas e sociais não significa que elas efetivamente se realizem. É necessário que, concretamente, as fôrças se componham, que se mobilizem, que se organizem e que lutem para realizar as transformações que estão maduras.

Como se compunham, internamente, as fôrças, quando as condições para a autonomia surgiram?

A surda fermentação colonial, cujos sinais pontilharam a história, denunciava as contradições entre classes e camadas sociais. Na estrutura da sociedade brasileira dos fins do século III, é possível distinguir uma composição que admite o esquema seguinte:

— senhores de terras e de escravos, como classe dominante, já sem a unidade dos primeiros tempos, apresentando agora frações de interêsses heterogêneos, — alterando a posição antiga em face à Metrópole;

— camada média, constituída de funcionários, militares, padres, letrados, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, elementos que não vivem do trabalho alheio;

— trabalhadores não escravizados, ou submetidos ao regime de servidão, nas áreas não escravistas, ou exercendo, nas áreas urbanas, o trabalho físico, do mais rudimentar ao artesanal;

— escravos, numa fase em que, com o declínio da mineração, o trabalho escravo passa por transformações importantes, inclusive cedendo lugar, em vastas áreas, à servidão ou semi-servidão.

Em uma estrutura social dessa natureza, a contradição principal é a que antagoniza os que trabalham e os que usufruem do trabalho de outrem: entre senhores e escravos, entre senhores e trabalhadores livres, entre os que detêm a propriedade dos meios de produção e os que dela estão privados. Escravos e trabalhadores livres estão presentes nas lutas coloniais, na surda fermentação que se denuncia, particularmente nos fins do século III, em sinais inequívocos. Tais lutas nos parecem insignificantes, passaram longo tempo despercebidas porque a história não atentou para elas, não as acolheu. Na Inconfidência Baiana os trabalhadores livres tiveram um papel destacado, sôbre êles recaiu a violência metropolitana; sôbre os escravos, cujos motins são repetidos, recai a dos próprios senhores, reforçada pela da Metrópole, e tão nítida nas ações contra os quilombolas. Na Inconfidência Mineira estão presentes os elementos da camada média, militares, padres, letrados. As condições para que se organizem não existem, par-

ticularmente no caso dos trabalhadores livres. As condições para que formulem reivindicações são nulas para êstes, reduzidíssimas para os elementos da camada média.

A classe senhorial detém as formas de organização e as poucas formas de expressão.(20) Na camada média, pelo seu recrutamento, há representantes do pensamento da classe dominante. Outros refletem as inquietações da fase e chegam a formulações interessantes. Os acontecimentos recentes, a Revolução da Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, e, por último, a insurreição na área colonial espanhola, encontram eco naquelas formulações. Nota-se nelas, fàcilmente, entretanto, o descompasso que existe entre as áreas em que uma revolução ocorreu, por fôrça de condições concretas peculiares, e as áreas a que chegam apenas os seus reflexos ideológicos. Há, assim, a tendência natural em traduzir as inquietações locais através de formulações emprestadas. Estas adquirem importância, aliás muito grande, como sintomas, bastante eloqüentes por vêzes, mais do que como representação da realidade.(21)

A profunda contradição entre o trabalhador escravo e o trabalhador livre, de um lado, e a classe dominante na Metrópole, de outro lado, aparece, na Colônia, como contradição entre aquêles trabalhadores e a classe dominante colonial, em tôda a fase em que esta representa a Metrópole, é a sua mandatária. Conquanto, em sua maioria, não estivessem os elementos ligados ao trabalho em condições de reivindicar direitos ou mesmo de expressá-los, parece fora de dúvida que estavam interessados na abolição do regime escravo e de servidão, no estabelecimento de instituições democráticas. Os elementos da classe senhorial, ainda quando começam a sentir a contradição que os separa da Metrópole, estavam interessados em continuar a ser senhores de terras e de escravos e de servos. Nas formulações da camada média, há traços inequívocos de que fôra ganha em parte para as reivindicações democráticas possíveis na época e na Colônia, — a República é um traço comum no ideário das rebeliões daquela época, — mas não fôra ganha para a abolição do trabalho escravo, — êste não é um traço comum no referido ideário.

Ainda que não se considere o fator representado pela dispersão geográfica, que permitia à Metrópole bater cada um

dos movimentos de rebeldia separadamente, o fato é que tais movimentos não chegaram a interessar à classe dominante colonial em conjunto. Separava-a das outras a contradição no que se refere ao regime de trabalho. A reivindicação do trabalho livre, se formulada, e apenas o foi em casos isolados, em pronunciamentos individuais, indicaria claramente a contradição.

Por outro lado, se nenhuma área de produção, na dispersão geográfica, exercia, na fase de crise da produção colonial em que decorre o processo da independência, ascendência absoluta sôbre as demais, — a classe dominante exercia ascendência absoluta sôbre as demais. Daí se infere que a autonomia só teria condições para efetivar-se, no que dependia da situação interna, quando, realizadas as condições externas, a classe senhorial se interessasse por ela. Até as vésperas da Independência, entretanto, aquela classe só está interessada na eliminação do monopólio comercial. Daí, inevitàvelmente:

— a autonomia será uma emprêsa da classe senhorial, que a realizará na medida de seus interêsses;

— a composição e a tendência das fôrças internas permite que a classe senhorial não leve a autonomia além do que a interessa;

— embora não a levando além, encontra, para realizar a autonomia, o apoio da camada média da população e, na medida de sua consciência política, também o da classe que fornece o trabalho;

— quando aceita o ideal da autonomia e a realiza, a classe senhorial abre perspectivas para transformações posteriores, que não poderá manter apenas na medida de seus interêsses.

CONTRADIÇÕES EXTERNAS

A contradição estabelecida entre a expansão capitalista capitaneada pela Inglaterra e a resistência feudal dos países continentais surge como um quadro de conflito com as campanhas napoleônicas. Não interessa aqui a análise dêsse conflito militar, nem mesmo de suas flutuações e aparentes paradoxos, como o que nos apresenta a Europa feudal submetida

à política de alianças que lhe impõe a França apenas saída da revolução burguesa. De forma direta, no campo das trocas, aquêle quadro de conflito começa a afetar a área colonial americana, e ao Brasil portanto, desde o momento em que Napoleão exige da Europa o bloqueio contra a Inglaterra. As conseqüências dêsse bloqueio atingem as metrópoles ibéricas e repercutem nas suas áreas coloniais. Da Europa para a América, as repercussões traduzem-se em necessidades que podem ser sumariadas como se segue.

Para a Inglaterra, trata-se de:

— assegurar o domínio marítimo para defender-se, romper o bloqueio e manter o seu comércio; deve, por isso, destruir a frota francesa, neutralizar a dinamarquesa e isolar a portuguêsa;

— ampliar as suas trocas com as áreas coloniais próprias e ainda com as ibéricas mantidas em regime de monopólio comercial, para assegurar mercados e matérias-primas;

— manter na península ibérica uma porta para o continente.

Para a França, no que nos diz respeito, trata-se de:

— fechar a porta ibérica, a fim de completar e efetivar o bloqueio.

Para as metrópoles ibéricas, trata-se de:

— optar pelas fôrças em presença, considerando a pressão francesa, o poderio naval inglês e a necessidade de preservação de suas próprias colônias.

Para as áreas coloniais ibéricas, e para o Brasil em particular, trata-se de:

— eliminar o regime de monopólio comercial.

As conseqüências do bloqueio são importantes nas áreas coloniais. No que se refere ao Brasil, traduzem-se no aumento da exportação açucareira, que dobra o seu valor, no aumento da exportação de couros, na ascensão da importação, que acompanha o ritmo da exportação, no singular crescimento das trocas com a área espanhola do Prata e no enorme desenvolvimento das atividades de contrabando, que busca neutralizar o regime de monopólio, tanto na área lusa como na área espanhola da América.

Tais conseqüências aprofundam-se, desde o momento em que Napoleão decide completar e efetivar o bloqueio pelo fe-

chamento da porta peninsular, invadindo Espanha e Portugal. As côrtes de Madri e Lisboa são forçadas a optar ante as fôrças em presença. A de Madri capitula e desaparece. A de Lisboa alia-se à Inglaterra e transfere-se para a Colônia. Desaparecem as metrópoles. Com uma diferença importante, entretanto:

— as áreas espanholas passam a ser geridas pelos podêres locais, mandatários da Metrópole ou não;

— a área portuguêsa passa a ser gerida pelo próprio poder metropolitano transferido.

De uma ou de outra forma, o regime de monopólio comercial está liquidado. A expansão comercial inglêsa, a única que tem, no momento, condições para efetivar-se, para penetrar o mercado recém-aberto, deve tratar, agora: com a Côrte do Rio de Janeiro, de um lado; com os podêres locais, em cada uma das antigas colônias espanholas, de outro lado. Daí as diferenças de tratamento: com a Côrte do Rio de Janeiro, por meio de acôrdos diplomáticos; com os podêres locais da área espanhola, por acôrdos de emergência ou por ações de fôrça. Estas diferenças de tratamento respondem ainda por diferenças locais:

— na área portuguêsa, a classe dominante é agrícola, suprema na sua dominação, não há interêsses internos ponderáveis contrariados pela liberdade de comércio;

— na área espanhola, a classe dominante, em algumas zonas, é mercantil, não é absoluta em sua dominação e há interêsses internos ponderáveis contrariados pela liberdade de comércio.

DESENCADEAMENTO DO PROCESSO

No processo da independência, os Estados Unidos antecipam-se, atingindo a fase final nos fins do século XVIII, e constituindo, não por isso, mas pelo fato de, a rigor, não terem tido passado colonial, um caso específico que não cabe apreciar aqui. No caso da área portuguêsa, os preliminares do desencadeamento são notórios a partir também dos fins do sé-

culo XVIII, quando a mineração entra em declínio. Tais preliminares estão assinalados em pronunciamentos locais, que não excedem os seus estreitos limites e nem chegam a eclodir em rebeliões, frustra-os a delação e a corrupção, consumando-se numa repressão arrasadora. Além do traço local que as enfraqueceu, houve nelas outras características importantes, entre as quais se destaca a de não terem sido aquelas tentativas originadas na classe dominante. Na composição dos elementos inconformados, em Minas como na Bahia, a contribuição da camada média da sociedade colonial é fácil de verificar. Essa contribuição responde pelas reivindicações apresentadas. Elas não poderiam, de forma alguma, ser esposadas pela classe dominante, vista em conjunto.

Cabe aqui uma referência a tais reivindicações, até agora analisadas em superfície. Por mais estranhas que pareçam, têm uma razão de origem e fazem parte do quadro histórico. As idéias dos enciclopedistas, como as dos revolucionários norte-americanos, aparentemente deslocadas aqui, estranhas à realidade colonial brasileira, não surgiram por acaso, nem por acaso foram acolhidas pelos nossos inconfidentes e rebelados. Ocorre, no caso, que as revoluções não podem ser transplantadas, mas a sua ideologia pode, até certo ponto, enquanto ideologia pura, enquanto teoria. Claro que a ideologia é efetiva onde se gerou de condições concretas, e é mera expressão subjetiva onde chega sem aquelas condições. O fato de chegar, como o fato de ser esposada por determinado grupo é, entretanto, um problema histórico, não é um acidente.

O largo processo da independência comporta variações regionais importantes. No seu conjunto, entretanto, êle reflete o triunfo da revolução burguesa, de que são episódios marcantes a Revolução Industrial, que assinala as mudanças nos meios de produção e nas técnicas de que se servem, a Revolução Francesa, que assinala a liquidação de relações feudais, a Revolução Americana, que importa na transferência a determinada área do Nôvo Mundo de muitas das alterações ocorridas no Velho.

O fato de estar englobado na revolução burguesa, inserido nela, não significa, entretanto, que o processo da independência seja, nas áreas coloniais, uma revolução burguesa. Êle assume êsse caráter em parte, — e, na medida em que

assume, gera a contradição do norte manufatureiro com o sul agrícola e escravocrata, — no caso dos Estados Unidos, por fôrça de condições concretas ali existentes, as que justificam a tese de que não houve, a rigor, naquele caso, passado colonial. Mas não o pode assumir nas áreas de dominação ibérica, que não apresentam as condições necessárias para que nelas ocorra a revolução burguesa. Não apresentam tais condições justamente por serem, de forma caracterizada, no exato sentido da expressão, áreas coloniais.

Inserido no conjunto da revolução burguesa e uma de suas mais importantes conseqüências, o processo de independência das áreas coloniais não era estanque: recebia reflexos europeus e americanos. Entre êles, os postulados ideológicos que as técnicas do tempo permitiam fôssem levados a todos e o regime de clausura não conseguia de todo impedir: aos que os podiam aceitar, como aos que não podiam, aos que os podiam aplicar, concretamente, porque as condições locais ou regionais assim permitiam ou exigiam, como aos que não os podiam aplicar, concretamente, porque as condições locais ou regionais eram outras. Neste último caso, serviam, quando menos, para expressão, embora inadequada, da inconformação com o estado de coisas reinante. É como sintoma dessa inconformação que a ideologia da revolução burguesa, gerada em outras áreas, naquelas em que expressava a realidade, tem importância aqui. Nesse sentido, sua significação é muito grande.

Os antecedentes, assim, esclarecem o desencadeamento do processo. Mostram como surgiram e cresceram aqui as condições que permitiram a Independência. Entre a conspiração de Tiradentes e o grito do Ipiranga decorreu pouco mais de trinta anos; pouco mais de vinte, entre a Inconfidência Baiana e a autonomia; um lustro apenas, entre a rebelião pernambucana e a separação. Aquêles movimentos almejavam a República, — é um traço que lhes é comum, — porque expressavam, predominantemente, os anseios de classe ou camada menos favorecida, que estão presentes na luta pela Independência, anseios de que se faziam pregadores elementos da camada média, padres, letrados, militares, comerciantes. Entre os antecedentes e a realização da autonomia não há apenas diferenças de tempo, mas de conteúdo.

Em 1807, Napoleão decide fechar a porta ibérica que tornava inefetivo o bloqueio que impusera à Inglaterra, vedando-lhe o acesso ao continente. Suas fôrças rompem através da Espanha e invadem Portugal, com as conseqüências conhecidas: desaparece o govêrno metropolitano espanhol, transfere-se o govêrno metropolitano português. A invasão da península deixa as áreas coloniais diante de uma situação nova: ficarão na dependência dos podêres locais. Ora, êsses podêres apresentavam-se de forma diferente:

— na área espanhola, eram vários, pelo menos tantos quantas as divisões administrativas em vice-reinados, audiências e capitanias, numa dispersão política agravada pela dispersão geográfica e ainda mais pela diversidade de estrutura econômica e social;

— na área portuguêsa, era um só, o da sede colonial, reforçada agora como sede metropolitana.

O problema fundamental do regime de monopólio de comércio estava resolvido por uma situação de fato e as decisões correlatas apenas sancionaram aquela situação. Com a extinção das metrópoles, por ocupação estrangeira, cessava a função intermediária que vinham exercendo. As trocas seriam agora diretas, por fôrça daquela situação de fato, ou teriam de ser suspensas. Só poderiam ser feitas diretamente com a Inglaterra, que dominava os mares. Nas áreas espanholas, o comércio com a Inglaterra sofre as injunções locais, ou surge como saída natural e única, imposta pelas circunstâncias e aceita como tal, ou surge do emprêgo da violência, ou ganha a esfera de um ativo contrabando.

Na área portuguêsa, não chega a constituir problema: na sua passagem pela Bahia, o Príncipe Regente declarava abertos os portos brasileiros a tôdas as nações. A regulamentação posterior e a realidade mostrariam que não se tratava de todos os portos nem de tôdas as nações. Havia que prover o erário público de recursos para a administração da Colônia, administração que cresceria com o advento da Côrte lusa. Daí as tarifas, — no primeiro momento, aliás, tarifa única, de 24% *ad valorem*. A abertura dos portos corresponde, assim, a uma

imposição da realidade: inexistência de metrópole intermediária e necessidade fiscal.

A abertura dos portos teve efeitos imediatos e importantes: atenuou consideràvelmente, em determinadas zonas, a atividade de contrabando; impossibilitou o reaparecimento da atividade manufatureira; forneceu recursos ao erário real, extremamente necessitado dêles; estimulou as trocas, retirando-as da atonia que as ameaçava; deu função de cidade aos portos abrangidos na regulamentação.

Êstes efeitos alcançavam uma Colônia cuja população ascendera a 3.000.000 de habitantes, dos quais pelo menos um têrço era constituído de escravos. A exportação era ascensional nesse período, e marcava-se, em contos de réis da época, da maneira seguinte: 1796 – 11.600; 1800 – 12.600; 1806 – 14.200. Em 1805 havia entrado no Rio de Janeiro oitocentos navios. Nesse ano, Portugal reexportou 14.000 contos de gêneros brasileiros, isto é, absorveu apenas 200 contos e reexportou o restante, numa clara indicação do limite a que chegara a função intermediária da Metrópole. A importação seguia o mesmo sentido, sofrendo influência das perturbações militares européias: 1796 – 7.000; 1800 – 15.800; 1806 – 8.500. A discriminação da exportação por artigos nos mostra a situação seguinte, conforme os portos de saída:

Açúcar	20.000	caixas	da Bahia
	14.000	"	de Pernambuco
	9.000	"	do Rio
	1.000	"	de Santos
Algodão	40.000	sacas	de Pernambuco
	16.000	"	do Maranhão
	10.000	"	da Bahia
	4.000	"	do Pará e Rio
Café	90.000	arrôbas	do Pará
	3.200	"	do Rio
Cacau	800.000	"	
Couros	240.000	"	
Arroz	100.000	sacas	
Anil	5.600	arrôbas	

No mais, a exportação compreendia ainda tabaco, pau-brasil, madeiras, salsaparrilha, copaíba, borracha, etc. Salvo o algodão e os couros, os artigos pouco interessavam ao mercado inglês. Mesmo aquêles, interessavam subsidiàriamente, visto como os habituais fornecedores do referido mercado eram, respectivamente, os Estados Unidos e a zona espanhola do Prata. Para a Inglaterra, pois, o Brasil era um mercado consumidor, não era um mercado fornecedor. Há, desde logo, uma contradição de interêsses entre a Inglaterra e o Brasil, nesse campo, que se soma à contradição que se refere ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo. É êste o quadro que, agravado pela proteção inglêsa à transferência da Côrte lusa ao Brasil e pela presença, desde então, em águas brasileiras de fôrça naval britânica, daria fundo aos acôrdos firmados em 1810 pelo representante do govêrno de Canning.(22)

Se foram importantes os efeitos do ato de abertura dos portos, seriam multiplicados pelos dos acôrdos arrancados por Strangford.(23) A posição inglêsa, nas negociações que levaram aos referidos acôrdos obedecia às exigências seguintes, esquemàticamente:

— assegurar a permanência de uma esquadra inglêsa no Brasil;

— obter a livre residência e livre religião para súditos inglêses, aqui, com reciprocidade de tratamento na Inglaterra;

— manter o livre comércio, com tributação a regular;

— resguardar a posição comercial das colônias inglêsas em relação ao seu mercado metropolitano;

— disputar o direito de nomear cônsules, "com os usuais privilégios e autoridade";

— fazer do Brasil a base para conquista do comércio platino;

— garantir à casa de Bragança a permanência no trono português.(24)

No andamento das negociações nem faltou a face anedótica. As concessões alcançadas pela Inglaterra nos acôrdos de 1810 foram um pesado ônus que o Brasil carregou por mais de três décadas. O período inicial de sua vigência compreendeu acontecimentos europeus de inequívoca importância, desenrolados desde as campanhas que levaram Napoleão à der-

rota e abriram caminho ao Congresso de Viena e, depois, à Revolução Constitucionalista portuguêsa e ao regresso da Côrte lusa como os que de que foi palco o Brasil e culminaram com a Independência e seu reconhecimento. O período seguinte compreendeu a longa fase de tumulto interno que caracterizamos como Crise da Regência.

TRAÇOS DO PROCESSO

O advento da Côrte lusa ao Brasil corresponde à abertura de uma fase de singular impulso ao seu desenvolvimento. Nesse impulso concorrem fatôres circunstanciais, — um dêles, o representado pelas restrições ligadas ao bloqueio napoleônico, — que permitem a ascensão no volume e no valor das exportações brasileiras, uma vez que a aliança inglêsa assegurava o transporte marítimo, e criam condições para o surto comercial com a zona platina. Mas as reformas administrativas, que sancionam uma situação de fato ou atendem necessidades novas, encontram também um papel naquele impulso, facilitando-o. Para governar, e principalmente no sentido em que governar é arrecadar meios, a Côrte é forçada a montar um aparelho de Estado cuja estrutura não cessará de crescer e que já não tem condições para discriminar os nascidos na Colônia dos nascidos na Metrópole.

Tudo isso contribui para que a fase seja de desenvolvimento. Nem falta a êsse desenvolvimento o aspecto, valorizado naquele tempo, de intervenções militares no exterior: na colônia francesa vizinha da Amazônia e, principalmente, na zona platina. A classe dominante, que absorve os lucros da exportação, agora desafogada com a suspesão da Metrópole intermediária, como da ampliação do aparelho de Estado, participa da expansão sulina. Há uma tendência para encontrar a recomposição entre aquela classe e a Coroa aqui presente. Fora da Europa, aqui instalada, a Coroa representa mais os interêsses inglêses do que os dos senhores feudais portuguêses, entretanto. Entre a classe dominante colonial e os interêsses inglêses há insanáveis contradições, por outro lado.

Em 1810, quando Strangford firma os acôrdos já referidos, os cabildos buenairenses comandam a Revolução de Maio. Na

área colonial espanhola desenrola-se a série de episódios que marcam ali o processo da independência. É, na verdade, uma prolongada guerra civil que resultará na fragmentação daquela área, surgindo diversos países, cada um com as suas características. O que distingue o processo da independência naquela área dos aspectos que apresentou na área portuguêsa está ligado essencialmente ao fato de ter ocorrido ali uma áspera luta, de que participaram, em alguns casos, tôdas as classes e camadas sociais, com acontecimentos militares e políticos conseqüentemente importantes, enquanto foi aqui uma transformação pacífica, operada de cima para baixo, da qual não participaram ativamente as classes e camadas sociais não dominantes.

A cessação do bloqueio, com a derrota de Napoleão, repondo as trocas nas condições normais, reconduz a área colonial lusa à situação anterior à crise política que motivara a transferência da Côrte. O regresso desta à sua sede normal culmina o sentido negativo que os acontecimentos passavam a seguir. Ainda que não tenha tido um papel essencial, soma os seus efeitos a outros, o que lhe dá um relêvo singular. De 1821 a 1822, efetivamente, vão seriar-se os acontecimentos que levarão à autonomia brasileira. Já em 1817, numa das zonas mais importantes da Colônia, surgia rebelião que, na linha das da fase anterior, ocorridas nos fins do século XVIII, denunciava as inquietações reinantes.

A Revolução Constitucionalista que abala Portugal vem agravar as contradições entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana, atenuadas na fase em que a Côrte lusa se estabelecera na Colônia. O aparente paradoxo estava em que, tendo ocorrido no Reino uma revolução liberal, suceder-se-ia a insistência, com o seu colapso, numa política colonialista que já não tinha condições para manter-se. O retôrno ao absolutismo e a ação da Santa Aliança liquidariam as possibilidades de composição entre as classes dominantes antes referidas. Para a Metrópole, tratava-se de restabelecer a situação antiga de intermediária nas trocas. Para a Colônia, tratava-se de impedir que se restabelecesse aquela situação antiga. Para as fôrças feudais da Europa continental, tratava-se de salvar a estrutura colonialista peninsular. Para o capi-

talismo em expansão, tratava-se de manter o comércio livre e de extinguir o tráfico negreiro e liquidar o trabalho escravo.

Quando a classe dominante, no Brasil, sente que se aprofunda a contradição com a classe dominante na Metrópole e que esta contradição tende a superar aquela que, por fôrça do tráfico e do trabalho escravo e da concorrência na produção tropical, separava-a da classe dominante inglêsa, surgem uma esquerda e uma direita na formulação da autonomia:

— a direita pretende que a classe dominante metropolitana reconheça à classe dominante colonial o direito ao comércio livre, por um sistema tributário que a ambas satisfaça, mantida a subordinação da Colônia à Metrópole;(25)

— a esquerda pretende levar a autonomia à ruptura completa com a Metrópole, admitindo, no campo interno, reformas que atenuem a contradição com a Inglaterra no que se refere ao trabalho.

À proporção que os acontecimentos se desencadeiam, a direita, que era a maioria da classe dominante, passa a segundo plano, e muitas de suas fôrças mudam de posição, aceitando a ruptura com a Metrópole; a esquerda passa a primeiro plano e, na medida em que passa, abandona o seu teor reformista. Quando as Côrtes lisboetas pretendem impor a sua vontade à Colônia, encontram aqui uma irredutível resistência. O movimento pela autonomia une a classe dominante colonial, que encontra, além disso, o apoio das outras classes ou camadas sociais. Ela empresa e realiza a Independência, mas no sentido de configurar o país à sua imagem e semelhança:

— transforma a sua aliança com a classe dominante portuguêsa numa aliança com a burguesia européia;

— recebe desta, em conseqüência:

— a liberdade de comércio, como conquista econômica;

— o aparato liberal, como forma exterior;

— resiste à pressão no sentido de liquidar o tráfico negreiro e o trabalho escravo, mantendo-os enquanto possível;

— resiste a qualquer alteração interna, mantendo o seu domínio absoluto, — batendo-se por um mínimo de alterações formais, inclusive pela continuação do regime monárquico e do titular

dêsse regime, — daí representar o Império a classe que empresa a Independência.

Em que condições aparece o nôvo país no cenário mundial? Para distingui-las, é preciso analisar as transformações cujo acabamento ocorreram nos fins do século XVIII. Um sumário delas deixará claras as diferenças em relação à fase em que a colonização teve início:

— no século XVI, quando se inicia a colonização, era dominante o capital comercial; a classe dominante, na Europa e em Portugal, era a dos senhores feudais; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de gêneros que a Europa não podia produzir; a população européia era pequena e predominantemente rural;

— no século XVIII, quando se inicia o processo da Independência, era dominante o capital industrial; a classe dominante na Europa, mas não em Portugal, era a burguesia; a divisão mundial do mercado fizera das áreas coloniais fornecedoras de matérias-primas, além de alimentícios, que a Europa podia produzir em parte, mas que eram produzidos fora dela em melhores condições econômicas, quanto ao custo; a população européia crescera muito e começava a concentrar-se nas áreas urbanas.

Quando a classe dominante brasileira empresa a autonomia e a realiza com um mínimo de alterações internas, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção. Tal estrutura decorrera das condições vigentes na Europa ocidental no século XVI, particularmente do primado do capital comercial que, operando na esfera da circulação, oferecia a umas áreas o que outras se especializavam em produzir. A divisão que se opera à base do predomínio do capital industrial, quando a produção domina a circulação, é de outra natureza. Intervêm nela muito menos condições ecológicas que especializam determinadas áreas geográficas na produção de determinadas mercadorias do que condições econômicas, que forçam a especialização independentemente de condições ecológicas.(26) A especialização, assim, torna-se muito mais rigorosa e impositiva. A situação colonial, por isso mesmo, é muito mais caracterizada, no campo econômico, — pelo modo de produzir as mercadorias e pela esco-

lha das mercadorias a produzir, — do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole.

CRISE DA REGÊNCIA

A partir do momento em que a contradição entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana supera as demais, — as internas como as externas, — o processo da Independência ganha fôrça e se traduz em acontecimentos que o marcam concretamente. A Independência é, assim, uma emprêsa capitaneada pela classe dominante colonial, que a configura segundo os seus interêsses:

— manter intacta a estrutura de produção, no interior;
— aliar-se à burguesia européia, no exterior.

Para manter intacta a estrutura de produção, resguardando-a do mínimo de alterações, a classe dominante realiza a Independência com a monarquia e defende a continuação do trabalho escravo. Deve, entretanto:

— articular o seu próprio aparelho de Estado;
— dar-lhe vigência sôbre tôda a extensão brasileira.

A articulação de um aparelho de Estado capaz de gerir o país aproveita as reformas iniciadas na fase joanina e amplia a área em que operam; aproveita ainda os quadros administrativos portuguêses que aceitam a autonomia, e quase todos a aceitam. O problema de dar vigência a êsse nôvo aparelho de Estado em tôda a extensão brasileira, embora traga êle o tradicional endôsso monárquico, é muito mais sério e demandará esforços que se prolongam até quase o fim da primeira metade do século XIX, numa fase de turbulência política e de crise econômica que se procura caracterizar aqui como crise da Regência.

Do ângulo econômico, a situação era difícil. Passado o período do bloqueio, retornando as trocas à normalidade e livre a concorrência nos mercados, a produção das áreas coloniais sofreria alterações importantes. Ora, na situação em que

a autonomia se inaugurava, estava no incremento à exportação a saída natural para dar continuidade à produção, provendo o aparelho de Estado dos recursos necessários ao seu pleno exercício. Os gêneros coloniais brasileiros não encontravam perspectivas favoráveis, entretanto. No que diz respeito ao açúcar, o quadro apresentado pelos consumidores mostrava traços negativos evidentes e graves:

— desenvolvera-se, na fase do bloqueio, o aproveitamento da beterraba como fonte para o açúcar;

— o mercado inglês continuava a ser abastecido pelas colônias antilhanas, que gozavam ali de tarifa preferencial;

— o mercado dos Estados Unidos, o de mais rápido crescimento na época, era atendido pelo rápido surto da produção cubana, em condições muito favoráveis;

— o mercado continental europeu, além da contribuição oferecida pela beterraba, era atendido em boa parte pela produção colonial antilhana, protegida por franceses e holandeses.

A situação algodoeira era ainda mais grave. A produção dos Estados Unidos, entrosada no grande mercado consumidor inglês, tomava enorme desenvolvimento, devido aos baixos fretes, à mão-de-obra abundante e barata, à disponibilidade de terras férteis e às técnicas avançadas de que se utilizava. A situação dos couros era também séria, face à concorrência platina. O fumo, com as atribulações do tráfico negreiro, perdia pouco a pouco o mercado africano. A saída consistia em encontrar um produto de exportação em cuja produção a disponibilidade de terras fôsse fator básico. É o que vai permitir o aparecimento do café em volume ascensional na corrente exportadora. A posição relativa das mercadorias que constituíam tal corrente assinala o papel destacado do nôvo produto e as mudanças que acarreta:

	1831/40	*1851/60*	*1881/90*
Açúcar	24%	21%	10%
Algodão	11%	6%	4%
Couros	8%	7%	3%
Café	40%	49%	62%

A balança do comércio exterior, em mercadorias, apresentaria a seguinte evolução (em mil contos de réis):

	1846/47	*1850/51*	*1858/59*
Exportação	56	77	128
Importação	52	68	106
SALDO	4	9	22

A gravidade da fase estava particularmente na circunstância da queda no valor. Exportávamos mais e recebíamos menos. Trabalhávamos mais e lucrávamos menos.(27) O empobrecimento que se sucede à autonomia vem agravar o quadro interno em que outros fatôres, alguns antigos, atuam com intensidade. Tudo isso se reflete no problema de conferir ao aparelho de Estado vigência em tôda a extensão do país. Na medida em que o trabalho nacional em ascensão é correspondido com menos recursos, as diferenças internas, ancoradas na fase colonial, tendem a aprofundar-se. O alvo dessas diferenças, em alguns casos gerando sérios antagonismos, já não pode ser a Metrópole: será o govêrno central.

A tradição divisionista da política metropolitana encontra continuidade no interêsse divisionista da burguesia européia e também no da jovem burguesia norte-americana. Assim como à Metrópole sempre conviria tratar separadamente com cada uma das frações coloniais, frustrando o aparecimento de interêsses comuns, o que conseguiu pela utilização de medidas econômicas, políticas e administrativas, à burguesia ascensional conviria que do processo de independência, nas áreas americanas de dominação ibérica, resultassem vários pequenos países, nenhum suficientemente grande e unido capaz de tornar-se forte e concorrente. O que era simples tradição, num caso, e tendência política, em outro, encontrava fatôres favoráveis naquelas áreas.

A fragmentação dos vice-reinados espanhóis resultou fundamentalmente das contradições que os dividiam, ou às suas parcelas, ou de meros antagonismos que se aprofundaram no processo da autonomia ou pouco adiante. Aquelas contradições e antagonismos desembocaram no prolongado período da luta militar pela autonomia que assumiu, assim, na área espanhola, caráter de guerra civil. Naquela área, havia zonas dominantes

e zonas secundárias e subordinadas: na luta pela autonomia, as primeiras pretenderam, em determinados casos, substituir a metrópole, em relação às segundas, comportar-se como novas metrópoles. A convergência das fôrças de Bolivar e San Martin no Peru assinala a necessidade de submeter uma das antigas sedes da representação metropolitana na América, para que ela não fôsse arvorada em metrópole pós-autonomia. As contradições de classe ficaram muito claras na luta militar pela autonomia das antigas áreas espanholas. Refletiram-se na fragmentação posterior.

No caso do Brasil, o problema era diferente. Em primeiro lugar, porque a autonomia, realizando-se sem luta militar prolongada, sonegou as contradições de classe. Demais, aqui, nenhuma área tinha ascendência absoluta sôbre as outras, enquanto a classe dominante exercia ascendência absoluta sôbre as outras classes ou camadas sociais. Isto não significou ausência de contradições e de antagonismos. Realizada a autonomia, como transição pacífica de um regime a outro, e com o mínimo de alterações, as divergências e diferenças foram transferidas a uma etapa subseqüente. Daí terem surgido pouco depois da Independência e se prolongado por tôda a primeira metade do século XIX com as rebeliões provinciais.

A dispersão das zonas produtoras, a ausência de circulação interna, o declínio do mercado colonial conseqüente ao declínio da mineração, a variedade das atividades, a extensão geográfica são fatôres negativos que a crise posterior à autonomia vem agravar. Em extensas áreas, o modo escravista continuava intacto; em outras, implantara-se o modo feudal ou semifeudal que as isolava e estiolava. O fenômeno de regressão que acompanha o declínio minerador e abrange a extensa conquista territorial que o ouro motivara constitui outro aspecto negativo do quadro brasileiro.

Há, por outro lado, uma situação de debilidade inicial, no poder do Estado recentemente estruturado, que permite os impulsos de desobediência ou rebelião. Sente-se a incapacidade daquele poder para o exercício da sua função e para torná-lo efetivo em tôda a extensão nacional. D. Pedro, ainda Regente, confessara-se reduzido ao papel de Capitão-mor do Rio de Janeiro. Com a autonomia, embora transfigurada num regime que buscava alcançar a submissão tradicional à monarquia e

à dinastia, aquêle papel persiste reduzido. Só a pouco e pouco o centro ganha fôrças para impor-se. Faltava-lhe, além de tudo, o instrumento para tornar efetiva a sua ação: não existiam organizações militares terrestres. É por isso que cabe à Marinha, então improvisada, levar a repressão às zonas insubmissas, sob comando inclusive, as expedições punitivas, de chefes estrangeiros, autênticos mercenários, cuja brutalidade nas ações policiais deixou um sulco profundo no espírito de nossa gente. E logo aparece a necessidade de lançar mão de tropa mercenária, recrutada nas suburras européias, para fazer as vêzes de fôrça militar terrestre, de que o país não dispõe.

No caso platino, a ausência de fôrça militar organizada, uma vez que San Martin deixara no Peru aquela de que podia dispor o poder central, enfraquecera a êste de tal sorte que permitira ao caudilhismo atingir a própria capital. No nosso caso, em que o caudilhismo ocorreu em áreas regionais, isto não aconteceu, mas o poder central teve de valer-se de recursos extraordinários para submeter as zonas rebeladas. Os interêsses eram diversos, na verdade, entre elas e o centro, mas não suficientes para gerar a fragmentação, pois as províncias também não dispunham de recursos para durar na resistência. Permanecia a contradição entre as classes, mas não entre as regiões. Quanto a estas, as periféricas, não apenas por o serem, mas pela diversidade de estrutura econômica, — a Amazônica e a sulina, — geram rebeliões graves, a dos cabanos e a dos farrapos, cuja longa duração, — um decênio, no sul, — e conquista do poder constituem traços significativos. É inequívoco que a profunda fermentação social gerada desde a fase de dependência repontou nas explosões provinciais, ainda tão pouco estudadas entre nós.(28)

Mas é também inequívoco que as divergências surgiam ainda dentro da própria classe dominante e estavam representadas naquelas explosões. Os interêsses do senhor de engenho estavam longe de coincidir com os do fazendeiro de café, os dêste eram diferentes dos do estancieiro, e os de todos não se harmonizavam com os do grupo mercantil que vinha em rápida ascensão desde a abertura dos portos e cujos elementos se colocavam, face aos senhores de terras, na posição, muitas vêzes, de hábeis credores contra devedores re-

lapsos. Essas divergências dentro da mesma classe repontam em dois traços exteriores que as têm sonegado:

— o antagonismo que gera a xenofobia;

— a flutuação entre centralização e descentralização, que aparece no quadro político, da Independência aos nossos dias.

Quanto ao primeiro aspecto, é interessante frisar que a contradição entre a classe dominante colonial e a burguesia européia capitaneada pela Inglaterra no tocante ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo, e que fôra relegada a segundo plano no processo da independência, retomara o seu lugar ao atingir aquêle processo a sua fase de acabamento. A classe senhorial, em seu conjunto, tivera condições para resistir às pressões externas contra o tráfico e o trabalho escravo porque contava com o crescimento vegetativo da massa africana ou de origem africana e com uma demanda de mão-de-obra inferior à oferta desde o declínio da mineração. Tinha condições de durar na resistência, como durou. O mesmo não acontecia com o grupo mercantil, em que se recrutavam os traficantes de escravos. Os riscos cada vez maiores da emprêsa e o conseqüente encarecimento da mercadoria humana chocavam-se com a fraca demanda do mercado brasileiro. Disso resulta a transferência progressiva de capitais da área do tráfico para a área agrícola, com o ideal de enobrecimento que anima os elementos mercantis e que só a propriedade da terra permitia. Resulta ainda a pressão dos credores mercantis sôbre os devedores agrícolas, numa contradição que explica as transferências de propriedades que então começam a aparecer como normais.

Quanto ao segundo aspecto, assistimos a dispensa dos serviços de D. Pedro I, em que está presente também o primeiro aspecto, e a descentralização do Ato Adicional e a criação da Guarda Nacional, decisões de 1831, quando as províncias conquistam franquias e os senhores de terras ganham fôrças. Para oscilar o pêndulo no outro sentido, o da lei reguladora de 1834, que poda a descentralização, culminando tudo no golpe da Maioridade, em 1840, quando o Brasil assiste o início da centralização a que Tavares Bastos, numa fase de pregação descentralizadora, chamava "anemia do centro e paralisia das extremidades". Aquêle golpe colocava-se na seqüência natural

da orientação da classe dominante em assegurar o mínimo de alterações internas: quando a crise da Regência ameaça o próprio regime, leva ao trono, para preservar o regime, um menino voluntarioso e inexperiente.

A sucessão das rebeliões provinciais inquieta aquela classe. Levantam-se Pernambuco, em 1817, 1824 e 1848; a Amazônia, de 1834 a 1837; a Bahia, em 1837; o Maranhão, em 1838; São Paulo e Minas Gerais, em 1842; o Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845. Há nessas rebeliões traços gerais, denunciando as contradições internas, particularmente dentro da própria classe senhorial, e traços específicos, em que se verifica a presença e a fôrça dos motivos regionais ou locais. Quase sempre visíveis nos seus descompassos políticos, correspondem, no fundo, à transição que a autonomia exige para a criação de um poder central apto a exercer-se em todo o território, como instrumento de uma classe que, embora dividida no secundário, deve apresentar-se unida no essencial, para assegurar a manutenção do regime que a serve.

Para servi-la, devia estar provido de recursos. Ora, na arrecadação dêsses recursos é que se processam as divergências. Numa fase em que a única saída para a situação de crise econômica estava no aumento da exportação, taxar a exportação era fazer com que sôbre a classe dominante, empresária da autonomia, recaísse a maior parte dos ônus do aparelho de Estado, e esta preferia, naturalmente, transferir a totalidade daqueles ônus às outras classes. Nessa transferência, parte dos referidos ônus vão caber às frações da classe dominante não ligadas à exportação ou cuja participação nela era reduzida. Os recursos provinham, assim, da população econômicamente válida e desligada dos lucros da exportação: dos contribuintes de classe média, dos produtores que supriam o mercado interno, e das importações. É êste o motivo fundamental dos antagonismos e contradições de que o grupo mercantil participa com um papel caracterizado. É por isso que nas rebeliões provinciais se verifica a presença ativa da classe média, inclusive dos elementos militares e religiosos de ofício.(29)

A aliança entre a classe dominante ligada à exportação e a burguesia européia fica nìtidamente configurada:

— no livre-cambismo que desvenda o mercado interno ao fornecedor externo;

— no recurso aos empréstimos externos, tomados na praça de Londres e destinados a cobrir as diferenças negativas da balança comercial.

São êstes empréstimos que, atuando como simples paliativos, transferindo soluções e mascarando o quadro real, caracterizam uma situação já referida: a autonomia, inserida no conjunto da revolução burguesa, acentua os traços da divisão mundial do trabalho e torna mais duras as condições em que as áreas coloniais buscam solucionar os seus problemas. Tais empréstimos visam a esfera da circulação e não a da produção. Não se destinam a investimentos, a abrir áreas novas, a introduzir técnicas novas: destinam-se a cobrir a diferença na balança do comércio externo e tão-sòmente a isso. Esgotam-se na esfera da circulação. Operam como simples financiamentos da exportação inglêsa. Não alteram a estrutura da produção brasileira, com sentido positivo, mas têm um claro sentido negativo porque concorrem para onerar a exportação com o serviço das dívidas.

A situação econômica, cuja gravidade as inquietações e subversões políticas traduziam, impunha medidas que afetassem em profundidade o país. Tais medidas, entretanto, não poderiam acudir à classe dominante, ocupada em soldar as fendas de uma estrutura que a beneficiava. A utilização das alfândegas permitiria concorrer para o desafôgo. Mas a dependência da Inglaterra e a aliança com as fôrças econômicas externas vedavam êsse recurso. Restava ratear os prejuízos e os ônus no interior. A capacidade da população para carregar tais ônus estava limitada pela crise, entretanto. O fenômeno de declínio da mineração trouxera a atrofia a vasta área do interior. Outras ressentiam-se de rápida descapitalização. Terceiras estiolavam-se em regime de economia não monetária. As válvulas apreciadas pela classe dominante reduziam-se, assim, a duas:

— empréstimos externos;
— emissões.

Com a primeira, satisfazia-se o aliado externo, às custas do país mas não da classe dominante. Com a segunda, socia-

lizavam-se os prejuízos e distribuíam-se os ônus. Em 1829, o Banco do Brasil era fechado, encerrando a sua primeira fase. Ao empréstimo de 1824 (1.000.000 de libras, com a garantia da renda alfandegária), suceder-se-ia o de 1825 (2.000.000 de libras), para as indenizações a Portugal pelo reconhecimento da Independência, segundo o acôrdo presidido pelo representante inglês Stuart.(30)

A AUTORIDADE E A UNIDADE

As sucessivas ou simultâneas rebeliões que ocorrem no decorrer do processo da Independência — visto em profundidade e englobando os acontecimentos que ocorrem na primeira metade do século XIX, — dão a idéia de uma crise que afeta, conjuntamente, a autoridade e a unidade. Parece ocorrer uma luta entre o poder central e as províncias. Ocorre, na verdade, uma luta dentro da classe dominante, motivada pelos seus antagonismos e contradições, e em que reponta, por vêzes com a clareza singular da Cabanagem, uma luta de classes. Quando ocorrem tais lutas, são ligadas ao quadro provincial: se acontece em zona açucareira, parece tratar-se da Província de Pernambuco; se ocorre em zona pastoril, parece tratar-se da Província do Rio Grande do Sul; se acontece em área econômica coletora, parece tratar-se da Província do Pará. As províncias são, entretanto, meras abstrações, que dão a idéia do geral, de sua moldura física. O essencial não está nas províncias, mas nas classes, em conseqüência do modo local de produção, de suas peculiaridades. Em tôdas as províncias, as fôrças e as opiniões se dividem: quando o poder central intervém, encontra sempre apoio em uma das facções provinciais. Só isto bastaria para provar que a apresentação do quadro como de luta entre as províncias e o centro é falsa, desfigura a realidade e mascara os verdadeiros traços do problema.

Na fase que precede a separação entre o Brasil e Portugal, com o Príncipe D. João e sua Côrte instalados no Rio de Janeiro, com a passageira euforia decorrente das condições do bloqueio napoleônico, a zona econômicamente próspera, na extensão geográfica brasileira, é a do Nordeste. O açúcar re-

toma impulso na exportação, e é acompanhado pelo algodão, pelo arroz e, em situação ainda sem destaque, pelo café. Isto confere à zona nordestina e suas adjacências uma inequívoca preponderância. Significa que a fração mais importante da classe dominante é a dos senhores de engenho. Não há, desde que a mineração definiu o seu declínio, coincidência entre o centro de gravidade político e o centro de gravidade econômico, na fase final do período de subordinação à Metrópole. Mas não há, também, como já foi assinalado, supremacia absoluta de uma zona sôbre as demais. Há, isto sim, supremacia absoluta de uma classe sôbre as demais. A classe dominante, empresária da autonomia, está distribuída pelo território e pelas atividades: porta-se como tal onde quer que esteja, seja qual fôr a atividade que explore. Tem, entretanto, vista de perto, divergências que a própria autonomia vai agravar.

Um dos motivos essenciais dêsse agravamento liga-se à necessidade de aumentar a exportação, deixando-a livre de taxas. Nesse ponto não estão acordes os grupos que compõem a classe dominante. Entre êles, há os que não estão ligados à exportação e, assim, não se oporiam a que ela fôsse taxada. Quando esta contradição, — que é apenas uma entre muitas, — ocorre, ocorre também o surto da lavoura do café, que vai alterar o quadro brasileiro.

Nas condições que vigoravam no Brasil, na fase da autonomia, a expansão das exportações só poderia fundamentar-se numa atividade agrícola. Impulsionar a indústria teria sido impossível. Não havia aqui o mínimo de condições para isso: nem mesmo a existência do mercado interno. Muito ao contrário, a capacidade aquisitiva, nêle, estava atravessando um prolongado e grave período de declínio: fôra, realmente, reduzida à metade. Mas, por outro lado, a criação ou o desenvolvimento de uma atividade agrícola visando a exportação dependia da disponibilidade de terras. Isto excluía, desde logo, as zonas já utilizadas para êsse mesmo fim, em que a apropriação se expandira no espaço e se concentrara socialmente e para cujo aumento de produção não existiam as condições mínimas, particularmente a colocação no mercado externo. Muito ao contrário, o açúcar, que dominava tais zonas, vinha sofrendo

a concorrência antilhana e suas perspectivas eram antes difíceis do que promissoras. Era, pois, imprescindível:

— utilizar zonas novas;
— utilizar um gênero nôvo.

Numa fase de crise, entretanto, alinhava-se outra exigência:

— utilizar fracos recursos monetários.

Nessa fase, investimentos do tipo daqueles que haviam gerado a produção açucareira, no século XVI, teriam sido impossíveis. Nem o mercado externo se interessaria por tal aplicação de capitais, nem o mercado interno dêles dispunha. Algumas características permitem ao café um surto muito rápido, diante de um quadro de tantos traços negativos:

— utilização ampla do fator terra;
— fracas necessidades monetárias;
— fracas exigências de equipamento.

Êstes traços explicam o surto do café, que ocorre precisamente numa fase de crise e que sofre as suas conseqüências sem, entretanto, sofrer interrupção em seu desenvolvimento. (31) A elevação dos preços do café no mercado mundial estimula aquêle desenvolvimento. O declínio dêles, na quarta e quinta décadas do século XIX, não é suficiente para detê-lo. O volume de café exportado pelo Brasil quintuplicou entre as décadas de 1821-1830 e 1841-1850, embora os preços se tenham reduzido, no mesmo período, em 40%. A lavoura do café estava lançada e não cessaria o seu desenvolvimento, em todo o século XIX. É um problema a estudar o da aplicação nela, estimulando-lhe o crescimento, dos recursos que se iam transferindo, ainda na primeira metade do referido século, da área do tráfico negreiro, em conseqüência da ação repressiva inglêsa. Tudo indica que esta era a saída natural para uma disponibilidade de recursos que não tinha alternativas, na fase da crise brasileira.

Além dêsses fatôres, houve condições particulares que explicam o surto cafeeiro na fase a que nos referimos. Tais condições estão ligadas ao quadro de declínio da atividade

mineradora e de atrofia conseqüente que avassala uma extensa área do Centro-Sul. Nela, realmente, ficam em disponibilidade meios de produção antes intensamente utilizados. A subutilização dêsses meios era responsável pela atrofia que sucedera à fase ascendente da mineração. Trata-se de recursos ociosos postos, pràticamente, ao pé da obra. A expansão do café vai integrando aceleradamente aquêles recursos, dando-lhes função.

Desde que o fator básico, no caso, era a terra, e havia disponibilidade de terra; desde que havia condições para atender as fracas exigências monetárias, — restava o problema da mão-de-obra para que se completasse o quadro em que a expansão agrícola em zona nova e com gênero nôvo se tornaria viável. Ora, um dos aspectos mais claros da fase em que se processa a Independência é justamente a abundante disponibilidade de escravos. Vimos como a classe dominante pôde resistir às pressões externas contra o tráfico negreiro e contra o trabalho escravo em virtude de contar, a seu favor, de um lado com o crescimento vegetativo da massa escrava disponível e, de outro lado, com um excesso da oferta sôbre a demanda, na mencionada fase. Assim, as solicitações da lavoura cafeeira são prontamente atendidas pela escravaria que o declínio da mineração deixara disponível e que se estagnara nas lavouras de subsistência que sucederam às minas, no altiplano. Organizada sôbre a velha base do trabalho escravo, a lavoura do café reduzia ainda mais os seus custos monetários, muito menores, evidentemente, do que os da lavoura açucareira, e nem só por isso.

Mas não seria sòmente a mão-de-obra a herança transmitida pela atividade mineradora à atividade agrícola do café. Tôda a infra-estrutura daquela, no que era passível de transferência, iria servir ao gênero nôvo que concorreria na exportação. Aparecia, em primeiro lugar, o meio de transporte: os rebanhos de muares e a atividade ligada aos tropeiros, desde as zonas do sul pastoril, seriam colocados a serviço do café. A seu serviço seria colocada ainda a incipiente e precária mas útil rêde de caminhos, particularmente os que ligavam o interior ao litoral. Lavoura extensiva, e ainda nisso claramente colonial, a do café não apenas se condicionaria, de início, à vizinhança do mar, desde que visava a exportação, e servir-se-ia do meio de transporte que herdara da mineração, como, à me-

dida em que avançasse para o interior, criaria a sua própria rêde de caminhos e transformaria as próprias técnicas de transporte. Ela opera, assim, à base da utilização de recursos disponíveis, numa fase crítica, e gera, com êstes recursos aplicados, o próprio desenvolvimento, transformando o quadro à medida em que se desenvolve.

Mas, ainda que se aproveite, assim, na fase inicial, dos recursos existentes e marginalizados pela atrofia de extensa área antes produtiva, há um aspecto em que a atividade cafeeira inova alguma coisa, e nisso está a sua primeira contribuição original, de um lado, e de ligação ao passado, de outro: é o da associação da atividade agrícola com a atividade mercantil. Isto se torna possível justamente porque já não existia Metrópole, e a esfera da circulação não era mais privativa da Metrópole. Não só os elementos ligados ao comércio interno, de animais e de gêneros principalmente, ficam vinculados àquela lavoura, como os elementos sediados nas cidades, que se incorporam, como exportadores e importadores, a essa atividade ascensional. O café refunde, assim, as relações entre os que empregam na lavoura os seus recursos e os que os empregam no comércio.(32)

Mais do que isso. Até então, a área de circulação pertencera à Metrópole, que a dominava inteiramente. Após a autonomia, os elementos nacionais ligados ao açúcar não tiveram condições para substituir a Metrópole naquela área, permanecendo em perigosa dependência de fôrças externas, as novas substituindo as antigas. No caso do café, as coisas passaram-se de forma diferente.

Entre os muitos aspectos que anunciam, para a época, como nova a atividade cafeeira, êstes bastariam para caracterizá-la na transformação de uma estrutura colonial, cujos recursos disponíveis aproveita. Os efeitos da transformação afetam todo o quadro nacional e introduzem nêle fatôres que, a curto ou a longo prazo, vão mostrar a sua efetividade. O essencial está em que o café corresponde ao primeiro grande esfôrço caracterizadamente brasileiro para criar riqueza. No seu desenvolvimento, irá introduzindo o nôvo, pouco a pouco, à proporção em que vai deixando o velho, de que se valeu em seu início. Com o café, realmente, o Brasil encontra possibilidades para alterações profundas, que o tempo vai assinalar.

NOTAS

(1) "Na segunda metade do século XVII, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços se reduziram à metade. Contudo, os empresários brasileiros fizeram o possível para manter um nível de produção relativamente elevado. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no Centro-Sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da emprêsa açucareira. O sistema entrou, em conseqüência, numa letargia secular." (Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959 — pág. 69.)

(2) "Do expendido fica manifesto o quanto seria prejudicialíssimo a Portugal, e quase mesmo impraticável nas circunstâncias presentes, pôr-se uma taxa no açúcar pois que, sendo, como é, um gênero de comércio de quase tôdas as nações, só a convenção geral de tôdas as nações é que o pode regular, principalmente quando uma nação não é a só agricultora, ou a única senhora dêsse gênero; de outra sorte a nação que se quiser opor à torrente das outras, ou há de ser pisada pela multidão das concorrentes, ou há de seguir o impulso que elas lhe derem. Eis aqui a razão por que os gêneros alfandegados não podem ser reduzidos a uma taxa certa. Eu passo a mostrar o quanto será útil a Portugal que o açúcar suba ao mais alto preço possível." (Azeredo Coutinho — *Memória sôbre o preço do açúcar* — Lisboa — 1791 — pág. 8.)

(3) "Colocado, assim, no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de tôdas as aristocracias: riqueza, poder, autoridade. A que se unirá a tradição, que a família patriarcal, com a autoridade absoluta do chefe, dirigindo e escolhendo os casamentos, assegura. Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade ou da presunção dos intitulados. Constitui um fato real e efetivo; os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada. Cercam-nos o respeito e prestígio, o reconhecimento universal da posição destacada que ocupam." (Caio Prado Júnior — *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia* — S. Paulo — 1942 — pág. 287.)

(4) "Como vemos, não foram lutas esporádicas — e o panorama que acabamos de apresentar está longe de ser completo mas uma seqüência decorrente da própria estrutura econômico-social da Colônia e do Império. Além dessas lutas em que o escravo negro participou juntamente com as demais camadas da sociedade, há as chamadas revoltas de escravos em que êle atuou isolado, lutando por objetivos próprios." (Clóvis Moura — *Rebeliões da Senzala* — S. Paulo — 1959 — pág. 67.)

Outro estudioso grupa assim as rebeliões de escravos: a) — a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros malês (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835;

b) — a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; e c) — a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares. (E. Carneiro — *Quilombo dos Palmares* — S. Paulo — 1947 — pág. 13). Clóvis Moura, com propriedade, lembra duas outras formas: as guerrilhas e a participação.

(5) "Sobreveio segunda razão para descontentamento, quando, no ano de 1682, o govêrno da mãe-pátria deu a uma companhia de negociantes portuguêses um privilégio de vinte anos para o exclusivo comércio do Maranhão, ao passo que até então, ao menos, todos os portuguêses tinham ali igual liberdade de comércio. De fato, semelhante monopólio é sempre odioso e prejudicial para uma colônia; duplamente se ressentiu, porém, o Maranhão. Como na maioria dos estados escravocratas, também aqui se considerava o trabalho braçal na lavoura, justamente porque cabia de preferência ao escravo, como indigno do branco livre, que quanto possível o evitava; em compensação a atividade da população de preferência ao comércio, de sorte que em quase nenhum outro lugar, relativamente, existiam mais negociantes, merceeiros, vendedores ambulantes do que aqui; mesmo os eclesiásticos e, apesar de insistentes proibições, também os funcionários da Coroa, eram interessados no comércio; e agora ia tudo isso acabar, em favor de uma Companhia e de seus agentes." (Henrique Handelmann — *História do Brasil* — Rio — 1931 — pág. 282, I.)

(6) "Todavia essa feição primitiva apagou-se, quando os chefes das revoltas chamaram às armas as populações índias meio selvagens, os tapuias, e a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens." (Henrique Handelmann — op. cit. — pág. 313, I.)

(7) "O lucro que Portugal tirava das possessões estava, pois, todo nos direitos cobrados pela Metrópole sôbre as exportações para as colônias e as importações destas colônias, muito mais do que nos proventos industrial e marítimo. Era uma exploração econômica, em vez de ser uma remuneração financeira que aproveitasse a todos os elementos da organização mercantil. Os impostos diretos pagos pelo comércio brasileiro, ou melhor, o comércio estabelecido no Brasil, e que indiretamente recaíam sôbre os consumidores nacionais, como não podia deixar de acontecer pela falta de concorrentes nas transações coloniais, subiam a 150% no cálculo feito por Luccock, que foi negociante da praça do Rio depois da franquia dos portos. Quer isto simplesmente dizer que Portugal recebia 250 libras por cada 100 libras mandadas sob a forma de material de escambo ou antes de venda e de trabalho, além dos ganhos apurados nos fretes, juros do capital empregado, monopólios e estancos, etc... Como todo e qualquer produtor, o Brasil precisava de vender para poder comprar; mais do que qualquer outro, porém, visto ser essa sua única riqueza, colhêr para logo exportar, em lugar de produzir para ir acumulando. Ainda hoje assim acontece, porque vivemos do excesso imediato da nossa produção agrícola e extrativa. Dom João VI pôde abrir as portas ao tráfico geral, promover portanto, a riqueza, mas não lhe assistia o poder de criar milagrosamente uma fortuna pública." (M.

Oliveira Lima — *Dom João VI no Brasil* — 2.ª edição — Rio — 1945 — pág. 386, II.)

"O Brasil converter-se-á num dos mais formosos estabelecimentos do globo (nada para isto lhe falta) quando o tiverem libertado dessa multidão de impostos, dêsse cardume de recebedores que o humilham e oprimem; quando inúmeros monopólios não mais encadearem a sua atividade; quando o preço das mercadorias que lhe trazem não mais fôr duplicado pelas taxas de que andam sobrecarregadas; quando os seus produtos não pagarem mais direitos ou não os pagarem mais avultados que os dos seus concorrentes; quando as suas comunicações com as outras possessões nacionais se virem desembaraçadas dos entraves que as restringem; quando lhe tiverem aberto as Índias Orientais e permitido extrair de seu próprio seio o metal que exigiria esta nova ligação..." (L. F. Tollenare — *Notas Dominicais* — Recife — 1906 — pág. 198.)

(8) "Sendo inúteis tais medidas para impedir o atrevimento e a astúcia dos defraudadores do fisco, o ministro recorreu mais tarde a um de seus meios radicais, e pela Carta Régia de 30 de julho de 1766, considerando 'que pela devassa a que se mandara proceder sôbre o contrabando e extravio do ouro das Minas Gerais se provara plenamente que a causa daqueles roubos era o grande número de ourives que se haviam multiplicado em tôdas as cidades e mais possessões do Brasil, os quais ou reduziam as folhetas de ouro a barras falsas, ou a imagens, em que o remetiam para o Reino, fraudando os quintos reais — para atalhar o mal pela raiz — determinou: 1.º — que fôssem presos e sentassem praça nos regimentos pagos da capitania todos os oficiais e aprendizes do ofício de ouro e prata, solteiros ou pardos forros; 2.º — que fôssem fechadas tôdas as lojas do referido ofício, demolindo-se tôdas as forjas e seqüestrando-se os respectivos instrumentos e utensílios, que seriam pagos pelo seu justo valor; 3.º — que os mestres das mesmas oficinas assinassem têrmo de nunca mais exercitarem seu ofício, sem licença do govêrno, sob as penas fulminadas contra os falsificadores de moeda; 4.º — que os aprendizes e artífices escravos fôssem logo entregues a seus senhores, os quais por êles se obrigariam por igual têrmo sob pena de perderem os ditos escravos e de degrêdo para Angola; 5.º — que as referidas penas fôssem aplicadas a todos aquêles em cujas casas se encontrassem daí por diante fundições ou instrumentos do ofício; 6.º — que os mestres peritos do mesmo ofício pudessem, querendo, transportar-se para o Reino, a fim de o exercitarem livremente, ou pudessem ser empregados nas casas da moeda e fundição da Bahia, Rio de Janeiro, Minas e outras Capitanias; 7.º — que nas alfândegas se não desse despacho a instrumento algum do dito ofício, sob pena, aos empregados, da perda dos empregos; 8.º — finalmente, que nessa matéria se admitissem denúncias em segrêdo, e se desse aos denunciantes metade dos objetos apreendidos." (Rodolfo Garcia — *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)* — Rio — 1956 — pág. 265.)

(9) Íntegra do alvará que proibiu as sociedades secretas: "EU El-Rei faço saber aos que êste Alvará com fôrça de Lei virem: Que tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notórios, o excesso de abusos a que tem chegado as Sociedades Secretas que, com diversos

nomes de Ordens e de Associações, se têm convertido em Conventículos e Conspirações contra o Estado; não sendo bastantes os meios correcionais com que se tem até agora procedido segundo as Leis do Reino, que proíbem qualquer Sociedade, Congregação de pessoas com alguns estatutos, sem que elas sejam primeiro por mim autorizadas e os estatutos aprovados: E exigindo por isso a tranqüilidade dos Povos, e a segurança que lhes devo procurar e manter, que se evite a ocasião e a causa de se precipitarem muitos vassalos, que antes podiam ser úteis a si e ao Estado, se forem separados dêles, e castigados os perversos como suas culpas merecem: E tendo sôbre esta matéria ouvido o parecer de muitas pessoas doutas e zelosas do bem do Estado, e da felicidade dos seus concidadãos; e de outras do meu conselho, e constituídas em grandes empregos, tanto civis como militares, com as quais me conformei: Sou servido declarar por criminosas e proibidas tôdas e quaisquer Sociedades Secretas, de qualquer denominação que elas sejam; ou com os nomes e formas já conhecidas, ou debaixo de qualquer nome ou forma que de nôvo se disponha e imagine; pois que tôdas e quaisquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para Conselho e Confederação contra o Rei e contra o Estado. Pelo que Ordeno que todos aquêles que forem compreendidos em assistir em Lojas, Clubes, Comitês, ou qualquer ajuntamento de Sociedade Secreta; aquêles que para as ditas Lojas ou Ajuntamentos convocarem a outros; e aquêles que assistirem à entrada ou recepção de algum sócio, ou ela seja com juramento ou sem êle; fiquem incursos nas penas da Ordenação, Livro V, Título VI, parágrafos 5 e 9, as quais penas lhes serão impostas pelos Juízes, e pelas formas e processos estabelecidos nas Leis para punir os réus de Lesa-Majestade. Nas mesmas penas incorrerão os que forem chefes ou membros das mesmas sociedades, quaisquer que seja a denominação que tiverem, em se provando que fizeram qualquer ato, persuassão ou convite de palavra ou por escrito, para estabelecer de nôvo ou para renovar, ou para fazer permanecer qualquer das ditas Sociedades, Lojas, Clubes ou Comitês dentro dos meus Reinos e seus Domínios; ou seja para a correspondência com outras fora dêles; ainda que sejam fatos praticados individualmente, e não em associação de Lojas, Clubes e Comitês. Nos outros casos serão as penas moderadas a arbítrio dos Juízes na forma adiante declarada. As casas em que se congregarem serão confiscadas; salvo provando os seus proprietários que não souberam nem podiam saber que a êsse fim se destinavam. As medalhas, selos, símbolos, estampas, livros, catecismos ou instruções, impressos ou manuscritos, não podendo mais publicar-se, nem fazer-se dêles uso algum, despacharem-se nas alfândegas, venderem-se, darem-se, emprestarem-se, ou de qualquer maneira passarem de uma a outra pessoa, não sendo para imediata entrega ao Magistrado: debaixo da pena de Degrêdo para um presídio, de quatro até dez anos de tempo, conforme a gravidade da culpa e circunstância dela. Ordeno, outrossim, que neste crime, como exceto, não se admita privilégio, ou isenção, ou concessão alguma, ou seja de fôro ou de pessoa, ainda que sejam dos privilégios incorporados em Direito, ou os réus sejam nacionais ou estrangeiros, habitantes no meu Reino e Domínios, e que assim abusarem da hospitalidade que recebem; nem possa haver Seguro, Fiança, Ho-

menagem, ou Fiéis Carcereiros, sem a minha especial autoridade. E os Ouvidores, Corregedores e Justiças Ordinárias todos os anos devassarão dêste crime na Devassa Geral: E constando-lhes que se fêz Loja, se convidam ou congregam tais Sociedades, procederão logo à devassa especial, e à apreensão e confisco, remetendo os que forem réus e a culpa à Relação do Distrito ou ao Tribunal competente: e a cópia dos autos será também remetida à minha Real Presença. E êste se cumprirá tão inteiramente como nêle se contém, sem embargo de quaisquer Leis ou Ordens em contrário, que para êste efeito hei por derrogadas como se delas se fizesse expressa menção. E mando à Mesa do Desembargo do Paço, Presidente do Meu Real Erário, Regedor das Justiças, Conselho da Fazenda, Tribunais, Governadores, Justiças e mais pessoas a quem o conhecimento dêste pertencer, o cumpram e guardem como nêle se contém, e façam muito inteiramente cumprir e guardar, sem dúvida ou embargo algum. E aos Drs. M. N. E. Negrão, Chanceler-Mor do Reino de Portugal e Algarves; e P. M. de Miranda Malheiros, Chanceler-Mor do Reino do Brasil, Mando que o façam publicar e passar pela Chancelaria, e enviem os exemplares debaixo do meu sêlo e seu sinal, a tôdas as estações, aonde se costumam remeter semelhantes Alvarás, etc., etc. (a) REI — Tomás Antônio de Vilanova Portugal."

(10) Íntegra do Alvará proibindo as fábricas e manufaturas no Brasil:

"EU, A RAINHA, Faço saber aos que êste alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de Fábricas, e Manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes Capitanias do Brasil, com grave prejuízo da Cultura e da Lavoura, e da exploração das Terras Minerais daquele vasto Continente; porque havendo nêle uma grande, e conhecida falta de População é evidente que quanto mais se multiplicar o número dos Fabricantes mais diminuirá o dos Cultivadores; e menos braços haverá, se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos Domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: Nem as Sesmarias, que formam outra considerável parte dos meus Domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da Cultura, não obstante ser esta a essencialíssima Condição com que foram dadas aos proprietários delas: E até nas mesmas Terras Minerais ficará cessando de todo, como já tem consideràvelmente diminuído a extração do Ouro, e Diamantes, tudo procedido da falta de Braços, que devendo empregar-se nestes úteis, e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros, totalmente diferentes, como são os das referidas Fábricas, e Manufaturas: E consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos Frutos, e produções da Terra, as quais sòmente se conseguem por meio de Colonos, e Cultivadores, e não de Artistas, e Fabricantes: E sendo além disso as Produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base, não só das Permutações Mercantis, mas da Navegação e do Comércio entre os Meus Leais Vassalos e Habitantes dêstes Reinos, e daqueles Domínios, que devo animar, e sustentar em comum benefício de uns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos: Em consideração de tudo o referido: Hei por bem Ordenar, que tôdas as

Fábricas, Manufaturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata: De Veludo, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de Sêda: de Belbutes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de outra qualquer qualidade de Fazenda de Algodão, ou de Linho, branca ou de Côres: E de Panos, Baetas, Droguetes, Saetas, ou de qualquer outra qualidade de Tecidos de Lã, ou os ditos Tecidos sejam fabricados de um só dos referidos Gêneros, ou misturados, e Tecidos uns com outros; excetuando tão-sòmente aquêles dos ditos Teares, e Manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuário dos Negros, para enfardar, e empacotar Fazendas, e para outros ministérios semelhantes; tôdas as demais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Domínios do Brasil debaixo da pena de perdimento, em tresdobre, do valor de cada uma das ditas Manufaturas, ou Teares, e das Fazendas, que nelas, ou nêles houver, e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação dêste; repartindo-se a dita Condenação metade a favor do Denunciante, se o houver, e outra metade pelos Oficiais, que fizerem a Diligência, e não havendo Denunciante tudo pertencerá aos mesmos Oficiais. Pelo que: Mando ao Presidente, e Conselheiro do Conselho Ultramarino; Presidente do Meu Real Erário; Vice-Rei do Estado do Brasil; Governadores e Capitães Gerais; e mais Governadores, e Oficiais Militares do mesmo Estado; Ministro das Relações do Rio de Janeiro, e Bahia; Ouvidores, Provedores, e outros Ministros, Oficiais de Justiça e Fazenda, e mais Pessoas do referido Estado, cumpram e guardam, e façam inteiramente cumprir, e guardar êste Meu Alvará, como nêle se contém, sem embargo de quaisquer Leis, ou Disposições em contrário, as quais Hei por derrogadas, para êste efeito sòmente, ficando aliás sempre em seu vigor. Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de janeiro de 1785. (Com a assinatura da rainha e do ministro.)

(11) Sentença de Tiradentes, conforme consta, na íntegra, dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, publicação do Ministério da Educação, Rio, 1938:

"Portanto condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas Gerais, a que, com baraço e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da fôrca, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, aonde, em o lugar mais público dela, será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve em memória a infâmia dêste abominável réu."

(12) "Esta marcha singular da indústria, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, era igualmente impossível no período da infância da produção capitalista. Então, o progresso técnico sendo lento e se generalizando ainda mais lentamente, as mudanças na composição do capital social apenas se faziam sentir. Ao mesmo tempo, a extensão do mercado colonial recentemente criado, a multiplicação correspondente das necessidades e dos meios de satisfazê-las, o nascimento de novos ramos da indústria, ativavam, com a acumulação, a demanda de trabalho. Ainda que pouco rápida, do ponto de vista de nossa época, o progresso da acumulação veio se chocar com os limites naturais da população, e veremos mais tarde que não conseguiu recuar êsses limites senão à fôrça de golpes de Estado. É sòmente sob o regime da grande indústria que a produção de uma população supérflua se torna um impulso regular da produção de riquezas." (Karl Marx — *Le Capital* — Paris — 1949 — pág. 111, IV.)

(13) "A indústria corporativa da Idade Média procurava impedir o mestre, o chefe de corporação, de se transformar em capitalista, limitando num máximo estrito o número de operários que êle tinha o direito de empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias não se torna capitalista, na realidade, senão quando a soma mínima que adianta para a produção ultrapassa já de muito o máximo da Idade Média. Aqui, como nas ciências naturais, confirma-se a lei constatada por Hegel na sua Lógica de que simples mudanças na quantidade, depois de um certo grau, acarretam diferenças na qualidade." (Karl Marx — op. cit. — pág. 200, II.)

(14) "A revolução industrial, no último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX, consistiu bàsicamente em profunda transformação da indústria têxtil. É êsse um fenômeno fácil de explicar se se tem em conta que os tecidos constituem a principal mercadoria 'elaborada' nas sociedades pré-capitalistas. O mercado de tecidos já estava feito, ao passo que o mercado de grande número de outras manufaturas existia apenas em forma embrionária. A primeira etapa da revolução industrial apresenta, na verdade, duas características básicas: a mecanização dos processos manufatureiros da indústria têxtil e a substituição nessa indústria da lã pelo algodão, matéria-prima esta última cuja produção se podia expandir mais fàcilmente." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 126.)

(15) "A grande agricultura tinha consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso e a voz dominante na época era que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio. O desaparecimento do entreposto lusitano logo se traduziu em baixa de preços das mercadorias importadas, maior abundância de suprimentos, facilidades de crédito mais amplas e outras óbvias vantagens para a classe de grandes agricultores." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 116.)

(16) "No quadro a seguir, podemos verificar claramente a perda de terreno do Brasil em competição com os Estados Unidos nos mercados mundiais:

QUANTIDADE DE ALGODÃO IMPORTADO PELA INGLATERRA

ANOS	SACAS *do Brasil*	*dos Estados Unidos*
1800	30.593	40.342
1801	37.900	51.447
1802	72.660	105.187
1803	70.263	103.063
1804	45.739	102.174
1805	52.141	122.078
1806	47.802	124.092
1807	18.981	171.267

(J. F. Normano — *Evolução Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1939 — pág. 43.)

(17) "De um lado, as máquinas provocam o aumento das matérias-primas como, por exemplo, o *cotton-gin* aumentou a produção do algodão; de outro lado, o baixo preço dos produtos fabricados e o aperfeiçoamento das vias de comunicação e de transporte fornecem armas para a conquista de mercados estrangeiros. Arruinando pela concorrência a sua mão-de-obra indígena, a indústria mecânica os transforma forçosamente em campo de produção das matérias-primas de que necessita. É assim que a Índia foi constrangida a produzir algodão, lã, índigo, etc. para a Grã-Bretanha. Tornando extranumerária, onde se instala, uma parte da classe produtora, a grande indústria necessita da emigração e, por conseqüência, da colonização de territórios estrangeiros que se transformam em celeiros de matérias-primas para a mãe-pátria: é assim que a Austrália se transforma em imenso depósito de lã para a Inglaterra." (Karl Marx — op. cit. — pág. 123, III.)

(18) A mudança que a Revolução Industrial introduz, pelos seus efeitos, no regime de trabalho escravo, agravando as condições em que êste se processa, de um lado, e impulsionando o tráfico negreiro, por outro lado, no sentido de dinamizar as fontes de produção de matérias-primas, Marx viu de forma exata. A respeito do primeiro aspecto, escreveu o seguinte: "Mas, desde que os povos cuja produção se move ainda nas formas inferiores da escravidão e da servidão, são atrelados ao mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista, e que, em conseqüência, a venda de seus produtos no estrangeiro se torna o seu principal interêsse, desde êsse momento, os horrores do sôbretrabalho, êsse produto da civilização, vem juntar-se à barbárie da escravidão e da servidão. Enquanto a produção, nos estados do sul da União Americana, era principalmente dirigida para a satisfação das necessidades imediatas, o trabalho dos negros apresentava um caráter moderado e patriarcal. À medida, porém, que a exportação do algodão tornou-se o interêsse vital dêsses estados, o negro foi sobrecarregado e a consumação de sua vida em sete anos de trabalho tornou-se parte integrante de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais

de obter dêle uma certa massa de produtos úteis. Tratava-se da produção de mais-valia ao máximo." (Karl Marx — op. cit. — pág. 91, II.)

A respeito do segundo aspecto: "Quanto às matérias-primas, não há a menor dúvida que a marcha triunfante das fiações de algodão deu um enorme impulso à cultura do algodão nos Estados Unidos, estimulando por sua vez o tráfico negreiro na África e sua procura nos *Border Slaves States.* Em 1790, quando se realizou nos Estados Unidos o primeiro recenseamento de escravos, o seu número atingia a cifra de 697.000; em 1861, tinha se elevado a 4 milhões." (Karl Marx — op. cit. — pág. 111, III.)

(19) "É nesse ambiente de dificuldades que a Inglaterra pretende impor a eliminação da importação de escravos africanos. Assim, entre as dificuldades que encontravam para vender os seus produtos e o temor de uma forte elevação de custos provocada pela suspensão da importação de escravos, a classe de grandes agricultores se defendeu tenazmente, provocando e enfrentando a ira dos inglêses. O govêrno britânico, escudado em sólidas razões morais e impulsado pelos interêsses antilhanos que viam na persistência da escravatura brasileira o principal fator de depressão do mercado de açúcar, usou inùtilmente todos os meios a seu alcance para terminar com o tráfico transatlântico de escravos." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 117.)

(20) "Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e inteligência, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do *talento,* com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decôro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esfôrço físico. O trabalho mental, trabalho que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa, forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo. A verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais, — mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que, para bem corresponder a função que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e de ação. Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais como o anel de grau e a carta de bacharel podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às

mecânicas, que pertencem às classes servis." (Sérgio Buarque de Holanda — *Raízes do Brasil* — 2.ª edição — Rio — 1950 — pág. 76.)

(21) O problema não foi limitado ao Brasil, mas surgiu também na área espanhola. A êsse respeito, um ensaísta peruano, com muita argúcia, observa o seguinte: "As idéias da Revolução Francesa e da Constituição americana encontraram um clima favorável à sua difusão na América do Sul porque na América do Sul existia já, ainda que embrionàriamente, uma burguesia que, por causa de suas necessidades e interêsses econômicos, podia e devia contagiar-se do humor revolucionário da burguesia européia. A independência da América Espanhola não se teria realizado, certamente, se não tivesse contado com uma geração heróica, sensível à emoção de sua época, com capacidade e vontade para atuar nesses povos uma verdadeira revolução. A Independência, dêsse aspecto, apresenta-se como uma emprêsa romântica. Mas isto não contradiz a tese da trama econômica da revolução emancipadora. Os condutores, os caudilhos, os ideólogos dessa revolução não foram anteriores nem superiores às premissas e razões econômicas dêsse acontecimento. O fato intelectual e sentimental não foi anterior ao fato econômico. A política da Espanha obstaculizava e contrariava totalmente o desenvolvimento econômico das colônias ao não lhes permitir traficar com nenhuma outra nação e reservar-se, como metrópole, acaparando-o exclusivamente, o direito de todo o comércio e emprêsa em seus domínios." (...) "O homem de estudo de nossa época não pode deixar de ver aqui o fator histórico mais dominante da revolução da independência sul-americana, inspirada e movida, de modo demasiado evidente, pelos interêsses da população crioula e ainda da espanhola, muito mais do que pelos interêsses da população indígena. Situada no plano da história mundial, a independência sul-americana apresenta-se decidida pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dito, capitalista." (...) "O interêsse econômico das colônias da Espanha e o interêsse econômico do Ocidente capitalista correspondiam-se absolutamente, ainda que disso, como ocorre freqüentemente na história, não se dessem conta exata os protagonistas históricos de uma ou de outra parte." (José Carlos Mariátegui — *Siete Ensayos de Iterpretación de la Realidad Peruana* — Santiago de Chile — 1955 — pág. 8.)

(22) "O discurso de Pitt a respeito da emigração da côrte portuguêsa para o Brasil, ao qual se alude à página 53, expunha francamente o plano da Inglaterra: 'Colocado o trono de Portugal na América, então a Grã-Bretanha, junto ao seu antigo aliado, aumentaria o Império.' Igualmente, como no citado folheto *Reflexions*, é prevista a hipótese de D. João recuar; mas no discurso vem acompanhada de ameaças: '...e quando êle (o príncipe do Brasil), ignorante dos seus verdadeiros interêsses ou corrompido pelas proposições pacíficas da França, não anua às proposições da Grã-Bretanha, esta fará desembarques e invasões, uma no Brasil, outra no Pará (*sic*), uma da parte do nascente, outra da parte do poente, naquele lugar mais oportuno para mantença do trono. Mas não é crível que o príncipe do Brasil deixe de anuir ao importantíssimo plano, evidentemente demonstrado pela Grã-Bretanha...' O grande ministro continua a revelar as suas intenções: 'Desde êsse importantíssimo momento, o Império da América do Sul e a Grã-Bretanha ficarão

ligados eternamente, fazendo estas duas potências um comércio exclusivo.' Era a idéia, que veio a figurar tìmidamente na convenção secreta de 1807, de um pôrto aberto no Brasil só à Inglaterra." (Tobias Monteiro — *História do Império — A Elaboração da Independência* — Rio — 1927 — pág. 68.)

"Seria desinteressado êste parecer de Lord Strangford, no momento em que o suscitou ao regente D. João? Trataria então só dos seus interêsses políticos na Europa, aos quais se aliavam a conservação e independência do Reino de Portugal e a duração da dinastia de Bragança? Geralmente se acreditou assim, até que, em sessão de 1.º de junho de 1829, declarou Lord Palmerston, na Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha, que misturava-se com êste desejo o projeto que nutriam os homens de Estado do Gabinete de St. James, de empregar todos os esforços para que abrissem ao comércio da Inglaterra os portos do Brasil, fechados até então aos estrangeiros pela metrópole e que prometiam mercados novos e importantes à indústria e gênio empreendedor dos inglêses." (J. M. Pereira da Silva — *História da Fundação do Império Brasileiro* — 2.ª edição — Rio — 1877 — pág. 108, I.)

"Sob os Braganças, após a Restauração, nos tratados celebrados com a Grã-Bretanha, em 1654, e com as Províncias Unidas, em 1661, se facultou, com certas exclusões, o comércio com a colônia americana, passando, porém, as mercadorias por Portugal e aí pagando os respectivos direitos. Inglêses e holandeses descuraram a regalia, tanto porque nas suas possessões existiam os chamados gêneros coloniais que o Brasil fornecia, como porque não passavam afinal os negociantes portuguêses de intermediários dêles, visto comprarem-lhes as manufaturas com que traficavam. De fato era, sob bandeira portuguêsa, um comércio britânico, uma exportação de produtos britânicos adquiridos a crédito. Com o descobrimento das minas, no limiar do século XVIII, e valia muito maior da colônia, alcançada no meio de um ambiente geral de exclusivismo, tornaram-se mais severas as restrições econômicas, pretendendo até Portugal obter da Inglaterra e da Holanda, no Congresso de Utrecht, uma renúncia dos seus direitos exarados nos tratados em vigor. Nenhum resultado obteve a diplomacia de Tarouca e D. Luís da Cunha, conquanto estivesse a Inglaterra, de qualquer modo, em condição vantajosa, pela dependência de Portugal da sua ascendência financeira." (M. Oliveira Lima — op. cit. — pág. 229, I.)

(23) "Ao passo que os gêneros coloniais entraram a baixar depois da paz geral, mercê da crescente produção de Cuba e dos Estados Unidos, fazendo as exportações destas terras temível concorrência ao nosso algodão, ao nosso açúcar e ao nosso fumo, e iniciando um estado de coisas que pode dizer-se até hoje se prolonga, as pobres manufaturas do reino viram-se afastadas, em proveito das superiores manufaturas britânicas, pela redução que às últimas fôra concedida. Igualmente exerceu essa redução pernicioso efeito sôbre certas indústrias e culturas incipientes no reino ultramarino, tais como da sêda, do anil, da cochonilha, do cânhamo, do trigo, dos tecidos de algodão, dos curtumes e das salinas, que a metrópole anteriormente impedira e que, à sombra da franquia

de 1808, tinham começado a medrar sob bons auspícios." (M. Oliveira Lima — op. cit. — pág. 404, II.)

"As condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava imprudentemente como perpétua. A falta de genuína reciprocidade era absoluta e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo dificílima de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem nas necessidades do consumo, sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados inglêses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras. Dava-se ainda a desigualdade na importância que respectivamente representavam suas exportações para os países produtores, constituindo a Inglaterra o mercado quase único do Brasil, ao passo que aquela nação dividida por muitos países os seus interêsses mercantis; e dava-se finalmente na natureza dos meios de transporte com que chegavam os gêneros aos mercados, não podendo competir um fardo de algodão descido de Minas em costa de mula com uma peça de tecido carregada por excelente estrada de Manchester a Londres ou Southampton." (M. Oliveira Lima — op. cit. — pág. 405, II.)

"Notava-se com dor, todavia, que por demais se manifestava no país a influência que exercia o ministro inglês, Lord Strangford, nas determinações do govêrno do príncipe regente. Pesou ela em excesso sôbre os destinos futuros do Brasil e a sorte do reino de Portugal, quando às suas insinuações se prestaram os ministros portuguêses celebrando simultâneamente três tratados diversos com o govêrno britânico. Referia-se o primeiro às questões políticas. Compreendia o segundo estipulações de comércio. Era o terceiro relativo a um serviço regular de paquêtes que devia comunicar mensalmente o Brasil com a Grã-Bretanha. Continha o primeiro onze artigos e denominava-se de amizade e aliança. Confirmava a convenção de 2 de outubro de 1807, pela qual se estabelecera uma perpétua, firme e inalterável amizade, aliança ofensiva e defensiva e inviolável união entre os soberanos da Grã-Bretanha e Portugal e seus mútuos herdeiros e sucessores nos respectivos domínios, províncias, países e vassalos. Comprometia-se o rei da Inglaterra a não reconhecer govêrno em Portugal que não fôsse o da casa de Bragança, atualmente representado pelo príncipe regente, e a sustentar em Lisboa e no Reino a autoridade do Conselho da Regência que, durante a sua residência no Brasil, nomeasse, e quisesse o príncipe que o substituísse na administração suprema dos seus Estados da Europa. Ratificavam-se os artigos adicionais assinados em Londres, em 16 de março de 1808, relativos à Ilha da Madeira. Concedia-se ao govêrno britânico o direito de comprar e cortar no Brasil as madeiras necessárias para a construção dos seus navios de guerra em quaisquer bosques, florestas ou matas, com a exceção única das reservadas para a marinha portuguêsa, podendo fabricar as suas embarcações nos lugares do Brasil que lhe conviessem. Declarava-se abolida para a Grã-Bretanha a proibição que vigorava em relação a todos os governos estrangeiros de conservarem, em tempo de paz, em qualquer pôrto dos domínios portuguêses mais de seis navios de guerra, comprometendo-se o príncipe regente a não conceder igual

favor às demais nações do mundo, e a tornar exclusiva da Inglaterra a faculdade estipulada, em virtude da amizade especial e confiança íntima que lhe merecia o seu aliado fiel e constante da Grã-Bretanha. Obrigava-se o regente a indenizar os súditos inglêses pelos prejuízos sofridos por ocasião das providências que, em Lisboa, tomara no ano de 1807, à exigência do imperador dos franceses; e o rei da Inglaterra a pagar aos portuguêses as perdas que haviam suportado em Goa, resultante da ocupação desta praça pelas fôrças britânicas na mesma época. Tomava o govêrno português a responsabilidade de não consentir que se estabelecesse no Brasil tribunal algum da Inquisição e de proibir que os seus súditos praticassem o tráfico de escravos em lugares que não pertencessem aos seus atuais domínios, e nestes mesmos que os pudessem efetuar os povos estrangeiros." (J. M. Pereira da Silva — op. cit. — pág. 127, II.)

(24) Uma das cláusulas mais vexatórias do tratado firmado por Strangford em 1810 foi, certamente, a que constava de seu artigo 10.º, a cujo respeito um ensaísta, depois de exaustivo exame de todo o acôrdo, escreveria: "O artigo 10.º oferecia a oportunidade para revelar a atitude dominadora com que a Grã-Bretanha encarava o seu intercâmbio político e comercial com Portugal, punha à mostra a sua descabida pretensão de superioridade, seu desprêzo pelo direito dos povos fracos, enfim, a feição espoliadora do seu freqüentemente repetido espírito de cooperação e reciprocidade. Rezava êsse artigo que seria concedido à Inglaterra o privilégio de nomear magistrados especiais para agirem como Juízes Conservadores nos portos e cidades do Brasil, nos quais existissem ou devessem ser criados tribunais nacionais ou côrtes de justiça. Êsses Juízes Conservadores teriam por função julgar tôdas as causas em que fôssem partes súditos britânicos, revivendo o antigo privilégio de jurisdição especial que havia sido estabelecido em Portugal, desde o início da execução do tratado de 1654, mediante o qual os inglêses ficavam fora do alcance das leis portuguêsas. Os próprios inglêses, residentes no local onde êsses tribunais seriam estabelecidos, é que elegeriam o seu juiz por maioria de votos e o escolhido, depois de investido nas funções de magistrado, só poderia ser demitido pelo govêrno português mediante um recurso ao representante diplomático britânico, recurso êste que poderia ser atendido ou não. Nessas condições, passaram a existir duas justiças no Brasil: a justiça nacional, executada pelos magistrados brasileiros e portuguêses, segundo as Ordenações do Reino, e a justiça inglêsa, exercida por magistrados inglêses e tendo por finalidade julgar as questões ou disputas em que fôsse parte qualquer súdito britânico. Essa situação de afrontosa exceção era concedida à Inglaterra que, em trôco, comprometia-se a observar o mais estrito e escrupuloso cumprimento das leis pelas quais as pessoas e os bens dos súditos portuguêses, residentes nos domínios britânicos, estavam assegurados e protegidos e das quais, juntamente com todos os outros estrangeiros, gozariam os benefícios, 'pela reconhecida eqüidade da jurisprudência britânica', pela 'singular excelência da sua Constituição'. De todos os artigos dos tratados de 1810, nenhum causou maior irritação e ofendeu mais diretamente os brios nacionais do que essa famigerada cláusula 10.ª. Como

disse o professor Manchester, a expressão 'reconhecida eqüidade da jurisprudência britânica' tornou-se sinônimo 'de pretensão e de descaro britânicos', e os historiadores brasileiros, na sua unanimidade, condenaram-na como insultuosa e deprimente para o Brasil. Calógeras comparou o privilégio ao das antigas *Capitulações orientais* e J. Lúcio de Azevedo comentou que "das estipulações de 1654 transferia-se para o Brasil a instituição do fôro especial, com juiz conservador, mas invertendo-se as regalias: eleito êste pela colônia inglêsa e aprovado pelo monarca, quando antes era o contrário. Varnhagen denominou o artigo 10.º "cláusula vexatória para a nossa magistratura". (Caio de Freitas — *George Canning e o Brasil — (Influência da diplomacia inglêsa na formação brasileira)* — S. Paulo — 1958 — pág. 278, I.)

O livro de Caio de Freitas aprecia extensamente as negociações e estuda os tratados firmados na época, desde os seus antecedentes até as suas conseqüências, como o reconhecimento da Independência da parte de Portugal e o acôrdo firmado sob intervenção do Ministro Stuart. Não é de espantar, por outro lado, que, em 1810, tenha sido aceita cláusula como a contida no artigo 10.º quando, em nossos próprios dias, e sob o mesmo pretexto de aliança e amizade, o govêrno brasileiro concedeu a militares dos Estados Unidos tratamento judiciário privilegiado, em tudo semelhante ao que a Inglaterra disputou e obteve, no início do século XIX, para os seus comerciantes, e com o mesmo desprimor para a soberania nacional. Mas, como em 1810, esta não era a essência do acôrdo: a essência está na subordinação econômica.

(25) Azeredo Coutinho expressa a referida tendência, com uma clareza exemplar, quando escreve: "A metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias, suas filhas, todos os bons ofícios e socorros necessários, para a defesa e segurança de suas vidas e dos seus bens, mantendo-as em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e dêsses mesmos bens. Êstes benefícios pedem iguais recompensas e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colônias também da sua parte sofram: 1.º — que só possam comerciar diretamente com a metrópole, excluída tôda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2.º — que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e sêda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da metrópole. Desta sorte, os justos interêsses e as relativas dependências mùtuamente serão ligadas." (Azeredo Coutinho — *Ensaio econômico sôbre o comércio de Portugal e suas colônias* — Lisboa — 1816 — pág. 149.)

(26) "Na origem, a transformação dos ofícios e da agricultura feudal em explorações capitalistas tinha como condição o comércio. Êste transforma o produto em mercadoria, seja porque lhe abre saídas ou cria novos equivalentes, seja porque forneça à produção novas matérias-primas ou auxiliares e faça nascer novas especialidades repousando diretamente no comércio: elas produzem para o mercado nacional e o mercado mundial e as condições de sua produção decorrem do mercado mundial." (Karl Marx — op. cit. — pág. 120, XI.)

Mais adiante, Marx esclarece ainda: "Tôda a população de tal zona, do Michigan p. ex., dedica-se então exclusivamente à agricultura e

faz da produção em massa que só pode trocar com produtos manufaturados os gêneros coloniais. Tôda a sua superprodução consiste portanto em trigo. É o que estabelece a diferença primordial entre os estados coloniais fundados sôbre o mercado mundial moderno e os estados da antiguidade. Graças ao mercado mundial, recebiam tôdas as manufaturas, os produtos como vestuário, utensílios, etc., que, em outras condições, seriam obrigados êles próprios a produzir. Foi assim que os estados do Sul puderam consagrar-se principalmente à cultura do algodão. A divisão do trabalho no mercado mundial permitiu-lhes isso. Quando parecem, portanto, não considerar senão sua juventude e a cifra relativamente fraca de sua população, face à superprodução em massa, essa aparência não se deve à fertilidade do solo nem à produtividade de seu trabalho, mas à especialização dêste e da superprodução que disso resulta." (Karl Marx — op. cit. — pág. 89, XIII.)

(27) "A experiência dos anos vinte — primeiro decênio de vida independente — é ilustrativa e explica grande parte das dificuldades dos dois decênios subseqüentes. Nesse período, o govêrno central não consegue arrecadar recursos, através do sistema fiscal, para cobrir sequer metade dos seus gastos, agravados com a guerra na Banda Oriental. O financiamento do *deficit* se faz principalmente em emissão de moeda-papel, mais que duplicando o meio circulante durante o referido decênio. Dadas as pequenas dimensões da economia monetária, seu alto coeficiente de importação e a impossibilidade de elevar a tarifa aduaneira, os efeitos das emissões de moeda-papel se concentravam na taxa de câmbio, duplicando o valor em mil-réis da libra esterlina entre 1822 e 1830. A forma de financiar o *deficit* do govêrno central com emissões de moeda-papel e a elevação relativa dos preços dos produtos importados — provocada pela desvalorização externa da moeda — incidiam particularmente sôbre a população urbana. A grande classe de senhores agrícolas, que em boa medida se auto-abasteciam em seus domínios e cujos gastos monetários o sistema de trabalho escravo amortecia, era relativamente pouco afetada pelos efeitos das emissões de moeda-papel. Êsses efeitos se concentravam sôbre as populações urbanas de pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio, militares, etc. Com efeito, a inflação acarretou um empobrecimento dessas classes, o que explica o caráter principalmente urbano das revoltas da época e o acirramento do ódio contra os portuguêses, os quais, sendo comerciantes, eram responsabilizados pelos males que acabrunhavam o povo." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 119.)

(28) "De maior importância histórica são os acontecimentos durante a menoridade do imperador D. Pedro II, especialmente a grande revolução dos cabanos (moradores de cabanas), que assolou, de 1835 a 1837, o Vale do Amazonas. Como todos os levantes daquele período, também êste apresentava um fim político, sôbre o qual, entretanto, são muito diversas as versões: ora cita-se, como motivo, o descontentamento com o govêrno provincial, ora cobiças particularistas. Porém, era tudo pretexto: o verdadeiro motivo era o ódio dos brasileiros contra os portuguêses — ódio que se originava, não numa passageira antipatia nacional, explicável logo depois da separação inamistosa entre a mãe-pátria e a pátria-filha, porém em fundamentais motivos materiais; e, por con-

seguinte, de origem mais antiga, e perdura sempre." (...) "Compreende-se que os portuguêses prefiram, entre todos os países da terra, emigrar para o Brasil, onde encontram a língua e os costumes de sua pátria e onde podem adaptar-se mais fàcilmente às novas condições; o número de portuguêses aqui é, portanto, muito grande e, quase sem exceção, dedicam-se ao comércio; como merceeiros, vendedores ambulantes, mercadores de índios, percorrem êles em todos os sentidos o país e, como em geral superam em instrução, habilidade e, o que é principal, em atividade, os seus indolentes concorrentes brasileiros, alcançam, assim, em tôda a parte, a supremacia; êles monopolizam o pequeno comércio e, na maioria, conseguem, dentro de pouco tempo, considerável bem-estar." (...) "Todavia, essa feição primitiva apagou-se, quando os chefes das revoltas chamaram às armas as populações índias meio selvagens, os tapuias, e a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens." (...) "É que Vinagre se havia retirado para o sertão, onde, então, chamou às armas os índios em massa e assim acendeu, contra os proprietários (brancos), em todo o Vale do Amazonas, a chama da rebelião, a guerra dos sem terra (índios)." (...) "Mais ameaçadores que êstes foram os sucessos durante a menoridade de D. Pedro II; primeiro, um tumulto na capital, a 13 de setembro de 1831; depois, no interior, o levante dos *Bem-te-vis*, assim chamado de um passarinho do país, cujo gorjeio parece dizer as palavras portuguêsas do seu nome. A alegada causa dêsse levante foi uma lei local que modificava essencialmente as atribuições das autoridades judiciais primárias; pode bem ser que ela haja provocado algum descontentamento, porém a verdade é que as agitações de alguns demagogos inconscientes da pior espécie é que deram feição ao caso. O velho ódio e inveja contra os portuguêses abastados foram novamente atiçados; para isso espalhou-se o boato de que os brancos tencionavam escravizar tôda a população de côr, os índios livres, os negros e mestiços, sem exceção alguma; e, assim, rompeu no interior, quando menos se esperava, um pavoroso levante, uma guerra dos que não tinham posses contra os abastados." (...) "Em parte com essas emancipações, e em parte com os nascimentos, o número de negros livres aumentou consideràvelmente no decurso dos séculos; e essa população negra livre, na qual se mistura o sangue dos negros com o dos brancos, relativamente com pouco sangue índio, prevalece nas províncias centrais do Brasil sôbre os brancos puros, tanto como nas províncias do Norte, do antigo Estado do Maranhão, prevalecia a população livre de raça índia ou meio sangue. Tal qual esta última, também ela toma, na ordem social, a segunda categoria; ela constitui a grande massa da população, a classe do trabalho pròpriamente dita; e tais famílias de côr, que estão ainda na primeira geração de liberdade, que, portanto, depois de sua emancipação, começaram do nada, muito raras vêzes se elevam a algum bem-estar, tanto mais que, como já se mencionou, era muito difícil, para essa gente, adquirir um pedaço de terra próprio." (Henrique Handelmann — op. cit. — págs. 312, 329 e 278, I.)

(29) "Por mais suave que fôsse a transição, entretanto, e por maiores que fôssem os esforços em fazê-la suave. acarretando o mínimo

de modificações, o momento da autonomia política representou uma pequena pausa na inexorável pressão assinalada pelo domínio absoluto da classe proprietária, um rápido hiato, até que ela reorganizasse as suas fileiras e se acomodasse ao nôvo quadro que se apresentava, recrutando ainda os elementos que iriam, na construção administrativa e política que se erguia, definir a sua posição e assegurá-la. Foi suficiente, no entanto, essa breve pausa para que sinais inequívocos da grande transformação que tivera início no terceiro século surgissem por tôda a parte. A colônia de alguns anos atrás, agora país independente, depara com uma crise singular, quando a complexidade e a variedade dos seus quadros, divorciados pela extensão e pelas distâncias, denunciam-se em movimentos os mais característicos. Muito do que tiveram tais movimentos, particularmente o dos cabanos e o dos farrapos, pela intensidade e duração com que evidenciaram a sua gravidade, era peculiar às zonas em que repontaram. Houve entre êles, por outro lado, identidades que não podem ficar obscurecidas. Entre estas, a presença de uma classe média que, ainda indecisa em encontrar o seu caminho e definir pològicamente as suas aspirações, jogava entre o impulso popular, a que não se acomodava, e a pressão dos proprietários rurais, a que se não submetia sem resistência. Um estudo meticuloso e seguro dos movimentos de rebeldia da prolongada fase que se estende da abdicação do primeiro imperador ao golpe, evidentemente conservador, da Maioridade do segundo, há de conduzir, sem muitas dificuldades, à verificação das alterações a que nos referimos. A classe média, entre nós, passava a ter um lugar na escala social, passava a mostrar a sua existência." (Nelson Werneck Sodré — *As classes sociais no Brasil — Formação e Desenvolvimento — Posição histórica — Situação Atual* — Rio — 1956 — pág. 27.)

(30) "A baixa nos preços das exportações brasileiras, entre 1821-30 e 1841-50, foi de cêrca de 40 por cento. No que respeita a importações, o índice de preços das exportações da Inglaterra constitui uma boa indicação. Êsse índice, entre os dois decênios referidos, manteve-se perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos têrmos do intercâmbio foi de, aproximadamente, 40 por cento, isto é, que a renda real gerada pelas exportações cresceu quarenta por cento menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras para 5.470.000, ou seja, um aumento de 40 por cento, depreende-se que a renda real gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esfôrço produtivo realizado nesse setor aproximadamente dobrara. Os dados referidos no parágrafo anterior constituem uma indicação bastante clara de que a renda real *per capita* declinou sensìvelmente na primeira metade do século XIX." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 131.)

(31) "Ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os têrmos do problema econômico brasileiro se haviam modificado bàsicamente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subseqüente; estavam formados os quadros da nova

classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 140.)

(32) "A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o comêço, sua vanguarda estêve formada por homens com experiência comercial. Em tôda a etapa de gestação, os interêsses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo êles compreenderam a enorme importância que podia ter o govêrno como instrumento de ação econômica." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 139.)

IMPÉRIO

O GOLPE DA MAIORIDADE

Em 1840, já o café começara a proporcionar os primeiros saldos na balança do comércio externo, normalmente deficitária até então. É êste o ano da Maioridade, quando é levado ao trono um nôvo monarca e termina a fase da Regência. As perturbações da ordem prosseguirão ainda por alguns anos: os farrapos permanecerão em armas até 1845; paulistas e mineiros serão fàcilmente batidos em 1842; os praieiros se levantarão em 1848. A Maioridade tem uma significação mais profunda do que mostra a decisão formal de antecipar o govêrno de um príncipe conservado em reserva para utilização oportuna. Do ponto de vista exterior, o golpe importa na seqüência de fidelidade da classe senhorial às instituições monárquicas, que assemelham a ex-colônia aos países do ocidente europeu.

Tal fidelidade persistirá até fins do século XIX e está vinculada ao desejo de evitar alterações políticas, — que é um traço característico da classe senhorial brasileira, na época. Não corresponde, entretanto, senão ao aspecto formal do problema. No fundo, para aquela classe, tratava-se de exercer o seu domínio sôbre a extensão territorial que recebera da Colônia. Ora, quando se utiliza formalmente do príncipe, levando-o antecipadamente ao trono, está de posse de condições para realizar o que pretende. As condições surgem da ascensão cafeeira, com os recursos que a exportação começa a proporcionar. A localização da lavoura nova, por outro lado, restabelece o equilíbrio nacional possível na época: volta a coincidir o centro de gravidade político com o centro de gravidade econômico. O centro dispõe dos lucros do comércio exterior para enrijecer a sua autoridade. Vai, portanto:

— levá-la à periferia geográfica;
— transbordar para a área platina.

Mas, assim como as rebeliões não eram provinciais, porque assinalavam as contradições dentro da própria classe dominante, a centralização não é apenas um fenômeno político. Ela traduz, concretamente, a ascendência, no conjunto da classe dominante, dos senhores de terras e de escravos ligados à lavoura do café sôbre os outros senhores de terras e de escravos ou senhores de terras e de servos ou agregados. A perda de substância na exportação, com o declínio em valor de cêrca de 40%, nas terceira e quarta décadas do século XIX, atrasou aquela alteração. É por isso que, na fase da Regência, entre a Independência e a Maioridade, o poder central não chegou a ser exercido com eficiência e plenitude, surgindo as rebeliões periféricas e oferecendo resistência ao pleno exercício das funções do aparelho de Estado. Desde que a fração ligada ao café passava a primeiro plano, — com a ascensão dessa lavoura, com os saldos que proporciona, com as facilidades que encontra no mercado mundial, pràticamente livre de concorrência, — o centro passava a dispor de condições efetivas para exercer a sua autoridade.(1)

Em 1831, a classe dominante, unida mas com preponderância da fração ligada à lavoura tradicional, isto é, colonial, define a sua política em dois lances:

— o do Ato Adicional;
— o da Guarda Nacional.

Pelo primeiro, o país recém-autônomo adotava uma descentralização que permitia aos senhores de terras a função dominante em suas áreas. Pelo segundo, êles investiam-se do poder militar. Além de proprietários, eram chefes de fôrça armada, titulares dela. Era a valorização do fracionamento e uma evidente dispersão de podêres, que confirmava a característica, já referida, de que não havia, no Brasil, ao tempo, zona de dominação econômica absoluta, mas classe de dominação social absoluta. Em muitas zonas, pelas condições peculiares, tais medidas careciam de significação e, portanto, de conseqüências. Em outras, entretanto, a influência dessas decisões foi muito grande. Numa delas, a província do Rio Grande do Sul, foi de profundo alcance, que o quadro internacional mais aprofundaria: os senhores do gado e das pastagens torna-

ram-se chefes militares oficiais, quando já o eram de fato. Enquanto estiveram absorvidos nos seus problemas regionais, em conflito com os vizinhos, tudo correu mais ou menos bem para o centro. Quando sentiram, entretanto, que o centro pretendia arrancar-lhes, pela tributação, mais do que se obrigavam a dar, e não os ajudava na solução dos seus problemas peculiares e regionais, a ameaça se tornou grave.(2) A lei reguladora do Ato Adicional podou, depois, muitos daqueles podêres antes generosamente distribuídos, anunciando o primado da fração ligada ao café. Ao mesmo tempo, o centro preparava um instrumento capaz de tornar efetiva a sua ação, que não podia ser exercida pela Guarda Nacional. As ações de Luís Alves de Lima e Silva, desde a Regência, assinalam a presença de um instrumento de fôrça capaz de permitir o exercício da autoridade central. Êle simboliza, efetivamente, a unidade, tal como a entendia a classe dominante — a única que a podia assegurar. Simboliza também as alterações que se processam então:

— criação de um poder militar central;

— redução dos podêres regionais;

— eliminação dos mercenários;

— transferência para as fôrças de terra das funções até aí entregues às fôrças navais.

Na luta pela unidade, pois, há um saldo positivo muito grande, além daquilo que se representa tão simplesmente pela garantia de uma extensa base física como patrimônio do país recém-autônomo: é o que nos assinala os germes do nôvo, ainda misturados aos restos do velho. As fôrças externas que atuaram no processo da Independência estavam desinteressadas da unidade das áreas coloniais ibéricas; encararam com satisfação o fracionamento da área espanhola. A unidade foi uma tarefa interna, realizada com sofrimento e muitas vêzes com sacrifício de idealistas. Foi, sem dúvida, uma vitória amarga. Mas parece incontestável que correspondeu a um serviço: o último que pode ser creditado à classe dominante de senhores de terras e de escravos.

Não deve ser encarada como positiva apenas porque nos permitiu ser um país de grande extensão territorial. Uma ex-

tensa base física, numa época em que a repartição do homem em países tem importância, não é condição fundamental mas favorece sem dúvida o desenvolvimento de um povo. A unidade tem outros traços, porém, além dêsse, já de si importante: ela anuncia a transformação da estrutura colonial, a vigência de fatôres novos, uns em potencial, outros reais, uns já claros, outros ainda obscuros. Por tudo isso, a unidade é um passo à frente, na história do nosso povo.

Nem a lavoura do café, que se tornava agora a atividade econômica preponderante, era semelhante à do açúcar, que conservara a preponderância durante tôda a fase colonial, nem a sociedade que seria por ela gerada era semelhante à sociedade açucareira. A nova lavoura representa, sem dúvida, uma criação original, brasileira, gerada de condições internas e particularmente de recursos internos. Só por isso, já anunciaria o nôvo. O que a distingue, entretanto, com mais importância, é a sua capacidade para, aproveitando o que existia de velho no Brasil, gerar o nôvo. Trabalhando um gênero nôvo, em uma zona nova, dá os seus primeiros passos na obediência às condições imperantes e valendo-se dos meios de produção disponíveis. Será, assim, fundada na grande propriedade e no trabalho escravo. Permanecerá vinculada ao mercado externo, dando continuidade a uma estrutura colonial de produção.

Mas, à medida em que se libera e se desenvolve, ganha a esfera da circulação e a integra na de produção.(3) Em seguida, transforma progressivamente as condições do trabalho, desembaraçando-se pouco a pouco do elemento escravo. Por outro lado, a lavoura cafeeira oferecia margem de compatibilidade com lavouras de subsistência. Na medida em que alicerça o surto demográfico e leva a urbanização ao interior, chega a impulsionar a diversificação das culturas, embora para efeito interno.(4) Outro de seus aspectos merece referência: o café altera a destinação da exportação brasileira. Na metade do século, os Estados Unidos alcançam já uma posição dominante como mercado consumidor, recebendo mais de metade da exportação cafeeira. A contradição entre a classe dominante no Brasil e a classe dominante na Inglaterra, diferentes uma da outra, tão claramente colocada com o problema do tráfico negreiro e do trabalho escravo, ameaça agravar-se na

metade do século XIX. Em 1843, termina o prazo de vigência dos acôrdos firmados na fase da Independência e mantidos depois dela. Em 1844, Alves Branco lança a lei tarifária que lhe tomou o nome: o Estado vai gravar as importações, não por razões protecionistas mas por necessidades fiscais.

A Inglaterra responde elevando a taxa que incide sôbre o açúcar brasileiro para 63 *shillings*, mantendo em 43 a que incide sôbre o açúcar antilhano. Em 1845, baixa o *bill* Aberdeen, que permite aos navios inglêses o apresamento dos barcos negreiros. Mas já não tem condições para submeter o Brasil à sua vontade: acelera o declínio açucareiro, mas o café supre os prejuízos daquele declínio. No Brasil, a fração da classe dominante que prepondera na composição do poder é a que está ligada à lavoura do café, mais voltada, pois, para os Estados Unidos, mercado consumidor por excelência. As pressões externas, dêsse modo, agravam as transformações internas: enfraquecem a fração ligada à lavoura colonial, fortalecem a fração ligada à nova lavoura. Esta, a pouco e pouco, desinteressa-se do trabalho escravo, cuja produtividade é agora insuficiente e opera como um entrave ao ritmo cada vez mais acelerado da ascensão cafeeira. Neutraliza-o com a imigração e a parceria e evolui para o cafèzal do colono.

O PROBLEMA PLATINO

Um dos erros mais graves cometidos pelos nossos historiadores tem sido o da omissão do enquadramento da história do nosso país no conjunto da história humana, como se ela decorresse em meio estanque e ficasse imune a tudo o que acontecia no exterior. Um dos aspectos mais graves dêsse êrro está em esquecer as relações entre o que acontece no Brasil e o que acontece nas áreas vizinhas. Southey apenas deu atenção ao problema, fornecendo informações sôbre recíprocas influências entre a área de colonização espanhola e a área de colonização portuguêsa na América, — particularmente no caso da catequese e da ação dos missionários.

Um exame sumário dos antecedentes da colonização americana nesta parte do continente, mostraria, de início, a grande

distância entre as áreas de expansão espanhola e de expansão portuguêsa:

— a espanhola estava voltada para o Caribe e o Pacífico;
— a portuguêsa estava voltada para o Atlântico.

Separava-as não apenas grandes distâncias mas um espaço vazio em que o europeu só penetraria em fase muito posterior ao descobrimento. Deixando de lado a área sul-americana do Caribe, verificaremos que, na primeira fase da colonização, as áreas espanhola e portuguêsa colocavam-se da maneira seguinte:

— área espanhola:
  — centro de gravidade: o Peru;
  — zona secundária: o Paraguai.
— área portuguêsa:
  — centro de gravidade: Pernambuco;
  — área secundária: São Vicente.

Outras diferenças foram já mencionadas:

— na área espanhola prevalecia a atividade mineradora; na área portuguêsa, a atividade agrícola;
— para a atividade mineradora, o espanhol, encontra mão-de-obra local apta; para a atividade agrícola, o português importa mão-de-obra africana.

Entre a zona espanhola do Caribe e a zona portuguêsa do Vale Amazônico, já numa segunda fase, coloca-se o vazio da floresta, não havendo contatos entre elas e, portanto, nem relações de troca nem motivos de atrito. Entre o centro de gravidade espanhol do Peru e o centro de gravidade português de Pernambuco também não há relações de qualquer natureza; interpõe-se entre êles a barreira andina; interpõe-se a vastidão continental indevassada.

Não ocorre o mesmo, entretanto, entre as zonas secundárias, de um lado e de outro: há contatos, embora reduzidos e pouco expressivos, entre a zona vicentina e piratiningana, de um lado, e a zona paraguaia, de outro. No século II, a expansão jesuítica, oriunda do Paraguai, preenche o vazio que se-

para aquelas zonas secundárias. As penetrações bandeirantes e a destruição das reduções restabelece êsse vazio. No início do século XVIII, a situação estava já bastante alterada:

— na área espanhola:
  — o centro de gravidade era ainda o Peru;
  — mas a zona secundária era agora Buenos Aires.
— na área portuguêsa:
  — o centro de gravidade estava em Minas Gerais;
  — a zona secundária era agora o Rio Grande.

A alteração não está apenas na aproximação que se opera pelo avanço da colonização portuguêsa, de um lado, no sentido de oeste e do sul, e, de outro lado, de terem os espanhóis conseguido firmar-se no portal platino. Está, principalmente, em que há uma atividade comum nas zonas secundárias, de um lado e de outro: a atividade pastoril. O contato é intenso, então.(5) Mais do que isso: pontilhado de flutuações, ora acomodando-se as fôrças, ora entrando em conflito.

O quadro físico proporciona algumas condições interessantes, que modelam a fisionomia regional. A rêde dos rios penetra profundamente o continente, na zona em aprêço. Ela proporciona aos missionários vindos do Paraguai tôdas as facilidades para a conquista de suas *províncias* de Tapes, Guairá e Itatins, remontando águas do Uruguai, Paraná e Paraguai e utilizando-se de seus afluentes. Com o advento do pastoreio, que encontra impulso nas estâncias jesuíticas, as pastagens da baixada platina são povoadas pelos rebanhos. É para êstes rebanhos que se volta a atenção dos povoadores que, de um e de outro lado, substituem os missionários, desde a derrocada do sistema jesuítico. O bem econômico que o pastoreio fornece é o couro, a carne não é ainda mercadoria uma vez que permanece consumida no local. A esta altura, a mineração do Alto Peru acarretara a formação de um mercado interno de proporções relativamente amplas. A porta dêsse mercado é o estuário platino: daí data a ascendência de Buenos Aires sôbre Assunção. É um mercado fechado, entretanto: como a metrópole portuguêsa, também a espanhola estabelecera o regime de monopólio de comércio.(6)

Até o século XVIII, a área de colonização espanhola na América repartia-se em três vice-reinados: os do México e de Nova Granada, que rodeavam o Caribe, e o do Peru, voltado para o Pacífico. A atividade mineradora teve um papel principal, desde os primeiros tempos, no desenvolvimento do Peru, que ampliou consideràvelmente sua área de dominação. A atividade mineradora colonial e o regime de monopólio de comércio obrigaram o govêrno de Madri a adotar o sistema de comboios conhecido como *das duas frotas*, para atender às trocas com as suas colônias americanas e preservá-las da ação dos corsários. Estas frotas ligavam a metrópole ao Caribe e ao Peru. A que se destinava ao Peru transbordava a carga no Panamá, passando-a aos navios que a levavam ao Pôrto de Callao. Tôda a área dominada por Lima era abastecida, assim, por um único centro distribuidor e, na medida em que se ampliava, maiores eram as dificuldades para a execução do sistema, com evidente prejuízo para as regiões mais distantes daquele centro.(7)

O extraordinário desenvolvimento da pecuária e as condições geográficas que permitiam e até facilitavam a penetração remontando os rios, deu destaque à zona platina que se tornou, pela extrema especialização da zona mineradora, abastecedora desta de uma variedade de mercadorias que iam de alimentícios a utilidades em que o couro era matéria-prima fundamental. A subordinação ao vice-reinado do Peru vai surgindo como onerosa na proporção em que o desenvolvimento platino é dificultado por ela. Quando isso se torna evidente, o sistema das duas frotas está definitivamente condenado.(8) É substituído, então, pelo dos navios de registro, que alargava bastante as condições até aí rígidas e fechadas: os navios devidamente registrados em pôrto metropolitano indicado tinham permissão para demandar o estuário platino, com a restrição única do monopólio metropolitano, que permanecia intocado. É o sistema de navios de registro, assim, que confere ao Prata uma posição de destaque nas trocas. Na zona servida pelos rios platinos constituíra-se uma área de apreciáveis proporções em que o comércio se desenvolvia ràpidamente.(9) Não só a referida área passava a ser fornecedora de matéria-prima cuja importância era ascensional, o couro, consumida interna e externamente, na área colonial e na área metropolitana, ou nesta

apenas objeto de distribuição a outras áreas européias, como ascendia no consumo de utilidades provindas do exterior, em volume e variedade que aumentavam sempre, uma vez que estava dotada de capacidade aquisitiva para exercer essa função.(10) A habilitação de Buenos Aires como pôrto, sancionando um fato geográfico iniludível, dava-lhe preeminência sôbre vastíssima área do interior continental. A diferenciação dessa área, em relação ao domínio de Lima será fonte de atritos constantes.

A diferenciação era inevitável, porém, derivando de condições que a realidade impunha. Não poderia ser detida por imposições de ordem política que cobriam uma dependência já impossível. Buenos Aires disputará a Lima, daí por diante, não apenas um papel individualizado como a preeminência sôbre vastas áreas do interior, cujos limites, ao norte, atingem o Paraguai e o próprio Alto Peru: era muito mais fácil o comércio dessas áreas com a metrópole via Buenos Aires do que via Lima e Callao. Pouco a pouco a metrópole sente a necessidade de uma nova repartição administrativa que atenda às mudanças operadas no sul do continente. As necessidades impositivas do comércio não permitiam a perpetuação do domínio peruano sôbre uma extensão tão grande. A antiga *Gobernación del Rio de la Plata*, criada em 1617 e subordinada ao vice-reinado do Peru, vai ser substituída pela *Província de Buenos Aires*, que compreende, quando de sua criação, a Banda Oriental, até o Jacuí, o Grande Chaco, Corrientes, Entre-Rios, Santa Fé, a Patagônia e, mais adiante, as Missões jesuíticas dos Rios Paraná e Uruguai. Até aqui, áreas servidas pelos rios platinos, com exceção da Patagônia, região excêntrica e distanciada muito mais de Lima do que de Buenos Aires. A expansão do pôrto platino e a ação imantadora que exerce impõem a criação, em 1776, do *Vice-Reinado do Rio da Prata*, reorganizado em 1782, à base de oito intendências: Buenos Aires, Paraguai, Mendoza, Tucumán, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, La Plata e Potosi. A nova entidade absorvera, assim, não apenas as zonas servidas pelos rios platinos diretamente, mas outras zonas, que as trocas haviam tornado tributárias de Buenos Aires, como a antiga *Província de Cuvo* (Mendoza, San Juan, San Luis), até então dependente da *Capitania General de Chile;* a antiga *Província de Cordoba del Tucumán*, que

agrupava as zonas norte e noroeste; a antiga *Província del Guayrá,* que comprendia o Paraguai e antes dependia de Lima; as regiões de Santa Cruz de la Sierra, Potosi e Charcas, que constituíram mais tarde a Bolívia, e tradicionalmente dependiam também do Vice-reinado do Peru. Além das oito intendências, subordinavam-se ainda ao nôvo Vice-reinado três províncias: Mojos, Chiquitos e Misiones (Trinta Povos de Missões Guaranis).

Estava criada, assim, na zona em que os interêsses lusos e espanhóis se chocavam, uma poderosa entidade política, encabeçada por Buenos Aires, que dominava o estuário platino e, dêsse modo, subordinava as zonas interiores. A vasta hinterlândia oferecia alguns contrastes, porém. Na zona dos campos, desenvolvia-se uma atividade pastoril, com os rebanhos de cavalos, muares, bois e ovelhas, utilizados na tração alguns dêsses animais, ou como meio de transporte, outros como fonte de matérias-primas, o couro e a lã em destaque sucessivo, aproveitadas pelo artesanato regional, então coberto pelo regime de monopólio comercial, que funcionava como barreira, embora não intencionalmente; nas zonas altas subandinas do norte, o algodão encontrava mercado interno que fomentava lavouras, indústria de âmbito restrito, quase doméstico e ainda a exportação; a vinha se desenvolvia em Mendoza e Tucumán.(11) Quando o Vice-reinado se constituiu, era possível distinguir claramente duas zonas, na variedade de seu quadro físico:

> — a do interior, caracterizada por uma estrutura doméstica de produção, mal atingindo a etapa das pequenas oficinas, em que os núcleos de população se auto-abastecem, esboçando um sistema de trocas internas;
>
> — a do litoral marítimo e fluvial, em que a pecuária absorve as demais atividades, voltada para o exterior, com os couros que fornece e utilidades que recebe e distribui; nesta zona destaca-se o pôrto de Buenos Aires, em uma função específica que avultará cada vez mais.

O isolamento que o regime de monopólio comercial metropolitano impunha funcionava como estimulante, na hinterlândia platina, do artesanato, da pequena manufatura em que o couro e o algodão particularmente entravam como matéria-

-prima. A exportação, como a importação, por outro lado, estimulavam a atividade comercial ligada ao exterior. Havia, desde logo, uma contradição clara, que se agravaria profundamente com a abertura do pôrto de Buenos Aires a navios de tôdas as bandeiras e, em seguida, com a independência, que levaria a liberdade de comércio aos seus mais extremos limites:

— as províncias do interior são prejudicadas com a liberdade comercial, que concorre para aniquilar as suas pequenas manufaturas;

— as províncias do litoral são beneficiadas pela liberdade comercial, que estimula as trocas.

Tornando ainda mais complexo o quadro, surge outra e importante contradição: tôdas as províncias, ainda as do litoral, sofrem a hegemonia de Buenos Aires que retém o privilégio do contato com o exterior e, pela sua utilização, retém a maior parte dos lucros das trocas, desde a fase em que impera o monopólio, quando a metrópole é sócia dêsses lucros, até a fase de autonomia, quando aquela associação finda.

Quando a invasão napoleônica deflagra os acontecimentos que iniciam a luta platina pela independência, a posição de Buenos Aires está claramente definida no conjunto platino. Os esforços para penetrar o grande mercado a que o pôrto do estuário serve encontram um poderoso obstáculo naquela posição. E a luta contra aquela posição já fôra marcada por episódios importantes e motivara o aparecimento de outros portos no estuário, o da Colônia do Sacramento, desde 1680, o de Montevidéu, desde 1726, fomentando o contrabando, que era a forma de contrabalançar a primazia portenha e a função de sua alfândega; como motivaria as tentativas inglêsas de penetrar, abrindo caminho pelo emprêgo dos canhões, em 1806 e 1807; e ficaria assinalada, ao longo do tempo, pelo esfôrço dos pequenos comerciantes que preferem tratar diretamente com inglêses e portuguêses, sem a intermediação espoliadora de Buenos Aires.

A ausência de metrópole, no caso espanhol, oferece a oportunidade para uma nova etapa, de que sairá a autonomia. Mas as contradições estão presentes, elas não desaparecem ou se atenuam, antes agravam-se. A Revolução de Maio, empre-

sada pelo grupo mercantil de Buenos Aires, que domina os cabildos, não soluciona tais contradições. Seu agravamento surge desde a fase de bloqueio napoleônico ao comércio inglês. O surto das trocas com a Inglaterra e com o Brasil, próprio da época de transição, ajuda a ascendência portenha: a cidade assume a posição de empório de meio continente. Mas o interior se estiola, com a inundação do mercado pelos produtos elaborados pela indústria. Populações inteiras empobrecem nêle, ao mesmo passo que as do litoral fluvial disputam os direitos que Buenos Aires monopoliza.(12) Nessas condições, Buenos Aires não tem condições para assegurar a unidade do Vice-reinado: o Paraguai se separa, em 1811, quando suas fôrças derrotam as de Belgrano; na Banda Oriental, os problemas locais, inclusive os do comércio, demandam a solução transitória da incorporação ao Brasil, como Província Cisplatina, desembocando depois nas lutas de Artigas para estabelecer comércio direto com os inglêses; o Alto Peru recebe os influxos da ação de Bolivar e define a autonomia, com a vitória de Sucre, em Ayacucho, em 1824.

Empresando a independência, Buenos Aires reservara todos os podêres de uma nova metrópole. Para assegurar o seu domínio, dispunha de dois fatôres:

— o econômico, com a alfândega;

— o militar, com as fôrças organizadas para a luta da autonomia.

O segundo, porém, desgastado na tarefa de impor a supremacia a tôdas as zonas dependentes, receberia fortíssimo desfalque com a jornada de San Martin ao Chile e ao Peru. Restava o primeiro, de que a nova metrópole não abriria mão. Sem suporte militar, entretanto, assiste impotente a ascensão das reivindicações provinciais e regionais, desembocando, finalmente, no período tormentoso da anarquia e do caudilhismo.

O PROBLEMA SULINO

No quadro em que se pronunciam as contradições antes apresentadas é que surge o problema sulino, com as interven-

ções realizadas pelo govêrno metropolitano português na área platina, prenunciando as intervenções realizadas pelo govêrno brasileiro, após a autonomia, e com os reflexos que tais intervenções encontram no desenvolvimento da região sulina. No processo da independência, quando se agravam as contradições do quadro platino é que os motivos de intervenção começam a destacar-se, na continuidade da fase anterior, quando Brasil e *Gobernación de Buenos Aires* eram áreas coloniais de Portugal e da Espanha.

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, na área colonial espanhola do Prata havia:

— uma zona de predomínio econômico absoluto sôbre as demais;

— a ausência de predomínio absoluto de uma classe sôbre as demais.

A camada social instalada na zona que exercia o predomínio econômico tentaria configurar a independência aos seus desejos e interêsses, e tentaria impor a solução que lhe convinha a tôda a extensão territorial e às demais camadas e classes sociais. O primado de Buenos Aires estava condicionado a fatôres já mencionados:

— domínio econômico sôbre tôda a área do Vice-reinado;

— contradição com as áreas do interior e, adiante, com as outras áreas do litoral fluvial;

— ausência de poderio militar organizado para impor a continuidade e a extensão de seu predomínio.

Disso resulta um equilíbrio instável, que logo desemboca em choques internos de gravidade indiscutível. A solução política que convém a Buenos Aires é a unitária, que busca alcançar, seja consagrando-a na letra constitucional moldada segundo fórmula européia, seja na emergência monárquica, nisso copiando o Brasil. As condições que tornariam, no Brasil, viável a solução monárquica, — que evitava as alterações ou as reduzia ao mínimo, — não existiam no Prata, entretanto. Quando a navegação a vapor torna oceânicos os portos do Paraná e mesmo os do Paraguai e baixo Uruguai, para as condições da navegação da época, as contradições da área pla-

tina tendem a agravar-se.(13) A navegação a vapor, realmente, abria enormes perspectivas ao comércio das zonas ribeirinhas. Santa Fé, Corrientes, Paraná, Assunção, Salto teriam o seu futuro econômico assegurado, se alcançassem o direito de comércio de que Buenos Aires se beneficiava unilateralmente. Já eram praças comerciais de relativa importância; abertos os rios, livres para as trocas os portos, não só se desenvolveriam como levariam o desenvolvimento às áreas dependentes a que serviam. O processo de fragmentação do Vice-reinado atravessa dois tempos, em conseqüência:

— num primeiro tempo, separam-se as antigas intendências e províncias que constituíam a periferia do Vice-reinado, surgindo como entidades autônomas a Bolívia, o Paraguai e a Banda Oriental;

— num segundo tempo, trava-se a luta entre as províncias restantes e Buenos Aires, que se reflete, embora confusamente por vêzes, na fisionomia política do contraste áspero entre federalistas e unitários.

As pressões exercidas do interior e do exterior reduzem, no primeiro tempo, a área sôbre a qual Buenos Aires exerce a sua influência. As do interior concretizam-se na repulsa da Bolívia, do Paraguai e da Banda Oriental a subordinar-se ao domínio de Buenos Aires. Elas se somam às do exterior, particularmente da Inglaterra, da França e do Brasil, que anseiam pela abertura de tão vasta área ao comércio direto e demandam pelo direito de livre navegação dos rios platinos. O equilíbrio se estabelece, transitòriamente, com a autonomia daquelas áreas, e já no acôrdo de 1825, firmado com a Inglaterra, Buenos Aires concordava em que os inglêses comerciassem com tôdas as províncias desde que o fizessem ùnicamente pelo seu pôrto.

Desde 1778 a metade dos couros enviados à Europa saía de portos uruguaios, que pagavam por isso, entretanto, direitos a Buenos Aires. Montevidéu, fundada para neutralizar a evasão de mercadorias pelo contrabando exercido pela praça da Colônia do Sacramento desde quase meio século antes, ansiava por libertar-se dessa extorsiva taxação. Em 1836, a fixação de direitos diferenciais para a entrada de mercadorias

no interior pelo pôrto de Buenos Aires levaria uma ameaça profunda ao florescente tráfico estabelecido entre as duas praças, já autônoma a Banda Oriental, ferindo de morte o progresso de Montevidéu. Sôbre a produção paraguaia escoada pelo estuário pesavam tributos diversos, particularmente sôbre a erva-mate, indo até o estanco do tabaco, em fase anterior. Tudo isto levava à situação de desenvolvimento de intenso contrabando, ao longo da barranca dos rios, no sentido de neutralizar os rigores monopolistas do pôrto do estuário.(14)

Enquanto tais contradições se desenvolvem, alteram-se as condições nas diversas áreas de produção e de consumo em que se reparte o antigo vice-reinado. De um lado, Buenos Aires se enriquece no comércio e na tributação, pretendendo o domínio nacional e modelando o nôvo país segundo as normas européias; de outro lado, o interior se empobrece e os campos são entregues à pecuária, aumentando as pastagens à medida que os índios recuam e gerando-se nelas o caudilhismo. Há sempre, com o pastoreio e o empobrecimento gradativo, numerosos gaúchos que rodeiam os seus chefes naturais, prontos para a luta. Para poder subsistir, as províncias do interior empobrecidas criam as suas alfândegas, taxam as mercadorias em trânsito, exercem o contrabando. As províncias são, assim, como países: odeiam-se e combatem-se. Córdoba, Catamarca, La Rioja, Jujuy, San Luis são taladas por guerras locais. Santiago e Córdoba guerreiam os produtos de Tucumán e Cuyo; cobram trinta duros por mercadoria em trânsito; Tucumán e Catamarca vingam-se na farinha de Córdoba, de Santiago e de Mendoza e sôbre os sucos de La Rioja; San Luis, Mendoza e San Juan oneram as trocas que se efetuam pelas tropas de mulas de Córdoba e Buenos Aires, que demandam o Chile pelas passagens andinas.

No terreno político, as contradições são também flagrantes: Ramírez funda a República de Entre-Rios, com alfândega própria; surge, em 1820, a República de Tucumán, que une esta a Catamarca e, pelo tratado de Viñara, a Santiago; Entre-Rios e Corrientes firmam, em 1830, um tratado de aliança; abre-se, em 1820 e 1822, um congresso, em Cuyo, exigindo a supressão das alfândegas internas e a eliminação dos dízimos que Córdoba usufrui; entre 1810 e 1820, um govêrno apenas, o de Pueyrredón, manteve-se no poder durante todo o man-

dato; seu sucessor, Rondeau, enfrentou a rebelião das províncias do litoral, sendo vencido, é o momento em que o federalismo parece triunfar sôbre o unitarismo portenho, restabelecido com Rivadávia. Lutas prolongadas dominam a área platina até que, em 1829, começa a época de Rosas. No fundo dessa aparente confusão, o quadro é muito claro. É possível defini-lo num esquema em que as generalizações não perturbam a exatidão do conjunto.

Se são êstes os traços fundamentais, não surgiram por acaso. A anarquia tem suas poderosas razões. Estão ancoradas no tempo e no modo de produção estabelecido na área do Vice-reinado, com as alterações que sofre. Enquanto o couro foi o bem econômico por excelência, a vida das populações empobrecidas era suportável e o gaúcho uma criatura livre. Acontece que o enriquecimento do grupo mercantil portenho se fundou particularmente na exportação do couro. A parte retida no mercado interno, ainda que sofresse da tendência exportadora predominante, permitia o desenvolvimento do artesanato e êste fornecia ao gaúcho o que êle necessitava, porque necessitava pouco e não tinha problemas de subsistência, uma vez que a carne não era bem econômico, não alcançara ainda as condições para figurar no mercado. O aparecimento do saladeiro subverte estas relações: a carne passa a figurar como mercadoria, e o gaúcho deve pagá-la com o seu trabalho.(15) Para trabalhar, deve concentrar-se na estância ou no saladeiro. A liberdade comercial ajuda o desenvolvimento mercantil de Buenos Aires, mas aniquila o artesanato do interior e empobrece ainda mais as suas populações. Quando o desenvolvimento histórico atinge esta etapa, a fisionomia da sociedade platina apresenta-se com nitidez.

Nesse desenvolvimento, Ingenieros distingue três períodos:

> — no primeiro, colonial, existe uma economia desorganizada, dispersa, coberta pelo regime metropolitano de monopólio comercial;
>
> — no segundo, pré-anárquico, surge a dispersão política e gera-se o caudilhismo à base dos senhores feudais fundados na propriedade da terra;
>
> — no terceiro, anárquico, a produção, ainda que dispersa, começa a organizar-se, desenvolve-se a agricultura e particular-

mente o pastoreio, aparece a estância, agrava-se a desigualdade de desenvolvimento entre o interior e o litoral, o caudilhismo domina o quadro, com a subordinação dos grupos populacionais aos senhores feudais, abre-se a luta entre unitários e federalistas, da cidade comercial com a sua alfândega contra as províncias agropecuárias com os seus feudos.

Desemboca êste último no parêntese unitário de Rosas, que caracteriza a ditadura econômica de Buenos Aires e a ditadura política rosista. Rosas representa o caudilhismo pastoril que avança e conquista a cidade comercial, com um sentido federalista inicial. Leva ao poder os métodos do seu meio, e particularmente o confisco dos rebanhos como coroamento da luta militar e caudilhesca. Tais processos, longe de solucionar as contradições, contribuem para agravá-las: na medida em que elas se agravam, refletem-se no quadro externo. A luta contra Rosas, por isso mesmo, será, a um tempo, guerra civil e conflito externo, englobará províncias e países, tôda a área em que repercutiam os acontecimentos e o processo e seus efeitos, levando à fragmentação do Vice-reinado, primeiro, à luta interna, depois, entre as províncias remanescentes, englobando áreas adjacentes, em que as condições eram idênticas ou em que repercutiam os interêsses em jôgo. Entre estas áreas destacavam-se as do Paraguai, da Banda Oriental e da província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Sob duas formas intervém o Brasil na área platina, antes da autonomia, quando a orientação promanava da Metrópole, como depois dela, desde que as zonas de colonização espanhola e portuguêsa, nesta parte da América, se avizinharam e houve, na faixa de vizinhança, a mesma atividade, a pastoril:

— por iniciativa local;
— por iniciativa oficial.

Se a fundação da Colônia do Sacramento, no estuário, em 1680, foi iniciativa oficial, visando penetrar o vasto mercado estabelecido na área platina e desenvolvido particularmente ao influxo da mineração do Alto Peru, os choques dos elementos ligados ao pastoreio e as tropelias das *arriadas* surgem da ini-

ciativa local. Vemos, desde logo, que os objetivos, embora ligados, e por vêzes confundidos, são diferentes:

— a iniciativa oficial visa o comércio e, mais adiante, a livre navegação dos rios, menos por motivos políticos do que por motivos econômicos;

— a iniciativa local visa os rebanhos, em primeiro lugar, e depois as pastagens.

Na seqüência dos episódios, particularmente quando a iniciativa oficial opera, elas se confundem, e desde cedo acontece essa confusão pois a necessidade, a partir dos fins do século XVII, de apoio à Praça da Colônia do Sacramento, fará com que o govêrno metropolitano estimule o povoamento sulino e mesmo a fundação de cidades que permitam reduzir a distância entre a faixa portuguêsa habitada e o núcleo lançado como ponta no estuário platino. A manutenção de fortificações ou praças de apoio, a segurança de ligações terrestres com a Colônia do Sacramento, a necessidade militar de recrutamento faz com que a iniciativa do govêrno busque complementar-se nos estímulos da iniciativa local, cedendo quanto aos interêsses desta e seus objetivos.

O esfôrço militar que possibilita a iniciativa oficial visando o mercado platino articula-se no recrutamento de tropas de procedência diversa: as tropas regulares metropolitanas, as tropas regulares mercenárias e, como base e contribuição principal, a tropa irregular sulina. Dessa maneira, os contingentes locais constituem maioria absoluta, ao longo de período que começa na fase colonial e ultrapassa em muito a da autonomia. A contribuição de tropa regular metropolitana, na primeira fase, entra em declínio logo depois dos primeiros eventos. Na medida em que o tempo decorre, a contribuição dos mercenários tende a reduzir-se também. O esfôrço militar repousa quase totalmente sôbre os elementos locais. Os mercenários, em boa parte, são absorvidos na colonização, e o soldado torna-se lavrador ou artesão. Quando o esfôrço militar recai sôbre a tropa local, os objetivos da iniciativa oficial e da iniciativa local confundem-se: a posse dos rebanhos e das pastagens é a recompensa do serviço das armas. A propriedade se expande ao impulso das *arriadas* e dos combates fronteiriços.

As contradições do quadro platino, entretanto, invadem a área brasileira, de características semelhantes. Sob o primeiro império, como sob a Regência, essas contradições tomam a forma de antagonismos entre as populações locais, representadas pela classe dominante de senhores dos rebanhos e das pastagens, e o govêrno central, exercido pela classe dominante de outra área, a que vive da exportação de produtos agrícolas em grande escala, e reflete-se particularmente no terreno da tributação. Tais antagonismos agravam-se na medida em que a concorrência platina na exportação de couros desloca o produto sulino e na medida em que a liberdade comercial desloca, no mercado interno, os produtos fornecidos pela área pastoril rio-grandense. Há, na província de São Pedro, por outro lado, contradição de classes, e elas criam, superficialmente, o contraste entre uma área litorânea em que se estabelece a agricultura e uma área do interior, a da campanha, em que o pastoreio domina. O litoral marítimo e o litoral lagunar têm fisionomia diversa daquela que caracteriza a campanha. O aparecimento de uma área de colonização germânica, no início do século XIX, agrava êsse contraste, pelo refôrço que proporciona à zona agrícola e comercial, que contrasta com a zona pastoril.(16) Nesta é que se recrutam os elementos militares, entretanto.

E é natural que isto aconteça: os elementos pastoris encontram na luta militar a saída natural para o seu desenvolvimento, e como vivem principalmente do couro, a princípio, e do couro e da carne, depois, entram em divergência com o govêrno do Rio de Janeiro, quando disputam o mercado interno, o único em que podem colocar a carne e que os pode proteger da concorrência quanto à exportação do couro. Na zona litorânea, de atividade agrícola, comercial e artesanal, o govêrno do Rio de Janeiro encontra apoio na sua luta para dominar os elementos pastoris. Quando a contradição interna cede lugar à contradição externa, que coloca em conflito os senhores do comércio platino e os que nêle disputam um lugar, a saída é a guerra, em que concorrem fôrças regulares de outras zonas e fôrças irregulares sulinas. Isto ocorre em fases suces-

sivas, em cujos intervalos ou repontam os conflitos locais conhecidos como *califórnias* ou os conflitos com o centro, de que a Revolução Farroupilha foi o exemplo mais característico. Neste exemplo, vemos a área sulina ligada às atividades agrícolas, comerciais e artesanais colocar-se a serviço do centro, enquanto os rebelados encontram a campanha como cenário natural de suas lutas.

No quadro dessas flutuações, sempre que os objetivos dos elementos irregulares e pastoris somam-se aos objetivos do centro ocorrem as incorporações territoriais. Nas pausas, a fronteira flutua e a rapina dos rebanhos faz da campanha um acampamento permanente e dos elementos pastoris uma tropa sempre pronta a combater. Enquanto as fases de guerra apresentam, de outro lado, elementos do mesmo teor, o centro pode servir-se dos elementos irregulares para as lutas externas. Isto encontra fim quando ocorre a guerra com o Paraguai. As difeferenças que esta apresenta, em relação às anteriores, estão ligadas particularmente à sua longa duração, à natureza do teatro de operações e ao sistema fortificado que Lopez consegue levantar a cavaleiro do rio que é a estrada natural de penetração. Tais diferenças tornam as fôrças irregulares pastoris, tropa a cavalo, insuficientes para decidir o conflito. A luta com o Paraguai, assim, vai motivar a sua substituição pelo Exército, instrumento do govêrno central.

CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO

O traço principal da fase que se encerra com a primeira metade do século XIX é a consolidação da classe senhorial no poder. Empresária da autonomia, realizando-a na conformidade com os seus interêsses e, portanto, com o mínimo de alterações, aquela classe empreende, entre as terceira e quinta década do século, um enorme esfôrço para exercer a autoridade, através do aparelho de Estado que montara, e realizar a unidade política na extensão geográfica do Império, ampliando ao máximo a referida autoridade no espaço.(17) As

contradições internas, decorrentes de alterações na produção, particularmente do aparecimento e da ascensão do café, motivam as lutas que pontilham o primeiro império e a Regência, ultrapassando mesmo o golpe da Maioridade. Ao ser transposta a primeira metade do século, a situação parece consolidada, entretanto: as frações divergentes da classe dominante acomodaram-se, as demais classes e camadas sociais carecem de condições para reivindicar concretamente os seus objetivos, embora não deixem de expressá-los, sempre que aparece uma oportunidade.

A consolidação da classe senhorial no poder está longe de significar que as contradições tenham sido resolvidas, e mesmo os antagonismos que ocorriam dentro daquela classe. Está longe de significar, principalmente, que o germe do nôvo, contido no processo da Independência, tivesse sido liquidado. Significa apenas, e isto é muito importante, que a classe senhorial conseguira estruturar um aparelho de Estado que se destina a servi-la e que exerce a autoridade em todo o território, seja por imposição, seja por tácito acôrdo com as suas frações regionais. Mas está claro que o exercício da autoridade varia muito de intensidade conforme as áreas em que se aplica, — o poder público está ausente, ou distante, em muitas delas.

A sucessão de acontecimentos sinaliza, à superfície, as alterações ocorridas na primeira metade do século XIX. Aos empréstimos externos de 1824 e 1825, conseguidos na Inglaterra, cabe a caracterização da balança comercial externa deficitária. A diferença negativa é crescente: 4.000 contos, em 1847; 9.000 contos, em 1851; 22.000 contos, em 1859. Há anos de saldo, como o de 1843. Nesse mesmo ano termina a vigência da tarifa preferencial que beneficiava a Inglaterra. No ano seguinte, Alves Branco lança as bases de uma política tarifária nova. As influências da fase da autonomia tendem a enfraquecer-se. O café prossegue na sua marcha para o interior, na sua ascensão no mercado externo e, particularmente, na seqüência de alterações que introduz no campo interno.

As diferenças entre o Brasil da primeira e o Brasil da segunda metade do século XIX podem ser estimadas pelo confronto de uns poucos dados estatísticos, o da balança de comércio exterior, por exemplo. Ela apresenta, na segunda me-

tade do século, em dados globais, e no que se refere a mercadorias, a fisionomia seguinte:

Em 1840/49 –	imp.	54.000 contos			
	exp.	48.000 "	deficit:	6.000	contos
Em 1850/59 –	imp.	96.000 "			
	exp.	84.000 "	deficit:	12.000	"
Em 1860/69 –	imp.	130.000 "			
	exp.	145.000 "	saldo:	15.000	"
Em 1870/79 –	imp.	160.000 "			
	exp.	195.000 "	saldo:	35.000	"
Em 1880/89 –	imp.	185.000 "			
	exp.	215.000 "	saldo:	30.000	"
Em 1890/99 –	imp.	720.000 "			
	exp.	790.000 "	saldo:	70.000	"

Os dados referentes ao orçamento imperial são também expressivos, particularmente no que se refere à receita arrecadada, índice do esfôrço realizado pela produção e pelos seus componentes para a manutenção do aparelho de Estado. É interessante assinalar que tal receita fôra inferior a 4.000 contos no ano de 1823, o que se segue ao da Independência, e permanecerá inferior a 10.000 contos até o ano de 1829. Permanece inferior a 20.000 contos, até 1843; inferior a 30.000 contos, até 1849; inferior a 40.000 contos, até 1856; inferior a 50.000 contos, até 1859. Daí por diante, a ascensão é rápida: 1867: 71.000 contos; 1868: 87.000 contos; 1869: 95.000 contos. Ultrapassa os 100.000 contos, a partir de 1871; os 200.000 contos, a partir de 1891; os 300.000 contos, a partir de 1895. Esta receita é arrecadada em papel: o seu total papel acompanha o seu total ouro até 1863, pouco mais ou menos, a partir de quando o total ouro vai se inferiorizando, de modo que, em 1899, a um total papel de 321.000 contos corresponde um total ouro de apenas 88.000 contos, e esta relação é também interessante. Os dados antes mencionados assinalam as bases em que repousa a consolidação da classe senhorial no poder, e que fração dessa classe tem papel preponderante no conjunto.

Convém, agora, o exame do setor que cria a riqueza, o setor do trabalho. Na segunda metade do século XIX, as alte-

rações no campo do trabalho aceleram-se. Ocorre, nesse campo, a concomitância de duas saídas para o progressivo abandono do trabalho escravo, cuja rentabilidade, nas novas condições do mercado mundial e mesmo do mercado interno, torna-o anacrônico:

— acelera-se a transição de novas áreas à etapa da servidão;
— acelera-se o avanço de novas áreas à etapa do trabalho livre.

A primeira tendência era antiga e não faz mais do que se aprofundar ou invadir áreas em que o regime servil dominava. A segunda era recente: o espaço concedido ao trabalho livre, no passado, era extremamente reduzido, começa a ampliar-se, fime senão constantemente, na segunda metade do século XIX. Embora as estimativas sejam precárias, — de forma alguma havendo fontes estatísticas, — admite-se que os elementos que passam da escravidão à servidão sejam muito mais numerosos do que os que passam da escravidão ao trabalho livre. É importante considerar, no problema, a marca da côr, da pigmentação, que assinala o escravo, que o distingue como um ferrête. A população escrava evolui tanto para a servidão como para o trabalho livre; para êste, entretanto, com muita lentidão. A servidão amplia-se com elementos mestiços, em que a marca originária de côr se atenua ou se dilui. O trabalho livre amplia-se particularmente com a imigração. Há mesmo um esfôrço planejado, do govêrno imperial e do govêrno provincial paulista, no sentido de estabelecer a imigração como base para as alterações que ocorrem no campo do trabalho. É ainda o café que impulsiona estas alterações: depois de tentativas infrutíferas, como a da mistura de escravos e trabalhadores livres de origem européia, condenadas ao fracasso, como em Ibicaba, o cafèzal do colono substitui progressivamente o cafèzal do escravo: a senzala desaparece da paisagem cafeeira.

A condenação do tráfico negreiro, estabelecida pelo avanço capitalista no mundo, é assinalada, nas áreas coloniais americanas desde o processo da independência.(18) Continuaria de pé e tenderia a efetivar-se pela fôrça, qualquer que fôsse a resistência oposta pela classe senhorial ligada ao trabalho servil. O surto cafeeiro, em sua fase inicial, após absorver os

estoques deixados em disponibilidade pelo declínio da mineração, provoca uma reativação do tráfico. A partir de 1840, entraram no Brasil cêrca de 50.000 escravos, anualmente. Mas, em 1845, com o *bill* Aberdeen, que declara lícito o apresamento de qualquer navio entregue ao comércio de escravos africanos, sujeitos os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado inglês, — decisão singular que conferia jurisdição mundial aos inglêses, — o tráfico começou a declinar. Até que ponto aquela decisão unilateral foi conseqüente da ruptura, por parte do Brasil, do acôrdo tarifário preferencial que beneficiava o comércio inglês, é difícil afirmar, mas é verossímil supor a existência de uma relação de causa e efeito entre um e outro e que o segundo contivesse uma dosagem de represália ao primeiro. Policiados os mares, e inclusive as costas, pela frota inglêsa, numa brutal ostentação de fôrça, o tráfico não poderia persistir. Em 1850, com a lei de Eusébio de Queirós, o Brasil sanciona o fato consumado da suspensão. No ano anterior havia entrado 54.000 escravos em nosso país. Em 1850, êsse número caiu a menos da metade. Em 1851, para 3.000. Em 1852, para 700. O tráfico estava liquidado.

A suspensão efetiva dos fornecimentos externos não tem, quanto ao mercado de mão-de-obra, efeitos extraordinários: o estoque interno e seu crescimento vegetativo são suficientes para atender à demanda. É que esta, pelos motivos antes alinhados, ia em declínio. A área de mais rápido desenvolvimento, a do café, procede à transformação no regime de trabalho e substitui o escravo pelo colono. No campo dos recursos em capitais, num país de lenta capitalização, ainda em esbôço na época, os efeitos são, naquela fase, muito grandes. É permitido supor, ainda aqui fazem falta os dados estatísticos comprovantes, que o tráfico negreiro, atividade comercial e, portanto, característica de um capital comercial, isto é, de uma forma anterior ao capitalismo, era a área que absorvia, no comércio, a maior parte dos recursos brasileiros, não importando, no caso, que, entre os traficantes, fôssem os portuguêses de nascimento os mais numerosos.

Tais recursos ficaram, de súbito, em disponibilidade. Dado que o ideal do comerciante do tempo era tornar-se senhor de terras, e que a atividade agrícola do café ia em ascensão, pro-

porcionando razoável rentabilidade, é permitido supor que tais recursos tenham sido transferidos da área do tráfico negreiro para a área agrícola.(19) É fácil verificar, entretanto, que êsse não foi o único destino daqueles recursos: ou permaneceram na esfera comercial, que a propriedade de navios facilitava, impulsionando a troca de mercadorias, ou se transferiram a outros campos, incluindo-se nestes o das manufaturas, estabelecimentos de crédito e mesmo serviços públicos e obras públicas. De qualquer forma, na primeira década da segunda metade do século, as alterações que o quadro brasileiro apresenta são flagrantes: as primeiras linhas telegráficas são de 1852; a primeira ferrovia, de 1854. É um período financeiro de euforia: novas iniciativas comerciais, industriais e financeiras aparecem. A circulação monetária alarga-se demasiado, com a faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil. Empreendimentos novos surgem a cada passo e alteram a fisionomia, que guarda tão profundos os traços coloniais ainda, de um país cujo desenvolvimento demográfico começa a tornar-se expressivo e que amplia a área conquistada para a agricultura, com perspectivas excelentes de colocação do produto no mercado externo. O domínio do poder pela classe senhorial está consolidado, a esta classe reverte uma parcela considerável da renda, a parcela que permanece no país. A transformação deve ser vista de outros ângulos também, para que o quadro se apresente na sua integridade.(20)

ESCRAVIDÃO E SERVIDÃO

O fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semi-servidão é possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras. Êste é um dos fatôres fundamentais, mas não deve ser apreciado pelo que aparenta mas pelo que, realmente, é. A disponibilidade de terras é um fato inequívoco, — mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. Há espaços vazios, mas não há propriedades a conquistar: não há transferência de propriedades. Está claro que o problema não é estático: grandes áreas não apropriadas, já objeto de ocupação, são apropriadas, por

diferentes processos, entre os quais o da violência pura e simples, é como se sempre tivessem sido propriedades. É nesses vazios que se estabelece a base da regressão. Não se trata, assim, de uma espécie de "fronteira móvel", como se pensa às vêzes, mas de uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores que estabelecem as suas *roças* de mera subsistência e que permanecem, no conjunto, ausentes do mercado. A extensão em que o fenômeno se opera, e a variedade das formas que apresenta, são enormes.

Trata-se de um quadro feudal inequívoco.(21) Quando o fenômeno se generaliza, os seus reflexos no mercado de mão-de-obra tornam-se evidentes: o modo escravista de produção está irremissìvelmente condenado. Tornou-se um anacronismo. O interessante, entretanto, é que êle não se torna um anacronismo ao mesmo tempo em tôda a extensão brasileira. Vai apresentando o seu caráter anacrônico quer nas áreas em que o trabalho escravo evolui para o trabalho livre, quer nas áreas em que o trabalho escravo não encontra condições para evoluir para o trabalho livre e evolui para a servidão. O modo escravista está sendo corroído pelas duas extremidades, portanto. Se não distinguirmos as diferenças entre uma e outra, — uma é avanço, a outra é atraso, e ambas tendem a distanciar-se cada vez mais e a levar a uma desigualdade regional clamorosa, — não compreenderemos claramente as razões da extinção do regime de trabalho escravo em nosso país.

Convém começar pela face de avanço, aquela em que relações de escravo e senhor são substituídas por outras relações, que cabem perfeitamente na classificação genérica do trabalho livre mas já não cabem tão perfeitamente na classificação de trabalho assalariado. O trabalho assalariado, a rigor, preenche apenas uma faixa da área muito ampla em que o trabalho escravo vai desaparecendo. Foi assinalado já aqui que a massa escrava evolui muito mais para a servidão do que para o trabalho livre. O fato de ter vigorado no Brasil por mais de três séculos o regime de trabalho escravo vincou tão profundamente o quadro que a sua transformação não se poderia operar com facilidade e muito menos a curto prazo. São vários os motivos como a longa vigência do escravismo

onera e retarda a transformação. Alguns podem ser ràpidamente mencionados:

— o escravo africano é marcado pela côr, esta é como um rótulo;

— o escravo africano avilta, pela sua presença ou pela sua precedência, o nível de remuneração do trabalho livre;

— o escravo africano não está preparado para o trabalho livre;

— o escravo africano torna aviltante o trabalho em si;

— o escravo africano não é um consumidor.

Estas conseqüências da escravidão são tão profundas que, na impossibilidade de explicar as causas e os efeitos, a consciência do nosso povo é alimentada por abstrações: a preguiça brasileira, a luxúria brasileira, o gôsto do ócio e não do negócio, a influência climática como anestesiante, a abundância de recursos naturais tornando desnecessário o esfôrço de trabalho, etc. Tais abstrações, que se fundam, realmente, numa tendência aristocrática, tornam-se preconceitos e vincam o espírito brasileiro como estereótipos. Apresentam poderosa resistência, ainda em nossos dias, a uma substituição por razões objetivas.(22)

Tôdas estas causas levavam a uma solução espontânea: se havia resistências e obstáculos à transformação do trabalho escravo em trabalho livre pelo aproveitamento da massa africana de origem, rotulada pela côr e onerada por três séculos de regime escravista, havia que apelar para a introdução de trabalhadores não-africanos. Cuidou-se, por algum tempo, que a Ásia substituísse a África como fornecedora de mão-de-obra, e teríamos, no caso, negros substituídos por amarelos, e a escravidão pela servidão e não pelo trabalho livre. As resistências externas, entretanto, impediram que tal solução fôsse adotada: a Ásia servia de vasto e fértil campo ao colonialismo, que não nos cederia essa extraordinária fatia de cuja miséria se alimentava. Assim, não surgiu outra saída que não a da imigração, visando as populações empobrecidas da Europa. Tais populações apresentavam-se receptivas, além de tudo, pela coincidência da demanda de mão-de-obra com uma fase conturbada do cenário europeu.

A introdução dessa mão-de-obra livre segue duas direções: a da colonização e a da imigração. A primeira cedo mostra as suas insuficiências, uma vez que não encontra no mercado interno condições para estabelecer-se em bases estáveis. As zonas de colonização logo se tornam quistos, núcleos isolados, ilhados por áreas extensas em que tudo contrariava a expansão ou o desenvolvimento delas. Mesmo no Rio Grande do Sul, onde foi antecipada e operou sob condições diversas daquelas que vigoravam na maior parte do Brasil, a fase inicial foi sumamente difícil e só circunstâncias posteriores permitiram o desenvolvimento das áreas germânicas e, depois, das áreas italianas, não sem antes os governos europeus condenarem a saída de seus cidadãos para o nosso país, particularmente o de Berlim. Nas demais zonas, os colonos se acaboclaram e foram triturados pelo meio. Nem isto serviu, entretanto, para atenuar ou destruir os preconceitos básicos que tanto influíram na colonização como na imigração.

Havia, realmente, a crença ingênua, da superioridade inata do trabalhador branco, particularmente daquele que, além de branco, era de "raça" diferente da dos colonizadores lusos, isto é, os nórdicos, os saxões, os louros. Todos os problemas brasileiros estariam resolvidos com a "arianização" da massa de trabalho. Nesse sentido, o Império consumiu grandes verbas para financiar a colonização. Introduzidos os colonos, e instalados, cessava a ação oficial. E as colônias definhavam, inevitàvelmente; quando não se extinguiam, declinavam para uma situação vegetativa que só se mantinha na medida em que os colonos se tornavam "caboclos", inclusive pelo emprêgo de suas técnicas, regredindo à lavoura de subsistência. A solução colonizadora e seu total insucesso gerou extensa literatura na Europa, onde o Brasil ficou desacreditado como mercado de trabalho. Em 1859, o govêrno alemão tomava a medida de proibir a emigração para o nosso país.(23)

A segunda saída, a da imigração, foi adotada depois. Entre os seus primeiros ensaios pode ser alinhada a tentativa do Senador Vergueiro que transferiu oitenta famílias de lavradores alemães para a sua fazenda de Ibicaba. Até 1857, o número de famílias transferidas atingia a dois mil. A forma consistia, esquemàticamente, na venda de trabalho futuro pelo imigrante, e dera excelentes resultados nos Estados Unidos, onde as con-

dições eram totalmente diversas. Como o custo da imigração corria por conta do próprio imigrante, que hipotecava trabalho, havia a tendência, natural em um país em que a escravidão dominava, para a deterioração das relações contratuais, que derivariam para a servidão, como acontecia no interior do país com trabalhadores livres nacionais, agravado o quadro pelos podêres incontrastáveis do senhor e proprietário. Assim, a tentativa de Vergueiro resultou em completo fracasso e apenas ajudou o incremento da literatura contra a emigração que surgiu na Europa.(24)

Quando o café, a partir dos anos sessenta, denunciou a vitalidade de sua expansão e sua capacidade para pressionar e alcançar alterações nas relações de trabalho, a saída pela imigração teria de ser posta em têrmos viáveis. A já mencionada coincidência de condições favoráveis no quadro europeu, pela disponibilidade de mão-de-obra em determinadas áreas, facilitou a solução. Os novos têrmos afetaram particularmente a remuneração do trabalho. A norma a que tal remuneração melhor se adaptou foi a de dividi-la em duas partes, ambas à base salarial e monetária: a parte fixa, independente de qualquer circunstância adversa, e a parte variável, que dependia do volume da colheita. Desde 1870, o govêrno imperial tomou a si as despesas de viagem, desordenando delas o senhor de terras e o imigrante. A situação européia deslocou o fluxo emigratório para o sul da Itália. As entradas ascenderam, ràpidamente: dos 13.000, nos anos setenta, passa a 30.000, só em 1886; em 1887 será de 55.000; em 1888, da ordem de 133.000. O total para o último quartel do século ficou acima de 800.000, sendo quase 600.000 italianos. O impacto dêsse nôvo fator no conjunto da economia brasileira, como é natural, foi importante. Contribuiu para alterar o quadro brasileiro, particularmente na área centro-sul. Ora, um de seus reflexos imediatos foi aquêle que atingiu o espaço ainda ocupado pelo trabalho escravo. A diferença, que se aprofunda, entre as diversas áreas de produção, afetará também o andamento do problema da extinção do modo escravista.

A pressão que se exerce nesse sentido vai aumentando à medida que passa o tempo e à medida em que o poder passa a ser dominado pela fração da classe senhorial ligada ao café. Em 1866, Pimenta Bueno elabora um projeto de extinção do

regime escravo que não encontra condições políticas para ser transformado em lei. Em 1871, o gabinete Rio Branco alcança uma vitória com a lei dita do Ventre Livre, que estanca a fonte vegetativa de escravos. Em 1884, é concedida a liberdade aos sexagenários. Nesse mesmo ano, as províncias do Amazonas e do Ceará libertam os seus escravos. Em 1888, finalmente, surge a Abolição. Em duas linhas a escravidão é liquidada: "Art. 1.º — É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário."

Não interessa aqui mencionar os episódios que assinalaram o andamento das referidas leis, apontadas, particularmente a última, como anunciando a catástrofe, e os seus propugnadores como partidários da subversão e até mesmo "comunistas", como aconteceu com Joaquim Nabuco, o que apenas comprova ser a ignorância mestra da malevolência. Interessa, entretanto, fixar que as leis que liberavam o ventre da escrava e os sexagenários, de sentido pràticamente inócuo e até protelatório, anunciavam a radical condenação que pesava sôbre o regime de trabalho escravo.(25)

E aqui voltamos à saída que faz desembocar o trabalho escravo na servidão. Quando a princesa Isabel assinou o decreto libertador, havia ainda no Brasil cêrca de 700.000 escravos. Aquêle decreto vinha muito mais sancionar uma situação de fato, para a qual apresentava a única saída, do que criar condições para a abertura de uma fase nova. A conseqüência prática imediata da lei era apenas no sentido de que o senhor de escravos ficava impedido de recorrer à autoridade para exercer o seu direito de propriedade sôbre outra criatura. Ora, êsse direito estava já inteiramente deteriorado, e a confirmação disso viria no documento em que Diodoro da Fonseca, em nome do Clube Militar, proclamava a repulsa do soldado em servir a uma tarefa tão indigna. Desde que o poder que concretiza o direito deixa de ser exercido êsse direito se torna uma ficção.

Em condições normais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam transformados em trabalhadores assalariados. Ora, isto não ocorreu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresen-

tava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecesse intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo. A massa escrava disponível, em 1888, tende a dois destinos, de vez que a propriedade territorial permanece nas mesmas condições:

— a área de servidão ou semi-servidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo;

— a área urbana, onde vai constituir uma sobra humana marginalizada pelas condições locais.

Há, assim, uma frustração no sentido em que foi encaminhado o problema. A Abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada. Era uma solução política que correspondia a liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo para a classe proprietária, tomada em conjunto. Tanto não houve, em conjunto, o prejuízo, que as previsões catastróficas não se realizaram. O fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela o carregasse.

ECONOMIA DO IMPÉRIO

A realização da autonomia com o mínimo de alterações internas, penhor da participação nela da classe dominante de senhores de terras e de escravos, corresponderia à transferência da velha estrutura colonial ao nôvo país.(26) Qualquer alteração na referida estrutura ficava impedida, assim, na fase da autonomia. A fôrça do processo histórico, entretanto, transferiria as alterações, inevitáveis que eram. A manutenção da estrutura colonial impunha persistir numa economia de exportação. A crise, após a autonomia, durou enquanto a economia de exportação sofreu do declínio posterior à euforia transitória ligada ao bloqueio napoleônico. Encerrou o seu ciclo quando o café permitiu o restabelecimento das condições normais daquela economia de exportação, ultrapassada a fase em que sofreu uma queda em seus preços. Não seria a nova economia

de exportação semelhante à que vigorava antes do processo da Independência, entretanto.(27) As condições eram outras. Convém apreciá-las, para distinguir o que era nôvo, sob uma aparência velha.

A divisão mundial do trabalho fôra consideràvelmente reforçada com a passagem ao modo capitalista, como já foi mencionado, e o imperialismo a reforçaria ainda mais quando fizesse o seu tormentoso aparecimento.(28) Nela, a posição brasileira seria caracterizada pela exportação de artigos primários. Exportação e importação, nas condições em que a referida divisão do mercado mundial subordinava o Brasil, funcionavam como, em estruturas avançadas, funcionam o investimento e a poupança, segundo a economia clássica considera os têrmos. Nesse caso, é da exportação que depende a renda nacional. Esta, por sua vez, destina-se, em parcela muito grande, à importação. A poupança doméstica é mínima, e cresce muito lentamente. Sendo mínima e crescendo lentamente, a importação assume papel destacado. No caso brasileiro, verifica-se claramente o problema: a importação é reforçada por empréstimos externos, que se iniciam com a autonomia, mais adiante com investimentos externos, que pretendem substituir a fraca poupança interna. Tais aspectos, no fim de contas, caracterizam uma economia colonial. O estudo da balança de trocas elucida os ângulos principais do quadro.

Até 1844, quando Alves Branco põe em vigor a nova lei de tarifas, a fase é marcada por um completo liberalismo. Inicia-se com a abertura dos portos, que corresponde ao fim do regime de monopólio, e define-se em direitos muito baixos de entrada, os 24% *ad-valorem* dos primeiros tempos, reduzidos depois para 16%, e mesmo para 15%, base que se fixa e se generaliza. Era uma desproteção total, — o ônus da autonomia. A tarifa Alves Branco altera profundamente êsse quadro: dos quase três mil artigos que especifica, dois mil ficam sujeitos a direitos de 30% justamente o dôbro da base anterior. Quanto aos demais, os direitos variavam entre 20 e 60%. Os artigos mais pesadamente taxados eram os têxteis e as bebidas que constituíam então o grosso da importação brasileira.

Cabe repisar aqui a significação dessa política. Não havia, na fase da Independência, condições para criar ou fomentar a indústria e a única saída estava na exportação. Se a estru-

tura social fôsse diversa, a fonte naturalmente indicada para fornecer os recursos públicos, seria precisamente a exportação. Tal rumo, entretanto, corresponderia a compelir a classe dominante ao fornecimento dêsses recursos, de vez que ela estava vinculada à produção destinada ao exterior. Com o seu domínio do aparelho de Estado, tal solução não poderia ocorrer. Aparece, então, a importação como fonte para aquêles recursos. Se a exportação estava concentrada, a importação estava distribuída. E tão distribuída estava que se constituía quase totalmente, totalmente na prática, de bens de consumo, mais fortemente taxados quanto mais generalizado o consumo, tais os têxteis e as bebidas, particularmente os primeiros. A tarifa de 1844, pois, era puramente fiscal. Falar em protecionismo, em 1844, era mencionar o abstrato: não havia o que proteger, nem, concretamente, a intenção de proteger.

A tarifa Alves Branco, que inaugurava uma nova política, encerrando a fase dita liberal, foi duramente combatida no exterior, e motivou inclusive represálias. Seria revista, em 1857, por Sousa Franco, e sofreria sucessivas reformas: em 1860, com Silva Ferraz; em 1874, com o Visconde do Rio Branco; em 1880, com Afonso Celso; em 1881, com Saraiva; em 1877, com Belisário de Sousa; em 1888, com João Alfredo; em 1890, com Rui Barbosa; e em 1897, com Bernardino de Campos. Predominou em tôdas elas, ora mais, ora menos, o sentido fiscal. A arrecadação aduaneira constituía a base do sistema tributário, representando mais da metade da receita pública. As duas últimas reformas, a de Rui e a de Bernardino de Campos, apresentam diferenças essenciais em relação às anteriores: serão analisadas mais adiante.

A dependência brasileira ficava claramente expressa pela balança do comércio exterior, que definia:

— a concentração dos fatôres de produção nos produtos primários destinados ao mercado exterior;

— a absoluta necessidade de artigos manufaturados para consumo geral da população econômicamente válida, e procedentes do exterior;

— a tendência a uma política de empréstimos para saldar contas comerciais externas originadas dos *deficits,* como a uma política de acolhimento a investimentos externos a que se dava amplas garantias.

Analisaremos êstes três pontos, tomando-os em separado. A concentração dos fatôres de produção nos artigos primários destinados ao mercado exterior caracterizava a continuação da estrutura econômica colonial. Tais produtos eram ou gêneros alimentícios tropicais ou matérias-primas de origem vegetal. Eram exportados em estado bruto, na sua maior parte, ou após transformação elementar denominada beneficiamento. O mais importante dêles, nessa fase, o café, surgira numa época de crise, condicionado em sua expansão à disponibilidade de determinados fatôres e à sua pouca exigência quanto a capitais iniciais. A exportação compunha-se de reduzido número de produtos, concentrando-se progressivamente. O café aparecia como principal desde 1831. Ao alcançar quase 50% do valor total da exportação, nos meados do século, assinalava uma ascensão muito rápida. No último decênio do século atingiria os 65%. Junto ao açúcar, representava 51%, no início do século; 70 a 80%, na metade do século. Os oito produtos principais (café, açúcar, erva-mate, fumo, algodão, borracha, couros e peles) correspondiam a 86% do valor da exportação, no início; a 91%, no meio; a 96%, no fim do século. Tal concentração correspondia, no interior, a uma divisão geográfica que refletia aquela mundial já referida: cada zona se especializava em determinado produto, e só nêle. A progressiva exclusão do açúcar e do algodão da exportação brasileira corresponde, assim, à decadência de áreas extensas, compelidas à transição feudal já mencionada. A ascensão do café atende às transformações que se operam na sua produção, fatôres principais do quadro enquanto o produto brasileiro não sofre concorrência nos mercados consumidores.

Êstes dados da exportação são geralmente conhecidos. Sua análise é que não tem sido feita com o rigor necessário. Muito mais eloqüentes, entretanto, e bem menos conhecidos e analisados, são os dados da importação. Três cortes, em épocas diferentes, permitirão verificar as mudanças operadas no mer-

cado consumidor brasileiro, na segunda metade do século XIX. Em 1839/44, entre as vinte e cinco mercadorias importadas, pela ordem decrescente com que figuram, em valor, estão: manufaturas de algodão: 33,8%; manufaturas de lã: 6,5%; farinha de trigo: 5,9%; bebidas: 5,7%; manufaturas de linho: 4,2%; manufaturas de sêda: 3,7%; carnes (charque): 3,6%; ferragens: 3,2%; manteiga 1,9% e bacalhau: 1,6%. Podemos grupar as importações, considerando as referidas vinte e cinco mercadorias principais em valor, da maneira seguinte:

— vestuário e calçado	53,2%
— alimentícios	21,0%
— utensílios	6,6%
— carvão	1,0%
— máquinas	0,2%
— outros	18,0%

A contribuição dos bens de consumo, vestuário, calçados, alimentícios e utensílios, 80,8%, revela a estrutura colonial brasileira, que não os produzia, isto é, não produzia as utilidades mínimas indispensáveis à população, ao mercado interno. A ínfima contribuição do carvão, 1,0%, e das máquinas, 0,2%, frisa a precariedade manufatureira, no momento mesmo em que o vapor era aplicado, no mundo, como fôrça motriz.

Estas mesmas parcelas, em 1870/75, apresentavam-se já numa ordem diferente:

— vestuário e calçado	49,1%
— alimentícios	19,6%
— utensílios	10,7%
— carvão	3,5%
— máquinas	2,9%
— outros	14,2%

A contribuição dos bens de consumo, 79,4%, assinala a continuação da estrutura colonial, mas já a contribuição do carvão começava a crescer, de 1,0% a 3,5%, passando do 17.º para o 8.º lugar na relação das importações; a das máquinas ascendia de 0,2% para 2,9%, e do 25.º para o 11.º lugar na referida relação.

Estas mesmas parcelas, no período de 1902/04, dispunham-se na ordem seguinte:

— vestuário e calçado	17,3%
— alimentícios	28,6%
— utensílios	7,7%
— carvão	5,5%
— máquinas	5,4%
— outros	35,5%

A contribuição dos bens de consumo descia, agora, para 53,6%. A importação se diversificava, na mesma proporção em que a exportação se concentrava. A entrada de carvão ia aumentando sempre: passara de 2,9% a 5,5%, do 8.º para o 4.º lugar na relação dos artigos importados, quanto ao valor; aparecia naquela relação, agora, a gasolina e querosene, com 2,3% do total em valor, devendo ser considerada, no caso, a particularidade de que o destino interno era, em grande parte, a iluminação. Aumentara a contribuição dos alimentícios, proporcional ao aumento demográfico e solicitação do mercado interno, sem alteração das condições estruturais. Mas decrescia a de utensílios. Havia títulos novos na relação, além da gasolina e querosene: o trigo em grão (indicando a presença de moinhos), o algodão em fio (indicando a presença de produtores internos de tecidos). Aparecia o cimento, em 25.º lugar, com 0,8% do total em valor da importação. Máquinas e ferramentas passavam do 11.º lugar para o 6.º e de 2,9% para 5,4% do valor. Alguns dêsses índices denunciam alterações significativas, mas ainda não de gravidade e profundidade.(29)

Convém frisar o contraste entre a importação e a exportação:

— a importação se diversificava, comprovando a ampliação do mercado interno de consumo; a exportação se concentrava, comprovando a divisão regional e especialização na produção;

— a exportação concentrada constituía-se de alimentícios e matérias-primas, mercadorias sujeitas às flutuações do mercado exterior; a importação, diversificada embora, tinha nos bens de consumo a sua maior contribuição, e êstes eram manufaturas, com

preços estáveis ou ascensionais, a que o mercado interno ficava também sujeito.

Além dessa concentração em alimentícios e matérias-primas, a exportação brasileira se concentrava também quanto ao destino, conforme se verifica do quadro abaixo: (30)

PAÍS	*1853/54*	*1870/71*	*1902/04*
Grã-Bretanha	32,9	39,4	18,0
Estados Unidos	28,1	28,8	43,0
França	7,8	7,5	7,8
Alemanha	6,0	5,0	15,0
Portugal	5,9	5,8	1,0
Bélgica	1,8	1,0	1,9
Espanha	0,9	0,8	0,2
Países Escandinavos	3,7	0,7	0,3
Estados Austríacos	1,6	0,0	—
Itália	1,4	0,5	0,9
Diversos	9,9	9,6	11,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Nota-se que os nossos fornecedores não são os consumidores dos nossos produtos, conforme o quadro seguinte:

PAÍS	*1853/54*	*1870/71*	*1902/04*
Grã-Bretanha	54,8	53,4	28,1
França	12,7	12,2	8,8
Portugal	6,3	7,0	7,2
Alemanha	5,9	6,5	12,2
Estados Unidos	7,0	5,4	11,5
Bélgica	2,0	2,5	2,9
Espanha	1,1	1,6	0,8
Estados Austríacos	0,4	0,8	—
Países Escandinavos	0,7	0,2	1,4
Itália	0,7	0,5	3,7
Diversos	8,8	9,9	23,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Assim, diversificada a importação quanto às mercadorias e quanto à procedência, a balança do comércio exterior apre-

sentava-se diferentemente conforme os países com os quais mantínhamos as trocas, como se verifica do quadro abaixo, em milhões de cruzeiros, para maior facilidade de confronto:

PAÍS	*1853/54*	*1870/71*	*1902/04*
Grã-Bretanha	— 25.964	— 517	— 5.558
França	— 5.946	— 5.500	— 4.177
Estados Unidos	+ 19.150	+ 17.444	+ 46.479
Alemanha	— 494	— 1.484	— 1.464
Bélgica	— 375	— 1.011	— 1.833
Portugal	— 995	+ 443	+ 434
Itália	+ 108	+ 50	+ 55
Diversos	+ 4.637	+ 3.559	+ 3.270
TOTAL	— 9.879	+ 12.984	+ 34.100

A posição dos Estados Unidos tinha justificação no fato de existir ali um amplo mercado interno, não sendo aquêle país, na época, grande exportador; aparecia como grande importador do que produzíamos em conseqüência de não ter colônias tropicais onde se abastecesse dos alimentícios e matérias-primas que daqui recebia. O caso das nações européias era justamente o inverso: tratava-se de países exportadores que importavam de suas próprias áreas tropicais e coloniais. Os Estados Unidos, por isso, não eram concorrentes nossos; a Europa era.

Pela sua composição, a balança brasileira de comércio exterior estava sujeita a freqüentes desequilíbrios. Tais desequilíbrios refletiam-se no valor da nossa moeda, daí a sua continuada tendência para o declínio, ao longo de todo o século XIX. Até 1861, a norma do comércio exterior brasileiro era o *deficit*. Até aquêle ano, realmente, só em nove oportunidades alcançamos saldo: em 1823, 1828, 1833, 1836, 1846, 1848, 1849, 1855 e 1856. A partir de 1861, a norma passa a ser o inverso, até o fim do século; só em 1886 a balança foi negativa.

Vistos os dois aspectos iniciais que caracterizam como colonial a estrutura econômica brasileira vigente sob o Império — concentração dos fatôres de produção nos produtos primários destinados ao mercado exterior, absoluta necessidade de artigos manufaturados para consumo geral da população eco-

nômicamente válida provenientes do exterior, — resta analisar o terceiro aspecto, a tendência à política de empréstimos no exterior para saldar contas comerciais externas deficitárias, e de acolhimento a investimentos externos em posição de privilégio. Uma simples análise dos dados globais nos permite verificar que os empréstimos não cessaram quando cessaram os *deficits* e surgiram os saldos como norma na balança do comércio exterior. É que o serviço da dívida externa se prolongava anos afora e ia sobrecarregando cada vez mais a balança de pagamentos. De outro lado, as remessas de lucros começavam a avultar.

Verifica-se, de forma esquemática, quanto aos empréstimos:

— visam, da parte de seus fornecedores, financiar a própria produção, e não investir no exterior, quando se destinam a cobrir *deficit* na balança de comércio exterior;

— como a tributação incide sôbre a importação, e não sôbre a exportação, e aquela é diversificada e de bens de consumo, os ônus dos empréstimos recaem sôbre a população e não sôbre a classe dominante ligada à exportação;

— a outro destino se carreiam os empréstimos, quando a balança de troca deixa de apresentar *deficits*: aos serviços internos, que se ampliam sempre e que exigem manutenção. Cria-se, nesse campo, um nôvo desequilíbrio, porque os empréstimos complementam um total que os saldos da balança de comércio exterior não chegam jamais a cobrir: há, portanto, necessidade de persistir no recurso aos empréstimos mesmo depois da norma nas trocas ser o saldo;

— há um limite para êste recurso, entretanto; quando é alcançado tal limite, há que mudar: a solução não está mais nos empréstimos, ou apenas nos empréstimos, mas nos investimentos. Trata-se de transferir ao investidor estrangeiro a criação ou a ampliação de serviços públicos, e é por isso que nesses serviços o investidor estrangeiro se instala como em campo específico, particularmente o dos transportes.

Com a freqüência com que se recorria aos empréstimos externos e com a facilidade com que eram concedidos aos governos imperial, provincial e municipal, chega-se ao ponto em que começa a avultar o problema do serviço da dívida

externa. E aí os fatos vão ficar muito mais claros. Examinemos os dados numéricos, verificando as médias decenais, em milhões de cruzeiros, e comparando os da balança comercial, os do serviço da dívida e os da taxa de câmbio:(31)

Decênio	*Balança comercial*	*Serviço da dívida*	*% do SDE s/ o BC*	*Novos empréstimos*	*Taxa de câmbio Cr$ p. £*	*Índice*
1821-30	— 2,2	—	—	—	6,23	100
1931-40	— 3,8	2,7	—	0,3	7,09	113
1841-50	— 5,3	3,8	—	0,7	8,90	143
1851-60	— 11,6	5,3	—	4,1	8,83	142
1861-70	+ 18,9	12,0	63	10,1	10,26	165
1871-80	+ 34,3	16,7	49	9,3	9,83	158
1881-90	+ 30,9	30,5	99	38,1	10,93	175
1891-99	+ 67,2	57,3	85	63,3	23,78	382

Até 1860, a rigor até 1861, os *deficits* são normais; os empréstimos são simples financiamentos, e em nada contribuem para a alteração da estrutura econômica do Brasil, muito ao contrário. Nos fins de 1840, o serviço de dívida absorvia quase três milhões de cruzeiros (e vai em cruzeiros para facilidade de raciocínio), que se somavam à diferença negativa de quase quatro milhões do excesso das compras sôbre as vendas. A partir de 1860, as coisas mudam. No decênio que termina em 1870, devemos deduzir do saldo de 18,9 milhões na balança de mercadorias os 12 milhões do serviço da dívida externa, restando-nos 6,9 milhões para aplicação em serviços internos. No decênio que termina em 1880, a diferença (34, 3-16, 7) é de 17,6. Parece que vamos dispor de mais recursos para aplicação no país. É uma passageira ilusão: no decênio que termina em 1890 sobra-nos, de um saldo de 30,9 milhões de cruzei os obtido no balanço de mercadorias, apenas 400 mil cruzeiros, pois o serviço da dívida externa absorveria 30,5 milhões. No último decênio do século a situação era um pouco melhor: do saldo de 67,2 milhões de cruzeiros no balanço de mercadorias destinávamos ao serviço da dívida externa 57,3 milhões, e nos sobravam portanto 9,9 milhões para aplicar em necessidades internas e também externas. Isto significa, em suma, que, no decênio 1881-90, o serviço da dívida absorveu 99% dos recursos hauridos com a exportação, isto é, o seu saldo dedu-

zida a importação, e no decênio seguinte absorveu 85%. Assim, o esfôrço para conseguir saldos na balança de mercadorias destinava-se a ser empregado no serviço da dívida externa, era restituído ao exterior.

Numa economia exportadora, isto é, cuja expansão depende essencialmente da colocação no exterior de seus produtos, colocação que permite maiores ou menores possibilidades de compra, — e da compra no exterior vive o país e se vai aparelhando, — o mecanismo cambial tem uma função importante. Antes de estudá-lo, em seu funcionamento na segunda metade do século XIX, convém lembrar que o capitalismo se caracteriza pelo seu ciclo de crises. Tais crises se refletirão profundamente em países como o Brasil, que dependem dos mercados externos. Êsse vínculo fará repercutir aqui as crises cíclicas do modo de produção capitalista e funcionará como um mecanismo de atenuação delas nos países originários. A estrutura brasileira padecerá muito mais dêsses efeitos de transferência do que de outros, originados internamente. Tais efeitos serão enfrentados, internamente, entretanto, pelo mecanismo cambial, isto é, transferidos para aqui, serão aqui novamente transferidos, da classe dominante às classes dependentes.(32)

Não é possível esquecer, então, que havia uma íntima associação de interêsses entre aquela classe dominante, ligada à exportação, e a burguesia européia. Aquela associação de interêsses faz com que a classe de senhores de terras e de escravos, manipulando o aparelho de Estado, adote as teorias econômicas vigorantes entre os seus associados europeus. Isto acontece menos por espírito de imitação do que pela necessidade de preservar os seus privilégios, ou melhor, o espírito de imitação faz parte do mecanismo de defesa que pertence, em si mesmo, àquela associação de interêsses. Um dos aspectos interessantes do problema está no esfôrço em instaurar no Brasil o padrão ouro, cuidando que isto nos preservaria dos efeitos das crises ou, por outras palavras, traria a sonhada estabilidade econômica. Na análise das aparentes anomalias econômicas brasileiras, tôdas elas fundadas em boas e sólidas razões, e particularmente no estudo do efeito das crises, surgia imperiosamente, como dotada de miraculosos podêres, a doutrina econômica vigente no exterior, com os seus conceitos e prin-

cípios aqui rigorosamente aplicados ou pelo menos religiosamente adotados.

Havia, depois, a perplexidade na verificação de que essa aplicação resultara nula. Os elementos ligados à teoria econômica admitiam que os seus princípios são universais e eternos. Voltavam as costas à realidade, por um problema de conveniência, e aplicavam aquêles princípios com uma confiança a um tempo interessada e ingênua. Ao verificar os resultados negativos, não se convenciam ainda da impropriedade daqueles princípios: não eram êstes que estavam errados, o Brasil é que estava errado; a teoria era certa, a realidade é que era falsa. Por que era falsa a realidade? Porque, no caso, representava o interêsse dos não proprietários, dos não exportadores. E era o dêstes que devia prevalecer. É o que ocorria com o mecanismo de câmbio.

Parece paradoxal, mas não é, que, sendo a fase de desenvolvimento da economia brasileira e de saldos na balança do comércio exterior, — atenuados ou anulados pelo serviço da dívida externa, como vimos, — o câmbio se tenha elevado sempre, isto é, que tenhamos pago sempre mais pela moeda estrangeira. Tal ascensão foi progressiva mas lenta, até 1890: subiu de Cr$ 6,23 por £, em média, no decênio 1821-30; 10, 92, no decênio 1881-90, o que corresponde a 75%; no último decênio do século atingiu 23,78 cruzeiros, correspondendo a um aumento de 282% sôbre o decênio 1821-30. No curto período de nove anos, o aumento foi de 271%, assinalando a gravidade de nossos prejuízos comerciais e a acentuada perda de substância da economia brasileira. Um reflexo direto da ascensão cambial estava na elevação correspondente da dívida externa e do seu serviço em moeda nacional, contribuindo para agravar o ônus que pesava sôbre o país.

Para um país cuja economia se funda particularmente no comércio exterior mas cuja exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas, sujeitos a uma elevada inelasticidade, a situação se torna difícil nas fases de crise cíclica do capitalismo: os preços dêsses produtos caem violentamente nessas fases, e o mesmo não acontece com os dos gêneros importados, em virtude de sua alta elasticidade e da taxa cambial que neutraliza a tendência de seus preços para a baixa. O mecanismo de câmbio, que poderia ser um regulador do equilíbrio comercial,

contribui, assim, para transferir aos países do tipo do Brasil imperial o pêso da carga das crises e, em face à ausência de reservas, detém a lenta capitalização em processo nêles. A adoção de um mecanismo de câmbio fundado em razões que não eram as do nosso povo depaupera, gradativamente, a economia brasileira: realizava-se a transferência da carga à população, poupando a classe dominante, no interior.

"O processo de correção do desequilíbrio externo, esclarece um economista, significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aquêles que vendiam as exportações".(33) Ora, as importações destinavam-se a tôda a população econômicamente válida; as exportações estavam concentradas na classe dominante. O que se processava, na realidade, era a socialização dos prejuízos. O aumento da produtividade era retido pela classe senhorial, que se valia da abundância de terras, pela extensa apropriação, e de mão-de-obra, pelo pagamento vil, e, nas fases normais ou prósperas, a renda se concentrava. O declínio da produtividade, quando os prejuízos deveriam concentrar-se naquela classe, pela diminuição de seus lucros, era corrigido pelo mecanismo cambial, que permitia transferir os prejuízos. Não é por acaso que, ainda hoje, a política de câmbio continua a ser o centro de gravidade dessa curiosa manipulação, agora sob condições muito diferentes, entretanto.

E não era êste o único aspecto do problema. Havia outros, que somavam os seus efeitos aos da elevação da taxa cambial. O impôsto de importação, como vimos, era uma das parcelas mais importantes da receita pública. Cobrado a uma taxa fixa de câmbio, reduzia-se o seu montante ao depreciar-se a moeda. Tal redução contribuía, já que não era a causa única, para o recurso às emissões, que correspondiam a um nôvo impôsto, altamente regressivo, sobrecarregando a generalidade da população. As emissões constituíam um recurso fácil, que atendia ainda ao serviço da dívida externa, absorvendo parte crescente da receita. Por outro lado, "para defender o câmbio", o Govêno contraía novos empréstimos, cada vez mais onerosos, aumentando a carga tributária. Estabelece-se, assim, a associação profunda que ainda hoje existe, sob condições diversas das que antes imperavam, entre empréstimos externos, *deficits* orçamentários, *deficits* de balança de comércio

exterior, investimentos externos, mecanismo de câmbio e emissões, gerando a aparente complexidade que disfarça uma espoliação continuada da economia nacional.(34) Tudo isto ocorre e se processa numa estrutura colonial de produção. Na medida em que essa estrutura se modifica, surgem as resistências, os antagonismos claríssimos, que desvendam o caráter daquela estrutura e demandam a sua modificação.

SOCIEDADE DO IMPÉRIO

No decênio posterior a 1850, nota-se no Brasil um surto de atividades novas. Não importa que isso tenha um valor mais histórico do que real: são indícios de mudança. Fundam-se, então, 62 emprêsas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, 8 estradas de ferro. Ocorre, ao que tudo indica, uma transferência de capitais da área rural e agrícola para a área urbana e industrial. A suspensão do tráfico negreiro teve um papel naquele surto. A euforia que produziu levará às crises financeiras de 1857 e de 1864 e ao fracasso de uma figura típica como a de Mauá.(35)

No decênio seguinte, a prosperidade será retomada: multiplicam-se os estabelecimentos comerciais e industriais, substitui-se progressivamente o trabalho escravo pelo trabalho livre, aparecem técnicas novas de transmissão do pensamento, de transporte, de iluminação. As cidades passam a ter um papel efetivo. Em algumas zonas, o desenvolvimento é tão rápido que salta aos olhos da observação menos atenta. Outras estacionam ou declinam. Acentua-se o desnível entre as primeiras e as segundas. Êsse desnível, obscurecido, quanto ao norte, no fim do século, pelo surto da borracha amazônica, deixa clara a posição inferior do Nordeste, desde que o algodão e o açúcar desaparecem, pràticamente, da balança do comércio exterior. É fácil verificar que tal desnível não representa mais do que o contraste entre a estrutura colonial de produção, que vigora na zona nordestina, e as condições novas a que o centro-sul se adaptou: entre uma área de regime feudal ou semifeudal e uma área em que são introduzidas rela-

ções capitalistas de produção. A sêca serve apenas para colorir e dramatizar, periòdicamente, o quadro de estiolamento econômico do Nordeste.

A sociedade brasileira da segunda metade do século XIX apresenta sinais de mudança sensível na posição de suas classes e camadas sociais. A classe dominante é a de senhores de terras e de escravos, ou de senhores de terras e de servos. A sua dominação é ainda absoluta. A extensa apropriação territorial, a permanência do trabalho escravo em largas zonas, a transformação do escravo em servo em outras, a continuidade da servidão primitiva em terceiras, representam o suporte de sua fôrça. Contra tudo o que representa ameaça ao seu domínio, aparece unida, compacta, sólida. A estria liberal com que disfarça, num jôgo político de reduzidas proporções, a sua dominação, é a concessão máxima e meramente formal que oferece.(36) Vista mais de perto, entretanto, apresenta uma composição variada, que tem sido já referida por alguns autores, mas sob critérios regionais que a dissimulam mais do que caracterizam. Outros critérios são mais válidos do que os regionais, efetivamente, para apreciar aquela composição variada. Em primeiro lugar, distinguem-se nela duas frações importantes: a que está ligada à exportação e a que está desligada da exportação. O declínio e o alijamento do açúcar e do algodão da lista dos produtos exportados assinala a diferença:

— de um lado, a fração ascensional, ligada à exportação, desligando-se progressivamente do trabalho escravo, operando particularmente com o café e o couro, sediada em áreas na sua maior parte incorporadas recentemente à exploração, no centro--sul e no sul;

— de outro lado, a fração em declínio, alijada da exportação, aferrada ao trabalho escravo ou à servidão, operando particularmente com o açúcar e com o algodão ou dominando áreas de subsistência, sediada em zonas de exploração antiga, no Norte, no Nordeste e no Oeste.

Dominando o aparelho de Estado, a classe senhorial submete-o aos seus interêsses, mas assinala divergências no que toca à política econômica, divergências particularmente sensíveis quando dizem respeito ao câmbio. As divergências pas-

sam, às vêzes, ao campo político, e marcam-se no andamento de reformas como a do trabalho escravo, do processo eleitoral, da organização judiciária, do aparelhamento militar. Fases de harmonia são sucedidas, ao longo do tempo, por fases de contrastes e de contradições. Uma delas, a da República. De modo ostensivo, a ascensão da fração ligada à exportação assinala o contraste com a outra, que depende cada vez mais do apoio do Estado para manter-se.

Na segunda metade do século XIX é já possível admitir a presença caracterizada de uma classe média, com o crescimento, extensão e função de camada social gerada ao longo do tempo e já fácil de identificar na segunda metade do século XVIII, quando começa a esboçar-se um mercado interno no Brasil, particularmente ligado à mineração.(37) Compõem essa classe frações diversas:

— os elementos ligados ao comércio, o externo como o interno, o primeiro em nível muito mais alto do que o segundo, e por isso mesmo os seus elementos gravitando na órbita da classe senhorial exportadora e reforçando-a;

— os elementos ligados ao aparelho de Estado, o numeroso funcionalismo que deriva da ampliação daquele aparelho e de características normais à estrutura econômica brasileira, em que o Estado se apresenta como o empregador por excelência, a válvula propícia à compensação das limitações de um mercado de trabalho onerado pelo escravismo e pela servidão;

— os elementos ligados a determinadas atividades ou profissões que passam, pouco a pouco, a ocupar um espaço mais amplo: as profissões ditas liberais, a atividade militar, a atividade religiosa, a atividade intelectual sob os seus diversos aspectos, inclusive o da atividade estudantil;(38)

— os pequenos produtores agrícolas, particularmente os que provêm da imigração e da colonização, sufocados pela presença esmagadora da grande produção e pela invasão do mercado interno pelos concorrentes estrangeiros.

Aparece, por último, a classe trabalhadora, que se discrimina pouco mais ou menos assim: escravos, servos, trabalhadores livres, colonos, assalariados, pela ordem numérica decrescente, em estimativa, compreendendo os que trabalham no

campo; artesãos, empregados e operários, também pela ordem numérica referida, compreendendo os que trabalham nas áreas urbanas. A grande fonte do trabalho urbano, então, está no campo. O operariado é reduzido, avultando, entre os artesãos, a parcela dos elementos imigrados, despojados do sentimento de inferioridade e de aviltamento que cerca o trabalho físico, mas onerado pela presença dêsse sentimento e pela presença concreta da concorrência dos artesãos "de ganho."

Nesta conceituação, admite-se que sejam englobados na classe média os que não exploram o trabalho alheio, em escravidão ou em servidão, embora alguns de seus elementos se valham, subsidiàriamente, do trabalho alheio remunerado e até mesmo de formas do trabalho escravo doméstico. No esquema, deficiente como todos os esquemas, entende-se como classe senhorial a que vive do trabalho alheio; como classe média, a que não vive do trabalho alheio; como classe trabalhadora, a que vive do próprio trabalho.

Tal repartição da sociedade em classes e camadas sociais vai refletir-se no quadro político. Assiste-se, na referida fase, ao domínio do aparelho de Estado pela fração da classe dominante ligada à exportação, embora participe do poder a outra fração. Na área política e no mecanismo de representação, a classe dominante ocupa todo o espaço: a monarquia representa os seus interêsses; o Conselho de Estado e o Senado vitalício, a sua fôrça absoluta; os partidos, as eleições, os governos provinciais, a Câmara do Império, as assembléias de província, o Ministério, o Gabinete, os seus instrumentos. A base eleitoral está na renda: é a renda que discrimina. Um analfabeto pode votar ou ser votado, desde que a renda que aufere lhe permita o exercício dêsses direitos. Assim, a área política é privativa da classe de senhores de terras e de escravos, ou de terras e servos e de alguns elementos ligados à atividade comercial. Só reflete as competições pelo poder dentro daquela classe. As mais profundas dessas competições estariam vinculadas ao antagonismo entre as duas frações principais em que ela se repartia. Não ficava sem direito de representação a classe trabalhadora apenas, em que a componente de escravos e servos constituía esmagadora maioria; ficava excluída também a classe média, na sua maior parte.

Ora, as alterações ocorridas no Brasil da segunda metade do século XIX correspondem a um crescimento acelerado da classe média e, portanto, à necessidade de sua participação efetiva no campo político. Nessa classe, alguns elementos destacavam-se pelo papel que desempenhavam. O clero exercia uma influência muito grande. Era um grupo letrado que estava presente em todos os lugares de contato com o povo e em tôdas as técnicas de comunicação das idéias, o púlpito, a tribuna parlamentar, a imprensa, o livro. Nacionalizado desde a segunda metade do século XVIII, quando a expulsão pombalina excluíra os jesuítas da colônia como da Metrópole, sentia, pela atividade peculiar, as manifestações e os impulsos das camadas mais desfavorecidas da população, enquanto, por outro lado, com o Padroado, sofria a ação do Estado e, portanto, da classe dominante. Daí suas manifestações de rebeldia, sua adesão às idéias liberais, sua capacidade de comando, sua aptidão ao sacrifício e seus vínculos com a classe que não explo ava o trabalho a'heio, e lhe fornecia os quadros. A Questão Religiosa reflete, vista em profundidade, essa face do problema, embora a sua face superficial seja a do choque de uma ortodoxia inoportuna com a rigidez do Padroado.

De outra parte, os militares de terra constituíam uma componente importante também na classe média. O instrumento de fôrça da classe senhorial fôra sempre, depois da Regência, a Guarda Nacional, cujos titulares eram elementos seus. O Exército, ao contrário, era a carreira dos desafortunados, dos que não podiam pagar os estudos, dos que necessitavam prestar se viços ao Estado e, ao mesmo tempo, conservar um certo decôro, que derivava do mando. A tendência em buscar a carreira das armas, que predomina em determinadas camadas de c'asse média, e se acentua em determinadas zonas decadentes, confirma ainda a desimportância a que estava sujeito o Exé cito, comprovada também no constante e generalizado atraso do sôldo, na subalternidade funcional, no desprêzo que a monarquia titulada e senhorial lhe votava.(39) Padres, militares, funcionários, pequenos comerciantes, constituirão, com o passar dos tempos, o campo em que aparecem as idéias novas e libertá ias, e onde se recrutam os que as defendem.

LIQUIDAÇÃO DO IMPÉRIO

Quando o século XIX caminha para o fim, tornam-se cada vez mais claros os sinais de mudança na fisionomia econômica, política e social do Brasil. A década de 1870-79 deixa transparecer muitos dêsses sinais. Pode-se dizer que, com o fim da guerra com o Paraguai, êles começam a definir-se. Em 1870, não é apenas a guerra que chega a têrmo, — aparece também o Manifesto Republicano. Seus efeitos imediatos são reduzidos, sem dúvida. Mas é um sintoma evidente de mudança. O regime deixava de atender as necessidades de parcelas importantes da sociedade, parcelas que tinham condições para expressar o seu descontentamento. As que não tinham estas condições, não contam. Várias questões começam a figurar no cenário e algumas assumem novas proporções, avultam de súbito, trazendo inquietações. A principal é a questão dos escravos. A das eleições revela também o ambiente de mudança: a lei Saraiva procura situá-las de forma conveniente.(40) Rui Barbosa, um dos seus propugnadores, viu-a como exigência de democratização dos pronunciamentos populares. Era um pouco de exagêro. No quadro político, por outro lado, ganhando campo nos partidos tradicionais e no incipiente Partido Republicano, a reforma federativa surgia, como remédio para todos os males. Desejavam-na as zonas e províncias prósperas, para livrar-se dos podêres absorventes do centro; e as zonas e províncias pobres, para livrar-se de sua intervenção. É a fase em que Tavares Bastos escreve *A Província,* verdadeiro libelo contra a centralização.

Na última fase do regime, as questões tornam-se agudas. A primeira a assumir êsse caráter é a Questão Religiosa. Na sociedade brasileira, a posição do clero era importante. O seu processo de nacionalização, iniciado depois da expulsão pombalina aos jesuítas, fizera com que o recrutamento se procedesse na classe média, já não vigorando o velho hábito de fazer padre um dos filhos das famílias senhoriais. O ensino religioso, ainda absoluto, nos colégios e seminários (o de Mariana é de 1750 justamente), constituía um atrativo aos desafortunados pela sua gratuidade. A vocação sacerdotal encontrava caminho fácil entre os elementos marginalizados de uma so-

ciedade que sofria os grandes abalos que a modificariam. A composição do clero alterara-se bastante. Por outro lado, cabendo ao clero secular funções oficiais, elas lhe transmitiam, além dos misteres específicos, as ânsias, as inquietações, os impulsos populares. Por fôrça de sua função, o clero participa ativamente da vida política imperial. Esta participação e o processo de recrutamento, numa fase de mudança, permite a presença, nos grandes acontecimentos, de padres que serão nêles jornalistas veementes, tribunos apaixonados, rebeldes e mártires. Trazem aos acontecimentos, além disso, a sua capacidade de comando e de aliciamento, derivadas do mister religioso e que encontram receptividade pela ascendência funcional que exercem. Sem vínculo, o clero secular, na maior parte das zonas, com a classe que vivia do trabalho alheio, podia participar, com um grande papel, nos acontecimentos, como realmente ocorreu, da Regência à República. Demais, a classe senhorial, absoluta ainda em sua dominação, não tivera necessidade de utilizar o clero como instrumento seu e a crença como base ideológica — daí a ausência de ortodoxia no catolicismo, em nosso país, naquele tempo, os hábitos frouxos, a tendência à tolerância.

A Questão Religiosa, cuja face superficial é justamente antípoda disso tudo, pois apresentava o choque de um titular cioso de sua ortodoxia com a situação gerada pelo Padroado, indica, no fundo, o choque entre um grupo específico de classe média, cuja influência era grande, com o aparelho de Estado, que o situava nos quadros burocráticos sujeitos às normas e preferências da classe dominante. O protesto dos bispos não teria conseqüências maiores, à falta dêsse fundo esclarecedor. Quando o Império se choca com o clero, mostra a cisão entre a classe que fornece elementos ao grupo religioso e aquela que provê a estrutura do Estado.

A Questão Militar, depois, cujo último episódio é a própria mudança do regime, coloca de maneira claríssima o papel de outro importante grupo de classe média. Desde que empresara a autonomia, a classe senhorial articulara o seu sistema de fôrça militar em três suportes principais: a Marinha, a Guarda Nacional e a tropa mercenária. Criada em 1831, quando o primeiro imperador foi dispensado das funções, a Guarda Nacional era o poder específico da classe senhorial. Sua orga-

nização regional, seu processo de recrutamento, confundindo no titular do comando o titular da propriedade, suas missões taxativas, caracterizavam a instituição. Ela se destinava a manter os privilégios da classe dominante e era diretamente acionada pelos seus elementos. O poder militar era assumido, assim, em cada propriedade, pelo detentor do poder econômico diretamente. Nenhuma outra instituição caracterizava tão claramente a situação de servidão ou semi-servidão em que permaneciam amplas áreas brasileiras, umas há muito, outras de tempos recentes. Enquanto o Império pôde valer-se dêsse instrumento eficiente, tudo correu sem maiores perturbações.

A questão platina foi enfrentada, na área pastoril, pelos seus elementos, quando o estancieiro era o chefe militar nato, habituado ao mister da guerra e ao uso do comando, lançando-se à campanha em atividade guerreira proveitosa para a disputa do gado e das pastagens. O conflito contra López, como ficou estudado, altera aquela tradição e exige tropas especiais e um prolongado e generalizado esfôrço, em que as populações pastoris já não são as únicas a concorrer. Só uma fôrça militar específica, profissional, atende às necessidades daquele conflito. E essa fôrça militar deve ser recrutada, quanto aos quadros, na classe média, emergindo, plenamente constituída, em 1870, quando a guerra chega ao fim. Ocupa, agora, um lugar que se torna cada vez mais importante. Não tivera a classe dominante necessidade de utilizá-la, como ao clero, para manter-se no poder, uma vez que êsse direito não lhe era contestado e a Guarda Nacional lhe era suficiente para a defesa de seus interêsses. Tendia ao desaparecimento, e a guerra com o Paraguai assinalou o seu fim, a tropa mercenária. O Exército, pouco a pouco, reduz a Guarda Nacional a uma posição inexpressiva, como fôrça militar. Seus comandantes passam a ser apenas os "coronéis" que tanto relêvo ganham nas lutas eleitorais.

Recrutado na classe média, pela sua desimportância, o Exército oferecia, como o clero, uma saída honrosa aos elementos dela que disputavam um lugar ao sol: era a profissão dos desprotegidos, por excelência. Nesse tempo, esposando a classe média as idéias liberais que a classe senhorial abandonava por inúteis aos seus propósitos e até mesmo prejudiciais, infiltrou-se em suas fileiras o Positivismo, que permitia aos seus

elementos letrados esposar princípios reformadores sem romper com valôres éticos tradicionais. O Exército passa, daí por diante, a representar um problema, na vida política brasileira. Êsse problema, no fim do século, torna-se crítico, com a Questão Militar. Vista em superfície, ela não é mais do que uma sucessão de casos disciplinares que colocam em campos opostos oficiais do Exército e políticos civis. Parece, vista assim, uma questão limitada a pundonores profissionais feridos, cujo revide se transforma em caso político. Em profundidade, os aspectos eram outros, entretanto. Os oficiais feridos em seus pundonores refletiam uma posição cara à classe média; os políticos que os encaravam como indisciplinados e, no fundo, os desprezavam, refletiam uma posição própria da classe senhorial.

Se a classe dominante se apresentasse unida, as reivindicações da classe média não encontrariam ressonância, na época. O Império poderia continuar ainda por algum tempo a ser aquela "fazenda senhorial modesta e ordenada, mas sem povo", que vinha sendo. Não era o que acontecia, entretanto: enquanto uma de suas frações permanecia ancorada na estrutura colonial, na medida em que perdia em fôrça, a outra aceitava inovações, abandonava velhas técnicas e normas, alijava o trabalho escravo, esposava relações capitalistas de produção e ansiava por reformas na medida em que ganhava em fôrça. O Império servia ainda à primeira, que o forjara para assegurar o poder. Mas já não servia à segunda, que necessitava dominar em partilha o aparelho de Estado, para colocá-lo inteiramente a seu serviço. As idéias reformistas da época, repudiadas pela primeira, encontravam receptividade na segunda: a abolição do trabalho escravo, a representação eleitoral mais ampla, a renovação de mandatos, a federação, tudo o que, em suma, a República poderia proporcionar. Na manipulação da política econômica, por outro lado, os interêsses de uma das frações não se conjugavam com os da outra e a luta pela orientação tornava-se mais aguda a cada passo. Não era por acaso que o Partido Republicano tinha existência efetiva apenas na Província de São Paulo, onde uma das frações da classe senhorial tinha a sua base. E aquêle partido começa a ter um papel, realmente, quando recruta elementos naquela fração.

Desde logo ficava claro que as reformas defendidas pela classe média, e a sua disputa por uma participação no poder,

só encontrariam oportunidade para concretizar-se pela aliança dos grupos mais atuantes dela com uma das frações da classe senhorial dominante. Nos fins do penúltimo decênio do século XIX a sucessão das questões críticas anunciava a possibilidade dessa composição de fôrças. Contribuiu para acelerá-la, de certo modo, o surto da borracha amazônica, fenômeno fulgurante e transitório que iludiu a muitos e desembocaria num fracasso total e esclarecedor. Vasta área periférica do país assumia, ràpidamente, um papel de relêvo na exportação. Sua ocupação vertiginosa, o surto de enriquecimento e concentração de rendas, os métodos extrativos inerentes à colheita, a invasão de relações feudais de trabalho em zona que se abria à exploração econômica mais ou menos intensa, são um episódio característico da extrema vulnerabilidade e da base fictícia em que repousava.

Os incidentes de novembro de 1889, preludiados desde muito antes, criam as condições para que intervenha concretamente a composição entre a fração progressista da classe senhorial e grupos ativos da classe média. O Império é liquidado de forma sumária. Os acontecimentos que assinalam o episódio são de reduzida importância; a mudança não o é, entretanto. A República importava, sem dúvida, em dar alguns passos à frente na alteração de uma estrutura obsoleta. O Império era a reação e o atraso, e o conformismo com ambos. A República abria perspectivas a reformas intransferíveis. O aparelho de Estado antiquado, verdadeiro trambôlho, já não correspondia à realidade econômica, social e política. Com o nôvo regime, desaparece o esdrúxulo Poder Moderador, desaparece a vitaliciedade do Senado, desaparece o direito de representação fundado na renda. Desaparece ainda a centralização, a escolha de senadores, os governadores nomeados, reivindicações regionais inequívocas. O nôvo regime faz participar do poder a classe média, representada pelos militares. Influi na política econômica, desde logo, com a questão de tarifas e vai até à orientação financeira: da passagem de Rui Barbosa pela pasta da Fazenda à falsa euforia e ao desastre do *encilhamento* surge uma poderosa rajada renovadora, assustando a antiga placidez do ambiente.

NOTAS

(1) "O grande papel da cultura cafeeira, no Brasil, se desdobra em dois lances notáveis. No primeiro, ela mantém a estabilidade do eixo político do país, deslocado para a região Centro-Sul pelo advento da mineração. A mineração acarretara o deslocamento da capital e da administração. Para o altiplano se atiraram levas de escravos e de exploradores. O Rio de Janeiro se tornou a cidade central da Colônia. Aí se sediava o govêrno. Ali se estabelecia o fisco. Por ali saía o ouro destinado à Metrópole. Qualquer desequilíbrio nessa política poderia perturbar o desenvolvimento contínuo do país. O fato de o café ter encontrado o seu campo propício nas terras do Centro-Sul, próximas ao altiplano onde se desenvolvera a mineração, já em última fase de decadência quando o príncipe regente foge de Portugal, estabelece a continuação do processo de desenvolvimento da Colônia e impede que haja uma brusca mutação nesse processo, mutação cujas conseqüências poderiam ser insanáveis para a unidade nacional e para o progressivo estabelecimento, no Brasil, duma consciência política apta a aceitar e arcar com as responsabilidades do govêrno autônomo. Por outro lado, com a brusca irrupção da Independência, cujo processo se desdobra em poucos anos, perdia o Brasil um de seus grandes mercados, — o maior de seus mercados na fase colonial, o da Metrópole, o de Portugal. Ora, a parte do Norte, que dependera sempre diretamente da Metrópole e que perturbara, por isso mesmo, a consolidação do poder central do filho de D. João VI, quando aqui fôra deixado como Regente, com a interrupção das relações econômicas com as praças do Pôrto e Lisboa, fica atirada numa situação de anemia econômica que se prolonga por decênios. Essa situação teria lugar no Sul, se não tivesse aparecido o acontecimento capital, para a nossa formação política, do *rush* do café. Ainda mais, com o declínio da mineração, com a perda de mercados para a produção açucareira do Nordeste, com a crise econômico-financeira que assoberbou a época de D. João VI e os anos que se lhe seguiram, havia necessidade, para o levantamento das energias econômicas do país recém-autônomo, da formação duma grande lavoura, com possibilidades de suportar, pelo valor da sua produção e pela sua colocação nos mercados com os quais mantínhamos relações de troca, o organismo nacional, debilitado pelas falhas apontadas e cujos horizontes prenunciavam crises tormentosas. Foi o café que nos deu a estabilidade, para o desdobramento político, para a continuidade da nossa expansão e para o fortalecimento da nossa economia. O segundo lance, em que a sua função é de primeira ordem, é já sob o Império de D. Pedro II. Êle permite, pela soma de riqueza e de interêsses que representa, a obra de centralização e de unificação que o Segundo Império empreende e leva a têrmo. E tão intimamente se solidarizara com essa obra que, no momento em que a lavoura cafeeira, pelos seus representantes mais autorizados, falta ao regime com o seu apoio decidido, na questão do elemento

servil, o Império não pode ter mais dúvidas quanto ao seu destino. É a queda que o espera. Porque a sua grande fôrça, o seu suporte natural e constante, passa a lhe faltar." (Nelson Werneck Sodré — *Panorama do Segundo Império* — S. Paulo — 1939 — pág. 234.)

(2) "Uma administração sábia e paternal nos teria indenizado de sacrifícios tais e tão pesadas cargas, pela abolição de alguns impostos e direitos; o govêrno imperial, pelo contrário, esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo, de que se propuseram aliviar-nos, exigiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram, desde êsse momento, na linha dos povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa província e de fato a separaram da comunhão brasileira." (Bento Gonçalves — Manifesto de 27 de agôsto de 1838.)

(3) "A etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subseqüente do país. Essa classe se formou inicialmente com homens da região. A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da côrte portuguêsa. O abastecimento dêsse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da Província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte dêstes constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e dera origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos dêsses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção dêste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira." (Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959 — pág. 138.)

"Nos tratados de paz e aliança que, em 1825, celebrou com Portugal, o Brasil, e em cuja negociação serviu de mediador o rei da Inglaterra, ficou estabelecido que os súditos das duas nações contratantes seriam considerados e tratados como os da nação mais favorecida e, com reciprocidade, que as mercadorias de uma e outra nação pagariam de direitos de consumo 15% apenas. Pelo tratado de amizade, navegação e comércio que, cêrca de dois anos depois, celebrou com a Inglaterra, ficou também limitado àquele o direito de importação. Obtido, sucessivamente, o mesmo por outras nações, foi aquela taxa, por fim, generalizada em 1828. À sombra dêsse regime liberal, prosperou o comércio de importação nas praças do país. Menos de vinte anos depois, os "políticos saídos da revolução" terão de dividir o prestígio com "os comerciantes enriquecidos". Joaquim Nabuco dirá, mais tarde, referindo-se a essa época: "Tudo mais recuava para o segundo plano: a política e o dinheiro eram as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social". O dinheiro estava, principalmente, nas mãos do comércio que se desenvolvera com rapidez graças ao liberalismo aduaneiro. A importação fazia-se, quase tôda, da França e da Inglaterra. A casa

Carruthers, de que fazia parte o negociante Irineu Evangelista de Sousa, era uma casa inglêsa. Prosperara livremente. O comércio no entanto, achava nos limites naturais do consumo o círculo definido de sua expansão. Era preciso criar para o dinheiro novas formas de emprêgo. A agricultura entrara em decadência; tornara-se uma indústria ruinosa como, em seu relatório, dirá, em 1845, o Ministro da Fazenda. Por outro lado, a crise do tesouro público tornara-se preocupação constante. O *deficit* orçamentário da nação, crescente de ano para ano, começava a ser calculado em cêrca de metade da receita pública. A reforma do sistema alfandegário afigura-se, então, o remédio necessário. Entre as medidas que a lei orçamentária de 1841 consigna "para preencher o *deficit*", inclui-se a organização de uma nova tarifa aduaneira, para o que dá, logo, autorização ao poder executivo. Devido, entretanto, à divergência que surge entre o govêrno do Brasil e o da Inglaterra, acêrca do têrmo de vigência do tratado de comércio firmado por êles em 1827, só em novembro de 1844 entra em vigor a nova pauta, decretada em agôsto. No ano seguinte, adquire Mauá a fundição da Ponta d'Areia. Negociante importador, sob o regime liberal do tratado de 1827, graças ao qual fêz fortuna, ei-lo patriòticamente voltado para a grande indústria, agora que o govêrno muda de política. Uma vez que os ventos sopram em outro sentido, seguir-lhes a nova direção parece-lhe o mais prático." (E. de Castro Rebelo — *Mauá. Restaurando a Verdade* — Rio — 1932 — pág. 36.)

(4) A extrema lentidão com que se processa a urbanização, no Brasil, está ìntimamente ligada, naturalmente, à lentidão com que surgem as alterações na estrutura de produção. Mariátegui estudou o problema, em relação ao Peru, situando muito bem os seus têrmos: "A sobrevivência da feudalidade na Costa traduz-se na languidez e pobreza de sua vida urbana. O número de burgos e cidades da Costa é insignificante. E a aldeia pròpriamente dita não aparece quase senão nos poucos retalhos de terra em que a campina acende ainda a alegria de suas parcelas em meio ao agro feudalizado." (José Carlos Mariátegui — *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana* — Santiago de Chile — 1955 — pág. 38.)

(5) "Não tendo, por exemplo, bastante gado bovino para fornecer às minas, foram estabelecer currais e criar grossas boiadas nos campos de Paranaguá e Curitiba. Mas ainda, não tendo muares em número suficiente para transportar as cargas que demandavam as Gerais, nem podendo fornecer as bêstas necessárias aos trabalhos das lavras e ao transporte do ouro foram buscá-los nos descampados sulinos, nas planícies do Rio Grande do Sul, Uruguai, Territórios Correntino e Entrerriano." (Mafalda P. Zemella — *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* — S. Paulo — 1951 — pág. 55.)

(6) "Deus não os fêz grandes como mares mediterrâneos para que sejam navegados apenas por uma família. Proclamai a liberdade de suas águas. E, para que seja permanente, para que a mão instável de nossos governos não derrogue hoje o de ontem, firmai tratados perpétuos de livre navegação." (...) "Com que direito manter em perpétua brutalidade o melhor de nossas regiões? Demos à civilização da

Europa atual o que lhe negaram os nossos antigos senhores. Para exercer o monopólio, que era a essência de seu sistema, deram uma só porta à República Argentina; e nós temos conservado, em nome do patriotismo, o exclusivismo do sistema colonial. Não mais exclusão nem clausura, seja qual fôr a côr que se invoque. Não mais exclusivismo em nome da pátria." (Juan Bautista Alberdi — *Las Bases* — Buenos Aires — 1897 — pág. 238.)

(7) "...porque desde Lima, a distância de mil léguas, não é possível atender ao govêrno das mencionadas províncias tão remotas, nem cuidar aquêle vice-rei de sua defesa e conservação em tempo de guerra, vim de decidir a continuação do citado vice-rei, governador e capitão-general da Província"... (*Arquivo General de la Nación — Tomas de Razón* — Livro 29, Folio 7 — Buenos Aires.)

(8) "...abrir ao mesmo tempo os caminhos naturais de comércio, até então obstruídos pelo monopólio, permitindo aos navios chamados de registro ir diretamente aos portos mercantis de sua preferência, e entrar no cabo de Hornos, no mar do Sul, até então fechado como um lago e condenado a abastecer-se exclusivamente por Pôrto Belo e Paraná." (B. Mitre — *Comparaciones Historicas* — Buenos Aires — 1898 — pág. 38.)

(9) "Através da realidade comercial que o contrabando, em primeiro lugar, e os navios de registro, depois, vinha impondo, Buenos Aires via crescer a sua importância, tornando-se verdadeiro mercado das zonas coloniais espanholas do sul do continente. Na navegação direta e na ligação terrestre com Buenos Aires estava interessado o Chile; na navegação fluvial e no comércio com aquela praça estava interessado o Paraguai; o Alto Peru encontrava maiores vantagens em trazer ao estuário a sua prata e nêle sortir-se das mercadorias de que necessitava, do que em fazê-lo ao norte; a grande província de Córdoba do Tucumán via em Buenos Aires o seu pôrto natural; e todos aspiravam emancipar-se do jugo comercial asfixiante de Lima. De Assunção, desciam o rio, em jangadas, os produtos do interior, erva, couros e tabaco, e pequenas embarcações remontavam-no, conduzindo os produtos de que Buenos Aires se fizera distribuidora. Êsse quadro comercial de novas linhas, a que o sistema de navios de registro viria dar as côres de legalidade, contribuíra para desenvolver ràpidamente as regiões vizinhas dos rios platinos, ao mesmo tempo que conferia uma importância crescente à cidade e pôrto de Buenos Aires, em que se desenvolvia um poderoso grupo comercial, vinculado aos negócios europeus e cujo enriquecimento ia aos poucos contrastando com a vida muito mais modesta da gente do interior." (Nelson Werneck Sodré — *História do Vice Reinado do Rio da Prata* — Rio — 1949 — pág. 32.)

(10) "É necessário contar com as planícies da América do Norte, com os pampas da República Argentina, as estepes que a própria natureza havia preparado para a charrua, terras virgens que, durante anos, com uma cultura primitiva, sem adubos, davam rendimentos abundantes. É necessário contar com as terras das coletividades comunistas russas e indianas, forçadas a vender uma parte sem cessar crescente de sua produção a fim de conseguir o dinheiro necessário ao pagamento dos impostos que o implacável despotismo do Estado lhes extorquia, muitas vêzes

pela tortura. Êsses produtos eram vendidos sem levar em conta as despesas de produção, ao preço que o mercado lhes oferecia, porque o camponês estava absolutamente necessitado de dinheiro para o dia da cobrança. E contra essa concorrência das terras virgens das estepes ou do camponês russo ou indiano esmagado pelos impostos, o arrendatário e o camponês da Europa eram impotentes. Uma parte das terras da Europa foi definitivamente, no que concerne à cultura do trigo, eliminada da concorrência, as rendas baixaram por tôda a parte." (Karl Marx — *Le Capital* — Paris — 1949 — pág. 162, XIII — nota de F. Engels.)

(11) "O isolamento que o sistema de monopólio comercial hispânico impunha às zonas platinas estimulara o desenvolvimento da pequena indústria, quer a do interior, do algodão, da vinha e do couro, quer a do litoral, muito menos importante e exclusivamente ligada ao couro; os saldos favoráveis das trocas externas, conseqüente da proibição da entrada de produtos transformados, importava no acúmulo de reservas econômicas que se aplicavam no interior. Tal situação se perturba com as medidas de liberdade de comércio que surgiram com o estabelecimento do Vice-reinado do Rio da Prata; a entrada de manufaturas matou a fraca indústria do interior, ao mesmo passo que possibilitou novos horizontes à exportação de couro em bruto. Rompe-se, então, o equilíbrio que o sistema de monopólio vinha conseguindo manter, na vasta região platina e suas dependências: enquanto as províncias do litoral se desenvolvem, porque baseavam no couro as suas atividades econômicas e estavam em contato com a Metrópole e o mundo, e ascende em ritmo acelerado a posição comercial da cidade de Buenos Aires, o interior se empobrece, suas províncias se isolam cada vez mais e geram interêsses e descontentamentos locais em choque com os do resto do vice-reinado do Rio da Prata, cujo grande alcance como entidade política vê-se assim neutralizado em parte pelo livre comércio metropolitano, gerando, em seus momentos iniciais, os fermentos de dissolução que tanto contribuíram para que, com a independência, se fragmentasse." (Nelson Werneck Sodré — op. cit. — pág. 8.)

(12) "A alfândega de Buenos Aires havia sido até então uma alfândega provincial e suas rendas eram de exclusiva propriedade de seu tesouro. Único pôrto habilitado, exercia o monopólio de todos os produtos que entravam no país, dando, desta maneira, um golpe de morte em todo o comércio que pudessem, mais tarde, ter as demais províncias. Em todos os tratados, nas convenções tôdas, havia sido a alfândega de Buenos Aires o entorpecimento principal para levar a cabo a organização definitiva." (R. J. Lassaga — *História de Lopes* — Buenos Aires — 1909 — pág. 395.)

"Buenos Aires fêz todo o imaginável para arruinar as províncias; ela, levantada contra a Metrópole, impugnadora do odioso monopólio, pretendeu impor a sua ditadura fiscal durante cinqüenta anos, desde 1810, às empobrecidas irmãs do interior." (L. Alberto Herrera — *La Diplomacia Oriental en el Paraguay* — Buenos Aires — 1927 — pág. 19, IV.)

"Neste estado de coisas, tomando Buenos Aires a posição de Madri em relação às províncias, permaneceram estas não em sua primitiva situação colonial, mas numa situação colonial moderna de teor seguinte: sem deixar de ser colônias, em lugar de o ser, como antes, da Espanha, eram-no de Buenos Aires. Em lugar de o ser de uma metrópole estrangeira e ultramarina, eram-no de uma metrópole nacional e territorial. Sacudiram o jugo da Espanha para receber o de Buenos Aires. Êste é o fato real; a aparência naturalmente é outra." (Juan Bautista Alberdi — *Grandes y pequeños hombres del Plata* — Buenos Aires — 1898 — pág. 149.)

(13) "No Rio Uruguai, de Salto para baixo, a atual costa de Entre Rios estava deserta; e em todo o Rio Paraná não houve pôrto algum antes da aldeia de Santa Fé, seiscentos quilômetros águas acima. Alcançá-la a vela foi algo impossível para navios de navegação oceânica, por falta dágua em alguns passos e no riacho final, e porque o escasso milhar de pessoas ali reunidas não justificava a perda de dois meses mais de viagem." (...) "Durante o século XVIII foram surgindo várias povoações na costa do Uruguai e no trajeto, antes vazio, entre Buenos Aires e Santa Fé. Pouco a pouco, a manutenção do velho estado de coisas não adaptado aos novos fatos deu lugar a acres reclamações desde logo, em seguida a guerras e, finalmente, em meados do século XIX, ficaram os rios abertos ao comércio mundial, mais ou menos na época em que começaram a ser utilizados os vapôres a roda." (Juan Álvarez — *Buenos Aires* — Buenos Aires — 1938 — pág. 41.)

(14) "A notícia foi trazida por alguns lenhadores que haviam cruzado o rio para fazer carvão. Ao recebê-la, Garro, indignado, reclamou inùtilmente ao govêrno do Rio de Janeiro, a restituição da praça e, apesar da triste situação política que atravessava a sua pátria e de que Portugal assim procedia apoiado pela Inglaterra, acreditou-se obrigado a valer-se da fôrça para consegui-la. À Inglaterra interessava comerciar pelo Rio da Prata para poder fazer chegar a Lima, por terra, os seus produtos." (...) "Estimulados, os portuguêses, e donos assim da banda oriental do rio, reforçaram a praça e, ao seu amparo, o comércio de contrabando, próprio e dos inglêses, foi em aumento, com benefício para os habitantes de Buenos Aires e do interior, mas com grave dano para os interêsses dos comerciantes da Metrópole." (Carlos H. Pizzurno — *Lecciones de Historia Argentina* — Buenos Aires — 1938 — pág. 279.)

(15) "Ocorreu, então, que o mais importante do novilho foi a carne, e houve que discutir se continuariam comendo grátis os gaúchos do litoral ou se devia ser vendida em proveito dos fazendeiros aos senhores de escravos do Brasil, África e Antilhas. O sistema de matar vacas, sem outro encargo que entregar os couros ao proprietário da estância, ia ser substituído pelo de trabalhar alguns meses no saladeiro e comprar com o salário a carne que necessitasse, ao preço marcado pelos consumidores estrangeiros. A salga de carne era emprêsa de capitalistas e não se pensou em reconhecer os gaúchos como sócios." (Juan Álvarez — *Estudio sobre las guerras civiles argentinas* — Buenos Aires — 1940 — pág. 98.)

(16) "Além dêste resultado econômico, a colonização estrangeira trazia outra conseqüência: fazia surgir uma nova fôrça social — a classe do pequeno proprietário rural. Prêso à terra pelo vínculo do domínio, o lavrador, sedentário, ordeiro e pacífico, tende a exercer uma ação conservadora na ordem social." (Rubens de Barcellos — *Estudos Rio-grandenses* — Pôrto Alegre — 1956 — pág. 35.)

(17) "Vista no plano da história mundial, a independência sul-americana foi decidida pela necessidade de desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dito, capitalista." (...) "O interêsse econômico das colônias da Espanha e o interêsse econômico do ocidente capitalista correspondiam-se absolutamente ainda que disso, como ocorre freqüentemente na história, não se dessem conta exata os protagonistas históricos de uma e de outra parte." (...) "A classe proprietária não conseguiu transformar-se numa burguesia capitalista, patrocinadora da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes encontram-se em mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se em servir de intermediários para êste, na produção de algodão e de açúcar. Êste sistema econômico manteve na agricultura uma organização semi-feudal que constitui o obstáculo mais pesado ao desenvolvimento do país." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — págs. 8 e 17.)

(18) O desperdício inerente ao trabalho escravo constituir-se-ia em fator negativo à grande produção exportadora. E "o desperdício de instrumentos e de matéria-prima representa uma despesa inútil no trabalho já realizado que, por conseqüência, não é computado no produto e não lhe junta valor." (Karl Marx — op. cit. — pág. 35, II.)

(19) "A supressão do tráfico deixou no Brasil inativos muitos capitais, do país e estrangeiros, mais inclinados a procurar emprêgo lucrativo nas transações das grandes praças brasileiras. Esta abundância de valôres disponíveis, combinada com o desenvolvimento do espírito de associação, explica a facilidade com que são montados, no Rio de Janeiro, os negócios mais importantes. Viu-se, pouco a pouco, um atrás do outro, o Banco do Brasil, a emprêsa de navegação a vapor do Amazonas, a estrada de ferro D. Pedro II, encontrarem em cena, para as subscrições empresárias, dez vêzes o capital de que tinham necessidade. Havia, certamente, agiotagem nesse ardor em subscrever, e a capital do Brasil não é menos franqueada do que Paris e Londres a essa especulação maléfica, fermento próprio e necessário do crédito público e privado. (Charles Reybaud — *Le Brésil* — *Paris* — 1856 — pág. 230.)

(20) "Conquanto as transformações da Colônia em país autônomo, pelas razões expostas, tenha ficado reduzida em seus efeitos, a verdade é que as alterações que já se vinham processando na intimidade social brasileira não sofrem pausa, antes se aceleram, com o nôvo quadro, em que novas atividades surgem, ampliando as possibilidades de uma classe que estava divorciada da propriedade territorial e encontrava todos os obstáculos para firmar-se em outra base, de vez que a terra e o escravo continuavam a constituir-se no único elemento capaz de proporcionar a distinção, capaz de conferir a elementos sociais uma situação de primazia. A propriedade territorial não sofre mudança, conforme ficou evidenciado. A classe média deve apoiar-se, então, em atividades novas,

que surgem na época, ou em atividades antigas, que encontram caminho para desenvolver-se. A maior dificuldade em chegar a uma alteração importante estava justamente em que, fora da atividade agrícola, colocada à parte e conservada com a sua fisionomia íntegra, tudo representava obstáculo para a acumulação de riqueza. Acontece, porém, que, na metade do IV século, por fôrça da necessidade de expansão capitalista ao impulso da Revolução Industrial, o tráfico negreiro, que representava uma inversão importante, começa a sofrer tropeços tais que entra em positivo declínio, para acabar extinguindo-se pràticamente. Isso não se refletiu apenas na situação da propriedade territorial, impossibilitada de recrutar braços novos para o trabalho rural e relegada a viver do crescimento vegetativo das massas de escravos, como na situação dos capitais investidos no tráfico, parte dos quais era brasileiro. Certo é que a disponibilidade dêsses capitais não foi a causa única do impulso que as alterações em processo sofreram. Outras, desenvolvendo-se em ritmo mais lento, também influíram no quadro. Mas está fora de dúvida que êsse fator nôvo teve um lugar, num país em que a capitalização era demasiado lenta, em que, muitas vêzes, se havia chegado, dentro da própria classe proprietária, a curiosa situação de mais ostentar do que possuir, que êsse lugar foi importante. Tais capitais reverteriam, normalmente, à propriedade territorial, não fôsse o quadro apresentado por esta, sua rigidez, sua posição estática, quando a extensão da apropriação da terra chegara a limites extraordinários. Fechado êsse caminho natural, restava aos capitais então disponíveis a criação de novas aplicações, que só poderiam apresentar-se no quadro das atividades urbanas. A partir dêsse momento é que aparecem, na vida brasileira, os elementos da atividade industrial, assumindo novas formas, desenvolvendo-se, saindo do estágio primitivo do simples e reduzido artesanato, da produção doméstica, para assumir fisionomia própria, para definir a sua posição. É claro que tal atividade deve ser apreciada na relação ao quadro em que surge, nas proporções que êsse quadro estabelece. Está longe de assumir um destaque absoluto. Mas já não pode ser ignorada. Ela se entrosa perfeitamente, aliás, com as disponibilidades de mão-de-obra cada vez maiores, proporcionadas pelos elementos que a estrutura econômica, o sistema de produção vai deixando à margem, pela impossibilidade em conferir-lhes um lugar, dentro dos seus quadros rígidos. Vai de encontro às sobras da população rural, atiradas às cidades e sem horizontes nelas. O estreito mercado de trabalho começa lentamente a alargar-se. Ao lado do trabalho servil, representado por maioria numérica ainda absoluta e, principalmente, pela valia esmagadora de sua produção, encontra-se o trabalho livre, buscando ampliar a sua área de aplicação. Um permanece preponderantemente urbano. Outro permanece no quadro rural e sua preponderância é absoluta nesse quadro uma vez que, nêle, embora a fisionomia autárquica dos primeiros tempos tenha deixado de há muito de corresponder à realidade, o espaço concedido ao trabalho livre é ainda reduzido. O deslocamento territorial da riqueza, por outro lado, colocado no mesmo tempo em que se extinguiu o tráfico negreiro, força não só um deslocamento correspondente de massas de escravos, como alterações, dentro da mesma classe, na

posição relativa dos proprietários territoriais, conforme a zona em que exerçam o seu domínio. A disputa em tôrno da mão-de-obra servil existente, para atividade agrícola que não pode encontrar saída que lhe possibilite mudança no regime de trabalho, corresponde a mudanças na posse da riqueza que, embora desenvolvida na mesma classe social, constitui um fato nôvo, nas proporções em que ocorre. O quadro estático do passado sofre grandes modificações, em prazo relativamente curto. Tais modificações, embora não alcançando a estrutura do sistema de produção, que continua a fundamentar-se na conjugação da propriedade territorial com a propriedade servil, não podem deixar de trazer reflexos naquela estrutura que vai, aos poucos, perdendo a rigidez antiga. A segunda metade do IV século, dentro da aparente calmaria política que a caracteriza, apresenta mudanças sensíveis. O aparecimento de técnicas novas, — técnicas de transporte, com as ferrovias; técnicas de navegação, com o navio a vapor; técnicas de comunicações, com o telégrafo; técnicas de produção, com as primeiras máquinas destinadas à indústria de transformação que sai de um primitivismo desolador, — correspondem à ampliação do mercado interno, de um lado, e ao aumento do volume e do valor da produção agrícola, agora representada por novas culturas. Não é senão por isso que o aparelhamento bancário, que não encontrara até aí possibilidades para situar-se, começa a desenvolver-se. A acumulação financeira já pode ter lugar e o sistema de crédito começa a existir." (Nelson Werneck Sodré — *As classes sociais no Brasil — Formação e desenvolvimento — Posição histórica — Situação atual* — Rio — 1956 — pág. 30.)

(21) Quadro comum, aliás, aos países americanos antes dependentes de Portugal e Espanha. "O problema agrário é, antes de tudo, o problema da liquidação do feudalismo no Peru. Esta liquidação deveria ter sido realizada pelo regime demo-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas, no Peru, não tivemos, em cem anos de república, uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — pág. 35.)

(22) Os preconceitos ligados ao colonialismo vivem em todos os países que tiveram um passado colonial e têm uma economia colonial ou dependente. "A suposição de que o problema indígena seja um problema étnico nutre-se no mais envelhecido repertório de idéias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao ocidente branco para a sua obra de expansão e conquista." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — pág. 31.) Ver, também: Nelson Werneck Sodré — *A ideologia do Colonialismo* — Rio — 1961.)

(23) "Mal se abafara um pouco o eco da grita dolorosa dos parceiristas suíços e alemães em São Paulo, eis que nos chegavam notícias de novas vítimas dos embustes e da má administração dos serviços de colonização no Brasil. Bastar-nos-á lembrar apenas alguns dos principais fatos do início dêste ano de 1859: a revolta dos mineiros alemães (naturais do Harz) nas minas de Araçuaí (Bahia); os inúmeros casos de reclamações sôbre deficiente alimentação e sonegação de salários, apresentadas à embaixada austríaca pelos tiroleses, empregados na construção de estradas na Província do Rio de Janeiro; e sobretudo o

terrível drama das colônias do Mucuri (Províncias do Espírito Santo e Minas Gerais)." (Henrique Handelmann — *História do Brasil* — Rio — 1931 — pág. VI.)

(24) "Repito, apesar de tudo, que não pretendo pôr a América do Norte ou outros países de imigração no plano em que coloco o Brasil, e não quero dizer que deva cessar tôda a emigração para tais países. O que quero é combater a falsa crença de que nessas terras se encontrará um verdadeiro paraíso e de que nelas todos os obstáculos e tôdas as dificuldades seriam fàcilmente vencidas. O que eu quero é fazer baixar a febre de emigração, é poupar a muitos um arrependimente tardio." (Thomas Davatz — *Memórias de um Colono no Brasil (1850)* — S. Paulo — 1941 — pág. 227.)

(25) "O capitão Bradbury perguntou ao proprietário da ilha se os negros lhe pertenciam ou se lhes alugava os serviços. — "São meus, tenho mais de cem, — respondeu no seu inglês — mas isto vai acabar em breve." — "Acabar em breve! Que quer dizer com isso?" — "Acabou no país dos senhores e, uma vez acabado aí, está acabado em tôda parte, acabou-se no Brasil." Disse isto, não num tom de queixa ou de tristeza, mas como se falasse de um fato inevitável." (Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz — *Viagem ao Brasil (1865-1866)* — S. Paulo — 1938 — pág. 74.)

(26) Fato comum a tôda área colonial ibérica: "A Espanha nos trouxe o Medievalismo: inquisição, feudalismo, etc. Trouxe-nos também a Contra-Reforma: espírito reacionário, método jesuítico, casuísmo escolástico. Da maior parte destas coisas temos nos libertado, penosamente, pela assimilação da cultura ocidental, alcançada às vêzes através da própria Espanha. Mas de seu cimento econômico, enraizado nos interêsses de uma classe cuja hegemonia a revolução da independência não cancelou, não nos libertamos ainda. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua continuação é responsável, por exemplo, pelo retardo em nosso desenvolvimento capitalista." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — pág. 37.)

(27) Idêntico processo ocorreu em tôdas as outras dependências coloniais ibéricas na América: "A grande propriedade não fêz senão adaptar-se ao impulso que vinha de fora. O capitalismo estrangeiro, em sua perene busca de terras, braços e mercados, financiou e dirigiu o trabalho dos proprietários, emprestando-lhes dinheiro, com a garantia de seus produtos e de suas terras." (...) "Seu interêsse enraíza nos altos preços para os produtos agrícolas de exportação ou alterações na taxa de câmbio exterior quando os preços de seus produtos baixam." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — pág. 21.)

(28) "O meio principal para reduzir o tempo de circulação é a melhoria das comunicações. Dêsse ângulo, os últimos cinqüenta anos trouxeram uma revolução que não encontra paralelo senão na Revolução Industrial da segunda metade do século findo. Na terra, a estrada macadamizada cedeu lugar às ferrovias, no mar a navegação a vela foi suplantada pela navegação a vapor e os fios telegráficos estenderam sua rêde ao mundo inteiro. Não foi senão depois de rasgado o canal de Suez que a Ásia oriental e a Austrália foram verdadeiramente abertas

à navegação a vapor. O tempo de circulação de uma mercadoria expedida da Ásia oriental era, em 1847, de ao menos doze meses, em nossos dias ela não alcança quase outras tantas semanas. Os dois grandes focos da crise 1825-1857, a América e as Índias, foram aproximadas de 70 a 90% dos países industriais da Europa, graças à revolução dos meios de comunicação, e se tornaram muito mais perigosos. O tempo de rotação do comércio mundial foi reduzido e a capacidade produtiva dos capitais interessados foi dobrada, por vêzes triplicada." (Karl Marx — op. cit. — pág. 120, IX.)

(29) *Relatórios do Ministério da Fazenda*, anos de 1840 a 1910. *Estatísticas do Comércio Marítimo do Brasil* — Rio — 1876. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil.*

(30) Fontes: as mesmas do número anterior.

(31) Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda — *Quadros Estatísticos* — Rio — 1936 e *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda*, n.º 25 — Rio — 1943.

(32) "O mais importante a considerar, entretanto, é o seguinte: no momento em que deflagrava uma crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caíam bruscamente, reduzindo-se de imediato a entrada de divisas no país de economia dependente. Enquanto isso, o efeito dos aumentos anteriores do valor e do volume das exportações continuava a propagar-se lentamente." (Celso Furtado — op. cit. pág. 187.)

(33) Celso Furtado — op. cit. — pág. 196. "Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão-de-obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aquêles enquanto êstes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. Na etapa de declínio cíclico, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que na alta cíclica os frutos dêsse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresária, na depressão os prejuízos da baixa de preços tenderiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador. Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia corrigia o desequilíbrio externo — o reajustamento da taxa cambial — possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 196.)

(34) "Os interêsses diretamente ligados à depreciação externa da moeda — grupos exportadores — terão a partir dessa época que enfrentar a resistência organizada de outros grupos." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 204.)

(35) "A crise americana de 1857 fêz aparecer a primeira nuvem negra no horizonte da casa, sendo-nos recambiada uma forte soma de cambiais, tomadas para cobrir saques efetuados. O preço do café nos mercados de consumo sofreu violento abalo, devido a essa crise, o que

determinou oscilações, das quais a casa se aproveitou para ressarcir, sem maior demora, os prejuízos suportados." (*Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao público* — In Visconde de Mauá — *Autobiografia* — Rio — 1942 — pág. 206.)

(36) "Estabeleceu-se, assim, um contato contínuo e crescente entre a América do Sul e a civilização ocidental. Os países mais favorecidos por êsse tráfico foram, naturalmente, pela sua maior proximidade da Europa, os situados no Atlântico. A Argentina e o Brasil sobretudo atraíram para o seu território capitais e imigrantes europeus em grande quantidade. Fortes e homogêneos aluviões ocidentais aceleraram nesses países a transformação da economia e da cultura." (...) "A execução de um programa demoliberal ficava, na prática, entravada e sabotada pela sobrevivência de um regime feudal na maior parte do país. Não é possível democratizar o ensino de um país sem democratizar a sua economia e sem democratizar, principalmente, sua superestrutura política." (José Carlos Mariátegui — op. cit. — pág. 87.)

(37) "A vida de Nabuco termina em 1878 com a subida da situação liberal, mas pode-se dizer que êle morre já no epílogo da monarquia brasileira. O período que resta é tomado pela propaganda abolicionista, que nenhum homem de Estado, nos dois partidos, ampara com a sua responsabilidade na fase em que era possível generosamente resolvê-la, conciliando os proprietários. Quando o govêrno a chama a si, em 1884, a questão já tinha tomado, com a libertação do Ceará, velocidade irresistível, e mesmo a transação tentada pelo gabinete Dantas é frustrada pela aliança dos dissidentes liberais com o partido conservador, do que resulta a volta dos conservadores ao poder, em plena agitação social, com a política da resistência. Logo sobrevém a *questão militar*, prenúncio do futuro 15 de novembro; depois, com a impotência dos partidos, que haviam garantido à lavoura a posse tranqüila dos seus escravos, com as libertações em massa pelos proprietários mais abastados, com a ação revolucionária de Antônio Bento e a evolução agrícola de Antônio Prado (que troca a escravidão pela imigração) produzindo a defecção de S. Paulo, a abolição imediata sem indenização. Segue-se, em declínio rápido, torrencial, escumante, como os canhões de uma catadupa, a dissolução do Partido Conservador; a campanha, a cuja frente se põe o conde d'Eu, para conter a onda republicana, que jorra impetuosamente do seio dos antigos partidos; o seu refluxo pela expansão econômica, monetária que, um momento, sob Ouro Prêto, a reprêsa do lado das fazendas, mas que, ao sorriso da Fortuna, insensìvelmente, se desacautela do lado dos quartéis; por fim a deposição da Monarquia pelo Exército e a conserva, em alto mar, pela armada, do pequeno vapor *Alagoas*, que conduzia para o exílio o velho Imperador, desde 1887 decadente, sombra política de si mesmo, mas para o qual se abria, ainda assim, a mais nobre fase da sua vida, a que devia revelar a sublimidade do homem." (Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império — Nabuco de Araújo — Sua vida — Suas opiniões — Sua época* — S. Paulo — 1936 — pág. 373, II.)

(38) "O Exército, êsse porém provinha, em regra, da pequena burguesia. Sucediam-se em várias gerações famílias de militares, como os Fonsecas, os Mena Barretos, os Fontouras, os Câmaras. O reduzido sôldo dos oficiais, sem fortunas pessoais, prendia-os à mais modesta situação econômica. Os ideais abolicionistas e republicanos de liberdade e igualdade encontravam, pois, clima muito propício no seio do Exército do que no da Armada." (José Maria Belo — *História da República* — Rio — 1940 — pág. 168.)

(39) "Muito se tem repetido, também, que o nôvo regime, desde os primeiros dias, foi tomado de assalto pelos militares. É certo que a República foi, principalmente, obra dêles e deu-lhes posições de que nunca haviam gozado tão largamente no Império. Mas não nos parece admissível que os militares se conservassem ou se conservem estranhos às lutas políticas. Nunca foi estranho às Fôrças Armadas, observa José Maria dos Santos, o sentimento liberal predominante na nossa formação política. "Se os soldados se têm mantido indiferentes às agitações populares de 1831, a revolução de 7 de abril, que determinou a abdicação de Pedro I, não teria passado de uma simples assuada, ràpidamente sufocada sob algumas descargas de fuzil e rematada afinal por meia dúzia de execuções sumárias. Mas a nossa fôrça armada não era mais aquêle exército e aquela marinha entremeados de estrangeiros, que asfixiaram os amotinados do Pará, nos porões do brigue *Palhaço*, em 1823, sob uma nuvem de cal precipitada das escotilhas, e fuzilaram a Frei Caneca em Pernambuco, após a revolução republicana de 1824. Era natural, portanto, que a intensa vida pública do segundo reinado não deixasse de reagir profundamente sôbre o espírito da tropa, predispondo-a a receber sem resistência as transformações políticas que se preparavam." A doutrina do soldado cidadão, que alguns atribuem à influência do positivismo, é bem anterior a ela: é uma criação do próprio Império." (João Cruz Costa — *Contribuição à História das Idéias no Brasil* — Rio — 1956 — pág. 349.)

(40) "Em agôsto, ainda cheio de esperanças nos resultados da Reforma, Rui marcou a sua posição como candidato num manifesto ao eleitorado. Referia-se ao mandato como "o mais árduo e grave compromisso que um cidadão pode contrair para com o seu país", lembrava os projetos de Peel e Gladstone, na Inglaterra, e, já vencida a etapa da eleição direta, acenava com outras reformas no campo da instrução, das finanças, do trabalho livre, e da justiça. No âmago, entretanto, o que estava era a Reforma e, desvanecido, recordava o papel que lhe coubera na realização de Saraiva: "Sôbre essa reforma, dizia, que tem de restituir ao povo o govêrno de si mesmo, vai se pronunciar o imenso tribunal do eleitorado, que indubitàvelmente a coroará. E se, nesta ocasião, de alguma coisa é lícito de um candidato, humilde como eu, o ensoberbecer-se, nada mais digno de inspirar êsse sentimento de que o ter experimentado a felicidade que me coube, de apoiar o gabinete

que concebeu essa reforma, de pertencer à Câmara que a fêz, e de colaborar particularmente entre os seus mais íntimos, ativos e devotados cooperadores". E, como se apelasse para o julgamento do futuro, acrescentava: "As injúrias, natural é que estejam, e sempre estiveram, e em tôda a parte hão de estar, na razão direta da grandeza da obra consumada, na razão direta da vitória da moralidade sôbre o abuso, da liberdade sôbre a reação. Mas as injúrias são efêmeras: não hão de pesar nem na vossa decisão, nem na justiça do tempo que, para as reformas políticas, não demora." (Luís Viana Filho — *A Vida de Rui Barbosa* — S. Paulo — 1949 — pág. 123.)

REPÚBLICA

ADVENTO DA REPÚBLICA

Na análise do problema histórico constituído pela mudança de regime político no Brasil há um contraste singular entre os acontecimentos, que são quase irrelevantes, e a profundidade de suas raízes. O advento da República, realmente, nem é assinalado por reformas importantes, que marcam as fases de mudança, nem por um choque de opiniões, pelo aparecimento de ponderável reação à mudança. A aceitação plena e pacífica dá uma tonalidade interessante aos acontecimentos, rápidos, superficiais, consumados e tranqüilamente recebidos. Em que teria sido a República um passo à frente, entretanto? Em primeiro lugar, o Império era, sem qualquer dúvida, a representação, no Brasil, de uma velha estrutura, que já não tinha condições de vigência, pelo menos nos moldes tradicionais em que se anquilosara. Gerado das imposições da classe dominante que empresara a autonomia, e que a desejara com o mínimo de alterações, já não satisfazia, numa fase em que profundas alterações tinham lançado raízes no país. A idéia republicana estivera presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos aqui, antes e depois da autonomia: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha. A presença da idéia e a ausência de possibilidades para a sua concretização traduziam, em última análise, o conflito ou pelo menos o contraste que existe sempre entre a política das idéias e a política dos fatos. A idéia republicana, defendida pelos elementos letrados, e por isso mesmo da camada média da população, desde velhos tempos, jamais alcançara condições para vingar em conseqüência da debilidade daquela camada e tudo o que ela representava.(1)

Nem encontrara ela, ao longo do tempo, senão episódica e transitòriamente, com índices de fraqueza inequívocos, apoio popular, isto é, de uma classe ou camada ainda menos favorecida da sociedade. No Brasil, naqueles velhos tempos, não

existia povo, a rigor, no sentido de fôrça política, e mesmo depois da autonomia, quando começa a se desenvolver um grupo ligado à atividade comercial, as formulações liberais não encontram suportes efetivos.(2) Quando poderia, então, ocorrer mudança de regime, no Brasil? Quando a classe dominante de senhores de terras se enfraquecesse, ou quando se fracionasse, — de qualquer forma: quando ela se interessasse pela mudança, no todo ou em parte. O enfraquecimento teria de ser relativo, isto é, no confronto com as outras classes ou camadas sociais, ou no fracionamento que dividisse a própria classe dominante, permitindo que uma de suas frações se compusesse com outras classes ou camadas.

De qualquer forma, tornara-se evidente, ao aproximar-se o fim do século XIX, que o aparelho de Estado se tornara obsoleto, não correspondia mais à realidade econômica e política, transformara-se num trambôlho. A República, quando altera aquêle aparelho de Estado, traduz o problema: cai o Poder Moderador, cai a vitaliciedade do Senado, cai a eleição à base da renda, cai a nobreza titulada, cai a escolha de governadores provinciais, cai a centralização. O nôvo regime permite a participação no poder, embora transitòriamente, da classe média e há, com a mudança de regime, claramente, uma luta em tôrno da política tarifária e cambial. As reformas citadas, na realidade, traduzem o que se processa em profundidade. Não surgiram da imaginação dos republicanos da primeira hora: visavam, muitas vêzes apenas na intenção, atender a determinados fatôres, que eram relativamente novos, que vinham em ascendência. Não surgiram do acaso, em suma.

Novas fôrças apareciam no cenário, outras, já antigas, adquiriam uma função importante. Normano menciona uma delas: "O comerciante, uma quantidade sem importância por ocasião da abertura dos portos, tornou-se figura saliente em um país onde o sistema financeiro dependia exclusivamente do comércio estrangeiro, onde a côrte, o fazendeiro e mesmo, até certo limite, o próprio sertanejo, dependiam de mercadorias importadas, onde a exportação dos principais produtos era uma questão de "ser ou não ser" para as finanças nacionais."(3) Nabuco divide a fase imperial em seis períodos, com características, no seu modo de ver, muito nítidas, o da consolidação, o da conciliação, o da guerra com o Paraguai, que são

períodos ascensionais, e os três últimos, que assinalam o declínio: "de 1817 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da aliança, comêço da democratização do sistema, imprensa e condução baratas, — os *bonds*, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população, — idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o Imperador nelas ostenta e depois delas assume; de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do Exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa D. Isabel), do Exército contra o conde d'Eu, futuro Imperador, ouro abundante, febre da Bôlsa, Positivismo, surprêsa final de 15 de novembro." (4)

O declínio do Império foi assinalado por episódios, problemas e soluções já muito discutidos, o da nova lei eleitoral, ampliando a consulta popular, o da questão servil, ampliando o campo do trabalho livre, o da questão religiosa, mostrando contrastes dentro da mesma classe, o da questão militar, assinalando o fluxo da classe média, o da federação, denunciando uma reação contra a rigidez do sistema. Em tôdas as soluções, a classe dominante saíra enfraquecida, pelo menos no que afetava à sua fração mais antiga, o núcleo ainda colonial da produção. Em 1889, o quadro brasileiro pode ser traçado em umas poucas coordenadas: o país dispõe de 14 milhões de habitantes, distribuídos em 916 municípios, com 348 cidades; conta com apenas dois portos aparelhados e apenas uma usina elétrica; com 8.000 escolas, 533 jornais, 360 quilômetros de rodovias, 10.000 quilômetros de ferrovias e 18.000 de linhas telegráficas; sua produção agrícola ascende, em moeda nacional, ao valor de 500.000 contos de réis, e a sua produção industrial a excede um pouco, pois vai a 508.000 contos de réis; em dados *per-capita*, a produção industrial corresponde a 35.750 réis, enquanto a produção agrícola corresponde a 35.700; a exportação *per-capita* é de 15.000 réis e a receita *per-capita* de 11.500 réis. São dados que podem induzir a conclusões errôneas, evidentemente, e em particular a comparação entre o valor da produção agrícola e o valor da pro-

dução industrial, uma vez que a indústria dava, na realidade, os seus primeiros passos. No comércio exterior, verifica-se que, entre 1876 e 1885 a nossa importação ascendeu a 1.770.000 contos, quando a exportação atingiu a 1.970.000 contos. No decênio de 1886 a 1895, já em parte sob o nôvo regime, a importação atingiria a 3.300.000 contos, e a exportação a 4.100.000. O saldo, naquele decênio, subiria a mais de 800.000 contos, dado realmente importante. Começava, no Brasil, a capitalização.

Se aprofundarmos a análise, verificaremos que o esfôrço brasileiro corresponde a uma adaptação às condições do capitalismo agora em fase imperialista. Tôda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esfôrço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da produção colonial ao capitalismo; da produção semicolonial ao imperialismo. A República, nas alterações que introduz, marca nìtidamente, o extraordinário esfôrço de adaptação das condições internas às condições externas, de uma capitalização em início a um processo capitalista que atinge a sua etapa imperialista. Com a República, assistimos, realmente, ao apogeu da estrutura colonial de produção: o Brasil é um dos principais supridores de matérias-primas do mercado mundial e o seu produto fundamental é o alimentício que figura em maior volume nas correntes de troca, com a particularidade de fazê-lo ainda sem concorrência. Isto acontece quando o mundo assiste a um extraordinário surto do comércio internacional, decorrente do crescimento vertical da produção capitalista que, com o surto demográfico, invade mercados e destrói velhas relações.

A adaptação fôra, até aí, possível, sem graves alterações porque os fatôres de produção, aqui, não tinham encontrado obstáculos: com a abolição do trabalho escravo e o fluxo imigratório, a mão-de-obra era abundante e barata; com a disponibilidade de terras, a expansão agrícola não encontrara entravas. E ainda matéria-prima como a borracha, produzida em condições inexcedidas de atraso e de rudimentarismo, alcançava altos índices e iludia a realidade, enquanto o café podia permanecer aferrado a velhas técnicas, que apenas afetavam o beneficiamento em suas alterações, técnicas que a sua refratariedade à mecanização permitia e que a facilidade de terras

e de mão-de-obra facilitava. Era, entretanto, um sistema grande mas frágil, extremamente vulnerável pela sua dependência do exterior. A dependência não estava configurada apenas pelo fato de serem os preços das matérias-primas e alimentícios fixados no estrangeiro, mas no fato de ser a importação onerada ainda por alimentícios, além de utilidades que a produção interna não tinha possibilidades de atender. Se os alimentícios demandavam ainda um têrço do valor das importações, a remuneração de capitais, o serviço da dívida externa e as remessas de imigrantes, alcançando parcelas vultosas por vêzes, limitavam as possibilidades de importar, e na importação estava a fonte única de meios destinados a alterar as técnicas e a melhorar a produtividade.

O mercado produtor interno, por outro lado, especializava regiões geográficas, distanciadas umas das outras, conservadas como ilhas, desenvolvendo-se do esbôço ao apogeu e do apogeu ao fracasso final como processos diferenciados e autônomos, saídas isoladas, voltadas para o exterior. As diferenças não se restringiam aos produtos, estendiam-se às relações de trabalho, à própria estrutura de cada uma, como se fôsse regiões de países diferentes. A população amazônica, por exemplo, ascende, de 337.000 habitantes, em 1872 (e a borracha vai aparecer na exportação sòmente em 1880, com 7.000 toneladas), a 476.000, em 1890, em plena fase ascensional da produção, que chegará ao auge já em regime republicano. O cacau, que provoca, de seu lado, um deslocamento também importante de contingentes demográficos, ascende de 1.668 toneladas exportadas, em 1880, a 3.502, em 1890. E o açúcar atravessa a cruciante fase de adaptação que o limita ao mercado interno, o que é possível pela especialização regional da produção, quando S. Paulo, numa corrida cafeeira que ainda não encontrou obstáculos, desinteressa-se em produzi-lo.

Se há áreas que ficam fora do mercado, e são elas extensas, há outras que, incluídas nêle, apresentam diferenças notórias em confronto com as que se entregam à grande produção para o exterior. Não atingiram ainda, ao fim do Império, função destacada, que apareça no quadro de conjunto, mas já desempenham um papel em determinadas regiões. São áreas distanciadas daquelas em que se opera em grandes proporções, e por isso mesmo protegidas: desenvolvem a pequena

propriedade e vivem de mercados próximos, quase sempre urbanos. Enquanto as áreas que produzem em grande escala atravessam fase ascensional, estas áreas subsidiárias, que influem no mercado interno, manter-se-ão dentro de limites regulares. Sua expansão só ocorrerá, mais adiante, ao influxo das crises que assolam a grande produção. O desenvolvimento industrial, por outro lado, é demasiado lento, uma vez que as disponibilidades permitidas pela importação são limitadas. As tarifas de finalidade fiscal, entretanto, as enormes distâncias que funcionam como barreiras protetoras, a disponibilidade de determinadas matérias-primas, a abundância de mão-de-obra barata permite que os 200 estabelecimentos industriais de 1881 ascendam a mais de 600, em 1889, com um capital superior a 400.000 contos de réis. É, evidentemente, uma industrialização precária, sem grandes perspectivas, de bens de consumo: 60% dela está no campo dos têxteis, 15% no de alimentícios.

Se a estrutura econômica depende do exterior, se a sua válvula é a exportação do que produz, a esfera comercial exerce um papel dominante no que diz respeito aos preços e condiciona a produção. Quando o imperialismo entrar na esfera comercial dos produtos brasileiros, suas possibilidades de desenvolvimento encontrarão poderosos obstáculos. Êle aparece, no Brasil, de início, em fase ainda pré-imperialista, sob a forma de empréstimos. Êstes empréstimos, na fase imperialista, quando persistem, como saída para crises que se sucedem, assumem um caráter completamente diverso, funcionam como meio e não como fim, visando a conquista de posições e a penetração profunda na estrutura de produção. "O capital inglês empregado no Brasil, explicará um viajante, atinge a cêrca de dois bilhões e meio, representados pelo capital das casas de comércio, trinta e cinco milhões de libras esterlinas colocadas em títulos brasileiros, dezenove em estradas de ferro, quatro em companhias de navegação, três e meio em cabos telegráficos, dois em bancos etc. Os inglêses, gente bem informada, conseguiram de um modo geral os melhores negócios; uma companhia inglêsa é proprietária da estrada de ferro Santos-Jundiaí, que dá dividendos de 20 a 22% e é talvez a companhia de estrada de ferro mais lucrativa do mundo. Os inglêses são senhores do mercado financeiro do Rio; fazem a alta e a baixa do câmbio com cinismo." Em outra página,

esclarecera: "Essa estrada, admiràvelmente construída e conservada, é uma verdadeira mina de ouro para a companhia inglêsa que a explora, a companhia distribuiu 22% de dividendos a seus acionistas, no ano passado."(5)

O jôgo do câmbio vai ser a fonte divisionista que enfraquecerá o conjunto da classe dominante, agora sob contrôle da fração ligada ao café e em fase ascensional. O mecanismo de câmbio era manipulado, de acôrdo com os interêsses dessa fração, no sentido de permitir a concentração da renda em suas mãos, como será manipulado, em fase posterior, quando as crises sobrevierem, de forma a distribuir os prejuízos. O ônus da concentração e da distribuição repousava não apenas sôbre a fração que estava desligada do mercado exterior e que via o mercado interno retrair-se, como sôbre a massa de consumidores, que pagava mais alto tudo o que necessitava e via o seu padrão de vida reduzir-se. Ora, a fração antiga da classe dominante, como as frações novas, que ingressavam nela, mas já sob condições diversas, encontravam agora base em que se apoiar, a classe média, que ascendia em número e em função e que disputava um lugar no mecanismo político. Mas ainda mesmo a fração que controlava a classe dominante, e que vinha assegurando ao Império a sua vigência, apresentava flagrantes sintomas de desinterêsse pelas instituições. Há um momento em que, somadas tôdas as componentes, o equilíbrio se rompe, e a monarquia se deteriora ràpidamente, sem fôrças e sem capacidade de resistência. A classe dominante liberta-se dela, como de um fardo, tal como fizera com o trabalho escravo.

E a República será o resultado, no fim de contas, da eclosão das alterações que se vinham processando e que alcançam, em determinadas circunstâncias, as condições para aflorar e compor-se num conjunto político capaz de realizar a liquidação do regime e a sua substituição por um outro, mais flexível, mais apto a permitir a longa e difícil acomodação de uma estrutura econômica ainda profundamente colonial, embora os fatôres de progresso estivessem evidentes, ao surto do imperialismo, que, por tôda a parte, rompia as barreiras e transpunha os obstáculos que se antepunham ao seu pleno desenvolvimento. Os germes do que era nôvo, entretanto, permaneceriam vivos, e teriam possibilidades de crescimento em

função da mudança do regime, de sorte que o quadro futuro não será de maneira alguma uma cópia do quadro do passado, e criam-se condições irreversíveis para transformações muito mais profundas.

CRISE DA REPÚBLICA

As composições de fôrças oriundas de etapas de luta, nas condições que o Brasil apresentava ao aproximar-se o fim do século XIX, dificilmente resistem à prova do poder. Aquela que possibilitou a mudança do regime durou apenas o tempo necessário para realizar a sua tarefa específica. Como executantes da tarefa, os militares detiveram as rédeas, num primeiro e conturbado período.(6) Não tinham condições para aprofundar as transformações necessárias, com o poder partilhado. A luta interna surgiu na vigência do próprio Govêrno Provisório, ao comando de Diodoro da Fonseca. A substituição de Rui Barbosa na pasta da Fazenda foi um sinal evidente do movimento para alijar a representação da classe média.(7) O aparecimento no palco, sem nenhum constrangimento, de velhos titulares da monarquia indicava que não havia nenhuma incompatibilidade profunda entre êsses velhos quadros, e o que representavam, com a nova ordem política. A classe senhorial recompunha apressadamente as suas fileiras divididas no episódio da mudança do regime. A presença militar impede, por algum tempo ainda, que a recomposição se efetive. Com a dissolução do Congresso, Diodoro provoca a ascensão de Floriano Peixoto ao poder. O florianismo é a representação típica de classe média, com a coloração militar a vincá-la. É a forma com que tal classe luta, após a mudança do regime, para resistir ao restabelecimento de uma situação condenada. Os choques serão, por isso mesmo, violentos; as manifestações da opinião, apaixonadas. Sob os seus aspectos superficiais, razões profundas movem as correntes e pontilham os episódios. É a crise da República.

A fase de mudança do regime, e a própria mudança, surgem em conseqüência de alterações estruturais na economia brasileira: são tais alterações que, em pressão final, rompem o equilíbrio e arruínam a monarquia.(8) Estão presentes na

crise a que o nôvo regime é submetido, desde logo. Entre 1889 e 1892 ocorre o fenômeno muito conhecido mas pouco estudado que se convencionou chamar *encilhamento.* Alguns dados nos permitirão verificar as suas exatas dimensões. Comecemos pelos que dizem respeito ao meio circulante. A pressão para o seu aumento provinha principalmente da transformação no sistema de trabalho. A abolição do trabalho escravo demandava um acréscimo da ordem de 50.000 contos, num total de 200.000 da circulação da época, para remunerar a mão-de-obra. A pressão inflacionária estava devidamente estimulada, com as características iniciais. É que a abolição do trabalho escravo, nas zonas em que a passagem ao trabalho assalariado era possível, — e entre elas estava a do café, — provocava, efetivamente, uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra. Ora, os mecanismos que, ao fim do século, surgem na estrutura econômica, quando a situação em face aos mercados exteriores começa a oferecer perigos, fundavam-se na necessidade, precisamente, de, diante de um nôvo quadro, manter a concentração da renda. Tais mecanismos, agora muito mais complexos, não podiam mais operar, entretanto, com a impunidade antiga.

Não podiam operar assim porque se haviam gerado no interior interêsses diversos, que se contrapunham aos dos exportadores de alimentícios e matérias-primas, e, mais do que isso, que tinham a fôrça, agora, de resistir à pressão daqueles mecanismos.(9) Desde que relações capitalistas de produção são introduzidas progressivamente no país e alargam sua área de aplicação, o meio circulante recebe novos estímulos: a circulação cresce dos 206.000 contos de réis, de 1889, para 561.000 em 1891, isto é, quase triplica. O capital das sociedades por ações ascende de 800.000 contos de réis, em 1889, para os 3.000.000 de 1891. É o fenômeno que se conhece por *encilhamento,* visto em têrmos monetários, com o seu singular cortejo de ilusões, — as dos que supunham o Brasil muito menos colonial do que realmente era, — e a seqüência inevitável de desastres. E tudo isso se refletiria, finalmente, nas perturbações da ordem que ocorrem entre 1893 e 1895, por vêzes de proporções inquietantes. O declínio cambial é também um índice interessante: a taxa cai de 27 d, em 1889, para uma variação entre 16 e 10 d, em 1892, e para 6 d,

em 1898, já depois da crise política, mas ainda no âmbito da crise econômica. Quando se verifica que a população brasileira precisava, para fins elementares, de vestuário, alimento, utensílios, que só os fornecimentos externos proporcionavam, é fácil estimar os efeitos daquele declínio na massa de consumidores, cujo poder aquisitivo decaía muito depressa.

"A grande depreciação cambial do último decênio do século, — assinala um economista, — provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro govêrno provisório, criou forte pressão sôbre as classes assalariadas, particularmente nas zonas urbanas. Essa pressão não é alheia à intranqüilidade social e política que se observa nessa época, caracterizada por levantes militares e brotes revolucionários, dos quais o país se havia desabituado no correr do meio século anterior".(10) A causa estava na estrutura econômica, em fase de adaptação a um quadro nôvo, quando se geravam e cresciam resistências ponderáveis à concentração da renda.(11) Os elementos ligados à exportação, isto é, a classe dominante, representada pela fração ascensional, enfrentaria agora resistências continuadas e necessitaria, para enfrentá-las, gerar mecanismos econômicos e políticos capazes de lhe assegurar o domínio. As resistências não provinham apenas da classe média, que pagava as importações, mas ainda de setores da classe dominante, excluídos da exportação e voltados para o mercado interno. A adaptação de uma estrutura colonial a uma estrutura externa de capitalismo em fase imperialista só poderia ser desenvolvida por uma sobrecarga atirada ao consumidor, às classes dependentes, àquela que fornecia o trabalho e à classe média. As populações mais prejudicadas eram, necessàriamente, as urbanas. Vivendo de ordenados e de salários e consumindo uma parcela apreciável das importações, era minada em seu padrão de vida pelas alterações da taxa cambial, justamente onde operava mais fortemente o mecanismo de concentração da renda que beneficiava os exportadores.

Começa a aparecer no palco, também, uma fração da classe dominante ligada a atividades industriais, prejudicadas e entravadas em seu desenvolvimento pela política econômica defendida pelos elementos ligados à exportação. A depreciação cambial atinge, assim, a grupos diversos, ferindo-os de maneira diversa, juntando-os nas mesmas inquietações. O fato a

destacar é que, no Brasil existiam agora condições de resistência a uma política econômica que preservava a concentração da renda e que, para preservá-la, feria interêsses numerosos e correspondia a uma acentuada espoliação. "Os interèsses diretamente ligados à depreciação externa da moeda, — dirá um estudioso, — grupos exportadores, terão a partir dessa época de enfrentar a resistência organizada de outros grupos. Entre êstes se destacam a classe média urbana — empregados do govêrno, civis e militares, e do comércio — os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as emprêsas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem tôdas têm garantia de juros. Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial."(12) Outro economista poderia escrever, no mesmo sentido: "Um adepto da interpretação marxista também constataria no Brasil os interêsses de classes predominando sôbre o problema da moeda: os produtores de artigos de exportação inclinam-se à inflação de papel no país, ao passo que os importadores advogam a necessidade de uma moeda estável. O capitalista estrangeiro alia-se aos propagandistas da moeda estável e o credor estrangeiro usa a sua influência no mesmo sentido. O fazendeiro, o rep esentante político do Império, pertencia ao primeiro grupo; êle dependia dos preços de exportação; recebia em ouro no estrangeiro e gastava o dinheiro local dentro do país. O segundo grupo, a classe comercial, e as partes mais indu trializadas do país, dependentes da importação de máquinas, de matérias-primas e artigos de consumo, entraram no terreno político com a República. Seus interêsses eram idênticos aos dos que tinham capital estrangeiro aplicado em larga escala, o que poderia dar uma explicação de um empenho mais ativo e enérgico pela estabilidade da moeda."(13)

Os saldos na balança do comércio exterior vinham de pouco mais de 62.000 contos, em 1890, para quase 195.000, em 1891. Mas começavam a descer, com pouco mais de 53.000 contos, em 1892, e com um *deficit* de quase 16.000 contos no ano seguinte. As possibilidades de impo tar reduziam-se bastante. As dificuldades agravavam-se. Elas cobriam agora uma população a que era necessário atender: o Brasil atingia os

14.000.000 de habitantes, e novas áreas, como a da Amazônia, com o surto da borracha, incorporavam-se à zona de economia monetária. Nessas e em outras áreas, as mais antigas na produção, ascendentes ou decadentes, parcelas muito grandes da população começavam a participar da vida política. As formas de participação eram ainda rudimentares, salvo no que se referia às populações urbanas, intensamente trabalhadas pelos novos fatôres e profundamente feridas pelos mecanismos de concentração da renda. Duas saídas, peculiares a uma estrutura econômica colonial, passavam a ser indicadas como mazelas: a do bacharelismo e a do empreguismo.(14) Uma e outra, entretanto, constituíam índices significativos de uma sociedade colonial, em que o Estado devia acudir ao crescimento demográfico, já que a produção não o acudia. Seriam apontadas como males de origem, congênitos, peculiares à raça ou ao clima, inerentes à condição brasileira, quando não passavam de aspectos de um conjunto frágil na sua economia e desproporcionado na distribuição da renda.

O florianismo, nesse quadro, corresponderia aos anseios, espontâneos e nem sempre claros, da classe média. Em tôrno da figura do chefe do govêrno, apoiando-o nas medidas enérgicas que tomava para a manutenção da ordem e consolidação do regime, os grupos da classe média articulavam-se, resistindo à pressão oligárquica, que crescia a cada momento. Tratava-se, em suma, de alijar do poder a componente militar, que nêle representava a classe média. Rompia-se a aliança firmada para alterar o regime. Derrocada a monarquia, reformado o aparelho de Estado obsoleto, introduzidas as alterações que interessavam à classe dominante, não havia mais que aceitar a aliança, que começava a tornar-se incômoda. Reunificando as suas frações, desavindas quando da mudança do regime, a classe dominante, ligada à exportação, necessitava introduzir o mecanismo de defesa da concentração da renda e via todos os obstáculos na presença no poder de uma componente estranha, que lhe entravava os passos. A luta contra Floriano é alimentada, assim, por elementos provinciais, agora estaduais, antigos, e por elementos federais ancorados no regime extinto. Não havia possibilidades de restabelecimento monárquico, — embora todos os movimentos tenham um ranço de retrocesso e sejam acusados disso.

O que se pretendia não era o retôrno às instituições derrocadas, mas o uso das novas instituições para fins idênticos. A crise estava no choque que essa tendência provocava, nas resistências que, agora, surgiam por tôda a parte. Os duzentos mil eleitores do Império eram fàcilmente levados a determinados rumos. Na República, o problema assume feições novas. Para manter o aparelho de Estado a seu serviço, a classe dominante terá de montar um sistema político adequado, que contorne as resistências ou as detenha e vença. O choque seria inevitável. Assume, na fase crítica, o aspecto de luta contra uma facção militar, que detém o poder. Era um aspecto formal e superficial, porém. Chocavam-se interêsses profundos, que desencadeariam grandes lutas, e mesmo lutas militares. Tornava-se inadiável despojar o grupo militar do poder, onde representava um entrave. A derrota de Floriano significa êsse despojamento. As oligarquias iam ocupar o aparelho de Estado.

DOMÍNIO DAS OLIGARQUIAS

A sucessão de Floriano anuncia o fim da crise da República: a componente de classe média, presente no poder, será dêle despejada. A composição que possibilitara a mudança do regime estava rompida: a classe senhorial voltaria a unificar-se, ao comando da fração ligada ao café. A outra, ligada ao colonialismo econômico, pela sua estrutura, e dependente dos favores e da proteção do Estado, preferiria submeter-se. Isolada, a classe média, sem base política, estava condenada a gravitar, por muito tempo, em tôrno de problemas circunstanciais, sofrendo os efeitos de uma política econômica que atirava ao consumidor os ônus cada vez mais pesados da "valorização do café".

Em 1896, pouco depois da crise caracterizada pelo *encilhamento,* e pouco depois também da luta militar contra Floriano, começam a cair os preços do nosso principal produto de exportação. O valor médio da saca exportada, em 1896, foi de 2,91 libras, contra os 4,09 de 1893. Em 1897 continua a queda que vai alcançar 1,48 libras em 1899. Já se tornava extremamente difícil, com os mecanismos habituais, socializar os prejuízos. Mas a descentralização federativa apresentava

uma saída interessante: caberia aos governos estaduais defender uma política própria, a da "valorização", no caso do café, que permitisse manter os lucros da classe dominante ligada à exportação. Para efetivar essa política, entretanto, era indispensável o apoio externo. Êsse apoio é encontrado no capital financeiro, e a aliança, que antes era tácita, fica estabelecida de modo ostensivo. A partir de 1898, pois, o imperialismo está instalado oficialmente na política do café. A "valorização" se processa à base de empréstimos que, obtidos a alto preço, oneram pesadamente o país. Os seus fornecedores, numa época em que o capital financeiro estava, quanto às fontes, distribuído, havendo competição entre elas, assume o contrôle do mercado. A operação de 1898 consistia em fundir, por um período de três anos (1.º de julho de 1898 a 30 de junho de 1901) os juros de todos os empréstimos em esterlinos e de certas obrigações ferroviárias, em um *funding-loan* a 5%, cujos juros seriam pagos em dinheiro. Suspendeu-se o pagamento dos fundos de amortização por 13 anos (1.º de julho de 1898 a 30 de junho de 1911). O pagamento dos juros foi reatado a 1.º de julho de 1901 e o dos fundos de amortização em 1.º de janeiro de 1910, dezoito meses antes de findo o prazo previsto em 1898.

Para estabelecer essa política de associação com o imperialismo, a classe senhorial deveria organizar-se internamente. A forma de organização que surgiu foi a da *política dos governadores.* Tratava-se de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas dêsses Estados, inclusive pela dominação, com a fôrça, de quaisquer manifestações de resistência. O Brasil era dividido em tantos feudos, reconhecidos no centro, quantos os seus Estados federados. Um acôrdo entre as oligarquias e o centro permitia a êste governar em paz, comprometendo-se a não se imiscuir nos assuntos peculiares aos Estados, assuntos que seriam resolvidos segundo o interêsse de cada uma das oligarquias assim oficialmente instaladas. Para isso, aquelas oligarquias ou organizavam fôrças irregulares próprias, à base de um banditismo semifeudal, ou valiam-se de organizações policiais assemelhadas em tudo e por tudo a verdadeiros exércitos regionais. Do ponto

de vista nacional, a política financeira seria aquela que notabilizou o ministro Murtinho, quando se tentou, pela primeira vez, na prática, paralisar o desenvolvimento do país, através de medidas financeiras adequadas, jungindo-o por um sistema de peias que o submetesse ao rígido molde escolhido.

Em sua mensagem de maio de 1899, o presidente Campos Sales definia a sua política da forma seguinte: "É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para êsse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países, e importar tudo quanto êles possam produzir em melhores condições do que nós."(15) Nesse simplismo, aparentemente lógico, estava todo o segrêdo de uma política que se reduzia em paralisar justamente o que era nôvo e progressista, reduzindo, por um sistema de fôrça, o impulso renovador. E o presidente não deixaria de confessar, com a tranqüilidade dos tempos, que "sem êles (os Rothschild), seria difícil calcular quão baixo desceria o nível do nosso crédito".(16) A essa política de associação com o imperialismo, como é natural, deveria corresponder uma extorsão tributária a que o país jamais assistira. "Todos nós sabemos, diz um ensaísta, o que foi para o Brasil o quadriênio Campos Sales. Um verdadeiro cataclismo tributário, sem o mínimo critério econômico, sem uma só consideração dos elevados interêsses brasileiros, sem visão de nenhum motivo político ou econômico, sem atender a uma só das reações que resultaria a mais completa rêde fiscal que o país jamais conheceu ou experimentara estendida sôbre todos os recantos da sua economia."(17) No período de 1890-1895 haviam sido fundadas 452 fábricas, com inversão correspondente a mais de 200.000 contos de réis, mas a política econômica seguida então traria as maiores dificuldades à indústria. Uma estatística da percentagem de capital investido em indústrias, entre 1885 e 1919, mostra como o período de 1895-1899 foi o de menor investimento, mal atingindo 5% do total invertido entre 1885 e o fim da primeira Guerra Mundial, quando os períodos de 1890-1894 e 1885-1889 haviam apresentado 11,8 e 11,2, respectivamente, daquele total. A política de Campos Sales correspondia, assim, à paralisação do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interêsses do imperialismo, a

que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido. A dívida externa, entretanto, cresceria dos trinta milhões de 1890 para os noventa milhões de 1910.

A política de restauração imposta pelos credores acarretaria a retração do meio circulante e a ascensão cambial entorpeceria a atividade econômica. A crise de 1898 seria, em suma, o grande negócio da finança internacional; consolidaria a nossa dependência, nada mais se fará sem audiência do imperialismo, e as entradas de capitais estrangeiros, grandes para a época, dão um aparente sinal de euforia numa estrutura de produção que, na verdade, se depauperava. É a fase em que aquêles capitais penetram, encontrando acolhida franca e garantias extensas, para obras portuárias, ferrovias, emprêsas elétricas, serviços públicos etc. A monocultura do café avança a passos gigantescos: de 1890 a 1900 as plantações paulistas dobraram, passando de 220 milhões a 520 milhões de pés, mas já em 1905 há um excesso de onze milhões de sacas na produção.

O mecanismo de concentração da renda, de que a política dos governadores era a tradução vulgar, sendo a tradução clara a política econômica e financeira de ordenar a casa, em têrmos domésticos de equilíbrio, encontrava agora, entretanto, resistências mais ou menos fortes, embora ainda não organizadas. Onde se faziam sentir com mais profundidade os efeitos de uma política que só beneficiava os senhores de terras, aquelas resistências tendiam a manifestar-se sob variadas formas. Os que viviam de salários e ordenados e consumiam parte importante das importações, uma vez que estas englobavam alguns produtos alimentícios e utilidades inúmeras, sofriam direta e profundamente os efeitos do mecanismo cambial e dos jatos emissionistas com que o govêrno atendia as suas necessidades. No decênio dos oitenta, o meio circulante se manteve mais ou menos estacionário; no seguinte mais do que triplicou, e isto denuncia a carga suportada pelos que viviam de remuneração fixa. Entre êstes, pois, isto é, entre os trabalhadores e a classe média, surgiriam resistências inorganizadas, que explodiam por vêzes em motins militares e em perturbações episódicas, revelando as insatisfações reinantes.

O mecanismo de compressão caracterizado pela política dos governadores restringia a área em que podiam manifestar-se aquelas insatisfações, quase as deixavam limitadas aos meios

urbanos. No campo, realmente, as relações feudais e semi-feudais permitiam uma aparente estabilidade. Mas, ainda assim, o episódio de Canudos surgia, logo depois do desaparecimento do florianismo, como um sinal de alarma. Sob o manto do fanatismo religioso, Canudos não foi mais do que manifestação violenta, e até heróica, de uma população relegada ao mais baixo nível e nêle mantida por longo tempo. Em outros lugares, e sob formas diferentes, sintomas da mesma inquietação repontavam. Em nenhuma área com a clareza assinalada em Canudos e, um pouco depois, no Contestado: a luta dos sem terra, de gente desprotegida, atirada ao desespêro e cobrindo o desespêro com a espêssa capa do fanatismo religioso. Formas ostensivas ou disfarçadas de banditismo, por outro lado, coloriam o quadro rural.

A vida política não traduzia, senão sob formas muito atenuadas, tais descompassos. A representação eleitoral, a que o sufrágio dera uma nota de liberalismo singular, ficava dessorada de significação no mecanismo mandonista dos senhores, com os seus *currais* perfeitamente organizados, ou no mecanismo demolidor dos *reconhecimentos,* em que se podavam, vez por outra, as manifestações esporádicas de rebeldia. A República era uma cômoda ficção, e o país se transformara, realmente, numa "modesta fazenda senhorial, bem ordenada". No plano federal, o revezamento de presidentes paulistas e mineiros corresponderia a essa aparente placidez, em que as formas de expressão do que era nôvo no país ficavam totalmente inutilizadas. O Brasil atravessou, assim, o primeiro decênio do século XX, até que o quadro internacional perturbado lhe apresentasse condições outras para sair do clima de acomodação.

DECLÍNIO DAS OLIGARQUIAS

O predomínio oligárquico, que traduz concretamente a política da classe senhorial, estende-se desde a derrota do florianismo até o fim da primeira Guerra Mundial, com uma caracterização absoluta no govêrno Campos Sales, quando os mecanismos econômico, financeiro e político são montados e postos a funcionar, ultrapassada a fase de transição em que

Prudente de Morais liquidou os remanescentes florianistas. Sob muitos aspectos, a fase inteira é de prosperidade, às vêzes aparente, e às vêzes real. No decênio de 1890-1900, a população brasileira passara de 14 a 17 milhões, em 1920 atingiria 30 milhões. Em algumas zonas, o surto demográfico vinha sendo singular. No Amazonas, por exemplo: havia ali, em 1874, 15 a 16 mil mateiros, perdidos na floresta; em 1910, eram mais de duzentos mil, e a população do estado superior a duzentos e cinqüenta mil. No último decênio do século XIX, a população estrangeira, em São Paulo, cresceria de 605%: os nacionais eram 770.000, os estrangeiros 230.000. Entre 1887 e 1897 entraram no Brasil 1.300.000 indivíduos. Tôda a Amazônia passaria de 340.000 habitantes, em 1872 para 480.000, em 1890, e 1.100.000, em 1906. Não era um aumento quantitativo, apenas, mas qualitativo, e revelava alteração profunda no mercado e nas relações de trabalho.

Os principais produtos de exportação estavam em ascensão. O que mais se destacaria, pelas características violentas de crescimento, a borracha, vinha alcançando bons preços, em moeda nacional: 2$400 o quilo, em 1880; 3$000, em 1890; 7$000, em 1900. Em 1880, a exportação alcançara apenas 7.000 toneladas; no decênio de 1901 a 1910, a média anual seria da 34.500 toneladas; 1912 seria o ano de máxima exportação, com 42.000 toneladas. Naquele decênio, a borracha representava, em média, 28% da exportação do país; em 1910, isoladamente, para os 385.000 contos de réis de café exportado, a borracha apresentaria 377.000 contos, e os dois produtos andavam por volta de 40% da exportação total, cada um. Em 1890, exportávamos apenas 5.000 toneladas de cacau; em 1900, mais de 22.000, que serão 25.000, em 1910 e 37.000, em 1914. O quadro do café não apresentava a mesma seqüência ascensional: nos últimos anos do século XIX, conquanto a produção crescesse, a exportação declinava, e declinavam os preços: 13$400 por dez quilos, em 1898, 10$200, em 1899; 8$800, em 1900; 4$400, em 1906. No ano anterior, a exportação de café rendera 177.000 contos, e a de borracha 226.000, e só êste índice seria suficiente para denunciar a gravidade do problema. A política do café, daí por diante, traria ao país inquietações cada vez mais profundas, apenas atenuadas pelas fases de normalidade.

A arrancada territorial do café, fundada numa política de defesa constante do produto, através de mecanismos em que a sua comercialização preponderava, corresponderia à incorporação de vastas áreas até então abandonadas. O café ampliaria o mercado interno, promoveria o desenvolvimento ferroviário, alicerçaria a rêde bancária e forneceria as bases para o crescimento industrial. Mostraria, por outro lado, a irredutível resistência a novas técnicas agrícolas, com a refratariedade à mecanização e as oscilações no trabalho, quase todo manual; só o beneficiamento receberia inovações técnicas. A expansão das ferrovias, aliás, assinalavam o caráter da produção: tratava-se sempre de penetrantes, que iam em busca de matérias-primas ou alimentícios, para trazer aos portos e destinar ao exterior, na especialização regional dos produtos, tudo o que se produzia. Daí a rêde fragmentária, as oscilações de saldos e *deficits*, as perspectivas fascinantes e a sucessão posterior de desastres: é uma rêde de transportes que carreia a produção para o exterior e que sofre diretamente a oscilação dos preços no exterior de tudo aquilo que transporta. Enquanto o preço suporta um frete razoável, tudo corre bem; nas fases críticas, entretanto, o transporte acompanha o declínio dos produtos a que serve, e não há o que os substitua. A rêde bancária, por seu lado, está constituída quase tão-sòmente para atender as solicitações dessas lavouras dispersas, em zonas as mais distantes, tôdas voltadas para o exterior. E, de outro lado, o senhor de terras, a que, a rigor, não pode caber o título de agricultor, ou aquêle que detém capitais para a emprêsa agrícola, será ainda o banqueiro, como será, depois, o industrial. Comportando-se preponderantemente como produtor de matérias-primas e de alimentícios vegetais destinados ao mercado exterior.

É uma estrutura econômica que, apesar dos altos índices a que atinge a produção por vêzes, revela a sua fundamental fragilidade, extremamente vulnerável sempre. A evasão dos lucros, com a comercialização dominada do exterior, só encontra paralelo na concentração a que êles se submetem no interior. Os saldos na balança do comércio externo, no primeiro decênio do século XX, totalizam 273.000 contos, equivalentes a quase dezesseis milhões de libras esterlinas, e tais saldos é que permitem enfrentar o vulto ascendente dos compromissos

externos. É que êstes crescem sempre, com os sucessivos empréstimos, para encampação de ferrovias, para as obras do pôrto do Rio de Janeiro, para o Lloyd Brasileiro, para a construção da Noroeste, para o Pôrto do Recife. Por outro lado, os investimentos estrangeiros encontram largos campos de aplicação, com perspectivas promissoras: no setor de transportes, de início; nos serviços públicos urbanos, depois; no setor de energia, adiante. São investimentos generosamente garantidos, com mercado assegurado, e vão concorrer com a amortização dos empréstimos no desfalque que os saldos da balança de mercadorias oferece. Tais saldos são sempre insuficientes para atender às necessidades de aparelhamento do país, e é necessário cobrir os empréstimos com emissões. A acumulação interna é, pois, absolutamente desproporcionada ao enorme esfôrço que a produção ascensional representa.

Mas, ainda assim, o quadro apresenta alterações importantes que, no fim do período, com a primeira Guerra Mundial, indicarão os seus efeitos e os aprofundarão. O aumento demográfico, a modificação nas relações de trabalho, a ascensão na capacidade aquisitiva ligada às fases de euforia na exportação dêste ou daquele produto, ou de mais de um, vão impulsionar, vagarosamente, o parque manufatureiro cujo crescimento está associado às dificuldades para importar. Os saldos não são suficientes para isso, naturalmente e as quedas de câmbio encarecem as importações, mas as tarifas de finalidade fiscal operam como barreiras por vêzes e, de outra parte, há disponibilidade de matérias-primas, em alguns casos, e principalmente disponibilidade de mão-de-obra e a baixo preço. O censo industrial de 1907, o primeiro a que o país assiste, assinala a existência de 3.258 estabelecimentos, com 150.000 operários e 666.000 contos de réis de capital, desigualmente distribuídos, com 33% dos estabelecimentos no Distrito Federal, 16% em S. Paulo, 15% no Rio Grande do Sul e 7% no Estado do Rio de Janeiro. Já em 1920, o quadro é bem diverso: são 13.336 os estabelecimentos, 276.000 os operários, e 1.816.000 contos de réis o capital. A indústria de alimentação, que correspondia a 27% do capital, em 1907, corresponde agora a 40%, com o papel da carne congelada, durante a primeira Guerra Mundial, quando figura, na exportação, com mais de 60.000 toneladas.

É uma indústria de substituição, que alivia importações, mas passa a ter um papel indispensável no conjunto da economia brasileira. Não apresenta progresso técnico expressivo, não disputa mercados, não revela alterações qualitativas. Indica carência de capitais, dificuldades de crédito, seus recursos são sobras da agricultura de exportação, suas firmas são individuais, constituindo mesmo quase a metade os capitais individuais, no conjunto das emprêsas. As crises do café, entretanto, correspondem a transferências de capitais da área agrícola para a área industrial, e a acumulação é favorecida pelas emissões. Há nessa indústria, entretanto, uma debilidade congênita, e sofre as oscilações externas sôbre o conjunto da economia brasileira. A interrupção nos fornecimentos externos, durante a primeira Guerra Mundial, e os saldos que a balança de mercadorias proporciona, em conseqüência, cria disponibilidades e oferece um mercado fácil em que a demanda é crescente. A percentagem de capital empregado em estabelecimentos industriais, de acôrdo com o período de fundação, entre 1885 e 1919 nos mostra o seguinte:

Até 1884	9,6
1885-1889	11,2
1890-1894	11,8
1895-1899	5,0
1900-1904	6,0
1905-1909	12,4
1910-1914	18,5
1915-1919	24,2
Desconhecido	1,3

Nesse período, o de declínio das oligarquias, o aumento da produção agrícola, a que nos referimos antes, não induziu aumento de salário, pela farta disponibilidade de mão-de-obra, e isso se refletiu desfavoràvelmente no crescimento do mercado interno. A saída era o deslocamento de populações: desde os fins do século, realmente, assiste-se, no Brasil, ao sacrifício demográfico de determinadas zonas em favor de outras. As disponibilidades de trabalho gravitam para as zonas em que a produção cresce. Por outro lado, não havendo pressão para aumento de salários, não há nenhuma exigência para que

o senhor substitua mão-de-obra por capital fixo.(18) A farta disponibilidade de mão-de-obra freia o aumento do mercado, avilta o trabalho e impede o rateio da renda. Os lucros do crescimento da produção agrícola para exportação ficam retidos na classe senhorial, e nela vai ser recrutado o industrial, nas fases em que surge a possibilidade de transferência de capitais da agricultura para a indústria. Não apenas isto: não apenas os industriais serão antigos fazendeiros, ou continuarão fazendeiros, — o transporte estêve sempre condicionado aos produtos agrícolas de exportação, e não a produtos industriais; o crédito está rotinado em operações agrícolas e não em operações industriais.

Tudo isto mostra as deficiências do surto industrial que, fundado nas substituições, caminha vagarosamente, até o salto que a primeira Guerra Mundial proporciona. O aparecimento de um parque industrial que começa a ter um papel caracterizado no conjunto da economia brasileira não é o único fato importante da época. Outro fato importante está na celeridade com que se introduzem relações capitalistas na produção agrícola. A massa que vive no campo começa a diferenciar-se, portanto; na mesma medida que a que vive nas cidades se diferencia, com o aparecimento do operário. Ora, a política de portas abertas e a comercialização externa da produção agrícola corresponde a associar o imperialismo ao crescimento econômico do país. O Brasil avança, realmente, mas carregando um pesado fardo. As alterações começam a denunciar a presença de fatôres novos: para exercer o seu domínio a classe senhorial deve manter o mecanismo político que lhe permite vedar as expressões de descontentamento. Na medida em que as alterações se aprofundam, entretanto, as possibilidades de vedar vão se tornando menores.

No terreno político, é fácil verificar como os acontecimentos assinalam o processo em curso. A política dos governadores consistia em uma troca de apoios, do govêrno central aos dos Estados, e do govêrno dêstes ao govêrno central. Isto foi levado às últimas conseqüências com a descentralização do reconhecimento dos eleitos: o critério oficial passou a ser o de confirmar aquêles que viessem aprovados pelas juntas apuradoras estaduais. Ora, estas eram manipuladas pelos governadores. A representação eleitoral, assim, passava a ser um

mito. Rui Barbosa fustigaria o sistema, comentando a Constituição: "Um dos flagelos que desgraçam hoje êste país são as chamadas oligarquias estaduais, que o govêrno da União acoroçoa, explora, sustenta e agrava, servindo-se, para isso, já dos exércitos militares de mar e terra, já do exército civil, que o nosso inumerável funcionalismo lhe proporciona. No dia em que a União deixe de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e entre a velar sèriamente, com as atribuições que a Constituição já lhe dá, e as que a reforma constitucional lhe der, contra os desregramentos, pelos quais, nos Estados, se anula ou subverte o sistema republicano federativo, a autonomia dos membros da federação começará, desde logo, a ter foros de verdade, e a política brasileira deixará de ser, como é, o sindicato dos governadores presidido pelo chefe do Poder Executivo."(19)

Se o país tivesse um desenvolvimento uniforme e simétrico, a rígida política dos governadores poderia ter condições de êxito, até certos limites. Mas isto não acontecia, e o centro de gravidade do problema político se transferiu da União para os Estados, disputando-se nestes o poder, à base das competições locais ou regionais. Apesar das realizações com que é conhecido o govêrno de Rodrigues Alves, o fato é que foi êle tumultuado por motins e pronunciamentos variados, entre os quais se distinguiram os militares. A sucessão de Afonso Pena teria sido diferente se hábil manobra das fôrças oligárquicas, — e isto já é prova de seu declínio, — não tivesse feito de um militar, isto é, de um representante da classe média, o candidato oficial. A campanha civilista que Rui empreende, em 1909, assinala a alteração política que se avoluma. E o próprio Marechal Hermes, no poder, com as *salvações,* as intervenções nos Estados, o episódio significativo do bombardeio da Bahia, mostra como o centro de gravidade das lutas se transferira para os Estados. E o fato de ter sido o seu govêrno inaugurado com o episódio da revolta dos marinheiros, — para abolir o castigo corporal da chibata em pleno século XX, — mostra como o quadro era diferente. A primeira Guerra Mundial disfarça, com as suas conseqüências econômicas, as transformações políticas em processo. Elas se acumulam, entretanto, para irromper com muito maior fôrça, logo depois, quando tudo retorna à normalidade.

Irromperiam sob condições novas. As primeiras greves, em 1918, mostram que uma nova classe está presente no quadro político, a classe operária. O surto industrial era agora um fato consumado, a que seria necessário atender. A política de concentração de renda encontrava entraves cada vez maiores e resistências que iam até às manifestações pela violência. Não havia, quase sempre, consciência do processo, mas os fatos se enfileiravam, com uma ordenação precursora de mudanças radicais. As oligarquias declinavam, multiplicando recursos para a defesa de suas posições, e apenas protelando mudanças inevitáveis. A impopularidade dos presidentes, inaugurada com a tremenda vaia com que Campos Sales foi acompanhado, do palácio à estação ferroviária, não era uma característica inata do nosso povo. Era um sintoma a mais.

REVOLUÇÃO DE 1930

O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas fôrças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação. Quando termina a primeira Guerra Mundial, a presença das novas fôrças é de uma clareza inequívoca. No quadro externo, por outro lado, as conseqüências do largo conflito, ou os acontecimentos que se seguiram ao seu fim, foram importantes e refletiram-se em todos os cantos do mundo. O mais grave daqueles acontecimentos foi, sem dúvida, o aparecimento de uma área socialista, com a revolução de 1917 na Rússia. O esfôrço econômico para derrotar a Alemanha e seus aliados levara o imperialismo a uma nova fase, quando os Estados Unidos assumiam uma posição de superioridade absoluta sôbre todos os outros países que haviam atingido aquela etapa do desenvolvimento capitalista. Em tôdas as áreas mundiais a que o imperialismo aplicava o seu sistema, de que retirava proveitos, acelera-se a substituição de capitais inglêses, franceses, holandeses, alemães, por capitais americanos. O Brasil será uma dessas áreas.

As formas de ação do imperialismo começam a variar, desde então. A mais utilizada é a do estabelecimento de indústrias estrangeiras no mercado interno. Essa introdução visa contornar a barreira tarifária, que agora assume características de proteção ao investidor interno, em muitos casos, ao aproveitamento da mão-de-obra abundante e barata, à eliminação dos custos de transporte, pela colocação junto ao consumidor. São falsas indústrias, em sua maioria, que desdobram o processo de produção em duas partes, a externa e a interna, sendo esta uma parte de simples acabamento, de montagem, de empacotamento, não correspondendo de forma alguma à introdução de equipamentos fabris complexos, nem mesmo à de técnica. Outras indústrias estrangeiras aqui instaladas atendem tão-sòmente a necessidade de avizinhar-se da matéria-prima que utilizam. Em vez de pagar os fretes dessa matéria-prima, que recebem daqui, e dos produtos acabados, que nos enviam, tais indústrias instalam-se no próprio mercado a que atendem, eliminando fretes de ida e volta, que encarecem a produção.(20)

Quando êsse tipo de indústria se instala, — e é o caso dos frigoríficos, por exemplo, — as matérias-primas de que se alimentam começam a ser açambarcadas e o seu consumo interno começa a sofrer dessa concentração. No setor da energia, por outro lado, os investimentos estrangeiros crescem, acompanhando o surto industrial que aqui se processa, e até condicionando a sua localização. De qualquer forma, o significativo está na existência de um mercado interno, que é disputado. Até aqui, o imperialismo se dividia, em suas fontes, e havia uma luta entre os capitais oriundos de fontes diversas. A supremacia dos capitais americanos vai alterar essa competição: entre o fim da primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, assiste-se o alijamento acelerado dos capitais europeus, a sua substituição progressiva e rápida por capitais americanos. Os Estados Unidos vinham sendo já os fornecedores dos empréstimos externos. A política brasileira consiste em acompanhar as orientações norte-americanas. Os capitais americanos dominam, desde então, a comercialização do café, e começam a penetrar na produção, através dos financiamentos, sendo já absolutos na distribuição. Os bancos são agências de especulação financeira, controlando a exportação uma vez que re-

têm a massa de cambiais. Instalados no interior, os capitais estrangeiros voltam-se agora para novas matérias-primas.

Entre 1918 e 1924 o número de pés de café ascende de 828 para 949 milhões. Até 1925, as oscilações na produção são compensatórias, inclusive as que derivam da influência de fenômenos metereológicos, como a geada de 1918; daí por diante começam os excessos permanentes. A política de valorização por retenção de safras chega a um impasse. Fôra mantida, em grande parte, pelas emissões, que agravavam as condições de vida das classes menos favorecidas e das regiões que não estavam ligadas à economia de exportação. Estas, entram, definitivamente, na fase de empobrecimento ostensivo, marginalizadas do desenvolvimento, submetidas a uma desigualdade gritante. Os cafèzais, no entanto, continuam a ampliar-se: em 1930 haverá mais de 1.150.000 pés de café. As dívidas para manter os preços haviam sido feitas à base de empréstimos de condições onerosas. Nesse ano a dívida externa estava na casa dos 250 milhões. A borracha desaparecera da exportação e o cacau sofria uma crise séria. A situação econômica, pois, apresentava um quadro difícil. Quando a produção média entre 1927 e 1929 atingia a quase 21 milhões de sacas e a exportação mal ultrapassava 14 milhões, era ostensiva a gravidade da situação. Em 1929, a disparidade tornava-se flagrante: a produção atinga a casa dos 29 milhões, e a exportação mal ultrapassava os 14 milhões. Estava claro que a produção de café, no Brasil, era uma atividade econômica de natureza tìpicamente colonial. Em que residia o seu caráter colonial?

Residia no fato de sua dependência absoluta: a década de vinte, aliás os primeiros trinta anos do século, assinalaram uma prosperidade extraordinária das nações industrializadas, isto é, das nações capitalistas e particularmente daquelas em que o capitalismo alcançara plenamente a etapa imperialista, mas assinalaram também a extrema debilidade da produção das nações subordinadas ao imperialismo, o seu depauperamento, as suas crises. Entre 1920 e 1929, o produto nacional bruto, nos Estados Unidos, ascendeu de 103,6 a 152,7 bilhões de dólares, representando um aumento da renda real *per capita* superior a 35%. Ora, nesse mesmo período, o volume de café ali consumido, e o preço, mantiveram-se estáveis. A ligação entre um fato e outro é a caracterização do imperialismo, que faz

contrastar a extraordinária prosperidade da economia de monopólios com o extraordinário depauperamento das economias coloniais e dependentes. As reservas ouro, no Brasil, alcançavam 31.100.000 libras, em setembro de 1929; em dezembro de 1930 haviam quase desaparecido.

Na medida em que a crise se aproximava, os fatôres internos de inquietação cresciam — não espanta que tivessem atingido uma pressão explosiva, sob os efeitos da derrocada de 1929. O processo, entretanto, vinha de longe, e denunciava uma acumulação continuada de antagonismos. Ainda os observadores superficiais teriam percebido, no Brasil de após-guerra, mudanças significativas. Muitas dessas mudanças eram mais claras à superfície, pelos sintomas, do que em profundidade, pelas causas. A inquietação dos espíritos parecia refletir, e em muitos casos refletia, tudo aquilo que acontecia no exterior. Parecia existir, assim, apenas uma tendência imitativa, inclusive nas manifestações exteriores, e nas manifestações artísticas em particular. Certo as coletividades, especialmente nos povos de estrutura econômica colonial e dependente, reagem inconscientemente, e muitas vêzes as suas formas de reação mais escondem do que mostram os verdadeiros motivos e as verdadeiras causas. A sociedade brasileira, na década dos anos vinte, apresentava alterações significativas, em função das alterações nas fôrças produtivas. Isto se refletiria no campo político sob aspectos os mais variados, com o fundo comum da rebeldia. A classe operária não havia alcançado ainda consciência de sua condição, e o seu recrutamento no campo era responsável em muito por uma deficiência dessa natureza. No campo residia o cerne do atraso brasileiro e enquanto as populações submetidas a relações de semi-servidão não acordassem para a vida política, a transferência de uma parte dela às áreas urbanas, para trabalho de natureza diferente, como a transferência de uma zona geográfica a outra, seriam vistas sob os seus aspectos superficiais e demorariam em alterar a consciência de seus componentes.

Mas a classe média reagia de maneira muito diferente e suas reações é que vão pontilhar os acontecimentos e sinalizar as mudanças por que o Brasil passa, naquela etapa. O papel que o positivismo republicano havia desempenhado, nos fins do século anterior, ganhando inclusive amplas camadas ativas

da classe média, viria a ser representado, agora, por um reformismo, a que o grupo militar daria expressão de fôrça em sucessivos e desencontrados pronunciamentos. O fenômeno típico da fase seria o *tenentismo*. Em tôrno de rebeldias militares esporádicas, para as quais gravitavam crescentes apoios de inconformismo político, giram os acontecimentos internos mais importantes.(21)

A ausência de participação da classe operária contribuiu em muito para que ficasse oculto o fator principal do quadro: não se verificaria, em caso algum, a menção do imperialismo como causa dos desequilíbrios que apareciam agora claramente. "O movimento revolucionário de 1930, — diz um ensaísta, — ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922, tem sua base nas populações urbanas, particularmente a burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros — e de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização — sôbre o govêrno federal".(22) Esta análise, fácil porque *a posteriori*, não traduz a realidade da consciência política que levaria à Revolução de 1930. De modo algum estava claro para os elementos mais ativos comprometidos nos levantes militares mencionados que a aliança da classe dominante de senhores de terras com o imperialismo é que permitia a manutenção da política que nos levara a um clima tal de inconformação. O *tenentismo*, fenômeno típico de classe média, era muito mais superficial em sua interpretação e muito mais modesto em suas reivindicações. Começava por supor que tudo dependia dos homens que estavam no poder, e que a simples substituição dêles levaria a resultados significativos. Admitia que a corrupção era o vício fundamental do regime, em si bom. Os princípios a que obedeciam os revolucionários, ainda quando claramente formulados, subordinavam-se, tão simplesmente, a um binômio: representação e justiça. O que mais feria a classe média, sofrendo as conseqüências do agravamento a que levava a política de concentração da renda e de socialização dos prejuízos, era a falha na representação eleitoral. Se a representação eleitoral fôsse fiel, admitiam os revolucionários, se os eleitos fôssem reconhecidos, tudo estaria salvo. A política dos governadores, a placidez com que era exercida, mesmo na

seqüência dos governos que sucederam a Campos Sales, vedava a livre escolha de candidatos e a eleição dos preferidos, isto é, daqueles que faziam oposição ao govêrno. O govêrno era responsabilizado por tudo o que acontecia, e a forma como se recrutavam os seus mandatários parecia a fonte de todos os males. Exercido por outros homens, as coisas estariam alteradas, e os problemas seriam resolvidos. Enquanto estas formulações traduziam apenas a inquietação da classe média, e eram levantadas pela fôrça com os motins militares, tudo parecia secundário. Mas o simples fato de terem se tornado verdadeiros ídolos nacionais os elementos tenentistas, a auréola heróica que os cercava, a onda de solidariedade passiva que os amparava constituía sintomas importantes, que passaram despercebidos a quase todos.

A política econômica seguida de há muito, entretanto, dividia profundamente a própria classe de senhores de terras e, portanto, começava a trazer dissensões entre os que faziam a política, embora dentro das normas de rotina a que a deformação do regime levara. Os velhos mecanismos de que se valia o grupo dominante não feriam, em seus efeitos de manipulação, apenas a classe dos trabalhadores e a classe média, feriam também amplos setores da própria classe dominante, a que não aproveitavam, antes prejudicavam. As disparidades de que o Brasil era palco, isolavam o setor ligado à exportação. Enquanto a sua política proporcionava lucros, que podiam ser distribuídos, em parcelas menores, aos setores dela desligados, através do mecanismo orçamentário, tudo corria mais ou menos bem. Quando aquela política não dava lucros, os efeitos divisionistas eram profundos. Nas fases de crise, seriam graves. Se os elementos aferrados ao *tenentismo* viam apenas a mudança de homens, os setores da própria classe dominante não ligados à exportação viam a mudança de política. Neutralizar a liberdade com que o setor do café manipulava os mecanismos econômico e financeiro parecia a amplos grupos da classe dominante, entregues a outras formas de produção, uma necessidade. O fato de ter a Revolução de 1930 unido o Rio Grande do Sul, como o fato de terem caído com facilidade, quase sempre pela simples fuga, os governantes dos Estados nordestinos não foi uma circunstância fortuita.

Ora, desde o momento em que a classe dominante se apresentava cindida, surgia a possibilidade de recompor a aliança entre setores daquela classe e grupos atuantes da classe média, tal como acontecera nos fins do século XIX, para derrocar a monarquia, e agora sob outras condições, evidentemente. Um dos aspectos mais ostensivos da política oficial estava na escolha dos candidatos à sucessão presidencial. Ela motivara sempre crises, mais ou menos profundas, já sintomáticas. Agora, num quadro de antagonismos muito mais profundos do que os denunciados nas formulações tenentistas, poderia deflagrar acontecimentos importantes. A sucessão presidencial, assim, seria o estopim que permitiria polarizar as inquietações reinantes, compondo os ímpetos de rebeldia da oficialidade jovem com as insatisfações de grupos políticos importantes, que traduziam as insatisfações de formas de produção prejudicadas pelas normas vigentes. As duas correntes, a do *tenentismo* e as cisões tradicionais nos quadros políticos, acomodam-se, assim, num amplo estuário, o da Revolução de 1930. Quando o governante de Minas Gerais afirma a necessidade de fazerem aquelas frações da classe dominante a revolução "antes que o povo a faça" está enunciando uma verdade transparente.

A crise econômica de 1929, colhendo de roldão a política cafeeira seguida pelo Brasil, proporciona a circunstância favorável, a que um problema como o da sucessão presidencial se acomoda como motivo para tornar claras as divergências profundas. A aliança que se estabelece entre os grupos militares já precursores de uma transformação de que não tinham consciência muito exata e os grupos da classe dominante insatisfeitos com a orientação financeira e econômica do govêrno, responsável sempre por todos os males, constitui uma fôrça contra a qual o poder oficial não tem recursos. A Revolução de 1930 assinala, na história brasileira, o primeiro exemplo de movimento revolucionário que parte da periferia sôbre o centro. Esta característica, por si só — até aqui esquecida — bastaria para distingui-lo, na seqüência de levantes militares abortivos a precursores. Era uma nova fase que se abria. O êrro de muitos que dela participaram foi admitir que, derrocado o govêrno, substituídos os homens, tudo poderia voltar ao passado.

REAÇÃO E DITADURA

Antes de analisar como uma revolução com o caráter daquela que sacudiu o país em 1930 acabaria por resolver-se, depois de período de grave instabilidade, numa solução ditatorial, embora específica, cabe mostrar como reagiu a estrutura brasileira de produção à profunda crise que abalou a economia capitalista. Claro está que a própria revolução foi uma conseqüência da crise, e não ocorreu apenas no Brasil mas em tôda a área subdesenvolvida da América. As formas diversas como reagiram os países desta área tiveram influência nos acontecimentos políticos subseqüentes, definindo claramente o conteúdo do que os acontecimentos eram os sinais evidentes à observação.

Comecemos pelo setor da exportação e, neste, pelo do café, uma vez que o produto principal influía decisivamente em tudo o que afetava a economia brasileira. Apoiava-se no café a maior parte da atividade do país, e a sua exportação, pràticamente estacionária, apesar das oscilações de ano a ano, desde o início do século, mostrava que a capacidade do mercado externo chegara ao seu limite de absorção do porduto, o que não impedia a expansão das culturas, estimulada pelas medidas de valorização. Desde 1925, a produção ultrapassava largamente a exportação, chegando ao impasse a que nos referimos antes. A solução encontrada, quando a crise ocorreu, e surpreendeu a todos, foi a da queima. Pela queima, foram retiradas do mercado oitenta milhões de sacas, isto é, o correspondente a três anos do consumo mundial. O quadro era agora diverso, por outro lado, quanto à concorrência: o Brasil já não era o único fornecedor de café e enquanto os seus fornecimentos estacionavam os dos concorrentes cresciam, e cresciam numa progressão acentuada. O movimento da exportação cafeeira do Brasil, nos quatro decênios iniciais do século XX, foi de 128 milhões de sacas, no primeiro, para 123 milhões no segundo, 138 milhões no terceiro e 149 milhões no quarto. A parcela de contribuição dos concorrentes ascendia dos 8 milhões do ano 1927/28 aos 13 milhões do ano 1938/39. A relação do terceiro decênio, de 14 para 8, era substituída pela relação de 15 para 13, do quarto decênio. Tudo o que afetasse

o café, por isso, afetaria profundamente a economia brasileira. Os efeitos da crise foram graves, e isso se tornou claro inclusive no que tocava ao valor médio da saca de café exportada que declinou de 4,71 libras, em 1929, para 1,80 libras, em 1932-1934, baixa de 62% portanto, continuando a cair, nos três anos seguintes, para 1,29. A partir de 1933, logo após a revolução paulista, o govêrno federal acudiria os produtores de café com uma série de medidas, entre as quais a redução da metade das suas dívidas bancárias.

Ora, a forma de reação da economia brasileira ao impacto que vinha de sofrer a exportação de café caracterizaria a situação, comprovaria as alterações estruturais em curso e teria reflexos no campo político. Tratava-se de verificar como reagiria o Brasil ante a crise. Ora, muito cedo se comprovou uma capacidade de reação que surpreendeu ainda mesmo os intérpretes do fenômeno econômico e denunciou com clareza a profundidade das alterações introduzidas na estrutura de produção, postas agora em prova. A primeira forma de reação consistiu em defender os níveis de exportação com outros produtos. Entre êles assume destacado papel o algodão, até aí quase totalmente expulso do fluxo exportador. É a luta imperialista que permite, no quadro externo, que se abra uma perspectiva melhor para a matéria-prima brasileira. A crise aguçara a referida luta e a política americana de defesa de preços de seu algodão vai permitir que o Brasil penetre em uma área que se defende contra os seus efeitos. A Alemanha e o Japão buscam novos fornecedores. No quadro interno, o declínio do café deixaria em disponibilidade fatôres de produção que estavam montados e prontos para atender às solicitações do mercado externo. Terras, mão-de-obra, transportes, técnicas, tudo estava em condições de ser transferido do café para o algodão. A produção algodoeira é então inserida nos vazios que o café vai deixando, e começa a avultar na exportação que, em números redondos, ascende das 125 milhões de toneladas, em 1934, para 140 milhões, em 1935, 200 milhões, em 1936, 236 milhões, em 1937, 270 milhões, em 1938 e, finalmente, 324 milhões, em 1939. A Alemanha é a maior consumidora, com quase 60% da produção brasileira recebida em seu mercado, em 1935. Em 1939, com a irrupção da segunda Guerra Mundial, cessa a ascensão, e a paz subseqüente não

trará o restabelecimento da situação anterior. Isto não invalida o papel que a exportação algodoeira encontrou no período a que nos referimos, ascendendo de uma participação inferior a 10% em relação ao valor da produção cafeeira aos 50% do valor desta, de 1929 a 1934.

Mas é óbvio que, apesar dessa forma de reação, as exportações em declínio tiveram efeitos profundos na estrutura brasileira de produção, uma vez que constituíam, até aí, a principal fonte de recursos de que vivia o país. O surto algodoeiro atenuou aquêles efeitos, mas não os poderia anular. Os nossos meios normais de pagamento no exterior provêm das exportações. Desde 1910, o valor ouro dessas exportações progredia devagar; com a crise, sofreu um baque considerável. A média anual do qüinqüênio 1926-30 fôra de 88.200.000 libras ouro; a do qüinqüênio 1931-35 foi apenas de 38 milhões. Isto se refletiria no valor da moeda, que declina ràpidamente. Passamos a importar menos, em conseqüência: a importação média anual, no qüinqüênio 1926-30 fôra de 5.460.000 toneladas: desceria para a média anual de 3.830.000, no qüinqüênio 1931-35. Visto ao longo do tempo, o declínio em valor nos mostrará que a crise era apenas um episódio, pondo a nu a fragilidade de tôda uma estrutura de produção.

Com efeito, a exportação-ouro *per capita*, por decênios, em libras esterlinas-ouro, mostra as oscilações seguintes: 1871-80; 16,0; 1881-90: 16,6; 1891-1900: 21,0; 1901-10: 23,4; 1911-20: 26,8; 1921-30: 25,9; 1931-40: 9,1. O valor *per capita* caía, assim, com a crise, a menos da metade do que fôra no fim do século XIX. A capacidade para importar não se recuperou, nos anos da década trinta; em 1937 era ainda mais baixa do que em 1929. O valor da produção agrícola subira de 7,5 para 7,8 bilhões de cruzeiros, e a produção para exportação baixara de 5,5 para 4,5 bilhões. "A participação das exportações como elemento formador da renda do agricultor, menciona um economista, havia decrescido, portanto, de 70 para 57%".(23) Se a reação interna se limitasse ao esfôrço em substituir café por algodão, aproveitando uma oportunidade rara, ou por outros produtos agrícolas, os efeitos da crise teriam sido muito mais profundos. O nôvo na estrutura econômica brasileira estaria no fato de que a reação iria se processar no interior, compensando, com uma surpreendente rapidez, os efeitos negativos

provindos do exterior. Realmente, a reação não se processa nos domínios do café: após alcançar o seu ponto mais baixo, na cotação internacional, em 1933, mantém-se no mesmo nível até 1937 e retoma o declínio nos anos finais do decênio, isto é, não acompanha o ímpeto de reação que se processa em outros domínios.

Em 1933, entretanto, quando ainda não se haviam manifestado nos Estados Unidos os sinais de recuperação, a renda nacional, entre nós, recomeçava a crescer. Isto provava, com rigorosa clareza, que a recuperação brasileira não foi proveniente de fatôres externos, mas de fatôres internos, e isto é que caracteriza a forma de reação da economia, aqui, isto é que se apresenta como nôvo, isto é que define as alterações que vinham em processo e, postas a prova, respondem com extraordinária vitalidade. A alta dos produtos no mercado interno atendia ao que se era obrigado a poupar em importações pelo declínio do poder de compra no exterior. A redução do *quantum* das importações foi superior a 60%, e satisfez-se com oferta interna o que antes era atendido com importações. Mas isso aconteceu porque foi possível produzir, no interior, aquilo que vinha do exterior. A demanda interna é, pois, o grande elemento dinâmico que resguarda a economia brasileira. Mas não a resguarda pela manutenção de uma estrutura que, esta sim, vinha denunciando a sua fragilidade. Resguarda pelas alterações que, já em processo, afirmam-se na fase de crise. Acontece, então, a transferência de capitais de um campo a outro, não apenas do campo do café ao do algodão, mantidos os demais fatôres de produção, no caso, mas do campo agrícola para outros campos, inclusive o campo industrial. A crise impulsiona as alterações, em resumo. E, como esclarece um economista, "o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno".(24) A que cumpre acrescentar: qualquer teoria ou planejamento que esqueça a importância a que já atingira o mercado interno brasileiro está condenada ao descrédito.

Com base no nôvo nível de preços, desenvolveram-se as indústrias destinadas a substituir importações. O parque industrial aproveitou amplamente a capacidade instalada, o que não vinha acontecendo e aproveitou a crise no exterior para aparelhar-se com maquinaria que estava disponível em outros

mercados pela restrição local do poder aquisitivo. A indústria têxtil, por exemplo, que vinha, nas circunstâncias normais, crescendo lentamente e atravessando inclusive fases de depressão, desenvolve-se ràpidamente: em 1929 não conseguira ainda alcançar os níveis mais altos a que atingira durante a primeira Guerra Mundial; de menos de 500.000.000 de metros salta para 640.000.000, em 1933, e para 915.000.000, em 1936. A reação não ficou circunscrita ao campo dos bens de consumo, entretanto, pois atingiu os bens de capital: em 1932, ano mais baixo da depressão no Brasil, aquela produção aumentou em 60% em relação a 1929, e a importação de bens de capital reduziu-se a menos da quinta parte do nível anterior. Celso Furtado aprecia o fenômeno assim: "É de enorme significação o fato de que em 1935 as inversões líquidas (medidas a preços constantes), tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam alcançado 50% do nível dêste último ano. O nível da renda nacional havia sido recuperado, não obstante êsse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não sòmente havia encontrado estímulo dentro dela mesmo para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção de sua capacidade produtiva".(25)

Assim, sob o impacto da crise, o país não só impulsionou um produto de exportação que há muito permanecia em nível baixíssimo como desenvolveu um parque industrial capaz de suprir a demanda interna. A produção industrial cresceu, realmente, entre 1929 e 1937, em cêrca de 50% e a produção primária para o mercado interno em mais de 40%. Assim, apesar da depressão, a renda nacional aumentou em 20%, naquele período, o que significou um incremento de 7% *per capita*, incremento significativo, e tanto mais se se levar em conta que, no mesmo período, aquela renda decresceu. Celso Furtado observou, a respeito dessa reação: "Aquêles países de estrutura econômica similar à do Brasil, que seguiram uma política muito mais ortodoxa nos anos de crise, e ficaram portanto na dependência do impulso externo para recuperar-se, chegaram a 1937 com suas economias ainda em estado de depressão". Esperar do mecanismo tradicional o amparo da economia bra-

sileira teria sido uma fórmula suicida. A importância da crise, para nós, consistiu na resposta que os novos fatôres deram, ante as dificuldades, na dinâmica que o desenvolvimento brasileiro adquirira. As velhas relações estavam minadas. Ficava claro, embora ainda o povo não tomasse consciência disso, que o processo de intervenção imperialista na economia nacional não desfalcava apenas a classe trabalhadora, mas carreava para o exterior a melhor parcela dos recursos e riquezas do país, retardando a sua capitalização. Os novos fatôres, libertos em sua expansão na fase da crise, demonstravam a possibilidade de uma capitalização nacional e demonstravam ainda que a folga deixada pelo imperialismo é que lhes permitia o avanço. Em 1930, o serviço anual dos empréstimos externos exigia mais de um milhão e meio de contos de réis, quando o saldo das exportações não chegava a quinhentos mil contos. Acrescendo o necessário para pagar os capitais invertidos, é fácil estimar a sangria sofrida pelo Brasil. A suspensão dos serviços da dívida externa representou, portanto, um estímulo muito grande ao desenvolvimento das novas fôrças produtivas que figuravam agora no quadro, e ainda às que vinham sofrendo os efeitos de velhas relações de produção, episòdicamente enfraquecidas.

O quadro político refletiria, com maior ou menor coerência superficial, a circunstância econômica. A revolução de 1930 resultara de uma brecha na classe dominante, cindindo-se e permitindo a composição de uma de suas frações com os elementos de classe média presentes em tôdas as fermentações internas. Há na revolução, assim, duas componentes: a tradicional, representada pelas fôrças políticas que exerciam o domínio do país, e a nova, representada por fôrças políticas que até então não haviam encontrado oportunidade para organizarem-se e atuarem, particularmente representadas no tenentismo. A revolução refletiria, por outro lado, tôdas as inquietações e apresentaria formulações as mais diversas, que variariam desde o vazio dos que se contentavam com a simples posse do poder até a manifestação de reformas profundas, que o quadro ainda não comportava. Nela estivera ausente a classe operária, e só isto bastaria para caracterizá-la. Tal como sucedera após a República, as componentes eventualmente conjugadas para a tomada do poder começariam a lutar, desde logo. A base política em que assentava o tenentismo era frágil;

aquela em que assentavam as velhas fôrças políticas era sólida, firmada em séculos de dominação. A derrubada dos interventores oriundos do meio militar e, finalmente, a rebelião constitucionalista pontilhariam o quadro dessa luta interna pelo poder, durante a qual o govêrno oscilou, ora para o lado dos tenentes, ora para o lado dos políticos tradicionais. Os primeiros, valendo-se além de tudo de ressentimentos decorrentes da desigualdade no desenvolvimento regional brasileiro, conseguiram manter o govêrno provisório oriundo da revolução, mas não subsistiram como fôrça organizada, em que pêse à tentativa do Clube 3 de Outubro, em que pretenderam fixar uma fórmula salvadora. Logo depois da vitória sôbre as fôrças rebeladas em São Paulo, a classe dominante recomporia a sua unidade, mas era evidente que não voltariam as coisas à situação anterior.(26)

O quadro sucessório que se apresenta em 1937 reflete bem a impossibilidade de retôrno à situação antiga. As largas e profundas agitações que ocorrem entre o fim da rebelião paulista e a abertura do problema presidencial revelavam a gravidade das contradições que ocupavam a vida brasileira e se refletiam no problema político. O quadro internacional contribuía para gravar tais contradições. Desde 1922, o fascismo italiano, alimentado propìciamente pelos Estados Unidos, vinha ocupando as atenções mundiais; em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, a organização de uma frente totalitária para enfrentar a ameaça de avanço socialista estava acabada. Tudo isto significava um avanço fascista, de que a situação espanhola se tornaria um episódio flagrante. No Brasil, as bases para a estruturação de um regime democrático eram frágeis. A classe operária, que assistira à revolução de 1930, da qual não participara, revelava-se ainda insuficientemente organizada e débil quanto ao seu próprio papel. Na classe média, por outro lado, as formulações fascistas encontravam um campo favorável, na conjuntura, porque elas simulavam acalentar um nacionalismo sedutor e vinculavam-se às fôrças tradicionais. A luta entre esquerdistas e direitistas, no Brasil, assume, por isso mesmo, aspectos violentos. Sob os seus efeitos é que surge a tentativa de criar uma frente única democrática, capaz de permitir ao país passar de uma fase de submissão total ao imperialismo a uma fase de resistência, configurada principal-

mente na defesa do regime democrático e na participação, nessa defesa, da classe operária.

As inquietações e a mobilização da opinião desembocaram na intentona de 1935. Sua repressão e o sistema de vigilância que se instaurou em seguida inauguram, aqui, o período de reação fascista. Pretender, nesse quadro, uma luta sucessória normal era uma ilusão. O mínimo de garantias e de liberdades que a simples pregação eleitoral permite, correspondia a trazer para o palco, novamente, a polarização de fôrças que a repressão detivera. As novas relações de produção, particularmente face ao quadro internacional em que o fascismo estava ascendendo violentamente, temiam de qualquer forma a participação da classe operária na atividade política e prefeririam compactuar com o fascismo indígena, que lhes prometia o atendimento de reivindicações mínimas. O isolamento das fôrças democráticas era o sinal mais significativo. E foi isso que permitiu o golpe de 1937, recebido sem aplausos e sem resistências.

A ÉPOCA DE VARGAS

Getúlio Vargas ascendeu ao govêrno em fins de 1930, com a vitória da revolução e, até agôsto de 1954, quando a morte foi a saída que encontrou para a crise política que envolveu o poder, figurou sempre como personalidade central da vida política brasileira. Entre 1930 e 1937, entretanto, quando instaura no país um govêrno de fôrça, caracterizado pela autoridade do Executivo, atravessa uma fase preparatória, em cujos sucessivos episódios se verifica uma nova composição das fôrças em presença. Após o estabelecimento da ditadura é que a época de Vargas se apresenta, devidamente caracterizada. Mesmo quando fora do poder, entre o golpe de 29 de outubro de 1945, que o depõe, e o retôrno ao poder, pela vontade popular, figura em primeiro plano. O simples fato de ter voltado ao govêrno pelo voto, depois de despojado dêle pela fôrça, indica a importância de sua personalidade. E a composição que se efetiva, em tôrno de seu nome, quando o candidato oficial era outro, mostra como a sua política atendia a uma variada gama de opiniões e de interêsses.

Num esquema simplista, a ditadura instaurada por Vargas, em 1937, correspondia a uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado. Sob a camada que lhe dava fisionomia, atrás da fachada policial, o Estado Nôvo, realmente, buscaria compor as novas fôrças econômicas internas. E, na fase ascensional do fascismo, tomava a êste as suas exterioridades mais tristes. Mas se o fascismo italiano e o nazismo alemão correspondiam a uma etapa capitalista plenamente desenvolvida, o Estado Nôvo deveria corresponder a uma etapa capitalista inicial. As contradições de que surgiu o Estado Nôvo, e as que se mantiveram ou apareceram na sua vigência, apresentaram-se com uma complexidade que o aparato policial, a brutalidade repressiva e a extremada centralização apenas disfarçaram. Diferenciou-se o Estado Nôvo, por outro lado, das formas ditatoriais que se tornaram correntes na América Latina, após a crise de 1929, tôdas destinadas, aliás, a impedir que a crise desembocasse em alterações mais profundas.

Na sua primeira metade, e ainda depois de irrompida a segunda Guerra Mundial, o Estado Nôvo buscou realizar, no exterior, uma política de equilíbrio que lhe permitisse tirar proveito das contradições entre os diversos imperialismos em presença e já tendendo para a solução de fôrça. As correntes exportadoras brasileiras sofrem alteração importante, naquele período: a Europa passa a ter um papel que de há muito perdera como mercado consumidor do que produzíamos. Em contrapartida, dela nos provêm capitais e mercadorias, também em volume e valor ascensionais. É difícil prever até onde essa política poderia atingir, não fôsse interrompida pela guerra. Nela, aliás, explicam-se muitas das oscilações da política exterior brasileira, submetida às contingências daquela mudança de rumos do fluxo importador e exportador. Na segunda metade, o Estado Nôvo já não tem condições para prolongar a sua política de equilíbrio. Sofrerá, ao longo do tempo, a influência da correlação externa de fôrças e também da correlação interna, que se modifica à proporção que se modifica o caráter da guerra e que, no interior, as fôrças produtivas novas crescem.

Os efeitos internos do segundo conflito mundial são idênticos aos do primeiro mas como as condições são outras, e a crise de 1929 já lhes demonstrara as diferenças, os efeitos são

muito mais profundos. Repete-se a situação de queda relativa na exportação, acompanhada por uma diversificação transitória, e de queda absoluta na importação. Repete-se o esfôrço industrial de substituição de importações para satisfazer a demanda interna. Esta não apenas é mais variada e mais ampla, agora, do que no episódio anterior — exige suprimentos que afetam a indústria de bens de produção. A indústria pesada, realmente, não encontrara, até então, condições para instalar-se, no Brasil. Vai deparar com estas condições em conseqüência do conflito militar mundial. Até aí, os setores de indústrias básicas vinham progredindo lentamente; daí por diante assumem um desenvolvimento acelerado, que não é possível deter ou impedir quando as condições se normalizarem. Sob o Estado Nôvo, em sua segunda metade, a que decorreu durante a guerra, as fôrças produtivas, no Brasil, sofrem alterações muito grandes e passam a pressionar por novas relações de produção, e tudo isto se soma às alterações anteriores, que adquirem mais fôrça. Quando o Estado Nôvo chega ao fim, desaparecendo por inanição, o quadro é muito diferente daquele que surgira em 1937, e dêle já não é possível retornar. As velhas contradições aparecem no cenário, agora pol̀iticamente mais desembaraçado, com a ruptura dos instrumentos de coação que a ditadura instalara e a alimentara, e aparecem agravadas. O Estado Nôvo transferira apenas, sem atenuar e sem reduzir, aquelas contradições.

A grande mudança que o quadro internacional apresenta, com o fim do segundo conflito mundial, é a que afeta o imperialismo. O desaparecimento da Alemanha, do Japão e da Itália no campo imperialista, e o papel secundário que desempenham agora a Inglaterra, a França, a Holanda, destaca a posição dos Estados Unidos. Não havia, nessas condições, nenhuma possibilidade, logo depois do fim da guerra, para uma política que jogasse com a competição externa na disputa do campo interno. O imperialismo estava unificado e, em conseqüência do próprio processo de seu desenvolvimento, levado a uma situação extrema, em que lhe seria necessário exercer com muito mais fôrça a sua dominação. Por outro lado, uma das conseqüências da guerra fôra a expansão do campo socialista, e um dos reflexos dessa expansão estava claro na derrocada do sistema colonial.

Internamente, o processo de capitalização nacional sofrera uma aceleração e um fortalecimento muito grandes com a interrupção das relações de troca com o exterior ou a sua alteração quantitativa e qualitativa. As áreas de atrito com o imperialismo eram agora numerosas, e isto coincidia com a fase em que êle estava concentrado e levado ao extremo. Por outro lado, as conseqüências do desenvolvimento interno tornavam inadiáveis alterações profundas na estrutura de produção. A pressão para estas alterações encontraria reflexos no campo político, assim que o Estado Nôvo chegasse ao seu têrmo. O que singulariza o Estado Nôvo e caracteriza o papel de Vargas é que as fôrças que aparentemente a êle se opõem não são as que poderiam encaminhar aquelas pressões. No Estado Nôvo, realmente, haviam estado representadas as novas fôrças em desenvolvimento, e o que se opunha a Vargas, agora, pretendia o retôrno ao passado.

O golpe de 1945, que retirou Vargas do poder, constituiu uma tentativa para deter, pela fôrça, um processo inexorável. O govêrno que iniciou a normalidade do regime republicano devia, por isso mesmo, empreender um retrocesso, a que, no exterior, a chamada "guerra fria" correspondia inteiramente. O período em que administra o país o antigo condestável do Estado Nôvo, realmente, traduz e seqüência do que o Estado Nôvo tinha de negativo e de atrasado, as suas componentes mais retrógradas. Nem assim, entretanto, consegue alcançar os seus fins, tendo de transigir em muito do que pretendia. E o quadro de sua substituição mostra como, na verdade, Vargas atendia melhor às condições em que se encontrava o Brasil. Retornando ao poder, e agora pela consagração popular, Vargas trazia para o seu govêrno as contradições agravadas e aprofundadas entre o nôvo e o velho. As condições para as manobras em que se caracterizara, porém, estavam reduzidas. O seu govêrno representa, desde o início, uma solução de compromisso, que pretende atenuar ou omitir aquelas contradições, e esta solução é que, finalmente, leva o govêrno ao isolamento: enquanto se desacredita em um campo, o do imperialismo e o das fôrças internas que vivem da aliança com êle, desacredita-se também no outro campo, o que se opõe ao imperialismo. Sempre que êste está presente, as soluções dos grandes problemas internos, os que afetam a estru-

tura de produção, afetam o campo externo. Para Vargas, a opção era extremamente difícil: ou se apoiava em bases populares ou se divorciava delas; apoiar-se em bases populares significaria aprofundar as alterações e desafiar o imperialismo; apoiar-se em bases imperialistas significaria a sua destruição política. O seu suicídio representou o fim de uma época — e o fim de uma política.(27)

NOTAS

(1) O quadro brasileiro, no fim do Império, foi assim apresentado por Gilberto Amado: "Espantoso testemunho da incrível inobjetividade das nossas elites, da cegueira e mouquidão dos grupos dirigentes do país, para os quais, em pleno dinamismo do século XIX, os problemas da terra e do homem não existiam. Os três volumes, que vão de 1813 a 1878, abrangem tão longo período da existência de uma nação e parecem gritar na sua eloqüência extraordinária que essa nação não existe. Percorrê-los, como eu fiz, cotejando-os página à página, com os livros correspondentes, relativos a outras nações nesse mesmo período, e percorrê-lo apercebido de noções de ciência da história, é ficar estarrecido. Nenhuma vez se adquire consciência de que os homens de Estado em meio dos quais vivia o velho Nabuco, govêrno e oposição, se davam conta de que havia um país a constituir, terra a povoar, campos a lavrar, estradas a abrir, moléstias a combater, transportes a estabelecer. Aquêles camaradas, salvo um ou outro, é claro, viviam em completa abstração da realidade que os circundava. Traduzido em inglês, o leitor britânico ou americano teria de esfregar os olhos para verificar mesmo de que país se tratava. Podia ser qualquer outro, tal a natureza dos problemas, destacados da sua *concretitude* e transpostos a um plano ideal de padrões eternos, como categorias da razão pura. A crítica não se aplica a Joaquim Nabuco, que notou, a vários espaços, o caráter gratuito dos atos dos homens políticos e a incrível subjetividade contínua de suas atitudes. Êsses homens não eram movidos pela terra, pelo meio, pelo clima, de onde gritavam os problemas, pedindo olhos e ouvidos. Estavam presos às páginas dos livros que recebiam da Europa e às tribunas dos parlamentares que pretendiam transportar para a nossa vida incipiente. Nabuco tinha cabeça política, mas êle próprio, de uma maneira geral, não viu o Brasil do seu tempo como devia ser visto. Só um ou outro, aliás, dos grandes, dos maiores, teve olhos para a realidade. Seus conhecimentos dos métodos experimentais, sua capacidade de observar cientìficamente — nulos." (Gilberto Amado — *Minha Formação no Recife* — Rio — 1955 — pág. 122.)

(2) Na época da Independência, o quadro era muito mais atrasado, naturalmente: "A população do Brasil constituía-se de 4.500.000 de habitantes, dos quais apenas a metade era de homens livres. Dois terços dessas pessoas livres eram mamelucos, caribocas ou cafuzos, mestiços de índios, de negros e portuguêses. O Brasil político eram algumas famílias, alguns homens que constituíam a única realidade viva do país. Iam receber a Constituição para a aplicar sôbre uma população econômicamente morta e pollticamente alheia a qualquer idéia, por mais remota que fôsse, de direitos políticos e direitos cívicos, destinada a regular um núcleo social que não existia como coletividade consciente e autônoma. A Constituição ficou pairando no ar, como uma cúpula sem conexão com a terra onde bracejava uma população de escravos, trabalhando sem alegria para um grupo de senhores ignorantes, ávidos, alguns com uma meia instrução mais perturbadora do que esclarecedora, todos também incapazes de compreender a Carta política que lhes ia ser outorgada." (Gilberto Amado — *Grão de Areia* — Rio — 1948 — pág. 29.)

(3) J. F. Normano (*Evolução Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1939 — pág. 98.)

(4) Joaquim Nabuco (*Um Estadista do Império — Nabuco de Araújo — Sua vida — Suas opiniões — Sua época* — S. Paulo — 1936 — pág. 374, II.

(5) Max Leclerc (*Cartas do Brasil* — S. Paulo — 1942 — pág. 181.)

(6) "Rui Barbosa foi, entre nós, refletida ou espontâneamente, o ideólogo de uma reforma da sociedade. Não de uma reforma ocasionada pela brusca avulsão de certos valôres, pela eclosão revolucionária de novas formas de vida, mas de uma reforma iniciada difusamente nos últimos decênios da monarquia, que mergulhava nos primórdios da nacionalidade suas terminações radiculares, e que encontrou no advento do regime republicano o momento essencial de sua fixação de rumo: essa reforma pode ser chamada, dentro de limites que indicarei, a ascensão da classe média. Bem sei que a classe média, tal como nos habituamos a reconhecê-la entre outros povos, oferece características sociais que em vão procuraremos em nosso meio. Ali, quase sempre ela se apresenta como a camada por excelência estável e conservadora na sociedade. Formam-na os pequenos proprietários rurais, o grupo mais ou menos numeroso dos rendeiros, isto é, dos que vivem de pensões e rendimentos fixos, os pequenos industriais e comerciantes que exploram negócios individuais ou de família, os empregados de maior categoria, os intelectuais e os funcionários. Seu comportamento como classe costuma ser conservador no terreno econômico e radical no terreno político, onde se tornou o que poderíamos chamar a "rocha armazenadora" do liberalismo primitivo. De semelhante formação de classe média, é certo que não podemos ainda encontrar testemunho entre nós.

"A sociedade imperial era, como todos sabem, uma sociedade composta de proprietários agrícolas, cuja vida repousava nos preços dos produtos de exportação; de escravos que, em 1850, eram mais de 30% da população; e de homens livres não proprietários, vivendo de ínfimos

salários nas cidades, onde alimentavam a patuléia política, e freqüentemente se desocupavam. Entre êsses extremos sociais não havia uma classe trabalhadora, que enchesse o vazio e que, pela sua situação econômica, pudesse lançar no país os empreendimentos que o desenvolvimento dêste reclamava. Governavam os agricultores proprietários, nobilitados pelo Império; a economia que lhes convinha, e que a situação do país lhes permitia praticar, era a do câmbio alto, mantido, algumas vêzes, à custa de expedientes onerosos para o país. O café viera assegurar ao balanço de comércio um excedente das exportações sôbre as importações, reforçando, assim, no meado do século, o tipo colonial de nossa economia e atrasando a evolução natural para a diversificação econômica. Os artigos de importação chegavam por baixo preço, mas a falta de poder aquisitivo da população impedia que se exagerasse a sua procura, e os governos, não podendo auferir no interior de um país sem atividades, renda fiscal que lhes assegurasse o pesado custeio, recorriam ao empréstimo externo, reembolsável com o excedente das exportações.

"São conhecidas as causas que influíram para a desorganização crescente e o artificialismo dessa economia, baseada na concentração maciça da renda nacional nas mãos de algumas famílias de proprietários. No último decênio do Império, terminado o desastre financeiro da guerra do Paraguai, em meio à sociedade agrária e escravocrata que se desorganiza, surgem sinais de uma nova ordem de coisas, que se prenunciara no ciclo de prosperidade de 1855-1864, dominado pela presença do Visconde de Mauá, e que, interrompida durante os anos de guerra, parece lançar de si novos rebentos, mais decisivos. Os preços de exportação elevam-se, nesse período, de mais de 60% sôbre os anos anteriores, o câmbio de 18 passa a 25, capitais estrangeiros afluem ao país, não apenas para a clássica cobertura dos *deficits* orçamentários, mas para alguns investimentos benéficos às condições de desenvolvimento geral. Um período de industrialização incipiente se inicia sob o signo da iniciativa particular.

"Observa-se nesses dois últimos decênios a expansão industrial que os historiadores da nossa economia sempre apontam: de cêrca de duzentos, nossos estabelecimentos fabris sobem a seiscentos, repartidos entre a indústria têxtil (60%), as de alimentação (15%), as de madeiras, produtos químicos e farmacêuticos e artigos de vestuário. A essa nova atividade, que reponta no quadro decadente da economia do Império, uma importante modificação social, ainda em esbôço, acompanha. De um lado, as pequenas indústrias que afloram, sem plano que as concentre, sem iniciativa estatal ou bancária que as promova, são a obra dispersa de indivíduos que se estabelecem com recursos próprios, e não saem da classe rural dos proprietários. Imigrantes estrangeiros, ou comerciantes que começam com pequenos estabelecimentos e os ampliam reaplicando lucros produzidos pelo próprio negócio, com êles se inicia uma classe que contrapõe sua mentalidade pequeno burguesa, seu espírito de precavida iniciativa, à mentalidade feudalista, própria da grande classe agrária. Mas êsse rudimento de burguesia não seria capaz de alterar a estrutura da sociedade. A classe média nascente, a que se incorporam em-

pregados e funcionários, vai se cristalizar em tôrno de uma nova fôrça, que nela iria buscar tôda a sua composição; essa nova fôrça é o Exército Nacional.

"Não se tem dado, a meu ver, o relêvo devido a êsse fato capital da nossa história: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é também certo que essa deficiência surge compensada pela concentração de fôrça política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder nôvo: o poder militar. Foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dêle fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova fôrça, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudo da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola, Militar." (San Tiago Dantas — *Dois Momentos de Rui Barbosa* — Rio — 1949 — pág. 13.)

(7) "A situação do nosso mercado monetário foi a primeira e a mais imperiosa das questões, que se me impuseram logo nos primeiros dias da revolução. A tentativa de uma circulação conversível, ensaiada sob os auspícios do contrato concluído pelo ministério de 7 de junho com o Banco Nacional, caíra, e malograra-se logo aos primeiros passos. O câmbio precipitava-se por um declive abrupto, sustido apenas à custa de sacrifícios, que não se poderiam prolongar definitivamente. Os bancos de emissão metálica retraíam descoroçoados a sua circulação. Os auxílios de papel-moeda, autorizados pela lei de 18 de julho, caíram sôbre o mercado ávido, como gôta dágua indiferente, não obstante haver-se chegado a transpor o limite da importância permitida. Um vasto afluxo de emprêsas e transações, que a revolução surpreendera, corriam risco iminente de esboroar-se em vasta catástrofe, assinalando com o mais funesto *krach* a iniciação da República, sob a pressão de uma penúria invencível de meio circulante. Foi entre estas perplexidades e sob o aguilhão dêsses perigos, que recorri à única salvação possível em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a fôrça de iguais necessidades, a garantia do meio circulante sôbre os títulos da dívida nacional. Indigitada pela malevolência e pela má fé de uma reação furiosa e insensata como um sistema de monopólios fatais à liberdade do trabalho e à indústria nacional, essa instituição não tardou em se recomendar, pela experiência imediata de seus efeitos, às simpatias de tôdas as classes laboriosas, como o maior acelerador, que jamais se concebeu neste país, da prosperidade do trabalho, como o maior difusor de crédito, o mais enérgico propulsor do nosso movimento industrial, a que veio imprimir inaudita atividade." (Rui Barbosa — *Relatório do Ministro da Fazenda* — Rio — 1891 — pág. 52.)

(8) "A República recebera do Império "uma espécie de fazenda senhorial modesta e ordenada. Era natural que (os republicanos) tentassem ampliá-la e embelezá-la, combatendo os hábitos de rotina que, êles mesmos, haviam criticado". Nessa tentativa de libertação das "fôrças novas que já pulsavam no seio da sociedade, e que substituiriam a estrutura agrária e feudal do Império por uma estrutura de maior diversificação econômica" empenhavam-se os republicanos e entre êles o cristão nôvo da República que era Rui Barbosa. Compreende-se o entusiasmo de Rui ao saber que o país monocultor e escravocrata pulsava vibrante "enveredando agora pelo caminho da mais intensa e desordenada industrialização". "Cêrca de trezentas companhias arquivaram os seus estatutos na Junta Comercial da capital da República durante o ano de 1890 e êsse *boom* de negócios foi num extraordinário crescendo de mês em mês". Essa *política de horizontes largos,* na significativa expressão do comentarista comercial do *Jornal do Comércio,* da época, não poderia durar muito. Em breve ruíam fragorosamente os fabulosos negócios do *encilhamento* — "a grande quadra das emprêsas e companhias de tôda espécie". Cascatas de idéias, de invenções, de concessões, rolavam todos os dias, sonoras e vistosas, para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros..." Ao deslumbramento e agitação que o *encilhamento* produziu, seguir-se-ia a desordem das finanças públicas que afligiu os primeiros anos da história da primeira República. Impunha-se, acreditaram os responsáveis pelo nôvo regime, uma volta à *realidade, à experiência.* E, assim, a República retornaria aos conselheiros do Império... Dêste modo, a República voltou, pouco depois, a ser governada pela classe agrária, que lhe impôs os seus homens representativos (...) e, na expansão irresistível da economia cafeeira, fundou-se a grandeza da praça de Santos, lançaram-se as bases da verdadeira industrialização brasileira..." (João Cruz Costa — *Contribuição à História das Idéias no Brasil* — Rio — 1956 — pág. 349.)

(9) "Os interêsses diretamente ligados à depreciação externa da moeda — grupos exportadores — terão a partir dessa época que enfrentar a resistência organizada de outros grupos. Entre êstes se destacam a classe média urbana — empregados do govêrno, civis e militares, e do comércio — os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as emprêsas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem tôdas têm garantia de juros. Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial." (Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959 — pág. 204.)

(10) Celso Furtado — op. cit. — pág. 203.

(11) "Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, impôsto de fora para dentro. As contorsões que realizava essa economia para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança

com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam à crise." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 197.)

(12) Celso Furtado — (op. cit. — pág. 204.)

(13) J. F. Normano — (op. cit. — pág. 250.)

(14) "Na dispersão dos seus núcleos de instrução superior, preocupados com um liceu modelar (o *Pedro II*, depois de 1838), duas Faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), não pôde obstar a persistência das antigas características da instrução liberalista, arcádica, adornativa, que aperfeiçoava, até à sabedoria, reduzida elite de *eruditos*, sem consolidar os conhecimentos úteis de uma classe mediana e numerosa de homens adaptados à vida social, econômica e política do país nôvo, cujo progresso dependia principalmente dela." (Pedro Calmon — *História Social do Brasil — II— Espírito da Sociedade Imperial* — 2.ª edição — S. Paulo — 1940 — pág. 313.)

(15) Campos Sales — (*Mensagens Presidenciais — 1891-1910* — pág. 223.)

(16) Campos Sales — (*Cartas da Europa* — Rio — 1894 — pág. 53.)

(17) Mais ou menos por essa época, Sílvio Romero lançaria o seu diagnóstico profundo: "As relações sociais e econômicas da Colônia e do Império ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional. Dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos." (...) "A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura." (Sílvio Romero — *História da Literatura Brasileira* — 3.ª edição — Rio — 1943 — pág. 125 e 127, I.)

(18) "Os empresários tratam, como é natural, de reinverter êsses lucros expandindo as plantações. Dada a relativa elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculo da parte dos salários ou da renda da terra. Com efeito, os deslocamentos de mão-de-obra dentro do país e a imigração processaram-se independentemente da elevação do salário real naqueles setores ou regiões que atraíam fatôres." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 181.)

(19) Na campanha civilista, Rui, por diversas vêzes, fêz a autópsia do sistema oligárquico. A êste propósito, e situando a campanha em que se envolveu o biografado, escreveu Luís Viana Filho: "Desde que se proclamara a República, as eleições haviam sido apenas um mito. Banido o Imperador, que de certo modo coibia as ambições imoderadas, destruídos os velhos partidos, agora substituídos por transitórios agrupamentos, agitado o país pelas revoluções, aos eleitores ficara quase apenas a função de sancionarem as combinações acertadas pelas maiorias políticas eventuais. Apenas um ou outro deputado conseguia eleger-se em oposição. Principalmente após a administração de Campos Sales, que incentivara a chamada "política dos governadores", cuja fórmula se resumia

num apoio recíproco entre o Presidente da República e os Governadores dos Estados da federação, havia desaparecido completamente o pensamento de se organizarem partidos estáveis. Vivia-se dentro de verdadeiro círculo vicioso, que funcionava com exatidão, esmagando qualquer veleidade de rebeldia contra aquelas fôrças conjugadas. Prestigiados pelo Presidente os Governadores elegiam deputados da sua confiança incumbidos de apoiarem, no parlamento, a vontade do chefe da nação." (Luís Viana Filho — *A Vida de Rui Barbosa* — *S. Paulo* — 1949 — pág. 367.)

(20) "A posição econômica que tôdas essas indústrias subsidiárias ocupam é singular. De um lado, não passam efetivamente, muitas vêzes, de pouco mais que simples agências comerciais destinadas a preparar para o consumo artigos já mais ou menos elaborados no estrangeiro. Mas em certos casos adquirem relativa e mesmo completa autonomia, suprindo com fabricação própria a maior parte da sua produção. E, assim, mesmo quando filiais de indústrias estrangeiras, começam a funcionar, no terreno da produção, como entidades autônomas e ligadas apenas financeiramente com suas matrizes. Parece mesmo ser esta a tendência da sua evolução na maior parte dos casos, porque a dificuldade dos transportes, o obstáculo das tarifas alfandegárias, os riscos das oscilações cambiais, a mão-de-obra mais barata e a necessidade de se adaptarem melhor às exigências específicas do mercado brasileiro, levam-nas por êste caminho." (Caio Prado Júnior — *História Econômica do Brasil* — S. Paulo — 1945 — pág. 278.)

(21) A análise do *tenentismo* e bibliografia relativa a êsse fenômeno político da fase republicana encontra-se em Nelson Werneck Sodré — (*Introdução à Revolução Brasileira* — Rio — 1958.)

(22) Celso Furtado — (op. cit. — pág. 234.)

(23) A propósito da crise, Celso Furtado observa, com propriedade: "A situação favoreceu as organizações intermediárias no comércio do café, as quais percebendo a debilidade na posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros a totalidade de suas perdas causadas pela crise geral." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 218.)

(24) Celso Furtado — (op. cit. — pág. 230.)

(25) Celso Furtado — (op. cit. — pág. 232.)

(26) "Contudo, a partir da reação armada de 1932, o govêrno provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, inclusive uma redução de cinqüenta por cento nas dívidas bancárias dêstes últimos." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 234.)

(27) A época de Vargas, realmente, abre a fase de profundas e agitadas transformações que se convencionou conhecer como Revolução Brasileira.

REVOLUÇÃO

CONTRADIÇÕES EXTERNAS

A presença dos capitais estrangeiros no Brasil, considerado o problema na etapa do modo de capitalista de produção, data pràticamente da fase da Independência. Apresentava então a forma de empréstimos: o primeiro foi tomado dois anos após a autonomia e logo seguido daquele a que ficou vinculado o seu reconhecimento pela antiga metrópole. Em 1858, já devíamos 5,5 milhões de libras e tomávamos o primeiro empréstimo para fins reprodutivos, no valor de 1,5 milhões de libras, destinado ao prolongamento da ferrovia D. Pedro II, atual Central do Brasil. Em 1860, em base idêntica, recebíamos o empréstimo destinado à ferrovia do Recife ao São Francisco. O total de empréstimos tomados no Império foi de £ 64.198.528.

O primeiro feito pela República, no valor de £ 3.710.000, deveria destinar-se ao prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Só em 1921 o govêrno brasileiro tomou o primeiro empréstimo nos Estados Unidos. A dívida externa, em 1930, atingia a £ 267.173.023, equivalente a 1.300 milhões de dólares, e colocada, na sua maior parte, na Inglaterra. O serviço anual dessa dívida atingia cêrca de £ 21.500.000, representando mais de 20% da receita federal. As condições em que muitos dêsses empréstimos foram tomados chegaram a ser humilhantes: hipoteca da renda alfandegária, dos impostos de consumo, de renda e, finalmente, de vendas e consignações. As finanças brasileiras passaram, pràticamente, ao contrôle estrangeiro. "Assim, de 1824 a 1931, o total dos empréstimos externos contraídos, que atingiu £ 412.386.625, haviam-nos custado, entre juros, amortizações e conversões, a soma de £ 438.173.836, e ainda o Brasil devia, incluindo o último *funding*, a quantia de £ 276.984.962, cujo serviço anual respectivo exigia mais de 23 milhões de libras", informava um estudioso do problema.(1)

O fim dêsses empréstimos foi variado: cobrir *deficits* orçamentários, comprar armamentos, financiar a guerra com o Paraguai, possibilitar operações de retenção de estoques de café para valorizar o preço, realizar algumas obras públicas, pagar débitos anteriores. O serviço da dívida tragava os saldos da balança de mercadoria e recaía, não sôbre os latifundiários e grupos ligados ao comércio exterior, mas sôbre tôda a população econômicamente válida. Foi suspenso, de 1898 a 1911, de 1931 a 1934 e de 1937 a 1940. Em 1943, com os saldos de divisas acumuladas durante a guerra, consertou-se um esquema definitivo com os banqueiros internacionais: mais de um bilhão de dólares foi pago, restando pouco mais de 100 milhões, cuja liquidação se realiza a longo prazo. O Brasil se encontra, agora, novamente endividado, mas em condições muito diferentes.

No passado, os empréstimos inglêses visavam acentuadamente a construção ferroviária, quando tinham algum sentido reprodutivo, porque a Inglaterra era a grande fornecedora de trilhos, locomotivas, vagões e também do combustível, o carvão. Capitais inglêses, precursores em investimentos, por outro lado, instalaram-se no setor de transportes, com o fim de dominar mercados. Assim, por exemplo, procuraram monopolizar a borracha, com a navegação amazônica, mas as condições regionais, que permitiram a concorrência da navegação das casas aviadoras, frustrou a manobra, e a solução imperativa teve de ser mesmo a transplantação da *hevea*. A fase dos empréstimos americanos apresenta características diversas daquela em que predominavam os empréstimos inglêses: os Estados Unidos eram os grandes fornecedores de automóveis, caminhões, betume, asfalto, e do combustível originado do petróleo. Passamos da ferrovia para a rodovia. A diferença fundamental, entretanto, não estêve na origem nacional dos empréstimos ou dos investimentos; estêve na essência de uma política econômica: até os fins do século XIX, pràticamente, o desenvolvimento capitalista não atingira ainda no mundo a etapa imperialista; já a partir dos fins daquele século, a etapa imperialista estava caracterizada. Para nós, e de forma esquemática, quanto a capitais estrangeiros, a situação sob o Império era uma, a situação sob a República é outra.

As características do imperialismo alteram em substância os têrmos do problema de capitais estrangeiros. Na referida etapa, realmente, surge a concentração da produção e do capital, levando à formação dos monopólios com papel decisivo na vida econômica; funde-se o capital bancário com o capital industrial, formando o capital financeiro e a oligarquia financeira; a exportação de capitais, diversa da exportação de mercadorias, assume significação destacada; aparecem as uniões monopolistas internacionais, repartindo o mundo; as nações imperialistas, finalmente, dividem o mundo entre si e, daí por diante, a expansão de uma se fará sempre em prejuízo de outra. Na essência, substitui-se a livre concorrência pela dominação dos monopólios e êstes adquirem enorme poder na vida política e utilizam o Estado para atingir os seus fins. As contradições sociais se aprofundam e são acompanhadas pelas contradições entre as nações imperialistas e entre estas e os países coloniais ou dependentes.

Nessas condições, os capitais estrangeiros que se instalam em países como o Brasil não se integram na economia dêsses países, pelas suas próprias características. Êles não consideram lucro o que é ou pode ser representado em moeda do país onde são investidos, mas tão-sòmente o que é ou pode ser representado em moeda do país de origem, e é, assim, a possibilidade de remeter lucros e de mobilizar por êsse meio os seus haveres internacionalmente a condição essencial de inversão. Por isso é que são estrangeiros, e não pela sua condição de origem nacional.

No desenvolvimento do processo, os investimentos estrangeiros geram um encargo superior aos recursos que aparentemente proporcionam, e o país em que se instalam paga aquêles investimentos com os seus próprios recursos. A economia dêsses países, assim, capitaliza em proveito do estrangeiro, e ainda perde apreciável saldo por efeito das condições inerentes ao sistema que, longe de impulsioná-la, acarreta um progressivo endividamento que se reflete inclusive na balança exterior de contas. As conseqüências mais ostensivas são o desequilíbrio naquelas contas e a compressão das importações necessárias ao desenvolvimento econômico, como a de equipamentos. Os investimentos estrangeiros não se refletem no crescimento da exportação dos países dependentes, na maioria

dos casos, e não reforçam portanto a capacidade de importar. Se pode ser aceita como verdadeira a estimativa oficial de que investimentos americanos em países da América Latina contribuíram, em determinado período, em cêrca de 30% do total da exportação dêles, e isto está longe de qualificar como proveitosa essa contribuição, no caso do Brasil a situação é muito diversa: as emprêsas americanas produziram, aqui, em 1955, mercadorias e serviços no valor de 667 milhões de dólares, mas exportaram apenas 7 milhões, isto é, da ordem de 1%, destinando ao mercado interno a quase totalidade do que produziram.(2)

Produziram, aqui, aquilo que um mínimo de contrôle do comércio exterior considera não essencial à economia do país e, portanto, de importação dificultada ou proibida. A legislação que pretende reservar o mercado interno à produção nacional substitutiva da importação é, dêsse modo, garantidora de investimentos estrangeiros que visam remeter os seus lucros à origem. Sob vigência da referida legislação, aqui, comprávamos equipamentos a dólar de 200 cruzeiros, na antiga 3.ª categoria, utilizando o que sobrava de uma balança de comércio exterior onerada pela remessa de lucros a dólar de 43 cruzeiros.

Os capitais estrangeiros, assim, têm diminuta participação no financiamento direto de nossa capacidade para importar, que repousa essencialmente no ativo gerado pela exportação de mercadorias. O fluxo de importação de capitais (financiamentos ou investimentos) tem representado entre 2,7 e 4,3% das inversões totais realizadas no país. Considerando êsse fluxo especìficamente quanto às inversões em equipamentos e instalações, não ultrapassaram jamais 7%. O crescimento da economia brasileira se vem processando independentemente da contribuição de capitais estrangeiros. Êstes, muito ao contrário, contribuem negativamente, desfalcam a poupança interna e enfraquecem a taxa de inversões. Entre 1939 e 1954, o Brasil realizou uma inversão bruta em bens de capital da ordem de 598 bilhões de cruzeiros (valôres constantes de 1952), sendo 416 bilhões de produção interna e 182 bilhões importados em máquinas e instalações. Os capitais estrangeiros aqui investidos debilitaram essa capitalização com os 41 bilhões que drenaram para o exterior.(3)

No período entre 1940 e 1950, entretanto, os índices de avanço em nossa economia foram significativos: o aumento geral do emprêgo foi da ordem de 17%, sendo de quase 80% o aumento específico da mão-de-obra industrial. Em números absolutos, o aumento foi de 2,4 milhões de empregados, num período em que a população aumentou em 45%. As indústrias de bens de produção, entre 1940 e 1955, forneceram um aumento da ordem de 892%; as indústrias de bens de consumo, um aumento de 196%; e a agricultura, de 64%. Êstes índices denunciam uma renovação na estrutura da produção, um decidido rompimento com a economia de tipo colonial. O rompimento se reflete em todos os campos: há uma transferência de mão-de-obra das atividades primárias (lavoura, pecuária, indústrias extrativas) para as indústrias de transformação e serviços. Em 1940, cêrca de 80% da mão-de-obra pertencia à agricultura; as indústrias de transformação absorviam 10% da mão-de-obra. Em 1950, a agricultura ocupava 72,6% dela, e a indústria de transformação quase 15%. Não há apenas uma tendência à urbanização mas alterações profundas na estrutura social, em conseqüência. Estas transformações progressistas não encontram no capital estrangeiro um estímulo, mas um poderoso entrave.

A acumulação interna motivada pela segunda Guerra Mundial acelerou o processo de industrialização no Brasil. Entre 1947 e 1956, o ritmo do aumento da produção industrial foi aqui superior ao ritmo médio do mundo capitalista — 71% para êste, a 91,8% para o Brasil. A produção de bens de produção, que representava 1/5 da produção total em 1939, passou a representar 1/3, em 1956. Mas a necessidade de bens de produção — equipamentos, combustíveis, matérias-primas — procedentes do exterior, exigiu a modificação na composição de nossa importação. Os bens de produção passaram a representar nela 70 a 80% do valor total. A modificação só se poderia efetivar pelo contrôle cambial e êste, sob formas diversas, teve início e prática desde 1948. A capacidade de importar, no nosso caso, entretanto, está ìntimamente ligada ao valor da exportação, e esta permaneceu vinculada à estrutura colonial e dependente, configurada nos produtos primários e café — em média anual, entre 1949 e 1958, de 62% do valor total — e voltada para um mercado monopolista,

o norte-americano, que absorveu, entre 1945 e 1958, 46% do valor total. O café não ultrapassou, em volume, os níveis de antes da guerra. Até 1954, a elevação de seus preços mascarou a realidade. A partir daí, entretanto, aquêles preços entraram em declínio e, depois de 1956, o próprio volume declinou. Ora, isto ocorreu na fase precisamente em que o processo de industrialização se acelerava e, acelerando-se, exigia aumento na importação do que necessitava.

O problema consiste em que um comércio exterior de tipo colonial tem reduzidas possibilidades de expandir-se, quando o imperialismo impõe nêle as suas normas irrecorríveis, porque freia essa expansão em conseqüência mesmo de suas características. Isto porque o país não pode utilizar livremente as suas divisas, obtidas pela exportação, uma vez que parte substancial delas é absorvida pelas remessas de lucros do capital estrangeiro aqui instalado, e que não contribui na exportação, sob a forma variada e variável dos lucros pròpriamente, dos juros, *royalties* e amortizações, não só de investimentos oriundos do exterior como de reinvestimentos realizados com lucros aqui obtidos. Outra parcela das divisas se destina ao pagamento de fretes e seguros marítimos.

No período de 1947 a 1957, o balanço de mercadorias proporcionou ao Brasil um saldo de 2.203 milhões de dólares, mas o balanço de pagamentos registrou um *deficit* de 1.502 milhões de dólares. Exportamos em onze anos bens materiais no valor de 2,2 bilhões de dólares, sem receber em troca bens materiais de valor equivalente, e ficando com um débito de 1,5 bilhões de dólares nas transações comerciais e financeiras com o exterior. Aqui está, pois, o entrave ao desenvolvimento. Mas o imperialismo não opera apenas como entrave ao desenvolvimento quanto ao processo de industrialização: procura ainda associar-se a êsse processo, subordinando-o aos seus interêsses, seja por meio de investimentos, seja por meio de empréstimos que constituem pesado tributo impôsto ao nosso povo.

Entre 1939 e 1952, entraram no Brasil capitais particulares, para fins de investimento, num total de 97 milhões de dólares; e saíram capitais, na forma de liquidação de investimentos estrangeiros, no valor de 83,8 milhões, deixando-nos um saldo de 13,3 milhões. Naquele período, os investimentos estrangeiros remeteram para o exterior rendimentos da ordem

de 806,9 milhões de dólares. No balanço dessas parcelas, assim, constata-se entradas no valor de 97 milhões e saídas no valor de 890 milhões de dólares.(4) Entre 1939 e 1955, o ingresso efetivo de capitais foi de 173 milhões de dólares; o total de remessas de rendimentos, 1.112 milhões de dólares. Nesse período, aliás, operou-se espetacular crescimento no valor dos investimentos estrangeiros no Brasil, ascendendo os de origem norte-americana de 240 milhões, em 1940, a 1.107 milhões, em 1955. Verifica-se, assim, que a renda dos investimentos estrangeiros foi sete vêzes maior que o ingresso dêles, ainda quando êsse ingresso cresceu cinco vêzes.(5)

Os investimentos de origem norte-americana na indústria de transformação ascendeu de 69 para 563 milhões, entre 1940 e 1955, e de 18 para 155 milhões no comércio. As companhias petrolíferas americanas detinham, em 1940, um capital estimado em 30 milhões, que ascendeu, em 1955, para 186 milhões, isto é, mais de seis vêzes o montante anterior. Mas êsses capitais cresceram não por novas entradas e sim pelos lucros obtidos com as entradas primitivas. Cresceram pelo capital de movimento, recolhido em bancos que funcionam no país, ou pelo levantamento no mercado interno de capitais, nisso influindo as sociedades estrangeiras de crédito, financiamento e investimento aqui instaladas e girando com recursos nacionais. Assim, os capitais estrangeiros cresceram pelo acréscimo de capitais nacionais, sôbre cujo montante continuaram a remeter lucros, como se todo êle fôsse efetivamente estrangeiro, isto é, tivesse efetivamente ingressado no país.

Tratava-se, como se trata ainda hoje, de inversões estrangeiras com poupanças nacionais. Normalmente, surgem como inversões amparadas em empréstimos externos, com amortizações e juros garantidos pelo govêrno brasileiro, gozando de taxa cambial favorabilíssima para as respectivas coberturas. Registrado e garantido o empréstimo externo, o investimento estrangeiro pode obter, e em regra obtém, empréstimo interno, em moeda nacional, em condições vantajosas de prazo e juros, tais como as que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico rotineiramente defere. Assegurado o empréstimo interno para instalação, acobertada a importação de máquinas e equipamentos pelo empréstimo externo avalizado pelo govêrno brasileiro, o "capital estrangeiro" entra em fase produtiva, sem

nada desembolsar ou desembolsando pouco face ao vulto da inversão, que passa a fornecer lucros para a amortização dos empréstimos externo e interno.

Conquistado o mercado interno — vimos que o investimento estrangeiro aqui contribui muito pouco para a exportação — amplia-se o capital com o levantamento de poupança nacional. Os empréstimos externo e interno são pagos com os lucros auferidos no país. Resgatados, o investimento continua a remeter lucros, pelo mercado livre de câmbio, sem limite de prazo ou valor. O capital entrado, se entrou, e que já se foi, com juros, favores cambiais, favores fiscais, financiamento interno (inclusive emissão de papel-moeda ou poupança compulsória), continua a funcionar como "estrangeiro" e é, na verdade, capital nacional legítimo, exportado sem rendimento, não concorrendo de forma alguma para fortalecer a posição do país no exterior. Relatório de órgão oficial brasileiro assim indicou os efeitos do problema, a certa altura: "Em todo o período analisado — 1947-1955 — houve, pois, um desenvestimento líquido de US$ 140,9 milhões, o que, em outras palavras, significa haver o Brasil — país grandemente necessitado de recursos externos para refôrço de sua economia — investido nos países capitalistas os fundos que não podia dispensar para atender às justas aspirações de melhoria das condições de vida de suas populações." (6)

Há, como se sabe, uma estreita relação entre desenvolvimento industrial e padrão de vida. A defesa da industrialização, em conseqüência, é uma das formas de impulsionar o progresso de países coloniais ou dependentes. No Brasil, como em outras nações, de estrutura econômica idêntica, a influência do investimento estrangeiro tem sido negativa no que se refere à industrialização. O nosso desenvolvimento industrial teve impulso justamente nas fases em que era nulo ou reduzido o afluxo de capitais estrangeiros. Quando êsse afluxo cresceu, o desenvolvimento industrial encontrou obstáculos consideráveis. O maior avanço industrial na área capitalista, até 1940, ocorreu no Japão, no período de 1896-1900 a 1911-1913, da ordem de 9% ao ano. O nosso avanço industrial foi, entre 1930 e 1940, duas vêzes maior do que entre 1928 e 1930, apresentando um aumento anual superior a 8%. Nesse período, não houve aumento na aplicação de capitais estrangeiros

aqui.(7) Quando êles afluíram, a taxa anual caiu. Não afluíram para atividades que interessavam ao nosso desenvolvimento, mas para aquelas que mais interessavam aos investidores privados estrangeiros. Eram capitais ligados a uma indústria avançada, interessada em matérias-primas baratas, em mão-de-obra aviltada, em mercados favoráveis, em áreas privilegiadas de investimento, onde a concorrência não os perturbasse. Essa destinação contribuiu sempre para a persistência da estrutura colonial em muitos setores nacionais, distorcendo o nosso desenvolvimento e trazendo um pesado ônus econômico, sem falar no ônus político inererente à natureza do imperialismo.

O aspecto inflacionário é também dos mais importantes, na análise do imperialismo. Em regime inflacionário, realmente, os cruzeiros a mais provenientes do aumento de tarifas, por exemplo, podem não significar aumento de rendimentos, mas se a emprêsa é estrangeira e não há alteração na taxa cambial, êsses cruzeiros a mais representam aumento real de lucros pois produzem mais dólares para remunerar um capital que não se alterou. Entre 1945 e 1955, com o dólar estabilizado para aquêle tipo de emprêsas em Cr$ 18,72, e com as receitas líquidas ascendendo em face aos sucessivos reajustamentos de tarifas — elas foram reajustadas cinco vêzes no referido período — houve para as emprêsas estrangeiras um lucro real, uma vez que o seu padrão era o dólar. Quando, para elas, o dólar passou a Cr$ 43,80, as tarifas foram também reajustadas, o que assegurou a continuidade daquele lucro real. As tarifas, assim, reajustam-se duas vêzes: uma para corrigir os efeitos da inflação, outra para atender às alterações cambiais. A soma dos reajustamentos corresponde a um lucro líquido que as emprêsas nacionais não podem alcançar, justamente por serem nacionais.

As remessas de lucros dos investimentos estrangeiros, que correspondem a uma pressão inflacionária irreprimível, com a política imposta pelo imperialismo, não ascendem apenas na razão direta do montante daqueles investimentos, que vêm ràpidamente ascendendo, mas também na razão de normas econômicas protetoras que as multiplicam. No estudo da etapa atual do desenvolvimento brasileiro, verificaremos os efeitos econômicos e políticos do imperialismo em nosso país, face

aos problemas concretos postos em evidência e às soluções adotadas para êles.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

O Brasil dispõe, de extensão territorial que o assinala como dos maiores países do mundo e, nela, de uma área agrícola vastíssima, ocupada por mão-de-obra numerosa. Nessa área, realmente, trabalhavam, em 1950, cêrca de 11 milhões de pessoas. Nos Estados Unidos, apenas para confronto, reduzia-se a 7 milhões o número de pessoas que se dedicavam ao trabalho agrícola. Repousando predominantemente no esfôrço humano e utilizando técnicas rudimentares, o trabalho no campo, entre nós, apresenta altos custos e baixa produtividade. Nos países desenvolvidos, a agricultura padece, normalmente, crises de superprodução. Aqui, uma parte dela sofre dêsse mesmo mal — a que tem no exterior mercado para o que produz — mas a outra parte, a que atende ao mercado interno, sofre de crise inversa, a de subprodução. A aparente anomalia mostra que o problema é estrutural e não circunstancial.

A dualidade dessa estrutura produtiva é histórica: a demanda externa deformou a evolução agrícola brasileira. E a deformação se tornou possível, aqui, pela permanente disponibilidade de terras e pela constante disponibilidade de mão-de-obra. A primeira permitiu, até agora, o crescimento puramente extensivo: o problema da técnica não interessava dado que havia sempre novas terras a aproveitar. A atividade do campo, por isso mesmo, só por tolerância pode ser conhecida como agricultura; foi sempre um esfôrço predatório, puramente extrativista, quando não se limitou à coleta primitiva de bens que a natureza colocava ao alcance do homem. A necessidade de recorrer à técnica surge agora. Só agora começa a ser interessante, em alguns casos impositivo, o reaproveitamento de terras esgotadas. Só agora isso influi na rentabilidade. Mas não influi, convém acrescentar, na remuneração do trabalho agrícola, no sentido direto de sua melhoria. Se considerarmos que, no Brasil, mais de 30 milhões de pessoas dependem da utilização da terra, verificamos a importância do problema.

A apropriação, aqui, por outro lado, caminhou sempre adiante da ocupação efetiva, dada a larga disponibilidade de

terras. Um dos traços mais importantes das transformações que começam a denunciar-se agora no campo está na inversão daquela tendência histórica; começa a ocupação, em determinadas áreas, a anteceder a apropriação, e isto vem acarretando problemas sociais graves e conflitos de perigosas perspectivas. A tendência histórica, entretanto, fundamentada na demanda externa dos nossos produtos, levou à concentração da propriedade, característica marcante do quadro agrário brasileiro. Essa concentração apresenta, como conseqüência, o contraste entre a utilização em benefício de reduzida minoria e os ínfimos padrões de vida da enorme população rural. Há hoje consenso na constatação de que êste é um dos grandes obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico.

Os dados do censo de 1950 permitem-nos uma sumária análise do problema fundamental, que é o da concentração da propriedade. Aquêles dados correspondem apenas à área econômicamente ocupada, isto é, 27,2% da área total do país, pouco mais de um quarto dessa área. Denunciavam que os estabelecimentos agropecuários de área inferior a 100 hectares constituíam 85% do total dêles, mas correspondiam a apenas 17% da área total; os estabelecimentos de área entre 100 e 200 hectares constituíam 6% do total dêles e correspondiam a 8% da área total; e os estabelecimentos de área superior a 200 hectares constituíam 9% do total dêles mas, em gritante contraste, correspondiam a 75% da área total. Êstes dados brutos comprovam rudemente a existência, que é histórica, do problema da concentração da propriedade. Deve ser assinalado o fato de que, em relação ao censo de 1940, o de 1950 comprovava o reagrupamento da propriedade. Como se verifica, há enormes reservas territoriais, da ordem de 6 milhões de quilômetros quadrados mas, em contraste, poucas são as terras disponíveis para aquisição, não existindo mercado imobiliário, na prática: a procura é muito maior do que a oferta, e a valorização segue acelerado ritmo.

Em 1940, o valor médio do hectare de terras era da ordem de 120 cruzeiros, no Paraná, uma das chamadas "frentes pioneiras". Em 1950, era dez vêzes maior, e a tendência altista prossegue ràpidamente. Quando se considera que o censo de 1950 assinalava a existência de 60 estabelecimentos com área superior a 100.000 hectares (ou 1.000 quilômetros quadrados,

isto é, área equivalente à do Estado da Guanabara), verifica-se a gravidade do quadro. Tais latifúndios não têm destinação econômica; são áreas mantidas sob regime de inalienação. A retenção especulativa, por outro lado, opera sob duas formas: impede ou dificulta o acesso e a utilização da terra para fins econômicos, concorrendo para a escassez da produção de subsistência, e eleva as taxas de arrendamento, e assim os custos de produção.(8) É fenômeno verificado a relação entre o fracionamento da propriedade e a expansão da área agrícola: o incremento nesta, entre 1920 e 1940, fase em que a área média baixou de 270 para 104 hectares, foi da ordem de 183,6%; o reagrupamento ocorrido entre 1940 e 1950 reduziu aquêle incremento a 1,4%.(9)

A quota de pessoal empregado na agricultura é, no Brasil, das mais elevadas — 58% da população ativa, segundo o censo de 1950 — o que, por si só, caracteriza a estrutura de produção vigente.(10) São 11 milhões de pessoas empregadas na agricultura, em uma área que se aproximava de 20 milhões de hectares, e o índice de capacidade de trabalho, assim, era da ordem de 1 pessoa para cada 2 hectares.(11) Há, evidentemente, um excesso de mão-de-obra que pressiona para a baixa na remuneração do trabalho. Mais do que isso: desestimula o empresário rural a melhorar a produtividade pela substituição dos métodos rotineiros de cultivo pela introdução de novas técnicas. O excesso de mão-de-obra, por um lado, e a concentração da propriedade, por outro lado, definem a situação brasileira no campo. Há um violento contraste entre a imensa população sem terra e subocupada, da ordem de 5 milhões de pessoas em 1950, e uma área apropriada de 232 milhões de hectares em que 90% são subutilizados.

Segundo o censo de 1950, o pessoal dos estabelecimentos agropecuários distribuía-se da maneira seguinte:(12)

Especificação	*Número*	*%*
Parceiros	1.245.557	11,3
Empregados	3.729.244	33,9
Familiares	3.957.391	36,0
Responsáveis	2.064.642	18,8
TOTAL	10.996.834	100,0

Mais de um têrço da mão-de-obra ocupada (36,0%) era constituída de familiares não remunerados, presumidamente de produtividade baixíssima. Os parceiros apresentam-se como pouco mais da décima parte da população daqueles estabelecimentos (11,3%), admitindo-se que sejam em parte familiares não remunerados.(13) A característica mais importante da mão-de-obra agrícola é a predominância de formas de trabalho pré-capitalistas, que vão do trabalho gratuito aos diversos sistemas de parceria. A soma de assalariados e parceiros dá um total da ordem de 5 milhões de pessoas que constituem a massa de trabalho no campo. O censo de 1950 estimava em pouco menos de 7,5 bilhões de cruzeiros o pagamento em salários e em pouco mais de 2,2 bilhões de cruzeiros o pagamento a parceiros, dados que merecem pouca confiança, por deficiência na sua coleta, como os próprios totais dos grupos em que se reparte o pessoal dos estabelecimentos agrícolas.

De qualquer forma, a remuneração do trabalho varia muito, no Brasil, desde o pagamento em dinheiro, o pagamento em parte do produto e o pagamento em utilização da terra até os pagamentos mistos mais diversos. O trabalhador do café, quando fixo, como *colono*, percebe salário anual, pago por mês, para cuidar de certo número de pés, e um pagamento variável por saca de café que colhe, e tem direito, quase sempre, a cultivar cereais. O trabalhador do canavial pode ser *morador*, percebendo pagamento em dinheiro e podendo manter lavoura de subsistência para seu uso; ou *foreiro*, quando cuida de sítios distantes e paga fôro ao proprietário, prestando-lhe ainda serviços gratuitos na época da safra, a *obrigação* ou *cambão*. O trabalhador do algodoal é via de regra parceiro com meação no algodão colhido e às vêzes em cereais. O trabalhador na pecuária nordestina é remunerado habitualmente pela *quarta* — um bezerro em cada quatro — e opera como parceiro na lavoura.(14)

Estas e muitas outras formas podem, entretanto, agrupar-se em dois campos, se conjugadas ao regime de propriedade, gerando um dêles a renda capitalista e outro a renda pré-capitalista. Esta pressupõe a existência de duas classes: a dos proprietários de terras e a dos pequenos produtores individuais, possuidores de meios de produção e dispondo de alguma independência econômica; aquela pressupõe a existência de três

classes: a dos proprietários de terras, a dos locatários capitalistas que exploram o trabalho assalariado, e a dos assalariados que não dispõem de meios de produção.(15)

Muitas vêzes, e certamente nas áreas em que relações capitalistas de produção foram introduzidas, mas coexistem com antigas relações, na mesma pessoa confundem-se o proprietário de terras e o locatário capitalista. Na fazenda de café, o senhor é a um tempo latifundiário e capitalista, apropriando--se da renda capitalista e da renda pré-capitalista. O colono é a um tempo assalariado e servo, porque desprovido dos meios de produção, vendendo fôrça de trabalho e, nesse sentido, "livre", e submetido a formas de exploração feudal, e nesse sentido "servo", — é, de qualquer forma, semiproletário. Se a renda capitalista tende a superar a renda pré-capitalista, os entraves feudais são ainda poderosos. Na usina de açúcar, que representa outro tipo de penetração capitalista no campo, e tipo superior ao que se registra na fazenda de café, o usineiro é um industrial rural, sem deixar de ser um latifundiário: aufere o lucro industrial e a renda da terra, e esta ainda como renda pré-capitalista. O proprietário de canaviais percebe as duas formas de renda da terra. Mas já o fornecedor independente de cana é um capitalista do campo. A expansão da usina de açúcar na região Centro-Sul do país, em contradição com as suas limitações na região nordestina, vem freando a concentração agrícola-industrial nesta, inclusive por legislação restritiva. No algodoal, o latifundiário isola-se da terra, dela procurando auferir a renda apenas, ao contrário do fazendeiro de café e do usineiro de açúcar, que encarnam a aliança da terra com o capital. Aparece com destaque, no caso, o arrendatário, jungido ao proprietário da terra por contrato extorsivo, em muitos casos abrangendo a comercialização da safra. A renda do proprietário, no algodoal, é tôda pré-capitalista, e êle prefere sempre alugar a terra a vendê-la, e prefere arrendar por prazo curto.

A tendência que se observa, quanto ao algodão, em substituir os pequenos arrendatários por grandes arrendatários capitalistas, e a introdução ampla da mecanização em conseqüência, fará com que a renda pré-capitalista passe ao arrendatário rico que pagará ao proprietário a renda absoluta referente ao monopólio da terra. A penetração capitalista, no caso do algo-

dão, é pequena até agora: a introdução do trabalho assalariado depende da mecanização e esta só será possível com a expansão da produção, dificultada pelas condições atuais do mercado mundial. No caso do algodão, ainda, a parte industrial é separada da parte agrícola e está, no momento, em mãos do capital comercial de emprêsas estrangeiras em grande parte.

Tudo isso nos mostra, em suma, que o monopólio da terra é a causa do atraso no campo. Só com a sua eliminação as fôrças produtivas poderão desenvolver-se na medida das necessidades da população. A pequena propriedade é esmagada pela grande propriedade. As formas de parceria assinalam a presença irredutível do monopólio. E o emprêgo da violência marca a apropriação de extensas áreas, com o *grilo*, o *caxixe* e variadas formas regionais de espoliação. Em muitos casos, de tempos mais próximos, o latifundiário é o próprio imperialismo, como no caso dos frigoríficos, pontilhando as crises no fornecimento de carne ao mercado interno.

No campo, assim, de um lado estão os latifundiários ou latifundiários-capitalistas; de outro lado, a grande massa de arrendatários pobres, o semiproletariado e o proletariado rural, tôda a massa de camponeses pobres, ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural, em luta pela posse da terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as fôrças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido.(16)

As terras devolutas, entretanto, representam 75% do território brasileiro. Dos 11 milhões de pessoas empregadas em atividades agrícolas, em 1950, só 18% eram proprietárias, e na sua maior parte pequenas proprietárias. Enquanto inúmeros projetos de reforma agrária são retidos nas casas do Congresso Federal, êste deu andamento, desde 1946, a treze projetos concedendo moratória a pecuaristas. Não há crédito agrícola para o pequeno proprietário, e é mínimo para o médio, mas os latifundiários são protegidos por êle e constituem uma classe

não tributável. Não há cadastro rural. A transmissão *inter vivos* é uma burla. É a própria Consolidação das Leis do Trabalho que reza, em seu artigo 50: "No contrato de trabalho agrícola é lícito o acôrdo que estabelecer a remuneração *in natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um têrço do salário total do empregado." E isso, no fim de contas, contribui para a desigualdade no crescimento entre a população ativa empregada na agricultura e a empregada na indústria. Entre 1920 e 1940, enquanto a primeira crescia de 18%, a segunda crescia de 166%.

Um exame da evolução do impôsto territorial rural (que pertence aos Estados e Territórios, e não à União), mostra que é uma taxação ridícula e fundada, além disso, em índices antigos, quando o valor da terra vem ascendendo vertiginosamente. O referido impôsto representava, em 1949, menos de 1% da receita, em três Estados; menos de 5% em onze; menos de 7% em quatro; menos de 14% em um; era nulo em outro, o do Espírito Santo, que não o cobrava. Pois bem, em 1951, a situação era ainda mais grave: aquêle impôsto era nulo em um Estado; inferior a 1% da receita em quatro; inferior a 5% em doze; inferior a 7% em dois, e inferior a 11% em um. Só em dois Estados, Sergipe e São Paulo, fôra aumentado. Neste último, ao longo de meio século, exatamente cinqüenta e dois anos, o impôsto territorial rural ascendeu lentamente, dos 60 contos de réis, em 1905; aos 68, em 1910; aos 910, em 1920; permaneceu inferior a dois mil contos de réis, até 1931; inferior a trinta mil contos, até 1935 e em alguns anos subseqüentes; só atingiu 45 mil contos em 1945; estacionou em 130 mil contos até 1952; alcançou 250 mil, em 1956, e deu um salto para 360 mil, em 1957. Quantias irrisórias, em relação à receita do maior Estado agrícola do país, numa prova de que a propriedade rural está pràticamente isenta de tributação.(17)

Se aprofundarmos a análise do quadro agrário brasileiro, verificaremos ainda a flagrante dualidade que apresenta: os interêsses externos, realmente, deformaram a evolução natural da produção agrícola, gerando o antagonismo entre a agricultura que, acompanhando a evolução da economia nacional, expandia-se e se diversificava em função do mercado interno, a agricultura de subsistência, lutando sempre com enormes difi-

culdades, com limitações de tôda ordem; e a agricultura que visa o exterior com a sua produção, absorvendo sempre a maior parte dos recursos públicos e privados, caracterizando o sistema conhecido como da *grande lavoura*. Enquanto a primeira padece de uma crise crônica de subprodução, a segunda atravessa crises freqüentes de superprodução.

A diferença entre elas, entretanto, não está apenas na destinação da produção, já de si importante e esclarecedora, mas nas condições históricas que as separam e antagonizam, que fazem contrastar as suas estruturas. Segundo o Censo Agrícola, os 19 milhões de hectares da lavoura dividem-se em lavouras temporárias, cobrindo 14,7 milhões de hectares, e lavouras permanentes, cobrindo 4,4 milhões de hectares. As permanentes compreendem o café, com 2,5 milhões de hectares, e o cacau, com 303 mil hectares, cuja soma corresponde a quase 70% do conjunto. As temporárias são constituídas por quase todos os gêneros de subsistência: feijão, arroz, milho, mandioca, trigo, batata, etc. A maior parte da área das lavouras temporárias — 8,5 sôbre 14,7 milhões de hectares, ou seja 58% — cuja produção visa o mercado interno, é constituída de estabelecimentos de menos de 20 hectares de superfície cultivada. A maior parte da área das lavouras permanentes — 2,7 sôbre 4,4 milhões de hectares, ou seja 61% — cuja produção visa o mercado externo, é constituída de estabelecimentos de mais de 20 hectares de superfície cultivada. Há uma diferença estrutural, portanto, entre a *grande lavoura* e a *pequena lavoura*. Os problemas não são iguais nas duas: suas soluções não devem ser iguais.

A estrutura da *grande lavoura* apresenta um nível técnico superior, em conjunto, ao da *pequena lavoura*. Segundo o censo, aquela dispunha de 85% dos tratores, 63% dos veículos a motor, aplicava 61% das despesas em fertilizantes, sementes e produtos químicos de combate às pragas; esta dispunha de 69% dos veículos a tração animal, 69% dos arados e 59% dos animais de trabalho. A primeira melhorava sempre os seus processos de produção; a segunda ancorava em processos rudimentares.(18) Êste contraste entre os dois setores agrícolas responde, com outras diversidades, pela pauperização de regiões que se especializaram em produzir para o consumo interno, como as do Rio Grande do Sul, e que sofrem tratamento desi-

gual da parte do poder público, todo voltado para a agricultura de exportação. Os reflexos sociais dessa proteção surgem por tôda parte: a população urbana recebe constante refôrço das sobras do campo; o desaparecimento das pequenas lavouras de subsistência obriga o trabalhador a pagar a sua alimentação; o tráfico de trabalhadores se estabelece e o aliciamento e o êxodo se expandem; a propriedade se concentra; a *grande lavoura,* dominadora absoluta, absorve os recursos do país, submete aos seus interêsses o aparelhamento financeiro e técnico; só nas épocas em que ela sofre as suas crises ampliam-se os setores secundários da produção agrícola; os interêsses do latifúndio dividem as coisas como dividem os homens: há *plantas de rico* e *plantas de pobre.*

"É a concentração, em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vêzes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. E é em suma uma concentração de terras e propriedade que significa também concentração de domínio sôbre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população." Êste é o testemunho de um intérprete. que acrescenta: "Numa palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interêsses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população." (19)

A tendência que se observa hoje no quadro agrário brasileiro é a da concentração da propriedade, absorvendo o máximo de terras aproveitáveis, eliminando os lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Não são apenas os que povoam o campo as vítimas dessa expansão: é tôda a população do país, que paga mais caro aquilo de que necessita para subsistir e, assim, concentra nesse mínimo todo o seu esfôrço, estreitando o mercado interno: à subprodução corresponde o subconsumo, com todo o seu cortejo de problemas.

Face à nossa deficiência de capitais e à linha de menor resistência econômica, torna-se indispensável o desenvolvimento extensivo da agricultura brasileira a curto prazo. A seqüência histórica tem sido: expansão da área cultivada, de-

senvolvimento intensivo pela mecanização e aplicação de mais unidades de capital por unidade de área, e, finalmente, melhoria do rendimento por unidade de área, isto é, do aperfeiçoamento das técnicas do trabalho.(20) A essa política mínima opõe-se o latifúndio com a sua poderosa fôrça de inércia. A economia brasileira, assim, sofre a dupla pressão: a externa, com o imperialismo; e a interna, com o latifúndio. As velhas relações de produção, entretanto, vão sendo vencidas, apesar dos poderosos amparos que lhes asseguram continuidade. Novas fôrças produtivas figuram no quadro. A estrutura agrária está condenada.

COMPOSIÇÃO DAS FÔRÇAS

O simples inventário dos elementos primários de que o Brasil dispõe para desenvolver-se seria suficiente para confirmar a existência de uma sólida base para alcançar alterações quantitativas na produção nacional. Estas alterações quantitativas ascensionais representam, efetivamente, dados brutos, e assinalam as mudanças que o país apresenta.

Entre 1920 e 1957, por exemplo, a população dobrou, passando de mais de 30 milhões de habitantes para mais de 61 milhões. O surto industrial ficou assinalado no contraste entre os 13 mil estabelecimentos de 1920 e os 100 mil de 1957, e ainda mais acentuadamente quando verificado o impulso na indústria básica (energia elétrica, aço, cimento, material elétrico, produtos químicos, petróleo, etc.) e verificada a melhoria na participação dos meios de produção, cujo pêso específico no parque industrial melhorou, entre 1939 e 1956, de 20 para 33%.

O volume do comércio de cabotagem quintuplicou, entre 1921 e 1955. Nesse mesmo período, o transporte ferroviário ascendeu de 16 a 39 milhões de toneladas. O transporte aéreo, que havia atendido 63 mil passageiros, em 1938, atendeu a 3,5 milhões, em 1956. A área de exploração agrícola passou de 175 milhões de hectares, em 1920, a 232 milhões, em 1950; o número de estabelecimentos agropecuários, de 648 mil a 2.064 mil; a área cultivada, de 6 a 19 milhões de hectares; o número de bovinos, de 34 a 47 milhões; o número de máquinas

e instrumentos agrários cresceu cinco vêzes; a produção agrícola, finalmente, aumentou em proporção superior à população. A renda nacional mais do que dobrou, em têrmos reais, enquanto a renda *per capita* cresceu 1,5 vêzes, entre 1940 e 1955. Por outro lado, entre 1920 e 1957, a alfabetização ascendeu de 24,5 a pouco mais de 50%; de 1932 a 1954 triplicou o número de alunos e professôres, o número de unidades escolares cresceu de 77 mil e dobrou a proporção da escolaridade. O eleitorado, por sua vez, aumentou dez vêzes, de 1933 a 1955, passando de 1,5 milhões a 15,1 milhões.

Êstes dados brutos assinalavam avanço, sem dúvida. Mas não são suficientes para esconder aspectos negativos que persistem ao longo do tempo: cada brasileiro consome ainda apenas 2.350 calorias por dia, quando os habitantes de países mais adiantados consomem entre 3.000 e 3.500, índice significativo de pobreza. O consumo de energia permanece da ordem de 360 quilos-carvão, quando, naqueles países, eleva-se ao nível entre 3 e 8 toneladas; o de aço bruto alcança apenas 25 quilos *per capita* aqui, variando entre 200 e 600 quilos nos países desenvolvidos; a vida média, no Brasil, ancorou nos 44 anos, naqueles países oscila entre 60 e 70; a renda nacional *per capita*, aqui, continua inferior a 300 dólares (em 1955 foi de 11 mil cruzeiros, menos de 200 dólares). Êstes são índices de atraso, inquestionàvelmente.

Tais dados são brutos, entretanto. Só a análise pode distinguir a exata significação de cada um e suas causas. O Brasil é, na verdade, um continente, tanto pelas suas dimensões como pela variedade de seus quadros. O processo de desenvolvimento é desigual, não só no sentido geográfico mas principalmente no sentido social. O conceito de renda, muito utilizado pelos economistas, só pode ser claramente compreendido quando dividido em suas formas antagônicas, salário e lucro; na formação da renda os lucros do capital são tanto maiores quanto maior a diferença entre o valor gerado pelo trabalho e o salário que o compra. As relações antes ràpidamente alinhadas entre índices brasileiros e índices de países desenvolvidos só podem ser entendidas quando se compreende as razões profundas que ligam o avanço de uns países ao atraso de outros, por seu lado. Estudo feito pela ONU sôbre relações de troca entre países assim contrastantes, relativo a

um período de mais de setenta anos (1876-1947) levou à conclusão de que "em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final dêsse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que pagava no início dêle".

A estrutura da economia brasileira não se apresenta uniforme, de outra parte. Há zonas em que a produtividade é maior, enquanto outras apresentam índices muito baixos. Mesmo na indústria isso acontece. Comparando-se, por exemplo, a produtividade da indústria têxtil nos Estados da Bahia, Guanabara e São Paulo, verificaríamos, para 1957, diferenças gritantes: o valor da produção por operário era em São Paulo quase o triplo do da Bahia; o salário médio era na Guanabara quase o dôbro do da Bahia.(21) A percentagem da renda *per capita* por região assinala também, e necessàriamente, diferenças eloqüentes. A comparação dos dados referentes aos anos de 1957 e 1958 indica a queda daquela renda no Norte e no Nordeste do país, como no Rio Grande do Sul, sendo que no Piauí ela se reduz à metade: e frisa a acentuada ascensão da mesma em São Paulo, uma ascensão razoável na Guanabara e destacada no Sul (excluído o Estado do Rio Grande do Sul).(22) Isto significa que há regiões que empobrecem, enquanto outras se desenvolvem, e que há uma relação entre o atraso de umas e o avanço de outras. O contraste é ainda mais evidente quando se verifica o problema da concentração da renda, segundo os dados de arrecadação do respectivo impôsto: entre 1952 e 1957, os contribuintes do grupo de renda acima de 50.000 cruzeiros aumentaram de 125%, os de renda acima de 500.000 cruzeiros aumentaram de 160%, e os de renda cima de 1.000.000 de cruzeiros aumentaram de 192%. Esta concentração social é bem mais significativa do que a concentração geográfica, embora a última alinhe graves problemas.(23)

Tomando como base o recenseamento de 1950, conclui-se que, enquanto 12,6 milhões de trabalhadores no setor primário (assalariados, colonos, meeiros, arrendatários, etc.), constituindo 63% da população econômicamente válida, auferiam, em conjunto, apenas 18,4% da renda nacional, os 629 mil empregadores, 3% daquela população, desfrutavam de 38% da referida renda; em têrmos *per capita*, êstes percebiam 42 vêzes o que aquêles percebiam. Ainda na área agrícola, verificava-

-se que 35 mil grandes proprietários, ou seja 0,2% da população econômicamente válida, participavam da renda nacional na mesma proporção (18,4%) que os 12,6 milhões de trabalhadores acima referidos, percebendo *per capita*, asim, 370 vêzes mais do que aquêles. Na área industrial, os grandes empregadores percebiam 250 vêzes mais do que os empregados e artesãos; e êstes, quatro vêzes mais do que os trabalhadores rurais. Se considerarmos que o desenvolvimento capitalista no Brasil começa agora a acelerar-se, e só agora, êsses desníveis apresentam uma gravidade singular. Os que, em 1950, não faziam parte da população econômicamente ativa (inativos, estudantes, donas-de-casa, ocupados em afazeres domésticos) atingiam 19,5 milhões; se a êstes somarmos 15,4 milhões de crianças verificamos que o total de 34,9 milhões, isto é, 2/3 da população brasileira, constituía o grupo dos dependentes. (24)

As desigualdades regionais e sociais são apenas disfarçadas pelos dados globais, e o desenvolvimento do país quase sempre as agrava. A indústria fornecia, em 1939, apenas 13% da renda nacional, agora fornece cêrca de 20%, mas o parque industrial paulista junto ao guanabarino proporciona 65% daquela renda, acrescentando o parque fluminense teríamos 70%. A concentração tem como reverso o quadro das zonas empobrecidas. Entre 1940 e 1956, o crescimento da indústria de transformação foi da ordem de 357%, mas o da lavoura apenas da ordem de 68%. A indústria de bens de produção, que está criando o seu mercado, cresceu em 1132%, a de bens de consumo cresceu apenas de 201%. A indústria, em conjunto, vem apresentando, entre 1939 e 1956, um crescimento anual de 7,5%, mas o da agricultura permanece em 2,6%. Uma das alterações mais importantes do processo de industrialização está em que êle se fundou, no passado, no preenchimento dos vazios do mercado, na substituição de importações, enquanto hoje se verificou que é possível criar artificialmente os vazios, utilizando a interferência do Estado. Antes, os vazios surgiam de crises, como a de 1929, ou de fenômenos externos, como os das guerras; hoje, podem surgir do emprêgo da tarifa alfandegária ou do contrôle do câmbio, isto é, de uma política econômica. O processo industrial estêve sempre estreitamente ligado à ampliação do mercado interno, à urbanização e motivou um extraordinário impulso ao crescimento da mão-de-obra assalariada,

interferindo assim na estrutura social, e pressionando por uma nova política econômica.

Está claro, entretanto, que a industrialização decorre do processo de formação capitalista; êste a antecede e gera as condições em que ela pode se desenvolver. As guerras e a crise, no passado, forçando o aparecimento de indústrias de substituição, não foram causas da industrialização, mas motivos da aceleração que ela sofreu, aceleração que foi maior ou menor na correspondência com as condições efetivas da acumulação interna. A criação de vazios artificiais surge, assim, do aprofundamento daquelas condições, de novas pressões capitalistas internas. Só a existência de um certo grau de desenvolvimento capitalista, de uma economia mercantil e da divisão social do trabalho abrem perspectivas à industrialização. Aparece o mercado de fôrça do trabalho, em que se ajustam os portadores dela e os proprietários dos meios de produção.(25)

Antes do aparecimento dêsse mercado, antes da divisão da renda em salário e lucro, não havia relações capitalistas suficientes para o surgimento da indústria. Foi a expansão cafeeira, pela sua capacidade em proporcionar lucros e divisas e pelo impulso que deu à produção mercantil e à ampliação da área de trabalho livre, que gerou as condições preliminares para o estabelecimento de indústrias entre nós. Êsse estabelecimento, assim, apresenta de um lado o trabalhador livre como oriundo do campo e, de outro lado, o empresário como antigo fazendeiro, comerciante ou banqueiro, quando não confundidas na mesma pessoa duas ou mais dessas atividades. O capitalista precede o industrial, pois. O crescimento do mercado interno generaliza a economia mercantil, dá função às cidades.

"Havendo mercado de consumo (porque havia trabalho assalariado) e havendo capital acumulado em mão de alguns, havia as condições para o surto industrial paulista", esclarece um autor.(26) O efeito das guerras e da crise é o de romper o esquema de exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industrializados, libertando capitais antes normalmente destinados à importação dos segundos, enquanto atuam como barreiras protecionistas circunstanciais. Êsses efeitos têm determinada intensidade, conforme a etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro: são expressivos quando da primeira guer-

ra mundial, maiores quando da crise de 1929, flagrantes e profundos quando do segundo conflito que assola todos os continentes, e, na sua dinâmica própria, induz novos efeitos e acumula tendências irreversíveis, atenuando a transitoriedade da origem dos impulsos. Êstes apenas aceleram o processo de industrialização; a sua causa está na existência de mercado de consumo e de mercado de fôrça de trabalho e de acumulação de capitais. E será a luta pelo mercado de consumo o problema fundamental para o desenvolvimento da indústria.(27)

As desigualdades no desenvolvimento brasileiro, de que a da industrialização é apenas um aspecto, aquêle em que mais profundamente estão assinaladas as transformações operadas na estrutura econômica do país, encontram um quadro eloqüente no surto inflacionário cujo caráter crônico, peculiar a uma estrutura colonial, passa a agudo justamente na fase em que aquelas transformações se aceleram. No século que decorreu entre 1815 e 1914, o valor em ouro da moeda brasileira caiu 40 vêzes, ou em 4.000%. Nesse mesmo período, na maioria dos países capitalistas, os preços se mantiveram relativamente estáveis, não havendo assim relação entre um fato e outro. O declínio da moeda brasileira situou-se na fase que antecedeu a industrialização aqui; não houve, ainda aí, relação de causa e efeito: a desvalorização começou muito antes da industrialização. E assim aconteceu porque, por meios empíricos, os economistas brasileiros já haviam descoberto que a inflação é um método que permite atuar na lei do valor. Utilizavam-no sempre que necessário para manter elevada a exploração do trabalho. Respondiam à baixa no preço externo dos produtos da exportação com a manutenção do preço interno dêles, mantendo e defendendo a renda dos grupos vinculados à exportação à custa da elevação dos preços em moeda nacional, à custa da desvalorização da moeda, da redução de seu poder aquisitivo. A crônica inflação, aqui, refletia a conjugação entre o latifúndio e o colonialismo econômico. Esta conjugação antecede, no Brasil, e em muito, o surto industrial.

A política das oligarquias, no Brasil republicano, fica bem caracterizada na redução do preço em ouro da saca de café, de 4,10 libras, em 1887, para 0,90 libras, em 1939, e na ascensão de seu preço interno, nos anos mencionados, de 43.926 réis para 135.423 réis. Se, em 1901, bastavam 21 sacas de

café para comprar uma tonelada de produtos manufaturados, em 1939 seriam necessárias 33 sacas. Até 1930, êsse engenhoso mecanismo funcionou mais ou menos bem, do ponto de vista dos que dêle se beneficiavam. Era típico de país atrasado, dependente, colonial. Revelava a apropriação de parte ponderável do produto nacional pelos capitalistas estrangeiros, de um lado, e pelos latifundiários nacionais, de outro lado. A inflação moderada, estabelecida como sistema, prejudicava a população trabalhadora e favorecia a exploração capitalista e os setores internos pré-capitalistas. Enquanto o lento desenvolvimento da economia brasileira permitia que êsse mecanismo funcionasse despercebido, tudo corria sem percalços. A concentração da renda no setor pré-capitalista levava ou à dissipação da parte não investida ou à sua aplicação em gêneros em regime de superprodução, ocasionando novos impulsos inflacionários.

Quando a taxa anual da inflação começa a ultrapassar a taxa média de juros, a situação se modifica. O engenhoso mecanismo já não satisfaz a tôda a classe que detém a propriedade dos meios de produção; uma parte continua favorecida mas outra começa a ser prejudicada, ou vê agravados os seus prejuízos, na apropriação da renda. A espoliação já não abrange apenas classes e camadas destituídas de poder, mas também as que detêm parcelas dêle: o consumo se contrai, decresce o poder aquisitivo, as fôrças produtivas encontram dificuldade para expandir-se. Começam a agravar-se antagonismos e contradições. A inflação acelerada favorece apenas a determinados e reduzidos grupos. Ora, ela ocorre quando, no quadro externo, entra na fase de crise geral o sistema capitalista e, no quadro interno, a estrutura econômica assinala grande alterações, entre elas a capitalização que possibilitou o ritmo de industrialização.

Se os meios de pagamento gerados pela inflação se destinassem ao setor dinâmico da economia brasileira, aquêle em que as alterações se operam e que está empenhado no desenvolvimento das fôrças produtivas, as novas correntes de moeda e de crédito acelerariam aquelas alterações, impulsionariam a indústria, expandiriam a oferta de mercadorias e o fluxo de mercadorias gerado no setor capitalista interno tenderia a atenuar os efeitos dos meios de pagamento adicionais. Os bene-

ficiários da inflação crônica, entretanto, detêm maior influência no aparelho de Estado e reservam-se as suas vantagens. Dominam a produção e o comércio dos produtos primários. Controlam a exportação. A inflação deriva de um mecanismo comandado, a serviço do setor latifundiário. A redistribuição da renda operada pelo mecanismo inflacionário pode ser aferida pelo exame dos preços internos, entre 1945 e 1952, em prejuízo do setor capitalista e particularmente do industrial. Eis o incremento anual dos preços no atacado:

	Preços agrícolas		*Preços*
ANOS	*Café*	*Total*	*Industriais*
1945	21,2	23,5	8,4
1946	36,5	19,0	12,2
1947	7,0	13,3	— 2,0
1948	8,7	17,6	1,0
1949	47,0	13,0	5,0
1950	80,3	21,2	3,8
1951	15,8	21,2	18,3
1952	1,0	13,9	7,8
1945-1952	217,5	142,7	54,5

Assim, enquanto no conjunto dos produtos agrícolas a alta foi de 142,7, assinalando o café, isoladamente, uma alta de 217,5, a dos produtos industriais ficou em 54,5. Isto significa que ocorreu um processo de apropriação da renda por setores altamente concentrados, ligados à exportação. Êsse processo induz ainda o conflito, no setor agrícola, entre a *grande lavoura,* voltada para o exterior, e a *pequena lavoura*, voltada para o mercado interno. A primeira recebe tratamento privilegiado (subsídios, crédito, transporte, armazenamento) e a segunda é entregue à sua própria sorte. E a conseqüente carestia, derivada da escassez e alta dos produtos necessários à alimentação, é causa aceleradora, por sua vez, do processo inflacionário. A redistribuição da renda em benefício da *pequena lavoura* voltada para o mercado interno atenuaria a descapitalização do setor industrial porque atenuaria a contração do mercado interno. Mas o que acontece é justamente o oposto.

Em regime capitalista, o desenvolvimento industrial pressupõe desigualdade entre os preços agrícolas e industriais, de

que decorre transferência de renda da agricultura para a indústria. Acontece no Brasil o inverso, quando a redistribuição da renda beneficia a agricultura em detrimento da indústria, freia a capitalização e favorece o latifúndio, base da produção para o exterior. Quando se opera a transferência da renda para o setor agrícola voltado para o exterior, o resultado deve ser o aumento da produção e tem sido. Mas êsse aumento da produção não conclui por um aumento correspondente na exportação; muitas vêzes conclui apenas por um aumento nos estoques invendáveis, que opera como nôvo impulso à inflação. A crise nos produtos de exportação, colocados em regime de superprodução coincide com a crise nos produtos voltados para o mercado interno, permanentemente em regime de subprodução.

No qüinqüênio 1949-1953, o incremento anual dos preços, no então Distrito Federal, correspondeu a 11,6%; no qüinqüênio 1954-1958 ascendeu a 19,4%. Vínhamos, no primeiro, de sofrer os efeitos de duas operações danosas: aquela que se ligou ao congelamento dos preços do que exportávamos e à alta dos preços do que importávamos, logo após o fim da guerra, diferença que aniquilou as nossas reservas acumuladas durante o conflito; e aquela que se ligou à obrigação de vultosas importações, em 1951 e 1952, em conseqüência do "perigo de guerra",(28) quando desperdiçamos preciosas divisas. Com a revogação, no início de 1952, dos lesivos Acôrdos de Washington, o preço do café ascendeu depressa de 55,5 cents, na Bôlsa de New York, a 62,25 cents. Sofremos por isso tremenda ofensiva baixista, que forçou o preço a retornar ao nível anterior. Mas, em 1953, nossas reservas estavam esgotadas e tínhamos cêrca de um bilhão de dólares de atrasados comerciais. Começaram a acumular-se, aqui, os *gravosos;* o suprimento de energia elétrica entrou em crise; as indústrias foram obrigadas a reduzir as suas atividades. Encerramos o exercício de 1953 com um *deficit* orçamentário visível de 10 bilhões de cruzeiros, quando o de 1952 fôra de 2,2 bilhões. O *deficit* do Estado de São Paulo, de 5 bilhões, foi coberto pelo Banco do Brasil. O mecanismo inflacionário foi mobilizado: o Tesouro comprou os enormes estoques de *gravosos,* despendendo mais de 10 bilhões de cruzeiros, e os subsídios ao setor agrícola de exportação corresponderam às depreciações externas da

moeda e à alta irreprimível dos preços internos. Só os adiantamentos ao IBC, para compra de café, entre agôsto e dezembro de 1954, absorveram 8,2 bilhões de cruzeiros dos 28,5 bilhões emitidos naquele ano. O incremento dos meios de pagamento fôra de 15%, em 1952; de 19,1, em 1953; seria de 23%, em 1954. As pressões externas atingiam o auge: ofensiva baixista contra o café, exigências para repatriação de rendimentos, luta pelo petróleo brasileiro. Não foi por coincidência que 1954 terminou como ano trágico e conturbado.

As relações de troca entraram em franca deterioração: por 4,3 milhões de toneladas exportadas em 1954 recebemos 1,6 bilhões de dólares; por 8,3 milhões de toneladas exportadas em 1958 recebemos 1,2 bilhões de dólares. Exportávamos o dôbro, recebíamos menos. Para manter a renda dos exportadores em níveis elevados, apesar da baixa dos preços no exterior, a taxa cambial sofreu sucessivas alterações, que funcionaram como subsídios ao setor de exportação. Os preços internos, assim, variavam ao inverso dos preços externos, como se verifica, em relação à saca de café:

ANOS	*Dólares*	*Índice*	*Cruzeiros*	*Índice*
1953	69,93	100	1.394,20	100
1954	86,84	124	2.272,70	163
1955	61,62	88	2.217,20	159
1956	61,28	88	2.244,00	161
1957	59,05	84	2.164,30	155
1958	53,37	76	1.967,00	141
1959(*)	43,00	61	2.516,00	180

(*) Janeiro a Junho

Os reflexos dessa política no custo de vida são diretos e proporcionais: 22,1% em 1954, 23,3% em 1955 e 25,9% em 1959, anos de maiores variações cambiais; 16,6% em 1957, 14,2% em 1958, anos de menores variações. O total das perdas transferidas, pela aplicação do mecanismo cambial a serviço do setor de exportação, ao conjunto da economia nacional aproxima-se de 58,2 bilhões de cruzeiros, ou seja 17,8% do total das exportações no referido período. Já em 1958, o setor da exportação havia recebido bonificações e subsídios superiores a 70 bilhões

de cruzeiros, pagos indiretamente pelos consumidores dos produtos de importação:

Bonificações aos exportadores	42,1	bilhões
Prêmios aos exportadores de café	6,3	"
Financiamentos ao IBC	24,5	"
Financiamento à exportação de açúcar	1,3	"
TOTAL	74,2	"

O confisco inflacionário representa o problema fundamental, no quadro de escassez de capitais resultante dêsse processo. Afirma-se, habitualmente, que o setor agrícola de exportação subvenciona a economia brasileira, quando a verdade é o inverso disso: a economia brasileira é que subvenciona o setor agrícola de exportação. A campanha contra o pretenso "confisco cambial" dá colorido à falsidade. Verdadeiro é o confisco inflacionário, que atira a tôda a população econômicamente válida o pêso da concentração da renda num setor privilegiado. O pretenso "confisco cambial" representa, às vêzes, uma tímida e reduzida destinação daquela renda aos setores progressistas da economia nacional, e por isso ardentemente combatido.(29)

Enquanto a cotação do café caía, no exterior, de 41,10 centavos de dólar em julho de 1958, para 33,50 em julho de 1959, suas cotações internas ascendiam de 285 cruzeiros em julho de 1958 para 357,40 cruzeiros em julho de 1959.(30) O resultado foi a depreciação externa de nossa moeda de 26,5% entre o segundo semestre de 1958 e o primeiro de 1959, e uma desvalorização interna de 21,9% uma vez que o custo de vida no então Distrito Federal subiu do índice 431 (média do segundo semestre de 1958) a 525 (média do primeiro semestre de 1959). As sobretaxas cambiais são seguidamente elevadas pelo órgão especializado: os ágios arrecadados atingem, no primeiro semestre de 1959, a 69,9 bilhões de cruzeiros, com um acréscimo de 29,4 bilhões sôbre a arrecadação do primeiro semestre de 1958, e de 7,5 bilhões em relação ao segundo semestre do mesmo ano.(31) A partir do segundo semestre de 1959, entretanto, é que a situação mais se agrava, com o impacto dos monopólios estrangeiros na indústria pesada interna, automobilística, siderúrgica, mecânica pesada. Só a

automobilística demandou, nos anos recentes, emissões de crédito da ordem de 120 bilhões de cruzeiros, em média anual estimada em 40 bilhões.

Segundo os beneficiários da inflação e seus teóricos, em países do tipo do Brasil ela deriva do esfôrço para elevar a taxa de investimento acima das possibilidades reais de poupança. Esquecem que as possibilidades de poupança sofrem justamente da ação espoliadora do imperialismo. Entre 1945 e 1952, realmente, a América Latina remetia para o exterior 5.773 milhões de dólares, tendo recebido 3.992 milhões, ocorrendo uma saída líquida de 1.781 milhões de dólares, sem considerar as amortizações e repatriações, num montante de 2.598 milhões.(32) No Brasil, as saídas líquidas, entre 1939 e 1952, totalizaram 1.000 milhões de dólares, ou seja, 70 milhões por ano. A evasão, nos primeiros trinta anos do século, correspondem a um têrço do valor das exportações, sem considerar a remessa de lucros e dividendos. Isto, entretanto, representa apenas uma parte da evasão da renda, no processo de descapitalização, antigo entre nós. A outra parte decorre da deterioração nas trocas externas conseqüente ao tipo de economia que apresentamos. É problema também antigo. Da última parte do século XIX até à primeira Guerra Mundial, a queda no preço dos produtos primários em relação aos manufaturados é constante. A mesma quantidade de primários comprava, no fim daquele período, apenas 60% do que no início. Em 1945, por outro lado, os preços foram 1/5 a 1/6 mais desfavoráveis aos países do tipo do Brasil do que em 1913. Mantidos, assegurariam uma entrada entre 2.500 e 3.000 milhões de dólares, que foi quanto se transferiu dêsses países aos desenvolvidos apenas pelo jôgo de preços. Isto, evidentemente, sem considerar as inumeráveis burlas de que o imperialismo se serve.

A nossa descapitalização, no período 1939-1952, é estimada em 6,2 bilhões de dólares, ou seja, 440 milhões anuais, repartidos em 1.000 milhões de saídas líquidas de capitais e 5.206 milhões de perdas de intercâmbio. O reflexo interno dêsse processo foi a inflação, com as crescentes emissões de papel-moeda e de créditos para não reduzir a taxa de investimentos, e as constantes elevações dos preços internos. As perdas da referida descapitalização foram, assim, transferidas à população consumidora pela intervenção do Estado a serviço do

setor agrícola de exportação. Entre 1939 e 1952, a produção real, aqui, cresceu de 80,2% e as emissões de papel-moeda cresceram de 692%: o meio circulante aumentou 8,6 vêzes mais do que o produto real, e os preços subiram de 350%.

A inflação, assim, decorre da pressão externa dos monopólios articulada com a pressão interna do setor agrícola de exportação, dada a estrutura dêste. Quando a pressão externa cresce, reduzindo os preços nos mercados mundiais, a de dentro acompanha, fazendo baixar a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda, elevando os preços internos e, assim, acionando em seu benefício o mecanismo inflacionário: ganham os monopólios estrangeiros que adquirem os nossos produtos a preços mais baixos, enquanto a população consumidora, para assegurar o nível de renda dos exportadores daqueles produtos, paga a preços mais altos aquilo de que necessita. Quando a pressão externa decresce, sobe o preço dos nossos produtos nos mercados mundiais (o que ocorre muito raramente e sempre em caráter circunstancial), e a pressão interna se exerce no sentido de evitar a alta cambial, obtendo às vêzes a baixa: os preços internos sobem também e a renda acrescida, em vez de se distribuir, concentra-se no setor agrícola de exportação. A economia nacional é freada pela destinação dessa renda em prejuízo dos setores que fundamentam a capitalização interna.

Até o início do século, a contradição entre a nação e o imperialismo, de um lado, e a contradição entre os setores internos do latifúndio exportador e da capitalização nacional não chegara à consciência de nossa gente. A capitalização era débil e de nenhuma forma tinha condições para opor-se ao mecanismo que a freava, enquanto a população consumidora não percebia as relações de causa e efeito que a sobrecarregavam. O desenvolvimento brasileiro altera profundamente êsse quadro de conformismo e de simples sujeição. Agravam-se não só a contradição entre a nação e o imperialismo como a contradição entre as velhas relações de produção e as novas fôrças produtivas em expansão. Por outro lado, surge e cresce a consciência do processo: não é mais possível conter as reivindicações salariais nem o ímpeto dos investimentos. A inflação passa a ser entendida como pesado tributo pago pelo povo para a conservação de tudo quanto apresentamos de re-

trógrado. Nas condições atuais do desenvolvimento brasileiro já não é possível sem luta o domínio do capital estrangeiro sôbre o capital nacional, do capital comercial sôbre o capital industrial, do latifúndio sôbre o desenvolvimento. Há uma disputa pelo poder entre as fôrças do progresso e as fôrças do atraso. A própria inflação dividiu profundamente os grupos dominantes na vida política brasileira. Ela já não favorece a todos, mas apenas àqueles ligados à agricultura latifundiária de exportação, dominadora do Estado ao longo do tempo e manipuladora do mecanismo de transferência da renda.

A contradição interna apresenta-se clara quando o problema da inflação é discutido. Para um setor, o do atraso, ela deve ser contida pelo emprêgo de determinadas medidas; para o outro setor, pelo emprêgo de medidas diametralmente opostas. As questões que a inflação coloca em primeiro plano — contenção do excessivo crescimento dos meios de pagamento, manutenção e real elevação do nível de salários e vencimentos e da taxa dos investimentos reprodutivos, equilíbrio dos orçamentos públicos, aumento da produção particularmente para o consumo interno, equilíbrio da balança de pagamentos, — apresentam-se de maneira diversa para um e outro daqueles setores. Os grupos econômicos que controlam o poder — monopólios estrangeiros, intermediários de negócios a êles vinculados e setor latifundiário — apresentam a solução que lhes convém, enquanto a maioria da nação defende solução oposta porque sofre penosamente as conseqüências da inflação agora em ritmo perigoso.

Enquanto, de um lado, as portas são escancaradas ao capital estrangeiro monopolista, que ganha agora amplos setores da indústria pesada, o Brasil, de outro lado, se afoga num oceano de café. Para um consumo mundial de 41 milhões de sacas, apresenta-se uma oferta de 72 milhões, e o excesso desta constitui o campo excelente em que a especulação domina. A partir de 1956, o govêrno passou, aqui, a comprar tôda a safra. Em junho de 1959, estavam armazenadas 24,6 milhões de sacas, a que se juntou a safra de 1959-60, elevando para 45 milhões de sacas a estocagem. A compra pelo Estado estimula a produção: em 1952-53, havia no país 2.380.000 pés de café, número pouco superior ao de seis anos antes (em 1947 havia 2.130.000 de pés). Cinco anos de privilégios ele-

varam êsse número em 1957-58, a 3.350.000, com um aumento da ordem de 41%. A acumulação pressiona os preços para a baixa, imobiliza 80 bilhões de cruzeiros responsáveis pelo processo inflacionário agudo, absorve elevados gastos de armazenagem, da ordem de 17 bilhões de cruzeiros. E, diante dêsse quadro, o govêrno, na safra 1959-60, decide comprar tôda a produção, a 3.000 cruzeiros a saca, em vez de 2.100, enquanto eleva o dólar-café de 76 para 90 cruzeiros, isto é, persiste em estimular a produção e a inflação, comprometendo a economia do país.

Como resultado inevitável, nos meses da primeira metade de 1959 o custo de vida eleva-se com rapidez inaudita, muito maior do que nos anos anteriores, passando o ritmo médio mensal a aproximar-se de 4%. Sintomas graves começam a surgir: aumento dos estoques nas indústrias leves, aumento do desemprêgo, reivindicações salariais que se sucedem. O desenvolvimento do país criou condições em que se torna cada vez mais difícil persistir no confisco inflacionário. Êle já não atende a todos os setores capitalistas e pré-capitalistas. Nas soluções, surgem as divergências irredutíveis. Do ponto de vista das velhas relações de produção, o processo inflacionário deveria ser contido pelo congelamento de salários, pela redução da taxa de investimentos privados e públicos, pelo corte nos gastos com o funcionalismo civil e militar, pelo aumento nos impostos indiretos, como os de vendas e consignações e consumo, pelo atendimento à demanda interna com a introdução de indústrias estrangeiras e importação de produtos estrangeiros, pelo equilíbrio na balança de pagamentos com a reforma cambial que desvalorize ainda mais o cruzeiro, pelas restrições ao consumo interno e estímulo às exportações a preços mais baixos, pela política de aberta e indiscriminada acolhida e proteção aos capitais estrangeiros. Do ponto de vista das novas fôrças produtivas, o processo inflacionário pode ser contido pela suspensão de novas desvalorizações cambiais do cruzeiro e estabilização dos preços-ouro dos nossos produtos de exportação, pela eliminação de todos os entraves ao comércio exterior e conquista de novos mercados, pela seleção do crédito bancário e supressão do de caráter improdutivo e especulativo, pela manutenção do nível de investimentos, pela manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores através de salários jus-

tos, pela taxação dos lucros extraordinários, pela melhoria da arrecadação tributária sem aumento dos impostos indiretos, pela redução das despesas supérfluas ou adiáveis, pelo desenvolvimento da produção agrícola e de matérias-primas industriais, pela reforma agrária, pelo combate às formas monopolistas de produção, pelo drástico cerceamento do consumo de artigos de luxo, pela continuação do programa de desenvolvimento com prioridade para a indústria nacional, pela garantia às pequenas e médias indústrias, pela severa disciplina da utilização das divisas estrangeiras desde o contrôle das importações até à limitação das remessas de lucros dos capitais estrangeiros realmente entrados e aplicados no país.

A inflação, assim, é uma das mais eloqüentes manifestações da luta que se trava no Brasil entre as fôrças interessadas no desenvolvimento e aquelas que se vinculam ao atraso. Resulta das contradições internas em nossa sociedade, agora em fase aguda, da pressão externa imperialista e interna latifundiária. Expressa, pois, um estado de tensão naquelas contradições, cuja saída está no desenvolvimento independente da economia nacional.

TENDÊNCIA DAS FÔRÇAS

As alterações introduzidas na estrutura econômica do Brasil nos últimos anos revelam a presença de atos de vontade. Elas pertencem ao processo, em sua dinâmica própria, umas alterações induzindo outras, mas existe claramente, agora, a intenção do poder político. O aparecimento de atos de vontade que configuram uma orientação, que deixaram de ser empíricos e episódicos, circunstanciais e quase sempre setoriais, não decorreu de motivos fortuitos — vincula-se também às alterações estruturais indicadas. A orientação da economia por atos de vontade significa, nesta altura dos acontecimentos, a substituição, aqui, de velhas relações de produção, e deriva da presença de novas fôrças produtivas que ganharam condições para participar pollticamente. Ao conjunto de medidas que configuram a intervenção por atos de vontade no processo econômico se convencionou chamar planejamento; aos seus efeitos se convencionou chamar desenvolvimento. As palavras

perderam, nesse caso, a significação genérica para ter uma significação específica. O planejamento e o desenvolvimento, em última análise, anunciam a presença ativa de relações capitalistas e as suas conseqüentes ações políticas, em nosso país. Convém por isso examinar o problema em profundidade.

Durante o qüinqüênio 1954-1958, os meios de pagamento (moeda em poder do público mais moeda escritural) cresceram de 133,1%, e o produto real cresceu de 17,4% quando, no qüinqüênio anterior, 1949-1954, haviam tido crescimento, respectivamente, de 112,5% e 23,3%. O incremento dos meios de pagamento foi, assim, 7,6 vêzes o do produto real, quando havia sido, antes, de apenas 4,8. A inflação, em têrmos monetários, marcou-se pela elevação das emissões de papel-moeda de 72 bilhões de cruzeiros e a elevação dos *deficits* orçamentários públicos de 136 bilhões (110 da União, 25 dos Estados e 3,2 dos municípios) no qüinqüênio 1954-1958.

As nossas relações de troca com o exterior entravam em franca deterioração, no referido qüinqüênio. As pressões baixistas dos monopólios estrangeiros aviltavam o preço dos nossos p odutos. O preço médio da tonelada exportada pelo Brasil caiu de 47,0 libras ouro para 22,4, no período de 1928-1932, isto é, reduziu-se a menos da metade; o da tonelada importada caiu de 16,0 libras ouro para 6,7, isto é, numa proporção ainda maior. Naquele período de crise do capitalismo, a nossa relação de trocas melhorou, elevando-se o índice de intercâmbio de 100, em 1928, para 114, em 1932. O poder aquisitivo de uma tonelada de produtos exportados ascendeu de 2.938 para 3.343 quilos. No período de 1954-1958, entretanto, as coisas foram diferentes: o preço médio da tonelada exportada declinou de 364,18 dólares para 149,81, valendo menos de 60% do que valia; o da tonelada importada baixou apenas de 122,44 para 95,27 dólares, valendo menos 22%. As nossas relações de troca pioraram muito, descendo o índice de 100, em 1954, para 53, em 1958. A tonelada exportada, que podia comprar 2.974 quilos, em 1954, só podia comprar 1.572, em 1958. Os prejuízos foram os maiores que a nossa história registra. A perda oriunda da desvalorização do preço-ouro dos nossos produtos pode ser avaliada em 4,6 bilhões de dólares que, pelo câmbio livre, correspondem a mais de 600 bilhões de cruzeiros. Quanto ao volume físico, corresponderia a 26,9

milhões de toneladas de mercadorias. Êsse o impacto sofrido pela economia brasileira, no referido período.

Se as taxas de câmbio permanecessem sem alterações, os produtores e exportadores, que haviam recebido, em 1954, em média, 10.018 cruzeiros por tonelada exportada, receberiam, em 1958, 4.117 cruzeiros, com a perda conseqüente da queda de 58,9% verificada nos preços-ouro, sem que diminuísse a receita em dólares. Mas receberam, na realidade, 7.683 cruzeiros em média, isto é, receberam com um adicional de 3.566 cruzeiros, isto é, 86,6% mais do que deveriam receber. Essa diferença, doada pelo Estado, precisamente no período em que defendia a política chamada de desenvolvimento, representou a subvenção paga pelo povo através do sistema cambial e do mecanismo de preços. Tal subvenção foi obtida do povo pela desvalorização externa e interna da moeda, pela alta dos preços no interior: em última análise, pela inflação.

Na fase da crise do capitalismo, e não por simples coincidência, quando o poder aquisitivo de nossa tonelada exportada se elevou de 2.938 para 3.343 quilos, melhorando de 13,8%, o poder aquisitivo do consumidor interno também se elevou, e em 13,6%. No então Distrito Federal, o índice do custo de vida baixou de 100, em 1928-1929, a 28, em 1932. Muito ao contrário, no período 1954-1958, quando o poder aquisitivo da nossa tonelada exportada caiu de 2.974 para 1.572 quilos, isto é, de 47,1%, também declinou o poder aquisitivo do consumidor interno, e de 49,6%. O índice do custo de vida, no então Distrito Federal, ascendeu de 210, em 1954, para 417, em 1958. O mecanismo interno de preços reflete, assim, o mecanismo de relações externas de troca: ao ocorrer uma depreciação externa, ocorre uma depreciação interna na moeda. Sucessivas depreciações, no exterior e no interior, correspondem a sucessivos impulsos inflacionários, face à incapacidade do Estado para se opor às pressões baixistas de fora, as que ancoram no imperialismo, e às pressões baixistas de dentro, oriundas do setor de exportação, latifundiários e comerciantes.(33)

As remessas de lucros dos capitais estrangeiros instalados no Brasil funcionam como operações de debilitamento profundo de uma economia a que se propõe uma política de desenvolvi-

mento. Em milhões de dólares, tais remessas evoluíram, nos últimos anos, da maneira seguinte:

	1954	*1955*	*1956*	*1957*	*1958*
Aluguéis	78	100	125	158	200
Comissões	222	396	56	1.330	1.925
Dividendos de ações ..	1.217	728	1.537	2.005	3.299
Lucros	1.583	1.914	2.209	2.388	4.141
Royalties	838	1.287	1.524	1.955	2.972
Serviços técnicos ...	266	402	439	536	1.673
Diversos	391	510	839	1.238	3.473
TOTAIS	4.594	5.337	6.729	9.609	17.682

O destino dessas remessas, para o total exato, em 1958, de 17.682.427.928,00 dólares foi: para os Estados Unidos — 56,1%; para a Inglaterra — 8,7%; para a Suíça — 7,2%; para o Canadá — 5,1%; para a França — 4,5%; para o Panamá — 2,6%, e para outros 15,8%. Note-se, os dados são oficiais, confessados, não se considerando a variada gama de burlas, e nêles não constam os que se referem à indústria automobilística, que só começaram a ser remetidos em 1959. Os Estados Unidos receberam 47,2% dos dividendos de ações nominativas; 50,3% dos *royalties;* 69,0% dos serviços técnicos; 75,0% dos lucros. Está claro que onde se lê Canadá, Panamá e, em alguns casos, Suíça ou mesmo França, trata-se de um transparente eufemismo.

A crença de que a única saída para o desenvolvimento está no capital estrangeiro induziu, por outro lado, ao incremento exagerado dos empréstimos no exterior. Em fevereiro de 1960, êsses empréstimos correspondiam a um saldo devedor de 1.008 milhões de dólares, fora as obrigações a curto prazo. Outro tipo de empréstimos, para financiamentos específicos, fornecidos para a compra de equipamentos a crédito, a emprêsas estatais, emprêsas privadas nacionais e predominantemente a emprêsas privadas estrangeiras vinculadas a monopólios externos, correspondiam, naquela mesma data, a um saldo devedor de 1.464 milhões de dólares. Esta dívida total, num montante de 2.472 milhões de dólares tem como dominador os Estados Unidos, que participa como credor de 71% dela. Foi fruto de empréstimos a prazos de cinco anos, por vêzes menores,

raramente maiores, a juros de 6 a 8%, raramente abaixo disso, com onerosos vínculos, como o da compra obrigatória de equipamentos no mercado americano, sem falar nos aspectos políticos. O Banco de Exportação e Importação encontra no Brasil o seu segundo cliente mundial, só superado pela França, e é êle que controla a colocação no mercado de origem das compras dos equipamentos de que necessitamos, funcionando, assim, como simples financiador das emprêsas fornecedoras dêsses equipamentos. À Petrobrás, marcada como símbolo execrando, jamais foi emprestado um centavo.

O fato de serem os Estados Unidos o nosso maior mercado, o consumidor dos nossos produtos de exportação, permitiu-lhe o contrôle dela e aos monopólios o exercício livre de pressões baixistas.(34) O circuito, pelo imoderado uso, tornou-se claro: pressão monopolista para a baixa do preço dos nossos produtos de exportação; empréstimos onerosos e vinculados para saldar compromissos comerciais em atraso; exigências dos emprestadores, da mais variada natureza, impossibilitando a defesa do preço daqueles produtos. As exigências, habitualmente aceitas, confundindo-se nos campos financeiro, econômico e político, atingiram um limite em que a interferência em assuntos internos do nosso país se tornou ostensiva.

Entre estas exigências, como peça essencial, estêve e está a da reforma cambial, que aniquilaria as possibilidades do suprimento de equipamentos às emprêsas estatais e indústrias privadas nacionais, encarecendo ainda as matérias-primas importadas, como, além delas, trigo, produto básico para a alimentação, e combustíveis, básicos para o desenvolvimento. A desvalorização do cruzeiro, implícita na reforma cambial, por outro lado, não apenas rebaixa o padrão de vida de nosso povo, estreitando o mercado interno de que vive a indústria nacional, como fortalece o setor de exportação, latifundiários e comerciantes, ligado ao mercado exterior. Em vez de ficar nas mãos do govêrno, as divisas ficariam nas mãos das firmas exportadoras monopolistas, estrangeiras em sua maior parte ou dependentes do estrangeiro.

O máximo de pressões externas foi atingido quando as exigências chegaram ao nível da aplicação de plano dito de "estabilização", que demandaria aumento de impostos, redução nos gastos públicos, congelamento de salários e vencimentos,

rigorosa contenção do crédito, entre outras medidas. O resultado teria sido, caso a aplicação se completasse, evidentemente, a carestia aguda, o desemprêgo, a falência das emprêsas menos poderosas, a concentração monopolista. O sentido não era, e não é, apenas antipopular e antinacional: deteria o processo de industrialização, já fortemente entravado, e asseguraria a manutenção da estrutura colonial e dependente da economia brasileira. As resistências que despertou no país uma ameaça dessa natureza fêz com que fôsse adotada uma tática flexível: a de agir aos poucos, de executar parceladamente a reforma cambial, a de desvalorizar progressivamente o cruzeiro, a de ampliar o mercado livre de divisas por ações intervaladas e sucessivas. Em um semestre, por três etapas, a taxa de "câmbio de custo", ou câmbio favorecido para as importações essenciais, foi dobrada.

O "câmbio de custo" corresponde a uma taxa cambial que o govêrno fixa para determinadas operações, julgadas essenciais aos interêsses do país. São operações em que o govêrno não lucra, pois as divisas são vendidas precisamente pelo seu custo, e têm um sentido de apoio inequívoco ao desenvolvimento. Originaram-se, pràticamente, da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito, sistema fundado na licitação de divisas para importação e no pagamento, pelo govêrno, de bonificações à exportação considerando em regime especial as operações cambiais necessárias ao desenvolvimento, e à lei que criou a CACEX e legalizou a referida Instrução. Foi o que permitiu, por exemplo, à Petrobrás importar crescentes quantidades de equipamentos para a expansão de suas atividades.(35)

Ora, justamente sob a égide de uma política dita de desenvolvimento, e abrindo caminhos a um plano dito de estabilização, surgiriam as Instruções 166 e 167, que corresponderam a uma guinada antiindustrialista, recusando-se câmbio de custo a emprêsas como a de Volta Redonda e enfatizando a defesa dos investimentos voltados para a agricultura, mais particularmente para a agricultura de exportação, sob a forma de produtos vegetais *in natura*, ou de equipamento industrial destinado à mineração espoliadora de exportação, como as do ferro e do manganês, caracterizadas pelo investimento e contrôle de capitais estrangeiros monopolistas. Assim, o câmbio

de custo passava a proteger os investimentos estrangeiros em serviços públicos e exportação de produtos primários e a grande lavoura exportadora, arrasando a pequena lavoura de subsistência e ferindo profundamente a do trigo, voltadas para o mercado interno. Com isso, finalmente, agravando-se as condições de vida do nosso povo.

A obediência assim configurada às pressões externas coincidia com a queda no valor das exportações do café e as graves alterações na balança de comércio exterior que passava de um *superavit* de 166 milhões, em 1956, para um *deficit* de 204 milhões, em 1957. Enquanto isso, poderosas emprêsas monopolistas externas recebiam do govêrno privilégios inéditos, como os concedidos através do GEIA e do GEICON, conquistando posições de absoluto predomínio nas nascentes indústrias automobilística e de construção naval. Por iniciativa e decidido empenho do govêrno, o Congresso aprovou a nova lei do impôsto de renda e, nela, o dispositivo que permite a reavaliação bienal do ativo imobilizado das emprêsas, favorecendo diretamente os monopólios estrangeiros aqui instalados, e particularmente os que operam no setor da energia elétrica. O monopólio estatal da borracha foi abolido. As remessas de lucros das emprêsas estrangeiras foram deixadas sem qualquer limitação. A política de proteção às mesmas e de verdadeira corrosão da indústira nacional, impossibilitada de competir pelos obstáculos impostos ao seu reequipamento pela Instrução 113, foi ampliada ao máximo, numa orientação de portas abertas que entregou o mercado interno ao capital estrangeiro.

Em fase alguma como naquela em que se pretendia realizar uma política de desenvolvimento, no nosso país, a drenagem de capital nacional para o exterior foi tão grande. Emprêsas de seguros, bancos de depósitos e ainda sociedades de financiamento, aqui instaladas, trabalhando livremente, protegidas por todos os meios, realizaram uma acelerada conversão de recursos financeiros do país em capital estrangeiro. O lucro de uma delas, em 1958, foi de 1970%; o da Ford Motor do Brasil S. A., atingiu a 4.861% (capital registrado na SUMOC: 500 mil cruzeiros; lucro em 1958: 25 milhões); o da General Motors chegou a 3.000%.

Existiam, no Brasil, no fim de 1957, 867 emprêsas estrangeiras instaladas no setor do comércio, interno e externo, em

escritórios de administração, imóveis, seguros, financiamento, propaganda, turismo, contabilidade, hotéis, decoração, livrarias, artigos de escritório, locação de toalhas etc., representando 58,7% do total das emprêsas estrangeiras. Na indústria, em ramos secundários, já desenvolvidos pelo capital nacional, havia 209 emprêsas estrangeiras, representando 14,1% do total. E a legislação protetora assegura remessa de lucros a atividades como as de fabricação de sorvetes, de refrigerantes, a locação de toalhas, de sacos de papel, a fabricação de cremes para barba, cigarros, perfumarias, graxa para sapatos, cosméticos, etc. Havia ainda 167 emprêsas estrangeiras nos ramos de mecânica e material elétrico, 4 em siderurgia, 5 em cimento, 18 na indústria automobilística, além de 169 dedicadas à indústria química e farmacêutica. Conclui-se de um balanço dos investimentos estrangeiros no Brasil, acrescidos extraordinàriamente sob a política dita de desenvolvimento, que 80% dêles são nocivos ou pelo menos desnecessários. A eliminação de investimentos meramente parasitários fortaleceria a capitalização nacional. A êsse respeito, é interessante notar que, em 1957, 26% do total de impostos auferidos no país e conhecidos pela Divisão do Impôsto de Renda pertenciam a residentes no exterior. Nesse mesmo ano, na sede da sua entidade de classe, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo esclarecia, sòbriamente: "Grandes emprêsas estrangeiras que se estabeleceram no país como trazem, via de regra, capitais de giro, aqui chegando atraem para seus negócios as escassas disponibilidades de numerário de que dispomos."

A entrada dêsse capital de giro é discutível. Na verdade, aquelas emprêsas valem-se de recursos nacionais, cedidos pelo govêrno ou drenados por companhias estrangeiras especializadas, e valem-se ainda de recursos em moeda estrangeira obtidos por linhas de crédito ligadas ao govêrno. Ampliam suas instalações a custa do reinvestimento de lucros aqui obtidos. É a economia nacional que contribui para o desenvolvimento do capital estrangeiro. Nunca contribuiu tanto como na fase em que o govêrno proclamou obedecer a uma política de desenvolvimento. A *Brazilian Traction* representa a maior inversão de capital estrangeiro em nosso país. Mas o seu capital se formou e cresceu com os recursos brasileiros, e só em uma oportunidade, entre muitas, o Tesouro lhe forneceu, pelo

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aval para empréstimo no BIRD no valor de 11.600 milhões de dólares. À *Bond & Share* aquêle mesmo BNDE cumulou com 3 bilhões de cruzeiros — tudo a pretexto do desenvolvimento. Para a ampliação da Usina Piratininga, o govêrno forneceu à Light 1.300 milhões de cruzeiros. Em 1949, antes da política de desenvolvimento, havia avalizado o seu empréstimo de 90 milhões de dólares.

No período de 1954-1958, o Brasil perdeu, pela deterioração das trocas externas, da ordem de 600 bilhões de cruzeiros. E nesse mesmo período as saídas de divisas, considerando apenas as referentes à renda dos investimentos estrangeiros, alcançou valor da ordem de 628 milhões de dólares.(36) O tributo que pagamos aos monopólios estrangeiros foi, no período em aprêço, da ordem de 700 bilhões de cruzeiros, soma que excede a que foi investida no país, no mesmo período, em máquinas, equipamentos e imóveis, total de investimentos, excluídos os estoques, que atingiu a 594,6 bilhões de cruzeiros (427,6 pelas emprêsas e 167,0 pelo govêrno). E uma propaganda meticulosamente orientada insiste em proclamar que a êstes investimentos nacionais se deve a inflação e não àqueles desinvestimentos.

Em que posição a política dita de desenvolvimento deixou os recursos naturais básicos, que cabia proteger, como preliminar de qualquer orientação em benefício do país? A orientação de entrega de minérios a preços envilecidos, seja pela exportação intensiva e crescente do ferro de melhor teor, seja pela cessão e exportação do manganês, prossegue sem peias. O manganês do Amapá foi entregue ao monopólio da *Bethlehen Steel,* visando exportação de um milhão de toneladas por ano, a 50 dólares a tonelada, de que nos ficam *royalties* irrisórios e obras que se deteriorarão com o esgotamento daquelas jazidas, previsto para prazo inferior a 30 anos. O manganês do Urucum foi entregue ao monopólio *United States Steel,* com um contrato válido por meio século. O manganês de Minas Gerais, a prosseguir o ritmo de sua exportação, tem o seu esgotamento previsto antes de 40 anos.(37) A xelita brasileira foi entregue ao monopólio Wa Chang: de dezembro de 1956 a fevereiro de 1957 o preço do quilo foi rebaixado de 160 para 60 cruzeiros; o govêrno americano paga 55 dólares, ou cêrca

de 600 cruzeiros, ao monopólio, que paga 60 cruzeiros na bôca da mina.(38) Não há, hoje, recurso mineral conhecido, entre nós, que não esteja comprometido com os monopólios estrangeiros.

Enquanto a produção nacional de trigo é comprometida por acôrdos que protegem os excedentes norte-americanos, enquanto a política cambial fecha as possibilidades do crescimento da produção interna,(39) a produção de carne é controlada pelos frigoríficos estrangeiros, sofrendo, sob a política dita de desenvolvimento, uma acelerada alta.(40) Pagamos *royalties* para a satisfação das necessidades mais elementares.(41) Até mesmo para as diversões: o balanço referente a 1956 das companhias cinematográficas revela que, das doze emprêsas norte-americanas que operam no Brasil, duas pelo menos ganharam oito vêzes o capital empatado.(42) Possuem aqui apenas escritórios destinados a arrecadar o aluguel dos filmes. Nem se quantificou ainda as saídas ligadas às famigeradas histórias em quadrinhos, processo de embrutecimento em massa da infância e da adolescência. A última engenhosidade do capital estrangeiro que se alimenta de recursos nacionais está nos processos de "nacionalização" de emprêsas, que continuam a remeter lucros, isto é, continuam estrangeiras, conquistando ainda facilidades para operar no mercado nacional de capitais.(43)

Não espanta, pois, a penetração imperialista em quase todos os setores da produção nacional que visa o mercado interno, em quase todos os setores industriais. Valendo-se dos privilégios que a legislação concede, entre os quais se destaca o que provém da Instrução 113 da SUMOC, os capitais estrangeiros monopolistas ampliaram, na vigência da política dita de desenvolvimento, a sua penetração no Brasil, passando do campo dos bens de consumo, em que se implantavam para as necessidades mais elementares, ao dos bens de produção em que, desde a referida vigência, instalavam-se em grandes proporções. E isto teria de refletir-se nas remessas de lucros, necessàriamente: entre 1955 e 1958, as inversões estrangeiras, ou ditas estrangeiras, totalizaram 1.095 milhões de dólares e as remessas de seus lucros alcançaram 2.020 milhões de dólares. Houve um desinvestimento, pois, da ordem de 900 mi-

lhões de dólares sem contar aquêle que decorre da indústria automobilística.(44)

As possibilidades do Brasil para a adoção de uma autêntica política de desenvolvimento são evidentemente amplas. Há abundância de terras, de mão-de-obra, de recursos naturais os mais variados. Para incorporar ao desenvolvimento tudo isso nem há necessidade, como se faz crer, de emprêgo de capitais de tal vulto que estejam fora do alcance imediato, obrigando, sob pretexto de acelerar aquêle desenvolvimento, o recurso a capitais estrangeiros. Êstes, na verdade, estão muito longe de constituir base para qualquer esfôrço autêntico de progresso, qualquer esfôrço em bases nacionais, é claro. Mas, ainda que se acreditasse ser o desenvolvimento dependente do afluxo vultoso e a curto prazo de capitais estrangeiros êles poderiam ser aceitos sob a forma de financiamento e não sob a forma de investimento, colhidos em variadas fontes, e não apenas nos Estados Unidos.(45) Mas está claro que isto afeta a essência do imperialismo.

De qualquer forma, não há saída para o desenvolvimento com a política de compromissos com o imperialismo, a que constitui, aqui, a base do que se convencionou conhecer como "desenvolvimento". Medidas preliminares ao desenvolvimento autêntico seriam obrigatórias: o monopólio estatal do câmbio em benefício dos empreendimentos nacionais; rigoroso contrôle das remessas de lucros e, portanto, das divisas que as atendem; abolição dos privilégios que cobrem os investimentos estrangeiros em prejuízo dos investimentos nacionais; nacionalização da produção e da distribuição da energia elétrica; adoção de formas nacionais inequívocas de monopólio de Estado; reforma agrária; auto-suficiência no abastecimento de petróleo

A parte mais importante da burguesia industrial, bancária e comercial, que tem os seus interêsses ligados ao desenvolvimento, já afetada pela política que se tentou com resultados inflacionários, juntar-se-ia às camadas populares corroídas pelas conseqüências de um "desenvolvimento" associado ao imperialismo ou a êle subordinado, como o que foi defendido e praticado entre 1956 e 1960. Uma autêntica política de desenvolvimento não pode servir ao imperialismo e ao latifúndio, como ficou claro com a experiência realizada.

DESENCADEAMENTO DO PROCESSO

A ascensão de Getúlio Vargas ao govêrno, como resultado do pleito de 1950, acelerou o desencadeamento do processo político que refletia as profundas alterações que o país apresentava. Oriundo da consagração popular à candidatura de oposição, o nôvo govêrno era encarado com esperanças tanto pelas massas trabalhadoras, tratadas policialmente pelo govêrno anterior, como pelas novas fôrças da produção, abandonadas por êle. Vargas encontrou, assim, apoio em amplos setores econômicos e políticos, com a particularidade de que encerrava uma contradição. Ao desembaraçar-se de seu Ministro da Guerra, o General Newton Estillac Leal, resolvia aparentemente aquela contradição, escolhendo o pior rumo. Pouco a pouco, perderia as suas bases populares: não criara ou estimulara o desenvolvimento de fôrças que lhe permitissem realizar uma política de libertação da economia nacional. Ao assinar, em 3 de outubro de 1953, a lei 2.004, criando a Petrobrás, não podia apresentar-se como criador da emprêsa estatal; seu govêrno, muito ao contrário, perseguira duramente os movimentos de massas em defesa daquela solução. Mas, na medida mesmo em que destruía ou afastava as fôrças cujo apoio lhe era necessário para a execução de um autêntico programa renovador, persistia nas tentativas para efetivar algumas medidas ligadas àquele programa. Essa antinomia só poderia conduzir ao desastre configurado no isolamento do líder político e sua destruição.

Pouco depois de iniciado o ano de 1954, justamente no último dia de janeiro, Vargas fêz o seu pronunciamento político mais sério. Êsse pronunciamento constituía verdadeiro libelo contra a espoliação imperialista. Acusava o modo "como se sangravam as energias de trabalho do povo brasileiro". Seu diagnóstico era certo: "Quando a média dos valôres, por tonelada importada, sobe sem uma proporção correspondente aos da tonelada exportada, a nação se enfraquece. Quando o volume da exportação se reduz, baixam as possibilidades de importação. Mas o fenômeno brasileiro nos agredia, em 1951, com uma violenta elevação – quase 50% – nos valôres de im-

portação. O estudo nos mostrava duas causas: a compensação, através da qual tínhamos a ilusão de vender por preço mais elevado uma mercadoria, quando essa elevação e mais um lucro astronômico eram pagos por nós mesmos nos preços da mercadoria importada: e, finalmente, o superfaturamento em moeda estrangeira." Vargas estimava o desvio por superfaturamento em 150 milhões do dólares, num prazo de dezoito meses (diferença entre os preços declarados pelos exportadores norte-americanos ao Departamento de Comércio daquele país e os preços declarados em nossos consulados ali). O desvio total, considerados todos os países, ascendia a 250 milhões de dólares, naquele mesmo prazo.

Outra sangria estava na remessa de lucros, acrescentava. O decreto-lei 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, criara um sistema de garantias de câmbio, para aquelas remessas, até 8% sôbre o capital estrangeiro, e de retôrno dêsse capital na base de 20% ao ano. Ora, "passou-se a registrar como capital estrangeiro os lucros obtidos em cruzeiros, além dos lucros de 8% ao ano, transferidos ou transferíveis em moeda estrangeira". Vargas acrescentava: "O registro como moeda estrangeira dos lucros acima de 8% representava operação cambial correspondente a um esgotamento definitivo das nossas energias." E denunciava, citando números: "Examinadas as contas de capital de 237.355.454 dólares de várias emprêsas, ficou verificado que, efetivamente, só tinham direito ao registro de 104.674.868 dólares. E quanto aos empréstimos, que totalizavam 241.982.694 dólares, só existia a documentação de empréstimos reais no valor de 57.243.721 dólares. O mesmo ocorria em quase tôdas as moedas, chegando-se a um registro que reduzia de 317.419.556 dólares e 82 cents os compromissos de capital e empréstimos nessa moeda, por não existir o menor documento de comprovação da entrada dêsse dinheiro, em moeda, bens ou mesmo direitos."(46)

O libelo ia mais longe: "Uma curiosa coincidência criou um regime fiscal privilegiado para desenvolver o consumo de gasolina. Ao mesmo tempo entravam em derrocada nossos transportes ferroviários, sem recursos básicos para a renovação. Outra curiosa coincidência: diminuía o ritmo das instalações para a produção de energia hidrelétrica, e se desenvolvia a produção de energia termelétrica na base do petróleo.

Outra coincidência, finalmente, nos sangrava na possibilidade de produção de recursos para as compras no exterior, pelas evasões de câmbio." Menciona, então, o lançamento da Petrobrás, e aduz: "Se tivesse demorado mais um pouco, sem estancar as sangrias e sem o apoio da Lei, o povo teria perdido a sua batalha e seria obrigado a uma rendição incondicional." Atacava, depois, o problema da energia, cujas fontes estavam em mãos de monopólios estrangeiros que operavam com recursos nacionais de capital.(47) Para definir: "Nessas condições, não há investimento. Se fornecer, através do câmbio, os dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro?" Defendia, então, a criação da Eletrobrás.(48)

Ao levantar êsse libelo, no início de 1954, Vargas sabia o que estava enfrentando: "Quase que paralelamente se desencadeava uma campanha para tisnar de corrupção o meu govêrno. Estendia-se uma cortina-de-fumaça para se impor meu recuo ou uma perda de autoridade que paralisasse a minha ação." O êrro de Vargas, realmente, foi o de não ter contribuído para criar um dispositivo interno de fôrças apto a apoiar a política que defendia em palavras. Sem base política, não há política. A destruição dos elementos nacionalistas estava em contradição com a denúncia levantada em janeiro de 1954. E esta denúncia, feita sem base política, só poderia levar ao isolamento de Vargas e à sua derrota. Preludiava o suicídio.(49)

A manobra articulada contra o regime democrático, em 1954, alcançou uma vitória importante, em agôsto, quando Vargas, inteiramente isolado, abandonou a vida. Deixou, entretanto, o impressionante depoimento de sua carta. Nela, mencionava que chegara ao poder "depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais", e que enfrentara a "campanha subterrânea dos grupos internacionais" aliados, agora, aos "grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho". Acusava de frente: "Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente." Levantava o problema da fraude nas importações, já mencionado por êle em janeiro, e citava a pressão baixista contra o café: "Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sôbre a nossa economia

a ponto de sermos obrigados a ceder." "Lutei contra a espoliação do Brasil", declarava por fim. O efeito do suicídio de Vargas, extraordinàriamente multiplicado pela sua carta, foi profundo. As fôrças reacionárias conquistavam o poder num clima difícil. E lhes foi difícil, realmente, realizar aquilo a que se propunham.

Mas fizeram o que lhes foi possível: o projeto da Eletrobrás foi travado; os ágios para importação de óleo bruto foram aumentados, e reduzidos para a importação de derivados, levando ao aumento no preço da gasolina; surgiu a famigerada Instrução 113, concedendo excepcionais favores de câmbio às emprêsas estrangeiras que desejassem operar no Brasil, permitindo-lhes introduzir aqui, como nova, maquinaria obsoleta e, assim, fazer concorrência ao empresário nacional que não dispunha dêsse amparo; os monopólios invadiram o campo do transporte aéreo, pelo contrôle de emprêsa de destacada importância; firmaram-se, em clandestinidade e sigilo, os acôrdos atômicos de 3 de agôsto de 1955, que motivariam, adiante, escandaloso inquérito parlamentar. Tentaram ir muito além: a destruição da Petrobrás, quando encontraram a resistência da opinião generalizada do país. E fracassaram no fundamental, que era a instauração de um regime de fôrça, sendo compelidas à realização de um pleito, pouco depois da conquista do poder, e obrigadas a aceitar o da sucessão presidencial, no final de um mandato espúrio.

A tarefa principal, assim, em 1955, para as fôrças democráticas, consistia na defesa do regime. Tudo decorria dessa condição. Na luta sucessória então travada foi possível organizar as fôrças interessadas na manutenção do regime, contrapondo as às que, no exercício do poder, estavam manietadas justamente pela vigência de um mínimo de franquias democráticas e, portanto, só poderiam encontrar saída em sua suspensão. Todos os meios e processos foram utilizados para derrocar o regime democrático, até as pequenas falsificações e artimanhas, as ameaças e intimidações de variada natureza. A eleição do candidato oposicionista Juscelino Kubitschek anunciava a continuidade do regime. Urgia, para as fôrças contrárias, impedir-lhe a posse, a qualquer custo e a qualquer preço, com o estabelecimento de um regime de exceção que

permitisse ao latifúndio e ao imperialismo liberdade completa de ação necessária aos seus propósitos.

O Movimento de 11 de Novembro cortou as possibilidades da saída desesperada que as fôrças reacionárias buscavam. Projetou no cenário político, em conseqüência, o nome do Ministro da Guerra, General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, cuja personalidade não cessou de crescer pela posição nacionalista assumida diante de situações concretas. O fundamental estava em que o Movimento de 11 de Novembro se inseria no processo político brasileiro como componente nova e vinha alterar inclusive e em conseqüência o conteúdo do govêrno cuja posse e cujo exercício assegurara. Sem o Movimento de 11 de Novembro e sem a luta em defesa do regime democrático, o problema da sucessão presidencial pouco teria ultrapassado o nível e as características dos anteriores. A interferência da crise do regime e do movimento que assegurara a sua continuidade alterava qualitativamente o processo.(51)

Dessa alteração resultaria o caráter misto do govêrno que se instalou em janeiro de 1956, resultado de uma composição entre velhas fôrças políticas e novas fôrças políticas, conjugadas no sentido de enfrentar a ameaça às instituições, isto é, a efetivação das tendências antidemocráticas que tinham levado Vargas ao suicídio. Esta base comum, entretanto, não seria suficiente para assegurar unidade a tais fôrças. De outro lado, com o desenvolvimento do processo, o fundamental já não era apenas assegurar a vigência do regime mas dar substância a êsse regime, fazer com que êle comportasse o encaminhamento das prementes soluções exigidas pelo que era nôvo entre nós, fazer dêle o meio apropriado ao encaminhamento da renovação econômica, política e social do país. A precariedade das repartições partidárias e o distanciamento que se operava entre os partidos e as correntes de opinião agravavam as perplexidades. Finalmente, no decorrer do govêrno Juscelino Kubitschek processa-se, devagar, incerta, flutuante e sinuosa, nova composição de fôrças, e o país verifica a presença do velho no govêrno e na oposição, e também a do nôvo, neste caso com uma componente não institucionalizada, a das correntes que não faziam militância partidária.

Dentro do govêrno, pois, a luta persistiu. E por isso mesmo apresentou êle, até fevereiro de 1960, duas faces. A primeira

ficaria caracterizada pela presença de um Ministro da Guerra nacionalista, que se declarava de público pela Petrobrás ("A Petrobrás é intocável", diria, quando da visita de Foster Dulles), contra os acôrdos de Roboré, pelo voto do analfabeto, pelo resguardo das nossas riquezas naturais, pelo regime democrático autêntico, pela limitação de lucros de emprêsas estrangeiras; pela presença, entre as fôrças da Maioria, de uma Frente Parlamentar Nacionalista. Essa face permitiria a consolidação do regime, com o combate a pequenos motins militares, pela denúncia dos acôrdos atômicos e pela franquia democrática mantida sem grandes arranhões. A outra face ficaria caracterizada pela composição do Ministério, particularmente no campo econômico, pela Maioria legislativa composta à base dos antigos quadros, por uma política externa totalmente distanciada dos interêsses nacionais, por um aparelho de Estado em que algumas peças estavam irremediàvelmente viciadas na conduta antidemocrática. Essa face permitiria os acôrdos de Fernando de Noronha e de Roboré, êstes à revelia do Congresso, a orientação econômica pela reforma cambial parcelada, a consolidação da Instrução 113, a saída ilimitada de lucros de emprêsas estrangeiras, a política do desenvolvimento calcada ùnicamente no capital externo. A partir de fevereiro de 1960, quando se abre a nova campanha da sucessão presidencial, o govêrno alcança a unidade, torna-se homogêneo, no sentido retrógrado, ao deixar o Ministério da Guerra, para se fazer candidato, o Marechal Teixeira Lott. Identifica-se o govêrno com aquilo que, na referida campanha, passa por "oposição". A esta altura, a política de acomodação com o latifúndio e o imperialismo levara a inflação a limites inexcedidos, em prejuízo dos interêsses do povo brasileiro.

O agravamento das contradições da sociedade brasileira acompanha a evolução dos acontecimentos: enquanto se amplia a consciência política das classes e camadas sociais, ainda mesmo no campo, cujo atraso é o fardo mais pesado a frear o nosso desenvolvimento, latifúndio e imperialismo apossam-se totalmente do aparelho de Estado e colocam-no inteiramente a seu serviço, paralisando tôdas as iniciativas progressistas: o projeto da Eletrobrás ficou retido, diversos projetos de reforma agrária tiveram a mesma sorte, leis fundamentais, como a de greve, remessas de lucros, nacionalização dos bancos de de-

pósitos, nacionalização da distribuição de petróleo, ficaram devidamente arquivadas, ao mesmo tempo que se exercia severa vigilância para que não penetrasse no dispositivo do govêrno nenhum elemento discrepante da linha agora nêle unânime. Mas os atos executivos da CACEX, da SUMOC, do IBC prosseguiam nos seus efeitos inflacionários, levando à concentração da renda, enquanto a indústria automobilística como a indústria de construção naval instalavam-se em bases imperialistas e as obras ligadas às novas fontes de energia elétrica vinculavam-se ao investimento e ao contrôle dos monopólios estrangeiros.

Nesse ambiente é que teve início a campanha da sucessão presidencial. As fôrças partidárias ligadas ao govêrno tiveram de aceitar como candidato o Ministro da Guerra nacionalista de um govêrno ligado ao latifúndio e ao imperialismo, e a cuja campanha as fôrças nacionalistas dariam um apoio vigoroso, numa tentativa de unidade que não tinha condições para efetivar-se. As fôrças partidárias que gravitavam na oposição escolheram como candidato uma figura insuspeita ao latifúndio e ao imperialismo e ligada aos elementos que haviam propiciado os atormentados dias do fim do govêrno de Vargas e levado êste ao suicídio. Enquanto o primeiro sofria de ser nacionalista mas ligado a um govêrno antinacionalista, e por isso teria de carregar o fardo da impopularidade que a inflação proporcionava a êsse govêrno, e não recebia dêle qualquer apoio, o segundo recolhia os benefícios de lutar contra um govêrno impopular e, ao mesmo tempo, receber dêle tratamento privilegiado e coerente, uma vez que estava vinculado às mesmas fôrças que dominavam o govêrno. O pronunciamento eleitoral teve, necessàriamente, um sentido de veemente protesto contra a espoliação concretizada na carestia. As fôrças econômicas externas e seus agentes internos realizaram, no pleito sucessório, uma intervenção ostensiva e profunda, no sentido de derrotar o candidato nacionalista, e alcançaram êsse objetivo transitório, do qual pretendem partir para outros, mais firmes e mais conseqüentes, que lhes permitam a continuação da política que as vem servindo há tantos decênios e de que foi uma expressão caracterizada o govêrno Kubitschek.

Pelas suas origens, pela composição de fôrças que o levaram a candidatar-se e mantiveram a sua candidatura, o

govêrno Jânio Quadros é um prisioneiro do latifúndio e do imperialismo; pelo sentido da escolha popular, recebe as esperanças e as pressões das fôrças democráticas e nacionalistas. A forma como resolverá as suas contradições faz parte do processo da Revolução Brasileira que, em alguns casos, é um processo de trituração rápida de valôres reais, tornados obsoletos, e de mitos de curta duração.

PERSPECTIVAS DA REVOLUÇÃO

Ao conjunto de transformações que ocorrem em nosso país na fase atual convencionou-se denominar Revolução Brasileira. As referidas transformações ocorrem numa época que as distingue, qualitativamente, das que ocorreram em outras épocas e em outros países, aquêles que se apresentam hoje com uma economia capitalista plenamente realizada. Uma coisa foi, realmente, a revolução burguesa, isto é, a liquidação de velhas relações de produção e sua substituição definitiva por relações capitalistas, quando o capitalismo estava em sua fase ascensional, muito distante da fase imperialista portanto, e outra coisa é a revolução burguesa na fase imperialista do capitalismo. Por isso mesmo o processo das transformações é diverso, e são diversos também os seus resultados.

Uma economia se caracteriza como colonial ou dependente quando não se estrutura em bases próprias e nacionais, mas em função de objetivos que lhe são estranhos, os objetivos, nesta fase, do imperialismo. Êstes objetivos são, normalmente, visados pelos investimentos: o capital estrangeiro monopolista não é estrangeiro pela sua procedência, é estrangeiro porque deve ser, obrigatòriamente, remunerado em moeda estrangeira, porque os seus lucros devem ser remetidos às fontes estrangeiras e, para isso, devem encontrar possibilidade de conversão naquela moeda. Os monopólios investidores, longe de obedecer às injunções locais, longe de atender às necessidades locais, longe de servir às populações locais, visam atender às suas próprias necessidades de lucro máximo, às suas próprias exigências na ampliação das vendas, visam servir aos que os manipulam.(52) Deformam a economia em que se instalam, comprometem o seu desenvolvimento e a sua estabilidade por-

que não estão vinculados ao conjunto dela, muito ao contrário desconhecem-no, isolam-se, vivem como parasitas. Não há hoje relação entre o lucro que procuram e a capacidade do país em remunerá-lo em moeda de origem.

Nos casos em que contribuem para aumentar a exportação dos países em que se instalam, os investimentos estrangeiros concorrem para alimentar as fontes de remessa de seus próprios lucros. E embora êste seja apenas um dos seus aspectos, e positivo tão-sòmente na aparência, não é o que apresentam no caso do Brasil. Aqui, ao inverso, as saídas de lucros prejudicam os saldos comerciais que, sem elas, atenderiam melhor ao estímulo às importações que a ampliação do mercado interno exige. E êsse prejuízo é agravado quando os referidos investimentos visam apenas, ou preponderantemente, o mercado interno, não concorrendo, ou concorrendo pouco, nas exportações. Neste caso, que é o do Brasil, introduzem permanente fator de desequilíbrio no balanço de pagamentos. (53) No investimento estrangeiro do capitalismo de monopólio aflui menos o capital, — levantado, em sua maior parte, no próprio país, — que a iniciativa deformadora constituída por uma simples expansão de vendas. O mercado interno é adaptado ao interêsse monopolista estrangeiro, os lucros variam proporcionalmente ao aumento das vendas e ao grau de domínio que os monopólios exercem, inclusive como reguladores de preços. (54)

Nos países de economia colonial ou dependente, como o Brasil, o investimento estrangeiro está longe de representar estímulos. Representa, ao contrário, uma drenagem constante da poupança nacional: caracteriza a situação da acumulação nacional em proveito externo. Os efeitos do investimento estrangeiro debilitam a economia nacional, limitam as suas possibilidades de expansão. Geram um ciclo cumulativo: o desequilíbrio nas contas externas motiva a desvalorização da moeda, a desvalorização da moeda motiva a baixa nos preços das exportações, a baixa no preço das exportações motiva maior desequilíbrio nas contas externas. Há um permanente e corrosivo desequilíbrio entre o que o país deve e o que pode pagar. Para cobri-lo, realizam-se novas inversões estrangeiras, fortemente condicionadas pelos monopólios. As remessas de lucros e amortizações de empréstimos agravam a relação com

o exterior. Cria-se a idéia de que tudo isso resulta de uma fatalidade. Defende-se a falsa universalidade das teorias econômicas.(55) Mas, de outro lado, a situação vai se tornando clara na medida que os fatos concretos a evidenciam. Surge a consciência da marginalidade do investimento estrangeiro face à economia nacional. Atingindo a relação inversão-acumulação, aquêle investimento fere profundamente as fôrças interessadas na capitalização nacional, e as contradições se agravam na medida em que o processo avança.(56)

Desde pouco mais de dois lustros, realmente, a economia brasileira articula mecanismos de defesa, — contrôle de câmbio, restrições a importação, quotas, bonificações, etc. — cuja finalidade tem sido, entretanto, circunstancial. Tais mecanismos foram sempre montados no sentido de enfrentar situações de emergência, quando os desequilíbrios assumiam proporções alarmantes. Havia sempre a idéia, e idéia franca, de retôrno a uma pretensa normalidade e, conseqüentemente, ao abandono daqueles mecanismos. Ora, sem a idéia de que tais mecanismos, ou outros, preservadores da acumulação nacional, devessem assumir o aspecto de parte de tôda uma política econômica, destinada a durar por isso mesmo, os seus efeitos teriam de ser reduzidos. Sem essa política, fundada em adequado planejamento, que atenda à concentração dos esforços no aproveitamento dos recursos nacionais, que faça do monopólio do comércio exterior ação do Estado, que utilize os recursos disponíveis em benefício da população, o processo de debilitamento econômico prosseguirá, inexoràvelmente. É imprescindível, assim, romper os laços de dependência com o capitalismo monopolista, para empreender uma política que permita, realmente, o desenvolvimento econômico do país: há uma contradição fundamental entre a nação e o imperialismo.(57)

Quando os países de economia dependente montam os mecanismos circunstanciais de defesa antes considerados, entretanto, verifica-se a presença de fatôres novos no quadro em que se apresentam. Tais mecanismos não surgiram por acaso: o imperialismo agravou de tal forma as contradições internas que acabou por gerar tímidas e circunstanciais tentativas de defesa em determinadas áreas internas da produção, já capazes de influir nas orientações governamentais. No Brasil,

assim, definem-se agora áreas que são feridas pelo imperialismo e defendem-se dêle, mesmo na classe dominante. Há uma parte dela, ligada ao mercado interno principalmente, que sente a necessidade de resistir para poder subsistir. Nem sempre resiste; quando resiste, nem sempre tem condições para prolongar a resistência. Está ilhada, muitas vêzes, pelo latifúndio, que entrava a ampliação do mercado interno, e por setores urbanos, particularmente os do comércio com o exterior, que se portam como ativas agências do imperialismo, que têm com êle ligações íntimas e por vêzes indissolúveis.

A penetração do imperialismo visou, nos últimos anos, com especial atenção, êsse setor de produção nacional cujas resistências começavam a proporcionar-lhe inquietações. A tática antiga, rápida, frontal, decisiva, era a da concorrência, expulsando do mercado interno as emprêsas nacionais e absorvendo-as. Foi substituída por outra, aquela de que a Instrução 113 é sinal eloqüente e inequívoco: a da associação de interêsses, desnacionalizando as emprêsas locais, na mesma medida em que, visando o mercado nacional de capitais, emprêsas monopolistas estrangeiras se "nacionalizavam". Como o empresário nacional estava prèviamente inferiorizado para a importação de equipamentos, era compelido a associar-se a empresários estrangeiros monopolistas que para isso gozavam de privilégios. E as emprêsas mistas começaram a multiplicar-se, isto é, a indústria de bens de consumo a desnacionalizar-se. As formas de pressão, assim, fundavam-se quase sempre no mercado externo a cujas flutuações as economias dependentes são por demais sensíveis. Conservado, pràticamente, em regime de monopólio — os Estados Unidos como comprador predominante e por isso fonte predominante de divisas, e vendedor predominante por isso e pelas condições em que são feitos os empréstimos, — o comércio exterior deixou de ser um instrumento de libertação e de desenvolvimento para constituir-se numa corda em que nos enforcamos aos poucos.

Êsse o sistema em que o imperialismo, o latifúndio e os empresários nacionais a êles associados encontra ainda as suas amplas possibilidades de assegurar um rendoso domínio. A manipulação de seus mecanismos, entretanto, torna-se ostensiva, já não tem condições para dissimular-se, para apresentar-

-se como uma fatalidade. Torna-se ostensiva porque exige cada vez mais que os prejuízos sejam lançados às costas do povo, entendido êste não apenas como a classe trabalhadora mas também a classe média e parte da burguesia. Torna-se ostensiva quando atira ao povo, com a inflação, os ônus do financiamento privilegiado ao latifúndio ou os ônus decorrentes da remessa de lucros dos monopólios estrangeiros. Torna-se ostensiva quando utiliza meios de propaganda e personalidades políticas para manter-se e assim coloca um indelével ferrête naqueles que utiliza. Torna-se ostensiva quando se opõe a uma política externa independente, a uma política de paz, a uma política de soberania nacional, a uma política democrática, a uma política de desenvolvimento industrial, a uma política de libertação do campo, a uma política de elevação do nível de vida do povo, a uma política de elevação de seu nível de cultura.

A conciliação, assim, torna-se cada vez mais difícil. A cada dia que passa se verifica que a revolução nacional nos países dependentes é um processo inteiramente diverso da que ocorreu em outros tempos ou daquela que ocorre hoje em países de economia plenamente desenvolvida. A contradição com o imperialismo surge claramente como constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira, suscetível de acomodação. E surge claramente a necessidade de juntar o côro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semifeudais de produção, ao côro das classes que participam da luta pelo livre desenvolvimento do país. Latifúndio e imperialismo aparecem como peças conjugadas, trabalhando no mesmo sentido.(58)

Mas os aspectos mais importantes do processo histórico, nesta fase que vamos vivendo, estão na crise geral do capitalismo, ligada à etapa imperialista, na ampliação do sistema socialista e na decomposição do sistema colonial, seja pela emancipação que gera novos países nas zonas em que vigorava o colonialismo político e econômico, seja pela libertação dos países que, tendo conquistado a autonomia formal em fase anterior, permaneceram com a sua economia dependente e por isso mesmo são englobados, com aquêles agora em processo de emancipação, na categoria dos subdesenvolvidos ou periféricos. Não só as zonas antes coloniais geram países que

alcançam a independência em condições completamente diversas daquelas que configuraram o processo emancipador nas antigas colônias ibéricas da América, como os países originados destas antigas colônias atingem a fase da revolução burguesa em condições diferentes das que presidiram a esta nos países que se anteciparam na passagem ao modo capitalista de produção e às suas decorrências políticas. A solução de cada etapa, assim, está subordinada às contradições próprias à sociedade do tempo e da área considerada. Para os países do tipo do Brasil, as contradições fundamentais, — as que a Revolução Brasileira enfrenta, — são a nacional e a democrática. Solucionando-as, dará um passo à frente, em condições de enfrentar e resolver outras contradições, particularmente a política.

A Revolução Brasileira assinala o esfôrço de capitalização, em nosso país, justamente na fase imperialista do capitalismo, isto é, numa fase em que a concorrência desapareceu do terreno prático e a economia está subordinada aos monopólios. Não compreenderíamos como chegou o país à fase em que pode realizar a sua revolução sem apreciar como se operou aqui a acumulação primitiva que a permite agora. Essa apreciação consumiu tôda a parte anterior da exposição histórica aqui apresentada, desde os mais velhos tempos, quando a colonização resultou numa emprêsa do capital comercial europeu, até a fase próxima, em que a industrialização surgiu da formação das duas camadas antagônicas, a dos que, como donos do capital, podem dispor dos meios de produção, e a dos que dispõem apenas de sua fôrça de trabalho. Os primeiros originaram-se, aqui, da classe dos senhores de terras: os industriais foram antes fazendeiros e, em menor escala, comerciantes. Os segundos originaram-se, inicialmente, dos grupos de imigrados e não da expropriação de camponeses e artesãos. Esta expropriação só começou recentemente, aqui. Porque só recentemente se ampliam às zonas agrícolas também as relações capitalistas de produção.

A etapa imperialista do desenvolvimento capitalista mantém as contradições antigas e gera novas contradições, no exterior: a contradição com a área socialista e a contradição com as áreas de economia colonial ou dependente, ressurgindo as contradições dentro da própria área imperialista. O esfôrço

de capitalização nas áreas de economia colonial ou dependente, assim, encontra um extraordinário obstáculo nos monopólios. O capital por êstes acumulado necessita, antes de tudo, dominar o mercado da fôrça de trabalho; mas necessita também, e cada vez mais, dominar as áreas produtoras atrasadas. A realização de transformações que operem a passagem de uma economia dependente a uma economia de livre desenvolvimento importa, fundamentalmente, numa luta contra a pressão imperialista.

A contradição fundamental, assim, é a entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as fôrças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava.(59) O imperialismo não só mantém antigas formas de exploração da economia brasileira, que começaram antes de seu aparecimento e com êle se aprofundaram — os empréstimos financeiros e o domínio do comércio exterior — como adotou a forma das inversões diretas, inclusive em áreas fundamentais da indústria, apropriando-se de parte considerável do valor do trabalho brasileiro e tornando mais oneroso para o nosso povo o processo interno de acumulação. Agrava-se no mercado interno, em conseqüência, a contradição entre os interêsses da burguesia brasileira e os do capital monopolista, refletindo-se na luta pelo orçamento de câmbio e pelo domínio do comércio exterior.

O nosso desenvolvimento capitalista tem se subordinado, até agora, à dependência do imperialismo e por isso tende a conservar os fatôres que entravam a plena expansão das fôrças produtivas, acumula deformações, acentua desigualdades, que vão das sociais às regionais, onera pesadamente o trabalho, sacrifica o povo, que sofre da inflação decorrente do financiamento do atraso, e retarda a solução das contradições fundamentais da atual etapa histórica. A debilidade do capital privado nacional é um reflexo dessa conciliação impossível. Não tem êsse capital ainda hoje condições para fundamentar, a curto prazo, a criação de fôrças produtivas básicas, e menos ainda para preservá-las do avanço imperialista. Daí a saída para um capitalismo de Estado que nos permitiu a formação de um núcleo de indústria pesada permanentemente ameaçado não apenas por formas diretas de ação como por formas

indiretas, em que se destaca a propaganda pela "livre iniciativa", pela "emprêsa privada", e o combate à "intervenção estatal".

A estrutura da sociedade brasileira reflete a etapa que vamos atravessando. Nela aparecem os latifundiários como a mais velha das classes, que deteve o poder político por longo tempo e hoje o partilha com a burguesia, vivendo da renda da terra e encarnando as relações de produção mais atrasadas, que entravam a expansão das fôrças produtivas, ligando-se ao imperialismo pelos laços do comércio exterior e dos empréstimos externos feitos na maioria em seu benefício. Segue-se a burguesia, composta pelos industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrícolas, classe recente em nossa história, repartida em alta e média, aquela partilhando já o poder com os latifundiários, esta sofrendo a tributação desigual, as limitações do crédito e inúmeras outras dificuldades.(60) Em relação ao imperialismo, a maioria da burguesia dêle sofre e tem os seus interêsses por êle prejudicados, mas elementos tanto da alta como da média burguesia a êle se associam. O setor mais dinâmico dela é o industrial, que disputa ao imperialismo o mercado interno e a outros grupos o orçamento cambial. Sua limitação está na debilidade econômica que apresenta. Pertence a esta classe ainda a pequena burguesia urbana, composta pelos pequenos empresários, intelectuais, artesãos, funcionários, empregados e militares profissionais, classe que começou a surgir ainda na época colonial e que cresce com o desenvolvimento capitalista de fraca concentração de capitais que é o nosso.

Na estrutura social brasileira, a seguir, aparecem o campesinato, o semiproletariado e o proletariado. O primeiro representa o maior contingente de nossa população; surgiu da desintegração do escravismo e se compõe hoje da massa de parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terras, posseiros, agregados, vaqueiros, etc.; sofre a pressão do latifúndio e a progressiva introdução de relações capitalistas no campo nela recruta capitalistas, de um lado, e proletários, de outro, enquanto a maioria permanece sujeita a condições semifeudais. O semiproletariado se constitui com trabalhadores urbanos e rurais situados entre a pequena burguesia e o proletariado: colonos de café, campesinato que trabalha par-

cialmente a salário, artesãos arruinados, subempregados etc. E o proletariado, classe recente na vida brasileira, é representado pelos operários das indústrias, empregados nos transportes e assalariados agrícolas.

Aparece aqui o problema da burguesia nacional, peculiar aos países de economia colonial ou dependente no processo de sua revolução emancipadora. Para uns, burguesia nacional é a parte da burguesia cuja atividade fundamental está ligada à produção nacional e à venda, no mercado interno como no mercado externo, das mercadorias produzidas no país, pertencendo-lhe ainda a parte da burguesia comercial ligada à venda no mercado interno dos produtos estrangeiros não monopolizados. Para outros, ela é, genèricamente, a parte da burguesia que não está ligada ao imperialismo e a êle se opõe. Pelas suas características de classe, pelas suas debilidades circunstanciais, entre elas a econômica, e pela sua composição, a burguesia opera como burguesia nacional segundo os problemas e as situações concretas que a afetam e com a fração afetada. Se é muito mais difícil para ela sobrepor a contradição com o imperialismo, que a esmaga, à contradição com o proletariado, que lhe ameaça o predomínio, a pressão imperialista que a prejudica inevitàvelmente tende a colocar a sua maioria na posição de burguesia nacional não cabendo esquemas a tal respeito.

Nessa estrutura social refletem-se as contradições próprias à fase histórica em que vivemos. Reflete-se na composição do poder, quando o Estado é utilizado pelos latifundiários e pela alta burguesia, em parte ligada ao imperialismo e que por isso mesmo recua em relação à pressão imperialista e busca saídas de acomodação e dependência, de subordinação aos seus interêsses, enquanto uma fração defende posições de resistência. Reflete-se nos partidos políticos em unidade, que não correspondem às delimitações da opinião e nem mesmo às do corpo eleitoral. Confusões como as que fazem o Estado oscilar entre ações de resistência e de subordinação e deixam flutuantes as linhas partidárias durarão quanto durar a atual composição do poder. Alterações essenciais de rumo só poderão surgir quando a unidade das fôrças interessadas no desenvolvimento autônomo do país der origem a nova compo-

sição no poder político. Na solução das contradições está a chave do avanço do Brasil para nova etapa histórica.

Para aquela solução, de que depende a Revolução Brasileira, as fôrças políticas organizadas podem concorrer, entretanto, na medida em que a análise do quadro histórico lhes permitir uma orientação clara e firme. Há uma contradição fundamental entre a Nação e o imperialismo; em outras palavras, entre o povo brasileiro e o imperialismo. Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional. O imperialismo tem os seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e da média burguesia e recruta os seus agentes nessas classes e na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais e militares principalmente. Há contradições no seio do povo, destacando-se, pelo seu caráter antagônico, aquela entre a burguesia e o proletariado. O tratamento dessas contradições reflete-se no desenvolvimento da Revolução Brasileira.

Quando se coloca o problema da substituição de velhas relações de produção por novas relações de produção isto significa que estas são mais adequadas ao desenvolvimento do país, que elas permitem às fôrças produtivas desenvolver-se a um ritmo mais rápido, de maneira que a produção pode expandir-se firmemente ao mesmo passo que as sempre crescentes necessidades do povo podem ser atendidas. Assegurar um ritmo intenso de desenvolvimento das fôrças produtivas, na fase de desagregação do sistema colonial, quando os povos se esforçam para alcançar a sua completa emancipação econômica, é, entretanto, também um problema político, daí os antagonismos que se transferem do terreno prático para o terreno teórico e para as questões grandes e pequenas do dia-a-dia. A concentração capitalista gera antagonismos no seio da burguesia: as categorias médias e inferiores tendem a ser absorvidas pelos monopólios. Na medida em que isso acontece, o capitalismo se incompatibiliza com a democracia porque esta entrava a referida absorção, permitindo aos grupos explorados expressar a sua resistência. A legalidade democrática, assim, torna-se asfixiante para o capitalismo monopolista. A saída natural e única, para êste, consiste na liquidação pura e simples da democracia. Antes, o caminho utilizado era o do fascismo,

que levou à guerra e à sua própria liquidação. Hoje, o caminho é a confusão entre democracia e corrupção, no estabelecimento de formas paternalistas de relações no trabalho e, depois da concentração de podêres, no anticomunismo sistematizado, que expressa a intenção de privar a classe operária de seu papel político e serve de cobertura para a liquidação do regime democrático.

Em países como o Brasil, a fraqueza do movimento democrático está no baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência de unificação entre a classe operária e as outras classes e camadas sociais que, na atual etapa histórica, constituem o povo brasileiro. A necessidade de conjugar as reivindicações da classe operária com aquelas que são comuns a todo o povo esbarra na contradição antagônica que separa aquela classe da burguesia e obscurece, assim, o quadro em que se desenvolve a Revolução Brasileira. Só a compreensão de que as contradições também evoluem e que uma contradição antagônica pode ser superada por outra, recebendo tratamento adequado à fase histórica, permitirá fazer da unificação das fôrças que formam contra o imperialismo a sólida base política que permitirá alterações na composição do poder. "Na verdade, a liberdade e a democracia — disse um mestre, — não podem existir de maneira abstrata, elas só existem concretamente." E êle mesmo explica: "Tanto a democracia como a liberdade são relativas e não absolutas, e elas se realizam e se desenvolvem sob circunstâncias históricas específicas."

A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja ìntimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das fôrças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção.

A composição das fôrças no quadro mundial como a composição das fôrças no quadro interno mostram que as perspec-

tivas da Revolução Brasileira são as mais amplas. A rapidez com que se processará ou os retardos que possa sofrer dependem, entretanto, da ação dos homens, da ação política, da ação organizada, da análise e do entendimento como da prática. Para que tal ação possa desenvolver-se, a manutenção e a ampliação do regime democrático aparece como imperiosa necessidade. A emancipação do Brasil não é uma tarefa conspirativa, mas a emprêsa de todo o povo.

NOTAS

(1) Ministério das Relações Exteriores (*Brasil — 1940-1941 —* Rio — 1942 — pág. 445).

(2) No trabalho *The role of U. S. investments in the Latin America Economy*, separata do *Survey of Current Business*, editado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, chega-se à conclusão de que os capitais americanos contribuíram com uma receita de 4.771 milhões de dólares no conjunto da América Latina, "computando as exportações das companhias americanas para o seu país de origem e para as demais áreas". Para essa produção total de 4.771 milhões de dólares, relacionaram um afluxo líquido de capital, para todos os países examinados, da ordem de apenas 87 milhões de dólares. As companhias americanas, pois, produzindo mercadorias e serviços avaliados em cêrca de cinco bilhões de dólares, contribuíram com cêrca de 30% do total das exportações dêsses países. Isto é verdadeiro, realmente, para o caso de países, como a Venezuela, a Bolívia, o Chile, em que os capitais americanos são investidos em produção para a exportação (petróleo, estanho, cobre etc.), o que está longe de poder ser tido como uma benemerência. Não é verdadeiro para o caso do Brasil.

(3) A inversão bruta citada consta do estudo do Grupo Misto CEPAL-BNDE. A capitalização poderia ter atingido 639 bilhões de cruzeiros.

(4) Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (*Relatório Geral —* Rio — 1954 — pág. 100, I).

(5) Relatório da SUMOC referente ao exercício de 1956, pág. 123.

(6) Idem.

(7) "Conjuntura Econômica", número de março de 1949.

(8) No Rio Grande do Sul, estas taxas atingem 9% na formação dos custos do trigo e 14% na dos custos do arroz. Segundo o IRGA, entre as safras de 1951-1952 e 1957-1958, sete anos, o arrendamento médio de uma quadra de arroz ascendeu de 1.478 cruzeiros a 4.500 cruzeiros, mais de três vêzes, ou 205%. Havendo tão vasta disponibilidade de terras, é evidente que a especulação no preço da terra e na taxa de arrendamento decorre do monopólio da terra.

(9) Os números são os seguintes:

ANOS	*área média (ha)*	*área total (ha)*	*incremento*
1920	270	6.642.057	—
1940	104	18.835.430	183,6
1950	112	19.095.057	1,4

(10) Nos Estados Unidos, a quota de pessoal ocupado na agricultura é de 13%; na Inglaterra, de 5%. Nossa disponibilidade de mão-de-obra é de 5 vêzes a dos Estados Unidos e 12 vêzes a da Inglaterra.

(11) Nos Estados Unidos a relação é de uma pessoa para 25 hectares. Com técnicas modernas, pois, poderíamos atender a uma área de cultivo da ordem de 250 milhões de hectares; ou a área existente poderia ser trabalhada por um milhão de pessoas, tornando excedente um efetivo em mão-de-obra da ordem de 9 milhões de pessoas.

(12) Os familiares são tidos como "não remunerados"; os "responsáveis" são os que gerem estabelecimentos em nome de proprietários. As duas parcelas aparecem no Censo Agrícola como estimadas apenas.

(13) Parece que, por deficiências do Censo, parceiros foram arrolados como "responsáveis por estabelecimentos". A proporção dos empregados assalariados parece ter sido majorada, pelas dificuldades em colhêr as informações e essa dificuldade é conseqüente, inclusive, das formas mistas que as relações de trabalho apresentam no campo.

(14) Caio Prado Júnior, no trabalho "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", que publicou na "Revista Brasiliense", n.º 28, de março-abril de 1960, detalhou bastante as formas de remuneração do trabalho no campo. Outro trabalho do mesmo autor, "Distribuição da propriedade fundiária no Estado de S. Paulo", publicado na revista "Geografia", n.º 1, de 1934, tem também muito interêsse para o conhecimento da questão, embora sob outro aspecto.

(15) O emaranhado das relações de trabalho rural no Brasil fica bastante simplificado com a sistematização estabelecida por Carlos Marighela no trabalho "Alguns aspectos da renda da terra no Brasil", publicado na revista "Estudos Sociais", n.º 1, de maio-junho de 1958. Adotamos esta sistematização.

(16) O problema de relações feudais ou semifeudais no campo, no caso brasileiro, tem sido muito discutido ùltimamente. Caio Prado Júnior, no trabalho antes citado, nega a existência dêsse tipo de relações.

(17) A variação do impôsto territorial nos Estados foi, em 1949 e em 1951, segundo menciona Coutinho Cavalcânti, no livro *Um Projeto de Reforma Agrária* — Rio — 1959:

ESTADOS	*Arrecadação (em Cr$ 1.000,00)*		*Por cento da receita tributária*	
	1949	*1951*	*1949*	*1951*
Amazonas	175	175	0,3	0,3
Pará	293	375	0,3	0,2
Maranhão	739	852	1,1	0,9

Piauí	2.341	2.544	5,2	3,5
Ceará	2.593	2.564	2,2	1,4
R. G. do Norte ...	1.307	1.280	2,2	1,4
Paraíba	3.687	3.746	3,9	2,1
Pernambuco	2.072	3.002	0,7	0,5
Alagoas	2.249	2.184	3,1	2,4
Sergipe	1.193	2.195	2,0	2,5
Bahia	15.625	18.528	3,5	3,0
Minas Gerais	111.923	137.836	13,8	10,4
Rio de Janeiro ...	25.518	—	5,8	—
São Paulo	104.750	132.217	2,7	4,9
Paraná	16.239	30.943	3,9	3,1
S. Catarina	10.225	10.917	5,9	3,8
R. G. do Sul	33.970	34.846	3,2	2,3
Mato Grosso	2.065	2.438	4,5	3,3
Goiás	4.954	6.818	6,3	5,8
E. Santo (*)	—	—	—	—

(*) Não cobrava êsse tributo.

(18) Nos últimos tempos, uma lavoura temporária, a do trigo, alterou, isoladamente, os dados do Censo Agrícola de 1950, pela intensa mecanização a que foi submetida, mecanização a que a reforma cambial por etapas sucessivas reduziu em seu ritmo.

(19) Caio Prado Júnior — "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" — In "Revista Brasiliense", n.º 28 — S. Paulo — março-abril de 1960.

(20) Em certas áreas e em certos tipos de lavoura, no Brasil, a mecanização concorre apenas como fator moderador na redução dos custos agrícolas, segundo Rui Miller de Paiva (*Problemas da Agricultura Brasileira* — Rio — 1954).

(21) Octávio Gouvêa de Bulhões ("A estrutura econômica do Brasil" — In "Carta Mensal", n.º 66 — Rio — setembro de 1960).

(22) Dados oficiais da Divisão do Impôsto de Renda.

(23) A colocação dos desequilíbrios como regionais desfigura, normalmente, o verdadeiro sentido do problema e contribui para um divisionismo interno que representa fator político importante a considerar.

(24) UNESCO — Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências — "Estratificação e mobilidade social no Brasil" (In "Desenvolvimento e Conjuntura" — Rio — outubro de 1958).

(25) A análise, no caso, calca-se no trabalho de Fernando Henrique Cardoso — "Condições sociais da industrialização de São Paulo" (In "Revista Brasiliense", n.º 28 — S. Paulo — março-abril de 1960). Trata se de trabalho fundamental para a compreensão do processo de industrialização no Brasil.

(26) Fernando Henrique Cardoso, trabalho citado.

(27) Nessa luta, a indústria nacional vem sendo peada, inclusive pela Instrução 113 e sua posterior regulamentação, fortalecendo-se a tendência que obriga o empresário nacional a associar-se ao empresário estrangeiro para poder subsistir. Embora ainda não quantificada, é

grande a percentagem de emprêsas nacionais que, assim, se desnacionalizam. Na luta pelo mercado interno, tôdas as desvantagens estão do lado do empresário nacional.

(28) A velha chantagem da guerra foi utilizada, em 1951-1952, à base do conflito na Coréia, para obrigar-nos ao vultoso desperdício de divisas para estocagem, na suposição, adrede apregoada, de que uma interrupção nos fornecimentos externos estava iminente.

(29) A luta contra o chamado "confisco cambial" caracteriza no Brasil de hoje uma orientação de política econômica. É a marca registrada das fôrças retrógradas.

(30) Em 1958, a chamada "marcha da produção", fomentada pelos elementos mais ativos do setor latifundiário, foi premiada com a política referida.

(31) As elevações datam de 10 de junho de 1958, 10 de janeiro de 1959 e 29 de junho de 1959.

(32) ONU ("Estudo econômico da América Latina" — 1951-1952).

(33) O referido setor levanta e defende a idéia de que as elevações salariais respondem pela ascensão no custo de vida. Estruturalmente, os salários representam uma parcela reduzida nos custos de produção, em nosso país. Estima-se a parcela salários em 10% dêsses custos. O baixo nível dos salários está relacionado ao baixo nível da técnica industrial, aqui. As altas salariais, com uma técnica mais avançada, incentivariam a substituição de mão-de-obra por máquinas, e a concorrência a isso obrigaria. Mas o que realmente influi é a obrigação de altas taxas de lucro. São as práticas monopolistas e semimonopolistas, na verdade, as causas diretas da ascensão dos preços, e não as altas salariais. Os preços andam sempre adiante dos níveis de salário: para um índice 100 do salário-hora e do produto-hora, em 1955, o descompasso, em 1958, ficava assinalado no índice 175 para o primeiro e 204 para o segundo.

(34) Os dados da exportação brasileira, nos últimos anos, são os seguintes: (em milhões de cruzeiros).

ANOS	*total da exportação*	*exportação de café*	*exportação p/ os EEUU*
1956	1.482,0	1.029,7	734,3
1957	1.391,6	845,5	659,1
1958	1.242,9	687,5	534,4

(35) A SUMOC, que dirige a política cambial, agindo com autonomia pràticamente absoluta, foi criada em 2 de fevereiro de 1945, "com o objetivo de exercer o contrôle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central". Compõe-se de um Conselho e de uma estrutura administrativa. Do Conselho fazem parte o diretor executivo da SUMOC, o Ministro da Fazenda, os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os diretores das Carteiras de Câmbio, Comércio Exterior e Redescontos e ainda das Carteiras de Crédito Agrícola e Industrial e de Crédito Geral do Banco do Brasil. Na estrutura administrativa situa-se o Departamento Econômico, com as Divisões de Investimentos e Financiamentos Estran-

geiros, de Balanço de Pagamentos, de Assuntos Internacionais e de Estudos Monetários e Financeiros. As célebres "Instruções" são baixadas pela SUMOC e regulam, na verdade, tôda a estrutura econômica do país. Cabe à SUMOC, ainda, fixar o câmbio de custo. A Instrução 113, uma das mais famosas oriundas dêsse organismo cujos podêres são supremos, e que abriu as portas à desnacionalização da nossa indústria, está hoje incorporada ao texto do Decreto 42.280.

(36) Em 1955, computados investimentos, reinvestimentos, empréstimos e financiamentos, entraram no Brasil 103 milhões de dólares, e saíram oficialmente 209 milhões, com uma diferença contra o Brasil de 106 milhões; em 1956, êsses números foram, respectivamente, de 270, 398 e 128 milhões; em 1957, de 349 (exclusivamente de reinvestimentos, isto é, lucros de emprêsas estrangeiras obtidos no Brasil), 590 e 141 milhões; em 1958, os números foram de 273, 823 e 450 milhões. Nesses quatro anos, pois, entraram 1.095 milhões e saíram 2.020 milhões (oficialmente), e a diferença contra o Brasil totalizou 825 milhões de dólares. Se tomarmos a taxa média de câmbio de 55 cruzeiros por dólar para os quatro anos, encontraremos que, naquele período, exportamos cêrca de 80 bilhões de cruzeiros de capitais, isto é, cêrca do total da arrecadação pública referente ao ano de 1954. Sem considerar outras saídas, sob formas diversas, que elevariam bastante o total de 2.020 milhões de dólares.

(37) O Acôrdo Militar firmado em 1952 com os Estados Unidos obrigava o Brasil à obediência do *Battle Act* que vedava a exportação de determinados produtos, particularmente minerais ditos estratégicos, para os países da área socialista. Assim, tendo a URSS suspendido o fornecimento de manganês aos Estados Unidos, em represália, voltaram-se êstes para o Brasil, Índia e Costa do Ouro, em busca do minério indispensável à siderurgia. Distância, fretes e ainda problemas de tributação na origem, quanto aos dois últimos, colocaram os fornecimentos brasileiros em destaque e permitiram que os Estados Unidos realizassem, quanto ao manganês, a sua política de estocagem. A exportação de manganês, nos têrmos em que está colocada, constitui gravíssima ameaça ao futuro da siderurgia brasileira.

(38) Durante a guerra, Portugal chegou a vender o quilo do seu tungstênio (volfrâmio) a 900 cruzeiros, enquanto o Brasil vendia a xelita a 30 cruzeiros o quilo.

(39) P. R. Schilling, em *A Operação Trigo* — Pôrto Alegre — 1958, e outros trabalhos (*Trigo* — Rio — 1959) analisa em detalhes o grave problema do trigo brasileiro, ameaçado pela política dos monopólios estrangeiros na luta pelo domínio do mercado nacional.

(40) Frigoríficos estrangeiros são os donos do mercado nacional da carne. Em discurso da Câmara Federal, o deputado Jacob Frantz apresentou o seguinte quadro que relaciona os índices de preços do boi gordo e da carne :

	1948	*1951*	*1954*	*1956*	*1960*
Boi gordo	100	163	301	471	1.286
Carne de 1.ª	100	190	374	555	2.027

(41) O deputado Armando Temperani Pereira, como outros estudiosos, também atentos ao problema, teve oportunidade de escrever curioso folheto apresentando um dia da vida de João da Silva, cidadão brasileiro, que inicia e acaba êsse dia realizando ações, as mais elementares, que correspondem sempre a um pagamento de *royalties:* escovar os dentes, acender a luz, fazer o café no fogão a gás, tomar a condução, usar o sapato etc.

(42) No jornal "O Semanário", do Rio de Janeiro, o repórter Edmar Morel iniciou, em 19 de outubro de 1960, série de reportagens a respeito do assunto, desvendando os meandros da política estrangeira em relação ao cinema, meandros conhecidos de sobejo por quantos tentaram algum dia, impulsionar o cinema nacional.

(43) Numa série de artigos de jornal e em discursos na Câmara Federal, o Deputado Barbosa Lima Sobrinho mostrou, com impressionante clareza, que, numa sociedade, o que vale é o seu capital. Citou, num dêles, o exemplo da "nacionalização" da Brazilian Telephone Company, transformada em Companhia Telefônica Brasileira. Quem "nacionalizou" essa emprêsa? Responde o parlamentar: "Os seus acionistas, reunidos em King West, no Canadá; de um total de 360.000 ações, a Brazilian Traction controla 359.992; ficam oito de fora, pertencentes a oito cidadãos, dos quais dois nasceram no Brasil." A "nacionalização" visa, assim, e apenas, levantar recursos no mercado brasileiro de capitais.

(44) "De 1949 a 1952, cêrca de 60% do aumento das inversões diretas dos Estados Unidos na América Latina foram financiados pelos lucros reinvestidos em emprêsas subsidiárias." (ONU — *Foreing Capital in America Latina* — New York — 1955.) O empreendimento automobilístico não gerou nenhuma emprêsa brasileira, mas fêz, isto sim, aumentar, geomètricamente, aqui, as subsidiárias estrangeiras já instaladas, e trouxe outras. Trata-se, na verdade, de indústria estrangeira instalada no Brasil, e não de indústria brasileira.

(45) Financiamento é sempre capital entrado no país sob a forma de empréstimo. Investimento é a participação de capital estrangeiro no capital de emprêsa que funciona no país, isto é, uma aplicação direta do capital em bens. O empréstimo (não consideradas, naturalmente, condições políticas, comuns aliás em empréstimos americanos) encerra-se com a amortização do capital mais os juros, ou com o resgate. O investimento permanece, aumentando na medida em que aumenta o capital da emprêsa, geralmente pelo reinvestimento dos lucros aqui obtidos. Teòricamente, êsse capital exporta os lucros que produz; normalmente, entretanto, retorna em quantidade várias vêzes superior a que entrou: depois de algum tempo, exportou todo o capital inicial trazido, continua a exportar lucros e continua a figurar como capital estrangeiro. O financiamento tanto pode ser feito por entidades governamentais como por emprêsas privadas estrangeiras, o mesmo ocorrendo com os beneficiários. O investimento é a forma que mais convém ao imperialismo: em curto prazo faz de pequenas emprêsas gigantescas organizações. A Light começou assim, e transformou-se no que é, com capitais brasileiros batizados de estrangeiros. A indústria automobilística segue êsse

caminho. O investimento é defendido dentro da argumentação que tudo deve pertencer, no terreno econômico, à emprêsa privada; e não ao poder público que, geralmente, opera à base do financiamento. Financiamento e investimento, na realidade, estão ìntimamente associados.

(46) "O que está provado pelo estranho caso é que o Brasil é uma nação onde o capital rende seguramente mais de 10% ao ano e que o Govêrno não nacionaliza nem o capital nem os lucros até 10% mas não pode considerar como matéria para prioridade cambial lucros superiores a êsse limite, nem tampouco o do capital que se não vincula à economia nacional." (Getúlio Vargas — Discurso de 31 de janeiro de 1954.)

(47) "Nestes últimos dez anos o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As emprêsas concessionárias, não dispondo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo dar mais garantias, têm recorrido às garantias do Govêrno. E aos que apontavam o Govêrno como culpado da crise de energia elétrica, por não auxiliar as emprêsas concessionárias, respondo com o documento de 312 milhões de dólares de certificados de prioridade cambial, concedidos como garantia de empréstimos para energia elétrica. Mas eu não posso concordar com a inflação de capital nem com empréstimos fictícios, nem ainda com uma resistência tenaz dos que acreditam que a manipulação dos instrumentos de formação da opinião pública seja suficiente para assegurar a consolidação de negócios contra o povo. O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas emprêsas é sempre demorado e ainda não me chegou às mãos. Entretanto, informações positivas que foram colhidas num levantamento feito em quatro emprêsas em São Paulo apontam uma majoração de 38 milhões, 803 mil e vinte e um dólares no capital, e 24 milhões, 708 mil e 679 dólares nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital e 631 mil 307 libras nos empréstimos. Êste fato ainda não é tudo. Pedem as emprêsas de serviços públicos câmbio para pagar as instalações a serem feitas. E pedem uma base média de 30 milhões de dólares por ano." (Getúlio Vargas — Idem.)

(48) "Uma instalação de energia hidrelétrica exige, em média, 30% de compras no exterior e 70% de obras que podem ser feitas com pessoal e material nacionais. Já verificamos que as emprêsas concessionárias não podem arcar com a responsabilidade dos investimentos. Já verificamos, ainda, que a parte de capital nacional pode ser suprida por nós mesmos. Já verificamos que a parte de capital estrangeiro destinada à compra de maquinismos e instalações só é fornecida mediante garantia do Govêrno. Nessas condições, seria incúria governamental permitir que o consumo de energia estivesse produzindo renda em divisas sem investimento efetivo de capital. É claro que êsse programa vem ferir, frontalmente, os interessados nesse negócio. Mas para tudo há um limite. E a resistência do povo estabeleceu êsse limite intransponível." (Getúlio Vargas — Idem.)

(49) 'O acatamento ao regime democrático, apregoado nos pronunciamentos de seus chefes de maior categoria e responsabilidade, decompõe-se diante dos índices de violências, de vexames, de horror e de

indignidades a que foram submetidos, durante quatro anos, os oficiais partidários do General Estillac, arrolados nos inquéritos policiais-militares de 1952. A história dêsses crimes, verificados sob a forma de devassa nas Fôrças Armadas, e com suas componentes mais salientes, — subôrno de testemunhas, acusações levantadas pela covardia de uns e pela vilania de outros, castigos corporais inflingidos nos porões penitenciários da Marinha e da Polícia Política, assassinatos noturnos apresentados como atos de suicídio, — só pode ser narrada como tema central de uma análise específica, pelo sentido de associação que ela encerra da monstruosidade com a traição nacional." (Plínio de Abreu Ramos — *Brasil, 11 de Novembro* — S. Paulo, 1960 — pág. 38.)

(50) Íntegra da carta-testamento de Getúlio Vargas: "Mais uma vez, as fôrças e os interêsses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sôbre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é impôsto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Govêrno nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespêro. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

"Assumi o Govêrno dentro da espiral inflacionária que destruía os valôres do trabalho. Os lucros das emprêsas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valôres do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sôbre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

"Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho êste meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a fôrça para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gôta de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para

a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas êsse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

"Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história."

(51) "O contragolpe de 11 de Novembro foi o reflexo da evolução política operada no transcurso do período iniciado em 30, projetando o nacionalismo como programa autônomo de desenvolvimento, em condições de concentrar nêle os interêsses da indústria nacional em estágio de emancipação, da classe média através da ampliação de suas oportunidades de preparo e aplicação tecnológica e da classe trabalhadora pela garantia de seus padrões aquisitivos inerente à sua subsistência. Se o nacionalismo brasileiro não obteve, no curso da história política do país a partir de 1950 o alcance dos resultados implícitos no plano de desenvolvimento que êle assegura, se as classes interessadas na sua transformação de idéia em forma de govêrno não produziram ainda para o país uma conjuntura de equilíbrio e de prosperidade sem sacrifícios, estão estas razões consignadas na análise da crise brasileira que procuramos efetuar depois do retôrno do Sr. Getúlio Vargas." (Plínio de Abreu Ramos — op. cit. — pág. 18.)

(52) "É que não ocorre, no caso dessas inversões, nenhuma relação de dependência entre o lucro das emprêsas estrangeiras a ser remetido para o exterior (lucro êsse, note-se bem, que não são simples juros de empréstimos ou dividendos normais, mas a multiforme e imprevisível remuneração dos modernos trustes, como se viu no capítulo anterior), e a capacidade do país em que as inversões se realizam, de efetuar pagamentos externos. Os lucros serão função das vendas e do grau de domínio monopolista exercido pelos trustes, domínio êsse regulador dos preços e em regra muito elevado e com tendência a se elevar sempre mais." (Caio Prado Júnior — *Esbôço dos Fundamentos da Teoria Econômica* — 2.ª edição — S. Paulo — 1960 — pág. 200.)

(53) "Na situação e nas condições existentes, isto é, enquadrada a economia dos países subdesenvolvidos, tal como se encontra atualmente, no sistema internacional do capitalismo trustificado de nossos dias, o desenvolvimento dêles depende sem dúvida de contínuas e crescentes inversões estrangeiras. Mas essas inversões, como vimos, estão subordinadas à limitada capacidade de remuneração que lhes podem oferecer as deficitárias contas externas dos países subdesenvolvidos; *deficit* êsse que as mesmas inversões contribuem para agravar, uma vez que implicam novas obrigações externas. Em suma, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que se promove pelo concurso de inversões estrangeiras do tipo que consideramos, isto é, realizadas pelos trustes internacionais, é essencialmente precário e autolimitante, pois aquelas inversões determinam elas mesmas as circunstâncias que tendem

a restringi-las, e que são as novas obrigações delas derivadas e que reduzem ainda mais a capacidade de pagamentos externos do país em que se efetuam." (Caio Prado Júnior — op. cit. — pág. 209.)

(54) "Já foi referido acima o papel deformador que os empreendimentos daqueles trustes desempenham nas economias subdesenvolvidas. É que tais empreendimentos, constituindo parcelas por si insignificantes de um todo que se centraliza muito longe de cada país em que se realizam, têm interêsses de natureza essencialmente internacional, e resultam ùnicamente de uma política de vendas orientada por diretrizes comerciais imediatistas. Assim sendo, os empreendimentos dos trustes internacionais não se relacionam, ou só por coincidência se relacionam com as necessidades reais e próprias dos países subdesenvolvidos em que atuam. E através da ação dêles, que é poderosa graças aos avultados recursos de que dispõem, bem como ao largo prestígio que em geral desfrutam, alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos — aquêles que interessam a política de venda dos trustes — tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aquêles países. Compromete-se assim o desenvolvimento ordenado e harmônico das economias subdesenvolvidas, já por si deficientes em estímulos e recursos adequados para um tal desenvolvimento." (Caio Prado Júnior — op. cit. — pág. 206.)

(55) "Constituindo a economia brasileira uma dependência dos centros industriais, dificilmente se podia evitar a tendência a 'interpretar', por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um 'corpo de doutrina', que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade. Ali onde a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a patologia social. Dessa forma passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica da doutrina em confronto com a realidade. Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários. A razão disto deriva de que na Europa não se fêz, durante o século XIX, nenhum esfôrço sério para elaborar uma teoria monetária fora do esquema do padrão metálico. O político brasileiro, com formação de economista, estava prêso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão-ouro. Na moeda que circulava no Brasil via-se apenas o aspecto 'patológico', ou seja sua 'inconversibilidade'. E ao tentar aplicar a essa moeda 'inconversível' as regras do padrão-metálico — particularmente aquelas que derivavam da teoria quantitativa — era levado a afastar-se mais e mais da realidade. Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconversibilidade, os *deficits*, as emissões de papel-moeda. Essa 'anormalidade' secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esfôrço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade

dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Êsse enorme esfôrço de mimetismo — que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade — se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX." (Celso Furtado — op. cit. — pág. 190.)

E continua, afirmamos nós, agora com o centro diretor nos Estados Unidos, e não apenas no terreno monetário, mas para todo o conjunto da economia, e de forma muito mais interessada, e já não com a forma ingênua do passado.

(56) "No caso de capitais nacionais, essa dissociação se verifica, como foi visto, na parte dêsse capital que se destina à aquisição de bens de produção que devem ser importados (particularmente equipamentos e materiais semi-acabados). Mas quando o capital provém da acumulação do lucro de trustes internacionais, e portanto a êles pertence, é a totalidade dêsse capital, incluída a parte destinada a outros itens da inversão (salários, matérias-primas etc.) que será orientado por circunstâncias alheias à economia do país em que se constituiu." (Caio Prado Júnior — op. cit. — pág. 217.)

(57) O problema do imperialismo está analisado exaustivamente e concretamente no trabalho de Aristóteles Moura (*Capitais Estrangeiros no Brasil* — 2.ª edição — S. Paulo — 1960).

(58) A situação do campo chegou a um ponto tal que a necessidade de introduzir alterações nela aparece como imperiosa para a esmagadora maioria da opinião, embora as divergências surjam assim que tem início o exame do problema concreto e a proposição de soluções. Uma reforma agrária só poderá ter condições para afetar a estrutura do sistema existente se abranger a desapropriação total ou parcial das grandes propriedades com baixo nível de rendimento, obrigatória no caso de terem sido beneficiadas ou virem a ser beneficiadas por obras públicas como açudes, estradas, irrigação, etc.; o loteamento entre pequenos agricultores sem terra, com pagamentos módicos e a longo prazo; o aumento dos impostos sôbre a grande propriedade; a utilização das terras do Estado; a entrega de títulos aos posseiros e a defesa dêstes contra a grilagem; a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, baixando as taxas, alongando os prazos, fixando as indenizações de benfeitorias e impedindo os despejos arbitrários; e a extensão ao campo de legislação trabalhista adequada. Êstes são alguns dos pontos que permitirão distinguir uma reforma agrária de uma simulação destinada a protelar a solução que a realidade impõe.

(59) Os monopólios pré-capitalistas internos dominam pràticamente a produção e o comércio de artigos primários no país e controlam a exportação. Estão representados por dois grupos: o dos latifundiários (na maior parte grandes produtores de produtos exportáveis) e o dos atacadistas do comércio de produtos agropecuários. A êstes se junta, como refôrço, um terceiro grupo: o das filiais e subsidiárias dos trustes estrangeiros que, embora ligados no exterior ao capital monopolista, emprega no interior processos e práticas extorsivas do primitivo capital co-

mercial da fase colonial. Os traços que identificam os citados grupos, segundo um estudioso, são as formas mercantis usurárias pré-capitalistas de suas transações. Constituem ainda hoje o sistema do capital comprador, que é uma sobrevivência do colonialismo. Atuam em todos os Estados do país, sob condições de monopólio: monopolizam a terra, com os latifundiários; monopolizam os mercados regionais, com os processos do capital comercial e usurário. Sua ação freia o desenvolvimento capitalista nacional. Por outro lado, segundo o Censo de 1950, os estabelecimentos comerciais exportadores, minoria representada por 608 sôbre um total de 274.939 estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, realizaram vendas no valor de 21,3 bilhões de cruzeiros, isto é, 12% do movimento comercial total (178,8 bilhões) e quase 20% do movimento realizado pelos 26.881 estabelecimentos atacadistas (115,4 bilhões).

(60) Em artigo na "Revista Brasiliense", n.º 28, de março-abril de 1960, sob o título *Panorama Bancário Nacional*, Heitor Ferreira Lima mostra que os bancos brasileiros se dividem em quatro categorias, compreendendo a primeira, dez estabelecimentos, cada um com mais de 4 bilhões de cruzeiros de depósito; a segunda, 17 estabelecimentos, cada um com depósitos entre 2 e 4 bilhões de cruzeiros; a terceira também com dezessete estabelecimentos, cada um com depósitos entre 1 e 2 bilhões de cruzeiros; e a quarta, 22 estabelecimentos, cada um com menos de 1 bilhão de cruzeiros de depósitos. Os bancos estrangeiros repartem-se em três categorias, compreendendo a primeira os subsidiários de institutos estrangeiros, em número de 9; a segunda, os de companhias com capital estrangeiro, que são 4; e a terceira, os que têm participação de capital estrangeiro, que são 9. Há ainda, entre os nacionais, os bancos oficiais, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, Banco de Crédito da Amazônia e Banco de Crédito Cooperativo, além dos regionais. Há, além disso, os estabelecimentos que se ligam a atividades especiais, imobiliárias, comerciais, industriais; as companhias de investimentos e, finalmente, a SUMOC, que desempenha muitas das funções de um Banco Central, sobrepondo-se inclusive ao Legislativo. Os bancos estrangeiros operam em exportação, câmbio e turismo, financiam emprêsas estrangeiras e recebem depósitos de brasileiros. Como o crédito é difícil, a expansão, em alguns setores, é mais fruto da acumulação do que do crédito, exigindo lucros elevados, que se refletem em preços altos. Os bancos estrangeiros remetem seus lucros à base de 80%, retendo apenas 20% para refôrço de suas reservas. Seis dêles, o Bank of London and South America, o Banco Holandês Unido, o Banco Italo-Belga, o Bank of Tokio, o The National City Bank of New York, o The First National Bank of Boston e o The Royal Bank of Canada obtiveram, entre 1949 e 1959, um lucro total de 1.386,9 milhões de cruzeiros e remeteram para o exterior 1.033,78 milhões. Em 1930, a participação dos bancos estrangeiros no conjunto dos depósitos era da ordem de 25%; baixou para 5% em 1960, segundo o Conselho Nacional de Economia, ou para 3,8% segundo o Serviço Banas. O número de bancos em funcionamento no Brasil, não abrangendo as suas agências, passou de 418, em 1949, para 408, em 1952, para 384, em 1954, para 360, em 1956, e para 345, em 1958. Não há, pràticamente,

crédito agrícola: quatro ou cinco produtos absorvem 90% do financiamento dessa carteira no Banco do Brasil. Há desvio de capitais para atividades especulativas pelas companhias de investimento e mesmo pelos bancos. A alta rentabilidade do negócio bancário se expressa na evolução do capital com que giram os estabelecimentos, que cresceu cinco vêzes, no caso dos maiores bancos, entre 1952 e 1959.

lação", e sim que "deriva de uma posição política". É por isso que esta História se desenvolve na base e com a perspectiva de um pensamento orientado no sentido da compreensão real do Brasil e de seus problemas atuais, a fim de contribuir para a solução dêles. A historiografia se faz assim, nas mãos de Nelson Werneck Sodré, aquilo que ela deve ser, e sem o que não tem sentido nem interêsse verdadeiro, a saber, a reconstituição da experiência das gerações passadas, a fim de proporcionar à geração presente, e às futuras, guia para a ação e vida coletiva.

É isso que mais se destaca neste novo livro de Nelson Werneck Sodré, e a sua leitura e cuidadosa meditação se impõem a todos quantos se interessam pelo Brasil e prosperidade de seu povo.

EDITÔRA BRASILIENSE